

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOÃO GILBERTO DO NASCIMENTO LIMA

**LUTAS E DINÂMICAS EM TORNO DO “JORNALISMO INVESTIGATIVO” NO  
BRASIL**

Porto Alegre  
2019

JOÃO GILBERTO DO NASCIMENTO LIMA

**LUTAS E DINÂMICAS EM TORNO DO “JORNALISMO INVESTIGATIVO” NO  
BRASIL**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Odaci Luiz Coradini

Porto Alegre  
2019

## CIP - Catalogação na Publicação

Lima, João Gilberto do Nascimento  
Lutas e dinâmicas em torno do "jornalismo  
investigativo" no Brasil / João Gilberto do Nascimento  
Lima. -- 2019.  
360 f.  
Orientador: Odaci Luiz Coradini.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Elites profissionais. 2. Internacionalização. 3.  
Recrutamento. 4. Carreiras. 5. Jornalismo  
Investigativo. I. Coradini, Odaci Luiz, orient. II.  
Título.

JOÃO GILBERTO DO NASCIMENTO LIMA

LUTAS E DINÂMICAS EM TORNO DO “JORNALISMO INVESTIGATIVO” NO  
BRASIL

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 29/07/2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Odaci Luiz Coradini – Orientador – PPGCP/UFRGS

---

Fabiano Engelmann – PPGCP/UFRGS

---

José Carlos Gomes dos Anjos – PPGS/UFRGS

---

Rodrigo da Rosa Bordignon – PPGSP/UFSC

*Aos meus pais, Marinete e Gilberto, por tudo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida, fundamental para a realização de todo o longo e extenuante trabalho de campo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, seu corpo de professores e funcionários, pela acolhida ao longo dos últimos anos.

Aos meus pais, Marinete e Gilberto, por todo o apoio e incentivo e por acreditarem em mim, mesmo quando eu próprio duvidava. Agradeço igualmente aos meus irmãos, Tereza e Ghilbert, pelo carinho e força.

Aos meus familiares aqui residentes, Marinalva e Tatiana, pelo fundamental auxílio desde a primeira hora.

À Maria Flor, amor do dindo.

À Jamile, por ter dividido comigo parte dessa caminhada.

A todos os amigos que tiveram grande importância em diferentes momentos. Sintam-se todos contemplados neste agradecimento.

A todos os profissionais que gentilmente se dispuseram a ceder parte do seu tempo para colaborar com o trabalho e atender às demandas de um pesquisador às vezes impertinente.

À Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), pela cordialidade do tratamento, e em especial pela autorização para acompanhar uma das edições do seu congresso anual.

Ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, pela recepção e pela concessão do acesso aos seus arquivos.

Aos professores Fabiano Engelman, José Carlos Gomes dos Anjos e Rodrigo da Rosa Bordignon, por terem aceitado o convite para compor a banca e avaliar o trabalho. Ao Fabiano, agradeço ainda pelas discussões nas disciplinas, que contribuíram para o desenvolvimento e convergência de algumas questões de pesquisa. Ao Rodrigo, pela amizade e pelos incentivos em distintas ocasiões.

Agradeço ao meu orientador, Odaci Luiz Coradini, pela paciência, generosidade, disponibilidade, leituras e críticas ao trabalho, inestimáveis à minha formação. Agradeço também pelos cafés no intervalo das aulas, ocasiões em que aprendi muito.

À Tassi, por todo o amor, carinho, ajuda e compreensão.

## RESUMO

O presente trabalho dedica-se ao exame das disputas em torno dos critérios de excelência social e “profissional” no jornalismo brasileiro, centrando a atenção no chamado “jornalismo investigativo”. Dois problemas mais gerais são considerados: 1) as relações entre estruturas de capital e princípios de legitimação e hierarquização em espaços profissionais e; 2) a importação de concepções, modelos e práticas profissionais e as recomposições daí decorrentes. Em primeiro lugar, são analisadas as controvérsias que envolvem a definição do “conceito”, as referências consagradas internacionalmente em matéria de “investigação jornalística”, e o lugar dos jornalistas em “empresas de denúncia” que visam o controle punitivo de agentes políticos nas últimas décadas. Em seguida, o olhar se direciona para a reconfiguração do espaço jornalístico no início dos anos 2000, a partir da análise do processo de criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), das suas relações com o Estado e da composição social dos seus membros. O estudo de uma ONG de jornalistas “investigativas” constitui o terceiro momento da tese, permitindo refinar a compreensão sobre os amálgamas entre engajamentos políticos e profissionais e o papel de grandes fundações filantrópicas estrangeiras face à alegada “crise” pela qual passa a profissão. Por fim, o exame de carreiras de jornalistas “investigativos” especializados em coberturas políticas possibilita cotejar diferentes modalidades de combinação de recursos, as condições de possibilidade e os significados presentes no exercício de um jornalismo “autêntico”. As indicações gerais da análise apontam no sentido de que tanto a importação do modelo do *investigative journalism* quanto a progressiva associação, no Brasil, do jornalismo investigativo como um tipo jornalístico específico, se articulam com transformações ocorridas em outros espaços sociais e se opõem a determinadas práticas jornalísticas consideradas “menos nobres”, tendendo a se impor como aquela que representa a excelência no seio da profissão. Contudo, ainda que possa contribuir para modificar o perfil das carreiras, a sua adoção não implica um confronto com as concepções e critérios de recrutamento vigentes, baseados principalmente na acumulação e gestão do capital social e em relações multifacetadas com a “política”. O material empírico coletado compõe-se essencialmente de entrevistas com jornalistas considerados como “investigativos”, além de publicações diversas (institucionais, memorialísticas, etc.).

Palavras-chave: Jornalismo investigativo. Recrutamento profissional. Internacionalização. Carreiras.

## ABSTRACT

This work is dedicated to the examination of disputes about the criteria of social and “professional” excellence in Brazilian journalism, focusing attention on the so-called “investigative journalism”. Two more general problems are considered: 1) the relations between capital structures and principles of legitimating and hierarchy in professional spaces and; 2) the importation of professional conceptions, models and practices and the compositions of those recurrent. First of all, the controversies surrounding the definition of the “concept”, the international reference in “investigative journalism”, and the place of journalists in “reporting companies” that aim at the punitive control of political agents in the last decades are analyzed. Afterwards, the gaze is directed towards the reconfiguration of the journalistic space in the early 2000s, based on the analysis of the process of creation of the Brazilian Association of Investigative Journalism (ABRAJI), its relations with the State and the social composition of its members. The study of an NGO of “investigative” journalists constitutes the third moment of the thesis, allowing refining the understanding on the amalgams between political and professional engagements and the role of great foreign philanthropic foundations in the face of the alleged “crisis” through which the profession passes. Finally, the examination of careers of “investigative” journalists specialized in political coverage makes it possible to compare different modalities of combination of resources, the conditions of possibilities and the meanings present in the exercise of an “authentic” journalism. The general indications of the analysis point to the fact that both the importation of the investigative journalism model and the progressive consideration in investigative journalism in Brazil as a specific journalistic type are articulated with transformations occurring in other social spaces and opposing certain practices journalists considered “less noble”, tending to impose themselves as that represents excellence within the profession. However, that it may contribute to changing the career profile, its adoption does not imply a confrontation with the current conceptions and recruitment criteria, based mainly on the accumulation and management of social capital and on multifaceted relations with “politics”. The empirical material collected essentially consists of interviews with journalists considered as investigative, as well as diverse publications (institutional, memorial, etc).

Keywords: Investigative Journalism. Professional Recruitment. Internationalization. Careers.



## RÉSUMÉ

Le présent travail se consacre à l'examen des disputes autour des critères d'excellence sociale et "professionnelle" dans le journalisme brésilien, en centrant l'attention sur le dénommé "journalisme d'investigation". Deux problèmes d'ordre plus général sont considérés: 1) les relations entre les structures de capital et les principes de légitimation et de hiérarchisation dans les espaces professionnels et; 2) l'importation de conceptions, de modèles et de pratiques professionnelles et les recompositions qui en découlent. En premier lieu, sont analysées les controverses qui portent la définition du "concept", les références consacrées internationalement en matière d'"investigation journalistique" et la place des journalistes dans les "entreprises de dénonciation" qui visent au contrôle punitif d'agents politiques dans les dernières décennies. Le regard se dirige par la suite sur la reconfiguration de l'espace journalistique au début des années 2000, à partir de l'analyse du processus de création de l'Association brésilienne du journalisme d'investigation (ABRAJI), de ses relations avec l'État et de la composition sociale de ses membres. L'étude d'une ONG de journalistes "d'investigation" constitue le troisième temps de la thèse, permettant d'affiner la compréhension des amalgames entre engagements politiques et professionnels et le rôle des grandes fondations philanthropiques étrangères face à la dite "crise" par laquelle passe la profession. Enfin, l'examen de carrières de journalistes "d'investigation" spécialisés en couvertures politiques rend possible la comparaison de différentes modalités de combinaison de ressources, les conditions de possibilité et les significations présentes dans l'exercice d'un journalisme "authentique". Les indications générales de l'analyse soulignent que, aussi bien l'importation du modèle du *investigative journalism* que la considération progressive, au Brésil, du journalisme d'"investigation" comme un type de journalisme spécifique, s'articulent avec les transformations apparues dans d'autres espaces sociaux et s'opposent à des pratiques journalistiques considérées comme "moins nobles", essayant de s'imposer comme celle qui représente l'excellence au sein de la profession. Néanmoins, bien que cela puisse contribuer à modifier le profil des carrières, son adoption n'implique pas une confrontation avec les conceptions et les critères de recrutement en cours, principalement basés sur l'accumulation et la gestion du capital social et en relation multifacette avec la "politique". Le matériel empirique collecté est composé essentiellement d'interviews avec des journalistes considérés "d'investigation", ainsi que de publications diverses (institutionnels, mémorialistiques, etc.)

Mots-clé: Journalism d'investigation. Recrutement professionnel. Internationalisation. Carrières.

## LISTA DE SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
ABRAT	Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas
ACE	Associação dos Correspondentes Estrangeiros
ADC	Asociación por Derechos Civiles
AJUFE	Associação dos Juizes Federais
ALAL	Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMARRIBO	Amigos Associados de Ribeirão Bonito
AMES	Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
ANAMATRA	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
ANER	Associação Nacional dos Editores de Revistas
ANJ	Associação Nacional de Jornais
ANPR	Associação Nacional dos Procuradores da República
AP	Ação Popular
APJ	Associação Paulista de Jornais
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASNE	American Society of Newspapers Editors
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPR	Bloco Parlamentar Revolucionário
CA	Centro Acadêmico
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CARF	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEUB	Centro de Ensino Unificado de Brasília
CGU	Controladoria-Geral da União
CIJ	Center for Investigative Journalism
CIR	Centre for Investigative Reporting
CJF	Conselho da Justiça Federal
CJP	Comissão Justiça e Paz
CLUA	Climate and Land Use Alliance
CMRJ	Câmara Municipal do Rio de Janeiro
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPJ	Committee to Protect Journalists
CEPEUSP	Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo
CUP	Centro Unificado Profissional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVB	Cruz Vermelha Brasileira
DA	Diários Associados

DHBB	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOU	Diário Oficial da União
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
ECA-USP	Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
EPPG-IUPERJ	Escola de Políticas Públicas e Governo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
FAAP	Fundação Armando Alvares Penteado
FAB	Força Aérea Brasileira
FACHA	Faculdades Integradas Hélio Alonso
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPI	Faculdade Piratininga
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política
FFLCH-USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNPI	Fundación Gabriel García Márquez para el Nuevo Periodismo Iberoamericano
FSM	Fórum Social Mundial
FOPEA	Foro de Periodismo Argentino
FOIA	Freedom of Information Act
FOPEP	Foro de Periodistas Paraguayos
GTNM-RJ	Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICFJ	International Center for Journalists
ICIJ	International Consortium of Investigative Journalists
IESB	Instituto de Educação Superior de Brasília
IFEX	International Freedom of Expression Exchange
IME	Instituto Militar de Engenharia
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INSI	International News Safety Institute
IOAB	Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros
IPM	Inquérito Policial-Militar
IPYS	Instituto Prensa y Sociedad
IRB	Instituto de Resseguros do Brasil
IRE	Investigative Reporters and Editors
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
JB	Jornal do Brasil
JEC	Juventude Estudantil Católica
JN	Jornal Nacional
LAB	Latin America Bureau
LABJOR	Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo
LAI	Lei de Acesso à Informação
LBV	Legião da Boa Vontade

LIMAC	Liberdad de Información (México)
LOTERRJ	Loteria do Estado do Rio de Janeiro
MBA	Master of Business Administration
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MOOC	Massive Open Online Courses
MPD	Movimento do Ministério Público Democrático
MPF	Ministério Público Federal
NECIR	New England Center for Investigative Reporting
NICAR	National Institute for Computer Assisted Reporting
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OAF	Organização de Auxílio Fraternal
OGP	Open Government Partnership
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSF	Open Society Foundations
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PF	Polícia Federal
PIG	Partido da Imprensa Golpista
PL	Projeto de Lei
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAC	Reportagem com Auxílio do Computador
RENOI	Rede Nacional de Observatórios de Imprensa
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCU	Tribunal de Contas da União
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UEG	Universidade do Estado da Guanabara
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNRRA	United Nations Relief and Rehabilitation Administration
URV	Unidade Real de Valor
USP	Universidade de São Paulo

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1:</b> Diferenças consideradas entre o jornalismo “convencional” e o jornalismo “investigativo” .....	79
<b>Quadro 2:</b> Programação do seminário internacional “Imprensa investigativa: sensacionalismo e criminalidade” (Auditório do STJ – Brasília 7 e 8 de novembro de 2002) .....	110
<b>Quadro 3:</b> Diretorias da ABRAJI (2003-2019) .....	152
<b>Quadro 4:</b> Programação do segundo dia do seminário “Jornalismo Investigativo: éticas, técnicas e perigos” (31/08/2002) .....	189

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1:</b> Jornalistas mobilizados durante as buscas pelo jornalista Tim Lopes, em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro .....	121
<b>Ilustração 2:</b> Abertura do Seminário “Jornalismo Investigativo: ética, técnicas e perigos”, no auditório do BNDES .....	188
<b>Ilustração 3:</b> Seminário “Jornalismo Investigativo: éticas, técnicas e perigos”, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro .....	189
<b>Ilustração 4:</b> Carmen Lúcia (STF) e Miriam Leitão (TV Globo) discutem sobre as relações entre imprensa e Judiciário .....	209
<b>Ilustração 5:</b> Jornalistas discutem os bastidores da investigação transnacional transnacional “ <i>The Panama Papers</i> ” .....	209
<b>Ilustração 6:</b> Natalia Viana Rodrigues e Julian Assange durante trabalho em conjunto no “ <i>Cablegate</i> ” .....	241
<b>Ilustração 7:</b> Material de uma das campanhas de financiamento coletivo da Agência Pública de Jornalismo Investigativo .....	244
<b>Ilustração 8:</b> Luís Inácio Lula da Silva e Ricardo Kotscho, na sala da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1979 .....	261
<b>Ilustração 9:</b> Parte do “Exército de Brancalione” em viagem à Suécia, durante a campanha presidencial de 1989 .....	266
<b>Ilustração 10:</b> Ricardo Kotscho, Leonardo Boff e Fidel Castro, em viagem de Lula a Cuba, em 1989 .....	267
<b>Ilustração 11:</b> Ricardo Kotscho e Lula em Alcântara (MA), durante a campanha presidencial de 1994 .....	267
<b>Ilustração 12:</b> Ricardo Kotscho na entrada do Palácio do Planalto, em 2004 .....	268
<b>Ilustração 13:</b> Fichas de Marcelo Netto e Miriam Leitão após suas prisões .....	274
<b>Ilustração 14:</b> Jornalistas apresentam e discutem os “furos” na Lava Jato em Congresso da ABRAJI, em 2016 .....	316

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
I Desafios ao estudo do jornalismo no Brasil .....	27
II Profissões e espaços da política .....	31
II.1 Atuação profissional e engajamentos múltiplos .....	35
II.2 Os usos da condição profissional .....	38
III Acesso ao universo empírico e dinâmica do trabalho de campo .....	44
III.1 Construção da “amostra” e realização das entrevistas .....	45
III.2 Estar lá: trabalho de campo e “crise política” .....	64
III.3 Estar aqui: escrita e “crise política” .....	68
IV Plano de exposição .....	69
<b>1 EM BUSCA DA “AUTENTICIDADE”: JORNALISMO INVESTIGATIVO E OS VALORES “NOBRES” DA PROFISSÃO .....</b>	<b>71</b>
1.1 Um longo debate e algumas das suas controvérsias .....	75
1.2 As “genealogias consagradas” em três contextos nacionais .....	82
1.2.1 Estados Unidos .....	83
1.2.2 França .....	89
1.2.3 Brasil .....	93
1.3 Críticas da política, democracia e “escândalos” .....	97
1.3.1 O jornalista investigativo como um empreendedor moral .....	103
1.3.2 Entre cooperação e concorrência: jornalistas e operadores do direito em empresas de denúncia .....	106
<b>2 REPRESENTAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COLETIVA: A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI) .....</b>	<b>116</b>
2.1 Um evento catalizador: o assassinato do jornalista Tim Lopes .....	118
2.2 A trajetória de um “amigo da América” .....	123
2.2.1 O “chefe do clã” .....	126
2.2.2 O “vírus internacional” .....	138
2.2.3 Um jornalista <i>comprador</i> .....	145
2.3 O pequeno mundo dos “medalhões” do jornalismo .....	150
2.3.1 O articulador .....	155
2.3.2 “O prazer do ofício” .....	158
2.3.3 Um jornalista “empreendedor” .....	162
2.3.4 O “campeão de segurança” .....	169
2.3.5 A “verdade nos números” .....	173
2.3.6 Um “militante do jornalismo” .....	178
2.3.7 Da “falta de fontes” ao jornalismo de dados .....	181
2.3.8 A “elite” profissional se mobiliza .....	184
2.4 O “vácuo” institucional: uma entidade nos moldes norte-americanos .....	186
2.5 Uma “lei ABRAJI”: a “luta pela transparência” e a mobilização em torno do “direito de acesso a informações públicas” .....	196
2.6 Entrando no “mundo dos jornalistas”: o 11º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo .....	205
<b>3 “CRISE” DO JORNALISMO, INTERNACIONALIZAÇÃO E ATIVISMO PROFISSIONAL .....</b>	<b>211</b>



3.1 Agência Pública de Jornalismo Investigativo: os direitos humanos como causa profissional .....	213
3.1.1 O contato com um jornalismo “contra-hegemônico” .....	214
3.1.2 “Uma agência criada por mulheres” .....	225
3.1.3 A “descoberta” do jornalismo <i>non-profit</i> e do “mundo das ONGs” .....	235
3.1.4 O “furo do ano” e a criação da ONG .....	238
<b>4 REPÓRTERES E REPORTAGENS “INVESTIGATIVAS” NO BRASIL .....</b>	<b>249</b>
4.1 Da consagração profissional à consagração política .....	250
4.2 Uma família de jornalistas .....	270
4.3 Um “acerto de contas” com a ditadura .....	283
4.4 Fustigar o poder .....	288
4.5 A “queda” de Antonio Palocci .....	291
4.6 Do “caso Waldomiro Diniz” aos “furos” na Lava Jato .....	299
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>321</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>325</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>346</b>

## INTRODUÇÃO

A presente tese dedica-se ao estudo das lutas sociais e simbólicas em torno do que se convencionou chamar no Brasil, nas últimas décadas, de “jornalismo investigativo”. De maneira geral, o problema abordado remete àquele da importação e promoção de saberes, técnicas e modelos profissionais e institucionais relativamente novos e as reatualizações de dinâmicas internas que lhes são correlatas (DEZALAY e GARTH, 2002, p. 20). Para tanto, consideramos duas dimensões de análise principais. Em primeiro lugar, está a questão da apreensão das estruturas de capital e dos princípios de legitimação e hierarquização no interior de espaços “profissionais” (BOURDIEU, 1984; BOIGEOL e DEZALAY, 1997; CORADINI, 1997a, 1997b, 2005) e de suas relações com outros universos sociais. Aqui, especial atenção é dada às correspondências entre transformações dos espaços político, jurídico e econômico e aquelas próprias ao espaço do jornalismo, entre elas, por exemplo: a suposta maior liberdade para investigar os poderes; as cooperações e concorrências que se estabelecem com membros de instâncias de fiscalização e controle; e, por fim, a “crise” do *business*, que tende a impelir os jornalistas à adoção de outras estratégias de “sobrevivência” e distinção profissional. Em segundo lugar, para compreender a dinâmica de uma “profissão” no país, o recrutamento e atuação dos seus membros (e, particularmente, de parte da sua “elite”), é necessário ter em vista as diferentes facetas que pode assumir o processo de importação de esquemas de entendimento oriundos de outros contextos nacionais para uma sociedade como a brasileira, que não tem a profissão como seu principal princípio de hierarquização<sup>1</sup>. Um dos efeitos disso é o fato de que os “produtos importados” adquirem novos significados e funções na dinâmica importadora (BADIE, 1992; CORADINI, 1997a, 2005, 2017; ANJOS, 2006).

As transformações das práticas jornalísticas são muito pensadas a partir dos seus movimentos internos, por exemplo, ao se considerar que elas são tributárias de um reenquadramento da maneira pela qual os jornalistas concebem a sua contribuição para a

---

<sup>1</sup> Coradini (2010a, p.48) observa que “a ‘profissão’ ou o ‘profissionalismo’ consiste em algo específico e característico de condições históricas e sociais particulares, associadas às sociedades anglo-saxônicas”, e advoga pela necessidade de se abandonar a tentativa de tratar a profissão como um conceito genérico, para considerá-la como um tipo de ocupação particular que ocorre numa quantidade limitada de sociedades e períodos históricos específicos. Freidson (2009, p.23-106), no seu estudo seminal sobre as profissões de consulta (particularmente a medicina), insiste seguidas vezes no fato de que a profissão é um tipo de ocupação particular que assumiu uma posição dominante na divisão do trabalho, obtendo por essa via sucesso em controlar e determinar de modo legítimo o conteúdo do próprio trabalho. Detalha assim o processo que levou a medicina a obter autonomia e liberdades relativas em relação ao Estado, a ponto de estabelecer uma verdadeira “ordem” profissional. A regulamentação das diferentes profissões no Brasil não está ligada somente a reservas de mercado e tentativas de controle da atividade, mas constitui-se principalmente numa maneira de ter acesso aos recursos do Estado e de tornar as carreiras profissionais uma forma de se promover no Estado, conquistando funções simultaneamente políticas e profissionais (BONELLI, 1999; ENGELMANN, 2009; PETRARCA, 2007, 2010).

realização da justiça coletiva (LEMIEUX, 2001a, p.54). Quando são levadas em conta as relações entre “tradições jornalísticas” nacionais e o exterior, frequentemente é de modo muito geral e limitando-se a aspectos técnicos ou formais (ver, por exemplo, SILVA, 1990). Sem descartar essas contribuições, que guardam a sua pertinência, neste trabalho entendemos que a promoção e estabelecimento do “jornalismo investigativo” no Brasil se inserem numa tendência mais geral de “dolarização” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.16-17) do jornalismo do país, isto é, de indexação do valor e credibilidade de saberes e *expertises* dos jornalistas brasileiros aos do jornalismo norte-americano, no âmbito do processo da chamada “modernização” da imprensa, que se intensificou a partir dos anos 1980 (SILVA 1990, ABREU, 2000, 2017). A “modernização” assim empreendida não se observa apenas nas técnicas específicas de produção de reportagens (como no caso da *Computer-Assisted Reporting*<sup>2</sup>), mas também em profundas reformas institucionais (como no chamado “Projeto Folha<sup>3</sup>” e na adoção da figura do *ombudsman*<sup>4</sup>), na emulação de modelos de financiamento e gestão, nas práticas e concepções, mas também, e principalmente, na diversificação do espaço e dos usos da condição profissional.

Para alguns intérpretes da história do jornalismo brasileiro, que se definem como mais “críticos” em relação ao padrão norte-americano e vinculados a uma tradição dita mais “interpretativa”, a “modernização”, nesses termos, faria parte da “práxis jornalística consagrada pela globalização financeira conduzida pelo projeto neoliberal”. Como tal, teria

---

<sup>2</sup> Nomenclatura que serve para classificar um conjunto heterogêneo de técnicas informáticas na produção de trabalhos jornalísticos. Desenvolveu-se nos Estados Unidos principalmente a partir dos anos 1980, favorecido pela extensão do *Freedom of Information Act* (FOIA) aos arquivos do governo, permitindo aos jornais tratar bases de dados cada vez maiores e, evidentemente, aos desenvolvimentos tecnológicos. Antes disso, em 1967, teria sido feita a primeira reportagem desse tipo, quando um jornalista de Detroit utilizou como base de dados uma pesquisa de opinião na cidade (TOLEDO, 2011, p.19). Em 1992, é criado o *National Institute for Computer-Assisted Reporting* (NICAR), com o objetivo de acelerar a aprendizagem e difusão das novas técnicas.

<sup>3</sup> Ampla reestruturação interna do jornal Folha de S.Paulo, que visava racionalizar, controlar e uniformizar o ritmo editorial e regular a linguagem e o estilo jornalístico do jornal. “Em sua implementação, iniciou-se uma cruzada contra o que concebiam como mau jornalismo e maus jornalistas” (SOUZA, 2010, p.63). Segundo Abreu (2017, p.178), “com o fim do regime militar, os jornais passaram a valorizar os aspectos mais técnicos, mais profissionais do jornalismo, em detrimento de ideologias e da política”. A instalação do Projeto adquiriu contornos dramáticos, na medida em que “a direção do jornal resolveu demitir todos aqueles que se posicionaram contra as mudanças, e quase 50 jornalistas saíram em 1985, momento em que se fazia a transição do regime militar para o democrático” (ABREU, 2017, p.179), provocando rupturas no meio jornalístico paulistano. Às demissões realizadas após a implantação do Projeto seguiu-se a contratação de jornalistas mais jovens, que poderiam ser treinados de acordo com os novos parâmetros estabelecidos pela direção do jornal. Embora implementado efetivamente em 1984, ele fora formulado em documentos produzidos pelo Conselho Editorial do veículo a partir de 1978 (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.161).

<sup>4</sup> O *ombudsman* foi introduzido no jornalismo brasileiro pela Folha de S.Paulo, em 1989. Sua função é a de preparar, por escrito, uma crítica, que circula internamente, apontando os erros cometidos pelo jornal (ABREU, 2002, p.30-31). Para Romancini e Lago (2007, p.75), a adoção da figura do *ombudsman* é uma das maiores marcas da influência do jornalismo norte-americano no Brasil. Na França, o *ombudsman* representa, segundo Lemieux (2001b, p.64), uma “nova figura de justiça”, relacionada a mudanças nas relações entre o jornalismo e a “opinião”.

contribuído para enquadrar o jornalismo brasileiro numa “camisa-de-força estilística e ideológica”, que disseminou a lógica empresarial e “mercadológica” e levou ao fim da “politização” das grandes redações (PEREIRA FILHO, 2004, p.41-42).

Não se trata de uma consideração genérica sobre a influência da “mão do estrangeiro” no jornalismo praticado no país, uma vez que a eficácia desse tipo de mecanismo depende de conjunturas históricas e do estado das relações sociais no contexto local (BOLTANSKI, 1982, p.157; BADIE, 1992). As concepções, saberes e usos da “profissão” são indissociáveis da dinâmica na qual se inserem. É preciso então levar em conta a complexidade dos fenômenos hegemônicos, que muitas vezes são considerados como o produto de um “imperialismo monolítico” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.115). Nessa linha, a hipótese mais geral avançada no trabalho é a de que as disputas pela redefinição dos cânones de excelência profissional que se desenrolam em torno das múltiplas significações do “jornalismo investigativo” se relacionam com o processo de relegitimação dos jornalistas brasileiros no espaço do poder, que se desenrola principalmente desde os anos finais da ditadura militar.

Um primeiro desdobramento da hipótese de trabalho é o de que a importação do modelo do *investigative journalism*, com seus formatos institucionais, seus métodos e técnicas para produção de reportagens, etc., e a enunciação, celebração e reconhecimento progressivo no Brasil do “jornalismo investigativo” como um gênero jornalístico particular e/ou uma “nova postura jornalística” (LEMIEUX, 2001a, p.90 e 2001b, p.56), introduziu algumas modificações nas carreiras profissionais, nas crenças e nas relações do jornalismo brasileiro com outras esferas sociais, constituindo novas oposições no seio da profissão e reconfigurando relativamente os critérios de excelência profissional. Ou seja, uma vez que a importação de modelos profissionais não implica a adoção do *ethos* correspondente, o estabelecimento do *investigative journalism* pode até contribuir para modificar os perfis das carreiras, mas sem entrar em confronto com as concepções vigentes, baseadas principalmente nas relações de caráter personalístico, no “carisma” das vinculações entre “discípulos” e “mestres” e na valorização das “qualidades humanas” (CORADINI, 1997a, p.460-462). Em segundo lugar, um outro corolário é a possibilidade de que a importação e prática do “jornalismo investigativo” no Brasil (com suas qualificações enobrecedoras do jornalismo e dos seus profissionais) serviu e serve como um recurso nas disputas (que não envolvem apenas competências exclusivamente profissionais) por postos e por ascensão profissional, para a legitimação de posições sociais e, ainda, para o acúmulo de capital simbólico<sup>5</sup> e

---

<sup>5</sup> O capital simbólico consiste em qualquer propriedade percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção (que são produto da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição

construção de notabilidades, trunfos que podem favorecer reconversões variadas para outros domínios sociais que extrapolam o escopo original de atuação. Trata-se de levar em conta o fato de que as relações multifacetadas com o estrangeiro por parte de diferentes grupos permitem identificar as dinâmicas dos processos de hierarquização social e revelar novas oposições e conflitos de legitimidade no interior destes (WAGNER, 2007, p.103).

Tomamos por objeto os profissionais que se reivindicam ou são considerados como “jornalistas investigativos” no Brasil, concentrando a atenção nos critérios de entrada, nas concepções, crenças e modos de exercício da profissão, na gestão de imagens sociais, bem como na diversidade das suas inserções sociais e profissionais. O intuito é captar a pluralidade de lógicas que orientam as estratégias desses agentes (o que implica considerar a multidimensionalidade dos recursos e a multiplicidade dos princípios de classificação, legitimação e hierarquização em pauta), assim como compreender o próprio meio profissional nos seus cruzamentos com outras esferas sociais e, particularmente, com a “política” (no seu sentido amplo).

Pesquisar a atuação desses profissionais no Brasil tomando um período de tempo um pouco mais alongado (envolvendo aqui jornalistas que atuam na imprensa brasileira desde meados dos anos 1960), permite perceber as transformações que se operam nas relações entre os espaços jornalístico, político, jurídico e econômico, assim como nos trunfos mobilizados para a legitimação da ocupação de posições dentro e fora da profissão.

Os “jornalistas investigativos” são aqui tomados em parte como uma entrada para a compreensão de mecanismos mais gerais de importação-exportação simbólica que envolvem outras categorias de agentes, que, assim como os próprios jornalistas, operam segundo a chamada *rule of law* e se engajam na promoção de uma série de “universais”, tais como a *accountability*, a “probidade”, a “transparência”, a “boa governança”, o “combate à corrupção”, os “direitos humanos”, a “defesa do meio-ambiente”, entre outros. Neste ponto, se encontra portanto a preocupação da apreensão das relações entre uma determinada categoria de agentes vinculados a uma “profissão” e lutas que se desenrolam no plano internacional em torno de novas ortodoxias com vocação universal que visam “reformular” ou “aprimorar” os Estados latinoamericanos (DEZALAY e GARTH, 2002, p.207-251; DEZALAY e MADSEN, 2013, p.26), levando em conta as formas locais que essas “normas

---

desse capital) permitem entendê-la e reconhecê-la, atribuindo-lhe valor. É, portanto, um capital de reconhecimento e consagração, que envolve ainda a sua denegação, ou seja, o seu desconhecimento enquanto capital (BOURDIEU, 1996, p.107). Trata-se de uma noção mais ampla do que o mero “prestígio”, uma vez que, sob certas condições, pode ser uma importante fonte de ganhos. Saint-Martin (1993, p.295) acrescenta que o capital simbólico está no princípio da concentração de um poder de dominação, de imposição das condutas, fatos e acontecimentos, que é tanto mais reconhecido quanto pode se inscrever na longa duração.

universais” podem adquirir (SIMÉANT, 2009, p.557). Esse imperialismo moral (DEZALAY e GARTH, 2008) engloba um conjunto bastante diversificado de estratégias de legitimação do capitalismo em associação com o “mercado” e com chamado “pluralismo”, e opera basicamente por meio da imposição desses novos universais (CORADINI, 2017a, p.23).

A promoção das “boas” práticas jornalísticas no Brasil e na América Latina, que tendem cada vez mais a serem identificadas ao “jornalismo investigativo”, é assim inseparável do investimento nas instituições democráticas e de estratégias de afirmação social, profissional e política empreendidas por uma parcela da “elite” profissional, que envolvem, ao mesmo tempo, estreitas e crescentes relações com organismos estrangeiros (ONGs, fóruns e associações profissionais em nível internacional, fundações filantrópicas, etc.) majoritariamente situados nos Estados Unidos<sup>6</sup> e, no contexto doméstico, com agentes políticos, operadores do direito, entre outros. A convergência desse conjunto intrincado e multifacetado de estratégias favorece a configuração de empresas de “denúncia” baseadas nesses “universais”, provocando alterações no jogo político e nos respectivos espaços profissionais, tanto nacional quanto internacionalmente (levando-se em conta a tendência atual ao desenvolvimento de “investigações transnacionais” baseadas em “grandes vazamentos”, nominados corriqueiramente pelo sufixo “-leaks”).

O trabalho de Badie e Hermet (1993), a respeito dos processos de importação de modelos e tecnologias institucionais de países “centrais” por países “periféricos”, é importante para dar conta da estruturação de saberes profissionais e, particularmente, das próprias mudanças no funcionamento da atividade jornalística em “dinâmicas órfãs”<sup>7</sup> como a brasileira, que passou por sucessivos e contraditórios processos de importação de modelos jornalísticos oriundos de outras realidades sociais, culturais e históricas<sup>8</sup>.

Dezalay e Garth (2002), no seu trabalho sobre a importação de esquemas de entendimento e tecnologias institucionais da economia e do direito dos centros internacionais (principalmente dos Estados Unidos) para países da América Latina, insistem na ideia de que a eficácia dessa importação é tributária de equivalentes estruturais entre as fontes importadoras e as matrizes exportadoras. Todavia, segundo Coradini (2017a, p.49-50), não se trata apenas de assimetrias e equivalências entre interesses e posições ideológicas no centro e

---

<sup>6</sup> Sobre o papel das grandes fundações de filantropia e pesquisa na difusão da *doxa* norte-americana, ver Bourdieu e Wacquant (2008, p.25). Como chama a atenção Siméant (2009, p.562), essas e outras instituições estrangeiras (como os *think tanks*) contribuem fortemente para a internacionalização de práticas profissionais e variadas formas de ativismo.

<sup>7</sup> “Estados que se caracterizam pela importação de modelos de instituições que não são produtos de sua história social e política” (BADIE e HERMET, 1990, p.180).

<sup>8</sup> Para uma exposição dos princípios e propriedades gerais do modelo de análise das relações centro-periferia, ver Badie (1994, p.111-133).

na periferia, mas das possibilidades de apropriação, retradução e múltiplos usos de modelos políticos, culturais e profissionais importados de acordo com as predisposições e demandas que preexistem na dinâmica periférica. O que é importado e apropriado, nessas condições, são derivações na forma de versão dos “universais”, a partir da perspectiva das demandas (CORADINI, 2017a, p.50). Nesse sentido, por exemplo, é preciso ir um pouco além das percepções mais imediatas e concretas dessa importação, a começar por nomenclaturas, como a de “jornalismo investigativo”, passando por técnicas, e modelos organizacionais<sup>9</sup>, que fazem com que um entrevistado possa dizer, com autoridade: “Hoje, eu posso falar com tranquilidade que a ABRAJI é uma super associação de jornalismo investigativo, que tá no mesmo *top* de qualquer outra no mundo”.

O ponto mais importante a ser destacado para os propósitos da tese se relaciona com as indicações de Coradini (2005, p.15-19). Para o autor, os circuitos de exportação-importação não devem ser vistos apenas à luz das tecnologias importadas, mas principalmente a partir dos agentes que operam essa introdução e dos usos e significados que assumem nas disputas que têm lugar no contexto local e suas ambivalências e contradições. Como enfatiza Badie (1994, p.73), os usos da “modernidade” provêm antes de tudo da estratégia dos atores em jogo, que podem favorecer ou dificultar a implantação local dos esforços de “modernização”. As estratégias de importação empreendidas por uma “elite”, devido aos contrangimentos internos e externos existentes, não são portanto sempre congruentes com as exigências da “apropriação” (BADIE, 1994, p.206). A atenção aos fenômenos de imbricação, combinação, mimetismo e difusão de modelos permite retificar alguns erros de análises canônicas conhecidas de modo geral como “desenvolvimentistas” (BADIE, 1994, p.183).

Entra em pauta ainda a preocupação de Lacroix (1985, p.502), ao observar que o universo do dizível (ou seja, do pensável e do desejável) é também um universo prático, só sendo possível escapar ao naturalismo no qual as categorias de enunciação se encerram atentando menos para o que elas dizem do que para como elas são enunciadas, focando nos seus usos e nos modos pelos quais esses usos se formam e se deslocam até o ponto de desaparecerem sob o registro do implícito, tanto como condições de possibilidade quanto como gramáticas de formação discursiva. Essa postura implica em “estudar como este ou

---

<sup>9</sup> Conforme detalha Ribeiro (2003), o jornalismo brasileiro mudou a matriz nacional de importação de modelos jornalísticos da França para os Estados Unidos ao longo do tempo. Os impactos no *métier* jornalístico da imposição das fórmulas oriundas do jornalismo norte-americano foram muitos e diversificados, indo desde aspectos mais imediatos, como o padrão de escrita, até outros mais conjunturais, como a organização das empresas jornalísticas face às pressões de um mercado cada vez mais forte e internacionalizado.

aquele catagorema (...) se inventa, se formaliza e se vulgariza em lutas específicas cuja questão é a imposição de um senso comum definido e reconhecido”.

As diretrizes mais gerais da tese estão ligadas à busca pela compreensão da mobilização e possíveis combinações de determinados recursos em processos de legitimação social, particularmente no que diz respeito à formação de grupos e identidades profissionais (BOLTANSKI, 1984; BOIGEOL e DEZALAY, 1997; CORADINI, 1997a, 2005; PETRARCA, 2007, 2013). A referida problemática é particularmente influenciada pelos trabalhos de Pierre Bourdieu que, em mais de uma oportunidade, esforçou-se em considerar um espaço mais amplo de posições e tomadas de posição, estruturado em função de lutas que têm por objetivo a (re)definição dos critérios de legitimidade, levando ou não à modificação dos princípios de hierarquização vigentes em um domínio social em determinado momento.

Somando-se a esta, outras diretrizes que sustentam essas pretensões residem, primeiramente, na investigação das distintas relações que o espaço jornalístico estabelece com outros universos sociais ao longo do tempo; em segundo lugar, nas formas de retribuição que esses jornalistas obtêm por meio dos seus respectivos engajamentos profissionais e políticos. Dito de outro modo, nas maneiras pelas quais o envolvimento com a esfera política pode constituir-se como um recurso central nas lutas internas ao jornalismo por postos e posições e, em contrapartida, os mecanismos sociais que tornam o próprio exercício profissional um trunfo para agir na política, ampliando e diversificando o leque de ocupações possíveis, configurando o que Coradini (2001, p.33 e 2006, p.278) chama de “expansão horizontal” da profissão.

Esforçando-nos em romper com falsas dicotomias, trata-se de articular tanto uma abordagem que busque desvelar os processos de seleção e recrutamento, as reconversões operadas e a diversificação dos investimentos face às transformações morfológicas do espaço em pauta (atentando, portanto, para os critérios que estão na base da ocupação de posições ao longo do tempo), quanto outra que siga no sentido de privilegiar as concepções, os processos e as lógicas que sedimentam as tomadas de posição (CORADINI, 2008; GRYNSZPAN e GRILL, 2011; SEIDL e GRILL, 2013).

Para além dos lugares relativamente previsíveis como destinos profissionais (redações de jornais impressos, emissoras de rádio e televisão, portais de notícias *online*, etc.), existe uma variedade bastante significativa nos destinos profissionais desses jornalistas, que remete a disputas em torno de concepções distintas do *métier*. É o caso, tratado no terceiro capítulo, do chamado “jornalismo independente”, que tem se desenvolvido no Brasil com particular



ênfase nos últimos anos, e ao qual está ligada uma parte não negligenciável das atividades jornalísticas que se designam “investigativas” atualmente.

Destacamos desde já que a pretensão não foi abarcar a totalidade dos jornalistas “investigativos” no Brasil, tendo em vista os entraves empíricos que se interpõem, mas reunir um material que permitisse tentar identificar as vias de entrada e ascensão na profissão, e os múltiplos usos possíveis do jornalismo investigativo nas estratégias de carreira, para então evidenciar os princípios que presidem à diversificação do espaço de atuação desses profissionais. Essa diversificação inclusive está entre os elementos que embasam os discursos muito difundidos da “crise” ou da “renovação” da profissão”, e da consequente necessidade de se buscar novas formas de financiar e exercer o jornalismo (no caso, o “investigativo”, que ocupa lugar central nas estratégias de alguns agentes e instituições na sua busca por afirmação profissional e social, enquanto uma espécie de “selo” de qualidade ou credibilidade).

Luc Boltanski (1982, p.51-52) chama a atenção para dois tipos de abordagens equivocadas quando se trata da análise de grupos sociais e profissionais. A primeira delas constitui-se de uma espécie de “atraso das nomenclaturas sobre o real”, ou seja, fazer como se o grupo tivesse existido sempre, mas no silêncio da objetividade ou, como por uma espécie de equívoco, sob outros nomes, algo muito comum em trabalhos que buscam definir populações homogêneas ao longo de uma série temporal. A segunda baseia-se num princípio oposto: considerar que o grupo só existe a partir do momento em que é instituído o nome que o designa e que são forjados os instrumentos de sua representação e recenseamento, abordagem que naturalmente funciona em sentido inverso, isto é, quando considera que “matar uma palavra” é condição suficiente para acabar em definitivo com a coisa que ela recobre, como no caso do discurso do “fim das classes” (CHAUVEL e SCHULTHEIS, 2003, p.26).

No caso do jornalismo investigativo, os dois caminhos podem ser identificados, tanto nas representações profissionais, quanto na bibliografia sobre o tema. No primeiro caso, busca-se saber em que momento começou a se falar em “jornalismo investigativo” no Brasil, ou ainda, enquadrar as práticas profissionais do passado (como a que ficou conhecida como “grande reportagem”) segundo a ótica do presente, e afirmar que “ali já se fazia jornalismo investigativo”. No segundo caso, ocorre a tentação de se ver no jornalismo investigativo uma prática relativamente recente, remontando ao período imediatamente após a redemocratização do país, e objetivado com a criação, em 2002, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI).

Para superar o obstáculo substancialista, é preciso renunciar a dar uma “definição prévia” do grupo, tomando por objeto a conjuntura histórica de formação deste como grupo

explícito, com um nome, com instituições para representá-lo, com porta-vozes, com sistemas de representações e valores. Em suma,

em lugar de buscar determinar os “critérios” por meio dos quais o grupo “deve” ser definido e as “fronteiras” que é “preciso” lhe dar para obter um objeto palpável e bem delimitado (...), pode-se então tentar dar conta da forma tomada pelo grupo interrogando o *trabalho de reagrupamento*, de inclusão e de exclusão, do qual ele é o produto, e analisando o *trabalho social de definição e de delimitação* que acompanhou a formação do grupo e que contribuiu, objetivando-o, para fazê-lo ser sobre o modo da evidência (BOLTANSKI, 1982, p.51-52).

Considerar os processos de objetivação social demanda a adoção de um enfoque processual, que busque captar as instituições, uma vez mais, não como produtos acabados, naturalizados e a-historicizados, mas “em vias de se fazer”. Gaïti (2006, p.41), fazendo um balanço do programa de pesquisa da sociologia política das instituições desenvolvido na França a partir dos anos 1980, chama a atenção para os dois movimentos que devem ser feitos na análise: trata-se, em primeiro lugar, de “debruçar-se sobre os modos de existência social das instituições, sobre os usos, os investimentos práticos e simbólicos que elas produzem e que a especificam, tanto em movimentos de invenção ou nas conjunturas de crise quanto nos períodos de estabilização e rotina”. Em segundo lugar, é preciso “pensar o regime de existência próprio das instituições que as constitui na análise em vetores de constrangimento sobre os atores, sobre suas maneiras de (se) ver, de (se) pensar, de crer e de agir”.

Esse tipo de preocupação analítica não implica uma abordagem cronológica e linear da “criação” de instituições, que, uma vez estabilizadas, codificadas e interpretadas, se realizariam e cristalizariam “na prática”. O intento é, ao contrário, captar o jogo permanente entre o instituído e o nascente ou “remotivado”, pois se os fatos sociais podem tornar-se coisas, as coisas podem igualmente se desfazer e perder seu caráter de instituído (GAÏTI, 2006, p.41). Para o caso específico do jornalismo investigativo, nada autoriza a interpretar a sua emergência como uma “evolução” do jornalismo, nem tampouco como um processo retilíneo e inelutável. Ele engendra divergências múltiplas entre setores sociais diferentes (jornalismo, política, magistratura, etc.), assim como no interior de cada um destes (LEMIEUX, 2001b, p.59).

Em síntese, o interesse direcionado para as propriedades sociais de indivíduos e seus empreendimentos concretos objetivando, de modo mais ou menos consciente, a invenção e/ou a modificação das instituições, contribui

para a inclusão nas agendas de pesquisa de dimensões que permitam verificar, por exemplo, que “instituições democráticas” são tributárias de estratégias nem sempre conscientes de agentes em luta, assim como do trabalho de importação de modelos ocidentais que justificam movimentos de edificação e de reformas das mesmas (GRILL, 2014, p.242).

Levantadas as primeiras dimensões a serem trabalhadas, algumas questões iniciais se colocam: como se impõe, no Brasil, o jornalismo investigativo não apenas como um “conceito” e uma prática, mas como recurso nas disputas profissionais por postos e posições? Em que medida a afirmação dessa prática reconfigura o espaço e as representações profissionais? Quais os recursos valorizados ao longo tempo? Que princípios de legitimação estão em jogo? Como se organizam os repertórios de ação que conjugam princípios de excelência profissional com formas variadas de engajamento em “causas”? De que forma o jornalismo investigativo se situa em relação a outros modos de exercício profissional? Quais as eventuais relações que se estabelecem entre os profissionais que aí atuam com agentes situados em outras instâncias? Quais os mecanismos pelos quais esse esquema de entendimento importado tende a aglutinar progressivamente os valores “nobres” da profissão e a se impor como sinônimo de “bom jornalismo”? Quais modalidades de combinação de capitais e conversões podem ser identificadas?

## I Desafios ao estudo do jornalismo no Brasil

Em texto publicado originalmente em 1910, em que propõe um programa de pesquisa para o estudo sociológico da imprensa, Weber (2002, p.187-191) chamava atenção para a função social dos jornais e para algumas das interfaces entre o jornalismo e as dimensões política e econômica da vida social moderna, assim como para as relações de poder em jogo. Com o passar do tempo, o problema da relação do espaço jornalístico e da respectiva condição profissional de jornalista com outros universos sociais tornou-se relativamente bem explorada pela bibliografia (BOURDIEU, 1997, 2007; CHAMPAGNE, 1996, 2007, 2016; MARCHETTI, 2001, 2002, 2010; CHUPIN e NOLLET, 2006; CORADINI, 2006; PETRARCA, 2007). No caso do jornalismo investigativo, a sua emergência é frequentemente explicada não apenas por transformações internas ao espaço profissional, mas também externas, com ênfase para os espaços político e jurídico (GARRAUD, 1999; MARCHETTI, 2001, 2010).

Para o estudo do jornalismo, Bourdieu (1997, p.55), questionando a interpretação da prática jornalística como sendo unicamente regida pela dimensão econômica, propõe a noção de campo jornalístico, definida por ele como

um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos.

No mesmo sentido, Éric Neveu (2006, p.62), por sua vez, argumenta que o estudo do campo jornalístico convida a pensar esta profissão como um universo estruturado por oposições objetivas e subjetivas, e também as suas relações com outros espaços sociais, levando em consideração sua maior autonomia ou dependência em relação a eles. Focar nas transformações morfológicas não exclui uma visão mais compreensiva no que concerne às práticas e concepções dos jornalistas, de suas estratégias, reconversões e movimentos.

De modo semelhante, Marchetti (2010, p.9) trata da necessidade de uma sociologia da produção midiática, pontuando que as mídias desempenham atualmente um papel muito relevante para serem confiadas somente à crítica moral e política. Para dar conta deste empreendimento, é preciso partir de uma perspectiva mais geral, um ponto de vista sobre o conjunto dos pontos de vista, que seja mais distanciado do jogo profissional e das disputas que aí se desenrolam, de modo a possibilitar “uma análise relacional das mídias e dos jornalistas, certamente atenta aos discursos, mas também às estruturas e às práticas” (MARCHETTI, 2010, p.10).

Trabalhos como os de Champagne (1991, 1995, 1996, 2007, 2010, 2016), Champagne e Marchetti (1994), Marchetti (2002, 2003, 2010) e Lévêque (2000) apresentam de diferentes maneiras, mas com orientações comuns, as formas diversas que as relações de força entre espaços com lógicas de funcionamento, hierarquias e princípios de legitimação relativamente distintos se revestem. Esse conjunto de trabalhos chama a atenção para os constrangimentos que agem sobre o trabalho jornalístico, que não depende exclusivamente dos processos que se desenrolam no seio do espaço profissional. Isto leva um autor como Schudson (2010, p.19) a se referir ao jornalismo como uma “profissão sem isolamento”. Por outro lado, entra em jogo a crescente capacidade da “mídia”, entendida de modo genérico, de influir no que se passa em outros espaços sociais, principalmente por meio dos “escândalos” e seus desdobramentos. Todo esse esforço de situar o jornalismo e suas relações com outros universos sociais se justifica na medida em que “o que compõe a ‘atualidade’ não é evidente (...) e esta constitui

objeto de lutas permanentes no seio das redações sobre os acontecimentos a tratar, sua hierarquização ou ainda o sentido que é preciso lhes dar” (MARCHETTI, 2010, p.116).

Devido a essa posição, as mídias operam uma mediação importante, retraduzindo e mediatizando a seu modo as transformações que ocorrem nas variadas esferas cobertas e, de modo mais geral, no espaço social. Com frequência, a crença no papel dos jornalistas como intermediários não decorre do fato de que eles são percebidos como agindo em nome de grandes universais, como a “democracia” ou a “transparência”, mas da percepção de que o sucesso de causas e mobilizações pode ser medido pelo interesse dado a elas por alguns jornalistas. Parte das estratégias de outros grupos sociais passa então pela consideração das expectativas e dos constrangimentos dos jornalistas (CHUPIN e NOLLET, 2006, p.30), o que contribui para ancorar a posição destes em meio, por exemplo, a empresas de “denúncia” diversas.

Marchetti (2010) coloca de maneira muito pertinente a interrogação sobre as condições de possibilidade da mediatização de problemas sociais, que devem ser pensados não apenas em termos estritamente jornalísticos, mas como processos complexos que envolvem relações de força que envolvem lógicas entrecruzadas com outras categorias de agentes. Sintetizando o argumento, para o caso do *journalisme d’investigation*:

Se os casos e a investigação adquiriram tal lugar, é igualmente porque eles são o produto e o revelador da posição estratégica que ocupam agora as mídias numa parte das lutas internas ao campo político e no campo judiciário, assim como nas relações que eles mantêm entre eles. O campo jornalístico é estratégico não porque ele representaria um “quarto poder”, mas porque ele permite agir *par ricochet* sobre diferentes universos sociais. Como o mostram os casos, “a mediatização” é em parte o produto de relações de forças internas a diferentes espaços sociais – opondo aqueles que se interessariam no “escândalo” como violação de normas e aqueles para quem o “escândalo” seria fazer dele um “escândalo” – que o universo jornalístico retraduz segundo suas lógicas próprias (MARCHETTI, 2001, p.171-172).

“Pilar da democracia” ou, ainda, “denuncismo”, “sensacionalismo”, etc.: tal como para o caso das transformações ocorridas no poder judiciário, parte do fundamento das apreciações controversas e divergentes a respeito do jornalismo investigativo reside no poder progressivamente maior que os veículos de comunicação assumiram em face aos outros espaços sociais, não podendo estes mais passar indiferentes ao que se “revela” sobre eles<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> As teorizações do jornalismo como um “cão-de-guarda” e a do “valor-notícia” são constantemente retomadas pelos jornalistas para justificar a presença cada vez maior das “denúncias” e “escândalos” na mídia. A primeira atribui ao jornalismo a função de “fiscalizar os poderes”, e a segunda está ligada ao sucesso de vendas e/ou de audiência. O advento da “era do escândalo”, como é frequentemente denominada, estaria portanto ligado tanto

Isso contribui para explicar a constituição do jornalismo (e do jornalismo investigativo, de modo particular) enquanto um objeto de disputa não somente profissional, mas também política (MARCHETTI, 2001, 2010; CHAMPAGNE, 2016; VAUCHEZ, 2017).

Como desdobramento dessa mediação, entra no horizonte a dimensão não apenas de interpretação, mas de construção, por parte do jornalismo, de realidades às quais ele pretende, discursivamente, descrever (CHAMPAGNE, 1991, 2010), contribuindo para a produção da “opinião pública” (CHAMPAGNE, 1996; WEBER, 2002, p.190). Este aspecto está diretamente ligado à produção dos “acontecimentos”, que se impõem principalmente sobre o mundo político e condicionam os agentes que dele participam a se situar, positiva ou negativamente, em relação a esses constructos jornalísticos.

Outra modalidade de relação entre os espaços jornalístico e político é aquela à qual se dedica o trabalho de Champagne (1996), que demonstra como a introdução de novos profissionais e ferramentas produziu mudanças substanciais no jogo político. Os políticos passaram a se ver cercados por especialistas em comunicação política, “marqueteiros”, “jornalistas políticos” e, inclusive, cientistas políticos, assessorando no sentido de uma maior eficácia eleitoral, racionalizando e complexificando o jogo em questão, com o emprego, por exemplo, das sondagens de opinião e dos demais “produtos” ofertados por esses agentes, que passam a ser vistos como indispensáveis para aqueles que pretendem lograr êxito em processos eleitorais<sup>11</sup>. Este cenário marca o surgimento de “profissionais especializados na interpretação e na manipulação políticas” (CHAMPAGNE, 1996, p.30). A complexificação do jogo político, as transformações dos modos de fazer campanhas (por exemplo, com o aumento dos seus custos e as buscas por novas fontes de financiamento por parte dos eleitos) são ainda vistos como fatores que favorecem a “escandalização” das práticas políticas (GARRAUD, 1999, p.133).

Uma tendência relativamente recente dos trabalhos franceses sobre o jornalismo é a de avançar a hipótese da construção e desenvolvimento de “subcampos” especializados de produção jornalística. O artigo de Dominique Marchetti (2002), dedicado especificamente a sistematizar estudos e apontar caminhos de pesquisa relativos a este aspecto, é uma referência retomada com frequência pelos autores desse tipo de estudo. No artigo em pauta, o autor destaca a tendência crescente à especialização do campo jornalístico francês, que segue no

---

ao fortalecimento do jornalismo como “instância vigilante” quanto às pressões crescentes do mercado, impelindo à competição pelos diferentes públicos.

<sup>11</sup> Para Dobry (2009, p.108-109), é preciso cuidado com esse tipo de consideração, para não se cair em teses “doxocráticas”, que postulam o advento do “reino da opinião pública” e de um modo de legitimação que tenderia, nas suas versões mais radicais, a suplantar a legitimação dos governantes pelos processos eleitorais.

sentido da constituição dos mencionados subcampos, situados entre os polos generalista e especializado do campo, e que dependem das lógicas de funcionamento do campo jornalístico e das diferentes relações que este mantém com os espaços midiáticos. Transformações no recrutamento e nas lutas pela definição da excelência jornalística são dois efeitos importantes desse processo de especialização<sup>12</sup>. Contudo, para o caso dos referenciais franceses que tratam especificamente do estudo do jornalismo, é preciso ter em vista, como lembram Grill e Reis (2012b, p.171), que estes trabalhos estão tratando de mídias mais diversificadas, que atingem contingentes mais amplos, onde o impacto das mesmas é maior, a ponto de poderem reivindicar legitimamente certa autonomia. Isto limita a abordagem do jornalismo investigativo no Brasil enquanto um “subcampo” ou “especialidade”, tal como nos trabalhos franceses mencionados acima.

No Brasil, a afirmação num determinado domínio de atividade é grandemente tributária de outras inserções e acúmulo de recursos em espaços de atuação os mais diversos, marcando a indiferenciação, plasticidade e fluidez dos espaços e dos níveis, e uma forte dependência e vulnerabilidade em relação à política. Uma das consequências metodológicas disso relaciona-se aos significados de indicadores de posição e origens sociais, principalmente os referentes às ocupações profissionais (CORADINI, 2017a, p.59).

## II Profissões e espaços da política

Na base das preocupações que orientam o trabalho está o entendimento de que “a dimensão política do mundo social não se reduz a atividades, espaços, atores ou racionalidades oficialmente reconhecidos como ‘políticos’” (SEIDL e GRILL, 2013, p.8), sendo necessário incluir na análise categorias e interesses que podem não se referir diretamente à “política”, mas cuja realização depende de algum modo da passagem por instância “políticas” (CORADINI, 2017a, p.44). Portanto, é preciso levar em conta a produção social do fenômeno político, que implica

compreender como (...) relações sociais, estilos de relações, formas de troca e de comunicação, práticas profissionais, engajamentos associativos e assim por diante, tornam-se elementos ou regras do espaço político e produzem além disso as categorias de pensamento que permitem falar dele. Trata-se aí das formas e das vias de uma conversão, a de todas as espécies de práticas em atividades políticas (LAGROYE, 2003, p.6).

---

<sup>12</sup> Comby (2009), por exemplo, mostra como a valorização crescente do meio-ambiente no início dos anos 2000 se relaciona com a construção coletiva do meio-ambiente como uma especialidade jornalística. O mesmo vale para o trabalho de Lévêque (2000) sobre os “jornalistas sociais”.

No que tange à “politização<sup>13</sup>”, um dos seus desdobramentos é uma “tomada de consciência”, por parte dos atores normalmente estrangeiros ao espaço político, da “dimensão política” da atividade que desempenham (LAGROYE, 2003; LAGROYE et al., 2012; CHAMPY e ISRAËL, 2009). Este é um aspecto importante para o que aqui está em jogo, pois “tomar em conta a questão da *politização* (...) dos espaços de inserção profissional é indispensável a qualquer esforço de compreensão dos mecanismos e das lógicas que organizam e dão sentido às lutas no espaço político numa configuração como a brasileira<sup>14</sup>” (SEIDL, 2013, p.191). Em síntese, não se pode excluir do horizonte das preocupações uma gama de agentes que, para além dos “eleitos”, contribuem de modo decisivo para o funcionamento da esfera política em vários níveis. É o que, por exemplo, argumenta Dulong (1996), ao chamar a atenção para lógicas externas à política e que podem incidir diretamente sobre os jogos que nele se desenrolam.

Isto é potencializado pelo fato de estarmos diante de um contexto no qual as estratégias empreendidas têm de modo frequente em seus fundamentos a utilização de recursos acumulados em domínios distintos que, em combinação uns com os outros, favorecem o acesso a posições de poder em diferentes instâncias. Atentar para o potencial heurístico deste ponto é fundamental para captar os cruzamentos e as atualizações das lógicas que orientam e definem o jogo político (GRILL e REIS, 2010), algo que justifica em grande medida os esforços de pesquisa e potenciais contribuições desta tese. Por isso, no núcleo das preocupações está o problema da vinculação estreita do jornalismo com outras esferas sociais, como a “política”, com a qual os jornalistas no Brasil mantêm uma relação complexa e multifacetada.

A observação cotidiana do universo mostra de modo corriqueiro como os jornalistas, nas suas numerosas formas de engajamento e consequentes tomadas de posição, interferem cada vez mais no que se disputa no mundo político. Constata-se uma imbricação frequente entre as “causas” relativas à profissão (como a reivindicação de autonomia face às imposições editoriais, as liberdades de imprensa e de expressão ou o direito de acesso a informações públicas) com outras “causas externas” (como a dos direitos humanos, da defesa de grupos

---

<sup>13</sup> Entendida no sentido atribuído por Lagroye (2003, p. 360-361), ou seja, como “uma requalificação das atividades sociais as mais diversas, requalificação que resulta de um acordo prático entre agentes sociais inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou a questionar a diferenciação dos espaços de atividades”.

<sup>14</sup> É preciso considerar, no entanto, a ponderação de Coradini (2017a, p.37), que alerta para o fato de que embora de grande utilidade, conceitos como o de politização carregam consigo o perigo da substancialização e da sua transformação em instrumento para constatar uma determinada “realidade”. Sobre a elasticidade de definições que o termo “politização” implica, ver Déloye (1999, p.121-123).



sociais marginalizados, etc.), algo que, ao que tudo indica, deriva de uma grande proximidade, ou mesmo indistinção, entre o engajamento profissional e o engajamento político, que é tributária de socializações e relações com o mundo político específicas<sup>15</sup>.

No caso do jornalismo investigativo, observa-se uma tendência da conformação de disposições mais ou menos “críticas” em relação à política, o que implica uma relativa familiaridade com os princípios que regem este universo. É o que constata Marchetti (2001) que, ao analisar as primeiras gerações de jornalistas investigativos na França, afirma que estes ocupam uma posição homóloga no campo jornalístico àquela que ocuparam os “juízes vermelhos” no campo jurídico francês nos anos 1970, ou seja, como protagonistas de transformações morfológicas importantes nas formas de recrutamento nos respectivos espaços, principalmente no que se refere às origens sócio-profissionais. A entrada no jornalismo, nesses casos, é concebida como um engajamento político, ou seu prolongamento.

Esses jornalistas estão tão mais dispostos a ter uma relação crítica com o poder político – ou, mais amplamente, um “humor anti-institucional” – quanto muitos dentre eles têm um passado político de esquerda ou foram politizados muito jovens durante a guerra, no período da guerra da Argélia e da guerra da Indochina, ou ainda no momento dos movimentos sociais do fim dos anos 1960” (MARCHETTI, 2001, p.176).

O envolvimento direto ou indireto nas questões caras ao mundo político por parte desses profissionais, assim como dos respectivos veículos para os quais trabalham – que se caracterizam por aquilo que Coradini (2003, p.131) chamou de “empresa multidimensional”, é um sinal contundente da interdependência entre jornalismo e política, demandando, portanto, investigações mais específicas desse domínio profissional. No conjunto dos relatos colhidos, é relativamente frequente a presença dessa espécie de hibridação entre a prática jornalística e o envolvimento com a política. Em geral, os argumentos oscilam desde a denúncia de irregularidades até a defesa de um jornalismo com viés “social”, comprometido com as causas de grupos sociais desfavorecidos (o que leva, em alguns casos, ao envolvimento direto com partidos políticos, movimentos sociais, ONGs, etc.).

Encaminhamentos de pesquisa fundamentais para a compreensão das relações entre profissões e política estão ligados aos trabalhos de Offerlé (1996, 1999). As preocupações do

---

<sup>15</sup> Essas formas de engajamento não são exclusivas de jornalistas, reunindo vários agentes de outros domínios sociais e profissionais (com destacada participação de advogados ligados a um “direito alternativo” e de cientistas sociais que partilham de uma concepção de “ciência engajada”). É importante ter em conta na análise, portanto, as formas pelas quais as trajetórias sociais e engajamentos (prévios ou posteriores à inserção numa seara profissional específica) contribuem para modificar concepções acerca da própria atividade desempenhada (CHAMPY e ISRAËL, 2009). Ver, para a questão da socialização política, entre outros, Canêdo (2002), Berger e Luckmann (2008), Moreno e Almeida (2009) e Lagroye et al. (2012).

autor se relacionam principalmente com a compreensão dos processos de entrada (e “saída” ou “fracasso”) na política e com a profissionalização do espaço político como domínio relativamente autônomo, com regramentos, disputas e valores que lhe são próprios. Aqui se coloca o problema do uso da profissão de origem como variável para a compreensão de inserções bem-sucedidas na política, e de como determinados agentes, outrora atuantes em domínios profissionais variados, passam a se dedicar exclusivamente ao seu cargo ou função política, ainda que nada garanta que uma determinada competência profissional assegure um acesso automático à atividade política<sup>16</sup> (OFFERLÉ, 1996). Investigações desse tipo têm a preocupação em dar conta dos mecanismos que presidem à seleção do pessoal político, por meio dos seus percursos sociais e profissionais em relação com as dinâmicas do espaço político<sup>17</sup>. A essa altura, é preciso indagar: Quais atributos são considerados necessários ao envolvimento nas questões caras ao espaço político? O que faz com que determinadas profissões se tornem mais propensas a se constituírem enquanto “viveiros de vocações políticas” em detrimento de outras?

Para que a compreensão das formas de recrutamento político em suas relações com as posições sociais e a atuação profissional seja mais precisa, é necessário que se combine, na análise, os macro-fatores (efeitos da dominação social, chances diferenciais de acesso e sucesso à política, proximidade de certas profissões com o universo político que repousa em *savoir-faires* profissionais passíveis de conversão em *savoir-faires* políticos etc.) e os micro-mecanismos explicativos (formas de cooptação partidária, valores variáveis do prestígio de uma profissão, tipos de mercados políticos, com seus distintos níveis e espaços de competição etc.) (OFFERLÉ, 1999, p.23).

Dogan (1999) traz importantes contribuições nesse sentido. O autor defende que a mobilidade lateral é mais forte para categorias profissionais que exigem qualidades mais afeitas àquelas que são requeridas dos homens políticos, muito embora admita que a importância dessas categorias pode variar com o tempo. Em suma, a predisposição para a carreira política reside nas profissões que, por sua proximidade com este universo, oferecem oportunidades de um acesso mais direto e facilitado. Nesse sentido, as profissões intelectuais ocupariam posição de destaque, sobretudo pelo domínio *du verbe* e *de la plume*. No caso específico do jornalismo, Dogan (1999, p.180-182) mostra como na Terceira República

---

<sup>16</sup> Lévêque (1996) apresenta uma revisão bibliográfica muito pertinente sobre as “entradas na política”, em suas diferentes abordagens e aspectos.

<sup>17</sup> Para um balanço bibliográfico importante sobre este ponto, particularmente centrado nas diferenças entre as abordagens das ciências sociais na França e nos Estados Unidos relativas ao estudo dos “profissionais da política”, ver Sawicki (1999).

francesa as redações de alguns jornais se configuravam enquanto comitês diretores de agrupamentos políticos, algo não tão distante de alguns aspectos da realidade brasileira. Ele ainda descreve três tipos mais gerais de jornalistas que ingressam na política: 1) Jornalista “autêntico” (que chegou na política por meio do jornalismo); 2) Parlamentar (que tem no jornal um meio de ação e de luta, mas que não chegou na política pelo jornalismo) e; 3) Jornalista “ocasional” (que não ocupa posições na hierarquia de nenhum jornal, mas atua esporadicamente como colaborador)<sup>18</sup>. Em resumo, segundo o autor, seria preciso captar, então, a capacidade de promoção política por meio do jornalismo, preocupação que já se encontra presente nas análises de Max Weber (1959, p.143-148 e 2002, p.187-192), e corroborada, entre outros, pelos trabalhos de Coradini (2001, p. 39-40 e 2006, p.283-292).

## II.1 Atuação profissional e engajamentos múltiplos

Um desdobramento da problemática relativa às interfaces entre profissões e política diz respeito às variadas modalidades de engajamento de agentes situados em domínios profissionais diversos. As hipóteses da existência de retribuições subjacentes às condutas engajadas e de que os universos militantes são reconhecidos oficialmente como espaços “desinteressados” que recompensam disposições e condutas apresentadas como desinteressadas (BOURDIEU, 1996; GAXIE, 2005) abriram caminho para que se percebesse a diversidade das formas de militância em sua verdade objetiva, a partir investigação dos recursos sociais, culturais e das experiências acumuladas que favorecem, em certos contextos sociais e históricos, a aquisição de disposições específicas que possibilitam os engajamentos e que dão aos agentes assim condicionados um sentido de intervenção na “realidade” (SEIDL, 2009; REIS, 2008).

No intuito de compreender quais elementos ligam profissões e seus agentes aos engajamentos, Champy e Israël (2009) vão buscar as formas de hibridação entre posturas militantes e a atividade profissional daqueles que se engajam. E aqui não está somente em pauta os usos no engajamento das competências de cunho mais geral, como o domínio *du verbe e de la plume* acima expostos, mas também de toda uma gama de conhecimentos especializados e codificados, que somente uma forte inserção num determinado espaço profissional permite adquirir.

---

<sup>18</sup> Para trabalhos exemplares, ver Kaciaf (2010) e Aubret (2010).

Matonti e Poupeau (2006, p.130), apontando as limitações da noção de capital político, chamaram de capital militante essa capacidade de se orientar no espaço político e os mecanismos pelos quais esta é incorporada. Este capital, que é em parte adquirido por meio das competências propriamente escolares, “abrange um conjunto de saberes e de *savoir-faires* mobilizáveis no momento das ações coletivas, das lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos e, assim, suscetíveis de facilitar certas ‘reconversões’”.

Os efeitos desse capital militante se fazem presentes não apenas numa mobilização política ampla, mas em engajamentos de natureza particular, onde os recursos de *expertise* atestados por uma formação profissional são critérios basilares para tomadas de posição legítimas, afastando progressivamente o que poderia ser chamada de uma *expertise* profana (CHAMPY e ISRAËL, 2009, p.10). Em certos casos, isso pode conduzir a modificações das práticas e identidades profissionais, para torná-las mais compatíveis com os ideais reivindicados, reconfigurando a estrutura do espaço profissional e inserindo novas “correntes” e “tendências”. Temos aqui então uma via da mão dupla que permite, ao mesmo tempo, tanto uma incorporação e retradução das lutas políticas nos termos de uma determinada profissão, quanto uma “politização” da esfera profissional (CORADINI, 2001, 2006; PETRARCA, 2013; AUBRET, 2010; REIS e PETRARCA, 2015).

Esforços relativamente recentes nas Ciências Sociais francesas, como o trabalho coletivo organizado por Lévêque e Ruellan (2010), têm tentado de igual modo dar conta dessa conciliação das práticas profissionais dos jornalistas e envolvimento com a esfera política<sup>19</sup>. Tratando do contexto nacional francês, alguns autores chegam mesmo a abordar indicadores de “despolitização” dos jornalistas, o que conseqüentemente elevaria o grau de autonomia, sempre relativo, do campo jornalístico face aos poderes políticos (GARRAUD, 1999; KACIAF, 2010; SOURP-TAILLARDAS, 2010; FRISQUE, 2010). Mesmo assim, o que ocorre geralmente é uma forte adesão à profissão e às suas “causas” específicas, o que implica, em maior ou menor grau, certa dose de engajamento (FRISQUE, 2010).

Importantes contribuições para o entendimento dos engajamentos profissionais são suscitadas por Ferron (2010) que, tomando uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, em 2003, e o respectivo *contre-sommet* organizado por entidades altermundialistas de esquerda, investiga as estratégias midiáticas dos movimentos

---

<sup>19</sup> Os ajustes desses repertórios políticos e profissionais nem sempre são de fácil resolução para os agentes envolvidos nessa combinação, como mostra Hubé (2010), para o caso dos conflitos que giram em torno da adoção de um modelo dominante de empresa jornalística em dois periódicos, na origem, classificados como “alternativos” (*Libération* e *Tageszeitung*).

sociais. O autor critica os lugares-comuns que aproximam a prática jornalística das posturas distanciadas em detrimento do engajamento e que caracterizam a militância precisamente pelo inverso (modo de ação mais engajado que distanciado), apontando a existência de categorias de agentes posicionados simultaneamente e de modo durável nos universos do jornalismo e do militantismo.

Existem (...) jornalistas especialistas dos movimentos sociais, ou mesmo militantes de uma causa (ecologia, feminismo, etc.), mas igualmente jornalistas que militam pela sua profissão (no seio de sindicatos profissionais de jornalistas, por exemplo). De outro lado, militantes podem se fazer “jornalistas” de uma causa, ou mesmo especialistas das relações com os jornalistas, ou ainda militar por uma crítica do jornalismo (FERRON, 2010, 109-110).

Diante de sobreposições de registros profissionais e militantes como esta, o que se coloca para o pesquisador são as condições pelas quais determinados atores conseguem definir essa categoria de “jornalismo militante” e de que modo pleiteiam e, em certa medida, conseguem contrapor, esta nova definição “alternativa” da prática profissional às práticas da *mainstream media*. Não obstante, as mudanças aqui não se limitam ao universo profissional, mas têm impactos também nas práticas políticas dos movimentos sociais, que passam a contar com esse jornalismo como uma especialidade a mais na divisão do trabalho militante.

Algo semelhante foi observado por Petrarca (2008), ao tratar da emergência do “jornalismo ambiental”. Para ela, este jornalismo se caracteriza por uma prática de fronteira entre o universo jornalístico e o movimento ecológico. O perfil destes jornalistas condensa uma série de propriedades ligadas ao mundo político e da militância, o que favorece a articulação destes profissionais com entidades e grupos ambientalistas.

Também estão em jogo as redefinições do papel e das concepções do *métier*. Champy e Israël (2009, p.10) sintetizam afirmando que

esses atores podem ser antes de tudo militantes, que escolhem se formar profissionalmente num domínio que lhes parece propício à defesa de sua causa, ou antes profissionais que, sensibilizados eventualmente no curso de suas atividades, com uma causa, decidem nelas mobilizar suas competências.

As contribuições desse conjunto de reflexões para pesquisas sobre atuação profissional em zonas de fronteira com universos militantes são muitas e variadas. A princípio, levar em conta a posição social dos agentes, as propriedades de origem e de formação e as formas de ingresso nos universos profissional e político, associadas aos contextos históricos e políticos mais amplos, constitui uma premissa importante.

Temos portanto a oportunidade de compreender duas dimensões: 1) as estruturas compósitas que tornam legítimos, por exemplo, engajamentos na arena política (filiação a partidos políticos e sindicatos, militância junto a movimentos sociais, ONGs etc.), ao mesmo tempo em que se reivindica, em geral, as liberdades de expressão e de imprensa e a autonomia do trabalho jornalístico e; 2) os “contrabandos” ou reconversões que se operam entre esses espaços.

## II.2 Os usos da condição profissional

Boigeol e Dezalay (1997) criticam as principais correntes da “sociologia das profissões” por naturalizarem os processos de “profissionalização”, cuja representação linear conduziu a considerar as profissões jurídicas e médicas anglo-saxãs como modelo universal, em relação ao qual caberia medir o “grau de profissionalização” atingido por esta ou aquela atividade. Advogam assim que este tipo de processo seja problematizado como uma estratégia individual e coletiva que responde a outras estratégias complementares. As instituições, o escopo de atividade e até mesmo o saber atribuído a uma profissão não são, nessa perspectiva, considerados como evidentes; são vistos como meios e efeitos de uma luta incessante no interior das profissões, por meio da qual a paisagem profissional e a identidade de cada um dos saberes que a compõem passam por sucessivas redefinições.

Em vez de reproduzir e objetivar a categorização das práticas tal como são produzidas pelas instâncias profissionais, que têm interesse em fazer valer a sua verdade e legitimar a profissão que representam, cumpre construir o objeto e considerar uma “profissão” determinada como espaço de confronto entre estruturas de capital e princípios de legitimação e hierarquização, o que implica atentar ao jogo das posições e das estratégias, internas e externas, por meio das quais os processos de “profissionalização” se constituem (BOIGEOL e DEZALAY, 1997) e um domínio de atividade passa a ser reconhecido, com seu conjunto de saberes, de formações e titulações mais ou menos específicas etc. (COLLOVALD e NÉVEU, 2001). Como pretendemos demonstrar empiricamente, este é um processo marcado por ambiguidades, tendo em vista que o desenvolvimento de uma “profissão”, num contexto como o aqui tratado, credencia cada vez mais os profissionais para intervirem ativamente na “política”.

A noção de capital social é especialmente relevante para dar conta dos princípios de estruturação e hierarquização do espaço jornalístico. Bourdieu (2008, p.67) define o capital social como

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis<sup>20</sup>.

Boltanski (1973) segue na mesma linha, apontando para as implicações da posse de uma superfície social extensa. Para o autor, a ocupação de uma posição determinada no espaço social implica em si mesma a posse de um determinado capital social (com os seus respectivos dividendos, como prestígio, crédito simbólico, legitimidade, poder, etc.). O capital de relações sociais é o mais importante privilégio adquirido pelos agentes bem situados socialmente, uma vez que

por intermédio da rede de relações, familiar ou de amigos, se opera um número importante de transações objetivamente políticas ou objetivamente econômicas, mas que, não se realizando por intermédio da moeda, escapam na maioria das vezes, como as trocas econômicas nas sociedades tradicionais, à definição social do econômico e ao olhar dos economistas, tais como recomendações, trocas de informações, etc.<sup>21</sup> (BOLTANSKI, 1973, p.10).

Os princípios de legitimação com base no mercado e no capital de relações sociais mostram uma complementaridade no Brasil, o que conduz Coradini (2011, p.51) a concluir que “tanto o ingresso no mercado escolar como de trabalho são condicionados pela inserção prévia em redes estruturadas com base no capital de relações sociais” e que, se o capital

---

<sup>20</sup> Coradini (2010b), problematizando os usos de diferentes noções de capital social, identifica dois eixos principais: 1) uso da noção para razões político-ideológicas e sua transformação num instrumento de luta a serviço de certas forças sociais e políticas e; 2) problemas de definições operacionais e conceituais do capital social. O problema reside ainda em usos descontextualizados do conceito, separando-o de suas bases teóricas e epistemológicas. A noção de capital social de Bourdieu implica uma concepção de ciências sociais que diferencia a racionalidade própria destas de meios de ação, pressupondo uma autonomia relativa e um distanciamento de qualquer adesão inicial a qualquer ordem social. Em síntese, diferente de outros tipos de capital – que são constituídos de certos recursos embasados pelos seus respectivos princípios de legitimação, juntamente com suas regras específicas, que referem-se a um espaço com maior ou menor grau de objetivação –, o capital social não é objetivável em nenhum espaço, pois não passa por nenhuma institucionalização ou formalização e, em consequência, é transformado num universal. “Sua existência e utilização implicam a presença de redes de relações originalmente formadas para outros fins (tais como parentesco, amizade, companheirismo educacional ou profissional) em espaços ou campos e respectivas instituições” (CORADINI, 2010b, p.566). Para uma atualização e aprofundamento das controvérsias relativas aos diversos conceitos de capital social, ver Coradini (2017b). Esses debates em torno do capital social e seus usos nas últimas décadas remetem também às disputas em torno de concepções muito distintas de ação social que têm lugar nas ciências sociais norte-americanas, analisadas por Wacquant e Calhoun (1991).

<sup>21</sup> Segue o autor: “O conjunto dos diferentes tipos de vínculos sociais disponíveis e culturalmente designados, em suma, legítimos – vínculos familiares, alianças matrimoniais, coleguismos de escola, de exército ou de esporte, etc. – são tão mais facilmente e discretamente desviados de sua destinação patente (amistosa, afetuosa ou amorosa), isto é, lúdica, quanto o desinteresse da relação está inscrito na definição social do vínculo pessoal uma vez que ele se opõe aos vínculos institucionais ou profissionais por exemplo” (BOLTANSKI, 1973, p.10, nota 12).

escolar conta de algum modo como princípio para diferenciação e acesso a posições de prestígio, ele conta quase sempre apenas na entrada, e não possui um efeito durável para a manutenção das mesmas, ficando esta função a cargo de outros capitais (CORADINI, 2011, 2013).

Por ser uma ocupação pouco institucionalizada (NÉVEU, 2006, p.35-37), as relações pessoais e das “indicações” ou “convites” para veículos são, em muitos casos, as principais formas de ascensão profissional no jornalismo. O diploma e a formação escolar, contam apenas como uma espécie de “brevê”, algo já constatado por diversos autores, entre eles Rieffel (1984) e Petrarca (2007)<sup>22</sup>. Esta última afirma que

de maneira geral, a forma mais comum de entrada na profissão e possível crescimento na hierarquia dá-se por meio de “indicações” e “conhecidos”. Tanto o ingresso no mercado de trabalho como o acesso a outras posições, postos e cargos vinculados ao exercício do jornalismo, ocorrem através de indicações de pessoas, na maioria das vezes, conhecidos do meio jornalístico que fazem a intermediação (PETRARCA, 2007, p.166).

É possível postular que boa parte daquilo que é considerado como “trabalho jornalístico” gira em torno de um trabalho constante de gestão, acumulação e conversão do capital de relações sociais. Ou seja, muitos dos acessos a postos de trabalho são conseguidos por meio de “patronagem profissional” (CORADINI, 1997a, p.456), quando um profissional mais experiente e/ou dotado de muitos contatos faz a intermediação. Além de colocações profissionais, as relações com as fontes (muitas delas agentes que ocupam posições políticas), com o público em geral e com os colegas de ofício são marcadas profundamente pelo caráter personificado, podendo ser utilizadas não apenas para o exercício estrito da “investigação” jornalística, mas para inserções e intervenções em outros domínios.

Entretanto, na acepção em pauta, não está em jogo apenas o que a linguagem de senso comum designa como “relações”, que são apenas uma forma de explicitação, dentre muitas outras, do capital social. Assim, “mundanidades” em geral – que, à primeira vista, podem aparecer como manifestações isoladas e anódinas –, revelam-se como formas particulares de todo um trabalho social que supõe investimentos diversos (de tempo, dinheiro, etc.), além de competências mais ou menos específicas, para assegurar a reprodução (simples ou ampliada) do capital social (BOURDIEU, 1983, p.45). Não podendo ser reduzido às outras espécies de

---

<sup>22</sup> Sobre o papel das escolas de jornalismo francesas como “bancos de capital social” que os alunos recém-formados mobilizam para ter acesso a postos de trabalho, ver Marchetti (2003). As condições de eficácia do capital social na entrada e sucesso no “mercado de trabalho” são analisadas por Bourdieu (1989, p.235-236). Para uma análise do processo de acumulação e reconversão desse tipo de capital no caso da nobreza francesa, ver Saint-Martin (1993, p.25-65).



capital (econômico, cultural, etc.), o capital social exerce um verdadeiro “efeito multiplicador” sobre eles (ver, por exemplo, BOURDIEU, 1989, p.172), o que explica a sua centralidade para determinados conjuntos de agentes cujo poder e autoridade dependem dele.

Muitas atividades e ocasiões concebidas como “gratuitas” e “desinteressadas” são decisivas para o ofício jornalístico, pois permitem acumular capital social e, assim, contribuem para distinguir os profissionais da imprensa entre si. No caso específico das relações com potenciais informantes, são frequentes as trocas de mensagens, telefonemas, cafés, almoços e jantares que não necessariamente envolvem alguma pauta específica na qual o jornalista está trabalhando num determinado momento. Muitas vezes, trata-se apenas de “alimentar a fonte”, não perder o contato e manter-se “atualizado”. Por outro lado, as próprias fontes têm interesse em relações de caráter personalizado com jornalistas, por razões variadas. Ou seja, ainda que o acesso a recursos fora da díade não seja necessariamente antecipado, o empenho nesse sentido é fundamental nesse tipo de relação, podendo ser interpretada como “amizade instrumental”, no sentido de Wolf (2003, p.105). Mas não é apenas uma relação de caráter instrumental, uma vez que amizades “emocionais” (WOLF, 2003, p.103), e mesmo relacionamentos amorosos podem ser registrados. Desse tipo de relação obtém-se ainda importantes ganhos, profissionais ou não, o que permite vislumbrar a importância atribuída à amizade, ou contatos pessoais em geral, enquanto regra de organização social e profissional (CORADINI, 1997a, p.459).

“Fulano é um bom jornalista, tem muita fonte”, é um tipo de avaliação bastante recorrente daquilo que os profissionais consideram como um trunfo no “mercado” de trabalho. Logo, o próprio exercício profissional é concebido como um conjunto diversificado de vínculos personalizados (CORADINI, 2006, p.275). De igual modo, em particular, a relação com fontes que se constituem em “lideranças” políticas ou que ocupam postos de alto escalão na burocracia estatal permite aos jornalistas se familiarizar com “bastidores” e “segredos palacianos”, tal como em um dos casos analisados por Coradini (1997a, p.434), o que se apresenta de modo mais claro para os jornalistas que atuam em Brasília (embora não se restrinja a eles), pela concentração e proximidade física das principais instituições políticas do país e, conseqüentemente, dos seus protagonistas.

Ser um *habitué* das “coxias do poder”, por assim dizer, constitui um importante trunfo profissional, mas também social, na medida em que permite inserções variadas e a manipulação de um conjunto extenso de relações de poder, em nome ou não da condição de jornalista. A própria carreira e a consagração que se pode obter pela condição e exercício profissional dependem muito da sucessão de alianças, rupturas, amizades e inimizades ao

longo do tempo. Todo esse esforço empreendido no sentido de gerir relações de caráter pessoal no meio jornalístico aponta para as estratégias de investimento social, conscientes ou inconscientes, de instauração e manutenção de vínculos relativamente duráveis e úteis, que possam procurar lucros materiais e simbólicos a curto ou longo prazos (BOURDIEU, 2008, p.68).

O trabalho de Aubret (2010) é bastante ilustrativo de como a atuação de jornalistas nos dois maiores jornais do Líbano (*As-Sahir* e *An-Nahar*) é condicionada de diferentes maneiras pelas relações mais ou menos próximas com líderes políticos influentes. Por meio da análise do recrutamento dos editorialistas e jornalistas políticos, a autora mostra bem as possibilidades de tradução de recursos acumulados na esfera política (saberes, práticas, relações pessoais etc.) em competências jornalísticas. Muitos dos profissionais analisados se proclamam próximos a homens políticos, fazem ou faziam parte de organizações políticas, tiveram participação em conflitos armados e inclusive se candidataram a cargos eletivos. Outra entrada da análise é a conjuntura mais ampla de inserção dos jornais em redes políticas, por meio dos financiamentos ou mesmo pela posse desses veículos por políticos, algo que também é bastante presente no contexto brasileiro<sup>23</sup>.

No caso dos médicos brasileiros analisados por Coradini (1997a, 1997b, 2005), fica bastante evidente a dependência da posse de um conjunto de outros recursos, para além do diploma, para garantir notoriedade e reconhecimento profissional. Em determinada altura do processo de institucionalização do ensino e da profissão médicas, a “profissão” possui um peso muito menor e não representa o princípio central de divisão e hierarquização das posições sociais<sup>24</sup>. Comparativamente à elite médica francesa e norte-americana, contextos dos quais provêm os principais modelos importados, que historicamente se distanciaram da política e fortaleceram a profissão, no Brasil se deu o contrário: manteve-se o clientelismo e formas de participação direta na “política”, que foram a tônica do período imperial, aumentando o peso de diferentes tipos de corporativismo e a ocupação de cargos públicos por cooptação ou “indicação” como parâmetro de excelência profissional.

Na ausência de uma estrutura que garanta a equivalência entre títulos e postos (BOURDIEU, 2006; BOURDIEU, e BOLTANSKI, 2008), o valor do título escolar depende diretamente das possibilidades de inserção do seu portador em redes de relações de

---

<sup>23</sup> Ao que tudo indica, ser dono de uma empresa de comunicação, ou pelo menos ter algum envolvimento mais direto com ela, constitui-se enquanto um importante recurso para legitimação no espaço político. Para um levantamento geral do cenário brasileiro, ver o projeto “Donos da Mídia” (<http://donosdamidia.com.br>).

<sup>24</sup> Análises nessa linha podem ser encontradas, entre outros, em Grill (2007), Saint-Martin (1993), Canêdo (1991, 2002) e Lima (2012).

reciprocidade. Esse tipo de inserção garante o valor do título escolar não apenas como atestação de determinado capital escolar, mas como elemento de consagração de uma posição social já ocupada, com base no capital de relações sociais.

O principal efeito disso é uma recontextualização das regras escolares e uma redefinição dos critérios de excelência profissional, apesar da origem importada. O título escolar só adquire valor na relação com os demais títulos possuídos por um determinado agente. Portanto, na medida em que as regras próprias a um espaço escolar e à organização profissional não se objetivam socialmente, os investimentos profissionais e a avaliação dos seus respectivos resultados são “multidimensionais” e centrados na “pessoa moral” (CORADINI, 1997a, 435-437).

Assim como os engajamentos militantes tratados acima, essas formas de funcionamento que conjugam princípios de legitimação e capitais diversos em estratégias de ascensão ou manutenção de posições elevadas nas hierarquias profissionais e sociais têm impactos diretos sobre as concepções de profissão e de excelência profissional, podendo basear-se num “aristocratismo” e em notabilidades que são externas e anteriores ao ingresso numa ocupação dada<sup>25</sup> (CORADINI, 1997b, p.274).

Com o diploma em jornalismo servindo não apenas para atestar as competências julgadas necessárias para o exercício profissional, o leque de possibilidades quanto aos seus usos se expande consideravelmente. Mesmo assim, é preciso levar em conta que a passagem por uma formação superior em jornalismo e a obtenção do diploma podem modificar engajamentos anteriores, ou mesmo favorecer o engajamento nas próprias “causas” da nova profissão (CHAMPY e ISRAËL, 2009; SOURP-TAILLARDAS, 2010; FRISQUE, 2010).

Marchetti (2001, p.167) considera, para o caso francês, que a emergência do *journalisme d'investigation* reestrutura os critérios de excelência profissional, e os que a ele se dedicam devem grande parte da sua notoriedade ao exercício da “nobre” função de revelar “casos” e transformar as realidades assim expostas. Para o caso brasileiro, além desse tipo de prestígio que provém da atuação de “excelência”, o reconhecimento dos jornalistas “investigativos” é largamente tributário do capital de relações sociais potencialmente mobilizável, tanto para o jornalismo quanto para se situar em face aos poderes públicos e privados, ou ainda para conversões diversas. Este é o caso, por exemplo, de muitos jornalistas

---

<sup>25</sup> O mesmo autor (CORADINI, 2002, p.103), correlacionando níveis de escolarização e atividades militantes no Rio Grande do Sul, avança a ideia de que a expansão da escolarização pode ser um dos componentes do militantismo. No entanto, a questão não está na mera expansão formal do ensino. Os efeitos da elevação da escolarização tendem a estar mais relacionados com sua inserção e seus usos sociais na articulação de diferentes esferas de atuação, politizando assim as competências escolares e profissionais via militantismo (ou outras formas de engajamento).

outrora reconhecidos pela produção de investigações que “marcaram época” e que, posteriormente, saíram das redações e acionaram as relações acumuladas ao longo dos anos seja para, por exemplo, migrar para funções de “assessoria”, principalmente no caso das consultorias para políticos (alguns dos quais é possível supor que fossem fontes anos antes) ou grandes empresas. Essa “mudança para o outro lado do balcão”, como é frequentemente nominada a passagem das redações para assessorias, raramente é vista de modo negativo por parte de outros profissionais.

Em resumo, captar as estratégias das quais lançam mão os agentes nas suas disputas para fazer valer determinados recursos em detrimento dos outros (particularmente, as condições de politização dos recursos detidos e dos espaços de inserção profissional) numa situação de pouca objetivação das relações e das fronteiras entre os espaços sociais é uma orientação importante para o trabalho.

### III Relações com o objeto, acesso ao universo empírico e dinâmica do trabalho de campo

Tentando aplicar, tanto quanto possível, o preceito epistemológico da vigilância em relação ao objeto, é necessário tecer algumas notas gerais sobre o percurso que deságua nesta tese. Trata-se de uma tentativa de identificar e isolar fatores que tiveram algum peso no trajeto de estudante e pesquisador em ciências sociais e, principalmente, nas escolhas efetuadas ao longo do doutorado relativamente à temática de pesquisa.

Sendo filho de um jornalista, de algum modo o contato com este “mundo”, por assim dizer, foi relativamente frequente. O ponto a ser destacado é que se trata de uma configuração social e profissional bastante periférica, fato que teve implicações diretas e indiretas para o trabalho de campo e desenrolar da tese.

Em contextos profissionais marginais, os veículos de comunicação se encontram fortemente permeados pelas disputas e clivagens políticas. No caso, todas estas disputas giravam principalmente em torno das chamadas “oligarquias”. Analisando a dinâmica das relações entre a imprensa escrita e disputas faccionais no Maranhão, Grill e Reis (2012, p. 172), caracterizam-na como “uma situação em que, predominantemente, os setores da ‘mídia’ local estão enredados na engrenagem de lutas políticas e são mesmo peças importantes de demonstração e mensuração de forças”.

Uma vez estabelecida a mudança em relação a temáticas anteriores de pesquisa, que versavam sobre elites políticas “locais” e disputas faccionais no Maranhão (LIMA, 2012), o universo do jornalismo apareceu como uma possibilidade promissora, sobretudo no sentido

pragmático de acesso a um universo que, pelo menos em parte, se encontrava no ambiente doméstico. O pressuposto era de que o acesso a profissionais e veículos locais seria muito mais facilitado por ser filho de um jornalista. Ao ingressar no curso de doutorado, a decisão foi por abrir mão de um estudo com enfoque local e partir para algo mais ligado à imprensa em contexto nacional. Assim, após algumas etapas, gestou-se o interesse em compreender sociologicamente o que é chamado de “jornalismo investigativo” no Brasil.

### III.1 Construção da “amostra” e realização das entrevistas

Partindo da afirmação de Beaud e Weber (2007) de que nenhuma situação de pesquisa é natural, e de que toda relação de pesquisa é uma relação social que exerce efeitos sobre os resultados obtidos (WAGNER, 1993, p.56), é necessário expor alguns dos procedimentos adotados e a dinâmica concreta do trabalho de campo. Não se trata de relatar a “história da pesquisa”, ou ainda de elencar uma coleção de anedotas, mas de destacar todas as dimensões julgadas pertinentes para compreender o espaço profissional em pauta e que puderam ser observadas no contato com os informantes. Uma parte substantiva dos desafios encontrados ao longo da pesquisa é ilustrativa do trabalho destes profissionais. Como afirma Pollak (1990, p.231), “é preciso (...) integrar no trabalho de interpretação todos os materiais reunidos, as entrevistas ‘bem-sucedidas’ ou ‘fracassadas’ e as recusas – dito de outro modo, integrar na interpretação as dificuldades encontradas na investigação”.

Em meados de 2015, feita uma primeira revisão bibliográfica do tema e um mapeamento geral de instituições, veículos e profissionais, foi identificada a primeira dificuldade a ser transposta para a operacionalização das pretensões da pesquisa, que se relaciona diretamente ao exposto acima sobre a origem familiar: não dispunha de nenhum contato com qualquer pessoa que pudesse ajudar a “abrir as portas” do meio. Pelo fato de atuar num contexto profissional periférico, o jornalista da família não dispunha de referências junto aos “grandes centros” do país. Aquela expectativa inicial, de uma certa facilidade no acesso aos agentes, justificável e previsível no contexto local, aqui se anulava completamente.

Afora o desconhecimento de informantes, a origem social e geográfica, também marginal, colocava ainda problemas substantivos de afirmação pessoal frente ao contexto das grandes cidades e dos grandes veículos de comunicação do país, com todas as imagens edificantes e a aura de inacessibilidade que ambos têm nas representações corriqueiras dos habitantes ou nativos das regiões mais distantes do Brasil. Entra em pauta o problema da “assimetria invertida” (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2007, p.24), ou seja: normalmente

acostumado a investigar junto a grupos que lhes são social, econômica e culturalmente inferiores, o pesquisador em ciências sociais encontra-se em posição inversa quando lida com grupos sociais ou indivíduos que ocupam posições dominantes ou superiores à sua. Apesar de, à primeira vista, esse tipo de problema constituir um desencorajador para uma eventual pesquisa, dadas as dificuldades que podem mais ou menos ser vistas de antemão, ocorre aqui o oposto, de modo semelhante ao relatado por Coradini (2010c, p.157): assim como o estudo de categorias socialmente dominadas (camponeses, operários, indígenas, “pobres”, etc.) é, nas ciências sociais, objeto de interesse e predileção por parte de pesquisadores oriundos de posição de origem mais alta, no caso em questão, o de um jovem estudante e pesquisador que provém de uma origem social e geográfica relativamente desfavorável, os grupos socialmente dominantes acabam se tornando atraentes de alguma forma, até pelo estranhamento e curiosidade gerados pelo fosso social existente.

Se é verdade que uma parte dos entrevistados tinha uma posição social mais próxima à minha, a maioria dos profissionais com os quais interagi ao longo do trabalho de campo ocupava posições de destaque em alguns dos principais veículos do país, o que gerava efeitos sobre a dinâmica da relação pesquisador-pesquisado, influenciando, por exemplo, numa maior ou menor insegurança para fazer determinadas perguntas, ou na sensação de estar tomando o tempo de alguém que depende muito dele. Neste último caso, a concessão do seu tempo, aparentemente gratuita e desinteressada, imediatamente me colocava numa postura de “agradecimento” (WAGNER, 1993, p.53). Foi este o sentimento – para apenas uma entre muitas situações exemplares –, quando encontramos um repórter de um jornal de Brasília na sede da Polícia Federal, no momento em que ele ainda encerrava um texto para ser enviado para a redação do seu local de trabalho. Após aguardar a finalização do trabalho, a deliberação foi encontrar o local mais próximo para a entrevista, e tentar dinamizar ao máximo para que as principais variáveis fossem contempladas, sem que isso representasse algum prejuízo para o restante do expediente do profissional. De certo, esse tipo de problema foi sendo melhor administrado conforme avançavam as entrevistas, mas nunca totalmente abolido.

De igual importância foi encarar o desafio de se tratar de um universo de pesquisa completamente novo, que já conta com uma produção temática bastante significativa, embora não necessariamente nos termos aqui propostos. Entender o que estava em jogo no universo, quais as questões em disputa e, mais simplesmente, “quem é quem” demandou muito tempo. Alguns dos dilemas iniciais da pesquisa são também comuns ao trabalho de Dezalay e Garth (2002, p.7), quando falam das dificuldades na escolha das pessoas a contactar, da efetivação do contato e do esforço de persuasão para a concessão dos relatos. Portanto, esta tese

representa, antes de mais nada, uma primeira e profunda imersão no tema, que ainda demandará, pelo processo das aproximações sucessivas em relação a um mesmo objeto, complementações e refinamentos.

Visando enfrentar e contornar a escassez de contatos, de início buscou-se estabelecer as primeiras tentativas de conexão direta, pelos canais que, à distância, eram os únicos disponíveis: redes sociais e e-mails. No primeiro caso, tentei entrar em contato com um jornalista que teve papel relevante na constituição de uma associação profissional e ocupava naquele momento função de destaque em um grande jornal. Apesar da insistência em mais de uma ocasião, não houve qualquer retorno.

Uma vez que a tentativa de contato “por cima” se revelou infrutífera (corroborando assim a impressão de inacessibilidade ao meio) a saída encontrada foi inverter o processo e iniciar os primeiros contatos “por baixo”, ou seja, por jornalistas que não se encontravam em grandes veículos e que cobriam pautas mais “sociais” ou voltadas para direitos humanos. Imaginava que esse perfil de profissional poderia ter uma melhor receptividade e disponibilidade aos meus propósitos. Desta vez com um e-mail geral de apresentação da pesquisa, o retorno foi relativamente rápido e positivo, e logo foi agendada uma viagem a São Paulo (realizada em novembro de 2015) para o contato pessoal e, quem sabe, para realizar algumas entrevistas – o que acabou de fato ocorrendo.

Desde o início do contato com o universo empírico, se colocava o imperativo de expandir tanto quanto possível o leque de possíveis entrevistados, para que, excluindo-se as recusas, ainda restasse um número razoável de pessoas dispostas a falar. Nesse lento e laborioso trabalho, foi fundamental a adoção do procedimento em “bola de neve”, do mesmo modo em que ele foi operacionalizado por Pollak (1990) e por Wagner (1993), que consiste basicamente em pedir à primeira pessoa entrevistada para indicar outras. Já trazia um pouco de experiência com esse tipo de *modus operandi* de trabalhos anteriores, nos quais foi igualmente fundamental tecer toda uma rede de contatos para a consecução do trabalho de campo. Assim, ao término de cada entrevista, sempre eram solicitadas indicações e contatos de novos profissionais. Aliando isso ao fato de ter optado começar “por baixo”, revelou-se o êxito progressivo em se chegar nos profissionais que, de início, se mostravam mais inacessíveis, principalmente os que se situavam em posições elevadas na hierarquia profissional. Iniciar o caminho dessa forma determinou praticamente todo o encadeamento dos contatos. Mais precisamente, alguns entrevistados foram contactados por já se saber, de antemão, que conheciam ou podiam fazer a “ponte” com um ou outro profissional “importante” ou de difícil acesso. Essa atitude deliberada de busca por “intermediários” fez

com que certas entrevistas tivessem também o propósito de “valorizar o contato” e sedimentar uma relação de confiança. Alguns jornalistas só puderam ser acessados após a passagem por esses *brokers*. Em resumo, como já se sabia, pela experiência com negativas anteriores, que contatos diretos não tinham grande eficácia, estabelecia uma “sequência” flexível de pessoas pelas quais passar primeiro antes para ter respaldo e um lastro de conhecidos consistente o suficiente para ter maiores chances de sucesso com essas entrevistas.

Também foi adotada uma conduta complementar: no ato do contato com o novo profissional a ser entrevistado (por e-mail, rede social ou telefone), eram mencionados alguns dos que já havia conversado antes, destacando principalmente o profissional que diretamente havia indicado o seu nome ou dado o seu contato. Com o passar do tempo, começou a se tornar improdutivo mencionar para os novos profissionais a totalidade dos nomes anteriores. Passei a citar apenas o jornalista que havia fornecido o contato, o montante das entrevistas realizadas e alguns nomes de profissionais que já sabia de antemão que o novo entrevistado conhecia.

Essas menções visavam dar maior “peso”, “credibilidade” e “respaldo” à pesquisa junto ao recém-entrevistado, para estabelecer uma relação de confiança. A abordagem assim empreendida foi quase sempre bem-sucedida, como no caso de um jornalista que confessou que só havia aceitado colaborar com a pesquisa porque viu, na mensagem que lhe foi enviada, certos nomes de profissionais que já havia entrevistado. Trata-se de um profissional que lida com coberturas de alto risco e, portanto, alguém para quem havia um grande receio de fazer perguntas sobre o seio familiar. Ao começar a explicar, de modo vacilante, o propósito daquelas questões que lhe seriam feitas, a confiança depositada no pesquisador e na pesquisa foi tamanha que ele nem deixou terminar de explicar, afirmando: “Pode perguntar o que você quiser”. Este mesmo profissional, além disso, sugeriu que eu continuasse a falar daqueles mesmos nomes que mencionei para ele aos próximos. Este exemplo atesta a necessidade de demonstrar vínculos para se ter acesso a jornalistas, expediente ao qual eles estão plenamente acostumados e acionam constantemente no seu ofício diário (por exemplo, para chegar a uma determinada fonte). Os jornalistas reconhecem, portanto, essa forma de proceder, e tendem a receber bem esse tipo de aproximação.

Como bem observa Pollak (1990, p.23), “ordinariamente, as pessoas assim entrevistadas propõem ao investigador encontrar amigos ou próximos. Naturalmente, o pesquisador descobre assim redes de amigades e *personnes relais* que puderam desempenhar o papel de intermediários”. O procedimento em “bola de neve” invariavelmente traz consigo a possibilidade de fazer o pesquisador circular, sem necessariamente sabê-lo, por uma rede de



relações de interconhecimento específica. No caso deste trabalho, foi possível descobrir não apenas redes compostas por relações de amizade e cooperação, mas também de concorrência e mesmo de inimizade, com avaliações mútuas positivas ou negativas. Alguns dos exemplos aqui mencionados dão assim a medida da importância das relações de caráter personificado nesse meio.

A isso é preciso acrescentar ainda a lição oposta, ou seja, de que é muito difícil conseguir entrevistas com pessoas cujo contato é feito por requerimento formal e sem nenhuma indicação que possa embasá-lo. A TV Globo, por exemplo, possui um protocolo bastante intrincado para liberar seus profissionais para esse tipo de demanda. Até onde se tem conhecimento, isso não vale para todos os profissionais da emissora ou do Grupo Globo, mas somente para aqueles que possuem contrato de exclusividade<sup>26</sup>. De início, foram enviadas mensagens de apresentação da pesquisa e solicitação de entrevistas pelos canais institucionais do veículo, sem obtenção de retorno em nenhuma das tentativas. Foi buscada então uma via lateral, através do contato telefônico com um dos seus jornalistas, que atua principalmente em Brasília. O contato foi obtido junto a um jornalista que trabalha numa sucursal de jornal, na mesma cidade. O fato de ser alguém da “Globo” fazia parecer uma audácia efetuar a ligação, que foi realizada e atendida. O profissional ouviu atentamente toda a explicação sobre os propósitos da pesquisa e sobre a ideia de entrevistá-lo, mas, após isso, lamentou dizendo que achava não se enquadrar bem na categoria “investigativo”, preferindo se definir mais como um jornalista “do poder”. Devido às limitações impostas pela emissora, disse: “Eu nem poderia estar falando com você ao telefone agora”. Me recomendou que se quisesse ainda assim entrevistá-lo, entrasse em contato com o veículo e solicitasse a autorização para tal fim.

Seguindo sua orientação, foi recebido um formulário bastante detalhado, que continha vários campos a serem preenchidos com dados pessoais, resumo da pesquisa, instituição e etc. Esse documento seria submetido a uma avaliação por parte da empresa que, aprovando a solicitação, somente aí repassaria para o jornalista a decisão de conceder a entrevista ou não. Em outra tentativa, desta vez com outros dois jornalistas da mesma empresa, foi enviado e-mail para o setor responsável, solicitando as entrevistas. Horas depois, recebi um telefonema de alguém do setor, que me orientou sobre todo o protocolo, que envolvia basicamente o preenchimento de um formulário semelhante. Dada a intensidade e dinâmica trabalho de campo, e com outros profissionais aceitando conversar, a opção foi por não submeter os formulários e focar nas iniciativas de contato menos burocráticas.

---

<sup>26</sup> Os profissionais da empresa que foram entrevistados não constam, portanto, nesses casos mais limitados e “exclusivos”.

Mas nem essa *démarche* baseada nas indicações é tão bem-sucedida como no caso acima mencionando. Algumas entrevistas ou não puderam ser realizadas (por motivos de agenda ou outros), ou mesmo só foram possíveis após muitas tentativas e insistência. Igualmente, essa forma de proceder não está livre de erros ou de colocar o pesquisador em pequenas saias-justas, típicas de quem não conhece a fundo o universo tratado, para saber as minúcias e bastidores que só um nativo ou uma pessoa muito bem informada tem sensibilidade suficiente para detectar. Me refiro aos casos em que o novo jornalista, ao ser contactado, não reagiu bem aos nomes que foram mencionados como já tendo colaborado com a pesquisa. E aqui entra em pauta não só uma eventual inimizade ou antipatia, mas o fato do novo profissional poder, no seu juízo pessoal, não considerar determinada pessoa como digna de ser considerada “investigativa”. Ao telefonar para um jornalista carioca para marcar a entrevista, após mencionar uma série de nomes de profissionais da cidade que vinha conversando naqueles dias, o profissional em questão quase mudou de ideia, falando, em tom irônico e dissuasivo, que achava que eu já tinha conversado com “gente muito boa”, e que talvez não precisasse falar com ele. A situação foi contornada e a entrevista realizada. Em São Paulo, conversando informalmente com um jornalista antes da entrevista, e mencionando nomes que havia recentemente entrevistado, ao ouvir um nome, exclamou: “É um mentiroso!”.

Cristalizando essa impressão de que esse universo não é regido apenas por relações de coleguismo e fraternidade, um jornalista de Brasília gentilmente fez questão de alertar, mais de uma vez, para não mencionar em conversas, e-mails ou ligações, determinados nomes de jornalistas que havia entrevistado ou pretendia entrevistar, pois alguns deles não teriam boas relações entre si, estariam “rompidos”, etc., e a menção a esses nomes poderia ser fonte de problemas, ou mesmo de negativas. Ainda na capital federal, outra situação deu um tom semelhante a isso: um entrevistado ofereceu carona até a sua residência, onde faríamos a entrevista. No caminho, falava sobre a pesquisa e, uma vez mais, sobre nomes de profissionais com os quais já havia conversado. Um nome em específico interessou a ele, que começou a fazer perguntas no sentido de “sondar” esse profissional, o que ele fazia, e etc. A saída no caso foi responder de modo evasivo, para não comprometer o entrevistado anterior, mas também para não perder a entrevista que estava em vias de ser feita. Enfim, a citação de nomes de entrevistados ou de pessoas que tinha o interesse de entrevistar revela ainda outro componente importante do espaço em questão, qual seja, o das diferentes concepções acerca da prática profissional. Ao mencionar, no começo da entrevista com um jornalista e professor universitário do Rio de Janeiro, que entrevistaria, nos próximos dias, um repórter de uma grande emissora, ele se prontificou a dizer, assim que o gravador foi desligado, que o que o

referido profissional fazia “não é jornalismo investigativo”, questionando os métodos por ele empregados. Na sequência, indicou um outro nome, garantindo: “Esse sim faz jornalismo investigativo. Se disfarça...”.

Um fato que chamou atenção, ainda tratando das indicações e contatos de novos jornalistas, foi o número muito maior de menção a homens do que mulheres. Em determinado momento, havia mesmo uma dificuldade de entrevistar jornalistas mulheres, tanto pela falta de indicações como, talvez, pela relativa escassez das profissionais do sexo feminino em meio aos “investigativos”.

O critério básico utilizado para selecionar os profissionais passíveis de compor o estudo, ou seja, levar em conta a apreciação dos jornalistas, deixando de lado as definições escolares ou institucionais sobre o jornalismo investigativo, visava apreender os critérios de reconhecimento, pertencimento e atribuição de prestígio mobilizados pelos próprios “nativos” na avaliação dos seus pares, dada justamente a fluidez e falta de consenso quanto aos atributos que definem essa prática profissional. Entre outras coisas, isso permitiu revelar que boa parte das indicações estava ligada às avaliações de quem são “bons jornalistas”. Aqui, aparece a representação, muito difundida no meio, de que jornalismo investigativo remete a um determinado padrão de excelência profissional. “É engraçado, a gente acaba indicando quem a gente admira...”, disse um jornalista entrevistado, no momento em que fornecia novos nomes. O critério de seleção dos possíveis entrevistados rapidamente se revelou acertado, uma vez que seguidamente contribuía para elucidar, aos poucos, os meios pelos quais os jornalistas se situam uns em relação aos outros.

Além da associação estreita à ideia de “bom jornalismo”, os jornalistas considerados investigativos que foram indicados eram quase sempre introduzidos por uma breve exposição dos “casos” ou “escândalos” que contribuíram para revelar: “ele(a) descobriu isso”, “ele(a) revelou aquilo”, “foi ele(a) que denunciou o esquema X”, “ele(a) investigou o caso Y”, são algumas das frases que, com algumas variações, foram ouvidas durante essas buscas por novos nomes. Este aspecto corrobora fortemente uma das hipóteses do trabalho de Marchetti (2001, p.167) quanto à notoriedade que os jornalistas adquirem pelos “casos” que revelaram ou “escândalos” que suscitaram. Isso contribui para dar a medida do quanto a lógica do “furo” (MARCHETTI, 2001, p.17; LEMIEUX, 2001, p.95) e dos impactos diretos por ele suscitados (sobretudo quando envolve agentes políticos) se impõe no meio, contribuindo verdadeiramente para construir reputações e criar hierarquias entre os jornalistas, a ponto, por exemplo, de um entrevistado admitir que, embora não goste da expressão “jornalismo investigativo”, ser identificado como esse tipo de jornalista rendia melhores salários e

reconhecimento, além da possibilidade do repórter ficar afastado do “dia a dia”, do “factual”, se concentrando em pautas específicas e por mais tempo.

Antes da coleta de cada relato, era feita uma preparação, que consistia num levantamento geral da carreira do(a) entrevistado(a) (veículos pelos quais passou, matérias pelas quais se destacou, eventuais livros que publicou, etc.). Dado o desconhecimento (ou, com o passar do tempo, conhecimento parcial) do universo, somado à dinâmica e intensidade do trabalho de campo (não raro realizava-se mais de uma entrevista por dia), não era possível fazer mais do que uma pesquisa muito superficial, apenas para ter alguma referência do profissional que, por mais que possa ser conhecido para o meio, poderia não sê-lo para mim. Esse procedimento foi fundamental, uma vez que permitiu uma melhor condução das entrevistas. No entanto, não foi capaz de eliminar certas defasagens em relação às expectativas que determinados profissionais tinham com a entrevista que concederiam<sup>27</sup>. Como é sabido, os pesquisados também elaboram as suas representações sobre a pesquisa e sobre quem a empreende junto a eles (WAGNER, 1993, p.55). Assim, em várias situações foi possível notar o quão óbvias algumas perguntas soavam para os entrevistados, e mesmo a visível frustração de uma jornalista que, ao ser contactada por e-mail, agradeceu o fato de ter sondado o seu nome, acrescentando: “Fico honrada em participar de sua pesquisa”. No seu caso, o contato pessoal inicial foi bastante amigável e cordial, e seguiu assim durante toda a entrevista, excetuando-se o momento em que demonstrou a mencionada frustração, que se deu ao descobrir que eu ainda não havia lido um determinado livro seu, que tinha sido adquirido horas antes, e foi levado na ocasião para que a mesma autografasse<sup>28</sup>. Comentou, em tom de decepção, algo como: “Mas essa já é a nova edição...”. Em outros casos, as informações recolhidas na internet revelaram-se equivocadas (algo bastante corriqueiro, mesmo em sítios destinados a inventariar a carreira dos jornalistas), e algumas perguntas formuladas com base nessas informações puderam dar a impressão de “despreparo”.

O primeiro contato bem-sucedido via e-mail não foi a tônica na interlocução com os profissionais. Muitas foram as resistências e recusas em conceder uma entrevista. Em geral,

---

<sup>27</sup> Ocorreu mesmo de estar diante de uma dessas “personalidades” da profissão, e só “descobrir” isso durante a entrevista, conforme o relato se desenrolava e era possível identificar o que era dito com o se sabia vagamente e de modo difuso, ou de ouvir falar junto a um informante anterior. Às vezes, para tentar burlar a condição em falso, tentava demonstrar um conhecimento mínimo de nomes de jornalistas citados, uma estratégia que, não sendo em grande parte calculada ou racionalizada, às vezes se aproximava do “blefe”, como uma forma de manter o ritmo da entrevista e não demonstrar tanta insegurança diante do entrevistado.

<sup>28</sup> Levar livros dos entrevistados para autógrafos, no começo, era uma forma de tentar valorizar a sua disposição em ceder seu relato, bem como estabelecer alguma relação de confiança. Em seguida, dado o conteúdo de alguns autógrafos, surgiu a possibilidade de tentar analisar as representações neles contidas e o que elas poderiam informar sobre a atividade “investigativa”. Devido a algumas limitações próprias ao trabalho de campo, essa pretensão foi posteriormente descartada.

elas se cristalizavam na não resposta do e-mail enviado. Alguns e-mails foram (re)enviados mais de uma vez, e nunca foram respondidos. Em outros casos, e-mails foram respondidos com sinalização positiva para a entrevista. No entanto, tempos depois, quando era feito o contato para efetivamente marcar um dia, local e horário, a esperada resposta não chegava, ou, quando chegava, era uma negativa. Não raro, eram negativas de jornalistas mais velhos (embora alguns jornalistas jovens tenham procedido da mesma forma, alegando que o veículo ao qual pertenciam não permitia entrevistas dos seus profissionais). Dois casos permitem ilustrar este ponto. No primeiro deles, uma jornalista e colunista de um grande jornal de circulação nacional agradece o contato, mas diz que, por uma questão de “índole”, que se acentuara na sua “quarta idade”, evitava dar entrevistas sobre a sua pessoa ou trajetória. No outro caso, o jornalista, também bastante consagrado no meio profissional, alegou motivos de saúde e disse que o seu relato não seria de grande valia para a pesquisa, uma vez que suas opiniões já eram muito difundidas, “mais até do que me agradariam”, completou. Em algumas situações, ainda, os e-mails enviados não foram respondidos mas, como dispunha dos telefones desses profissionais (que foram fornecidos por outros), ligava e gentilmente insistia na necessidade e na importância da entrevista para o trabalho, o que acabava acontecendo. Por isso, e ainda com relação às formas de contato e ao progressivo aprendizado extraído delas, destaco por fim o uso dos telefonemas, que se revelaram muito mais úteis e ágeis para a realização das entrevistas. Apesar de parecer óbvio ligar para alguém com quem se quer falar, o uso desse expediente foi evitado tanto quanto possível, talvez por uma certa “deferência” (ou seja, o sentimento de estar desautorizado a ligar para alguém “importante”), assim como pelo receio de que fosse soar muito invasivo, para o entrevistado, ser contactado dessa forma por alguém com uma demanda tão exigente, em termos de tempo e de informações, muitas delas de caráter “pessoal”. No entanto, como a estadia nas cidades era quase sempre curta, o contato telefônico acabou se impondo como a melhor forma de tecer contatos e marcar entrevistas. Mesmo assim, os contatos via e-mail e redes sociais ainda se mostraram bastante úteis em alguns casos. Disso é possível depreender que o contato via correio eletrônico era relativamente menos eficaz do que aquele feito por telefone. Uma das possibilidades é a de que um e-mail enviado poderia facilmente se perder em meio à multiplicidade de mensagens que esses profissionais recebem diariamente. Nesse caso, alguns dos e-mails podem nem sequer ter sido lidos. A atenção a esse fato fez com que passasse a priorizar o envio de e-mails no início da manhã, na expectativa de que a mensagem enviada fosse uma das primeiras a

aparecer para o profissional no começo do seu dia de trabalho. Mas, em última instância, é legítimo considerar que alguns e-mails podem ter sido simplesmente ignorados<sup>29</sup>. E, embora seja um pouco mais difícil ignorar um telefonema, isto pode se dar sem grandes cerimônias, sobretudo quanto o pesquisador, ingênua e inadvertidamente, entra em contato num momento e horário inadequados. Até uma determinada ligação, não se tinha em mente as noções de “horário comercial” e “dia útil” para entrar em contato com um entrevistado em potencial. No caso em questão, trata-se do mesmo jornalista que havia ignorado as mensagens via rede social, mas, uma vez tendo recebido um e-mail de convite para a participação na pesquisa meses depois, aceitou e forneceu seu telefone, aconselhando que ligasse quando a ida para São Paulo estivesse mais próxima, para lembrá-lo. Com a viagem marcada para a madrugada de domingo para segunda-feira, a ligação foi feita no sábado pela manhã para confirmar. O telefonema foi atendido, mas prontamente encerrado. Já em São Paulo, acionei o contato de um outro jornalista lotado no mesmo veículo que o seu. Já havia marcado essa entrevista, e aproveitei para perguntar, via e-mail, sobre a possibilidade do seu colega se encontrar na redação no mesmo dia e horário. Afirmou que sim. Busquei então fazer as duas entrevistas em sequência. Ao me dirigir para uma sala mais silenciosa para facilitar a conversa, o jornalista que havia desligado o telefone lembrou o fato e se justificou: “Desculpa ter desligado aquele dia. Eu tava na minha folga...”. Embora excepcional, esse tipo de desprendimento revela a fraca consideração que um pesquisador pode ter junto a um profissional “renomado” (WAGNER, 1993, p.52).

Seguindo na linha de Pollak (1990, p.154), que considera necessário explicitar a variedade das situações de entrevista, são destacadas agora quatro ocasiões que se situam em dois pólos distintos da relação pesquisador-pesquisado. As duas primeiras se situam na “zona de conforto” do pesquisador em ciências sociais, ou seja, quando o entrevistado assume uma posição passiva, que permite ao pesquisador ter uma maior segurança e controle da situação. Neste pólo, encontra-se a situação da entrevista com um jornalista relativamente jovem, repórter de um veículo em Brasília. A entrevista se encaminhava de modo normal, para o padrão das entrevistas que vinham sendo feitas, mas não demorou a tomar contornos singulares, com o crescente e flagrante nervosismo por parte do profissional, que chegava mesmo a tremer as mãos e gaguejar. Imaginei que o que o deixava inseguro era ver o roteiro de entrevistas sobre a mesa, para o qual olhava repetidamente, sentindo-se desconfortável

---

<sup>29</sup> Ao comentar sobre as recusas de alguns profissionais em falar, um jornalista de Brasília se queixou, afirmando que “nós temos que ser transparentes no nosso trabalho”. Referindo-se a colegas que não se dispuseram a contribuir com a pesquisa, ele afirmou: “Eles têm que falar”.

com o “interrogatório”. Para tentar deixá-lo mais à vontade e criar uma situação mais próxima de uma “conversa”, em determinado momento os papéis com as questões foram retirados da mesa, o que parece ter surtido certo efeito. Ainda neste primeiro pólo está a entrevista com um jornalista nascido e criado na periferia de São Paulo. Mais velho, o experiente repórter, especializado na cobertura de pautas muito delicadas, desde o primeiro momento do contato estabeleceu o “professor” como forma de se dirigir a mim, alternando com o “senhor”. Chegou, em determinado momento, a perguntar se poderia me chamar de “você”. Logo depois, o “senhor” voltou a ser utilizado, mesmo sendo muito mais novo. Pediu desculpas em dois momentos: no primeiro, no início da entrevista, por falar uma determinada gíria; no segundo, por “não falar bem”, “não ser um bom orador”, como outros jornalistas que havia mencionado como tendo sido entrevistados anteriormente. Finalizada a gravação e encerrada a entrevista, o jornalista começou a falar sobre algum tema prosaico, em linguagem bastante coloquial. “Agora eu posso falar minhas gírias da periferia, né professor?”, perguntou, em tom bem humorado.

No outro pólo, o das situações onde a assimetria favorecia ao pesquisado, está a entrevista como um jornalista tido como um dos principais protagonistas das grandes revistas nacionais dos anos 1960 e da chamada “imprensa alternativa” no Brasil. O contato telefônico foi estabelecido em um sábado pela manhã, e a entrevista marcada para a segunda ou terça-feira seguinte, também pela manhã. Adotei como praxe sempre me certificar de confirmar com os jornalistas se a entrevista se encontrava de pé, geralmente no dia anterior. Neste caso, como o contato havia sido feito apenas dois dias antes, me dirigi para a sua residência, em Brasília, sem fazê-lo. Ao interfonar para o seu apartamento, o jornalista atendeu bastante surpreso, parecendo não se lembrar de quem e do que se tratava. De fato, não lembrava. Me recebeu e reconheceu o seu esquecimento, pelo qual pediu desculpas. No entanto, o esquecimento do compromisso fez com que marcasse outro, quase para o mesmo horário. Não havia a possibilidade de remarcar, uma vez que viajaria no dia seguinte. Restava menos de 1 hora para a sua saída de casa, e resolvi, diante da curta janela, abreviar alguns pontos, cujas informações sabia que poderia obter de outra forma. Mas ao explicar como seria mais ou menos a entrevista, o referido jornalista, bastante politizado, culto e eloquente, se deu à liberdade de começar a falar das “grandes questões” do jornalismo, a tecer reflexões gerais envolvendo “capitalismo”, ciência e outros temas. Essa foi a tônica dos poucos mais de 40 minutos de conversa. As tentativas de direcioná-lo para assuntos específicos não tiveram êxito, uma vez que rapidamente retornava para os mesmos pontos.

Como observa Bourdieu (2010c, p.533), o pesquisador em ciências sociais não pode esperar controlar totalmente a situação de pesquisa, entre outros motivos porque os pesquisados também podem jogar com ela, consciente ou inconscientemente, para tentar impor a sua definição da situação e fazer essa troca voltar em seu proveito. Essa possibilidade é amplificada numa situação de assimetria invertida. Assim, o quarto e último exemplo representa a situação limite de resistência à objetivação vivida na pesquisa de campo. Também se tratava de um profissional mais velho, que me recebeu em sua residência em São Paulo. A sua figura austera acrescida ao fato de ser uma pessoa “importante”, impuseram uma carga adicional de nervosismo e apreensão. Desde o início, e mesmo tendo explicado por e-mail quais as dimensões da entrevista e que tipo de questões seriam feitas, demonstrou profundo desconforto com as perguntas relativas aos seus ascendentes e origens. Após responder muito resumidamente duas ou três dessas questões, se recusou a responder as demais. Começou a questionar as categorias utilizadas, como quando perguntei se algum familiar havia exercido alguma função de liderança: “Liderança?! O que você quer dizer com liderança?”. A partir daí, passou a demandar que eu precisasse qualquer categoria que enunciava, porque eu estava lá para “fazer uma entrevista”. O grau da sua contestação, somado ao desapossamento social, cultural e econômico, fez com que ele legitimamente limitasse qualquer tentativa de condução da entrevista. Já impaciente, disse algo como: “Seguinte: deixa eu falar. Guarde as suas perguntas aí. Eu já dei muitas entrevistas sobre isso...”.

Algo que também variou bastante foram os locais das entrevistas. Em sua maioria realizadas em cafés e similares, também foram feitas nas residências pessoais, nos locais de trabalho (redações, instituições públicas, escritórios) e em um bar. Em outras duas ocasiões foi possível se ter a medida do quanto o fator tempo é determinante na rotina de um jornalista: a primeira foi iniciada dentro do carro do entrevistado, em deslocamento para a redação do seu veículo; a segunda foi finalizada caminhando em direção ao hotel em que o jornalista se encontrava, já que dali a alguns minutos teria um compromisso e não teria outro horário disponível. Para além do caráter anedótico, o local das entrevistas também pode contribuir para diminuir ou reforçar desigualdades na relação de pesquisa. Entre entrevistar o profissional em um bar popular, ir até uma residência que é uma cobertura num bairro nobre de uma grande cidade, ou ir no seu confortável e amplo escritório pessoal, existe toda uma gama de situações que pesam sobre a atitude de ambos. Nesse sentido, a relação de pesquisa pode revelar e constituir a posição de dominação que as diferenças objetivas conferem a certos entrevistados (WAGNER, 1993, p.50-51).



A posição do pesquisador faz aparecer também, por contraste, as apreciações dos pesquisados. O fato da interação de entrevista se dar entre um não jornalista e um jornalista não é negligenciável quanto a este ponto. E não é apenas o pesquisado que joga com as suas múltiplas identidades. Freqüentemente, introduzia a entrevista ressaltando o meu não pertencimento a profissão, para justificar possíveis equívocos ou desconhecimentos. Em outras ocasiões (ou até na mesma entrevista), talvez visando atenuar a sensação de me sentir desautorizado diante do informante, mencionava o parentesco próximo com um jornalista, para mostrar alguma indicação, ainda que vaga, de que “sabia alguma coisa”. Uma das consequências mais tangíveis desse não pertencimento foi a postura “professoral”, e mesmo paternalista, adotada por alguns jornalistas (geralmente mais velhos), que de bom grado e até com certa satisfação se faziam bem didáticos em algumas respostas, situando acontecimentos, contextos e personagens. Nesse mesmo sentido, outros (ou os mesmos) invocavam autoridade no assunto e se sentiam à vontade para fazer indicações de livros, filmes e similares. Num caso em específico, o jornalista solicitou via e-mail que eu assistisse ao filme *Spotlight*<sup>30</sup>, que se encontrava em cartaz nos cinemas à época, antes de conversar com ele, como uma espécie de “pré-requisito” ou “credencial”. Tanto na postura paternalista quanto na postura professoral ou de autoridade, reforçavam-se as assimetrias.

Assim como não ser um jornalista entrevistando teve seus efeitos, o fato de serem jornalistas sendo entrevistados também gerou implicações. Com efeito, a entrevista é um dispositivo rotineiramente empregado por esses profissionais, de modo que eles o dominam plenamente. Embora a entrevista jornalística e a entrevista sociológica não compartilhem dos mesmos fundamentos, a interação em si não representa necessariamente um desconforto para o jornalista, excetuando-se talvez o fato de ele se encontrar na posição inversa: a de quem responde, e não a de quem tem a prerrogativa da pergunta. Mas é de fácil constatação o fato de que muitos jornalistas dão entrevistas para outros jornalistas, inclusive sobre aspectos biográficos e, mais freqüentemente, sobre os “feitos” da carreira<sup>31</sup>. São numerosas as publicações de celebração desse tipo no Brasil. Logo, pelo menos para alguns casos, além de não ser uma situação estranha por dever de ofício, também não o era pela freqüência com que já o fizeram. Alguns jornalistas, em geral mais velhos e/ou consagrados, já acostumados portanto a dar entrevistas sobre sua vida e atuação profissional, se mostravam mais à vontade

---

<sup>30</sup> Película cinematográfica que apresenta o trabalho da equipe de jornalistas investigativos do jornal *The Boston Globe*, particularmente na revelação de um “escândalo” de abuso de menores por membros da Igreja Católica dos Estados Unidos. Ganhou o Oscar de melhor filme em 2016, ano em que foi realizada a maioria das entrevistas. Portanto, se encontrava no imaginário de muitos profissionais, e foi citado várias vezes como um exemplo a ser seguido pelas redações brasileiras.

<sup>31</sup> Souza (2010) analisa bem a perenidade da representação do repórter “heróico” no jornalismo brasileiro.

e seguros para falar de si, e mesmo apresentavam um relato muito semelhante ao que se pode encontrar em outros locais e publicações sobre a sua pessoa, o que demonstra certa instrumentalidade, automatismo, rotinização e mesmo antecipação (quando os jornalistas começavam a falar da sua vida espontaneamente logo no início, antes mesmo de ser colocada qualquer questão), em relação aos propósitos do pesquisador. Esses jornalistas foram instados, em momentos sucessivos de suas carreiras, a formalizar seu relato sobre si, e essas ocasiões contribuíam assim progressivamente para consolidar representações. Muito naturalmente, então, os entrevistados buscavam fazer sua própria análise “biográfica”, propondo interpretações e justificações de seus comportamentos, de suas escolhas e projetos, tentando “conduzir”, por assim dizer, o pesquisador no sentido por eles desejado, ou seja, para a forma que se concebem e/ou gostariam de ser retratados. Os pontos geralmente mais salientados nesse tipo de narrativa espontânea visam destacar a singularidade da trajetória, assim como traços subjetivos que teriam influenciado na carreira (“instinto”, “vocação”, “dom”, “intuição”, etc.).

Uma hipótese que precisa de atenção diz respeito ao grau de objetivação das representações vigentes no universo em pauta. A recorrência e intensidade dos debates em torno daquilo que compõe o jornalismo investigativo têm efeitos estruturantes sobre as identidades e as carreiras. É muito alto o grau de correspondência entre o que se lê sobre as discussões em torno do jornalismo investigativo e o que se ouve dos profissionais. Logo, as categorias nativas que se apresentam nas entrevistas preexistindo ao momento da pesquisa, tudo leva a crer que boa parte do que é registrado pelo pesquisador é o produto de todo um trabalho coletivo e acumulado de objetivação das categorias em jogo. Dito de outro modo, preceitos formais se convertem em sistemas simbólicos, em enunciados práticos, em estruturas mentais (BOURDIEU, 1989, p.7-15). Um bom indicador de que essa hipótese pode estar correta é o fato de que a taxa dessa correspondência é muito maior entre os jornalistas mais jovens, que começaram sua carreira no início dos anos 2000 (portanto, concomitantemente à criação da ABRAJI). Estes advogam mais em nome do jornalismo investigativo e arrogam para si essa condição. Os mais velhos, por outro lado, são mais frequentemente identificados pelos mais jovens como investigativos, e tendem menos a atribuir a si essa condição, muitas vezes considerada uma classificação desnecessária, um “rótulo”, etc.

O roteiro básico utilizado nas entrevistas, que era semiestruturado, sofreu sucessivas alterações com o andamento da pesquisa, principalmente devido às reações dos profissionais. Em alguns casos, foram incluídas “questões-teste” com um ou outro entrevistado, no intuito

de ver se sairia alguma resposta interessante dali que pudesse indicar algum caminho novo para o trabalho. Desse modo, alguns dos problemas relativos à dinâmica de negociação e realização das entrevistas também estavam ligados a questões que se mostraram relativamente sensíveis para alguns profissionais. Aqui, é considerado o ensinamento de Saint-Martin (1993, p.20-21), para quem é preciso interrogar e confrontar os silêncios, os não-ditos, os assuntos que os indivíduos evitam ou não gostam de falar.

Basicamente, em duas ordens de perguntas foi possível constatar certas tensões. A primeira delas foi a questão sobre a renda média (em salários mínimos): após três viagens de campo e algumas entrevistas realizadas, foi sentida a necessidade de incluir a renda média entre as questões do roteiro. Isto não havia sido feito antes pela pressuposição de que esta questão poderia soar “indiscreta” ou “indelicada” para os jornalistas. Mesmo assim, a decisão de incluir a questão da renda média foi tomada e implementada na quarta viagem de campo, para São Paulo. Com muito receio e tentando minimizar ao máximo qualquer possibilidade de desconforto, sempre introduzia a questão da renda média da seguinte forma: “Se não for nenhum problema para você...”. Nas primeiras entrevistas, os jornalistas responderam prontamente, com pequenas pausas para calcular mentalmente quanto os seus respectivos salários equivaliam em salários mínimos (que, à época, girava em torno de R\$ 880). Em dois desses casos, os entrevistados responderam diretamente, sem transpor para salários mínimos (“uns quatorze mil”, “dá uns 80 paus”). No entanto, o sucesso inicial da inclusão da nova questão no roteiro se revelou logo enganoso, como nos dois casos seguintes. O primeiro jornalista havia sido demitido, num “passaralho<sup>32</sup>”, de um cargo de chefia de um importante jornal há mais ou menos dois anos, e trabalhava à época em consultorias e assessorias para obter seus proventos. A entrevista seguia de modo bastante fluido e cordial, até o momento em que a questão da renda foi introduzida. Antes mesmo de completar a pergunta, o jornalista em pauta respondeu: “Hoje é bem pouco...”. Insisti: “O salário mínimo hoje está em R\$ 880. O sr. sabe quanto daria, mais ou menos?”. Neste momento, o profissional, com expressão de desaprovação e bastante incomodado, respondeu apenas com um aceno negativo com a cabeça. O restante da entrevista foi ligeiramente marcado pelo constrangimento que esta questão gerou, tanto que houve o receio de que o jornalista se recusasse a continuar a fornecer o seu relato.

---

<sup>32</sup> Expressão utilizada para denominar demissões coletivas de jornalistas de um mesmo veículo, que “remete a pássaros, revoadas de algo que destrói tudo por onde passa” (<http://apublica.org/2013/06/revoada-dos-passaralhos>). Acesso em 13/04/2016). Este aspecto das demissões é o que aparece com mais frequência nos discursos que sustentam a ideia de que o jornalismo vive atualmente uma “crise”.

No segundo caso, o desconforto com a questão da renda foi ligeiramente menor. Toda a entrevista, realizada em sua residência, foi marcada por muita naturalidade e disposição em colaborar com o trabalho, falando sobre qualquer questão lançada. No entanto, ao perguntar sobre a renda, o entrevistado, pela primeira vez, hesitou em responder. Após uma pausa de alguns segundos, pediu que a gravação fosse interrompida, para dizer, em *off*<sup>33</sup>, que como trabalhava na televisão e gozava de uma certa visibilidade, revelar seus rendimentos poderia lhe causar problemas. Limitou-se então a dizer, ainda em *off*: “Eu vivo bem”.

Comparando os dois casos, e levando em conta as respectivos momentos profissionais de cada um (no primeiro caso, uma trajetória descendente na profissão; no outro, uma posição bem estabelecida num veículo de prestígio), é possível inferir que as duas negativas em relação a responder a esta questão se baseavam, no primeiro caso, em um receio de que sua renda (naquele momento bem abaixo do padrão salarial a que estava acostumado outrora) fosse publicizada e lhe causasse constrangimento (por exemplo, junto a outros colegas de profissão que ainda fizessem parte de grandes redações e com bons salários). No segundo, a divulgação da renda elevada, que é possível deduzir não apenas do “eu vivo bem”, mas também e principalmente pelo imóvel no qual residia, um amplo e confortável apartamento localizado em um dos bairros mais nobres da capital paulista, poderia infringir cláusula contratual com a emissora à qual pertencia, e mesmo causar “ciúmes” ou alimentar críticas de “inimigos”, os quais, ao término da entrevista, o mesmo disse “já ter demais”. Após essas duas entrevistas, e com o temor de ver esse tipo de situação se repetir, o que poderia levar a perder entrevistas e contatos importantes, decidi pela exclusão da variável renda das entrevistas futuras, bem como, de modo mais geral, da pesquisa.

Outra questão que foi fonte de desconfortos dignos de nota foi aquela relativa aos eventuais engajamentos políticos dos profissionais, num confronto direto com os valores da isenção e da “objetividade” que os jornalistas constantemente afirmam. Já durante o processo de elaboração do roteiro de entrevistas era possível antever esse tipo de problema. Então, muitos jornalistas, ao serem perguntados sobre seus envolvimento com a “política” (engajamento em movimentos estudantil e/ou sociais, filiação partidária, cargos eletivos, etc.), frequentemente respondiam com uma negativa enfática, seguida da argumentação de que jornalismo e militância são atividades incompatíveis ou algo nessa linha. Em outros casos, a resposta afirmativa era matizada por falas do tipo: “Mas isso é quando não estou fazendo

---

<sup>33</sup> Em alguns casos, era visível os incômodos e receios diante do gravador ligado, e em muitas vezes o entrevistado solicitava a pausa na gravação, para continuar um raciocínio ou fazer um comentário que julgava impróprio para ser gravado, como criticar algum colega de profissão.

jornalismo”, “isso foi na minha juventude”, etc. Ainda tiveram os casos, minoritários, em que havia uma defesa da importância dos engajamentos políticos para o exercício profissional.

As tentativas expressas de desencorajar qualquer tipo de leitura “politizada” da atuação profissional revelam o qual tensa e ambivalente pode ser a conciliação entre vinculações ou simpatias políticas (atuais ou pregressas) e uma atuação jornalística dita “séria”, “profissional”. Quando, nos relatos, há a ambição de separar os diferentes domínios e afirmar posturas distanciadas em relação às pautas cobertas, ocorre algo bem próximo do que destacou Lemieux (2001b, p.56), para o caso dos jornalistas franceses que se dedicam à “investigação”. Para o autor, os jornalistas de investigação avançam a “objetividade” como uma espécie de “refúgio”, que os coloca ao abrigo das acusações de parcialidade que poderiam ser dirigidas a eles (sobretudo por agentes investigados) e, ao mesmo tempo, legitima sua atuação profissional. Num aparente paradoxo, a investigação jornalística de assuntos que fazem parte de eventuais engajamentos por parte do profissional seria uma forma de atuar politicamente, mas por meio da prática jornalística. Esta seria uma forma de, ao mesmo tempo, obedecer aos cânones profissionais da “isenção” e da “objetividade”, e cumprir missões “sociais” ou “políticas”. Nas palavras do autor: “O novo gênero permite (...) fazer trabalhar uma necessidade de justiça de ordem pessoal, mas sem nunca sair do círculo estreito do distanciamento profissional” (LEMIEUX, 2001b, p.56-57). Tendo em vista que a expressão do caráter explicitamente “político” de uma atividade pode adquirir um sentido negativo e ser objeto de denúncia (CORADINI, 2017a, p.56), entende-se melhor a busca pela dissociação entre a atuação profissional e engajamentos ou preferências políticas por parte dos jornalistas.

O caso mais emblemático dos problemas criados por esse tipo de questão talvez seja o de um diretor de redação de um jornal carioca. Quando questionado sobre suas possíveis vinculações políticas, este profissional começou a falar da sua atuação no movimento estudantil, sem nenhuma inibição. Ao ser inquirido sobre a existência de alguma vinculação partidária, houve uma relutância em responder, mas falou que foi filiado ao PT no final dos 1980. A sequência da entrevista se deu em normalidade. Mas, na manhã do dia seguinte, endereçou um e-mail no qual solicitava a ocultação da informação da sua filiação pregressa ao Partido dos Trabalhadores. Textualmente, disse: “Por favor, omita aquela referência que fiz a uma filiação, na juventude, a um partido político. Os tempos estão complicados demais. Não quero dar margem a especulações. Isso ocorreu há uns 35 anos, não tenho mais nada a ver com aquilo”.

Ocasionalmente, outra dimensão que gerou desconfiância por parte dos jornalistas foi a das origens sociais. Por serem “figuras públicas” (sobretudo os do meio televisivo) e por frequentemente cobrirem temas sensíveis, publicizar suas respectivas “biografias” (ou, ainda, a sua “vida privada”), poderia ser prejudicial de muitas formas, inclusive, no extremo, municinando “inimigos” com informações que poderiam facilitar tentativas de intimidações diversas (sobretudo nos casos em que são jornalistas especializados em denunciar crime organizado ou crimes do colarinho branco). Isso foi expressamente dito por um jornalista ao falar dos seus vínculos de parentesco. Por isso, sempre que julguei necessário, enalteci o caráter impessoal da coleta dessas informações, no sentido que eram apenas para compor o banco de dados, e que não havia necessidade de citar nomes de familiares ou informar qualquer outro dado que não fosse do seu interesse dizer.

Foram realizadas dez viagens de campo para a realização de entrevistas, observação de eventos e coleta de outros materiais (além do trabalho empreendido em Porto Alegre), na seguinte distribuição: São Paulo (4), Rio de Janeiro (3), Brasília (2) e Curitiba (1). A maioria dos deslocamentos para outras cidades se deu ao longo do ano de 2016 (8), com uma viagem no final de 2015 (São Paulo), e outra no final de 2017 (Rio de Janeiro). No cômputo geral, a base de relatos orais é composta por 103 entrevistas, todas gravadas, somando pouco mais de 130 horas. A duração dos relatos oscilou devido principalmente a duas variáveis: a idade/tempo de carreira, e o tempo disponível por parte do(a) jornalista. Entre os jornalistas mais velhos e experientes, a tendência foi de entrevistas mais longas, em parte por alguns estarem já fora da agitada rotina das redações, mas também por julgarem ter mais “histórias para contar”. No sentido oposto, tem-se a tendência de entrevistas relativamente mais curtas com jornalistas mais jovens, que se encontravam imersos na “corrida por notícias” e, ao mesmo tempo, contavam com carreiras mais breves. A média geral de duração das entrevistas girou em torno de 1h30. A mais curta durou apenas 8 minutos, enquanto a duração da mais longa foi de 3h11. Às gravações, juntam-se ainda as várias notas tomadas em *off*.

Foram entrevistados repórteres, editores, diretores de redação, fotojornalista, secretários, assessores de imprensa, professores e representantes de ONGs. Quanto aos veículos e órgãos contemplados<sup>34</sup>, encontram jornais impressos (O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo, Correio Braziliense, Zero Hora, Tribuna de Minas, Extra, O Dia, Gazeta do Povo), emissoras de televisão (TV Globo, GloboNews, Rede Record, SBT, ESPN) e rádio (CBN, Rádio Gaúcha), revistas (O Cruzeiro, Realidade, Veja, Placar, Quatro Rodas, IstoÉ,

---

<sup>34</sup> Tomados em seu conjunto, ou seja, envolvendo posições atuais (momento da entrevista) ou anteriores.

Época, Piauí, Brasileiros, Retratos do Brasil), portais de notícias (UOL, G1, Poder360, Congresso em Foco), entidades de representação profissional (ABRAJI, FENAJ, ABI, GIJN), faculdades e universidades (UFRGS, UnB, Universidade do Texas, Unisinos, ESPM-Rio, Universidae Positivo, Uninter), além de outros veículos e entidades variadas, jornalísticas ou não (Agência Pública de Jornalismo Investigativo, Ponte Jornalismo, Repórter Brasil, Agência Lupa, Aos Fatos, Nexo, JOTA, Os Divergentes, Médicos sem Fronteiras, Transparência Brasil).

Apesar do número razoável de relatos orais, nem todos serão explorados em sua totalidade, tampouco proceder-se-á a uma análise de caráter quantitativo, pois a própria forma de coleta das entrevistas impede de se considerar esta uma amostra no sentido estatístico do termo. Como destacam Beaud e Weber (2007, p.109) a questão sobre quantas entrevistas fazer é uma falsa questão. Para este trabalho, foram feitas todas as entrevistas viáveis, sem uma preocupação com representatividade quantitativa, até mesmo porque entrevistas aprofundadas não tem por vocação ser “representativas”. E mesmo que a pretensão à quantificação permanecesse, dois impedimentos a desencorajariam: em primeiro lugar, o próprio meio privilegiado de acesso aos profissionais, baseado numa acumulação sucessiva de indicações, invariavelmente cria um enviesamento, uma vez “a lógica da pesquisa etnográfica o leva a fazer escolhas, a travar alianças que o aproximam de alguns e o desligam de outros” (BEAUD e WEBER, 2007, p.109); em segundo lugar, a fluidez e imprecisão da categoria não possibilita estabelecer critérios seguros de inclusão ou exclusão num procedimento de tipo amostral. Tal como no estudo de Saint-Martin (1993, p.18), buscar dar conta de uma amostra representativa aqui não faria sentido.

Além das entrevistas, e sabendo que os caminhos do conhecimento indígena são muitas vezes imprevisíveis (SAINT-MARTIN, 1993, p.19), desde o início, uma vez definido, em linhas gerais, o universo a ser estudado, buscou-se cotejar materiais de outras ordens, desde impressos (documentos e publicações institucionais, livros e publicações acadêmicas sobre a história e o “conceito” de jornalismo investigativo, livros de memórias ou biografias, livros em que jornalistas consagrados relatam os “bastidores” de alguns dos seus trabalhos) até a observação de lugares de encontro, cerimônias, debates, etc<sup>35</sup>. Ainda foram consultadas plataformas diversas para a complementação de alguns dados (DHBB, Lattes, LinkedIn, Portal dos Jornalistas, páginas pessoais e institucionais, etc.).

---

<sup>35</sup> Apesar das sucessivas tentativas de proceder à aplicação de questionários, não houve resposta.

### III.2 Estar lá: trabalho de campo e “crise política”

Como alguns elementos apontados no item anterior permitem vislumbrar, uma parte substantiva dos entraves para a realização das entrevistas e do trabalho de campo como um todo relaciona-se com o período em que as incursões foram feitas, em consonância com importantes acontecimentos políticos ocorridos no Brasil que, tal como frequentemente se diz, “mergulharam o país numa crise”. Mais precisamente, as viagens coincidiram muitas vezes com fases da “operação Lava Jato” e seus desdobramentos.

A situação de instabilidade política, que se agravava cada vez mais com o passar do tempo, afetou o universo jornalístico de inúmeras formas, a começar pela aceleração do ritmo de trabalho para dar conta de cobrir a mais nova reviravolta política. Isso foi observado, durante o trabalho de campo, em dois momentos, ambos na cidade do Rio de Janeiro. No primeiro deles, no dia 15 de março de 2016, havia uma entrevista marcada para a parte da tarde na redação da sucursal carioca de um grande veículo de projeção nacional. Foi o mesmo dia em que foi divulgada a delação do senador Delcídio do Amaral, um volumoso material que tomou o tempo de muitas redações na busca por noticiar aquele fato. Nas palavras desse entrevistado: “Hoje, por exemplo, saiu a maçaroca inteira do Delcídio, são 29 peças enormes, cada uma com centenas de páginas. Tá todo mundo debruçado, tentando entender aquilo e resumir aquilo pros leitores” (Entrevista). Neste mesmo dia, pela manhã, o informante entrevistado precisou atender a uma ligação de trabalho, e a gravação foi interrompida. Ao desligar o telefone, e já com o gravador ligado, comentou algo como: “O Lula vai ver se vai aceitar o convite da Dilma... Ele tá indo hoje pra Brasília pra conversar com ela. Se ele aceitar, eles podem anunciar hoje ou amanhã”.

O segundo momento se deu logo no dia seguinte, 16 de março. Algumas entrevistas estavam marcadas para o outro dia (17). No entanto, à noite, foi divulgada, no Jornal Nacional, uma conversa telefônica gravada entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então presidente da República, Dilma Rousseff, que ficou conhecida como o “áudio do Bessias”. Estava hospedado em Botafogo, zona sul do Rio, e foi possível perceber o potencial daquele novo fato para a sequência do trabalho naquela viagem, ao ouvir muitos gritos e “panelaços” nas ruas daquele bairro durante a exibição da matéria contendo a referida conversa. Na manhã do dia 17, ao ligar para confirmar as entrevistas do dia, os jornalistas começaram a cancelar o compromisso assumido anteriormente, pedindo desculpas pelo imprevisto, pois precisavam dar conta de cobrir os desdobramentos do fato noticiado na noite anterior.



O mesmo ocorreu com fases da “Lava Jato”, demonstrando o peso dessa operação para o universo jornalístico, sempre ávido por noticiar tudo que a envolvesse. Quando era empreendida uma nova operação da Polícia Federal, geralmente no início da manhã ou ainda na madrugada, boa parte dos profissionais que seriam contactados se mobilizava de modo maciço para cobri-la. Em geral, as entrevistas que foram assim canceladas puderam ser feitas em outro momento, quando a pauta política se encontrava mais “amena”, para os padrões do período. As que não foram canceladas não deixaram de ser impactadas pelos fatos relacionados à “crise política”: os profissionais alegavam frequentemente que a entrevista não poderia demorar muito, pois tinham que retornar para a redação ou algo do tipo, e em geral demonstravam certa ansiedade, olhando seguidamente para o relógio e checando o celular (às vezes, mais de um aparelho) ao longo da conversa, buscando se manter alerta para qualquer reviravolta ou atualização. Em um caso, especificamente, a entrevista precisou ser interrompida e retomada no dia seguinte. Mas, na maioria das vezes, o que ocorria era o pedido para que a gravação fosse pausada para que fosse atendido algum telefonema ou enviada ou respondida alguma mensagem considerada “urgente”. Para mencionar apenas uma situação, uma jornalista de Brasília, editora de uma coluna de política, precisou interromper algumas vezes o diálogo devido a um fato que ocorria naquele momento no Senado Federal: a invasão do plenário por manifestantes favoráveis a uma intervenção militar.

Ainda em se tratando de Brasília, é interessante notar que até mesmo as formas de sociabilidade dos profissionais foram afetadas em algum grau. “Brasília é muito pessoal”, foi o que disse um repórter para afirmar que lá todos os jornalistas se conhecem. Boa parte das redações e sucursais se encontram dispostas em um mesmo setor da cidade, e as coberturas se concentram em instituições muito próximas, ambos os fatores favorecendo a formação de densas redes de relações, sobretudo quanto se leva em conta o fato de se tratarem de profissionais deslocados de outras cidades. Um trecho da resposta de um jornalista nascido e criado em Brasília, ao ser perguntado sobre o ambiente jornalístico da capital do país, é representativo disso:

(...) o cara vem do Rio, de São Paulo, não sei o quê, aí o cara vive esse universo, porque os amigos dele são jornalistas que vieram de outras cidades. Aí eu sou meio fora do circuito, porque eu tenho família, eu tenho amigo de infância, eu tenho amigo de faculdade, sabe? Eu não tô nesse microcosmo. É até diferente, porque às vezes as pessoas me chamam no sábado ou domingo, eu falo: “Não cara, eu vou almoçar com a minha vó” – que é uma coisa que é incomum (Entrevista).

Em sua maioria, essas relações são descritas como amistosas, a não ser quando se trata da “corrida pelo furo”, o que configura a forte concorrência entre os veículos e repórteres pela profusão de acontecimentos que se passam na cidade. Quando um colega consegue dar um “furo” antes de outro que estava perseguindo a mesma notícia, pode ocorrer algum tipo de mal-estar ou sentimento de frustração por parte daquele que não conseguiu dar a notícia primeiro. Fora dessa “corrida”, o cotidiano é marcado por encontros em cafés, praças de alimentação, bares, restaurantes, nas respectivas residências, mesmo entre profissionais de veículos diferentes.

Dito isto, é importante destacar a surpresa de um experiente jornalista, que atua na cidade e nela reside há muitos anos (portanto, um conhecedor autorizado dessas dinâmicas de sociabilidade), com o cenário conflagrado que se tornou Brasília para o meio jornalístico em particular. A situação de “crise política” fez com que amizades fossem abaladas e mesmo desfeitas. Relatou, em *off*, o caso de jornalistas que chegaram às vias de fato durante uma cobertura política. Sintetizou afirmando que “Brasília virou Exú”, comparando as rivalidades estabelecidas entre alguns jornalistas com as que têm lugar na cidade do sertão pernambucano.

Quanto a este ponto, duas considerações mostram-se pertinentes, pois convergem para situar este tipo de contenda. Coradini (1997a) destaca que em conjunturas nas quais os princípios e regras aplicados nas relações profissionais são principalmente os que se baseiam em relações de reciprocidade, as concepções de política vigentes remetem, elas também, a relações de caráter “particularístico”, com as consequentes tensões e conflitos. A política, assim concebida como uma luta entre “amigos e inimigos”, se reflete diretamente nas alianças e rupturas observadas no meio profissional, inclusive no seu aspecto pessoalmente violento, com o envolvimento da “pessoa total” (CORADINI, 1997a, p.446). Estes elementos são potencializados em situações de “crise”, nas quais os profissionais envolvidos experimentam as rupturas relativas das suas rotinas profissionais, com o aparecimento de problemas de identificação das situações e o correlato sentimento de incerteza sobre os comportamentos possíveis e sobre o futuro provável que, em situação de “normalidade”, tendem a marcar suas percepções (ROUSSEL, 2001, p.79).

Somado ao impacto na rotina diária dos repórteres, o “clima político” instalado também gerou algo que pode ser definido com um reforço da tendência à desconfiança, por parte dos pesquisados, em relação ao pesquisador. Alguns dos incômodos relativos a determinadas perguntas, relatados no item anterior, são também tributários desse cenário. Mas, em outras ocasiões, a própria situação de entrevista já gerava algum grau de suspeição.

Dar o seu relato a algum desconhecido fazendo um doutorado em “ciência política” naquele momento não soava como uma ocasião das mais agradáveis ou desejáveis para se estar. Apenas três exemplos, um após a realização da entrevista, um antes, e outro durante. O primeiro caso ocorreu ainda na segunda viagem de campo, em São Paulo. A incursão no tema era ainda muito recente, e ainda não havia uma medida mais acurada de que forma e em que grau a “crise política” vinha afetando o meio jornalístico e, portanto, dada a ingenuidade possuída na época, a situação deu uma boa indicação do que poderia encontrar dali em diante com outros profissionais. Terminada a entrevista, que transcorreu normalmente, saímos do café onde havia sido realizado o encontro, na região da marginal Pinheiros. Pouco depois do gravador ser desligado, e caminhando rumo à saída do prédio onde se localizava o café, o recém-entrevistado me interpela, dizendo: “Me fala um pouco de você, cara”, em tom de curiosidade, mas também de desconfiança. Era um pedido além do habitual, isto é, quando um pesquisado, legitimamente, quer maiores referências sobre a procedência do pesquisador. Após falar um pouco sobre o que o jornalista solicitou, e antes de nos despedirmos, ele se explicou e pediu algo como: “Aquelas coisas lá que eu te falei [sobre a vida familiar], não menciona não. Tô confiando em você”. Explicou que grandes empresas investigadas possuem assessorias que estão sempre atrás de informações de jornalistas, para fins de retaliação ou perseguição. O segundo caso, que ocorreu antes da entrevista, também dá o tom do que estava em jogo para os profissionais ao conceder o seu relato. Desta vez no Rio de Janeiro, a entrevista da vez era com um jornalista muito reconhecido, mas que na época ocupava uma função em assessoria de imprensa. A entrevista foi marcada para o seu local de trabalho. Como de praxe, retomei as explicações sobre os propósitos do trabalho, sobre as questões do roteiro, sobre as pessoas já entrevistadas, etc. No meio desse prêmbulo, o jornalista abre a sua agenda, e pede que eu mencione novamente meus dados pessoais e contato, para que ele anotasse. Ao terminar a anotação, disse, em tom bem-humorado: “Tô só fazendo meu trabalho de jornalista investigativo”. A essa altura, já havia feito várias entrevistas e já estava um pouco mais habituado a qualquer postura mais receosa por parte de pesquisados. A terceira situação, que se passou durante a entrevista, ocorreu em Brasília, com um repórter notabilizado pela cobertura principalmente do poder Judiciário. Novamente em um café, e assim que ligo o gravador, o jornalista colocou seu telefone no modo de gravação, para também registrar a conversa. Com receio de que aquela atitude pudesse ser interpretada como uma suspeita contra a pesquisa ou o pesquisador, ele se antecipou, dizendo: “Não te preocupa, não é desconfiança. É só pra garantir a gravação”. Não cabe aqui aferir se era apenas uma

tentativa de auxiliar, ou se uma desconfiança velada, mas apenas considerar a diversidade de cenários onde situações que fogem ao controle do pesquisador se dão.

### II.3 Estar aqui: escrita e “crise política”

Bourdieu (1983, p.75) já advertia quanto às dificuldades de comunicação dos produtos da pesquisa sociológica. A percepção, uma vez que o texto vai para o “mundo social”, é a de que o sociólogo ou é um “desmancha-prazeres” ou, inversamente, um “cúmplice da utopia”. É de pouca utilidade, então, tentar multiplicar as salvaguardas ou ressalvas na tentativa de desencorajar uma ou outra dessas leituras possíveis do trabalho.

Mesmo assim, e ainda relativamente à situação de “crise política”, é preciso discutir os problemas que ela impõe à escrita propriamente dita. Como espero ter conseguido demonstrar acima, a parte do “estar lá” do trabalho colocou dificuldades de monta que, quase sempre, foram superadas ou contornadas. No entanto, findo o trabalho de campo, entraves iguais ou até mais importantes se colocam, a começar pela forma de tentar “traduzir” para o leitor o conjunto de experiências vividas “lá”. Afinal, concordando com Geertz (2005, p.38-39): “‘Estar lá’ em termos autorais (...), de maneira palpável na página, é um truque tão difícil de realizar quanto ‘estar lá’ em pessoa”. De todo modo, resta que transmitir os elementos do mundo estudado “significa colocar todas as coisas na página de maneira suficiente para que alguém possa adquirir alguma compreensão do que elas podem ser. E essa não é apenas uma tarefa difícil, mas uma tarefa que não deixa de ter consequências para o ‘nativo’, o ‘autor’ e o ‘leitor’” (GEERTZ, 2005, p.190).

Nessa rápida reflexão sobre as eventuais consequências do trabalho de campo e da escrita, é necessário destacar que Geertz (2005), ao estabelecer o binômio “estar lá”/“estar aqui”, estava mais preocupado com as situações de pesquisa em que um fosso cultural e geográfico separa o povo estudado do etnólogo. Assim, as consequências para os nativos são principalmente as representações que os estudos podem produzir sobre estes. Mas o problema ganha contornos mais sensíveis quando o “outro” faz parte da mesma sociedade do pesquisador, e não só faz parte como tem condições objetivas de impor a sua leitura do real e contestar o escrito do cientista político/sociólogo/antropólogo, sobretudo quando, novamente, as hierarquias em pauta não favorecem muito o pesquisador<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Sobre esse conjunto de questões, é importante também consultar Geertz(2009).

Por corriqueiramente se situarem no epicentro de boa parte dos acontecimentos políticos que têm sacolejado o país nos últimos anos, sempre que me deparava com as notícias do dia, e com a presença ou protagonismo dos meus “nativos” nelas, sentia a tentação contrária à de Grün (2018, p.8), que vê no seu trabalho uma forma de intervir de alguma forma no debate público. Escrever *à chaud* foi uma injunção inerente a este trabalho, à qual, como pesquisador, tive que, muito relutantemente, me vergar.

Mesmo que não seja algo novo, nem mesmo uma especificidade nacional (LEMIEUX, 2001b, p.63-64), o recente agravamento do cenário de críticas e ataques aos profissionais da imprensa por parte de setores variados da sociedade brasileira tem efeitos sobre as relações com o universo. Como frisou Geertz (2005, p.190), o “estar lá” também gera consequências sobre o autor, e nisso não há qualquer comprometimento da postura requerida pela pesquisa em ciências sociais.

Em função desse conjunto de dilemas, e mesmo que nenhum informante tenha solicitado a condição de anonimato, os nomes dos entrevistados foram ocultados durante praticamente todo o texto, para evitar qualquer prejuízo aos mesmos. Somente serão mencionados os nomes nos casos inevitáveis, quando da exposição de itinerários particulares. Nestas situações, ocultar ou trocar nomes não seria de grande utilidade, dada a facilidade com que poderiam ser identificados, mesmo por leitores pouco familiarizados com o universo em pauta.

#### IV Plano de exposição

No primeiro capítulo, são apresentadas e analisadas as principais concepções em jogo e as oposições que se estabelecem quanto ao que se entende por jornalismo investigativo, as especificidades nacionais e as relações entre o jornalismo e outros universos sociais na produção de “escândalos”. Os capítulos 2 e 3 visam identificar e compreender, a partir de configurações específicas, as “motivações dos importadores” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.26) e os amálgamas produzidos pelas operações de importação no jornalismo brasileiro. No segundo capítulo, o foco recai nas modalidades de representação “profissional”, a partir do caso da criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), com atenção especial aos capitais acumulados pelos seus dirigentes e ao processo de importação de modelos institucionais e técnicas profissionais oportunizado pela sua fundação. Ainda na problemática da internacionalização e das lógicas de importação-exportação simbólica, o terceiro capítulo analisa uma modalidade de engajamento profissional derivada da “crise” da

profissão: o jornalismo “independente” e “sem fins lucrativos”, a partir do caso específico da Agência Pública de Jornalismo Investigativo, uma ONG jornalística que atua em “investigações” relacionadas principalmente aos direitos humanos. Por fim, o quarto capítulo tem por objetivo analisar diferentes modalidades de associação entre a atuação e condição profissionais com esferas e recursos sociais variados, entre jornalistas que são reconhecidos e/ou se atribuem o caráter “investigativo” e que, ao longo das respectivas carreiras, eventualmente contribuíram para a revelação de “casos” ou “escândalos”.

## 1 EM BUSCA DA “AUTENTICIDADE”: JORNALISMO INVESTIGATIVO E OS VALORES “NOBRES” DA PROFISSÃO

Toda investigação jornalística levada a cabo por um repórter deve ter como fundamento o interesse coletivo, a ética humana, a preservação da democracia e todas essas coisas bonitas que fazem da profissão motivo de orgulho para quem a exerce com paixão e destemor (FORTES, 2005, p.42).

O jornalismo investigativo é frequentemente associado a uma prática que gira em torno de algum tipo de “denúncia”, e que envolve, direta ou indiretamente, o mundo político, seus agentes e suas instituições. Ou seja, mesmo quando a pauta não é política, no sentido restrito do termo, ela envolve um certo “desafio” às elites políticas e, de modo mais amplo, ao “campo do poder” (MELO, 2015), entendido de modo genérico. Para alguns, essa postura se embasa numa forma de “revanche social” contra os “poderosos” e na busca de um distanciamento crítico de outros modos de exercício profissional, considerados suspeitos de “complacência” ou “conivência” em relação aos “círculos do poder” (LEMIEUX, 2001, p.56).

A expressão “jornalismo investigativo” evoca imagens edificantes do *métier*, em grande parte devido aos próprios jornalistas que falam e escrevem a respeito do tema. Em face às constantes “crises”, o jornalismo investigativo figura em parte como uma estratégia de reafirmação de legitimidade e de valorização profissional, como sendo o mais próximo de um ideal de qualidade e profissionalismo, mas também como uma estratégia comercial, em reação, por exemplo, à dispersão da publicidade e ao conseqüente enfraquecimento dos grandes veículos. Como que para atestar essa força potencial, debates nas instâncias profissionais, em fóruns de discussão, e os próprios jornalistas tomados individualmente, buscam enaltecer os “casos” que ele permitiu revelar, as investigações judiciais que se iniciaram a partir de uma denúncia em alguma reportagem, ou ainda os políticos que “caíram” ou tiveram sua posição estremecida em função desse tipo de atuação jornalística.

Diretamente ligado a essas estratégias, outro ponto importante que informa as representações dominantes da atividade jornalística é o da sua estreita associação com um ideal democrático, a ponto de ser concebido como um dos seus poderes ou pilares. O jornalismo é visto então como fundamental ao bom funcionamento e legitimação das instituições democráticas. Na fiscalização e vigilância dos poderes, que embasam muitos dos elementos que constituem o lugar-comum do jornalismo como um “quarto poder”, residiria boa parte do “papel social” dos jornalistas, de prestação de um “serviço público”. Uma democracia “forte” seria portanto aquela que, além de outros elementos, dispõe de um jornalismo consolidado, “livre” e “independente”.

O primeiro desafio que se impõe ao pesquisador em ciências sociais ao se debruçar sobre o tema é o de desnaturalizar as percepções em jogo, entre as quais se destacam as que consideram que “jornalismo é investigação” ou que este ou aquele repórter “revelou” um determinado “caso”, e tomá-las por objeto, uma vez que participam em larga medida da construção da identidade profissional dos jornalistas, e não apenas dos “investigativos”.

A expressão “jornalismo investigativo” no Brasil não remete, pelo menos no momento atual, a uma realidade bem definida e mensurável, mas a um *slogan* largamente utilizado para promover determinados investimentos no jornalismo e na sua valorização, ancorado principalmente no modelo consagrado nos Estados Unidos, “*alma mater* da reportagem investigativa tal como é conhecida hoje” (SEQUEIRA, 2002, p.14). Contudo, mais do que um *slogan*, talvez se trate aqui de um enunciado performático (GRÜN, 2018, p.223). A insistência e multiplicação dos discursos e práticas que visam atestar a existência e efeitos do jornalismo investigativo tende, conforme à lógica da *self fulfilling prophecy*, a contribuir, por um efeito de objetivação, para fazê-lo advir, como geralmente é o caso nos discursos prescritivos. Bourdieu (2007, p.119), quanto a este aspecto, destaca a “pretensão à instituição” que se afirma por meio de tomadas de posição que aspiram à “objetividade” de algum categorema, contribuindo para determinar as suas probabilidades objetivas de ter acesso à existência.

A transformação das palavras utilizadas para nomear pode produzir novas categorias de percepção e apreciação, ao impor uma nova visão das divisões e das distribuições, desde que esse tipo de “evocação criadora” seja, pelo menos em parte, uma “previsão bem fundamentada”, que faz advir aquilo que anuncia (novos costumes, práticas, etc.) porque anuncia o que está em vias de advir. Esse tipo de “proclamação profética”, por meio da publicização, oficialização e consagração, encerra a possibilidade real de dar acesso à existência plena, conhecida e reconhecida<sup>37</sup> (BOURDIEU, 2007, p.238-239).

Funcionando como modelo de identificação, as crenças e os discursos que celebram o “poder” e centralidade do lugar dos jornalistas na sociedade, assim como as “virtudes” do jornalismo investigativo, são inseparáveis dos mecanismos que tornam possível a sua

---

<sup>37</sup> Para uma discussão mais geral, ver Berger e Luckmann (2008, p.172). Para o caso dos discursos sobre a “americanização” da sociedade francesa, que buscam impor como evidente uma representação determinada da divisão em grupos e classes, ver Boltanski (1982, p.246). Para os discursos sobre a mundialização e sua correlação com a emergência dos *managers* internacionais, ver Wagner (1997, p.131). Sobre as denegações da existência das classes pelo pensamento oficial e midiático em dois contextos nacionais, ver Chauvel e Schultheis (2003, p.26). Os efeitos da rotulação de um indivíduo como “desviante”, os instrumentos que operam nesse processo, e os seus efeitos sobre as percepções sociais, podem ser encontrados em Becker (2008, p.44).



existência, entre os quais se encontra o interesse crescente de agentes situados em outros universos sociais em “jogar o jogo da midiatização” (CHUPIN e NOLLET, 2006, p.29).

Os jornalistas considerados “investigativos” tendem a incarnar publicamente “o jornalismo”, com forte visibilidade interna, para o conjunto da profissão, mas também externa, principalmente quando os efeitos da sua atuação são visíveis na cena pública. Exemplos frequentemente citados enquanto parâmetro do jornalismo “autêntico”, o reconhecimento de que desfrutam se converte em ganhos materiais e simbólicos não negligenciáveis, o que influi, dentre outras coisas, nas tentativas de outros profissionais se atribuírem essa condição “investigativa”, a ponto de alguns jornalistas considerarem que o jornalismo investigativo se tornou um “modismo”.

O próprio qualificativo “investigativo”, assim como as fronteiras que permitem delimitar precariamente aqueles que são “dignos” de pertencer a esse meio “seleto”, estão eles mesmos em constante disputa. As divergências que cercam o uso do termo “jornalista investigativo” estão diretamente ligadas ao fato deste ser sempre um objeto de luta, e não uma identidade profissional formalizada e estabilizada. E é precisamente neste ponto que reside um dos principais problemas levantados por este trabalho, qual seja, o das lutas não apenas em torno do que define esse esquema de entendimento da profissão, mas principalmente em torno dos critérios de pertencimento, dos limites, das estratégias de distinção empreendidas, das ambivalências e do jogo com as identidades, no sentido de Saint-Martin (1993, p.294). Essas lutas remetem a diferentes formas de autoridade, de prestígio e de poder, e têm por objeto, em última instância, a definição do “jornalismo ideal”, com seus respectivos atributos legítimos, suas qualificações e técnicas associadas.

Um dos trabalhos que inspiraram esta tese precisa ter algumas das suas contribuições nuançadas. Marchetti (2001), no seu estudo específico sobre o jornalismo investigativo na França, tinha em mente a problemática das lógicas de funcionamento dos “subcampos” constituídos por “especialidades” jornalísticas. Entendido nesses termos, o jornalismo investigativo faz parte do processo de emergência de uma nova categoria de jornalistas, que se oporia a outras categorias que anteriormente condensavam em torno de si as “nobrezas” da profissão (como a figura do grande repórter de guerra, que via seu prestígio decair). Confrontando seus achados com o material empírico coletado para a tese, não é possível identificar a ascensão do jornalismo investigativo no Brasil como a emergência de uma “nova categoria”. No país, este processo parece responder mais a um conjunto de lógicas difusas que têm como um dos efeitos o fato de que o “jornalismo investigativo”, em vez de rivalizar ou competir, passou a incorporar outras figuras que dominaram o ideário profissional

anteriormente, ou seja, tornou-se uma categoria *omnibus*, que tende a aglutinar em torno de si boa parte daquilo que remete à “boa” profissão.

Lemieux (2001a), também voltado à compreensão do jornalismo investigativo praticado na França, observa as fortes resistências e críticas que, nos anos 1980, o estabelecimento do jornalismo investigativo e de suas práticas e atitudes correlatas suscitaram nas gerações mais velhas de profissionais, que viam seu crédito diminuir e suas práticas serem consideradas “ultrapassadas”, com a ascensão de jornalistas mais jovens que se afirmavam a partir da “nova postura jornalística” então emergente. Essa espécie de “conflito de gerações” entre os jornalistas da “velha escola” e os da “nova escola”, estabeleceu, segundo o autor, uma batalha acirrada dentro do jornalismo francês. Somando-se ao descrédito das suas práticas, os mais velhos viam os mais novos acusarem-os de terem sido até então muito complacentes e respeitosos com os detentores do poder (LEMIEUX, 2001a, p.91 e 2001b, p.56-58). Marchetti (2001, p.184) converge na sua análise quanto a este ponto. O autor considera que, além de constituir novas posições no campo jornalístico francês, a imposição do *journalisme d’investigation* como um novo modelo de excelência profissional provocou rupturas relativas, ao propor uma concepção mais “crítica” do exercício profissional, que questionava tanto a “tradição” literária e política do jornalismo ali praticado quanto as conviências de profissionais situados nas posições mais altas da hierarquia jornalística (notadamente editorialistas políticos e dirigentes das grandes mídias de informação nacional) com os espaços cobertos.

No Brasil, é possível identificar com relativa facilidade críticas e divergências entre concepções profissionais entre jornalistas que iniciaram as suas respectivas carreiras em diferentes épocas. Todavia, o estabelecimento do “jornalismo investigativo” no Brasil não deu lugar a uma disputa tão marcada e tão geral quanto a que se observou na França. Apesar da grande diversidade de perfis e modalidades de combinação da condição “investigativa” com outros recursos profissionais e sociais, há uma tendência geral a maiores continuidades do que rupturas, o que não exclui em nada a concorrência, a diversidade de concepções e de tomadas de posição. No entanto, elas se baseiam menos naquilo que o jornalismo investigativo teria supostamente de específico quanto a práticas e atitudes profissionais<sup>38</sup>.

Agora convergindo com os achados de pesquisa de Marchetti (2001), é possível constatar que os promotores desse jornalismo defendem, em geral, uma concepção que

---

<sup>38</sup> Sem dúvida, o caráter atenuado desses confrontos é em grande medida tributário do mecanismo privilegiado de acesso aos informantes – as indicações – que introduz um viés irredutível na análise, como destacamos anteriormente.

reivindica mais “profissionalismo” e mais “autonomia” face ao poder político, com um forte conteúdo moral. O jornalismo investigativo tendea se tornar cada vez mais central nas lutas profissionais e simbólicas em torno da definição da atividade jornalística no país.

O jornalismo americano consolidou a expressão jornalismo investigativo como um sinônimo de jornalismo bem feito, de jornalismo profundo, que ouve o maior número de fontes possíveis, que contempla vários lados de uma determinada história, e que investiga de maneira extensiva determinado assunto. Então, quando você fala nos Estados Unidos (...) “*investigative journalism*”, significa: “Nossa, é um jornalismo sério, esse pessoal aí realmente trabalhou para fazer isso daí” (...). E eu imagino que no Brasil também começa a se consolidar a noção de que jornalismo investigativo, assim como nos países desenvolvidos, é uma expressão que quer dizer mais do que apenas o significado literal das duas palavras, quer dizer: jornalismo bem feito, bem trabalhado, com regras sérias, com profissionais que querem buscar realmente tudo a respeito de um determinado tema (Entrevista).

O objetivo deste capítulo é desdobrar algumas dimensões mais gerais que informam a prática da “investigação jornalística”, tal como tem se desenvolvido no país nas últimas décadas. Em primeiro lugar, está a apresentação do debate em que se confrontam diferentes visões sobre o que seria o jornalismo investigativo, sobre a sua “autenticidade” ou mesmo sua existência. No item seguinte, é feita uma incursão pelas “genealogias consagradas”, ou seja, os contextos e “casos” rotineiramente evocados para (re)constituir a história do jornalismo investigativo nos Estados Unidos, na França e no Brasil. A terceira seção do capítulo é dedicada a uma tentativa de refinamento das interpretações nativas anteriormente referidas, com particular enfoque nas relações entre os espaços jornalístico e jurídico e na análise das disposições que com frequência são encontradas entre os jornalistas que se classificam ou são considerados como “investigativos”.

### 1.1 Um longo debate e algumas das suas controvérsias

(...) talvez fosse bom – já que você tá fazendo um trabalho acadêmico, que vai registrar a atividade do jornalismo investigativo –, explicar, fazer a exegese do termo, porque muita gente ainda certamente não sabe exatamente do que se trata (Entrevista).

A forma mais apropriada de começar a esboçar as questões em jogo no universo analisado é considerar as classificações e representações dos agentes, tanto ordinárias quanto eruditas, mobilizadas nas disputas constantes pelas (re)definições da atividade jornalística e, particularmente, dos seus princípios ou modelos de excelência, uma vez que as concepções que dão sentido às ações dos agentes e são instrumentalizadas nos vários embates travados

precisam ser incorporadas como objeto de estudo (CORADINI, 2008, p.16). As lutas em torno da legitimidade dos termos e da sua significação legítima constituem um aspecto central para os jornalistas.

Como a breve citação logo acima deixa entrever, tanto na bibliografia (nacional e estrangeira) dos “estudiosos da mídia” quanto para os próprios profissionais no seu cotidiano, o problema da definição do termo “jornalismo investigativo” (das suas origens, do seu significado, da sua amplitude, etc.) reveste importância capital e, como se verá ao longo da tese, constitui-se numa espécie de ponto de “eterno retorno”, uma vez que esse debate segue animando os teóricos e os práticos, os recém-chegados e os mais velhos. Não apenas se discute se determinada prática jornalística pode ser enquadrada como “investigativa” ou não (com toda a lista de critérios para que seja digna de tal mérito), mas também a sua própria existência enquanto tal, que, para alguns, sequer faria sentido. Seja para criticá-lo ou celebrá-lo, uma constatação parece se impor, qual seja: a do jornalismo investigativo enquanto um princípio dominante de enquadramento das práticas e percepções profissionais.

O início deste capítulo se dedica a situar, em linhas gerais, as principais posições que se defrontam nesse embate deontológico que, não obstante, longe de se limitar a discussões livrescas, tem poderosos efeitos estruturantes sobre o universo, sobre as identidades, sobre as crenças e estratégias profissionais. Assim como em Saint-Martin (1990, p.19), isso será feito sem qualquer pretensão à exaustão. Não se procederá aqui, portanto, à “exegese acadêmica” sugerida de bom grado pelo entrevistado supracitado. Cumpre antes se perguntar sobre o porquê da necessidade de uma exegese se impor, adquirindo contornos de um “rito de passagem” pelo qual todo neófito que envereda por esta seara tem que passar para ser reconhecido e ter legitimidade para tomar uma posição (GRYNSZPAN, 1996, p.35; BOSCHETTI, 2006, p.498).

Um dos ensinamentos mais gerais e mais importantes de trabalhos como os de Bourdieu (1976, 2010a, entre outros), Boltanski (1982) e Saint-Martin (1990) é o de que a estruturação de um espaço de lutas demanda um consenso mínimo sobre as coisas em jogo, um acordo sobre o objeto do desacordo, condição mínima para adentrar e participar das disputas intestinas. Sintetizando,

(...) a luta pelo monopólio da legitimidade que habita o campo de produção dos bens simbólicos contribui para o fortalecimento da legitimidade em nome da qual ela é conduzida: a ortodoxia necessita da heresia porque a oposição entre uma e outra implica o reconhecimento do interesse que está em jogo, reconhecimento desconhecido – isto é, afirmado e, ao mesmo tempo, negado na própria oposição –

que exclui a possibilidade de um verdadeiro agnosticismo (BOURDIEU, 2006, p.167).

O jornalismo investigativo não possui uma definição relativamente consensual entre os jornalistas, e é alvo de controvérsias e frequentes debates, seja em programas de televisão, em eventos acadêmicos da área, em publicações de caráter jornalístico, e mesmo jurídico, e assim por diante. Ainda assim, multiplicam-se as práticas e emissões jornalísticas que se arvoram no seu suposto caráter “investigativo”, como no caso de alguns programas de televisão que se multiplicaram principalmente a partir dos anos 1990 no Brasil, algo observado desde a segunda metade dos anos 1970 nos Estados Unidos (HUNTER, 1997, p.30) e dos anos 1980 no contexto francês (LEMIEUX, 2001a, p.90). As imprecisões e polêmicas que o cercam não impedem o seu estabelecimento no interior do espaço profissional, e a multiplicidade dos seus usos potenciais.

Muitos jornalistas defendem a idéia de que a expressão “jornalismo investigativo” é uma redundância, na medida em que todo trabalho de produção de notícias estaria vinculado a algum nível de apuração dos fatos abordados. Por outro lado, outros advogam que o “jornalismo investigativo” guarda certas especificidades face a outros modos de exercício profissional e se configura cada vez mais como uma “especialidade” dentro do jornalismo. Segundo Fortes (2005, p.10), “a reportagem, de fato, não prescinde de investigação. Mas jornalismo investigativo é algo mais complexo, trabalhoso e perigoso. Não se assemelha com a rotina natural das redações. Exige talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte”.

A diversidade de definições dessa forma de fazer jornalístico, e mesmo a ausência de uma definição legítima entre os profissionais do que constitui o jornalismo investigativo encerra um ponto importante para a análise. Contrariamente aos trabalhos realizados sobre a temática no campo da comunicação, não buscamos aqui propor uma definição do “jornalismo investigativo”, tampouco avaliar, por exemplo, se essa denominação faz realmente sentido face à prática profissional, ou seja, se os jornalistas “investigativos” investigam de fato mais ou menos do que os outros profissionais. Da mesma forma, não entra em pauta se ele representa algo “bom” ou “ruim” para a profissão<sup>39</sup>, ou, de modo mais amplo, para a da democracia<sup>40</sup>. Questões dessa ordem são próprias aos jornalistas, e devem ser tomadas como fazendo parte das representações e lutas para impor definições legítimas da prática profissional, e não como princípio explicativo do conjunto de fenômenos a serem analisados nesta tese. Embora proporcionem reconhecimento e procurem certa autoridade a quem os

---

<sup>39</sup> Essa é uma das preocupações expressas do trabalho de Lemieux (2001a, p.93).

<sup>40</sup> Sobre o lugar do jornalismo em democracias de tipo representativo, ver Gaxie (2003).

profere, vereditos dessa ordem são distintos do trabalho sociológico (LAGROYE, 2003, p.3), que exige um esforço em captar a verdade das lutas que têm por objeto a verdade (BOURDIEU, 1982).

O ponto de partida aqui é semelhante ao de Pécaut (1990, p.11), que se recusa a definir a categoria “intelectual”, optando por tomá-la em seus usos pelos protagonistas. Para o autor, de modo muito direto, “intelectual” é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal. Lemieux (2001a, p.86) procede de modo em parte semelhante, para o caso do jornalismo investigativo. De modo similar a Schudson (2010), ao estudar a generalização da crença da ideia de “objetividade” no jornalismo norte-americano, em vez de indagar se os jornalistas investigam, a preferência dada é por se perguntar sobre o porquê dessa questão adquirir ares de evidência e se impor ao meio profissional.

A instituição que talvez possua mais legitimidade em relação ao jornalismo investigativo é a *Investigative Reporters and Editors* (IRE). Trata-se de uma ONG que se dá por objetivo “melhorar a qualidade da atividade de repórteres investigativos”. Foi criada em 1975, no Estados Unidos, visando interligar jornalistas ao redor do mundo para “trocar experiências” profissionais. A IRE forneceu ela própria uma definição de jornalismo investigativo baseada numa série de critérios. De certo modo, todas as discussões terminológicas subsequentes se definem por afirmação ou oposição a ela. Segundo a ONG norte-americana, para ser considerado jornalismo investigativo: 1) A investigação deve ser fruto do trabalho do jornalista; 2) O tema da investigação deve ser relevante para o leitor e; 3) O assunto deve ser algo que alguém está tentando ocultar do público.

Protagonismo do repórter ou da equipe, relevância, revelar o que alguém quer se mantenha escondido: esta tríade, pela legitimidade da instituição que a estabeleceu, criou as balizas pelas quais muitos trabalhos jornalísticos (e os profissionais que os desempenharam) são avaliados. Somente poderia ser considerado um “investigador” aquele que obtivesse por seu próprio trabalho e mérito informações sobre instituições ou pessoas empenhadas em esconder algo do público. O aspecto de “desvendar um segredo” é central nesta concepção. Silvio Waisbord (2001), entre tantos outros, segue na mesma linha, destacando o protagonismo dos jornalistas na coleta, apuração e produção das denúncias de infrações que afetam o interesse público.

A partir da bibliografia consultada, um primeiro ponto a ser considerado é que esse debate que basicamente opõe, de um lado, os que advogam que “todo jornalismo é investigativo” e que por isso trata-se de uma redundância e os que, de outro, defendem que o jornalismo investigativo é específico e difere de outras formas de exercício profissional, teve

seu início no início dos anos 1970, nos Estados Unidos. Ao que parece, embora o debate esteja longe de um termo, a elaboração dos critérios de definição pela IRE pode ser vista como a consolidação de uma percepção que tende a conferir ao jornalismo investigativo alguma especificidade.

O que precisa ser destacado quanto a esses embates é que não se introduziu apenas a “fórmula” do jornalismo investigativo no país, mas também o conjunto das polêmicas e das oposições que tiveram e têm lugar nos Estados Unidos, sendo nesse sentido um processo muito próximo ao que se deu na Ciência Política brasileira, na sua importação de correntes e modelos teóricos oriundos do mesmo país (CORADINI, 2013, p.327). O quadro desenvolvido por Hunter (1997), que toma a definição da IRE como baliza, permite visualizar melhor os contrastes que supostamente fazem com que o jornalismo investigativo seja diferenciado em relação às formas “convencionais”.

Quadro 1: Diferenças consideradas entre o jornalismo “convencional” e o jornalismo “investigativo”

<b>Jornalismo convencional</b>	<b>Jornalismo de investigação</b>
A informação é reportada em um ritmo cotidiano.	A informação não pode ser publicada antes que sua coerência e sua globalidade sejam asseguradas.
A pesquisa se faz rapidamente.	A pesquisa pode demandar meses, e mesmo anos.
A boa-fé das fontes oficiais é presumida, muitas vezes sem verificação.	A boa-fé das fontes oficiais não pode ser presumida, toda fonte pode se revelar mentirosa, nenhuma informação pode ser publicada sem verificação prévia.
As fontes oficiais oferecem informação ao repórter livremente, para se promover ou para manter um debate num sentido desejado.	A informação oficial é escondida do repórter, pois sua revelação poderia contrariar os interesses da fonte; se não, a informação só é oferecida no momento em que o repórter já adivinha sua existência.
O repórter deve aceitar a versão oficial de acontecimentos ou de procedimentos, no limite completando de comentários de outras fontes.	O repórter contesta a versão oficial, se baseando primeiro em informações que provêm de fontes independentes.
A legitimidade da reportagem deriva da função social das fontes (o papel do repórter é de mensageiro da informação).	A legitimidade da reportagem deriva de informações exclusivas e verídicas (o repórter serve de revelador) e pode colocar em perigo o status social das fontes.
A reportagem se baseia num mínimo suficiente de informações e pode ser breve.	A reportagem se baseia num máximo de informações e pode ser longa.
Erros podem ser cometidos pelo repórter, mas eles são inevitáveis e sem grande importância.	O erro expõe o repórter às represálias judiciais de seus alvos e pode destruir a credibilidade do repórter.
O repórter dispõe de menos informações do que muitas de suas fontes.	O repórter dispõe de mais informações do que cada uma de suas fontes individualmente.
As fontes são quase sempre identificadas.	Muitas vezes, as fontes não podem ser identificadas.
Os dizeres das fontes podem substituir uma documentação importante.	A reportagem depende em grande parte de uma pesquisa documental importante.
O repórter não aspira obter resultados para além de informar o público.	O repórter busca revelar e reformar uma situação insuportável, com o apoio do público.
A reportagem não demanda necessariamente um engajamento pessoal do repórter.	A reportagem não pode ser bem-sucedida sem um engajamento pessoal do repórter.
A reportagem se pretende uma reflexão do mundo, que é aceito tal como é.	A reportagem se pretende uma penetração de um mundo oculto, que deve ser destruído, reformado ou denunciado.
A reportagem se quer objetiva, sem <i>parti pris</i> .	A reportagem se quer justa e verídica, e nessa base, o

	repórter pode tomar parte.
A reportagem não apresenta ponto de vista moral, em face dos sujeitos e das fontes.	O repórter designa os heróis, malfeitores e vítimas do caso.
A estrutura dramática da reportagem é auxiliar e não comporta fim, já que a atualidade é contínua.	A estrutura dramática da reportagem é essencial e leva a um desfecho explícito ou sugerido pelo repórter, para colocar fim a um escândalo.

Fonte: Hunter (1997, p.123-125)

De imediato, o que se depreende a partir do acima exposto é que há uma preocupação grande para o meio profissional em definir não apenas o conteúdo de uma reportagem investigativa, mas a postura ideal exigida do profissional que a produz, inclusive nos seus aspectos psicológicos. Em termos de técnicas, geralmente se considera que o jornalismo investigativo tem na sua base as mesmas ferramentas do jornalismo convencional (entrevistas, busca de informantes, escrutínio de documentos oficiais, etc.), mas seu uso seria mais intenso e aprofundado, o que leva a considerar que o jornalismo investigativo é (ou deveria ser) um jornalismo “mais jornalístico” do que os outros, o ideal profissional desejável ou, em suma, a “essência” da profissão.

O desdobramento mais imediato da consagração da definição da IRE sobre o espaço profissional talvez seja a tentação de, por um lado, eleger algum trabalho jornalístico do passado e ver nele todos os critérios contemplados, isto é, “redescobrir-o” como de cunho investigativo, ou então, por outro, assumir a postura iconoclasta e retirar do pedestal algum trabalho que foi celebrado como investigativo, mas que, ao se “analisar bem”, não atendia aos critérios aceitos pela maioria.

Melo (2015) chega a identificar três posições recorrentes sobre o jornalismo investigativo presentes na literatura sobre o tema: a primeira delas o define como aquele jornalismo que revela algo que está oculto, e que enfatiza o papel ativo do jornalista no sentido de revelar a informação oculta ou das técnicas diferenciadas para obtê-la; a segunda o coloca como aquele que denuncia desvios e causa indignação moral. Nessa segunda definição, não haveria necessidade da revelação de algo oculto, enfatizando-se o ato da denúncia em si; a terceira definição, o classifica como uma redundância, um pleonismo.

“Nas redações há algum tempo prolifera uma praga: os dossiês” (NUNES, 2011, p.28). No Brasil tem se consolidado ainda uma posição que considera que o “modismo” que leva a qualificar qualquer reportagem com denúncias de “investigativa” gerou uma “deturpação”, “diluição” ou “perversão” do “conceito”. “Muitas vezes eu vejo um ‘exclusivo’ ou um selo ‘investigativo’ em conteúdos que, pra mim, estão longe de sê-lo. Qualquer esforço maior de reportagem muitas vezes já é vendido (...) como algo investigativo, nobre. Isso acaba



empobrecendo o resto do trabalho investigativo” (Entrevista). Parte da bibliografia tem se dedicado então a diagnosticar as supostas raízes disso e apontar prescrições normativas para aprimoramento. Trata-se do que se estabeleceu nos debates como “jornalismo sobre investigações” (NASCIMENTO, 2010), “jornalismo de dossiê”, “jornalismo fiteiro” ou “jornalismo-chumbinho”. Esta prática se refere ao jornalismo que se alimenta de investigações produzidas por outras instâncias para a elaboração das reportagens e publicação das denúncias nelas contidas, mas também àquele que utiliza materiais repassados por agentes políticos que, muitas vezes, fariam uso desse expediente em benefício próprio (ABREU e LATTMAN-WELTMAN, 2001, p.7).

Para muitos, essa prática, ainda que possa ter alguma relevância no sentido de publicizar o funcionamento da justiça e dos demais poderes, não poderia ser considerada uma investigação “autêntica”, uma vez que o principal do trabalho não dependeu da postura ativa do repórter. Para outros, a dimensão “investigativa” não é anulada por esta prática, pois implicaria a posse de algum tipo de trunfo ou competência (basicamente, fontes de confiança) que permitiria ter acesso a investigações e documentos exclusivos ou inéditos.

(...) tem o jornalismo investigativo e tem o jornalismo de investigação. As duas coisas, na prática, são as mesmas pessoas fazendo, com os mesmos critérios, e, às vezes, com oportunidades diferentes. Uma coisa é você construir uma história própria, que vai demorar meses, outra coisa é pegar um relatório, e falar: “Diz PF...”. Os dois são importantes. Os dois, no final, contam a mesma história, que um fulano roubou (...). Os dois não deixam de ser investigação, porque pra você conseguir um relatório desse, bicho... Não é você bater lá no gabinete, e falar: “Fulano, tô doído para pegar o Sicrano. Você tem aí alguma coisa do Sicrano?”. Não existe isso (Entrevista).

[O jornalismo sobre investigações] tem seu valor também. É muito difícil você conquistar a confiança daquela fonte a ponto dela arriscar o seu próprio emprego pra te passar uma parada. Porque um servidor público que te passa uma informação sigilosa tá arriscado a sofrer uma sanção, ele tá arriscado inclusive a perder seu emprego, a sua estabilidade, o ganha-pão da sua família. Então, é muito difícil. Você tem que conquistar a confiança do cidadão pra ele se arriscar pra te passar um negócio. Então assim, tem um valor também (Entrevista).

Esse tipo de leitura, que opõe um “verdadeiro” jornalismo investigativo a um outro que, embora se aparente a ele, não conteria os elementos básicos da prática, também é importada. Kovach e Rosenstiel (2003), em obra que é uma referência constante nos trabalhos relativos ao tema, procedem a uma diferenciação entre três tipos de reportagem. O primeiro seria a “reportagem investigativa original” (o modelo “clássico” de jornalismo investigativo), que se caracterizaria quando o próprio repórter se envolve na descoberta e na documentação de atividades até então desconhecidas do público. Em seguida, está a “reportagem investigativa

interpretativa” que, mesmo semelhante à “original”, se diferencia pelo fato de não se tratar apenas de fatos completamente desconhecidos, mas de conexões novas, operadas pelo repórter, para algo que já era de domínio público (como quando, por exemplo, revela-se alguma prática ilícita por meio da leitura e análise do DOU). Em terceiro lugar, enfim, os autores elencam a dita “reportagem sobre investigações”, que, como dissemos acima, não envolveria a iniciativa do repórter na apuração e, portanto, estaria fora do escopo do jornalismo investigativo.

No contexto francês, a generalização desse tipo de prática jornalística é considerada uma das consequências de um processo de “divisão do trabalho da denúncia pública”, que deriva dos custos elevados (em tempo e dinheiro, principalmente), para os veículos, na produção de “investigações propriamente ditas”, ligadas a uma “definição estrita” do jornalismo investigativo. O recebimento de documentos por parte de fontes e a checagem da sua pertinência ou autenticidade por parte dos jornalistas permitiria assim reduzir os custos, além de delegar a maior parte do trabalho de investigação e o ônus da prova à própria fonte (LEMIEUX, 2001a, p.95-96).

## 1.2 As “genealogias consagradas” em três contextos nacionais

Aliada à preocupação de Weber (2002, p.186-187) sobre a importância de se considerar as diferenças na publicização e no tratamento das informações segundo os países e contextos históricos, atentando para as “concepções de mundo” ligadas a cada tendência observável, esta seção também inspira-se no trabalho de Grynszpan (1996), que se interessou pelos modos de constituição de um domínio de conhecimento altamente investido, construído e imposto pelo trabalho de autores e comentaristas. Trilhando em parte esse mesmo caminho, é necessária uma breve incursão por referências nativas que informam a prática jornalística sobre os potenciais e limites da “investigação”.

Consideramos aqui os “marcos” que, em diferentes países (Estados Unidos, França e Brasil), são objeto de relativo consenso na bibliografia sobre o tema, que contribuem para estabelecer uma “história” e tornar legítimos os esforços em torno da busca das “origens” do jornalismo investigativo, dos seus principais expoentes, e das causas (sociais, políticas, culturais, econômicas, etc.) que favoreceram ou dificultaram o seu desenvolvimento enquanto tal. Parte significativa das representações relativas às virtudes e capacidades do jornalismo investigativo advém de exemplos históricos que são ritualisticamente evocados nestas publicações. Assim como em relação aos debates em torno da definição, com suas oposições

constituídas, a leitura nacional do jornalismo investigativo é largamente baseada em parâmetros importados dos Estados Unidos.

Não entra em pauta nenhuma tomada de posição quanto aos cânones consagrados no universo. Serão considerados, de modo muito panorâmico, os casos que recorrentemente aparecem no ideário profissional como pertencentes a essa rubrica considerada “nobre”. A eventual inclusão ou exclusão de “mitos jornalísticos” (LEMIEUX, 2001a, 93) que, para determinados pontos de vista, são ou não “investigativos”, não faz parte de qualquer ambição de releitura ou revisionismo, como é muitas vezes o caso na bibliografia<sup>41</sup>, pois não cabe às ciências sociais fundar na razão divisões arbitrárias da ordem social nem tampouco se comportar como árbitro das lutas sociais nas quais se produzem ou destróem “heróis” (CORADINI, 1998b, p.209).

### 1.2.1 Estados Unidos

Matriz exportadora de boa parte daquilo que se entende por “jornalismo moderno” (CHALABY, 2003; NÉVEU, 2006), o contexto norte-americano oferece as primeiras referências em termos de jornalismo investigativo que são constantemente retomadas pelos jornalistas e pela bibliografia<sup>42</sup>. O “caso Watergate”, a mais emblemática investigação jornalística do país, que se expandiu para todo o mundo como “modelo” da investigação jornalística bem-sucedida (LEMIEUX, 2001a, p.94), ilustraria o melhor daquilo que o jornalismo teria para oferecer à democracia: “fazer o poder prestar contas” (WAISBORD, 2001). O caso ainda teria dotado a atividade jornalística de um certo *glamour* que não estaria presente no cotidiano do jornalista, e determinado a emergência e valorização de uma forma de praticar o jornalismo que envolve pesquisa e investigação (HUNTER, 1997; ABREU e LATTMAN-WELTMAN, 2001).

Desde aquele momento, a mídia norte-americana passou a considerar o “jornalismo investigativo” como a atividade mais nobre de sua profissão (...). A partir daquele “escândalo”, o protótipo de jornalista passou a ser um descobridor de verdades escondidas pelas conveniências dos poderosos. Ao revelar à sociedade as entranhas e artimanhas do poder, o jornalista se torna um elemento essencial do equilíbrio democrático (...). E o escândalo passou a ser assim o validador maior daquela

<sup>41</sup> Ver, por exemplo, Melo e Monteiro (2015).

<sup>42</sup> A preponderância dos exemplos e parâmetros jornalísticos norte-americanos se deve também a lógicas editoriais, que contribuem para fazer circular, com forte divulgação, termos, temas e retóricas que devem seu poder de atração ao simples fato da sua ampla difusão (BOURDIEU e WACQUANT, 2008, p.25). Nascimento (2010, p.33) aponta então que parte desse destaque pode estar ligado à grande produção norte-americana sobre o tema, assim como à facilidade com que essa produção é acessada e exportada.

atividade profissional: a consagração do bom jornalista é o papel central que seus colegas lhe conferem na produção de um “bom” escândalo (GRÜN, 2018, p.79).

Fruto do trabalho de Bob Woodward e Carl Bernstein, repórteres do *The Washington Post*, o caso iniciou-se com um episódio de escuta ilegal na sede do Partido Democrata dos Estados Unidos efetuada por pessoas ligadas ao governo republicano, que culminou com a renúncia do então presidente Richard Nixon em 9 de agosto de 1974<sup>43</sup>. Imagem mítica do jornalismo investigativo, e do jornalismo de modo geral, “Watergate” revela muito mais do que os supostos efeitos benéficos que os jornalistas podem trazer à sociedade democrática. Estamos diante de um marco significativo do processo de imposição do modelo e da concepção de jornalismo norte-americano ao conjunto das produções jornalísticas em outros países, que também teve uma repercussão importante no jornalismo feito no Brasil.

As sucessivas denúncias que o *Post* começou a fazer sobre o caso, ainda sem a atenção dos outros jornais, despertaram com o tempo a inquietude do poder judiciário e de parte da “opinião pública<sup>44</sup>”. Em termos de jornalismo investigativo, “Watergate” teria introduzido uma série de inovações metodológicas, como o uso de fontes anônimas, que foram mesmo muito criticadas à época pelas autoridades responsabilizadas, como sendo um “abuso jornalístico” (HUNTER, 1997, p.24). Além do tipo de fonte utilizada, a construção de um *carnet d’adresses* pelos dois repórteres teria sido também uma inovação. Mas o “pioneirismo” residiria talvez principalmente no “abandono” da ideia rígida de objetividade que vigorava no jornalismo de então, com os jornalistas se tornando atores da história e o *Post*, ao empreender as denúncias contra a administração Nixon, virando um “adversário”, e não apenas um veículo que noticiava um fato.

Ainda que seja a principal referência do jornalismo investigativo, caso quase típico-ideal da “função histórica” de “cão-de-guarda” da democracia, que é muito atribuída a essa prática profissional (HUNTER, 1997, p.18), a busca pelas “origens” fez os autores dedicados à história do jornalismo naquele país identificarem na passagem do século XIX para o século XX as primeiras investidas de jornalistas contra os “poderosos”. Assim, a “era dos

---

<sup>43</sup> Maiores detalhes sobre o caso podem ser encontrados em Bernstein e Woodward (1976) e em Schudson (1993, 1995, 2004). Em *Todos os homens do presidente*, os atores do “escândalo” são apresentados como “heróis” (os jornalistas e as fontes anônimas), “trouxas” (os investigadores oficiais, cujo trabalho fora sabotado pelos líderes políticos), “vítimas” (o público e os idealistas que faziam parte da administração Nixon) e “vilões” (o presidente e sua *entourage*) (HUNTER, 1997, p.26). A transformação do enredo do livro em película cinematográfica contribuiu para influenciar o comportamento de repórteres por todo o mundo (NASCIMENTO, 2010, p.39).

<sup>44</sup> Tomada aqui no sentido atribuído pelo senso comum. Sobre o “efeito de consenso” que este tipo de artefato cria e os problemas a ele relacionados, ver Bourdieu (1983, p.173-182).

*muckrackers*<sup>45</sup>” (1902-1912), como ficou conhecida, representaria o momento em que a imprensa norte-americana se tornou mais sistemática na sua postura ativa de denúncia.

Segundo Hunter (1997, p.12), já na época colonial era possível observar denúncias de escândalos na imprensa, mas “os primeiros esboços de uma imprensa capaz de documentar suas acusações, num espírito de serviço público, remontam apenas aos anos 1830”. Nesta década, os jornais passavam por um lento e progressivo processo de apartamento de uma postura “partidária” para uma posição mais afeita a um ideal de objetividade que começava a se constituir (SCHUDSON, 2010, p.14), buscando atingir o maior número de leitores e confortar esse novo papel de vigilância e denúncia. Foi uma época em que a imprensa encampou várias “cruzadas” com forte uso da “moralidade” e do sensacionalismo. Para Schudson (2010, p.25), a década de 1830 representou uma “revolução” no jornalismo norte-americano, que se traduziu no triunfo da “notícia” sobre o editorial e dos “fatos” sobre a opinião, acompanhando a expansão da democracia e do mercado no país. Os “barões da imprensa” do período se empenharam em “cruzadas jornalísticas por meio de grandes denúncias” (NASCIMENTO, 2010, p.34).

A “era dos *muckrackers*” foi marcada pelo espírito dessas “cruzadas” das décadas anteriores, e seus protagonistas eram “detectores de escândalos” e foram os “verdadeiros fundadores da investigação à americana” (HUNTER, 1997, p.13). Em linhas gerais, eram jornalistas engajados, “parciais”, que tinham uma “pulsão pelo ativismo”, e buscavam mostrar injustiças e causar indignação na população. Sua atuação durante a primeira década e início da segunda década do século XX levou à implementação de muitas reformas que, às vezes, foram mesmo redigidas pelos próprios *muckrackers*, em estreita cooperação com associações e/ou partidos políticos (HUNTER, 1997, p.14).

O arrefecimento dessa “era” é atribuído a dois fatores principais: 1) a fadiga do público relativamente à profusão de denúncias publicadas e; 2) a consagração da “objetividade” como princípio profissional, que teria ocorrido em 1923, no seio da ASNE (*American Society of Newspapers Editors*), que implicava a crença e a demanda pela neutralidade do repórter diante de interesses partidários ou particularísticos. No entanto, o *muckracking* não desapareceu completamente da imprensa, mas deixou de ser uma tendência predominante para se tornar uma “corrente de esquerda e marginal do jornalismo americano” (HUNTER, 1997, p.15).

---

<sup>45</sup> Designação dada pelo presidente Theodore Roosevelt em um discurso proferido em 1906, com conotação pejorativa, utilizada para criticar os jornalistas que “chafurdavam na lama” à procura de escândalos. Com o tempo, a expressão adquiriu uma conotação positiva, a ponto de tornar uma das imagens míticas da profissão no país, e sinônimo de jornalismo investigativo (NÉVEU, 2006; NASCIMENTO, 2010; DEMENECK, 2013).

A “tradição” dos *muckrackers*, portanto, não apenas se mantinha como dispunha de “herdeiros”, que reativaram essa “tradição” no contexto de agitação política e transformações sociais dos anos 1960, década em que “renascem” os *muckrackers*. Novos jornalistas teriam então descoberto a força das receitas contidas nos trabalhos dos seus predecessores do início do século. Em consonância com isso, a existência de um leitorado jovem e interessado por esse tipo de jornalismo mais agudo contribuiu para essa espécie de “renovação”.

O processo que Hunter (1997, p.18) chama de “revolução da investigação” é constituído pela sobreposição de alguns “movimentos jornalísticos”, todos eles baseados na contestação do ideal de “objetividade”, tal como este tinha se consolidado no início dos anos 1920. O primeiro deles é a chamada “imprensa alternativa” americana, imprensa *underground* que veiculava opiniões de extrema-esquerda e revolucionárias. Era composta por jornalistas majoritariamente “amadores” e muito politizados, que rejeitavam a objetividade por considerá-la uma forma eufemizada de prejulgamento, pois privilegiava os pontos de vista oficiais e silenciava as minorias sociais ou políticas. Na passagem dos anos 1960 para os anos 1970, essa imprensa radical se torna mais “profissional”, se dotando de meios jornalísticos para documentar suas críticas sociais. Beneficiou-se desse público leitor jovem, em meio ao qual os jornais “tradicionais” perdiam terreno.

O segundo vetor da “revolução” em pauta foi a corrente do “*New Journalism*”, que apareceu no meio dos anos 1960 em algumas revistas e artigos mais longos nos jornais. Sua crítica à ideia de objetividade residia mais no lugar a ser ocupado pelo jornalista em suas reportagens. Para o ideal assim erigido, o narrador/jornalista tinha que estar ausente, como um observador neutro e externo. Para os aderentes do “novo jornalismo”, tratava-se justamente do contrário. Inspiravam-se fortemente na tradição literária e opinativa do jornalismo francês (WEBER, 2002; CHARLE, 2004), com suas longas reportagens, inferências, e com a interação entre o repórter e suas fontes ocupando o centro da narrativa. “Sem fazer investigação propriamente dita, os ‘novos jornalistas’ conseguiram contudo levantar muitos escândalos simplesmente expondo aspectos pessoais, e mesmo íntimos, de seus assuntos, que a imprensa convencional tinha evitado anteriormente” (HUNTER, 1997, p.21). A partir dos anos 1970, os principais jornais e revistas dos Estados Unidos começaram a fazer uso das técnicas do “novo jornalismo”, cuja principal contribuição teria sido o restabelecimento do primado do relato.

O terceiro “movimento” da “renovação” do *muckracking* é situado no bojo da guerra do Vietnã (1955-1975), particularmente entre os correspondentes americanos enviados para a cobertura do conflito. Estava em jogo principalmente as relações entre as redações dos

veículos de comunicação e as autoridades americanas: enquanto os anúncios oficiais sobre a evolução do conflito apresentavam o progresso do exército norte-americano, os correspondentes *in loco*, junto às suas fontes não-oficiais, começaram a mostrar que a guerra estava prestes a ser perdida, e não ganha. A tentativa da administração das notícias sobre a guerra pelo governo colidiu ainda com a crescente “cultura de oposição” que se desenvolvia no seio das universidades, no jornalismo e no próprio governo em meio à efervescência política e cultural dos anos 1960 (SCHUDSON, 2010, p.191). O somatório dos conflitos raciais, da guerra do Vietnã e do “caso Watergate” contribuíram para produzir um clima generalizado de antagonismo em relação ao sistema político na sociedade, que também influenciou nos modos como os jornalistas se portavam diante dos fatos. A publicação dos *Pentagon Papers*, em 1970, pelos jornais *The New York Times* e *The Washington Post*, evidenciou o “abuso de confiança” praticado pelas autoridades para com a imprensa e o público. Trata-se de farta documentação sobre as mentiras do governo em relação ao conflito. Como desdobramento dessa defasagem entre os anúncios oficiais e o que os repórteres de guerra noticiavam do *front*, a imprensa dos Estados Unidos teria passado a não apenas apreciar os fatos de uma nova forma, mas também a encarar as fontes oficiais de modo menos complacente, o que levou Hunter (1997, p.22-23) a concluir que:

A ideia segundo a qual o jornalismo é um combate permanente pela verdade adquiriu um novo sentido: a verdade que defendia o jornalista não será mais a dos dirigentes ‘legítimos’ da sociedade, mas a sua, fundada no seu próprio conhecimento dos fatos. O jornalismo lutou por muito tempo para se tornar um *métier*; de repente, ele se tornava uma missão.

Ao “caso Watergate” e à renúncia de Richard Nixon seguiu-se uma “era de grande exaltação do jornalismo de investigação” e, entre os anos 1975 e 1980, o trabalho de investigação foi considerado como um teste fundamental da seriedade de um jornalista (HUNTER, 1997, p.30; PROTESS *et al.*, 1991). O status social dos repórteres, e não apenas dos responsáveis pela queda do então presidente, se beneficiou muito desse imediato pós-“Watergate”, uma vez que se tornaram uma espécie de “bastião da esperança” em meio a uma sociedade considerada corrompida.

A percepção por parte dos cidadãos de que a sociedade norte-americana se encontrava em profundo dessarajo se relacionava principalmente à conduta privada dos agentes políticos. Para Chantal (2001), a peso da vida privada no debate público nos EUA se relaciona com a herança cultural do puritanismo (com a centralidade do tema da ordem moral e do controle das condutas que ele implica), mas principalmente com a orientação à direita

consolidada pela eleição de presidentes conservadores ao longo de três décadas, e com as condições institucionais do debate público. Entre os governos de Franklin Roosevelt e John Kennedy, as condutas privadas dos presidentes se mantiveram ao largo dos olhares da imprensa. A partir dos anos 1970, cresce a importância do aspecto pessoal dos personagens oficiais e a imprensa passa a busca o sensacional “em um ritmo frenético” (CHANTAL, 2001, p.292). Essa mudança de atitude geral da imprensa permite em parte explicar o aumento de escândalos ligados a assuntos privados no país. A partir daí, alguns passam a entender a postura “inquisidora” como uma característica do “estilo americano” de fazer jornalismo (SABATO, p.1993, p.1-24).

Entretanto, já nos anos 1960, “o jornalismo investigativo estabeleceu importantes cabeças de ponte institucionais nos meios de comunicação” (SCHUDSON, 2010, p.27). Anos antes do “caso Watergate”, portanto, observou-se o desenvolvimento de equipes de repórteres investigativos nos principais jornais metropolitanos dos Estados Unidos, em parte devido à corrida pelo “furo” e pela crescente competição da televisão. Ao passo que as organizações jornalísticas passaram a investir no trabalho “investigativo”, os próprios repórteres reconhecidos por esse tipo de atuação começaram a ver a si mesmos como um grupo de pleno direito (SCHUDSON, 2010, p.27).

Em 1967 é promulgada a primeira versão do *Freedom of Information Act* (FOIA), a legislação que regula o acesso a informações públicas do governo por parte de qualquer cidadão, sob requisição. Esse dispositivo legal era pouco utilizado pelos jornalistas antes de “Watergate”. Após o “escândalo”, o FOIA foi alterado em duas ocasiões (1974 e 1976), ampliando o escopo de informações passíveis de serem fornecidas pelo governo, o que favoreceu os jornalistas “investigativos” do país, que começaram a fazer uso frequente da lei nas suas reportagens.

A criação, em 1969, de um fundo destinado exclusivamente a financiar reportagens investigativas (*Fund for Investigative Journalism*), consolidou, na visão de Schudson (2010, p.222-223) o desenvolvimento desse “jornalismo não convencional”<sup>46</sup>. Com o surgimento da *Investigative Reporters and Editors* (IRE), em 1975, a investigação jornalística à americana teria deixado de ser uma realização de profissionais atomizados, para se tornar uma prática codificada e transmissível (HUNTER, 1997, p.34), ainda que admita-se que uma parte importante desses conhecimentos são informais e não podem ser encontrados nos livros ou

---

<sup>46</sup> No mesmo sentido é sintomática a mudança ocorrida no prêmio Pulitzer a partir de 1964, quando uma categoria denominada “Reportagem Local” foi substituída pela categoria “Reportagem Investigativa”, enfatizando e legitimando um papel mais ativo, reformista e denunciador da imprensa norte-americana (NASCIMENTO, 2010; MELO, 2015).



manuais (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.17-59). A partir de então, a investigação teria se “generalizado”, no sentido de que qualquer instituição da sociedade podia ser alvo do escrutínio de jornalistas. O objetivo do “grupo de repórteres investigativos” que criou a IRE era compartilhar informações “e proteger a reportagem investigativa de se tornar um ‘modismo’ e ‘atrair repórteres em busca de notoriedade’” (SCHUDSON, 2010, p.222). A entidade apareceu apenas um ano depois da queda do então presidente, e um dos seus primeiros feitos foi empreender uma investigação própria sobre o assassinato de um dos seus membros, o jornalista do *Arizona Republic* Don Bolles, em 1976, no que ficou conhecido como *The Arizona Project*<sup>47</sup>.

O conjunto de iniciativas voltadas para um jornalismo “crítico” e “investigativo” anteriores ao “caso Watergate” permite a Schudson (2010, p.223) afirmar que: “As reportagens de Watergate coroaram, em vez de inaugurar, a onda do jornalismo investigativo, mas fizeram isso de forma tão impressionante que Watergate pode se tornar um símbolo de importância permanente para a atividade do jornal”. Mas a maior ou menor predominância do jornalismo considerado “investigativo” na cena pública faz com que essas oscilações sejam interpretadas em termos de “ciclos” ou “surto”, estabelecendo-se uma continuidade lógica entre, por exemplo, a “era dos *muckrakers*” e o período “pós-Watergate”.

### 1.2.2 França

Assim como para o caso da literatura nacional sobre o tema, o jornalismo investigativo tal como se desenvolveu na França é pensado principalmente pela negativa, ou seja, pelas aquisições do jornalismo norte-americano que aí não se encontrariam presentes. Contudo, a bibliografia aponta a existência de alguns desenvolvimentos paralelos, como na virada entre os séculos XIX e XX: enquanto nos Estados Unidos apareciam os primeiros *muckrakers*, na França a ocasião do “caso Dreyfus” (CHARLE, 2004; HUNTER, 1997) favoreceu a constituição de novas concepções acerca das atividades jornalística e intelectual.

Em termos de “contexto cultural”, Hunter (1997, p.60) destaca a alternância entre liberdade e repressão vivida pela imprensa francesa ao longo da sua história. A maior politização da imprensa, em relação aos Estados Unidos, é frequentemente destacada também como uma característica de relevo, o que tenderia a fazer com que houvesse uma desconfiança dos franceses em relação à imprensa em geral, e aos jornalistas investigativos em particular. A

---

<sup>47</sup> Projeto capitaneado por jornalistas de diversos veículos que visava dar continuidade à pauta de Bolles, que investigava relações entre a polícia e o crime organizado no Arizona.

politização da imprensa e a sua inclinação subjetiva, analítica e literária, somando-se a uma legislação restritiva, seriam obstáculos ao desenvolvimento do jornalismo investigativo que, mesmo assim, teria encontrado formas de se estabelecer duravelmente (HUNTER, 1997, p.98).

A figura emblemática do “grande repórter” francês “ocupa o mesmo lugar mítico na história da investigação francesa que o do *muckracker* do outro lado do Atlântico (...). Mesmo se ele não é um verdadeiro investigador no sentido moderno (...), o grande repórter permanece um modelo de engajamento de coragem e de curiosidade” (HUNTER, 1997, p.63-64). Assim como os *muckrakers* norte-americano, o “grande repórter” teria como característica ainda uma forte “pulsão reformadora”.

Além do “caso Dreyfus”, a Segunda Guerra mundial e a *Libération* remodelaram as relações entre a imprensa e os poderes públicos, influenciando na investigação jornalística. Uma nova geração de jornalistas, formada na imprensa da Resistência, se opunha aos que atuaram na imprensa colaboracionista. Se colocavam assim a serviço de uma democracia renovada, do Estado francês e dos valores da República. Um corolário dessa tomada de posição era uma parceria oficiosa entre Estado e imprensa, testemunhada pelas generosas subvenções do Estado em prol da refundação da imprensa no pós-guerra, como no caso da agência de notícias *France-Presse*.

O abalo dessa relação de complacência e dependência viria com a guerra da Argélia (1954-1962), quando a contestação social e política contra o conflito criou as condições para a emergência de uma imprensa que seria precursora da investigação jornalística francesa contemporânea, de modo similar ao que se passou nos EUA em relação à guerra do Vietnã. O final dos anos 1960, mais especificamente as agitações do “Maio de 68”, foi outro período importante. A cultura crítica e radical que brotava desses movimentos formou muitos jornalistas que posteriormente se destacariam como “investigativos”: “Indo mais tarde para o centro político, os jornalistas oriundos da esquerda radical guardaram um elemento-chave da mentalidade investigadora: a vontade subjetiva de transformar as instituições em nome do bem público” (HUNTER, 1997, p.74).

Com “Watergate”, a imprensa e o público franceses puderam ver o que uma imprensa agressiva podia fazer em prol da “democracia”, o que fez com que, ao mesmo tempo, o público tivesse mais compreensão para com as atividades de repórteres “agressivos” e que os jornalistas franceses buscassem diminuir o “atraso” em relação aos desenvolvimentos observados nos Estados Unidos. É o momento em que começam a ser debatidos os princípios da investigação jornalística no país, antes que um movimento geral nesse sentido aparecesse,

ao contrário dos EUA após o “Watergate”. Hunter (1997, p.80) situa em janeiro de 1981 a primeira discussão sistemática sobre jornalismo investigativo na França, num colóquio organizado pelo *Centre pour le perfectionnement des journalistes* (CPJ). A realização desse evento, ainda segundo Hunter (1997, p.80) tinha revelado um “movimento autêntico em direção à investigação” no jornalismo francês.

Até a primeira metade dos anos 1980, a elite jornalística francesa reporta a atualidade de modo mais voltado para a explicação e simplificação dos acontecimentos para o público, do que para uma postura de denúncia (RIEFFEL, 1984; HUNTER, 1997). Era uma imprensa que ainda dependia muito dos recursos do Estado e que, além disso, compartilhava os valores das instituições e personalidades dominantes<sup>48</sup>. Mas desde os anos 1970, e com maior ênfase a partir dos anos 1980 e 1990, os jornalistas de investigação se tornaram uma das imagens dominantes do jornalismo, como símbolos de excelência profissional e como encarnação pública do *métier* jornalístico (MARCHETTI, 2001, p.174). Concomitantemente, foram os anos em que se proliferaram escândalos envolvendo os grandes partidos e as altas autoridades políticas, mas também outras esferas da vida social<sup>49</sup>. É quando inicia-se o “paradoxo francês” (MARCHETTI, 2001, p.188), ou seja: “(...) a midiaticização da maior parte dos casos foi amplamente (mas não somente) iniciada e desenvolvida por jornais ‘de esquerda’ contra governos ‘de esquerda’”. Portanto, o período de Mitterrand no poder (1981-1989) deu lugar ao crescimento e concentração das investigações jornalísticas, iniciando-se pelo “caso dos Irlandeses<sup>50</sup>”, em 1982, passando pelo “caso Greenpeace<sup>51</sup>”, em 1985. Quanto a este último, seu ineditismo para o jornalismo francês residiria no fato de que, pela primeira vez, uma investigação jornalística conseguiu derrubar um membro do governo.

Sustentado por um pelotão de repórteres da imprensa nacional (...), o movimento conheceu um novo desenvolvimento. Uma após a outra, as instituições dominantes da sociedade francesa (...) foram submetidas a um exame sem precedente. Uma após a outra, personalidades públicas e funcionários anteriormente irrepreensíveis foram colocados em causa, às vezes irremediavelmente. Nem a esquerda nem a direita fora poupada, fato revelador: a imprensa de investigação não respeitava mais as clivagens políticas, mesmo se suas fontes continuaram a se servir dela para enfraquecer seus adversários (HUNTER, 1997, p.96).

<sup>48</sup> A privatização da TF1, em 1987, é geralmente apresentada como um passo importante na autonomização da imprensa de informação geral do Estado francês, assim como o movimento mais geral de quebra do monopólio estatal sobre as mídias audiovisuais entre os anos 1970 e 1980 (HUNTER, 1997, p.104).

<sup>49</sup> Garraud (1999) situa entre o final do século XIX e a Segunda Guerra mundial o período de maior venalidade da imprensa e dos jornalistas, e da profunda imbricação entre o meio dos negócios, o mundo político e as mídias. Nesse período, “o *métier* de jornalista não constituía ainda uma profissão autônoma e bem definida, regida por condições de acesso e um código deontológico preciso” (GARRAUD, 1999, p.136-137).

<sup>50</sup> Dizia respeito à prisão ilegal de três irlandeses considerados falsamente como “terroristas”.

<sup>51</sup> Tratava da sabotagem de um navio de militantes ecologistas por agentes do serviço secreto francês no porto de Auckland, na Nova Zelândia.

As redações começaram a se reestruturar: “No fim dos anos 80, a maior parte dos grandes jornais e cadeias de televisão na França empregaram especialistas da investigação ou equipes organizadas em torno de um investigador confirmado” (HUNTER, 1997, p.113). Dessa “década de escândalos”, os que mais tiveram repercussões e desdobramentos para o jornalismo francês talvez tenham sido a sequência dos “casos médicos” ligados à contaminação pelo vírus da AIDS. Embora primeiramente adstritos ao terreno da saúde, impactaram fortemente o mundo político. Para Hunter (1997, p.98), o fato de ser um “escândalo” ligado a outra esfera que não a política evidencia a “generalização da investigação” no país.

As iniciativas dessa geração de jornalistas contribuíram sobremaneira para a consolidação do jornalismo investigativo. Os “casos médicos” em pauta estão, segundo Marchetti (2010, p.81-113), no cerne das maiores transformações sofridas pela informação de saúde entre os anos 1980 e 1990 e revelam a perda do *status* de exceção da mesma, que passa a obedecer a lógicas de produção exteriores ao campo médico. Devido às suas múltiplas dimensões, a contaminação pelo vírus da AIDS acabou por participar desse “processo de ‘desmedicalização’, de banalização da informação de saúde e, de modo mais geral, da transformação das relações entre jornalistas e o universo médico” (MARCHETTI, 2010, p.81), assim como do espaço político. O autor se debruça então sobre os dois momentos de intensa midiaticização do contágio pela doença em questão: o “caso da vacina anti-hepatite B” (1983) e aquele que ficou conhecido como o “escândalo do sangue contaminado”, que se estendeu de 1991 a 1997<sup>52</sup>.

Em se tratando do “caso da vacina anti-hepatite B”, que consistiu basicamente no risco teórico de contaminação pelo vírus HIV através da vacina, o estado da estrutura do campo jornalístico ainda não favorecia a transformação deste caso num “escândalo” propriamente dito, ou seja, com uma carga de politização e dramatização elevada, muito embora as premissas de um jornalismo “crítico” e investigativo já estivessem presentes. À época do caso, os jornalistas especializados possuíam pouca autonomia em relação às suas fontes e o princípio de interpretação dominante ainda estava majoritariamente nas mãos dos cientistas, tornando o tratamento da informação em geral mais cauteloso. O “caso médico” subsequente, caracterizado pelos numerosos casos de AIDS registrados principalmente entre hemofílicos após transfusões sanguíneas efetuadas com sangue de doadores infectados pelo vírus,

---

<sup>52</sup> Sobre a midiaticização deste escândalo, ver também Champagne e Marchetti (1994).

cristalizou os conflitos internos ao campo jornalístico que foram gestados no período relativo ao caso anterior. O resultado dessas disputas foi um desapossamento da cobertura por parte dos jornalistas médicos e o protagonismo de jornalistas políticos e “investigativos” no tratamento do “escândalo”, o que mudou sensivelmente as formas de tratamento da informação de saúde, que se tornou mais moralizada, politizada e judicializada, a ponto das mídias se transformarem em um “tribunal da opinião pública<sup>53</sup>”.

Em síntese, o jornalismo investigativo, na França, se desenvolve em meio a uma espécie mercado editorial e comercial de denúncia dos “privilégios” da classe política (mas não apenas dela) que tem efeitos diretos na afirmação da identidade social e profissional dos jornalistas (CHARON, 2003), e, por essa via, na emergência da mencionada “nova categoria” de jornalistas que devem sua notoriedade aos “casos” que eles “revelaram”. Escrevendo no final dos anos 1990, Hunter (1997, p.121) apontava que o momento francês teria atingido um estágio comparável ao do jornalismo norte-americano no período posterior ao caso “Watergate”, retomando novamente a referência dos Estados Unidos como parâmetro de avaliação.

### 1.2.3 Brasil

A bibliografia especializada na temática aponta o desenvolvimento mais sistemático do jornalismo investigativo no Brasil a partir dos anos 1970, com o fim da censura prévia imposta pelo regime militar, com maior intensidade após a redemocratização, período a partir do qual teria se afirmado como uma “tendência<sup>54</sup>” (NASCIMENTO, 2010, p.41). O processo de “abertura” marcou rearranjos institucionais importantes, e engendrou novas formas de atuação e mobilização do espaço jornalístico. Com uma suposta maior liberdade no seu trabalho, os jornalistas teriam tido então maiores condições de fugir do noticiário oficial e desenvolver investigações de maior fôlego sobre assuntos variados.

Para Waisbord (2000), a relação entre a consolidação do jornalismo investigativo e a queda de regimes autoritários pode ser observada em praticamente toda a América do Sul, favorecida sobretudo pelo clima de “busca pela verdade” sobre os abusos cometidos pelas respectivas ditaduras militares. Sob esses regimes, a “grande imprensa” se manteve alinhada ao Estado, o que teria dificultado a utilização do modelo do jornalismo investigativo norte-

---

<sup>53</sup> Quanto a este ponto, é importante consultar também os trabalhos de Lemieux (2001a e 2001b).

<sup>54</sup> Nos últimos anos, com o *Wikileaks* e o “caso Snowden”, alguns jornalistas vêm no Brasil um novo “polo de jornalismo investigativo”, tendo em vista que o jornalista americano responsável pelo “furo de reportagem”, Glenn Greenwald, reside no Rio de Janeiro e recebeu o apoio do governo brasileiro.

americano antes dos processos de abertura política. O início da redemocratização dos países sulamericanos teria possibilitado uma transformação da postura da imprensa, que teria passado de um papel passivo (*lapdog*) para um papel ativo, de fiscalização e de denúncia (*watchdog*) (ALVES, 2005, p.200).

No Brasil, a “ascendência simbólica” do “caso Watergate” se fez sentir, segundo a bibliografia, com particular ênfase no início dos anos 1990, à época do *impeachment* de Fernando Collor de Melo<sup>55</sup>. Naquele contexto, teria se desenvolvido uma “febre investigatória francamente disseminada na imprensa nacional”, que alimentou a crença de que a imprensa é capaz de “fazer e desfazer” um presidente (LATTMAN-WELTMAN, 1994). Este seria, para alguns autores, o “marco zero” do jornalismo investigativo no Brasil (FORTES, 2005, p.21), influenciando na formação de toda uma geração de jovens jornalistas. A postura do jornalismo na cobertura desse “escândalo” teria sido a primeira grande ruptura no padrão complacente da imprensa brasileira (KUCINSKI, 1998, p.167-176).

Os jornalistas que atuaram nesse período entendem que o *impeachment* marcou o início da consolidação de uma independência relativa da mídia, abrindo mais espaço e dando maiores condições para o desenvolvimento de trabalhos de cunho investigativo, ainda que a imprensa não tivesse, à época, uma experiência mais disseminada nesse tipo de cobertura. Mesmo que boa parte das informações divulgadas na imprensa fosse resultado da investigação conduzida pela CPI, e que alguns veículos de mídia tenham relutado durante certo tempo em atacar diretamente o governo Collor, alega-se que boa parte dos jornais fizeram algum tipo de investigação na época.

O depoimento de Marcelo José Beraba, ex-presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), concedido a Matos (2008, p.130) dá a dimensão da importância do caso para os jornalistas:

Eu diria definitivamente que o *impeachment* reforçou a independência da imprensa em relação ao Estado. Você tem as décadas de 1960 e 1970 e neste período você tinha uma imprensa controlada (...) Quando a censura caiu, os jornais começaram a fazer uma reportagem mais investigativa do governo (...). Você tem uma tentativa de deixar a arena do jornalismo controlada para entrar numa área mais livre e investigativa (...). O que acontece com o *impeachment* é que (...) os jornais (...) vão se soltando, se desvinculando de compromissos.

---

<sup>55</sup> “(...) o escândalo teve origem na entrevista concedida pelo irmão do presidente, Pedro Collor, à revista *Veja*. A partir daí, com os desdobramentos do caso, que se transformaria rapidamente numa crise político-institucional, a mídia, com destaque para os jornais de circulação nacional e revistas semanais, desempenharia um papel ativo na escalada do escândalo através da prática de um intenso jornalismo investigativo que terminou acuando politicamente o presidente, que, na iminência de ser afastado pelo Congresso, optou pela renúncia” (AZEVEDO, 2010, p.17). Sobre o contexto geral de atuação da imprensa brasileira naquele período, ver Conti (2012).

O “Collorgate” permite observar algumas das controvérsias em torno das definições de jornalismo investigativo em jogo, evocadas no tópico anterior. Para Nascimento (2010, p.97-98), o caso em pauta é um bom exemplo de jornalismo investigativo, embora contenha a “semente” do “fenômeno” do que chama de “jornalismo sobre investigações”: “Houve no episódio da cobertura da crise do governo Collor um pouco destas duas coisas: as reportagens investigativas alimentaram a CPI, que por sua vez alimentou as reportagens sobre investigações”. Na sua leitura retrospectiva do jornalismo investigativo brasileiro e do seu papel na revelação de “escândalos”, Marcelo José Beraba, desta vez em depoimento para esta tese, estabelece algumas nuances adicionais.

(...) eu vejo assim: tem alguns momentos em que o jornalismo investigativo é predominante. De uma certa maneira, ele domina o fazer jornalístico. E tem outros momentos em que o jornalismo investigativo é complementar. Tem alguns momentos em que o jornalismo é proativo e ele provoca uma investigação, e tem alguns momentos que ele vai a reboque. Então, se você pegar alguns casos concretos da nossa história...: o Riocentro é um jornalismo investigativo de um momento que predominou, ele foi proativo. Ou seja, ninguém investigava o Riocentro: o Ministério Público não investigava, a justiça não investigava, foi pra Justiça Militar. Todo o movimento era pra abafar o Riocentro. As equipes d'O Globo, JB, Veja, Estadão, mergulharam numa investigação própria: cada um com uma pecinha aqui, uma peça ali, alguma coisa assim. O Riocentro eu acho que foi o mais importante, mas todos os eventos, todos os casos relativos ao terrorismo daquele período (de bombas [na] ABI, OAB, etc. etc., aquele ambiente todo), quem investigou de fato, quem foi pra rua investigar, foi o jornalismo. Então, ali é forte. Collor o jornalismo foi complementar, o jornalismo investigativo foi complementar. Ou seja: embora você tivesse várias equipes – e eu, nessa época, tava na Folha de S.Paulo e dirigia a equipe de jornalistas investigativos, e a gente tava num esforço grande, em 90, de... Nós investigamos muito o PC Farias, por exemplo (o enriquecimento dele, e tudo mais) –, você tinha um limite de capacidade, de ferramentas do jornalismo investigativo (...). Nós não chegamos à corrupção do Collor, até o momento em que o irmão dele dá uma entrevista pra Veja e escancara a corrupção que tem no governo. Então, a partir dali você tem a abertura de uma CPI no Congresso. A entrevista do Pedro Collor, e depois a CPI, elas são os principais motores da investigação do “Collorgate”. O jornalismo tem uma importância, tanto que é a IstoÉ que descobre o Eriberto, que era o motorista, o Fiat e tudo mais. Mas ele é complementar. Se você pegar o volume de informação que sai naquele momento sobre o “Collorgate”, ao longo daqueles meses todos, ele é predominantemente vindo da investigação da CPI e de informações dadas pelas pessoas lá dentro (Entrevista com Marcelo José Beraba, concedida em 15 mar. 2016).

As significações políticas e profissionais do escândalo do “Collorgate” são extensas. Para além dos desdobramentos da CPI e queda de Fernando Collor, estava em jogo a possibilidade de “depurar” o sistema político da “jovem democracia”. Este ímpeto animou muitos jornalistas, jovens e experientes, que atuaram naquele conturbado contexto de “crise”. Em linhas gerais, as investigações e denúncias, capitaneadas em parte pela imprensa, contra o então presidente, serviam para confirmar uma “versão criminal” – no sentido de Briquet (2001, p.110) – da história recente do Brasil. Entra em pauta aqui a capacidade que as

mobilizações em torno do desvelamento de “escândalos”, que contam com a recorrente participação de jornalistas, têm de decidir sobre a legitimidade de um sistema político e de empresas de ruptura ou renovação do mesmo, como no caso da “magistratura antimáfia”, analisado por Briquet (2001, p.103).

Ao mesmo tempo que contribuía para fomentar percepções críticas em relação ao sistema político, o “Collorgate” permitiu, retrospectivamente, validar leituras quanto à legitimidade da intervenção dos jornalistas em nome da defesa da legalidade, que tendem a destacá-lo como caso exemplar das contribuições que os jornalistas podem dar para o “aprimoramento” das instituições e das práticas dos agentes públicos.

Mesmo que seja considerado por muitos como o ponto de partida da “febre investigativa” no país, casos e contextos anteriores são também considerados como compondo a “história” desse fazer jornalístico no contexto brasileiro, incluídos e consagrados nesse panteão de modo corriqueiro. Assim, alguns consideram que “já se fazia jornalismo investigativo” no país em meados dos anos 1920, como naquele que ficou conhecido como “Caso do Colar”, ou nas reportagens publicadas pela revista O Cruzeiro, dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Ainda em se tratando de revistas, Realidade (publicação inaugurada em 1966, pela editora Abril, que encerrou suas atividades em 1976) é reconhecida no meio profissional como um dos abrigos da excelência da reportagem no Brasil, sendo constantemente lembrada e celebrada como um dos “ninhos” dos melhores repórteres brasileiros (SOUZA, 2004, p.77). Chegou a vender 500 mil exemplares por edição, sendo assim considerada como um “fenômeno editorial” para aquele período. A primeira geração de Veja (criada em 1968, por Mino Carta) também é celebrada como um dos locais onde se produzia o que à época se chamava de “grande reportagem”, na qual muito intérpretes da história do jornalismo brasileiro identificam elementos do jornalismo investigativo: “A reportagem de longo fôlego se fez presente e foi referência no jornalismo brasileiro, empolgando toda uma geração de profissionais e leitores, e escrevendo seu nome na história da imprensa nacional” (PEREIRA FILHO, 2004, p.51-52).

As marcas dos “grandes repórteres” seriam a “aventura”, o “romantismo”, a “entrega”, o “amor pelo ofício”. Com grande frequência, essas representações contribuem para a construção de imagens heroizantes de jornalistas que, segundo a lógica do sacrifício do interesse particular ao interesse geral (BOURDIEU, 1996, p.50), muitas vezes colocam em risco as suas vidas em busca das pautas. É o caso da celebração do “legado” do jornalista Tim Lopes, assassinado por traficantes após ser capturado durante uma investigação na favela da



Vila Cruzeiro, ou ainda o de José Hamilton Ribeiro, que perdeu uma perna ao pisar numa mina durante a cobertura da guerra do Vietnã.

Com o golpe de 1964 e, principalmente, a partir do “golpe dentro do golpe” (AI-5) e da consequente entrada do país nos “anos de chumbo”, muitos jornalistas se viram obrigados a empreender “diásporas”, seja para a “imprensa alternativa” que se constituía, seja para editorias menos visadas pelos censores, como economia e esportes. As colunas sociais, como aquela de Ibrahim Sued, também são vistas como um dos locais a abrigar jornalistas “investigativos” durante a repressão.

Outro momento importante constantemente evocado como um marco do jornalismo investigativo foi aquele que ficou conhecido como o “Escândalo das mordomias”, desencadeado pela série de reportagens intitulada “Assim vivem os nossos superfuncionários”. Fruto de dois meses de uma investigação jornalística conduzida por Ricardo Kotscho e equipe, a série foi veiculada no jornal *O Estado de S.Paulo* em agosto de 1976 e teve grande repercussão junto à “opinião pública”, transformando em escândalo os privilégios que os funcionários do primeiro escalão do governo detinham. Além disso, a série ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo do mesmo ano.

Para muitos jornalistas, essa série de reportagens possui caráter paradigmático para o jornalismo investigativo e, de modo mais geral, para a liberdade de expressão. Publicada ainda durante o regime militar, as denúncias contidas nas matérias e seus efeitos teriam dado uma “nova dimensão ao jornalismo investigativo no Brasil” (SEQUEIRA, 2005, p.12) e amplificado o papel do jornalismo como representante dos interesses dos cidadãos, na medida em que revelava fatos controversos na alta burocracia pública que eram ocultados por grupos então no poder.

### 1.3 Críticas da política, democracia e “escândalos”

A política é um dos modos de expressão da incompatibilidade dos pontos de vista últimos, uma dimensão que remete aos conflitos que não dispõem de alguma “solução” de outra ordem, tornando-se um problema “político” (CORADINI, 2017a, p.39). É ainda o lugar do debate e conflitos permanentes, da justificação e contestação incessantes em torno de julgamentos diversos: sobre os valores antagonistas colocados em concorrência; sobre apreciações contraditórias de objetivos almejados e dos meios para sua implementação, etc. Contudo, assim como para Briquet e Garraud (2001, p.13), aqui se considera mais uma outra ordem de “julgamentos”, quais sejam, aqueles ligados à revelação de “casos”, à propagação

de escândalos, denúncias de corrupção e do “imoralismo” dos detentores do poder, ou ainda críticas mais ou menos difusas dirigidas à “política” e às suas representações oficiais.

Esses repertórios “críticos” em relação à política são muitas vezes de cunho moral, questionando os modos de fazer dos agentes políticos, que passam a ser apresentados e concebidos como não estando conformes às exigências éticas consideradas necessárias ao exercício das suas funções. Eles estão ligados principalmente às ações empreendidas por diferentes categorias de agentes (magistrados, escritores, jornalistas “investigativos”, entre outros) que obedecem a lógicas heterogêneas, com significações e efeitos variados, mas que favorecem a constatação corriqueira da evidência da existência de “crises políticas”.

Dedicado a refletir sobre o problema da (des)legitimação dos “governantes”, “dominantes” ou das instituições constitutivas dos sistemas políticos, Dobry (2009, p.105) propõe uma reorientação em relação ao que chama de “paradigma tradicional”, qual seja, aquele que considera que a legitimação e/ou deslegitimação de agentes, instituições ou sistemas políticos se dá de forma “vertical”, entre o “alto” e o “baixo”. Nesse “paradigma”, a produção da legitimidade se dá no longo prazo, a partir do maior ou menor grau de “adequação” entre as crenças, valores, disposições ou afetos dos “governados” ou “dominados” (os *inputs*) e o que fazem ou exprimem os governantes (os *outputs*) (ver, por exemplo, BEST e COTTA, 2008, p.9). Para o caso das “crises políticas”, impõe-se então uma perspectiva etiológica, que postula que estas devem ter suas causas ou fatores explicativos buscados na lenta deslegitimação do sistema político onde têm lugar, ou seja, na retirada progressiva da legitimidade por parte dos “governados” ou “dominados”, cujas crenças, valores, afetos e expectativas teriam sido, de alguma forma, afetados, atingidos ou frustrados (DOBRY, 2009 p.110). Assim, por exemplo, os “escândalos” poderiam ser explicados por meio de uma prévia deslegitimação dos sistemas políticos ou, numa variante, por “mudanças de valores” ou de disposições em certos segmentos sociais, como a magistratura. Não se trata de descartar a durabilidade do que é interiorizado, mas de considerar a diversidade dos processos de legitimação, que não se limitam à sua dimensão “vertical”.

Visando então indicar outra entrada para a análise do problema dos processos de legitimação e deslegitimação de sistemas políticos, Dobry (2009, p.110-114) busca apreender as lógicas de ação social na sua dimensão “horizontal”, a partir do que chama de “transações colusivas”, um tipo particular de trocas sociais que faz parte do conjunto das trocas “intersectoriais” e constitui assim uma das propriedades dos sistemas “complexos”. A complexidade em pauta reside na diferenciação e multiplicidade de “setores” dotados de lógicas sociais específicas a cada um, mais ou menos institucionalizados e objetivados.

Dentro deste enquadramento, as transações colusivas são trocas entre atores sociais situados em “setores” distintos, cada qual se encontrando imerso em jogos e questões específicas a cada setor. São trocas que não necessariamente engendram uma reciprocidade imediata e, ao mesmo tempo, contradizem um certo sentido de “normalidade” ou “legitimidade”, seja aos olhos daqueles que não fazem parte desse tipo de relação, ou a partir de algum dispositivo normativo oficial. Não são apenas interações de caráter pessoal, mas fluxos constantes entre “setores” sociais.

Mesmo que não necessariamente se desenrolem de modo oculto ou “secreto”, uma fatia importante destas interações não é facilmente identificável, como no caso de algumas relações e trocas de informações entre jornalistas e magistrados, policiais, entre outras categorias de agentes<sup>56</sup>. É preciso então considerar na investigação mais do que aquilo que tem condições de ser enunciado explicitamente, seja pela falta de interesse na sua apresentação pública, seja porque a própria condição de eficácia depende da dissimulação, ou ainda porque remete a algo da ordem do “impensado”<sup>57</sup>.

Apesar da pertinência dos discursos explícitos para a análise, seu mero registro não é suficiente (CORADINI, 2017a, p.45). Assim, para utilizar o tipo de exemplo evocado por Dobry (2009, p.117), “fechar” ou “abrir os olhos” para uma determinada situação, e dela assim participar, ainda que passiva e dissimuladamente, é uma linha de ação que se baseia em uma forma de “causalidade do provável” que pode não remeter de modo direto a valores e crenças e não ser objeto de esforços de legitimação pública por parte dos agentes aí envolvidos.

Para o caso específico dos jornalistas, duas dimensões se impõem enquanto condicionantes situacionais que não necessariamente remetem a valores, crenças ou afetos. A primeira é a já mencionada “corrida pelo furo”, que pode levar jornalistas a avaliarem determinados fatos como “escandalosos”, dignos de denúncia pública, ou a se sentirem “obrigados” a noticiá-los, já que “todos mundo está dando”. Estes são os casos em que, como regularmente se afirma, alguma pauta “domina o noticiário”, ou “atropela” outras, sem que se possa afirmar que existe algum “movimento” visado deliberadamente por parte da “mídia” (entendida de modo reificado, como um coletivo homogêneo, dotado de uma “agenda”), ou que os jornalistas o façam de modo orquestrado, visando algum fim<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> Trocas estas que contam com amparo jurídico no Brasil, particularmente quanto à garantia do sigilo da fonte, para o caso dos jornalistas.

<sup>57</sup> Sobre este ponto, ver também Coradini (2017b, p.75).

<sup>58</sup> A título de exemplo, é possível mencionar um jornalista entrevistado que, naquele momento, tinha uma matéria pronta, com apuração que levou alguns meses, e que estava agendada para sair com destaque no seu

A segunda dimensão refere-se às possíveis, e frequentes, defasagens que existem entre diretrizes editoriais de veículos e as concepções, posições ou preferências dos seus jornalistas. Embora se possa estabelecer correspondências entre umas e outras, este ajustamento nem sempre se dá, e sua ausência é por vezes destacada como uma virtude do veículo, que contrataria seus profissionais exclusivamente por sua “competência” (além, evidentemente, das “indicações”, apadrinhamentos e cooptações), independente de outros aspectos, como posicionamentos políticos<sup>59</sup>. Essa disparidade, e os possíveis conflitos daí decorrentes, tendem a impelir os jornalistas a noticiar determinado fato, ou, ainda, a noticiá-lo a partir de um enquadramento específico, e isto *apesar* de suas crenças, valores ou disposições (DOBRY, 2009, p.113-114). A “corrida pelo furo” (ou, o que dá quase no mesmo, a “imposição da pauta”) e as diretrizes editoriais são dimensões importantes a se considerar nos processos de produção de notícias e, particularmente, na difusão de “escândalos”.

Uma das implicações do trabalho de Dobry (2009, p.120) é a centralidade da crença na democracia nas justificações avançadas nessas colusões, que implica não haver qualquer outra alternativa, uma vez que se considera muito custoso ou arriscado jogar outro jogo que não o democrático. Agir “em nome da democracia”, portanto, pode ter efeitos de legitimação (das práticas, dos agentes que as empreendem e das instituições políticas) não negligenciáveis. Ainda que vulneráveis à denúncia por parte dos que não tomam parte nelas, as transações colusivas são muitas vezes produtoras de uma legitimidade que se revela decisiva para o “funcionamento” ou “consolidação” de um sistema político determinado.

A diversidade dos processos de legitimação e deslegitimação indica a necessidade de considerar, para além das mudanças de fundo e de longo prazo, as formas locais, bruscas e setoriais de legitimação, uma vez que “uma parte considerável das atividades de legitimação dos atores políticos assim como das instituições tende a se efetuar localmente, sem esposar na maioria das vezes alguma dinâmica de ‘aumento em generalidade’ em direção a princípios ou

---

veículo. Com uma das reviravoltas políticas ligadas à “operação Lava Jato” ocorrendo na mesma semana, seu jornal optou por não publicar o seu trabalho naquele momento, já que, devido ao noticiário “quente”, a tendência era que a matéria “caísse no vazio”. A publicação ocorreria apenas quando o noticiário político “esfriasse”.

<sup>59</sup> Mesmo que esse discurso de legitimação seja bastante disseminado, pudemos observar ao longo do trabalho de campo o quanto o aspecto político (tanto em relação a jornalistas, tomados individualmente, quanto em relação a veículos) é estruturante das percepções e avaliações mútuas. No caso de uma revista de circulação nacional, a recorrência das posições críticas em relação aos “rumos” que o veículo tomou foram muito frequentes. Antes avaliada como uma revista “de referência”, à qual muitos atribuem importantes aprendizados profissionais (como o rigor na apuração), nas entrevistas os jornalistas espontaneamente destacavam que passaram por ela em um “outro momento”, e que a mesma, com sua guinada mais à “direita”, teria perdido o nível de exigência e prestígio que lhe eram característicos, tendo enveredado pelo mero “denuncismo”. No caso de um jornalista em específico, tanto na entrevista quanto no seu currículo profissional, é interessante notar que ele se recusou a nomear o veículo, no qual passou alguns anos, por não querer ter sua imagem vinculada a ele. Ao ser perguntado sobre qual era o veículo, limitou-se a dizer: “Uma revista (*risos*)”.

valores supremos” (DOBRY, 2009, p.116). Ou seja, a deslegitimação de agentes, instituições ou sistemas políticos pode se observar às vezes em ritmos acelerados, sem que seja possível identificar, antes desse tipo de processo, mudanças significativas nos valores, crenças, disposições ou afetos dos atores aí envolvidos.

Os esforços de pesquisa, ainda segundo o autor, precisam ser direcionados para o que está em jogo nas próprias atividades dos atores sociais (com as suas representações do provável, do possível e do jogável) e nos efeitos de legitimação que emergem das ações que empreendem e das trocas ou mobilizações das quais participam. Isto não autoriza a interpretar os efeitos de legitimação ou deslegitimação como efeitos intencionalmente visados por aqueles que os produzem. Ao contrário, muitas vezes esses efeitos são atingidos por atores que perseguem fins diferentes e heterogêneos. Para Dobry (2009, p.118), enfim, são essas transformações contingenciais que permitem dar conta de práticas e mobilizações que geraram “crises” ou “escândalos”, que, uma vez mais, frequentemente não são visados enquanto tais. É este basicamente o quadro de análise de Roussel (2001, p.81), que interpreta a participação de magistrados em escândalos políticos na França a partir de conjunturas situacionais, nas quais se encontram em jogo as mudanças nos quadros de percepção dos agentes (juízes, policiais, jornalistas, etc.) e uma série de trocas que acabam permitindo que em certos locais determinadas condutas de políticos dêem sequência a escândalos propriamente ditos e, em outros, a situação do que é julgado “normal” se mantenha sem grandes alterações.

As transações colusivas adquirem seu sentido sociológico em relação a sistemas sociais “complexos”, que se caracterizam pela diferenciação, multiplicidade e interdependência entre “setores” institucionalizados. Apesar de não se limitar a elas, as observações de Dobry (2009) tomam como referência principalmente as democracias ocidentais, nas quais a política tem condições de se legitimar enquanto tal<sup>60</sup>.

Entretanto, “dinâmicas órfãs” caracterizam-se por fronteiras precárias ou mesmo inexistentes, os “setores” não chegando a se constituir enquanto tais. A “política” não chega a se destacar enquanto uma determinada dimensão da estrutura social, sendo concebida principalmente como um conjunto de vínculos de caráter pessoal e redes de influência. Além disso, em sociedades periféricas, a “política” tem um peso muito maior, em oposição à economia, na estrutura social e de poder, e se impõe como princípio de entendimento estruturante dos recursos e posições sociais. Ao contrário das democracias ocidentais, a

---

<sup>60</sup> Quanto a este ponto, é importante consultar os trabalhos de Badie (1994, p.141-178) e Bourdieu (2006, p.191-219).

política sempre está associada a alguma outra problemática e pode revestir-se de múltiplos sentidos, e geralmente permeia todas as dimensões da vida social, uma vez que não é a “política” como representação que constitui a matriz da terminologia e dos seus significados (CORADINI, 2017a, p.50-55). Tudo pode ser considerado como “político”. Não se trata apenas de um maior grau de heteronomia, mas da existência de múltiplos circuitos que circunscrevem aquilo que pode ser “polítizável” ou ser considerado como da ordem da “política”. As profissões dos agentes não remetem a reservas de mercado, e os princípios e critérios de excelência são também caracterizados pela gestão e acúmulo de capital social e pelas relações mais ou menos diretas com a “política”, em seu sentido amplo. Logo, aquilo que para Dobry (2009) aparece como um tipo de troca relativamente marginal e dotada de estatuto sociológico próprio em relação ao conjunto das relações entre “setores”<sup>61</sup> (como as relações entre “elites” na legitimação de sistemas democráticos), aqui tende a apresentar um nível de generalidade muito maior.

Práticas de corrupção, abusos, violências e violações diversas, etc., não constituem fenômenos recentes e não tem ares de novidade. Mas as formas pelas quais os agentes, no sentido do exemplo supracitado de Dobry (2009), “abrem olhos” para elas e decidem que é necessário fazer algo, e os mecanismos pelos quais estas práticas se constituem em “escândalos” que fomentam as críticas da política, compõem atualmente processos mais ou menos inéditos e convergentes aos quais convém sumariamente evocar, para um melhor entendimento do lugar dos profissionais estudados nesta tese. É preciso levar em conta a diversificação das maneiras de julgar e a variedade dos grupos portadores da crítica<sup>62</sup> (BRIQUET e GARRAUD, 2001, p.16) que se envolvem nestas mobilizações, independentemente de qualquer consideração acerca dos interesses, reais ou presumidos, que os mesmos possam ter (BRIQUET, 2011, p.103).

A preocupação em dar conta dessa diversificação e variedade reside na constatação de que os magistrados, procuradores, etc. não detêm o monopólio da acusação, e os locais de julgamento não se restringem aos tribunais. Assim, campanhas internacionais de luta contra a corrupção, contra a violação dos direitos humanos, contra a emissão de poluentes e pelo meio-ambiente, mobilizações em torno de causas humanitárias, etc., são outras mobilizações que envolvem fortemente os agentes do mundo jurídico, evidentemente, mas também outras categorias, como os próprios jornalistas “investigativos”, “profissionais do desvelamento”

---

<sup>61</sup> Problema semelhante ao qual se dedica, por exemplo, o estudo de Eymeri (2003).

<sup>62</sup> Ver, entre outros, os trabalhos de Adelhah (2001), Bouissou (2001) e Musella (2001).

(BRIQUET e GARRAUD, 2001, p.16) que frequentemente sobrepõem a sua prática profissional ao engajamento em torno de “causas” como as mencionadas.

### 1.3.1 O jornalista investigativo como um empreendedor moral

Para Lemieux (2001b, p.59), o estabelecimento do jornalismo de investigação como um gênero novo no jornalismo francês é inseparável da reivindicação de novas prerrogativas “justiceiras” por parte dos jornalistas, particularmente os pertencentes ao que o autor chama de “nova escola” (LEMIEUX, 2001a, p.91). Esse jornalismo seria um dos aspectos mais flagrantes de mudanças recentes nos modos pelos quais os jornalistas são levados a conceber a sua contribuição para a realização da “justiça coletiva”. Esse tipo de constatação permite lançar luzes também sobre a atividade dos jornalistas investigativos brasileiros.

A atividade jornalística, assim concebida e praticada, pode contribuir para a criação ou imposição de regras ou convenções sociais. No primeiro caso, situam-se as ocasiões em que uma investigação jornalística revela algum desvio e funciona como uma espécie de “chamado à ordem”, difundindo na sociedade demandas por punições na esfera legal daqueles que adotaram condutas consideradas criminosas. No segundo, tomando um exemplo limiar e relativamente atual, está a contribuição, não necessariamente visada enquanto tal, dos jornalistas e das suas publicações para percepções negativas da política, que conduzem frequentemente a uma criminalização difusa da “classe política” ou à constatação da “degradação” do sistema político como um todo<sup>63</sup>.

Na presente seção, o objetivo é, com base principalmente no conjunto das entrevistas, identificar regularidades nas percepções e posturas que se apresentam entre os jornalistas “investigativos”, sem pretensões a enquadrar estes profissionais em alguma categoria ou tipologia rígida.

Sempre que se observam tentativas de criação ou imposição de regras (ou reforma dos costumes e condutas), é preciso se interrogar sobre a atuação dos indivíduos ou grupos nesses processos, que pode ser interpretada como uma empresa moral (BECKER, 2008, p.151), uma vez que o que está em jogo é a criação de um novo fragmento da constituição moral da sociedade, contribuindo para estabelecer os parâmetros do que é socialmente considerado como “certo” ou “errado”. Segundo Mathieu (2009, p.171), o que distingue esse tipo de empresa não é seu engajamento no terreno da moral, mas sua pretensão à universalidade: além

---

<sup>63</sup> Para um estudo sobre as críticas endereçadas aos agentes políticos por parte de diferentes categorias de “profanos”, ver Gaxie (2001). Consultar ainda o trabalho de Miguel (2008).

de promoverem os valores e normas que defendem para o grupo de adeptos, buscam a difusão e imposição generalizada do seu respeito. Nesse sentido, é um tipo de mobilização que se distingue daquelas de cunho mais “relativista”, que pregam o “direito à diferença” ou o reconhecimento de identidades marginalizadas.

Aqueles que se lançam nas “cruzadas morais” podem ser caracterizados como indivíduos que buscam revestir suas ações de uma forte conotação ética, de um sentido de “missão”, e de certo “humanitarismo” (BECKER, 2008, p.153; MATHIEU, 2009, p.169). Agem em nome das suas convicções, da crença de que são “guardiões da verdade” (POLLAK, 1990, p.288), e de que a sua contribuição não apenas é benéfica para si, mas para toda a coletividade: ele não “está interessado apenas em levar outras pessoas a fazerem o que julga certo. Ele acredita que se fizerem o que é certo será bom para eles” (BECKER, 2008, p.153). Podem, por isso, esposar outras “causas” que consideram benéficas para a sua sociedade ou comunidade, para além daquela à qual se dedicam originalmente (no caso em pauta, a “transparência”, o “combate à corrupção”, defesa de populações em situação de vulnerabilidade social, dos direitos humanos, entre outras<sup>64</sup>). De imediato, no jornalismo, a própria defesa da profissão e da sua “qualidade” é apresentada como a defesa de um bem coletivo, dada a já mencionada indissociabilidade, nas representações mais difundidas, entre o jornalismo e uma sociedade “saúdavel”. Mais recentemente, alguns trabalhos têm destacado a participação de empreendedores morais, como os jornalistas e os juristas, na agenda da “luta contra a corrupção” e na promoção do catecismo da “renovação da política” (VAUCHEZ, 2017, p.52; ENGELMANN, 2017, p.307).

De modo geral, um empreendedor moral busca intervir de modo ativo e orientado em relação ao que acredita ser um mal (corrupção, descaso, violência, etc.) que o afeta e sensibiliza de modo agudo, e que precisa ser erradicado ou, pelo menos, contido. Em grande medida, a atividade do jornalista investigativo está voltada para a identificação e exposição desse “mal”, que pode ser por ele identificado (como a própria definição da IRE visa impor), ou lhe chegar por meios de “denúncias” ou “vazamentos” de terceiros. A busca por “escandalizar” e revelar as “verdades ocultas” está diretamente relacionada a isso: “Às vezes é escandaloso porque é uma coisa que muda mesmo, choca. É pra chocar mesmo. Se um cara roubou, as pessoas têm que saber disso, e tem que se sentir mal mesmo, porque isso é ruim” (Entrevista).

---

<sup>64</sup> Para os advogados latinoamericanos especializados no “campo dos direitos humanos” enquanto empreendedores morais, ver Dezalay e Garth (2002, p.106-107).



No jornalismo como eu entendo, que tem uma vontade (quixotesca, talvez) de mudar o mundo, ou de corrigir mau feitos, a ética tem que ter passar tudo isso (...). O sentimento de indignação, de injustiça tem que tá predominante no jornalista – não só investigativo (...). Um apreço muito grande pelos fatos, pelas verdades factuais do mundo, e uma vontade muito grande de expor, levar pras pessoas sobretudo aquelas histórias (...) e aquelas informações que quem tem poder não gostaria que fossem reveladas (Entrevista).

Em todo caso, existe muitas vezes um aspecto de realização pessoal, que pode ser visualizado na ambição dos jornalistas de que as suas revelações possam se transformar em “escândalos” ou gerar algum impacto mais ou menos visível, trazendo assim para si algum tipo de reconhecimento pelo “feito”, nesse sentido se assemelhando bastante aos médicos analisados por Freidson (2009, p.279).

A constatação de que a atividade e atitude jornalísticas vinculadas à “investigação” comportam muitas vezes uma dimensão moral, e de que esses profissionais podem se envolver em “cruzadas” ou empresas de “denúncia” (com a participação ou não de outras categorias de agentes), vai de encontro à visão que estes profissionais fazem de bom grado do seu trabalho, como calcado na “objetividade” (ainda que reconhecida como não sendo absoluta) e em princípios deontológicos consolidados (checagem, fazer o “outro lado”, etc.). Para se defenderem das acusações de “politização”, os jornalistas “investigativos” reafirmam constantemente o fato de agirem de acordo com valores como a “ética”, a “honestidade”, a “objetividade” e o “compromisso com a verdade”. Mesmo quando reconhecem os impactos políticos da sua atividade, interpretam-os mais como uma espécie de “efeito induzido” (GARRAUD, 2001, p.25) do que como um fim.

Como prova de isenção no trabalho, muitos elencam as reportagens ou denúncias que protagonizaram ou das quais participaram que envolvem políticos de diferentes legendas partidárias: “(...) eu me vejo como um técnico. Tipo assim, pra mim, é o seguinte: roubou? Tem prova? Publico (...). Foda-se o partido, eu não quero nem saber qual o partido, entendeu? (...). Eu já bati em todos os partidos (...). Doa a quem doer. Pra mim, é isso: roubou? Tem prova? Amigão... Publico” (Entrevista). Da mesma forma, afirmar que estes jornalistas podem se envolver em “cruzadas” junto a outras categorias de agentes também pode ser objeto de incompreensões e mal-entendidos. Contudo, a atividade jornalística que se pretende “investigativa” comporta um irredutível julgamento moral ao arrogar para si a condição de identificar e denunciar violações de regras ou normas como posturas que precisam de alguma correção ou reprovação social.

Nessas “empresas de denúncia e de moralização” (BRIQUET, 2001, p.108), com frequência os jornalistas não se encontram sozinhos, operando junto a outros empreendedores

que, em maior ou menor grau, comungam da postura ativa no sentido de exigir a obediência às regras por parte dos agentes públicos. O que está em jogo, buscando seguir as sugestões de Becker (2008) e Mathieu (2005, 2009), não é avaliar as posturas consideradas ilegais ou desviantes, mas a própria mobilização daqueles que se engajam em empresas dessa ordem.

### 1.3.2 Entre cooperação e concorrência: jornalistas e operadores do direito em empresas de denúncia

Cumprido destacar que o presente trabalho não se dedica ao estudo de “escândalos políticos” em específico<sup>65</sup>. Quanto a este ponto, o objetivo aqui é indicar o lugar que os jornalistas considerados “investigativos” tendem a ocupar em configurações de agentes que podem levar ao desvelamento de casos, não importando o quão ativa ou passiva seja a participação do jornalista no processo de produção da denúncia pública, como se dá no caso dos debates que cercam as buscas por um “conceito” para definir o jornalismo investigativo.

Nesse movimento de denúncia mais geral, destaca-se primeiramente o papel desempenhado por magistrados e demais operadores do direito, como os procuradores que, não apenas no Brasil, conquistaram maior autonomia em relação ao poder político, reforçando então sua capacidade de apontar e julgar as ilegalidades políticas. Mas o sucesso de algumas empresas de denúncia não é tributário somente das transformações ocorridas na arena jurídica, devendo ser relacionado a mudanças mais ou menos homólogas ocorridas em outros espaços, sobretudo, para o que aqui está em jogo, no espaço jornalístico, por meio do qual as ações dos magistrados são publicizadas e veiculadas. Inversamente, a conformação dessa interdependência permite que a “mídia” instrumentalize os “produtos” jurídicos em prol dos seus interesses próprios, inseparavelmente profissionais e comerciais, algo que não deixa de gerar impactos substantivos sobre as concepções e práticas dos jornalistas, sobre a sua “autenticidade” ou legitimidade. Difundem-se nos espaços jurídico, jornalístico e político repertórios de ação inclinados à revelação de “casos” ou, de modo geral, à “escandalização” da vida política.

No âmbito internacional, essa imbricação entre judiciário e imprensa é analisada por Briquet (2001), que identifica nos “escândalos políticos” que sacodem a Itália nos anos 1990, particularmente no contexto da chamada “operação Mãos Limpas”, uma relação entre o “jornalismo investigativo”, a magistratura e ONGs voltadas para questões como a

---

<sup>65</sup> Para estudos mais voltados para essa linha de análise, ver os trabalhos de Anjos (2009) e Grün (2011, 2018).

“transparência política”. Naquele contexto, o debate político acabou sendo bastante judicializado devido às disposições de “denúncia” dos veículos de comunicação e à punição de políticos envolvidos nos “escândalos”. Roussel (2002, p.175-186), para o caso francês, apresenta as lógicas de situação que impelem magistrados a buscar “aliados” entre seus interlocutores, com destaque para os jornalistas. A autora identifica na cooperação entre magistrados e jornalistas uma das particularidades dos “escândalos”<sup>66</sup>.

Os campos jornalístico e jurídico, na França, a partir da segunda metade do século XX, entram num concomitante processo de maior autonomização em relação às injunções do campo político, o que aumenta muito as condições de publicização e juridicização dos “casos político-financeiros” e, portanto, da construção pública de “escândalos”. Tal como afirma Garraud (1999, p.138), as transformações internas ao espaço midiático e ao meio judiciário permitiram o desenvolvimento de uma interação, e mesmo de uma interdependência, nova entre magistrados e jornalistas.

Algo semelhante ocorre no caso brasileiro. As relações de cooperação e concorrência que jornalistas estabelecem, por exemplo, com agentes de instituições como Ministério Público e Polícia Federal, na revelação de “descalabros” ou de “pautas-bomba”, estabelecem uma configuração recente e relativamente durável, que tem efeitos diretos sobre as formas como as práticas de ambos os universos passam a ser concebidas e enunciadas, mas também sobre os universos político e econômico, de onde emergem boa parte das práticas identificadas e denunciadas como “escandalosas” ou passíveis de uma apreciação moralmente condenável.

No Brasil, as mudanças ocorridas no jornalismo com a redemocratização são acompanhadas por transformações nos espaços político e jurídico, inaugurando-se novos usos do direito, como destaca Engelmann (2006a). Este mesmo autor, em outra ocasião, discute as implicações políticas do que ele chama de “nova versão do protagonismo político das instituições judiciais”, atentando para a relação entre o processo de autonomização (relativa) do sistema judicial em contextos latino-americanos e a dinâmica de instabilidade política que os caracteriza (ENGELMANN, 2016, p.9). O crescimento do protagonismo político das instituições judiciais é, para o autor, o corolário da progressiva independência que estas conquistaram em face dos espaços político e econômico, observável principalmente a partir da Constituição de 1988<sup>67</sup>. Paralelamente, a suposta maior liberdade da imprensa para investigar

---

<sup>66</sup> Sobre este ponto, consultar também a síntese elaborada pela mesma autora (ROUSSEL, 2009).

<sup>67</sup> Ainda no âmbito do direito, o trabalho de Engelmann (2009) é importante no sentido de mostrar como a mobilização política da esfera judicial se intensificou, principalmente a partir do processo Constituinte de 1986. O que fundamentalmente estava em jogo era uma busca pela (re)legitimação do espaço jurídico no espaço mais amplo do poder de Estado, tendo em vista a perda de poder dos profissionais do direito no âmbito político e da

permitiu uma aproximação mais evidente entre jornalistas e operadores do direito, que passam a cooperar para a publicização de “casos”.

Abreu (2017, p.41) aponta que o processo de “abertura política” possibilitou o aparecimento de “novos personagens denunciadores”, que passaram a atuar junto com a imprensa: os procuradores da República. Com os poderes e a autonomia adquiridos pelo Ministério Público a partir da Constituição de 1988, os procuradores se encontravam dotados de competência legal para investigar de modo mais amplo, mas algumas limitações teriam tornado o cenário propício para o recurso aos jornalistas e à midiaticização das suas investigações na imprensa, esperando colher da repercussão assim obtida a possibilidade de avançar nos processos. Além disso, essa cooperação muitas vezes é o objeto de leituras positivadas, no sentido de que tanto procuradores quanto jornalistas trabalhariam em conjunto em nome do “interesse público”. Surgiriam, então, “interesses convergentes”:

Os procuradores usam a mídia como forma de abrir caminho para suas investigações, muitas vezes meras especulações ou processos ainda em fase de investigação. A mídia utiliza essas informações, principalmente quando se trata de temas envolvendo personalidades da vida pública, para ampliar suas vendas, no caso de jornais e revistas, ou sua audiência, no caso de rádio e televisão (ABREU, 2017, p.43).

De modo muito semelhante, Grün (2018, p.80), afirma que:

É flagrante que a configuração brasileira nutre-se (...) do processo paralelo que ocorre no campo jurídico, no qual as procuradorias ganharam o poder que ostentam recentemente. A homologia de posições (...) acabou gerando uma sintonia na qual os métodos e propósitos de um grupo profissional alimenta e também depende da ação, aparentemente concatenada, do outro.

Ainda que atualmente algumas análises apresentem visões muito parecidas sobre as relações entre indivíduos situados nos espaços jurídico e jornalístico, nada autoriza a ver nessas alguma estabilidade ao longo do tempo, tampouco postular um desenvolvimento inexorável e unívoco, uma vez que respondem a lógicas sociais heterogêneas, com significações e efeitos sociais diversos. As duas faces da moeda que, de um lado apresenta a constatação de “crises” e, do outro, a necessidade da afirmação da legalidade, não representam uma evolução necessária, nem um processo irreversível (BRIQUET e GARRAUD, 2001, p.21).

---

gestão estatal, para segmentos com expertises mais ligadas à lógica do mercado, como os economistas. Esta retomada mostra-se bem-sucedida sobretudo na década de 1990, quando se reivindica o monopólio de um saber específico sobre o Estado, baseado na necessidade de “obedecer as leis” e “governar de acordo com a Constituição”.

Essa percepção tende a se consolidar, seja por meio de narrativas que vêm neste fenômeno empírico um sintoma do “amadurecimento das instituições” brasileiras, seja por meio daquelas de cunho que se poderia chamar de “conspiratório”. Mas não se observa um consenso quanto ao sentido desse tipo de relação, e tampouco ela pode ser identificada com a mesma equivalência nas variadas configurações possíveis. A princípio, é um fenômeno melhor visualizado em âmbito federal.

Roussel (2002, p.176) considera muito simplistas as visões que postulam alianças conjunturais entre justiça e imprensa, que se inscrevem num registro de estigmatização ou valorização. As leituras que vêm nessas colusões o combate de “novos heróis da democracia” contra a corrupção política, ou, por outro lado, um “complô midiático-judicial” ilegítimo fazem parte dos afrontamentos e questões práticas dos “escândalos”. A autora explicita que esses registros valorativos dissimulam as diferenças que existem entre as lógicas de ação, a diversidade de interesses e as motivações de operadores do direito e jornalistas.

Por mais “convergentes” que possam ser os “interesses” nessas empresas de denúncia, existem diferenças substantivas, por exemplo em se tratando da possibilidade que os operadores do direito têm de ter acesso a dados em primeira mão (como quebras de sigilo, mandados de busca e apreensão, coletas de depoimentos, etc.), o que tende a fazer com que os jornalistas se tornem dependentes dessas fontes e, em alguns casos, direcionem esforços para tentar “sair” dessa dependência e readquirir protagonismo no “desvelamento de verdades ocultas” (BRIQUET, 2001, p.111).

[Sobre Ministério Público, Polícia Federal, etc.] Esses são órgãos principalmente voltados pra si mesmos, eles têm interesses corporativos, e que não necessariamente coincidem com o da imprensa, não necessariamente coincidem com o do leitor. Somando isso ao poderio de investigação que dispõem (...), você pode ficar muito dependente de uma agenda que eventualmente, circunstancialmente, coincide (...). Mas eu digo: eles não são parceiros, eles têm um objetivo que é distinto do nosso. Então, por isso que envolve um esforço maior, de você tentar não ser porta-voz de um interesse oculto (...) Exige um esforço de você tentar acessar fontes que sejam da instituição, mas que não estejam operando coordenadamente com a assessoria e com a direção da instituição, pra você tentar revelar uma coisa genuína, né? (Entrevista).

As relações entre agentes do mundo jurídico e jornalistas também são marcadas por atritos e críticas de ambos os lados, algo que se pode observar melhor ao se analisar rapidamente um momento anterior, que oferece a oportunidade de identificar tentativas mais claras de defesa de prerrogativas mais ou menos exclusivas. No caso, refirimo-nos aqui às tomadas de posição de membros da alta cúpula do judiciário brasileiro e latinoamericano no âmbito de um seminário internacional realizado em novembro de 2002 no auditório do

Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, que teve como foco debater a “imprensa investigativa”. Do evento, participaram juristas, advogados e jornalistas, todos atuantes no eixo Rio-São Paulo-Brasília. Entre os temas debatidos, estava não apenas a relevância da “imprensa investigativa”, mas também alguns dos seus “inconvenientes”, quando esta por exemplo interferia no funcionamento do poder Judiciário, segundo a percepção dos magistrados. O quadro abaixo traz a programação dos dois dias de atividades.

Quadro 2: Programação do seminário internacional “Imprensa investigativa: sensacionalismo e criminalidade” (Auditório do STJ – Brasília 7 e 8 de novembro de 2002)<sup>68</sup>

<b>Quinta-feira (07/11)</b>		
<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>	<b>Apresentadores</b>
9h00	Abertura	Nilson Naves (presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal).
9h30	Conferência inaugural	Antonio Baldassarre (presidente emérito da Corte Institucional Italiana, professor de direito constitucional da Universidade de Roma e diretor da Radiotelevisiva Italiana- RAI).
10h15	Intervalo	
10h30	Imprensa investigativa: sensacionalismo e criminalidade (moderação: Ari Pargendler – ministro do Supremo Tribunal de Justiça).	Nelson Jobim (ministro do Supremo Tribunal Federal).
14h00-17h00	A mídia e o sistema penal (moderação: Fernando Segismundo – presidente da Associação Brasileira de Imprensa).	Alberto Zacharias Toron (professor de direito penal da PUC-SP, advogado criminalista e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais).
	A imprensa e a invenção da democracia (moderação: Fernando Segismundo).	Eugênio Bucci (professor de ética jornalística da Faculdade Cásper Líbero, colunista da Folha de S.Paulo e do Jornal do Brasil).
	Dois “ismos” perigosos: denunciamento e sensacionalismo (moderação: Fernando Segismundo).	Walter Ceneviva (advogado).
	O sensacionalismo da imprensa na cobertura de crimes de natureza psicopatológica e suas consequências (moderação: Fernando Segismundo).	Luiz Ferri de Barros (educador e doutor em filosofia da educação pela USP).
<b>Sexta-feira (08/11)</b>		
<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>	<b>Apresentadores</b>
9h00-12h00	A imprensa investigativa e a ética (moderação: Paulo Cabral de Araújo – diretor-presidente dos Diários Associados e do Correio Braziliense).	Jarbas Passarinho (assessor especial da presidência da Confederação Nacional da Indústria).

<sup>68</sup> Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2002-out-17/imprensa\\_investigativa\\_tema\\_seminario\\_stj](https://www.conjur.com.br/2002-out-17/imprensa_investigativa_tema_seminario_stj). Acesso em: 20/05/2019.

	Extravictimización mediática de los operadores de la justicia (moderação: Paulo Cabral de Araújo).	Raúl Cervini (professor de Direito Penal, secretário-geral para a América Latina e 2º vice-presidente do conselho consultivo internacional do Centro Internacional de Estudos Penais Econômicos).
	Imprensa: denúncia, informação e a censura atual (moderação: Paulo Cabral de Araújo).	Marcelo Rezende (jornalista).
	O nexo causal entre a imprensa sensacionalista e o aumento da criminalidade (moderação: Paulo Cabral de Araújo).	Ives Gandra (advogado tributarista).
14h00-17h00	A prática nociva do juiz paralelo (moderação: Edson Vidigal – vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Federal de Justiça).	René Ariel Dotti (professor da UFPR).
	A evolução da imprensa investigativa (moderação: Edson Vidigal).	Carlos Chagas (jornalista e professor da UnB).
	Imprensa investigativa: verdade real (moderação: Edson Vidigal).	Luiz Vicente Cernicchiaro (professor, advogado e ministro do Superior Tribunal de Justiça).
	Acusações e suspeitas, liberdade de expressão e proteção da honra (moderação: Edson Vidigal).	Guilherme Döring Cunha Pereira (coordenador do Curso Máster em Jornalismo para Editores, professor de direito da comunicação e diretor da Rede Paranaense de Comunicação-RPC).

Com efeito, o seminário em pauta pode ser tomado como um indicador do estado das relações entre imprensa e judiciário entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 (o que não implica deduzir que ele possa ser generalizado para todas as instituições, mídias e veículos). Como o quadro acima apresenta, as preocupações que nortearam o evento estavam relacionadas mais aos “vícios” do que às “virtudes” da imprensa: “sensacionalismo”, “denuncismo”, “vitimização”, eventuais atentados à honra, mídia como um “juiz paralelo”, e assim por diante.

De modo similar ao que se observou na França ao longo dos anos 1980 (LEMIEUX, 2001a, p.93), muitos eventos foram dedicados a discutir os problemas e os “desvios” das boas práticas jornalísticas no país (e o lugar do jornalismo investigativo nestas questões). No contexto francês, estas ocasiões se deram no bojo das profundas resistências que as “novas missões justiceiras” que se atribuíam alguns jornalistas geravam tanto entre os jornalistas, quanto entre os outros grupos profissionais. Assim, por exemplo, “uma parte da magistratura se inquieta com a violação generalizada do *secret de l’instruction* que sistematizam as

transações colusivas entre pessoas da imprensa e homens da lei” (LEMIEUX, 2001b, p.58). No Brasil, pontualmente, os anos 1990 testemunharam iniciativas nesse sentido, mas é a partir do início dos anos 2000 que pode-se observar uma sistematicidade e frequência maiores de reuniões, debates, etc., promovidos por instâncias variadas.

Parte das conferências proferidas no seminário foram publicadas no ano seguinte, na revista do Centro de Estudos Judiciários, responsável pela promoção das atividades. A partir das publicações, é possível refinar a percepção das tomadas de posição que tiveram lugar na ocasião. Logo no editorial que apresenta o dossiê do periódico, Cesar Asfor Rocha, então coordenador-geral da Justiça Federal e diretor do CEJ, destaca a “enorme relevância” do tema, e apresenta a capacidade “inquisitória” da qual se dotou a imprensa com a redemocratização do país como uma “tormentosa questão”, pois confronta a independência paralelamente adquirida pelo Poder Judiciário no mesmo processo e período. Enquanto “pressupostos básicos de qualquer democracia contemporânea”, a independência do poder Judiciário e a liberdade de imprensa são apresentadas como conquistas do “recém-consolidado Estado de Direito” brasileiro (ROCHA, 2003, p.5).

Padecendo de males semelhantes durante a ditadura militar, como intimidação e censura, Poder Judiciário e imprensa desfrutariam, numa democracia constituída, do mesmo princípio: a liberdade, tanto de julgamento quanto de expressão. Contudo, tal como o editorial demarca, a imprensa teria insuflado demandas por reparação e depuração do Estado brasileiro, uma espécie de “faxina moral”, que teriam sobrecarregado as instituições judiciais e os seus agentes que, não habituados aos níveis de cobrança e exposição midiáticas, se viram eles próprios no centro do “tribunal da opinião pública”. Da mesma forma, o que se pode depreender do editorial é que, do ponto de vista do Poder Judiciário, a imprensa teria “abusado” da liberdade conquistada ao assumir uma prerrogativa estatutária que não seria a sua. Essa postura ativa dos meios de comunicação atinge algumas das principais pilstras que sustentam o procedimento judiciário, como a presunção de inocência e o direito à privacidade. De modo sintético, podemos inferir que, naquele momento, se encontrava estabelecido um conflito de competências que tinha no seu âmago a reivindicação do monopólio da legitimidade do poder de “julgar a política”, no sentido da coletânea organizada por Briquet e Garraud (2001).

O editorial demarca o relativo consenso que perpassou todas as intervenções no seminário, o de que, apesar de importante para a democracia, o jornalismo brasileiro vinha dificultando a atuação do Poder Judiciário. Esse conflito aparece de modo bastante claro no texto de Naves (2003), que constituiu a conferência de abertura do seminário do CEJ. Embora



o autor, à época presidente do STJ e do CJF, enalteça a importância da imprensa e do jornalismo investigativo para o “benefício da comunidade” e para o “fortalecimento da cidadania”, seu objetivo principal é manifestar as suas “inquietudes” sobre as “derivadas” da imprensa investigativa e os perigos aí contidos. Ele inicia suas reflexões pelo que chama de “binômio notícia-entretenimento”, para afirmar que o “sensacionalismo” (que não é um fenômeno historicamente novo), quando explorado pela mídia nos casos de investigação, pode levar ao “denuncismo”. Em seguida, diferencia “interesse público” de “interesse do público”. Para o magistrado (2003, p.7), o segundo tipo de interesse “é desculpa frequente invocada pela mídia para exigir informações e até justificar invasões de privacidade” (NAVES, 2003, p.7).

O mais interessante da posição de Naves (2003) é sua ambivalência. O magistrado reconhece as limitações do Poder Judiciário, do Ministério Público e das forças policiais na época. Nesse cenário, o jornalismo investigativo atuaria como um tipo de “complemento”, trazendo à luz fatos que ocasionalmente passaram ao largo das autoridades. Pontua inclusive que “a imprensa tem muito a recomendar à Justiça”. Não obstante as contribuições da imprensa, e particularmente do jornalismo investigativo, para a punição de desvios diversos, o ministro passa então a refletir sobre os seus “inconvenientes” e “distorções”, e a tecer críticas sobre os modos de funcionamento do espaço jornalístico. Começa pela crítica da “corrida pelo furo”, que levaria os profissionais da imprensa a apressadamente publicar informações sem checar, podendo assim incorrer em injustiças e destruir reputações de pessoas inocentes, nos chamados “linchamentos midiáticos”. Esse seria um dos principais efeitos do chamado “denuncismo”, do qual os jornalistas “investigativos” buscam constantemente se distinguir nas suas estratégias de afirmação profissional e política. O “denuncismo” carregaria consigo não só o potencial de “assassinar reputações”, mas de levar a uma “autofagia do corpo político” diante da “plateia dos representados”, ameaçando a estabilidade política e econômica, assim como a legitimidade da democracia (ABREU e LATTMAN-WELTMAN, 2001, p.8).

A “corrida pelo furo” seria um dos fatores que contribuíram para colocar a imprensa à frente do judiciário na penalização de investigados ou, nos termos utilizados no texto, para a “pretensa transformação de jornalistas em autoridades judicantes” (NAVES, 2003, p.8).

Sim, sempre e sempre a imprensa investigativa terá papel relevante, todavia apresenta inconvenientes, dos quais o mais sério, sob a ótica do julgador, encontra-se nos casos em que a notícia transcende a apuração e a divulgação dos fatos e invade o terreno do Judiciário.

Devemos ter em mente que procedimento preparatório, acusação, julgamentos e condenação são atos que competem, constitucional e legalmente, ao Poder Judiciário com a valiosa colaboração do Ministério Público e da polícia judiciária. Assim, não é correto que a notícia leve a coletividade a concluir pela culpabilidade do acusado antes do pronunciamento judicial. Não é justo que se inverta, na mente das pessoas, a ordem das coisas, e a sentença seja passada antes mesmo da instauração do procedimento preliminar ou preparatório de ação penal, a cargo da autoridade policial.

E mais: se os fatos não são levados a julgamento, cria-se a suspeita de que a Justiça faz parte de conluio para acobertar o pretense crime. Jamais percamos de vista que, entre os direitos e garantias fundamentais de nossa Constituição, encontra-se inscrito que *ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória* (NAVES, 2003, p.7-8).

Corroborando a posição do editorial, aqui o ex-presidente do STJ e do CJF postula a prerrogativa da anterioridade da Justiça no ato de julgar<sup>69</sup>. A “invasão” desta seara pela imprensa e a reivindicação do monopólio da competência legítima demonstram uma tentativa de relativo fechamento da instituição judicial em relação às injunções externas, representadas aqui pelas interferências dos jornalistas, na sua busca por uma autonomia formal. Para tanto, avança o postulado da presunção de inocência que, para ele, é “eterno, universal e imanente” (NAVES, 2003, p.8). Este tipo de tomada de posição revela uma configuração relativamente diversa daquela observada por alguns autores em relação ao período recente, que colocam o acento na convergência de interesses.

Na primeira seção deste capítulo, observamos que esse tipo de configuração gera implicações nas interpretações das práticas e concepções profissionais, particularmente no que se refere ao chamado “jornalismo sobre investigações”. Nascimento (2010, p.57), dedicado especificamente a diagnosticar as causas desse “fenômeno”, analisa uma série temporal de reportagens em revistas de projeção nacional, e afirma que “foi justamente a partir do começo da redemocratização que o jornalismo investigativo se firmou como uma tendência na imprensa brasileira”. O crescimento do protagonismo das investigações de outras instituições nas “investigações” jornalísticas se intensificou, segundo o autor, a partir do início dos anos 2000, particularmente no ano de 2002.

As características dos promotores e procuradores os transformam numa “superfonte jornalística” (NASCIMENTO, 2010, p.82), mais do que políticos e fiscais de outros órgãos do governo. Esse tipo de “diagnóstico” encontra eco nas próprias percepções dos jornalistas, no seu cotidiano. Mais do que as transações entre jornalistas, magistrados, procuradores e policiais, que envolvem trocas de informações, documentos, “dicas”, para alguns há uma certa

---

<sup>69</sup> Destacamos que esse tipo posição não se restringe a esse momento, nem aos membros do Judiciário. Os limites da atuação da imprensa e da sua capacidade “investigativa” é um debate que segue animando o meio jornalístico até o momento recente. Ver, por exemplo, a posição de Chagas (2005, p.9).

“cultura” em pleno desenvolvimento, que muda substancialmente o tipo de postura que estes agentes passam a ter em relação à política, e que encontra ressonância nas próprias expectativas do público.

Eu acho que [o desenvolvimento do jornalismo investigativo] acompanha o crescimento dos órgãos de fiscalização e controle, não só no sentido de que eles abastecem o jornalista, mas de que se criou uma cultura da investigação, da denúncia, que é uma cultura que talvez, 40 anos atrás, não existisse (...). Hoje existe uma cultura, de um político ter a vida devassada... que talvez antes não tivesse. O fato é que hoje tem, e as pessoas esperam isso (Entrevista).

Ao se comparar, em linhas gerais, o contexto da época do seminário promovido pelo CEJ e o momento recente, a partir principalmente do conjunto das entrevistas, é possível observar uma relativa mudança de cenário. Se por um lado, a tônica anterior era a de um marcado conflito de competências relativamente à capacidade legítima de julgar os agentes políticos e econômicos, os dados obtidos permitem inferir que os fluxos entre profissionais situados em diferentes esferas, com ênfase para os jornalistas e membros do Ministério Público e do Judiciário, se mostram muito mais frequentes e intensos. Ao longo da pesquisa de campo, apesar da atenção dada a este problema e da busca por informações mais substantivas que permitissem avançar na análise, as ocasiões das entrevistas frequentemente não possibilitaram colocar esse tipo de questão, em parte pela premissa do “sigilo da fonte”, mas também porque, como já observado neste capítulo, parte dos efeitos de legitimação desse tipo de configuração depende da sua dissimulação. Todavia, a convergência das estratégias de diferentes categorias de agentes em empresas de “denúncia” no período pode ser melhor elucidada a partir da reconfiguração do espaço jornalístico brasileiro a partir do início dos anos 2000, com a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI).

## **2 REPRESENTAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COLETIVA: A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI)**

A hipótese na qual repousa este capítulo é a de que a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), em 2002, representa um momento significativo no sentido da consolidação e consagração de um modelo de excelência profissional baseado na “investigação” e, correlativamente, da importação e difusão de práticas diretamente associadas a ele. Reconfigura-se assim o espaço profissional e as oposições que se estabelecem em relação a outras instituições, representações e formas de exercício profissional (VAUCHEZ, 2001, p.46-48). Seu estudo oferece condições para a apreensão dos mecanismos de importação, pelo Brasil, de esquemas de entendimento e modelos profissionais e institucionais provindos principalmente dos Estados Unidos, com maior ênfase a partir dos anos 1990. Através da trajetória da instituição e dos seus membros, é possível acompanhar mudanças que tiveram lugar no jornalismo brasileiro, particularmente nas relações com centros internacionais, com diferentes segmentos da “sociedade civil” e com o Estado.

A esta altura do trabalho, o objetivo não é apresentar a associação, descrever a sua cronologia, ou inventariar os seus dispositivos institucionais formais. Trata-se de analisar a contribuição da sua criação para o trabalho político e simbólico de objetivação de um “grupo” profissional e de suas identidades, estabelecendo critérios de recrutamento e pertencimento, práticas, ritos e regras de condutas, bem como criando, consolidando e/ou remodelando representações que estão na base das práticas em jogo e que, em última instância, contribuem para a crença na existência do jornalismo investigativo e daquele que o pratica. Em suma, tal como na análise exemplar de Saint-Martin (1990, p.133-161), ao tratar da institucionalização e codificação de determinadas atividades adstritas à nobreza e sua transformação em práticas de massa, cumpre aqui entender o lugar que ocupa e o significado que adquire o fato de surgir uma associação que não apenas porta o nome “jornalismo investigativo”, mas que visa defendê-lo e promovê-lo no país. Num aparente paradoxo, a sua criação não conseguiu impor legitimamente algo próximo de um consenso sobre o que vem a ser jornalismo investigativo, tendo em vista a multiplicidade de concepções conflitantes presentes entre os seus fundadores e participantes, e os sucessivos mal-entendidos que existem junto ao meio profissional mais amplo, que fazem com que constantemente seja preciso voltar, em algum momento, à “pergunta de um milhão de dólares”, nas palavras de um entrevistado: o que é jornalismo investigativo?

A ABRAJI é entendida aqui não apenas como instância de recrutamento e formação “profissional”, mas também de consagração social e de realização de interesses. A análise da sua gênese, sua dinâmica de funcionamento, assim como a composição e as trajetórias dos seus membros contribuem para entender quais são as definições de jornalismo em jogo, as oposições que se constituem, os critérios de excelência profissional, além das “causas” que estes profissionais promovem.

Apesar das eventuais semelhanças com associações similares dos Estados Unidos e/ou de outros países, encarar uma associação profissional nos moldes da ABRAJI nestes termos implica levar em conta as condições de adaptação do modelo associativo às circunstâncias específicas do contexto importador, que diferem muito da situação na qual os modelos institucionais, técnicas e definições do *métier* “investigativo” foram forjados.

É preciso estar atento, ainda, para a possibilidade da associação funcionar com instância de acumulação de recursos variados (relações, “prestígio”, “autoridade”, *expertise*, etc.), principalmente por parte dos seus dirigentes, que pode favorecer, em cada caso, reconversões diversas<sup>70</sup>. A isso é preciso acrescentar que a criação da associação consagra também todo um arsenal de técnicas que serão progressivamente utilizadas por jornalistas nas suas “investigações” diversas.

Para compreender as funções e significados que esse tipo de instituição pode adquirir, é necessário relacioná-la com suas bases sociais e culturais, assim como com as demais instituições e esferas sociais às quais remetem as trajetórias sociais dos seus membros (CORADINI, 2005, p.4). Ou seja, é preciso cotejar a multidimensionalidade e multiposicionalidade dos capitais aí investidos (BOLTANSKI, 1973). É necessário também ter em vista que o engajamento numa organização desse tipo tende a adquirir um sentido de “política”, mas altamente polissêmico, decorrente da ambivalência generalizada frente aos significados da própria “política” (CORADINI, 2017a, p.62).

Como problema mais geral, encontra-se a diversidade das modalidades, graus de legitimidade e de visibilidade da representação de interesses, que podem, como é o caso da ABRAJI, se manifestar por meio de empresas aparentemente alheias à “política”, uma vez que os parâmetros de atuação se encontram calcados na defesa da “qualidade” do jornalismo praticado no país. A complexidade e ambivalência desse tipo de relação com a “política”

---

<sup>70</sup> Este ponto em particular permite destacar a centralidade do pertencimento a um grupo e a capacidade que determinados indivíduos autorizados têm para representar e mobilizar, por procuração, o conjunto dos capitais coletivamente acumulados, que constituem dimensões importantes da definição de capital social de Bourdieu (2008, p.67-69).

reside na maior porosidade do espaço político em relação a interesses mais ou menos organizados.

Foram entrevistados 28 profissionais diretamente ligados a associação em algum momento da sua existência, além de outros informantes que, embora não tenham assumido funções formais junto à associação, tiveram alguma participação na sua “história”. Entre eles, estão todos os seus ex-presidentes, bem como o atual, diretores, ex-diretores, entre outros.

Num primeiro momento, discutimos aquele que foi o “evento crítico” que fez com que o meio jornalístico brasileiro, ou parte dele, sentisse a “carência” de uma instituição que melhor representasse a categoria: o assassinato de Tim Lopes. Em seguida, é apresentada e analisada a trajetória de um dos jornalistas brasileiros que protagonizaram as primeiras discussões relativas ao que viria a ser a ABRAJI. No terceiro momento do capítulo, procedemos a uma sociografia dos seus sucessivos presidentes, buscando destacar os diferentes recursos mobilizados nas respectivas carreiras, os trunfos, as estratégias profissionais, etc., visando esboçar a estrutura e as lógicas vigentes no seio desta instituição. Na parte seguinte, analisamos a narrativa dominante que, junto ao crime contra o repórter da TV Globo, embasou a justificativa para a criação da associação, que interpreta que havia um “vácuo” institucional que precisava ser preenchido. Em quinto lugar, é dedicada especial atenção ao processo de articulação da ABRAJI com uma série de outras entidades e agentes da chamada “sociedade civil” em prol do fomento do debate em torno da defesa do acesso a informações públicas e, conseqüentemente, da tramitação e aprovação da Lei de Acesso à Informação (LEI Nº 12.527/2011). Finalizando o capítulo, é feita uma descrição e análise do acompanhamento de um dos congressos anuais da associação, realizado em 2016.

## 2.1 Um evento catalizador: o assassinato do jornalista Tim Lopes

Até o caso Tim, o repórter investigativo era a única bússola para seus passos, o construtor único da reportagem, o solitário que pode viver momentos de euforia e amargor. Mas depois do caso Tim, foi nascendo uma nova posição: o repórter investigativo em situação de risco deve ter alguma forma de apoio, uma estratégia de segurança pessoal (SOUZA, 2002, p.239).

O caso do assassinato do jornalista Tim Lopes, ocorrido em 2002, no Rio de Janeiro, pode ser interpretado de modo próximo aos casos analisados por Charle (2004, p.201-220) e Pollak (1990, p.237), ou seja, como um “evento crítico”, uma situação limite que colocou em xeque a existência coletiva e individual dos jornalistas, favoreceu a mobilização e contribuiu sobremaneira para o processo de objetivação do categorema “jornalismo investigativo” no

ideário, nas práticas e na dimensão institucional da profissão. O evento também favoreceu o reordenamento de um segmento da “elite” profissional e, de modo mais amplo, a recomposição do espaço jornalístico brasileiro, das suas lutas e “bandeiras”. Ainda que não de modo global e unânime, serviu ainda para consolidar um núcleo de profissionais interessados ao mesmo tempo em defender a si e a profissão, e em desenvolver ainda mais o seu potencial na sua “cruzada moral” de combate, investigação e/ou cobertura de atos ilícitos ou criminosos em diversas esferas sociais.

Na narrativa oficial da associação, a morte do jornalista Tim Lopes aparece como o ponto de partida, embora houvesse o interesse anterior por parte de determinados jornalistas em construir uma entidade nesses moldes. A comoção geral e mobilização da “opinião pública” em torno do crime, influiu na mobilização e escandalização (OFFERLÉ, 1998, p.126) foram decisivas para a criação da entidade, ou, nos termos de Jakobskind (2003, p.83), foi o “detonador”, a ponto de se falar até mesmo em um forte contraste no comportamento profissional, que se divide nos momentos “a.T.” (antes de Tim) e “d.T” (depois de Tim) (SOUZA, 2002, p.239). Foi “uma tragédia que uniu o povo brasileiro no repúdio pela violência dos narcotraficantes e mostrou como o trabalho investigativo dos jornalistas pode colocá-los em situações de perigo semelhantes às que enfrentam os policiais no combate ao crime” (NAVES, 2003, p.7).

O gaúcho (Pelotas, 1950) Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, conhecido como Tim Lopes, era e continuar a ser, para muitos profissionais, a reunião de todos os adjetivos e virtudes próprias a um jornalista “investigativo”: inconformidade, sensibilidade, paixão, prazer, faro, etc. Era “um anjo da guarda que acreditava ser possível estender, pela poderosa televisão, as mãos e as asas protetoras para abandonados ou excluídos, vítimas de preconceito e descaso” (SOUZA, 2002, p.32).

Era um “obcecado pela notícia”, “homem de esperanças ilimitadas” e com “uma devoção rara às exigências de seu trabalho” (SOUZA, 2002, p.32), e que, “acima de qualquer mandamento, prezava, valorizava e defendia os direitos humanos” (SOUZA, 2002, p.225). Em um breve perfil seu contido na revista Lide, extinta publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, Tim Lopes é apresentado como “um dos melhores repórteres de sua geração e um expoente do jornalismo investigativo” (LIDE, 2002, n.27, p.9).

Apesar de nascido no Rio Grande do Sul, fez a sua carreira profissional no Rio de Janeiro, onde se formou em Jornalismo, na FACHA. Começou como contínuo na revista Domingo Ilustrado, de Samuel Wainer, mas logo passou a fazer reportagens de rua. Trabalhou

na imprensa dita “alternativa”, em Repórter, no final dos anos 1970, onde “deu início ao seu estilo de mostrar as mazelas da sociedade e de dar voz às minorias” (LIDE, 2002, n.27, p.9). Desde essa época, notabilizou-se por se disfarçar e se infiltrar para cobrir pautas sensíveis, como quando se passou por um operário do metrô do Rio de Janeiro, para denunciar as condições precárias de trabalho naquele ambiente. A incursão no “baixo mundo” buscada por Repórter era facilitada pela presença de Tim Lopes na equipe, que “fazia-se facilmente por operário, entrava em todos os lugares” (KUCINSKI, 1991, p.228). Continuou a seguir essa linha de trabalho nos demais veículos pelos quais passou, como O Globo, O Dia<sup>71</sup>, Jornal do Brasil, Veja e Placar. Em 1996, entrou para o jornalismo da TV Globo, como produtor, e lá permaneceu até o seu assassinato, em 2002.

Especializado em fazer o trabalho de apuração *in loco* de reportagens exibidas pela emissora, não aparecia nas imagens, justamente o que lhe permitia se infiltrar nos mais diversos lugares sem ser reconhecido. “Ousado”, era “mais preocupado com o êxito da matéria, do que com a sua segurança pessoal” (SOUZA, 2002, p.33). Das muitas apurações que fez para a TV Globo, dezenas delas eram relacionadas às favelas cariocas, principalmente ao tráfico de drogas. Por uma matéria sobre essa temática, intitulada “Feira das drogas”, inclusive, recebeu em equipe o Prêmio Esso de Telejornalismo em 2001<sup>72</sup>, ocasião em que subiu ao palco para receber o prêmio, tornando sua imagem conhecida do grande público. Segundo alguns avaliam, essa exposição teria sido decisiva para o seu reconhecimento por traficantes no ano seguinte.

Em 2002, uma ligação oriunda da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, é destinada à redação da TV Globo, denunciando tráfico de drogas e exploração sexual de menores em bailes *funk*. A redação delega a Tim Lopes a “missão” de apurar a denúncia, uma atividade aparentemente de rotina para o experiente repórter. Se dirigiu à localidade por três ocasiões, nas quais conversou com populares e registrou imagens com uma câmera que carregava junto consigo, dentro de uma pochete que portava na cintura. No seu quarto deslocamento para a comunidade, em 2 de junho de 2002, ficou acertado com um motorista da emissora que o levou até o local que este o aguardaria às 22h daquele dia, em um ponto de encontro marcado previamente. Com o não aparecimento do jornalista, o motorista retorna para a TV Globo, onde ninguém tinha conhecimento do seu paradeiro. Aventou-se a possibilidade de que ele pudesse ter ido direto para casa, o que fez o motorista também ir para a sua. Na madrugada, a

---

<sup>71</sup> “No Jornal *O Dia*, foi olhar os arquivos do DOPS e descobriu uma relação completa de informantes. Dali para frente sua ascensão no jornalismo, sempre investigativo, foi meteórica” (SOUZA, 2002, p.31).

<sup>72</sup> O prêmio Esso é considerado por alguns como o “prêmio Nobel do jornalismo” (SOUZA, 2002, p.254). A categoria “Telejornalismo” havia sido inaugurada naquele ano.



esposa do jornalista telefona para a emissora, atrás de informações. Na manhã seguinte, um advogado, em nome da TV Globo, segue para um distrito policial. Começam as buscas, e as informações obtidas eram de que alguém havia sido capturado na favela na noite anterior. Tim Lopes já estava morto. Sua presença no local levantou a suspeita de traficantes, que, ao que consta, já sabiam que se tratava do mesmo jornalista que denunciou o esquema de venda de drogas na região no ano anterior, impactando nos seus lucros com a atividade criminosa. A partir daí, foi capturado, espancado, interrogado e “julgado”, torturado, esquartejado ainda vivo, morto e incinerado no chamado “microondas”, uma estrutura montada com pneus em volta do corpo, à qual os traficantes ateavam fogo para se desfazer de restos mortais e evidências dos crimes. Depoimentos de traficantes presos davam conta de que ele teria sido assassinado entre as 22h e as 24h daquele dia. Seus restos mortais foram identificados por exame de DNA no mês seguinte, em 5 de julho.

Ilustração 1: Jornalistas mobilizados durante as buscas pelo jornalista Tim Lopes, em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro



Fonte: Revista Lide (2002)

Na mesma edição da revista Lide supracitada, Marcelo do Nascimento Moreira, então chefe de Tim Lopes, e que viria a ser posteriormente um dos presidentes da ABRAJI, publica um texto de despedida, onde destaca qualidades do jornalista e as relações entre ambos.

Tive um grande orgulho quando conheci o Tim Lopes porque desde os tempos de estagiário na redação de O Dia já prestava atenção nas matérias de capa que ele fazia no extinto Caderno Cidade do JB. Dali já percebia que ele era um repórter diferente e procurava me inspirar nele quando escrevia. O tempo de estágio foi em 91. Pouco tempo depois, fui apresentado ao Tim e virei seu amigo. Há três anos trabalhávamos juntos aqui na Globo, e posso dizer que ele era o cara que eu mais respeitava porque além de repórter, Tim defendia uma causa. Ele queria que seu trabalho fosse uma

forma de ajudar os que sofriam com o preconceito. Ele mesmo se orgulhava de ter sido negro e pobre e de ter conseguido espaço no jornalismo graças a seu trabalho. Tim gostava de dizer que ele era o responsável por colocar pobre e preto na televisão. Ele se orgulhava disso e me repetia sempre. Eu era um de seus chefes, mas nunca me preocupei com ele em relação a trabalho. Sabia que ele estaria sempre procurando uma boa pauta. E era sempre isso que acontecia. A morte dele me machucou muito. Estou sentindo a falta do amigo perto de mim e de não poder mais vê-lo trabalhando. De não poder crescer aprendendo com ele. As homenagens que fizeram pro Tim foram lindas, mas trocava tudo pela vontade de vê-lo entrando na redação com seu jeito alegre e sempre ocupado. Sua morte porém está me dando energia. Penso nele sempre quando acordo e rezo para que ele esteja bem onde ele estiver. E com certeza me mandando pautas de lá do céu. Um beijo, Tim. Fica com Deus (LIDE, 2002, n.27, p.9).

Após a confirmação do seu assassinato, “a história de Tim Lopes ficaria envolta nesse manto de mistérios, conflitos de interesses, versões, embustes, autopromoção, plataforma política” (SOUZA, 2002, p.223). A polêmica inicial talvez tenha sido a que debatia sobre a omissão ou não da TV Globo na proteção aos seus jornalistas, oposição que pode ser encontrada ao se comparar os livros de Souza (2002) e Jakobskind (2003) sobre o caso. Foi criada uma comissão formada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, a “Comissão Tim Lopes”, para o acompanhamento das investigações e para “estudar como se proteger para fazer matérias perigosas, discutir – também nas universidades – o jornalismo contemporâneo e ações sociais que promovam cidadania” (SOUZA, 2002, p.224-225). Após a prisão do traficante Elias Pereira da Silva, o principal responsável pelo crime, a comissão Tim Lopes novamente lança um comunicado, onde enuncia a continuidade da “luta por uma sociedade mais justa” por meio do jornalismo.

A revista Lide noticiou as primeiras iniciativas que levariam à fundação da ABRAJI, em número que trazia na capa a manchete “Jornalismo investigativo: uma paixão de risco”. Em artigo cujo título era “A união da categoria é a segurança do jornalismo investigativo”, é feita menção à “escalada” no assassinato de jornalistas no mundo nos últimos 10 anos, realidade que teria colocado os profissionais da imprensa em “estado de alerta” e feito surgir várias organizações dedicadas ao debate sobre a segurança e a proteção do jornalista investigativo, como a própria IRE<sup>73</sup>.

*A Investigative Reporters and Editors, (...) nasceu nos anos 70, a partir da morte de um jornalista no Arizona. Essa história você deve ter ouvido falar. Então assim, a*

---

<sup>73</sup> Particular atenção é dada ao caso de Don Bolles, o repórter do Arizona Republic que cobria máfia e crimes fundiários, que teve o seu carro explodido por aqueles que investigava. Como corolário, 32 repórteres e editores da Investigative Reporters and Editors (IRE) se empenharam em concluir a sua pauta, pressionando ainda a “opinião pública” com uma série de matérias denunciando os crimes da máfia no Arizona, em diferentes jornais por todo o país. O objetivo dessa coalizão era descobrir o mandante do assassinato e “mandar um aviso para o crime organizado”.

ABRAJI tem uma história parecida. O IRE nasce com a morte de um jornalista no Arizona, os jornalistas dos Estados Unidos queriam terminar a matéria dele. Fizeram uma coisa chamada “Projeto Arizona”, pra mostrar que se você mata um jornalista, você não cala a notícia. Então, [para que a] impunidade não acontecesse naquele caso, que o objetivo dos assassinos não fosse atingido, que era suspender a reportagem. Então, a ABRAJI, quando ela nasceu, o objetivo nosso também era esse: concluir a matéria do Tim (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 mar. 2016).

De modo paralelo, o assassinato de Tim Lopes é considerado então o “detonador” de uma sucessão de atos públicos e reuniões da categoria dos jornalistas, tendo ficado então “evidente a necessidade de se reavaliar o cenário da cobertura jornalística em área de risco. Especialmente a conduta e os cuidados que devem cercar o trabalho investigativo” (LIDE, 2002, n.28, p.16).

Considerado “um caso histórico para o jornalismo brasileiro”, o crime em questão abriu fóruns de discussão sobre diferentes temas: jornalismo investigativo, segurança, relações de trabalho e os perigos diversos que rondam a profissão. Os primeiros espaços de discussão foram um evento realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e, logo em seguida, um seminário realizado na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

## 2.2 A trajetória de um “amigo da América”

(...) a influência familiar foi só a apresentação [do jornalismo]. Foi uma paixão profissional, quer dizer, eu me entreguei completamente ao jornalismo. Desde 68 (...), eu nunca fiz outra coisa que não fosse fazer jornalismo ou estudar jornalismo. Eu só penso em jornalismo na vida. O jornalismo é – como aqui no Brasil dizem – (...) uma cachaça. O jornalismo é uma profissão baseada em uma paixão (...). Dez anos depois de eu estar em Austin, eu ainda me confundia e dizia pra minha mulher que ia ficar até mais tarde no jornal (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

De modo mais amplo, a exportação do “jornalismo investigativo” *à la americaine* para países da América Latina (ALVES, 2005, p.200), que é indissociável da exportação de esquemas gerais como os da *accountability*, “transparência”, “direitos humanos”, entre outros, participa dos esforços de “consolidação” ou “aprimoramento” das democracias do continente, que envolvem organismos internacionais e *passeurs* situados em múltiplas instâncias profissionais. No caso do jornalismo, essas operações de importação-exportação simbólica em torno do “jornalismo investigativo” contam com protagonismo de jornalistas-universitários, ex-militantes ou simpatizantes de correntes políticas de esquerda, que passam pelos Estados Unidos (a estudo ou a trabalho) em algum momento das suas carreiras.

No contexto local, estes agentes contribuem para introduzir duravelmente um modelo, um léxico, um ideário, e um conjunto multifacetado de técnicas que permitem aos jornalistas “modernizar” o jornalismo praticado no país e, em última instância, participar da “reforma” das instituições brasileiras, seja por meio da participação no desvelamento de escândalos que impactam de algum modo o *establishment* político, ou ainda por mobilizações em torno da adequação do ordenamento jurídico local a agendas e tendências consolidadas no plano internacional, direta ou indiretamente vinculadas ao exercício profissional. Com efeito, nessa conjuntura, o objetivo expresso de buscar “melhorar a qualidade do jornalismo” praticado no Brasil e na América Latina é entendido como inseparável da adequação a “tendências internacionais” de países do Norte, principalmente dos Estados Unidos.

A ABRAJI representa o movimento mais significativo no sentido da consolidação do jornalismo investigativo no país. A criação e história da entidade se confundem em parte com a trajetória daquele que talvez seja o principal *courtier* (DEZALAY e GARTH, 2002, p.24; DEZALAY, 2004, p.11) responsável por importar para o Brasil, e para parte da América Latina, os esquemas de entendimento, modelos e experiências profissionais oriundos dos EUA desde, pelo menos, a segunda metade dos anos 1990: o professor universitário e jornalista Rosental Calmon Alves.

Seu perfil e trajeto permitem apreender a “arte do jogo duplo” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.28; DEZALAY e MADSEN, 2013, p. 47) que se joga nos processos de importação-exportação de esquemas de entendimento, particularmente aqueles referentes ao jornalismo investigativo. Ou seja, podemos analisar ao mesmo tempo os usos dos recursos internacionais no espaço nacional e, inversamente, a mobilização de competências e legitimidade de origem nacional no mercado internacional.

Ao dispor de um capital cultural internacional<sup>74</sup> (WAGNER e RÉAU, 2015, p.45) e de múltiplas formas de capital social (nacional e cosmopolita), esse tipo de “passador” (BOURDIEU e WACQUANT, 2008, p.24) torna-se assim indispensável na intermediação

---

<sup>74</sup> Forma de capital que, em si, não detém valor, e portanto precisa ser relacionada ao conjunto de outros capitais detidos pelos agentes. É uma forma de capital que repousa num capital cultural específico, que depende mais estreitamente do capital econômico. Tal como o capital cultural na sua acepção “clássica” (BOURDIEU, 2008, p.73-79), o capital internacional existe em três estados: institucionalizado, incorporado e objetivado (WAGNER, 2015, p.34-35). Evidentemente, a mobilidade internacional não é apenas o apanágio de indivíduos pertencentes a estratos sociais elevados nem exclusivamente objeto de estratégias elitistas (WAGNER, 2007, p.67-83; SIMÉANT, 2009, p.559), de modo que é possível se encontrar, em meio aos jornalistas que atuam ou atuaram no exterior, aqueles que dispõem de um *background* social menos privilegiado. É preciso considerar em que medida esses recursos obtidos no exterior se convertem em fontes de poder e os rendimentos diferentes que deles podem ser extraídos por uns e outros no contexto doméstico (WAGNER e RÉAU, 2011, p.36). O acesso a posições dominantes em nível internacional é em grande parte tributário dos recursos acumulados no contexto nacional, e, os saberes e competências adquiridos fora servem para legitimar posições no país de origem. O sucesso dessa reconversão depende largamente das hierarquias entre os Estados importador e exportador.

entre jogos locais e aqueles que se desenrolam na ordem internacional. A sobreposição de recursos, envolvendo tanto aqueles ligados a investimentos profissionais e acadêmicos quanto os relacionados a origens familiares e variadas redes de relações personalizadas, constitui a legitimidade e centralidade de Alves para os processos em pauta.

Filho de uma família de classe média, com pai funcionário público (ex-oficial da Polícia Militar) e mãe professora de português e francês, Alves nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1951, como o segundo mais novo entre cinco irmãos. Sua formação escolar é marcada pela passagem por instituições religiosas, basicamente seminários católicos, assim como por uma escola privada e uma escola pública<sup>75</sup>, esta última tendo sido, nas suas palavras, a “mais importante” de sua vida, “mais importante até que a universidade”. Trata-se do Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, da então Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ), “a melhor escola do Rio (...), de muito bom nível, muito difícil de entrar” (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

Nesta escola, por volta de 1968, integrou o Grêmio estudantil, cujo presidente à época era Francisco Rodrigues de Alencar Filho<sup>76</sup>, e se envolveu ativamente em um “grupo de juventude católica<sup>77</sup>”. Neste mesmo ano, foi vice-diretor do “jornalzinho da escola” (intitulado A Roda), produzido pelo Grêmio do CAP-UEG, marcando assim o início da sua atividade jornalística. Neste período, o ativismo estudantil e político contra a ditadura militar e a atuação jornalística se encontravam profundamente imbricados.

(...) eu comecei a fazer o jornalzinho da escola, e o jornalzinho da escola era impresso. Por causa das condições da UERJ (na época UEG), a gente tinha dinheiro pra imprimir o jornal. Então, eu ia imprimir no Correio da Manhã, que era um jornal que resistia à ditadura e tal. E aí (...), além da inspiração dos meus primos, eu tive essa convivência da redação, de ir lá, fechar o jornal e tal. Inclusive fui preso uma vez – detido, sei lá como é que chama – pela polícia quando eu tava tentando formar a Associação Estudantil de Imprensa, a AEI (...). No teatro em frente o Correio da Manhã, tá uma reunião de secundaristas do movimento estudantil tentando... E a polícia entrou e prendeu todo mundo, interrogou e depois mandou embora, porque houve um grande protesto (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

<sup>75</sup> A passagem por uma escola privada no período em questão (final dos anos 1950 e início dos anos 1960) pode servir como um indicador, ainda que bastante residual, do poder aquisitivo (ou, ainda, da importância do investimento em educação) de sua família, que é reforçado ao se observar o caso dos seus quatro irmãos: todos têm formação superior (duas professoras, um engenheiro e uma médica), sendo dois desses diplomas adquiridos em instituições de ensino privadas.

<sup>76</sup> Ex-deputado federal pelo PSOL, função que ocupou durante quatro legislaturas. Foi diretor da Juventude Estudantil Católica (JEC), no biênio 1967-1968, e presidente do Grêmio estudantil do CAP-UEG nos anos de 1968 e 1969 (Fonte: DHBB).

<sup>77</sup> Embora, em entrevista, Alves não especifique qual era esse grupo, é razoável supor que se trate da JEC, dirigida por Francisco Alencar em 1968.

No final de 1968, entra como estagiário em O Jornal, do Rio de Janeiro, onde vê a “noite do AI-5 dentro da redação”. No entanto, o período da sua militância política junto ao movimento estudantil secundarista e à juventude católica se limitou ao ano de 1968. A partir daí, com a sua mudança para a cidade de Vitória, em 1969, “por causa de certas questões familiares e pra morar com meu irmão numa república”, a atuação como jornalista passa a prevalecer sobre a “luta contra a ditadura”. Mas, ainda assim, a dedicação exclusiva ao jornalismo é lida em termos de “engajamento”.

Na verdade, a minha família diz que eu me salvei de acabar indo pra clandestinidade ou pra luta armada, porque se eu tivesse ficado no Rio... *teve* vários dos meus coleguinhas que foram acabar em organizações assim. Mas, na verdade, o que aconteceu é que em 69 eu fui pra Vitória trabalhar em jornal. O jornalismo como que me tirou da política. Eu me engajei no jornalismo em vez de resistir à ditadura (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 15 jun. 2016).

Entre 1969 e 1971, trabalha como repórter e fotógrafo para jornais de Vitória, bem como para uma estação de rádio, na mesma cidade. Retorna para o Rio de Janeiro em 1972, com o desejo de fazer faculdade de Comunicação Social, que conclui em 1976, na UFRJ. A partir da sua volta para a cidade natal, a atividade jornalística não é mais combinada ao ativismo político, mas à atividade docente, uma vez que Alves começa a lecionar no ensino superior antes de ter concluído a faculdade. Assim, entre 1972 e 1973 trabalha como repórter para as rádios Nacional e Tupi, ao mesmo tempo em que assume o cargo de professor-assistente de jornalismo na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1973, onde permanece até 1978. No ano seguinte, passar a dar aulas de jornalismo em outra instituição de ensino superior, a Universidade Gama Filho, atividade que se prolonga, também, até 1978. De 1973 a 1978, trabalha ainda como editor na rádio Jornal do Brasil e, de 1975 a 1978, como repórter da editoria de “Cultura e Estilo” do Jornal do Brasil, veículo no qual tinha o “sonho” de trabalhar. Portanto, na segunda metade dos anos 1970 se sobrepõem, no itinerário de Alves, o exercício do jornalismo e da docência.

### 2.2.1 O “chefe do clã<sup>78</sup>”

Embora a atuação junto ao Grêmio estudantil, e particularmente no jornal “A Roda”, tenha tido importância no sentido de uma iniciação nas atividades jornalística e política, o contato com o jornalismo e com o mundo político é ainda anterior ao que se estabeleceu no

---

<sup>78</sup> A maior parte das informações contidas neste tópico foi extraída de Nasser (1965) e do DHBB.

seu ensino secundário, remetendo aos vínculos familiares. A família Calmon registra extensa atuação nos espaços político e jornalístico em diferentes momentos. Mais diretamente, Rosental Calmon Alves é sobrinho de João de Medeiros Calmon (ex-diretor-geral dos Diários Associados, ex-deputado federal e ex-senador da República pelo Espírito Santo) e de Wilson de Medeiros Calmon (ex-deputado federal pelo Amazonas).

A pessoa mais importante da família da minha mãe foi um senador da República, chamado João Calmon, que foi o braço direito de Chateaubriand e foi o grande diretor-geral dos Diários Associados durante o período que o Chateaubriand tava doente, e antes disso foi o *czar* dos Diários Associados no nordeste do Brasil. E depois virou político, foi deputado federal muitos anos e senador – e foi o “senador da educação”, que criou a “emenda Calmon”, que obrigava o governo a investir em educação. Ele só falava de educação. Mas antes disso teve uma carreira como diretor de meios de comunicação (da rede Tupi, dos Diários Associados). E ele, tanto como político como empresário, teve uma grande influência em mim, porque ele era como que o chefe do clã na minha família, o mais rico da família, etc. E dois filhos dele eram jornalistas, um era fotógrafo e outro era repórter. E foi mais ou menos inspirado por eles que eu comecei a ter a tentação de entrar no jornalismo, quando eu ainda tava no ginásio. O meu início de carreira é muito especial nesse sentido, muito diferente das outras pessoas (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 15 jun. 2016).

Sendo o quarto mais velho em uma família de oito irmãos, João de Medeiros Calmon nasceu em Baunilha, localidade pertencente à cidade de Colatina (ES), em 7 de setembro de 1916. Era filho de um pequeno comerciante e de uma funcionária pública, agente dos Correios. Não descendia dos ramos mais prestigiosos da família Calmon<sup>79</sup>, embora existam indicações de que as relações com estes ramos tenham sido importantes na sua ascensão social, profissional e política.

O perfil de João de Medeiros Calmon pode ser pensado como uma trajetória “multinotável”, no sentido dado por Grill e Reis (2016, p.51-80). A sua biografia autorizada, escrita por David Nasser (1965), e publicada pela editora O Cruzeiro, se assemelha àquelas analisadas por Saint-Martin (1993, p.120), como uma empresa de “celebração da família”, com evocações sobre a história e origens longínquas do grupo familiar, com particular destaque para os feitos “gloriosos” e “ilustres”. Escrita “no calor dos acontecimentos” referentes ao final do governo de João Goulart e ao golpe de Estado de 1964, o livro apresenta de modo muito direto e solene o processo de ascensão social e política, concomitante e

<sup>79</sup> “Augusto [pai de João Calmon] tinha ascendência. Nos seus ramos familiares, surgiram crachás e honrarias vindas ora de um fidalgo, ora de um general, ora de políticos, ora de cultores da História. Mas a vida dera tantas voltas, e tudo ficara tão difícil para quem arcava com tantos compromissos familiares, que seria impossível remontar às posições desfrutadas por outras gerações de Calmons em condições mais fáceis de sobrevivência e prosperidade” (NASSER, 1965, p.22). “Em sua família destacou-se também Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, que foi deputado federal na legislatura de 1959 a 1963 e ministro da Fazenda entre setembro de 1962 e janeiro de 1963” (DHBB, vol. 1, p.942).

inseparavelmente à acumulação de um amplo capital de relações sociais por parte do “chefe do clã” Calmon.

A biografia conta com prefácio da escritora cearense Rachel de Queiroz, que se dirige ao biografado como “velho companheiro”, além de “marquês de Pombal do reino chateaubriânico” e “Bismarck do império Associado” (QUEIROZ, 1965, p.7). Nele, a escritora lhe agradece pela luta política que empreendeu contra o “janguismo” e, principal e pessoalmente, contra Leonel Brizola, no início dos anos 1960.

Segundo Bourdieu (2006, p.162), os prefácios podem ser entendidos como uma estratégia eufemizada de transferência de capital simbólico. Neste caso, representa também, e mais ainda, a explicitação de um vínculo pessoal de reciprocidade bastante intenso entre a escritora e João Calmon. Queiroz (1965, p.7) faz questão de deixar claro: “(...) o lembrete mais importante nesta biografia é o lembrete de uma dívida”. Mais especificamente, de duas “dívidas”: a primeira delas foi o protagonismo assumido por João Calmon na luta contra a “onda subversiva”, na “desmoralização do mito Brizola, o centauro fantasma ou mula-sem-cabeça que assombrava os democratas durante o entremez varguista” e na “derrubada da oligarquia varguista”. Calmon teria entrado em cena nessa contenda, apresentada como uma “guerra”, numa “hora perigosa e desmoralizante”, quando veio então a “desafiar o famanaz, o espalha-brasas” Leonel Brizola. Na imprensa, ainda segundo Queiroz (1965, p.9-10), poucos até então vinham empreendendo o embate político contra os “herdeiros” do Getúlio Vargas. Entre eles, estava o próprio David Nasser, na condição de “atirador solitário, montado com a sua terrível bazooka ao ombro, nas colunas de ‘O Cruzeiro’”. De “aparência tímida”, “fala branda” e “propósito cortês”, a vangloriada vitória “espetacular” de Calmon sobre Brizola teria surpreendido a muitos, exceto os que lhe eram próximos, como a própria escritora cearense, que sabiam “que o capixaba traz uma mão de ferro debaixo daquela luva de veludo”. A segunda dívida, menos “ideológica” e mais instrumental, aparece ao final do prefácio, em tom de deferência e gratidão. Rachel de Queiroz aproveita a ocasião para agradecer ao “cearense honorário” pela iniciativa que levou à construção de uma maternidade em Fortaleza, “à qual ele deu o nome do nosso velho cacique Assis Chateaubriand” (QUEIROZ, 1965, p.10).

Na sua residência em Baunilha, um dos cômodos era destinado ao recebimento do Correio da localidade. Naquele recinto, Calmon adquiriu precocemente o hábito da leitura, por meio dos jornais que vinham do Rio de Janeiro com destino aos seus assinantes em Baunilha. Este foi o seu primeiro contato com a imprensa, “a que ele serviria depois, e para sempre” (NASSER, 1965, p.24). Embora sua biografia não seja clara quanto a isso, é possível



deprender que o seu contato com a imprensa também tenha contado com o incentivo do seu pai, que, além das atividades ligadas ao comércio, se dedicava a vender assinaturas de O Jornal, do Rio de Janeiro, “montado num bureco (...), parando de porta em porta, ou de sítio em sítio, ou de fazenda em fazenda” (NASSER, 1965, p.22). Lia todas as seções dos jornais “insaciavelmente”. Como resultado do investimento, “aos 9 anos, já lia e escrevia fluente e desembaraçadamente” (NASSER, 1965, p.23). Além disso, os conhecimentos adquiridos por meio da leitura dos jornais “dava-lhe êsse conhecimento suficiente base para se intrometer com êxito na conversa dos maiores que se esforçavam para salvar o Brasil, já então ‘à beira do abismo’” (NASSER, 1965, p.24).

Durante sua infância em Baunilha, ocasionalmente ajudava a mãe no seu trabalho nos Correios, devido às suas “habilitações e prestimosidade”. Chegou mesmo a substituí-la de modo interino em alguns momentos, de modo que “muita correspondência partiu de Baunilha, naquele tempo, sob o carimbo retumbante e a pose solene daquela assinatura ainda indecisa e sem forma definitiva: ‘João Calmon, agente postal interino’” (NASSER, 1965, p.23-24). Para ajudar nas despesas domésticas, ajudava seu pai na “pequena bodega” que tinha e vendia vidros de pimenta pela região.

Depois de concluir o ensino primário em Baunilha, onde foi “bom aluno”, se deslocou para a capital do seu estado natal, Vitória, para fazer o ensino médio. Devido ao agravamento das condições financeiras da sua família, e “acostumado às dificuldades”, trabalhava no mercado municipal vendendo mercadorias que seu pai lhe enviava de Baunilha. Por volta dos seus 15 anos, quase mudou de colégio, devido a uma controvérsia “intelectual”. No Ginásio São Vicente de Paulo, onde iniciou seus estudos em Vitória, João Calmon, “já avançado no curso de humanidades”, leitor de Schopenhauer, Spencer e do “terrível iconoclasta português Albino Forjaz de Sampaio” (NASSER, p.1965, p.30), fundou um jornal escolar, chamado “A Voz”, juntamente a outros colegas. Nele, escreveu um artigo intitulado “Apóstrofe atrevida à hipocrisia do século XX”, que ganhou repercussão para além do âmbito do colégio e “foi lido por quase toda Vitória” (NASSER, 1965, p.30). O arcebispo da cidade, ao ter contato com o texto, encaminhou “enérgico protesto” ao diretor do Ginásio, “estranhando que num colégio com o nome de São Vicente houvesse um jovem articulista tão insolente...” (NASSER, p.1965, p.30). O diretor se sentiu então instado a replicar, por meio da imprensa, o “insulto” do jovem aluno. Publicou um artigo contrapondo o texto de Calmon, no jornal Diário da Manhã. No dia seguinte, no colégio, o diretor reuniu os alunos e professores e, publicamente, o repreendeu. Após o ocorrido, solicitou ao pai a mudança de colégio, “para não sofrer outras humilhações” por parte do diretor. Dada a impossibilidade burocrática da migração para outra

instituição, uma vez que o ano letivo já se encontrava em data avançada, “suportou a guerra psicológica, e foi aprovado, concluindo o curso ainda com brilhantismo. A firmeza e o controle de nervos que demonstrou nesse período seriam repetidos durante o desenrolar de sua vida” (NASSER, 1965, p.30-31).

Migrou para o Rio de Janeiro entre 1932 e 1933, para seguir estudos superiores em Direito, na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). Quando foi à cidade prestar o vestibular, se surpreendeu com o elevado número de candidatos, entre os quais observava “caras muito mais inteligentes e buliçosas do que amorfas, opacas ou tímidas” (NASSER, 1965, p.33). A todo momento, “cortavam o ar (...) nomes de família que êle identificava nos galarins da história, da política, das letras ou da riqueza do País<sup>80</sup>” (NASSER, 1965, p.33).

De início, dispunha de pouco dinheiro e recursos materiais em geral no então Distrito Federal. Chegou à cidade com cerca de 500 mil-réis, que seus pais obtiveram de empréstimo junto a um genro. Seguiu portanto os estudos na faculdade sem as mesmas condições dos seus colegas, em geral oriundos de famílias com recursos mais abundantes. A chegada ao Rio de Janeiro e a convivência com “netos de estátuas da nossa História” (NASSER, p.33) fizeram com que Calmon estabelecesse uma relação ambivalente com a sua própria “herança” familiar. Em relação aos colegas, “para se consolar, às vezes chegava a pensar: mas também sou um Calmon. Tem Calmon por aí, espalhado em alguns pontos da nossa História” (NASSER, 1965, p.33). Avançava então o nome de família como trunfo para se afirmar no âmbito da faculdade, sendo razoável supor que o tenha feito em outros espaços e momentos da sua vida. Chegou a ficar animado quando, durante os exames do vestibular, conheceu um “árabezinho da Zona da Mata de Minas”, que, curioso com o seu sobrenome, lhe perguntou “Você é Calmon. Calmon do que foi Ministro da Agricultura? Miguel Calmon era seu avô?... Puxa vida!”. Calmon desmentiu a primeira impressão apenas anos depois, após o mesmo colega lhe repetir a pergunta, dizendo: “Não (...). Apenas meu trisavô era baiano” (NASSER, 1965, p.33). Com efeito, é do estado da Bahia que provém os maiores “vultos” da família Calmon, que remetem ao período imperial.

Ao mesmo tempo em que se esforçava para se inserir simbolicamente na “linhagem”, posteriormente, já afirmado profissional e politicamente, por vezes tentava esboçar algum distanciamento, visando destacar “sua formação eminentemente popular”: “Espiritualmente, eu me sinto menos Calmon, menos Medeiros do que João. Sou principalmente João. Sou um

---

<sup>80</sup> Sobre as relações entre a formação em direito e carreiras políticas, ver, entre outros, Dogan (1999), Coradini (2001) e Grill (2007).

homem comum que deseja valer o que é, e não o que seus antepassados foram” (NASSER, p.165, p.24).

No início da faculdade, Calmon se mantinha com uma mesada de 50 mil-réis enviada, “com sacrífico”, por seu pai. Suas despesas básicas eram, além do bonde para a faculdade, a aquisição diária dos jornais Diário Carioca (onde gostava de ler os escritos de Humberto de Campos), e O Globo. Precisou então conciliar os estudos com a busca de obtenção de renda complementar. Depois de um “bico” como vigia noturno numa feira de amostras, ficou por volta de um ano desempregado, até que, por interferência de seus tios, conseguiu um emprego público, como auxiliar de escrita da prefeitura, em 1935.

Nas horas vagas, escrevia contos que, com o tempo, começaram a ser publicados nas revistas O Malho, criada em 1902, e Fon-Fon, criada em 1907, periódicos ilustrados e satíricos de destaque no período (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.81). A aptidão para as letras está entre os elementos mais destacados na sua biografia: passava horas-extras na biblioteca da Faculdade de Direito para ler livros da área, mas também literaturas diversas.

Ainda estudante de Direito, se associou ao Clube de Regatas Guanabara, que lhe favoreceu o estabelecimento de relações decisivas para a sua trajetória posterior. Por volta de 1937, se encontrava no clube de remo quando foi abordado por um encarregado dos barcos, que lhe perguntou se não podia fazer dupla com um dono de barco que precisava de alguém para poder praticar o esporte: tratava-se de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello<sup>81</sup>, algo que o jovem Calmon saberia apenas depois.

Durante a prática esportiva nas águas da Baía de Guanabara, Chateaubriand “despejou interrogatório cerrado” ao seu companheiro de remadas. Entre outros assuntos conversados, Calmon deu sua opinião sobre a política nacional e internacional da época. Divergiram politicamente, pois Chateaubriand era partidário da candidatura de Armando de Sales Oliveira à sucessão de Getúlio Vargas, enquanto João Calmon se inclinava por José Américo de Almeida. Do primeiro contato, resultou um convite de “Chatô” para visitá-lo em São Paulo e ficar na sua casa, quando, por algum motivo, fosse à cidade.

Os encontros entre os dois no Clube de Regatas viraram rotina, e a prática conjunta do esporte, idem: “(...) sempre que o famoso jornalista chegava ao clube, mandava logo chamar

---

<sup>81</sup> “Revolucionário de primeira hora”, Chateaubriand era uma “figura controvertida, que marcaria o jornalismo brasileiro” (ROMANCINI e LAGO, 2007). Iniciou a construção do seu “império das comunicações” com a compra de O Jornal, em 1924. Quatro anos mais tarde, lançou O Cruzeiro que, devido ao grande sucesso, “foi a primeira grande revista nacional do Brasil” (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.85). É considerado ainda um pioneiro ao introduzir a televisão no país. Com a sua morte e posterior dissolução do seu “império”, “cinco famílias passam a dominar a imprensa brasileira: em São Paulo, os Mesquitas, proprietários do grupo OESP, e os Frias, donos da empresa Folha da Manhã; no Rio de Janeiro, as famílias Marinho, d’O Globo, e Nascimento Brito, do Jornal do Brasil; no Sul, a família Caldas Júnior” (KUCINSKI, 1991, p.11).

pelo rapazinho petulante, que discutia política e problemas brasileiros com êle, enquanto espadanavam as águas com suas remadas experientes e vigorosas” (NASSER, 1965, p.40). Num desses encontros, em setembro de 1937, o magnata das comunicações fez um convite a João Calmon, sondando seu interesse de entrar para o jornalismo e para o “império Associado”. De início, Calmon recusou o convite, pois tinha um cargo como promotor “arranjado” no Espírito Santo, que assumiria logo que formasse. No final desse mesmo ano, a promessa de emprego não se concretizou, e Calmon resolveu aceitar a um novo convite de Chateaubriand, entrando então como “foca<sup>82</sup>” no Diário da Noite, com a recomendação do dono do jornal<sup>83</sup>. Lá, encontrou colegas de faculdade, e conheceu, entre outros, David Nasser, seu futuro biógrafo, e Victor Nunes Leal.

Chateaubriand acompanhava os escritos de Calmon no Diário da Noite, e procurou saber com os superiores hierárquicos dele no jornal como o novato estava se saindo. Os elogios tecidos fizeram com que ele mandasse incluir Calmon na folha de pagamento, e transferi-lo para o matutino O Jornal, líder da cadeia Associada. É o mesmo jornal que seu pai vendia assinaturas em Baunilha, e em que Rosental Alves trabalhará posteriormente. A intenção era que lá ele tomasse algumas “lições de autoridade” para depois ser transferido para Fortaleza, no Ceará, onde assumiria a direção do jornal Correio do Ceará.

Após dois meses em O Jornal, o interesse de Calmon pelo direito havia se tornado secundário em relação ao jornalismo, que “o atraía pelas suas amplas implicações públicas e sociais” (NASSER, 1965, p.5). Cumprindo o planejado pelo seu mentor, seguiu para o Ceará, onde assumiu a direção do Correio do Ceará, aos 21 anos de idade. Desde os seus primeiros tempos naquelas terras, fez grande amizade com Rachel de Queiroz e seu marido, que o recebiam em sua casa frequentemente.

Começou como diretor de redação e passou em seguida para a função de diretor-geral. Outra função que começou a assumir nos Diários Associados foi a da compra de novos veículos para a cadeia, e começou pelo jornal Unitário, um matutino então bastante tradicional no Ceará. Em janeiro de 1943, Chateaubriand designou Calmon para a compra do Jornal do Commercio de Manaus, e assim, progressivamente, ele se tornou o “comprador oficial dos

---

<sup>82</sup> Dá-se o nome de “foca” a todo jornalista em início de carreira e ainda sem experiência.

<sup>83</sup> De modo semelhante a Saint-Martin (1993), pode-se considerar o remo como um dos muitos esportes de “elite”, e esse clubes que reúnem seus adeptos como sendo instituições que são diretamente orientadas para acumulação ou manutenção do capital social que, além disso, procuram ganhos simbólicos muito grandes, dada a garantia de se encontrar entre pessoas de “boa companhia”. “Trata-se menos de recorrer aos serviços ou às instalações que oferece o clube ou de estabelecer relações novas do que se se encontrar entre pessoas de mesma qualidade” (SAINT-MARTIN, 1993, p.34).

Diários Associados” (NASSER, 1965, p.52), tendo integrado dezenas de veículos das regiões Norte e Nordeste ao conglomerado<sup>84</sup>.

Eis-me então (...) transformado em judeu-errante da imprensa e do rádio, a palmilhar o solo nacional, com a missão que me confiou o Sr. Assis Chateaubriand de estender, até os limites brasileiros mais setentrionais, e depois ao Centro, no Oeste e no Extremo Sul, a rede de casamatas e trincheiras dentro das quais se lutava, e como ainda lutamos, pela soberania nacional, pela grandeza da democracia, pelo impulsionamento do progresso do País, pela maior vitalidade, enfim, de todos os valores éticos, morais, culturais e materiais desta grande Pátria, que sempre desejamos ver unificada pelo pensamento e pela ação, através de nossas rotativas e antenas (NASSER, 1965, p.53).

“Amigo dos poderosos, escravo dos humildes”. Com o tempo, Calmon passou a integrar os círculos da elite cearense, dos seus clubes e das suas reuniões, transformando-se num dos seus membros mais proeminentes. Todo o capital simbólico e social acumulado foi reconvertido em “várias campanhas de alto sentido público”, destacando-se sobretudo em dois casos. O primeiro é o da Santa Casa de Fortaleza, que passava por problemas à época. Um dos provedores do hospital, um desembargador, explicou a situação da instituição para Calmon e lhe fez um apelo: “Só o senhor com sua bondade, sua fé, seus jornais e sua rádio poderá fazer algo” (NASSER, 1965, p.57). Mobilizou assim os veículos que comandava numa campanha de doações, que acabou por restaurar a situação financeira do hospital. No segundo caso, tratava da construção da maternidade Assis Chateaubriand, à qual Rachel de Queiroz agradece no prefácio destacado logo acima. De igual modo, fez uma campanha na imprensa em prol do projeto, mas também aproveitou um banquete em sua homenagem, em função da sua promoção a Diretor-Geral dos Diários Associados”, para fazer o apelo às “figuras mais representativas da sociedade, da política, do comércio e da indústria do Ceará” (NASSER, 1965, p.63) que lá se encontravam. Foi igualmente bem sucedido na empreitada, e a maternidade foi inaugurada anos depois com a presença do próprio Assis Chateaubriand.

Foi por trazer da sua infância e da sua juventude os quadros todos, de dificuldades e necessidades dos chamados “pobres envergonhados”, que Calmon, muito antes de sua recente militância política, já comandava, iniciava e estimulava através dos jornais e emissoras que dirigia constantes, úteis e eficientes campanhas de benemerência – de algumas das quais resultaram realizações do maior porte na vida assistencial da região beneficiada (...). Simultaneamente, lançava e dinamizava numerosas campanhas cívicas e de caráter filantrópico ou social. Ao mesmo tempo

---

<sup>84</sup> São Luís: O Imparcial, O Globo, O Norte; Belém: A Vanguarda, A Província do Pará; Manaus: Jornal do Commercio, Rádio Baré; Natal: Rádio Poti, O Diário de Natal, O Poti; Teresina: Rádio Difusora; João Pessoa: O Norte; Campina Grande: Rádio Borborema; Fortaleza: Ceará Rádio Clube, Rádio Verdes Mares; Crato: Rádio Araripe; Porto Velho: Alto Madeira; Recife: Rádio Tamandaré.

em que se empenhava pelo progresso econômico da região em que estava operando, batia-se numa luta diária e sem tréguas pelo fortalecimento das instituições democráticas no Brasil, não só pedindo a guerra contra o comunismo, mas principalmente o combate à miséria, fomentadora daquela ideologia (NASSER, 1965, p.56).

Em 1950, Chateaubriand decide transferi-lo para o Recife, pela maior importância econômica da cidade para a região Nordeste, onde passou a dirigir a Rádio Tamandaré, o Diário de Pernambuco e a Rádio Clube de Pernambuco. Cinco anos depois, uma nova mudança de cidade, desta vez de volta para o Rio de Janeiro. Assumiu então as direções das rádios Tupi e Tamoio, e da televisão Tupi. Aos 38 anos, o principal “marechal-de-campo” do dono dos Diários Associados torna-se diretor-geral da cadeia, em 1955. Segue sempre as determinações de “Chatô”, e empreende a estratégia do grupo de adquirir concessões de emissoras de televisão pelo país<sup>85</sup>, além do relançamento do Correio Braziliense, em Brasília.

Quando Chateaubriand cria os “Condomínio Acionário dos Diários e Emissoras Associados”, em fevereiro de 1960, João Calmon foi colocado como vice-presidente-executivo, hierarquicamente abaixo apenas do próprio dono, que era o presidente. Chateaubriand temia que, ao deixar seu patrimônio apenas para os filhos, ele se fragmentasse com o tempo. Criou então essa “família cívica” que era o condomínio acionário. Sobre a vice-presidência dada a João Calmon, Chateaubriand disse, à época: “O Dr. João Calmon, *‘par droit de conquête’*, adquiriu o direito de chefe da nossa família cívica” (NASSER, 1965, p.70).

Ainda em 1960, João de Medeiros Calmon “via aumentar continuamente seu prestígio nos meios jornalísticos e radiofônicos”, sendo eleito e reeleito presidente do Sindicato de Empresas de Radiodifusão (que reunia todas as estações de rádio e de televisão do Estado da Guanabara) e vice-presidente do Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas. O início da sua atuação como liderança sindical foi marcado pela pressão exercida para a aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações, definida como “a sua primeira batalha campal contra o despotismo” (NASSER, 1965, p.9). Em audiência com concessionários de emissoras de rádio e televisão, o então presidente João Goulart havia se comprometido a sancionar a integralidade do código votado. No entanto, Goulart vetou 52 artigos do Código, o que contrariou os interesses dos seus formuladores. Diante do movimento de Goulart, entendido como um “golpe comandado pela esquerda”, Calmon mobilizou a categoria que representava.

---

<sup>85</sup> “Depois de sua chegada ao Rio, foram montadas e inauguradas a TV Itacolomi de Belo Horizonte, a TV Piratini de Porto Alegre, a TV Itapoan da Bahia, a TV Rádio Clube de Pernambuco, a TV Ceará, a TV Marajoara de Belém, a TV Brasília, a TV Rádio Clube de Goiás, a TV Vitória, a TV Borborema de João Pessoa e a TV Mariano Procópio de Juiz de Fora” (NASSER, 1965, p.68).

Um alerta geral sacudiu todos os homens de rádio e televisão do País que, instantaneamente, convocados por Calmon na qualidade de Presidente do Sindicato das Empresas de Radiodifusão, convergiram rapidamente para Brasília (...). De novo, o jornalista que se experimentara em reunir gente em torno de instituições ameaçadas de colapso fazia nova convocação, agora já diretamente em defesa das liberdades públicas (...). Reunidos no Hotel Nacional de Brasília, numerosos dirigentes de emissoras de todo o País, informados por Calmon de tudo o que se passava e de que forma terrível para a Nação tudo poderia terminar, tomaram a decisão da ação visando a uma vitória que a todos pareceria quase impossível: derrubar um a um os 52 vetos presidenciais! (NASSER, 1965, p.73).

Seguiram-se iniciativas e contatos, por parte de João Calmon, junto a vários grupos e partidos políticos. Assim como ele, cada dirigente de emissora ficou encarregado de levar aos parlamentares amigos e correligionários a sua posição sobre as consequências da aprovação do Código com todos os vetos impostos por Goulart, que demonstrariam a “deslealdade” do presidente para com a Nação. A articulação junto ao Congresso Nacional fez com que todos os vetos fossem derrubados e o Código aprovado em sua integralidade. Deste episódio, surgiu a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), da qual Calmon foi eleito presidente por aclamação<sup>86</sup>.

João Calmon presidiu a ABERT de 1962 a 1970. Nesse ínterim, em outubro de 1964, tomou a iniciativa da realização do III Congresso Brasileiro de Radiodifusão, que aprovou o Código de Ética do Rádio e da TV, que vigorou até 1980, quando o XII Congresso Brasileiro de Radiodifusão aprovou um novo estatuto, que sofreu várias alterações até a sua redação final, aprovada em 8 de julho de 1993.

Dada a “convivência que o jornalismo lhe proporcionara com os nomes mais famosos da política brasileira” (NASSER, 1965, p.78), desde os tempos em que viveu no Ceará, Calmon recebia convites para “entrar para a política”, mas somente em 1961 ele atende ao convite de deputados capixadas e concorreu ao cargo de deputado federal (PSD) pelo Espírito Santo nas eleições de 1962, sendo eleito com 34 mil votos. Essa vitória eleitoral lhe rendeu homenagens em Vitória (no Clube Saldanha da Gama) e em Fortaleza (no Náutico Atlético Cearense). Ao tomar posse na Câmara dos Deputados, em fevereiro de 1963, precisou se afastar da direção das rádios Tamoio e Tupi e da TV Tupi, uma vez que a legislação da época não permitia que um parlamentar ocupasse esse tipo de função. Mesmo assim, permaneceu como um dos seus principais acionistas.

---

<sup>86</sup> Maiores detalhes sobre o protagonismo de João de Medeiros Calmon na mobilização pela derrubada dos vetos de João Goulart e sobre a criação da ABERT podem ser encontrados em: <https://www.abert.org.br/web/index.php/quemsomosnew/menu1/histoabert>. Acesso em: 01/05/2019.

A querela política e pessoal entre João Calmon e Leonel Brizola citada acima se iniciou quando foi publicada uma nota em *O Jornal*, que tratava de uma luxuosa casa supostamente comprada por Brizola que, desconhecendo a mesma, passou a atacar os *Diários Associados* pela nota falsa<sup>87</sup>. João Calmon respondeu ao ataque, e Brizola, numa tréplica, o desafiou para um debate público na televisão. O debate, ocorrido na noite de 3 de junho de 1963, foi “uma batalha decisiva para a vitória da Democracia no Brasil” (NASSER, 1965, p.142), que levou Calmon a ser saudado como “um dos autênticos líderes da democracia brasileira” (NASSER, 1965, p.197).

A rivalidade entre Calmon e Brizola persistiu e, quando Brizola anunciou uma marcha para Brasília, Calmon revidou dizendo que rivalizaria fazendo a “Marcha Democrática para Brasília”. Ambas não ocorreram. Mas, estando Brizola constantemente nos microfones da Rádio Mayrink Veiga fazendo os seus pronunciamentos políticos, Calmon decidiu novamente fazer-lhe oposição no mesmo terreno, e idealizou assim a “Rede da Democracia<sup>88</sup>”, pela qual falavam “todas as noites, as figuras mais representativas das forças democráticas do Brasil, desde líderes operários até dirigentes de poderosas organizações da livre empresa” (NASSER, 1965, p.199). Por essa mobilização política e midiática, ele é considerado pelo seu biógrafo como “um dos comandantes civis da Revolução de Março” (NASSER, 1965, p.201), chegando mesmo a ser cotado para a presidência e vice-presidência da República.

Antes mesmo de ser deflagrado o movimento de março de 1964, João Calmon atingira uma posição tal, de prestígio e de força política perante o povo e as elites do País, que seu nome foi escolhido, unânimemente, na convenção nacional de um dos quatro maiores partidos brasileiros – o PSP –, para ser candidato a vice-presidente da República. E Calmon não tinha ainda nem um ano completo de atividade política... Essa evidente projeção de liderança se confirmou logo em seguida e várias vezes, inclusive quando seu nome esteve na lista tríplice do PSD para a presidência da Câmara dos Deputados, e, depois, quando o Diretório Regional do PSD do Espírito Santo o indicou, oficialmente, à direção nacional do partido, como candidato à Presidência da República nas próximas eleições (NASSER, 1965, p.199).

---

<sup>87</sup> Esse confronto pode ser melhor compreendido se inserido num contexto mais amplo, qual seja, o das relações entre veículos de comunicação e facções políticas no Brasil. Os *Diários Associados* e seu fundador mantinham uma relação instável e de equilíbrio frágil com a facção capitaneada por Getúlio Vargas. Chateaubriand “cobrava caro” para apoiar o governo Vargas. Pelo menos em parte, o apoio vacilante a Vargas se devia ao fato de “Chatô” ter apoiado a Revolução Constitucionalista de 1932. Com a derrota do movimento, o líder dos *Diários Associados* se viu forçado a uma composição com o grupo getulista, para não perder os seus jornais, e, tempos depois, migraria para a oposição, onde teria protagonismo na mobilização antigetulista capitaneada na imprensa por Carlos Lacerda (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.105-110). Para a relação dos *Diários Associados* com facções políticas, particularmente no estado de Minas Gerais, ver Grill e Reis (2016, p.57).

<sup>88</sup> Cadeia formada por mais de cem emissoras de todos os estados do país, transmitia diariamente programas políticos de ataque ao governo Goulart, nos quais o acusavam de por em risco o regime democrático. Para maiores detalhes sobre a Rede da Democracia e suas relações com o golpe militar de 1964, ver Silva (2008).



Apesar da indicação pessedista do nome de Calmon para concorrer à vice-presidência da República na chapa encabeçada por Ademar de Barros, então governador de São Paulo, ela acabou não se concretizando devido ao golpe de 1964, que depôs João Goulart e colocou Castelo Branco na presidência, “eleito” pelo Congresso Nacional. Em 1965, foi um dos primeiros políticos do PSD a integrar o Bloco Parlamentar Revolucionário (BPR), que reunia 184 deputados e tinha por objetivo fazer frente à candidatura à reeleição da presidência da Câmara dos Deputados por parte de Ranieri Mazzilli, o que levou Olavo Bilac Pinto (UDN) a derrotar Mazzilli na disputa pela presidência. Com a promulgação do AI-2 e a instituição do bipartidarismo, em 1966<sup>89</sup>, ano em que foi reeleito deputado federal, Calmon passou a integrar a ARENA, assumindo a presidência da seção estadual do Espírito Santo.

Algumas das posições políticas de Calmon foram apresentadas em livros de sua autoria, como “Duas Invasões”, publicado em 1966, em que denuncia a “infiltração comunista” no governo de João Goulart, e “O livro negro da invasão branca”, publicado no mesmo ano, e no qual trata da luta contra a entrada do capital estrangeiro na área da comunicação<sup>90</sup>. Este último livro, em particular, representa uma tomada de posição contra a ascensão do jornal O Globo, que concorrente direto de O Jornal, que começava a montar uma rede de televisão com suposta participação do grupo norte-americano *Time-Life*.

Ao longo da sua carreira participou de inúmeros fóruns internacionais, seja na condição de político e membros de comissões que integrou no Congresso Nacional, como as de Relações Exteriores e de Educação e Cultura, ou de representante das entidades da área de comunicação, como no caso em que, na condição de presidente da ABERT, participou da conferência da *National Association of Broadcasters*, realizada em Chicago em 1968. Nesse mesmo ano, em abril, com a morte de Assis Chateaubriand, foi eleito presidente do condomínio acionário, o que foi motivo de protesto e ações judiciais por parte dos herdeiros de Chateaubriand, nas quais contestavam a apropriação dos bens da família pela presidência dos Diários Associados.

Em 1970, é eleito senador, também pelo Espírito Santo, ainda na ARENA, cargo para o qual será reeleito sucessivas vezes até 1995, quando termina seu último mandato no

---

<sup>89</sup> Para uma visão geral sobre o período da ditadura militar no Brasil, consultar Fausto (2012, p.395-438).

<sup>90</sup> Além destes livros, publicou “História de uma proposta de emenda à Constituição” (1976), onde detalha todo o processo que levou à criação da chamada “emenda Calmon”, que propunha a vinculação de 12% da receita da União e 24% das receitas dos estados e municípios para a educação; “A educação e o milagre brasileiro” (1974); “Prioridade para os alicerces da educação” (1976) e; “Minhas bandeiras de Luta” (1999), seu livro de memórias, pela Fundação Assis Chateaubriand.

Senado<sup>91</sup>, onde ainda continuou a atuar, na condição de assessor. Em 1974, 1977 e 1980 é reeleito para a presidência do condomínio acionário, à qual renuncia, num processo que se iniciou com a crise dos Diários Associados deflagrada a partir da morte de Chateaubriand, que se aprofundou com o fechamento de O Jornal, primeiro órgão do grupo, em 1974, a extinção das revistas O Cruzeiro e A Cigarra, em 1975 e, finalmente, com a negativa do governo em renovar a concessão para o funcionamento de 12 estações de rádio e de televisão do grupo, que foram assim obrigadas a encerrar as suas atividades. A renúncia se deveu também às acusações feitas por Gilberto Chateaubriand, filho de “Chatô”, de que a dilapidação do “império Associado” era de sua responsabilidade. Ainda seguiu como membro vitalício da comissão executiva do condomínio.

Ainda que os dados disponíveis não permitam ir mais longe nesse sentido, resta em aberto a possibilidade não negligenciável de que parte das relações e inserções de Rosental Calmon Alves se deva à “herança” do patrimônio (entendido de modo amplo) acumulado por seu tio, além do capital simbólico ligado ao fato de “ser um Calmon”, que pode tê-lo favorecido, mesmo de modo indireto, em diferentes momentos da sua carreira profissional. Esta possibilidade remete a achados de pesquisa que identificam no “grupo familiar” um dos níveis mais imediatos para o estabelecimento de condições de acumulação e conversão de capital social na conformação de carreiras entre “elites profissionais<sup>92</sup>” (CORADINI, 1997a, p.435).

### 2.2.2 O “vírus internacional”

Pelo menos em parte descendente do patronato da imprensa nacional, Rosental Alves pode ser considerado também como um “cosmopolita enraizado” (SIMÉANT, 2009, p.558). Parte do período da sua formação superior tem uma centralidade particular, com repercussões duradouras no seu trajeto profissional. Durante o ano de 1975, se desloca para Madri, para fazer um curso de “produção pra rádio e televisão” na *Escuela Oficial de Radiodifusión y Televisión*. A durabilidade dos efeitos dessa experiência se devem menos aos conhecimentos adquiridos escolarmente, do que à própria experiência de residir em outro país.

---

<sup>91</sup> Com a extinção do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979, filiou-se ao PDS, partido governista. Com a abertura política, em 1984 filia-se ao MDB e apoia a candidatura de Tancredo Neves. Nesse ínterim, em 1974, foi o orador oficial do Senado na sessão em que se comemorava o décimo aniversário do golpe de 1964.

<sup>92</sup> Para análises sobre peso do “nome de família” e as condições de sua apropriação e usos em diferentes esferas, ver, entre outros, Canêdo (1991), Le Bart (1992), Offerlé (1993), Saint-Martin (1993), Grill (2008a e 2008b) e Lima (2012). Para a noção de “patrimônio político familiar”, ver o trabalho de Briquet (1992, p.159).

Foi um período importante pra mim, não tanto pelo curso, mas foi onde eu fui contaminado pelo vírus internacional (...). Foi um período interessante, porque tinha havido a Revolução Portuguesa, e o Franco ainda tava morrendo<sup>93</sup> (...). Pra mim, foi mais importante a oportunidade de trabalhar como correspondente, escrever pro Jornal do Brasil e pra rádio Jornal do Brasil enquanto eu tava lá do que as aulas que eu tava tendo, embora fosse num campus universitário (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 15 jun. 2016).

O jornalista encerra provisoriamente suas atividades jornalísticas e docentes no Brasil para, no final de 1978, retornar para Madri, desta vez como correspondente internacional para o jornal e para a rádio Jornal do Brasil, com apenas 27 anos de idade, adentrando assim uma das searas profissionais mais cobiçadas no jornalismo, que faz parte do que alguns consideram como sendo a “elite da elite” da profissão, geralmente ocupada por “cidadãos do mundo” (SILVA, 2001; DEMENECK, 2016, p. 105).

Em um estudo que se pretende uma análise da história, da rotina e do “estilo de vida” dos correspondentes internacionais, Carlos Eduardo Lins da Silva (2011), ele mesmo correspondente pela Folha de S.Paulo nos Estados Unidos em três ocasiões, afirma que a ocupação do correspondente internacional se assemelha à do diplomata e do executivo de negócios, e é uma das figuras mais típicas da “globalização”. Ainda de acordo com Silva (2011, p.10-11), o “período áureo” da correspondência internacional no Brasil foi entre finais dos anos 1960 e a década de 1990, justamente o período em que Rosental Alves passa a assumir estas funções. Destaca que, para ser um correspondente bem-sucedido, é preciso determinados “traços de personalidade” e um “estado de mente” específicos, além de elevado capital cultural, geralmente “cosmopolita” (fluência em idiomas estrangeiros, viagens na juventude, estudos em boas escolas, extração social razoavelmente elevada) e simbólico (geralmente são jornalistas que já atingiram alguma notoriedade no seu país). O convívio com pessoas de “fama e poder” dá aos correspondentes a possibilidade de que eles mesmos se sobressaiam socialmente, dado o capital social assim acumulado. Podem ser considerados integrantes de uma “elite intelectual”. Por fim, deve ter a capacidade de traduzir “realidades” estrangeiras para o público do seu país natal, o que demanda um conhecimento acurado da cultura e das instituições do país no qual se encontra.

A tônica da sua carreira passa a ser então o trabalho como correspondente internacional, sempre para o Jornal do Brasil: Madri (1979), Buenos Aires (1979-1982), Cidade do México<sup>94</sup> (1982-1984), Buenos Aires (1985-1987) e Washington<sup>95</sup> (1988-1990).

---

<sup>93</sup> É particularmente frequente entre jornalistas a correlação espontânea da sua biografia com “grandes acontecimentos” que lhes foram contemporâneos. Este é um elemento que reforça as representações correntes dos jornalistas como “testemunhas da história” (SOUZA, 2010, p.98).

<sup>94</sup> Correspondente do México e da América Central.

Dentro do período que compreende o final dos anos 1970 e o início dos anos 1990, apenas na passagem entre os anos de 1984 e 1985 Alves retomou suas atividades profissionais no Brasil, tanto jornalísticas quanto docentes, como editor assistente da revista *Veja*, em São Paulo, e, novamente, como professor-assistente de jornalismo na UFF.

Como correspondente, Alves cobriu vários acontecimentos, os quais ele mesmo destaca no seu currículo profissional, não apenas relacionados à América Latina, tais como: a “consolidação da democracia” e o terrorismo, na Espanha (1979); a “Guerra Suja” e a guerra das Malvinas, na Argentina (1979-1982); golpes de Estado, na Bolívia (1979-1982); crise econômica, no México (1982); crise da dívida na América Latina (1982-1990); guerra civil em El Salvador (1982-1984 e 1989); a guerra dos “contras”, na Nicarágua (1983-1984); reforma econômica, em Cuba (1986); tráfico de drogas, na Colômbia, Peru e Bolívia (1979-1983 e 1988-1990); campanha presidencial norte-americana de 1988; e a guerra do Golfo (1990).

Pouco antes de iniciar as suas atividades como correspondente em Washington, Alves foi o primeiro brasileiro a receber uma bolsa da *Nieman Foundation for Journalism*, em Harvard, onde estudou durante o ano letivo de 1987-1988 sobre política americana e sobre os impactos da “revolução digital” no jornalismo, algo que, a partir de então, seria um dos seus principais interesses. A bolsa Nieman é considerada “a mais prestigiada bolsa de estudos de jornalismo do mundo<sup>96</sup>”. Quanto a isso, é razoável considerar os efeitos de pré-seleção social que o acesso a este tipo de oportunidade implica em um país como o Brasil<sup>97</sup>. Sua passagem por Harvard e os aprendizados ali obtidos podem ser melhor compreendidos a partir de um “memorial” que Alves escreveu a respeito:

Cheguei para o meu *Nieman year* com uma promessa do meu editor de que depois de Madri, Buenos Aires, México e uma segunda turnê em Buenos Aires, eu seria finalmente enviado para Washington, D.C., no final do meu *fellowship*. Meu sonho na época era me tornar um correspondente do *Jornal do Brasil* em Washington. Eu estava cansado, depois de quase uma década cobrindo crises, golpes, guerras e terremotos na América Latina, então usei meu tempo em Harvard para me preparar para Washington. Eu estudei política americana. Meu sonho de finalmente ter uma posição no Primeiro Mundo surgiu, mas achei chato. Não demorou muito tempo para eu sentir falta da cobertura das crises, golpes, guerras e terremotos. Deixei meu coração na América Latina, mas encontrei outra paixão, surpreendente, durante meu ano Nieman. Andrew Lippman visitou nossa turma apenas dois anos depois de co-fundar o *Media Lab* do *Massachusetts Institute of Technology*. Fiquei fascinado com

<sup>95</sup> Tanto no seu retorno a Buenos Aires quanto em Washington, além de correspondente, Rosental Alves foi chefe das respectivas sucursais.

<sup>96</sup> <https://ABRAJI.org.br/noticias/rosental-calmon-alves-uma-vida-dedicada-ao-jornalismo>. Acesso em: 17/10/2018.

<sup>97</sup> Para o caso da Universidade da Europa Central (CEU) e o caráter limitado do seu recrutamento de cidadãos de países do Leste europeu a partir do final dos anos 1980, ver o trabalho de Guilhot (2004, p.44-45).

as previsões de Andy sobre o enorme impacto que as tecnologias digitais teriam na indústria da mídia (...). Quando voltei ao Rio como editor, em 1991, lancei o primeiro serviço de notícias financeiras em tempo real em computador. No início de 1995, lancei a primeira edição brasileira de um jornal na internet<sup>98</sup>. Eu trouxe essa paixão de volta aos EUA em 1996, quando me mudei para Austin e comecei o primeiro curso de jornalismo *online* da Universidade do Texas. Criei uma conferência global sobre o assunto e me tornei um evangelizador do *newsroom* digital<sup>99</sup>.

Terminado o seu período como correspondente, retorna ao Brasil e assume a função de editor de Cidades (1990-1992), de diretor da sucursal do Brasília (1992-1993) e de editor-executivo, no Rio de Janeiro (1991-1995). Todas estas funções exercidas no Jornal do Brasil. Em 1994, funda o grupo editorial ANJ, a convite de Jayme Sirotsky, então em sua segunda presidência da associação patronal. O grupo reunia editores de jornais de todo o país. Afirma que, nesse momento, começou a adquirir experiência com “organizar jornalistas”, iniciativa à qual se dedicaria com o passar dos anos, e pela qual se notabilizaria nos meios jornalísticos das Américas.

Em 1996, como se depreende da citação acima, migra novamente para os Estados Unidos, desta vez para Austin (Texas), onde fixa residência. À época da entrevista, portanto, já residia naquele país há 20 anos, tendo inclusive dupla nacionalidade. A migração não foi apenas de país, mas de ofício. Embora tenha conciliado durante a maior parte da sua carreira o jornalismo e a docência, desta vez, nos seus termos, fez a passagem definitiva do “*newsroom*” para o “*classroom*”: “Eu sou um infiltrado na academia”, diz.

Como destacam Dezalay e Garth (2002, p.31), parte importante das estratégias internacionais são estratégias *savantes*, que envolvem a aquisição de técnicas e saberes, mas também de um capital simbólico ligado às relações cosmopolitas e às instituições estrangeiras, que permitem operar legitimamente a “corretagem” nas relações de importação-exportação simbólicas. Os saberes e notoriedade assim adquiridos são tanto mais eficazes nas estratégias internacionais quanto as hierarquias entre idiomas e países de origem e de expatriação tendem a favorecer os segundos.

Na sua análise dos *cadres* de empresas multinacionais, Wagner (1997, p.151) destaca o quanto, nas próprias trajetórias, esses agentes podem experimentar a hierarquia entre os países. A escolha do destino no estrangeiro condiciona o conjunto das escolhas profissionais posteriores. Esta hierarquia possui duas dimensões. A primeira é de ordem objetiva, e diz respeito à necessidade de se manter próximo dos lugares de poder, das redes de informações e

<sup>98</sup> Trata-se da edição *online* do Jornal do Brasil (JB Online).

<sup>99</sup> <https://niemanreports.org/articles/rosental-calmon-alves-nf-88/>. Acesso em: 03/05/2019.

de pessoas influentes, sob pena de ver se deteriorar o capital social acumulado e comprometer as evoluções da carreira. A segunda é de ordem simbólica, e se observa na predileção pelos países que “incarnam o futuro”: a passagem por países ditos “avançados” permite então antecipar transformações julgadas inelutáveis nos outros países, ou, pelo menos, desejáveis. Nesse sentido, para o caso do jornalismo investigativo, a tendência à internacionalização se dá majoritariamente rumo aos Estados Unidos, que aparece para muitos como uma passagem “necessária”, tanto pela aprendizagem ou aprimoramento na “língua internacional”, o inglês, quanto pelos contatos com agentes e instituições sediadas neste país. A variedade das demandas locais encontra assim interlocutores no Norte sem que, em muitos casos, a força hegemônica precise buscar impor seus produtos (DEZALAY e GARTH, 2002, p.161). Aqui, o “fascínio pela América” (BOLTANSKI, 1982, p.155-236), adquire todo o sentido, na medida em que se relaciona com a importação de tecnologias sociais e de modelos de excelência de origem norte-americana, com os amálgamas específicos que são produzidos no contexto local.

A sua passagem das redações (*newsroom*) para as salas de aulas (*classroom*) permite considerar Alves como um típico “prático *savant*” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.32-33), categoria híbrida que designa “universitários convertidos em empresários simbólicos ou, inversamente, profissionais que investem numa produção *savante* para aumentar sua notoriedade e sua credibilidade como consultores”.

Embora não tenha seguido estudos de pós-graduação, passou a integrar o corpo docente da Universidade do Texas, assumindo uma cátedra que foi criada com o objetivo inserir “jornalistas profissionais” nas universidades norte-americanas. Rosental Alves foi selecionado para ser titular da cátedra Knight de Jornalismo Internacional da Universidade do Texas em 1995, em meio a aproximadamente 200 candidatos<sup>100</sup>. A cátedra foi criada a partir de um *endowment* de \$1,5 milhões provindos da *James L. and John S. Knight Foundation*. Segue na mesma função desde março de 1996.

A *Knight Foundation* é uma “fundação privada e independente”, fundada pelos irmãos John e James Knight. Foi criada por volta de 1950. Originou-se da “crença da família Knight no valor da educação”. Seu progenitor, Charles Landon Knight, foi editor e *publisher*, e rotineiramente fornecia ajuda financeira a estudantes para o pagamento dos estudos superiores. Após o falecimento de Charles Knight, os irmãos estabeleceram o *Knight Memorial Education Fund*, em 1940, para seguir a “missão” do seu pai, ajudando estudantes

---

<sup>100</sup> <https://orbicom.ca/portfolio/calmon-alves-rosental/?lang=en>. Acesso em: 03/05/2019.

universitários da região de Akron, em Ohio. O fundo existiu até dezembro de 1950, quando seus ativos foram transferidos para a fundação recém-criada. Os irmãos, ambos editores e *publishers*, tal como seu pai, teriam criado a fundação “para promover a excelência no jornalismo e o sucesso das comunidades em que trabalhavam”.

John Knight, ganhador de um prêmio Pulitzer em 1968 por suas atividades como editor, herdou de seu pai o controle do veículo *Akron Beacon Journal*, em 1933, período imediatamente posterior à “crise de 1929”, marcado pela expansão do *Welfare State* e da política das grandes fundações privadas em prol da elaboração e implementação de uma “política social esclarecida” derivada de esforços na “pesquisa social”, com estreita cooperação entre elites de setores diversos (POLLAK, 2018, p.106). A partir daí, expandiu o empreendimento criando a corporação *Knight Newspapers, Inc.*, conglomerado de jornais espalhados pelo país. Em paralelo, Herman Ridder cria a *Ridder Publications, Inc.*, ao adquirir, décadas antes da iniciativa de John Knight, em 1892, um jornal que circulava nos Estados Unidos voltado para a comunidade de língua alemã, o *New Yorker Staats-Zeitung*. Com o aumento do sentimento anti-alemão no período entre-guerras, Ridder passa a investir em publicações em inglês, ao adquirir o *The Journal of Commerce*, em 1926.

O ano de 1974 representa um momento decisivo para a *Knight Newspapers*, quando ocorre a fusão desta com a *Ridder Publications, Inc.*, criando-se a *Knight-Ridder, Inc.*, que seria, por um breve período, a “maior empresa de jornais do país”. A fusão representou também a expansão da *Knight Foundation*. No início dos anos 1980, a *Knight Foundation* era a 21ª fundação dos Estados Unidos, com base no tamanho dos seus ativos. Em 1º de janeiro de 1993, seu nome foi alterado para o atual, *James L. and John S. Knight Foundation*, para homenagear a memória dos irmãos que a criaram. Um ano depois, a fundação foi incorporada ao estado da Flórida.

Em relação ao jornalismo, a fundação levou adiante o apoio à educação como uma “pedra angular” da sua atuação. Contribuiu então para estabelecer, recuperar ou fortalecer “alguns dos mais prestigiosos programas de bolsa de estudos para jornalistas”, em instituições como Harvard, Yale, Columbia, MIT, Michigan, Maryland e Stanford. Atualmente, a fundação apresenta como alguns dos seus “valores” o compromisso com a “excelência” do jornalismo na “era digital” e com os “laços com as comunidades” onde os irmãos Knight publicaram outrora seus jornais. A articulação desses dois pontos engendra a “filosofia” da fundação, que postula que “as comunidades informadas e engajadas são a chave para uma democracia saudável”. Atualmente, a *Knight Foundation* conta com um volume total de ativos em torno dos de \$2,4 bilhões, operando em quatro áreas principais: Jornalismo,

Comunidades, Artes e Inovação<sup>101</sup>. Segundo Benson (2018, p.4), esta instituição é hoje uma das principais fundações filantrópicas a investir em iniciativas jornalísticas nos Estados Unidos, ao lado de outras, tais como: *Bill and Melinda Gates Foundation*, *Ford Foundation*, *William and Flora Hewlerr Foundation*, *McArthur Foundation*, *Open Society Foundations*, *Rockefeller* e *Carnegie Corporation*.

Alves tomou conhecimento do processo seletivo em Austin ao ler um anúncio classificado na revista *The Economist*, que apresentava a notícia do recebimento do dinheiro pela universidade para a criação de uma *endowed chair*. Esse tipo de cátedra é criado a partir de um fundo fiduciário baseado na doação de alguma fundação ou doador individual que, pela ação, recebe o nome da cátedra. Após a doação, o dinheiro é aplicado e perpetuado, a universidade se limitando a utilizar apenas uma parte do valor.

Esse tipo de investimento de fundações filantrópicas norte-americanas em instituições de ensino não é uma estratégia recente, tampouco residual, que remete ao contexto de ebulição social imediatamente posterior à Guerra de Secessão, com os conflitos de classes daí decorrentes (GUILHOT, 2004, p.38-40). A própria *Knight Foundation*, como dito logo acima, surgiu com esse intento.

Como exigência para a submissão à seleção, a *Knight Foundation* demandava da universidade que aquele que fosse ocupar a cátedra fosse um “jornalista profissional” dotado de um “notório saber” comprovado e, que, além disso, tivesse *tenure*, que é “a promoção máxima de um *researcher*”, a ocupação vitalícia da cátedra, “parecida com a livre-docência no Brasil”. Outras *endowed chairs* pelo país também estabelecem estes critérios de pré-seleção.

Além da cátedra Knight, assumiu, em setembro de 2004, a cátedra UNESCO em Comunicação e, entre 1998 e 2006, liderou o *U.S. Latino and Latin American Studies Program*, ambos na mesma universidade. Sua atuação junto a esta segunda cátedra o levou a ser inclusive presidente do conselho da ORBICOM (2008-2012), entidade que reúne as cátedras UNESCO em Comunicação espalhadas pelo mundo. É ainda membro da diretoria e do conselho de várias organizações de jornalismo ao redor do globo, entre elas, o *Knight Foundation's Journalism Program* (Miami); o *Open Society Foundation's Media Program* (Londres); a *Nieman Foundation for Journalism* (Cambridge, EUA); o *International Consortium of Investigative Journalists* (Washington); e o *International News Safety Institute* (Londres).

---

<sup>101</sup> <https://knightfoundation.org/about/history/>. Acesso em: 19/06/2019.



### 2.2.3 Um jornalista *comprador*

Seguindo as pistas de pesquisa de Dezalay e Garth (2002), para compreender as imbricações entre o nacional e o internacional e as lógicas de importação-exportação de esquemas de entendimento, de saberes, de expertises e de instituições oriundos dos Estados Unidos, é preciso entender o papel central que ocupam nesses processos os *compradors* da ordem simbólica, que são os seus principais operadores. O *comprador* é aqui entendido tal qual nos autores supracitados, ou seja, como um *broker*, “um profissional que pode invocar a autoridade de um saber estrangeiro para ser mais confiável junto de seus compatriotas, suplicando para que esses discursos cosmopolitas considerem mais as especificidades de uma história nacional da qual ele se faz o porta-voz” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.16).

Grande parte da legitimidade adquirida por Alves se deve tanto aos investimentos profissionais no Brasil quanto à acumulação de um capital cosmopolita bastante diversificado, que lhe permite difundir modelos profissionais e institucionais de matriz norte-americana. Esse enquadramento analítico possibilita compreender como Rosental Calmon Alves se torna um verdadeiro “criador de instituições” de jornalistas em toda a América Latina, “um benemérito do jornalismo em termos globais<sup>102</sup>”, mobilizando os recursos, materiais e simbólicos, obtidos após a sua implantação definitiva nos Estados Unidos<sup>103</sup>: “As atividades diversificadas de Rosental fazem de sua vida uma itinerância continental: viaja o mundo o tempo todo” (TOGNOLLI, 2011, p.63).

Ao se mudar para Austin e iniciar as suas atividades docentes, Alves paralelamente começou a dar cursos pela América Latina, assim como a se aproximar de algumas organizações jornalísticas dos Estados Unidos, como a IRE (*Investigative Reporters and Editors*) e a ASNE (*American Society of Newspapers Editors*), esta última sendo uma organização de editores que se assemelhava ao trabalho desenvolvido por Alves junto à ANJ brasileira. Radicado nos Estados Unidos, Alves admirava o modelo institucional das entidades jornalísticas do país, “organizações (...) que não têm nenhum cunho sindical, nenhum cunho patronal, mas que se preocupam com a profissão, com a capacitação de jornalistas, com a

---

<sup>102</sup> <https://6congressoABRAJI.wordpress.com/homenagem-a-rosental/>. Acesso: 02/05/2019.

<sup>103</sup> Por suas iniciativas, recebeu em 2016 a medalha Maria Moors Cabot, nos Estados Unidos, que “é oferecida a jornalistas e organizações que promovem o entendimento interamericano por meio de reportagens e de trabalho editorial” (<https://ABRAJI.org.br/noticias/rosental-calmon-alves-ganha-premio-maria-moors-cabot>). Acesso em: 03/05/2019).

qualidade do jornalismo” (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

A partir do contato com estes modelos institucionais, idealizou a criação de uma organização de editores no Brasil, nos moldes da ASNE. Tentando operacionalizar a ideia, começou a levar editores de jornais brasileiros, entre eles Ali Kamel e Fernando Canzian, para os Estados Unidos. O objetivo era apresentar para eles a ASNE e tentar fomentar algo semelhante no seu país de origem. Participaram de uma reunião da associação. A empreitada não repercutiu tanto quanto seria necessário, e o projeto de uma associação de editores foi abandonado por Alves.

A expansão dos seus cursos e palestras por países da América Latina levaram-no a colaborar com entidades já existentes no continente latinoamericano. Trabalhou, por exemplo, com o escritor colombiano Gabriel García Márquez, que fundara no seu país, em 1995, a *Fundación Gabriel García Márquez para el Nuevo Periodismo Iberoamericano* (FNPI), instituição sem fins lucrativos que se atribui por missão “trabalhar pela excelência do jornalismo” e pela sua “contribuição para os processos de democracia e desenvolvimento dos países iberoamericanos e do Caribe”, por meio de seminários de formação, intercâmbio de jornalistas, colaboração entre redes e estímulos ao desenvolvimento profissional<sup>104</sup>. Devido a essa inserção, a *Knight Foundation* o procurou para saber como poderia financiar, de modo mais orgânico e sistemático, a difusão de práticas e concepções profissionais forjadas nos Estados Unidos para os países do Sul.

Eles [*Knight Foundation*] praticamente disseram: “Rosental, nós queremos expandir o Rosental. Como é que a gente pode fazer pra expandir o Rosental?”. Fizeram um *brainstorming*. Aí eu disse: “Ó, a gente podia criar um centro pra ajudar a liberdade de imprensa, o jornalistas na América Latina, com capacitação, melhorar os *standards* profissionais e éticos nos países” (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

Alves se mostrava obstinado em, de algum modo, “ajudar os jornalistas”, e, após a interpelação da *James L. and John S. Knight Foundation*, teria descoberto que a melhor forma de contribuir seria oferecendo treinamentos profissinais diversos pela América Latina, algo que ele já fazia de modo atomizado. Aceitando a sua proposta, no final do primeiro semestre de 2002 a *Knight Foundation* concedeu a Alves um *grant* de \$2 milhões para criar o *Knight Center for Journalism in the Americas*, um centro de extensão universitária “catalisador de produção jornalística em todos os continentes” (TOGNOLLI, 2011, p.63), ligado à

<sup>104</sup> [https://es.wikipedia.org/wiki/Fundaci%C3%B3n\\_Nuevo\\_Periodismo\\_Iberoamericano](https://es.wikipedia.org/wiki/Fundaci%C3%B3n_Nuevo_Periodismo_Iberoamericano). Acesso em: 18/06/2019.

Universidade do Texas. Entre as finalidades do centro recém-criado, estava oferecer treinamentos diversos, com destaque para o incentivo a jornalistas que demonstrassem interesse em criar organizações que se dedicassem, de modo “autossustentável”, a perpetuar esses treinamentos. Outro objetivo era a criação de um *website* com informações relativas ao jornalismo nas Américas e com um programa de cursos *online*. Além destes, estava a intenção de realizar conferências e estabelecer redes entre as organizações jornalísticas na América Latina e no Caribe.

De início, o *Knight Center* não se pretendia um projeto permanente. Estavam previstos quatro anos de atividades. Nesse meio-tempo, o *advisory board* do centro solicitou que Alves entrasse em contato com a *Knight Foundation*, para sondar a possibilidade de seguir com o projeto. Após os \$2 milhões iniciais, a fundação concedeu então outro *grant*, da ordem de \$1 milhão e 600 mil, para mais quatro anos. Em 2011, a fundação resolveu começar a retirar os seus investimentos dos centros baseados em universidades norte-americanas, suspendendo assim novos *grants* para o *Knight Center*. Anos depois, voltaram a doar, mas um volume menor, se comparado às cifras anteriores: \$600 mil.

Além de *grants* menores de outras fundações para projetos mais específicos, como a *Open Society Foundations*, o centro se financia por conferências e cursos *online*, sendo “o único programa de MOOCs (*Massive Open Online Courses*) para jornalistas no mundo”. Atualmente, o centro é classificado como um programa de capacitação profissional e extensão para jornalistas da América Latina e do Caribe. O principal objetivo é qualificar jornalistas, ajudando-os a desenvolver programas próprios de treinamento que “aumentem os níveis éticos e profissionais do jornalismo”. As atividades seguem também no sentido de fomentar organizações jornalísticas “independentes”, para, em última instância, contribuir para o “aprimoramento da liberdade de imprensa e da democracia no hemisfério<sup>105</sup>”.

(...) a ABRAJI foi o primeiro grande projeto do Centro Knight, porque eu comecei no dia 1º de junho oficialmente (...), e no dia 2 o Tim Lopes foi assassinado. E o Tim Lopes era o meu amigo, meu colega de jornal e tudo. E eu obviamente fiquei muito chocado, vim pro enterro, larguei tudo que eu tava fazendo lá e vim pra cá e... E aí comecei a pensar: “Porra, eu tô cheio de dinheiro aqui, fundando um centro...” (...). Eu era rico na época (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

---

<sup>105</sup> <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/>. Acesso em: 11/04/2016. “Esse centro é um dos mais bem sucedidos projetos para incentivar as boas práticas de reportagem nas Américas e influencia profissionais de todo o planeta” (<https://6congressoABRAJI.wordpress.com/homenagem-a-rosenal/>). Acesso em: 03/05/2019).

No mesmo mês do assassinato de Tim Lopes, Alves inicia a organização de um seminário, que teve por título “Jornalismo Investigativo: Ética, Técnicas e Perigos”, e que foi efetivamente realizado no Rio de Janeiro, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 2002. O custeio integral do evento veio do primeiro *grant* recebido pelo *Knight Center*. Segundo a narrativa oficial da instituição, “esse foi o evento onde a criação da ABRAJI começou a ser articulada<sup>106</sup>”.

Por ora, cabe apenas destacar que o êxito do primeiro “grande projeto” do *Knight Center* – a criação da ABRAJI – implicou numa reestruturação da cena jornalística brasileira, mas também latinoamericana, com o protagonismo do centro de extensão e do seu diretor, Rosental Calmon Alves.

(...) aí depois nasceu na Colômbia, na Argentina, no Peru... Se espalhou pela América Latina o movimento. E eles devem muito à ABRAJI, eles reconhecem muito que a ABRAJI foi uma fomentadora disso. E o Rosental é muito feliz, porque ele plantou uma semente aqui... O Marcelo Beraba era um grande incentivador (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 jun. 2016).

A partir da experiência brasileira, seguiu-se a difusão desse “modelo”, ele mesmo importado dos Estados Unidos, por outros países do continente sulamericano, sempre com a mediação de Rosental Alves, do *Knight Center*, e os *grants* da *Knight Foundation*: “(...) a ABRAJI deslanchou, e virou o meu modelo pros outros países” (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016). Até onde as informações disponíveis indicam, em pelo menos quatro países essa implantação se concretizou: Argentina (*Foro de Periodismo Argentino*<sup>107</sup>), no final de 2002; Colômbia (*Consejo de Redacción*<sup>108</sup>), em 2006; Paraguai (*Foro de Periodistas Paraguayos*<sup>109</sup>), em 2007; e Peru<sup>110</sup>. Antes desses países (e do próprio Brasil), associações voltadas para o jornalismo investigativo existiam apenas nos Estados Unidos (IRE, 1975) e no México (*Periodistas de Investigación*<sup>111</sup>).

<sup>106</sup> <https://ABRAJI.org.br/noticias/morte-de-tim-lopes-completa-tres-anos>. Acesso em: 02/05/2019.

<sup>107</sup> FOPEA (<https://www.fopea.org/15-anos-de-fopea/>). Acesso em: 03/05/2019).

<sup>108</sup> <https://consejoderedaccion.org/nosotros>. Acesso em: 03/05/2019. Sobre esta associação, Alves conta que: “Quando eu contei a história da ABRAJI pra esse cara [jornalista colombiano] na minha sala em Austin – [por]que ele tava viajando –, os olhinhos dele brilharam. Ele dizia: “Temos que fazer isso na Colômbia” – e fez” (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

<sup>109</sup> FOPEP (<http://fopep.org.py/historia/>). Acesso em: 03/05/2019).

<sup>110</sup> <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/aboutus>. Acesso em: 03/05/2019.

<sup>111</sup> Surgida em 1995, esta organização de jornalistas pretendia explicitamente se constituir enquanto uma “IRE mexicana”. Foi criada a partir da iniciativa de alguns sócios da IRE, tanto norte-americanos quanto mexicanos, com o intento de estabelecer “uma rede de repórter, editores, professores e estudantes de jornalismo comprometidos com o ideal da cooperação entre pares para contribuir em benefício do interesse público, mediante a melhora da profissão jornalística na América Latina”, e promover bandeiras como as liberdades de expressão e de imprensa nas américas Central e do Sul. A execução do projeto foi viabilizada por um *grant* da

O caráter multifacetado dos capitais detidos por Rosental Calmon Alves favoreceu a sua implantação bem sucedida no contexto universitário dos Estados Unidos e sua centralidade nos processos de importação-exportação de esquemas de entendimento relativos inseparavelmente ao jornalismo e à democracia nos moldes norte-americanos. Enquanto um “observador” da cena jornalística que se desenha nas últimas décadas nos países do Sul, ele mesmo faz uma avaliação, que implica um prognóstico, sobre as condições de sucesso da implantação local desses esquemas.

(...) o processo de construção da democracia e a emergência simultânea de uma forma de capitalismo imposta pela globalização estão criando condições para um jornalismo independente *à la Americaine* em toda a América Latina. Certamente, nenhum dos fatores que ajudaram a criar um jornalismo profissional e "objetivo" nos Estados Unidos podem ser encontrados na América Latina. Mas esses fatores estão surgindo agora, junto com o novo ambiente político e econômico (ALVES, 2005, p.200).

A herança familiar, a combinação precoce entre *newsroom* e *classroom*, a longa experiência como correspondente internacional e como editor de um dos maiores jornais brasileiros, por um lado, e as estratégias das fundações filantrópicas norte-americanas no sentido da influência nos processos sociais, profissionais e políticos que transcorrem nos países do Sul, por outro, aparecem como fatores convergentes, que explicam o êxito da empresa desse “cosmopolita enraizado”, considerado por alguns como sendo atualmente “o maior consultor de mídia do planeta” (TOGNOLLI, 2011, p.63).

As condições da implantação bem-sucedida no exterior e a conformação da sua posição enquanto agente central nas dinâmicas de importação de esquemas de entendimentos forjados nos Estados Unidos para a América Latina se explicam não tanto pelos conhecimentos obtidos em instituições de ensino, seja como aluno ou professor. Como analisam Dezalay e Garth (2002, p.53) para o caso dos juristas, as possibilidades de se elevar acima do simples exercício profissional requer geralmente um capital de relações sociais que não pode ser obtido na escola e que, no caso em pauta, remete ao grupo familiar e às relações tecidas no Brasil e no exterior ao longo da atuação profissional, particularmente na “nobre” condição de correspondente internacional em vários países.

Em parte semelhante ao caso analisado por Pollak (2018, p.103-104), o protagonismo assumido por Alves encontrou nos Estados Unidos condições propícias para se desenvolver. A proximidade estabelecida com a *Knight Foundation*, por meio da cátedra assumida na

Universidade do Texas, com as entidades jornalísticas dos Estados Unidos, o conhecimento do discurso ideológico dominante nos campus norte-americanos, assim como a notoriedade e autoridade advindas desses múltiplos contatos e inserções num país que ocupa posição hegemônica nas hierarquias internacionais permitem a este emigrado se apresentar legitimamente como emissário de uma série de “universais”. A combinação do registro internacional com as múltiplas funções ocupadas ao longo da carreira o credenciam a praticar sem riscos “a arte do jogo duplo” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.298), aumentando sua margem de manobra, justificando e consolidando o caráter incontornável e a *raison d’être* da sua própria posição de *courtier* na ordem simbólica.

A partir da condição reivindicada de “evangelizador” em prol “modernização” do jornalismo (particularmente em relação ao aspecto digital e tecnológico) e de um “organizador de jornalistas”, podemos apreender o papel ativo deste jornalista-universitário na multiplicação de instituições voltadas para o jornalismo investigativo na América Latina. Como dito acima, o principal significado contido na “modernização” do jornalismo é a sua adaptação e enquadramento em tendências observáveis principalmente nos países de matriz anglo-saxã. Esta concepção contribui para explicar o fato de muitos jornalistas partirem para estes locais em busca de “atualização”, de novos aprendizados, da “observação” de experiências e dos consequentes esforços para implementar o que foi visto e aprendido “lá fora” aos respectivos contextos nacionais de origem. Este é o caso de alguns dos jornalistas que, tal como Rosental Alves, tiveram protagonismo na fundação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e na consequente reconfiguração do espaço jornalístico nacional.

### 2.3 O pequeno mundo dos “medalhões” do jornalismo

“Ah, vocês vão fazer uma entidade de jornalismo investigativo? Ela é muito excludente” (...). As pessoas entenderam como uma exclusão a criação dessa entidade e que ela não seria abrangente para todos os jornalistas, o que, de fato, causou um certo ruído no começo. Até hoje ainda existe um resíduo desse tipo de interpretação (...), mas ela tem sido vencida. (Entrevista).

[Uma] coisa que era muito minha preocupação com a ABRAJI era que fosse nacional, que não fosse uma coisa de Rio-São Paulo (...) A grande coisa da ABRAJI é que ela é feita por alguns dos melhores repórteres investigativos do Brasil, gente que trabalha 12, 14 horas por dia (Entrevista).

“Ah, é um clube de jornalistas investigativos...”. Não é isso, pelo contrário: coincidiu de quem estive à frente disso, por muito tempo, são os medalhões do jornalismo, são jornalistas que fizeram uma carreira que é muito reconhecida (...). São todos jornalistas que são medalhões do jornalismo, que construíram um cenário de credibilidade. E eles que fundaram esse negócio. Então, ficou parecendo isso, mas não é (Entrevista).

Em alguns dos relatos coletados para esta tese, foi recorrente a menção ao caráter de “grupo” dos componentes da associação, seja se referindo a isso como uma afirmação ou como um mal-entendido difundido entre outros jornalistas que dela não fazem parte, e isso em se tratando principalmente dos que participaram das primeiras discussões que levariam à fundação da associação. Não é possível mensurar com clareza a extensão desse “núcleo” que participou do início do processo, uma vez que os relatos são também um tanto desencontrados, e as outras informações disponíveis não permitem avançar muito nesse sentido. No entanto, importa aqui menos a questão do número de profissionais envolvidos do que as narrativas que entendem a associação como um círculo mais restrito no jornalismo. Como os trechos citados no início deste tópico permitem depreender, parte do meio profissional não via com bons olhos o lugar que a nova associação ambicionava ocupar.

Esse tipo de percepção prevalece mesmo diante do fato de que parte dos esforços e das estratégias da associação se dêem no sentido de descentralizar e nacionalizar a sua atuação e influência<sup>112</sup>. Além disso, a ABRAJI almeja representar não apenas um “clube de jornalistas investigativos”, mas a toda a “boa” profissão, ou seja, aquilo que entendem como jornalismo “de qualidade”, que acaba sendo associado ao jornalismo investigativo<sup>113</sup>. A “boa” profissão: as defasagens e incompreensões relativas ao que significa ser um jornalista investigativo, ou, pelo menos, um profissional apto a integrar os quadros da associação tem impactos diretos sobre os critérios de entrada. Basicamente, tal como no encontro anual da instituição, dela podem fazer parte jornalistas e estudantes de jornalismo, desde que comprovem suas respectivas condições. Mas as indefinições que marcam o universo fazem com que o secretariado da instituição tenha que frequentemente lidar com pedidos de filiação de detetives particulares, por exemplo, que, para comprovar sua “atividade investigativa”, enviam fotos dos seus trabalhos. Embora negadas, apenas o fato da existência dessas solicitações é um bom indicativo dos “ruídos” que a criação da ABRAJI gerou e continuar a gerar, assim como da fluidez e imprecisão contidas na noção de “investigação”.

---

<sup>112</sup> Por exemplo, mais recentemente: <https://ABRAJI.org.br/noticias/ABRAJI-e-transparencia-internacional-vaoincentivar-o-jornalismo-investigativo-local>. Acesso em: 03/05/2019.

<sup>113</sup> No entanto, existem críticas à associação que se dirigem no sentido inverso, qual seja, de que ela estaria se desvirtuando do seu propósito original, e o seu relativo sucesso no meio profissional teria levado ao esvaziamento da sua proposta, de defesa do “bom” jornalismo investigativo, uma vez que se transformou num “modismo”, ao agregar aos seus debates e discussões jornalistas que não seriam dignos de pertencer a essa rubrica profissional: “Eu acho que a Abraji tá fugindo um pouco... Não sei, acho que, nos últimos congressos, eu fiquei um pouco decepcionada assim, porque virou muito modismo, entendeu? Muita gente que você vê que não faz esse tipo de trabalho de investigação, mas é da televisão, é não sei o quê, não sei o quê lá... E eles chamam lá pra dar palestra e tal, entendeu? Eu acho que, não sei... Sou um pouco crítica com eles assim” (Entrevista).

Nesta seção, avançamos a ideia de que pelo menos parte dessa percepção da ABRAJI enquanto um universo restrito deve-se a três fatores principais: 1) à densidade da rede de profissionais que, até onde pudemos identificar, participou ativamente do seu processo de criação e seguiu se revezando nas diretorias desde a sua fundação; 2) aos capitais simbólico e social individualmente acumulados por cada um dos “medalhões” e postos à serviço da instituição, que permitem legitimar o discurso de que a associação visa representar as boas práticas profissionais, sempre alinhada com as melhores tendências internacionais e; 3) ao fato de a ABRAJI constituir, pelo menos na sua origem, uma mobilização majoritariamente encampada pela chamada “grande imprensa” do eixo Rio-São Paulo, o que pode constituir fator de resistência para jornalistas situados em configurações menos estabelecidas, profissional e geograficamente. Em suma, é possível afirmar que o *noyau* que inicia e lidera as primeiras articulações da entidade em pauta fazia e faz parte da “elite” da profissão.

Quadro 3: Diretorias da ABRAJI (2003-2019)<sup>114</sup>

Período	Nome	Função
Fundação (2003)	Marcelo José Beraba	Presidente
	Adriana Carranca Corrêa	Vice-presidente
01/2004 a 12/2005	Marcelo José Beraba	Presidente
	Francisco Otavio Archila da Costa	Vice-presidente
	José Fernando Rodrigues	Diretor
	Cláudio Julio Tognolli	Diretor
	Liège Socorro Albuquerque Peres	Diretor
	José Roberto de Toledo Rosário	Diretor
	José Fernando Reis Molica	Diretor
01/2006 a 12/2007	Marcelo José Beraba	Presidente
	José Roberto de Toledo Rosário	Vice-presidente
	José Fernando Rodrigues	Diretor
	Cláudio Julio Tognolli	Diretor
	José Fernando Reis Molica	Diretor
	Angelina Silva Nunes	Diretora
	Plínio Antonio Bortolotti	Diretor
	Ana Estela de Sousa Pinto	Diretora
	Adriana Carranca Corrêa	Diretora
	Giovani Antonio Grizotti	Diretor
	Evandro Guimaro Spinelli	Diretor
	Eduardo Faustini	Diretor
	Ana Laura Diniz de Souza	Diretora
01/2008 a 12/2009	Angelina Silva Nunes	Presidente
	José Fernando Rodrigues	Vice-presidente
	Adriana Carranca Corrêa	Diretora
	Ana Estela de Sousa Pinto	Diretora

<sup>114</sup> Dados em parte cedidos pelo secretariado da associação. Apesar de constar entre os nomes da “fundação” (em 2003) apenas Marcelo José Beraba e Adriana Carranca Corrêa, o cruzamento com outra fonte informa que, em 2003, a diretoria era composta pelos seguintes nomes: Marcelo José Beraba (presidente), Francisco Otávio Archila da Costa (vice-presidente), José Fernando Rodrigues (diretor-executivo), José Fernando Reis Molica (diretor), Cláudio Julio Tognolli (diretor), José Roberto de Toledo Rosário (diretor) e Suzana Veríssimo (diretora) (LIDE, 2003, n.33, p. 10).



	Cláudio Julio Tognolli	Diretor
	José Fernando Reis Molica	Diretor
	Giovani Antonio Grizotti	Diretor
	Ivana Patrícia Moreira Ferrari	Diretora
	Liège Albuquerque Peres	Diretora
	Marcelo José Beraba	Diretora
	Plinio Antonio Bortolotti	Diretor
	Evandro Guimaro Spinelli	Diretor
	Eduardo Faustini	Diretor
	Stella Meneguel Siqueira	Diretora
01/2010 a 12/2011	José Fernando Rodrigues	Presidente
	Marcelo do Nascimento Moreira	Vice-presidente
	Alon Feuerwerker	Diretor
	Angelina Silva Nunes	Diretora
	Cláudio Julio Tognolli	Diretor
	Evandro Guimaro Spinelli	Diretor
	Ivana Patrícia Moreira Ferrari	Diretora
	Liège Albuquerque Peres	Diretora
	Plinio Antonio Bortolotti	Diretor
	Marcelo José Beraba	Diretor
	Mauri König	Diretor
	Ana Estela de Sousa Pinto	Diretora
	Thiago Herdy Lana	Diretor
	Luciana Kraemer da Silva	Diretora
01/2012 a 12/2013	Marcelo do Nascimento Moreira	Presidente
	José Roberto de Toledo Rosário	Vice-presidente
	José Fernando Rodrigues	Diretor
	Angelina Silva Nunes	Diretora
	Cláudio Julio Tognolli	Diretor
	Marcelo José Beraba	Diretor
	Mauri König	Diretor
	Ana Estela de Sousa Pinto	Diretora
	Paulo Oliveira	Diretor
	Luciana Kraemer da Silva	Diretora
	Thiago Herdy Lana	Diretor
	Liège Albuquerque Peres	Diretora
	James Alberti	Diretor
	Alana Roriz Rizzo Lobo	Diretora
01/2014 a 12/2015	José Roberto de Toledo Rosário	Presidente
	Thiago Herdy Lana	Vice-presidente
	Alana Roriz Rizzo Lobo	Diretora
	Claudio Julio Tognolli	Diretor
	José Fernando Reis Molica	Diretor
	Ivana Moreira	Diretora
	James Alberti	Diretor
	Maria Águida Menezes Aguiar	Diretora
	Mauri König	Diretor
	Paulo Oliveira	Diretor
	Vladimir de Almeida Leitão Netto	Diretor
	Bruno Boghossian	Conselheiro fiscal
	Daniela Fernandes José Arbex Soares	Conselheira fiscal
	Marcelo Ruschel Träsel	Conselheiro fiscal
01/2016 a 12/2017	Thiago Herdy Lana	Presidente
	Vladimir de Almeida Leitão Netto	Vice-presidente
	Alana Roriz Rizzo Lobo	Diretora
	Fabiana Moraes	Diretora
	Fábio Oliva	Diretor
	José Fernando Reis Molica	Diretor

	Letícia Boff Duarte	Diretora
	Marcelo Ruschel Träsel	Diretor
	Maria Águida Menezes Aguiar	Diretora
	Patrícia Campos Mello	Diretora
	Leandro Demori	Conselheiro fiscal
	Dimmi Barbosa Amora	Conselheiro fiscal
	Clayton Pascarelli	Conselheiro fiscal
01/2018 a 12/2019	Daniel Bramatti	Presidente
	Guilherme Amado	Vice-presidente
	Fabiana Moraes	Diretora
	Fábio Oliva	Diretor
	Gabriela Moreira	Diretora
	João Paulo Charleaux Roque	Diretor
	Juan Torres	Diretor
	Maria Águida Menezes Aguiar	Diretora
	Malu Gaspar	Diretora
	Marcelo Träsel	Diretor
	Vladimir de Almeida Leitão Netto	Diretor
	Leandro Demori	Conselheiro fiscal
	Sergio Spagnuolo	Conselheiro fiscal
	Thiago do Prado Afonso	Conselheiro fiscal

Como se pode depreender a partir da composição das sucessivas diretorias da ABRAJI, um conjunto de profissionais a compõem desde o início, alternando-se entre funções de presidente, vice-presidente e diretor, principalmente<sup>115</sup>. Inclusive observa-se um processo de “ascensão” na hierarquia interna. Em se considerando apenas as diretorias, excluindo outros fatores que poderiam ter interferido nesse processo, mas que a pesquisa não contemplou, é possível perceber que, no que diz respeito à posição de presidente, apenas Marcelo José Beraba, o primeiro a ocupar a função, e aquele que tomou a iniciativa de convidar colegas a discutir uma nova associação, redigindo a “certidão de nascimento” da ABRAJI, ocupou a presidência sem ter passado antes pela função de diretor. Todos os demais presidentes passaram pelo menos uma vez por alguma outra função, como a de diretor, com exceção de Marcelo do Nascimento Moreira, ou a de vice-presidente, com exceção de Angelina Silva Nunes. Seguindo na análise do quadro, é possível detalhar um pouco mais essas hierarquias. Com a exceção da primeira vice-presidência de José Roberto de Toledo Rosário, na diretoria do biênio 2006-2007, todos os outros ex-presidentes (inclusive o próprio José Roberto de Toledo Rosário, na sua segunda passagem pela vice-presidência) assumiram a presidência na gestão imediatamente seguinte. Os destaques, nesse sentido, são José Fernando Rodrigues e Thiago Herdy Lana (que não fazia parte do grupo inicial) que passaram pelas três funções em sequência, respectivamente: diretor (2004-2005 e 2006-2007; 2010-

<sup>115</sup> Todas as eleições das sucessivas diretorias foram realizadas com chapa única, eleita por aclamação.

2011 e 2012-2013), vice-presidente (2008-2009; 2014-2015) e presidente (2010-2011; 2016-2017).

Uma análise sociográfica desses agentes permitirá refinar essas indicações iniciais. Para fins de exposição, a opção feita foi por apresentar e analisar apenas os itinerários dos presidentes da associação, que já são suficientes para contemplar os propósitos aqui postulados. Por serem os porta-vozes da associação, são também os principais encarregados de expressar e trazer a público as representações que o “grupo” atribui a si mesmo e àqueles que dele fazem parte ao partilhar crenças e regras mais ou menos oficializadas e, conseqüentemente, universalizadas e legitimadas (BOURDIEU, 1996, p.218).

### 2.3.1 O articulador

Ainda que tenha começado na reportagem, a tônica da carreira de Marcelo José Beraba foi a ocupação de postos de direção e chefia de redações e sucursais de dois dos maiores jornais impressos do país, Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, posições de “liderança” que podem ter favorecido a sua busca por tentar mobilizar os jornalistas para “fazerem algo” em face do assassinato de Tim Lopes, em 2002. Beraba é considerado, junto com Rosental Calmon Alves, um dos principais responsáveis pelo processo inicial que levaria à criação da ABRAJI, em função da iniciativa que tomou de tentar articular jornalistas em torno da ideia de fundar uma nova entidade profissional. Foi ainda o primeiro presidente da associação (2003-2007).

Nascido no Rio de Janeiro em 1951, com 64 anos quando foi entrevistado<sup>116</sup>, e morador do bairro do Rio Comprido, era filho de um comerciante de jóias com ensino primário “autodidata”, que “lia muito, lá em casa tinha muitos livros, tinha todos os grandes escritores brasileiros”, e de mãe dona de casa com ensino médio completo. Cresceu num ambiente bastante marcado pela presença de jornais, particularmente O Globo, Jornal do Brasil e Jornal dos Sports, aos quais lia diariamente.

Sua formação básica foi realizada principalmente em escolas privadas, sendo uma parte dela em seminários, entre 1964 e 1966, primeiramente em Vila Velha, no Espírito Santo, e depois no interior do estado do Rio de Janeiro. Teria sido no seminário o início do seu interesse pelo jornalismo, onde produziu um “jornalzinho” e desenvolveu sua inclinação por literatura e escrita.

---

<sup>116</sup> Os dados coligidos a partir da sua entrevista foram aqui eventualmente complementados por outras informações contidas no relato que o mesmo cedeu para o Centro de Memória e Cultura do Jornalismo, em 2008.

Ao retornar para a capital fluminense, entrou no Colégio Santo Inácio<sup>117</sup>, em Botafogo, para os estudos secundários. Passou em primeiro lugar no vestibular para a Escola de Comunicação da UFRJ, no final de 1970, mas começou a trabalhar antes mesmo de iniciar a faculdade. Beraba era vizinho de um ex-repórter do jornal O Globo, que ainda trabalhava no jornal, mas em outro setor. As afinidades entre os dois – além do interesse por jornalismo, ambos foram seminaristas – fizeram com que o ex-repórter indicasse o nome de Marcelo Beraba para trabalhar naquele jornal, onde iniciou suas atividades em fevereiro de 1971, um mês antes do começo dos seus estudos superiores na área.

Durante boa parte da sua carreira profissional, a intersecção entre jornalismo e política esteve presente. Ainda como estudante secundarista, chegou a participar de passeatas, mas sem se ligar a nenhum movimento. No entanto, ao ingressar no universo das redações, se engajou rapidamente no movimento sindical, particularmente dedicado a constituir uma oposição ao chamado “pelego”, que ocupava a diretoria à época<sup>118</sup>. A diretoria “pelega” seria assim classificada porque não agiria em favor das redações, com posições políticas consideradas “reacionárias”. Inclui sua atuação sindical num movimento mais amplo, constituído por uma “rede de oposições sindicais” que lutava para “derrubar os pelegos no movimento sindical”. Nesse processo de engajamento, integrou ainda a uma organização de esquerda clandestina, a Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Além do sindicato, na sua “luta contra a ditadura” colaborou com periódicos da “imprensa alternativa” em paralelo às suas atividades profissionais formais em O Globo. Foi o caso dos jornais Movimento e Bagaço (KUCINSKI, 1991, p.70), por exemplo. Com maior ênfase, dedicou-se à produção do jornal Em Tempo, também considerado “alternativo”, “um jornal de frente, de esquerda”, do qual foi diretor da sucursal carioca no final dos anos 1970.

O jornal Em Tempo surge de um “racha” no jornal Movimento (este mesmo um produto do “racha” em Opinião), em 1977, em São Paulo. Este “racha” foi “um marco da reorganização das esquerdas brasileiras” (KUCINSKI, 1991, p.XVII). Assim como Movimento, era um projeto de alcance nacional, o que lhe gerou problemas financeiros com o tempo, algo muito comum entre os veículos “alternativos”. Em Tempo era constituído por “um conglomerado de forças heterogêneas”, tendo como ideólogo maior o sociólogo Francisco de Oliveira, autor de críticas ao que chamava de “saída elitista para a crise”. Francisco de Oliveira proclamava como tarefa do “campo popular” a atuação por uma “saída

---

<sup>117</sup> Instituição considerada “tradicional”, fundada em 1903, de caráter privado e pertencente à Companhia de Jesus.

<sup>118</sup> Trata-se do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, historicamente considerado um sindicato mais forte do que o sindicato estadual.

democrática”, que implicaria a “livre organização dos trabalhadores”. Esse foi o principal mote de Em Tempo, segundo Kucinski (1991, p.348).

A articulação da oposição sindical foi exitosa e o jornalista em questão ocupou a diretoria do sindicato em três ocasiões. Beraba participou da direção nas duas últimas, tendo sido vice-presidente do sindicato. Em 1984, disputa novamente, desta vez postulando a presidência da entidade, eleição na qual sua chapa é derrotada: “Aí, no que eu perdi a eleição, eu considerei que minha fase de participação no movimento sindical tava dada: nós tínhamos derrubado o pelego, tínhamos feito muitos movimentos (...). E tava dado que eu ia mergulhar na profissão sem divisão, inteiro” (Entrevista com Marcelo José Beraba, concedida em 15 mar. 2016).

Até 1984, portanto, conciliou as atividades jornalística e política. Trabalhou durante os anos 1970 em O Globo, migrando para a sucursal carioca da Folha de S.Paulo em outubro de 1984, no início do Projeto Folha, onde foi repórter, chefe de reportagem e diretor da sucursal. Permanece na sucursal carioca até 1988, ano em que vai para São Paulo, também pela Folha, começando como editor do caderno de Cidades. No começo de 1989, passa a ser o editor de política do jornal, particularmente do caderno “Diretas-Já”, quando cobriu a eleição presidencial. É promovido a secretário de redação do jornal em 1991, função na qual permanece até 1995. Nesse período, dirigiu a “equipe de jornalistas investigativos” do jornal na cobertura dos “escândalos” envolvendo o então presidente Fernando Collor de Mello e o tesoureiro da sua campanha, Paulo César Farias.

O seu interesse pelo jornalismo investigativo e a necessidade sentida de ver esse esquema de entendimento profissional melhor difundido e suas práticas correlatas mais estabelecidas no Brasil mostra-se anterior à criação da ABRAJI. Assim como Rosental Alves e outros presidentes da ABRAJI, Beraba foi um dos jornalistas brasileiros a operar como *courtier* ao empreender a importação, para o Brasil, de modelos e saberes profissionais majoritariamente gestados nos Estados Unidos.

Na década de 90 (acho que foi 94), eu fiz uma viagem pros Estados Unidos de três semanas, só visitando entidades que trabalhavam com investigação jornalística e tudo mais (em Washington, Nova Iorque, Tucson, Minneapolis, em vários lugares, Filadélfia e tudo mais), e implantei um monte de coisas na Folha: foi quando a gente criou um núcleo, que, naquela época, eram pessoas que gostavam...: Fernando Rodrigues participava, José Roberto de Toledo (...), Mario Cesar Carvalho (...), Frederico Vasconcelos (...), Elvira Lobato... Então, a gente criou um ambiente de discussão mais sistemático sobre isso (Entrevista com Marcelo José Beraba, concedida em 15 mar. 2016).

Retorna ao Rio de Janeiro depois de sete anos na capital paulista em função do convite que recebeu para ser o editor-executivo do Jornal do Brasil (1996-1998). Neste jornal, novamente empreende experiências no sentido de difundir o jornalismo investigativo entre os profissionais que comandava.

[Marcelo Beraba] já vinha da Folha de S.Paulo com muita experiência de matéria de profundidade, ele tinha já um sonho de criar isso. Então, a gente foi buscar... Antes da ABRAJI nascer, no Jornal do Brasil, ele trouxe jornalistas do México. Lá existia – acho que nem existe mais – uma associação chamada *Periodistas de Investigación*. Ele trouxe um cara de lá que deu uma oficina pra gente. A internet tava começando naquela época, então, jornalismo investigativo era aprender a usar a internet, aprender a usar Excel (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 mar. 2016).

No final de 1998 vai para a TV Globo, onde assume a função de editor-executivo do Jornal da Globo, que ocupa por mais ou menos um ano. Retorna para os impressos após convite da Folha de S.Paulo, novamente para assumir a sucursal carioca do jornal, que já havia dirigido entre 1985 e 1988. Dirige a sucursal entre 1999 e a primeira metade de 2004<sup>119</sup>, quando passa a ser o *ombudsman*<sup>120</sup> do jornal, até abril de 2007. Retorna para a sucursal do Folha no Rio após esse período, e lá fica até julho de 2008, quando atende a convite do jornal O Estado de S.Paulo para também dirigir a sua sucursal carioca. Em 2009, se desloca novamente para São Paulo, para dirigir a redação do “Estadão”. Em 2011, reassume a direção da sucursal do Rio de Janeiro do mesmo jornal, função que ainda ocupava em 2016. Além da vinculação sindical ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e à Federação Nacional dos Jornalistas, Beraba é ainda associado à *Investigative Reporters and Editors* (IRE), dos Estados Unidos.

### 2.3.2 “O prazer do ofício”

Presidente da ABRAJI no biênio 2008-2009, Angelina Silva Nunes é a primeira e até o momento única mulher a liderar a entidade. É também um dos seis jornalistas brasileiros a fazer parte do ICIJ, ONG de jornalistas investigativos que conta com 249 membros em mais de 90 países, que trabalham em cooperação em torno de investigações de caráter

---

<sup>119</sup> Beraba, ao longo deste período na Folha de S.Paulo, seguidamente compôs uma banca de jurados que avaliou os melhores trabalhos investigativos sobre casos de corrupção na América Latina, premiação promovida pela ONG Transparência Internacional e pelo IPYS.

<sup>120</sup> No seu período de *ombudsman*, Beraba recebeu, em 2005, um prêmio concedido pela “excelência em jornalismo”, concedido pelo *Internacional Center for Journalists* (ICFJ) e pelo *Knight Center*, em Washington (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0611200506.htm>). Acesso em: 04/05/2019).

transnacional. Filha de pai fuzileiro naval (músico), natural do interior de Sergipe, e mãe constureira, Nunes faz parte de uma família de seis irmãs, todas com ensino superior por universidades públicas. Seus progenitores não avançaram nos estudos, tendo cursado apenas o ensino fundamental, de onde provém parte da importância conferida aos investimentos educacionais das filhas: “(...) os pais dos meus pais tinham se separado, então eles tinham aquela coisa... Na verdade, nós fomos criadas para ser independentes e ter profissões e tal. Isso é interessante porque lá na frente isso vai influenciar a forma de trabalhar, a forma de encarar as coisas também” (Entrevista com Angelina Silva Nunes, concedida em 14 mar. 2016).

Carioca, residente inicialmente no município de Queimados, na Baixada Fluminense, estudava no “melhor colégio particular” da cidade vizinha, com bolsa. Por volta dos seus 15 anos, passa a estudar em Nova Iguaçu, também em escola particular e como bolsista. Em 1973, seu pai é transferido para Salvador, para onde segue toda a família. Pela primeira vez, as filhas do casal estudam em uma escola pública, o que teria representado uma experiência “diferente”. Nunes concluiu seu ensino médio na capital baiana. Inicialmente inclinada para a área de biologia, é influenciada por uma das irmãs, que já estudava Comunicação. Com 17 anos, entra no curso de Comunicação Social da UFBA, onde fez até o terceiro período. Por ser a mais nova da turma, conviveu com uma diversidade de pessoas mais velhas, entre elas “o cara que era presidente do sindicato dos bancários e era mega especialista em greve (...)”. Esse *mix* é interessante porque aí você começa a se interessar por outras coisas também”. Com o retorno do pai ao Rio de Janeiro, em 1977, volta a residir na Baixada, e continua a faculdade na UFRJ, na região da Urca, concluindo em 1982.

Dentro do curso, objetivava seguir carreira na publicidade, mas foi influenciada por um dos seus professores, Nilson Lage – um dos “teóricos” mais reconhecidos nos estudos da área de comunicação –, a seguir no jornalismo. Começou com um estágio em assessoria de imprensa na CVB, em 1982. Um ano após formada passa a ser repórter de vídeo da TVE-RJ e produtora e repórter da rádio MEC.

Segue em produção em reportagem de vídeo entre 1984 e 1985, desta vez trabalhando na TV Manchete. Até então com experiência principalmente no jornalismo televisivo, Nunes diz ter tido “sorte” ao trabalhar com jornalistas que vinham do jornal impresso, que teriam lhe ensinado a necessidade de uma “apuração mais profunda”, diferente da cobertura considerada “rasa” da televisão.

Em 1987, durante alguns meses, trabalhou em uma produtora de vídeo com coberturas voltadas para a temática ambiental. Anteriormente, suas pautas eram mais relacionadas a

cultura e entretenimento. Em novembro desse ano, faz uma prova de seleção e começa a fazer parte da redação de O Dia. Sua entrada no jornal se deu no contexto da migração de uma equipe do Jornal do Brasil, que foi para O Dia objetivando implantar um novo projeto gráfico e editorial. O Dia era visto como um jornal “sensacionalista”. A intenção era que o jornal continuasse popular, mas “um popular de qualidade”. Essa equipe buscou recrutar profissionais como “um novo perfil” que lhes auxiliassem nas mudanças que julgavam necessárias (NUNES, 2015, p.10).

Em O Dia, caiu na “vida real”, ao se tornar setorista da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, substituindo uma colega que se encontrava de férias. Começou esse trabalho “na marra”, devido à pouca familiaridade com o universo da política municipal. Passou a acompanhar diariamente as votações de projetos que tivessem interesse para o público do jornal, e os bastidores do Legislativo municipal, ao longo de pouco mais de quatro anos, até meados de 1991.

Como setorista da CMRJ, começou a se familiarizar com coberturas de denúncia relacionadas à administração pública, com suas especificidades, como a leitura e depuração do conteúdo do Diário Oficial da cidade para a produção de reportagens. O objetivo principal era de “trazer à tona os contratos irregulares, licitações de cartas marcadas e editais suspeitos (...). A descoberta do que era irregular e ilegal estampava com destaque a primeira página do jornal (...). Os sucessivos escândalos (...) contribuíram para o descrédito dos políticos” (NUNES, 2015, p.10-11). Passado um mês como setorista, foi efetivada na função, recebendo um aumento de salário. Com o passar do tempo, expandiu suas coberturas para a ALERJ, prefeitura e governo estadual, tribunais de contas e assim por diante.

Depois de dar muitos “furos” em O Dia, é convidada para ir para o jornal O Globo, em 1991, “por conta do meu trabalho”. Entra no jornal como repórter da editoria de Geral, que engloba assuntos variados, e não apenas as coberturas políticas às quais já estava habituada. Depois voltou a cobrir as casas legislativas, entre outras pautas (saúde, educação, exclusão social, etc.).

Na nova redação, conheceu uma jornalista que lhe ensinou a “ler Diário Oficial de uma outra forma”, lhe permitindo fazer matérias “mais profundas” em administração pública. Nove anos depois (2000), dentro do jornal, assume a função de editora-assistente e passa a comandar uma equipe de repórteres “investigativos” especializada em administração pública, composta por seis profissionais. Permaneceu 15 anos como editora dessa equipe, quando foi demitida do jornal.



No início da década de 2000, Nunes recebeu um convite para sair do jornal. Durante a negociação com o diretor de O Globo, incluiu uma especialização como condição para a sua permanência. O jornal possuía um convênio com o IUPERJ, e tinha direito a uma vaga para algum dos seus profissionais que manifestasse interesse. Assim, entre 2002 e 2003, fez uma especialização em políticas públicas e governo, período em que também deu aulas de “matérias práticas” (redação jornalística e projeto jornalístico) na UNESA, instituição privada de ensino superior. Também foi voluntária em projetos sociais, dando aulas em favelas, quando convidada.

Em 2006, ainda pelo jornal, fez um MBA em “formação de executivos Infoglobo”, no IBMEC, “que foi esse mesmo diretor que me colocou pra fazer”. Mais recentemente, realizou mestrado em Comunicação pela UERJ, concluído em 2015, com pesquisa sobre a “imprensa popular” do Rio de Janeiro. Após sair de O Globo, tornou-se professora da ESPM-Rio, ministrando um módulo sobre “metodologia da reportagem” na especialização em jornalismo investigativo da instituição. Iniciou ainda, em conjunto com outras jornalistas, um projeto jornalístico voltado para mulheres com mais de 50 anos.

A jornalista define o trabalho jornalístico como uma “carpintaria”, no qual “não há lugar para enganadores” (NUNES, 2011, p.27). Fazendo uso da chamada Reportagem com Auxílio do Computador (RAC), um dos trabalhos de Angelina Nunes que lhe rendeu notoriedade e reconhecimento profissional foi a série de reportagens “Homens de bens”, publicada pelo jornal O Globo, em 2004, “uma das mais premiadas reportagens investigativas do Brasil (...), um trabalho reconhecido e premiado dentro e fora do país e que ajudou a disseminar a RAC num tempo em que ela ainda não era tão conhecida” (TOLEDO, 2011, p.18). O trabalho recebeu o prêmio Esso do mesmo ano (BELOCH e FAGUNDES, 2006, p.170-171).

A série identificava a evolução patrimonial de deputados da ALERJ ao longo das legislaturas de 1996 e 2001. Entre os impactos da série está a abertura, pela Receita Federal, de uma investigação sobre as declarações de renda apresentadas pelos parlamentares do Rio de Janeiro, e a abertura de inquérito pelo Ministério Público, que acusou alguns políticos por enriquecimento ilícito. Além disso, outros jornais país afora, inspirados no trabalho de Nunes e equipe, fizeram levantamentos semelhantes durante eleições posteriores. A mesma equipe dirigida por Angelina Nunes, logo após, realizou o mesmo levantamento, desta vez focando nos vereadores, chegando a conclusões semelhantes. Antes delas, “já fiz matérias denunciando fraudadores e falcatruas e fiz isso com tudo documentado, com documentos que eu coletei durante a apuração” (NUNES, 2011, p.29).

### 2.3.3 Um jornalista “empreendedor”

Fundador e diretor de redação do portal Poder360 desde meados de 2016, José Fernando Rodrigues, 53 anos (2016), foi diretor (2004-2005, 2006-2007 e 2012-2013), vice-presidente (2008-2009) e presidente (2010-2011) da ABRAJI. Paulista nascido na cidade de São João da Boa Vista, morou a maior parte da vida em São Paulo, mas, em parte da sua juventude, residiu em São Caetano do Sul, na região do ABC paulista. Oriundo de uma “família de classe média remediada”, é descendente de imigrantes italianos (lado materno) e espanhóis (lado paterno) que chegaram ao país entre o final do século XIX e início do século XX e se instalaram no interior paulista, onde se ocuparam, basicamente, de atividades agrícolas e de comércio e serviços nas zonas urbanas. Seu pai, comerciário, não chegou a completar o ensino fundamental; sua mãe, dona de casa, possuía o ensino médio completo.

Não tem nenhuma influência familiar pra escolha da profissão de jornalismo. No meu caso, foi determinante o meio onde eu vivia, [por]que, quando eu era criança, eu morei no ABC (...), São Caetano do Sul. Era um momento de grande agitação política (anos 70...), de muita discussão e debate nas Comunidades Eclesiais de Base do bairro, que eram (...) núcleos políticos de debate na sociedade. Então, eu tinha muita influência, porque a região toda era muito católica, minha família também, aí você frequentava a igreja, tinha os grupos de debate... Ali ia se tomando conta do cenário... Havia censura ainda no Brasil (...). A minha rua era uma das artérias que iam em direção a São Bernardo do Campo, ali passavam os tanques de guerra quando tinha greve de metalúrgico, essas coisas. Então, [era] um cenário muito vibrante do ponto de vista político e, enfim, quem tava ali, evidentemente... Um jovem se sentia atraído pra saber o que tava acontecendo, e eu comecei a ter esse interesse por política, essas coisas daquela época (Entrevista com José Fernando Rodrigues, concedida em 13 out. 2016).

Rodrigues começou então a se familiarizar com a “política” por meio dos debates no interior de CEBs que se localizavam numa região do país que, entre os anos 1970 e 1980, condensou parte importante dos movimentos políticos que faziam frente ao regime militar. Se tornou então um “militante organizado”, tendo sido um dos fundadores e filiado ao Partido dos Trabalhadores, do qual se desfilou três anos depois: “Tenho lembranças muito vívidas desse período, a gente decidindo como ia ser o jornal do PT na cidade, a discussão do nome... Aquelas coisas intermináveis da esquerda (...). Eu era muito ligado a uma facção trotskista dentro do PT. E isso foi até 83, 84...<sup>121</sup>” (Entrevista com José Fernando Rodrigues, concedida em 13 out. 2016).

---

<sup>121</sup> Sobre as “greves do ABC”, a expansão das Comunidades Eclesiais de Base, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e o papel dos “intelectuais” nesses contextos, ver Pécaut (1990).

Seguiu atuando politicamente em outros períodos e instâncias: foi membro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e, no ensino superior, da União Nacional dos Estudantes (UNE). Antes de se tornar “organizado”, sua militância política era mais difusa e “superficial”. A intensificação dos seus engajamentos políticos se deu no final do ensino médio. À época, fez uma prova para concorrer a uma bolsa de estudos para um intercâmbio, para a qual foi aprovado. Concluiu então sua formação secundária no exterior (Bélgica) no ano escolar de 1980-1981. Esse período representou um “choque de cultura muito forte” para Rodrigues, que chegou a ser voluntário da Anistia Internacional durante essa temporada no exterior. Naquele país, particularmente devido à região em que se instalou (Flandres) adquiriu fluência em flamengo, “que na verdade é holandês com sotaque belga”: “Voltei falando *nederlands*”.

Ao regressar para o Brasil, faz vestibulares para Jornalismo em diferentes instituições, e opta por ingressar no curso de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, instituição de ensino privada, à qual escolheu porque dispunha de um curso noturno, pois precisava trabalhar durante o dia para custear a faculdade. Começa então a conciliar os estudos universitários, a intensa militância política e sua atividade profissional que, de início, não era em jornalismo.

Na busca por alguma fonte de renda, mobilizou o raro recurso que o aprendizado de um idioma “exótico”, relativamente raro e socialmente valorizado representava numa região do país de forte industrialização. Procurou por indústrias na região que fossem de origem holandesa, conseguindo um emprego no departamento de exportação da empresa Philips. O salário relativamente elevado pago pela multinacional permitiu pagar a sua faculdade e arcar com as demais despesas. Permaneceu na função por quatro anos.

Durante os três primeiros anos de faculdade, sua atuação política foi mais intensa a ponto de, por exemplo, prestar vestibular para outro curso na mesma universidade (Letras) “por razões políticas”: seu “grupo político” sentia que precisava “ter uma atuação mais forte” na faculdade de Letras, porque “não tinha ninguém lá”. Rodrigues então foi aprovado no vestibular para o curso exclusivamente para concorrer ao seu respectivo Centro Acadêmico, para também “ter uma influência lá” na outra faculdade. Ainda chegou a fazer disciplinas de latim e grego, mas foi jubilado, uma vez que os horários dos cursos de Jornalismo e Letras conflitavam.

Foi então diretor do Centro Acadêmico do curso de Jornalismo, e, numa leitura retrospectiva, sua militância política dentro e fora da universidade teria desempenhado um papel mais importante do que os conhecimentos obtidos nas cadeiras da faculdade. O pouco

peso do diploma em jornalismo, ou da passagem pela faculdade, para a atestação de competências profissionais é um elemento bastante frequente entre os membros das diretorias da ABRAJI.

(...) eu nunca deixo de dizer que foi fundamental e decisivo na minha formação o período em que eu fui militante organizado (...). A gente tinha reuniões regulares, toda semana a gente tinha um texto pra discutir, toda semana tinha que ler coisas, se posicionar contra ou a favor, aceitar o debate... Então, foi um período muito rico, muito fértil na minha formação (...). Isso supria, em certa medida, a deficiência do curso de Jornalismo, que é um curso (...) praticamente inútil (...). O curso era ruim, mas pelo menos tinha a atividade toda política em volta que nos permitia ter essa formação necessária (Entrevista com José Fernando Rodrigues, concedida em 13 out. 2016).

No seu último ano de faculdade, seu engajamento político foi se “liquefazendo”, uma vez que foi virando “um profissional do jornalismo”. O caso de Fernando Rodrigues permite vislumbrar um ponto que é bastante recorrente nos perfis dos jornalistas “investigativos”. Para aqueles que apresentam algum registro de vinculação partidária e participação política mais “orgânica” e sistemática em momentos anteriores do trajeto, a entrada ou intensificação do investimento profissional frequentemente representam o abandono da militância organizada ou, para utilizar os termos de Agrikoliansky (2017, p.175), uma “recusa das lógicas da profissionalização política e dos compromissos que ela exige”. A justificção corriqueira para esse tipo de movimento biográfico é o da incompatibilidade entre as atividades jornalística e política. Contudo, como é possível observar, o abandono do engajamento em organizações político-partidárias não implica uma “despolíticação”, no sentido do esforço para abdicar dos aprendizados e principalmente das relações estabelecidas nos círculos de militância. Ocorre, na maioria das vezes, o contrário, isto é, o destaque para o quanto a atuação política pregressa foi importante para o desenrolar posterior da carreira. A saída da militância organizada aparece muito mais como uma busca pela legitimação da posição e do exercício profissional, no sentido de “não ter lado”, de ser “isento”, etc.

Além das continuidades, já destacadas anteriormente, que podem existir entre o jornalismo e a atividade política (DOGAN, 1999; WEBER, 2002; CORADINI, 2001, 2006), muitos jornalistas encontram nas suas atuais fontes ex-colegas de partido ou militância que, ao contrário deles, se profissionalizaram em atividades políticas. É razoável considerar que muitos jornalistas que atualmente cobrem os mundos político, sindical, empresarial, etc., contam com contatos que antecedem ao ingresso na profissão, e conseqüentemente, à estrita relação jornalista-fonte.

Ainda na empresa Philips, utilizava parte do expediente para fazer “*freelas*” de jornalismo, por telefone, para veículos como Diário do Grande ABC e Folha de S.Paulo, em 1985. Ao se formar, pede demissão da empresa e vira “jornalista de verdade”, passando a se dedicar exclusivamente à profissão. No Diário do Grande ABC, desempenhava a função de crítico de teatro, escrevendo duas ou três críticas semanais sobre os espetáculos que assistia, “mas depois que eu comecei a trabalhar em outras áreas, como repórter, eu acho que eu sempre tive um trabalho muito voltado e concentrado em investigar de maneira profunda os temas” (Entrevista com José Fernando Rodrigues, concedida em 13 out. 2016).

Ainda que talvez seja enviesada em termos de uma imposição de problemática, é interessante notar a associação que Rodrigues faz entre as suas atuações políticas anteriores e o desenvolvimento posterior da sua carreira. O jornalista em questão foi um dos que solicitou saber um pouco mais a respeito do trabalho, das perguntas da pesquisa, etc. Atendendo à sua demanda, a explicação girou em torno de algumas hipóteses mais gerais quanto a eventuais correlações entre engajamentos políticos e o desempenho de um jornalismo mais “crítico” e “investigativo”. Interessado e provocado pela explicação, Rodrigues iniciou seu raciocínio a respeito:

Eu acredito que todos os jovens que (...) têm alguma atuação ou engajamento político (com os movimentos, em causas que não são apenas as do curso...), esses que têm alguma atuação política (...) tendem a ser pessoas mais interessadas em ter uma visão cósmica (no sentido de ampla) da sociedade, uma visão um pouco mais crítica, e de fato vão tender a ficar mais compelidos a esse tipo de atividade. (...) É uma boa teoria essa aí, a do professor francês que você citou, mas eu acredito que isso possa valer pra Engenharia, pra Medicina, pra Arquitetura, pra qualquer profissão, né? (...). É claro que um engenheiro não vai fazer jornalismo investigativo, mas a atitude dele diante da sociedade me parece muito parecida com a que eu tenho também (Entrevista com José Fernando Rodrigues, concedida em 13 out. 2016).

Em 1986 – portanto, um ano após terminar a sua graduação e iniciar a sua atuação como jornalista –, Rodrigues parte novamente para uma temporada no exterior, desta vez para um mestrado em Jornalismo Internacional na *City University*, em Londres, com uma bolsa da FAPESP. Com dissertação intitulada “Brazil for Britons: not only samba and carnival (a study of how British media covered Brazil and, to a certain extent, Latin America in 1986-87)”, o jornalista conclui essa formação suplementar em 1987. Durante esses dois anos, compatibilizou o seu mestrado com a atividade de produtor assistente da seção brasileira da emissora BBC, como *freelancer*.

O principal veículo da carreira de José Fernando Rodrigues foi o jornal Folha de S.Paulo, no qual permaneceu por mais de 27 anos. Durante o final dos anos 1980 e início dos

anos 1990, alternou suas atividades no país com sucessivas correspondências no exterior. Entra no jornal em 1987, como repórter. No ano seguinte, é deslocado para ser correspondente em Nova Iorque, onde fica até o início 1989. Em seguida, volta para o Brasil, onde cobre a eleição presidencial daquele mesmo ano. De junho a dezembro de 1990, retoma suas atividades como correspondente, mas desta vez em Tóquio. Em janeiro de 1991, volta para os Estados Unidos, mas em Washington, retornando em fevereiro para o Brasil em fevereiro de 1992<sup>122</sup>.

Segundo Silva (2011, p.41), Fernando Rodrigues foi um dos jornalistas beneficiados, dentro da Folha de S.Paulo, por uma “bolsa-correspondente” criada pelo jornal em 1987. A ideia desse financiamento teria surgido após sucessivos atritos entre o jornalista Paulo Francis, então correspondente do jornal nos Estados Unidos, e os editores. Em função disso, a bolsa ficou conhecida internamente como “bolsa Paulo Francis”. Ela era concedida a “jornalistas jovens e promissores” que se candidatavam para passar entre seis e nove meses em Nova Iorque, sob o comando de Francis. A eles caberia o “trabalho pesado” de ir a campo, fazer entrevistas, etc., enquanto ao “correspondente sênior” restava a função de orientá-los nessas tarefas.

No seu período em Washington (1991-1992), Rodrigues dividiu as funções de correspondente internacional com Lins da Silva, quando este retornou para mais uma dentre as suas três temporadas como correspondente na capital americana. Em seu livro sobre correspondentes internacionais, Silva (2011, p.57-58) relata brevemente essa convivência profissional, apresentando Fernando Rodrigues como um jornalista “empreendedor”, pois dotado de iniciativas junto à sede do jornal no sentido da melhoria das condições de trabalho de ambos em Washington.

Após sua temporada de pouco mais de um ano na capital norte-americana, Rodrigues se encarrega da editoria de Economia da Folha de S.Paulo até 1993. No ano seguinte, faz parte da equipe enviada pelo jornal para a cobertura da Copa do Mundo de futebol, nos Estados Unidos. No retorno, deu um furo de reportagem ao relatar os muitos itens a mais trazidos na bagagem pelos jogadores (“Vôo da muamba”). Como já mencionado, Rodrigues fez parte do “núcleo” de jornalistas montado por Marcelo José Beraba na Folha, que buscou operacionalizar no jornal experiências observadas em redações norte-americanas relativamente ao jornalismo investigativo.

---

<sup>122</sup> Na avaliação de Silva (2011, p.103), alguns jornalistas brasileiros conseguiram conciliar de modo bem-sucedido a prática jornalística (e, particularmente, a atividade como correspondente internacional) com a atividade acadêmica e cita nominalmente alguns exemplos (além de si próprio): Rosental Calmon Alves e José Fernando Rodrigues.

No portal de notícias UOL, Rodrigues manteve durante mais de 16 anos um *blog* de política, o mais antigo do país, que migrou para o domínio Poder360 ao se desligar do Grupo Folha, ao qual pertence o UOL. Entrou no Grupo Folha em 1987, como já destacado, e foi deslocado para Brasília em 1996, para assumir uma coluna de política na página 2 do jornal, intitulada “Brasília”, após a saída da função do seu antecessor, Gilberto Dimenstein. Mesmo após a sua saída do Grupo Folha, seguiu na capital federal, agora no comando da sua própria empresa jornalística. Portanto, a maior parte da sua carreira se desenrolou naquela cidade. Inicialmente repórter de economia, Rodrigues se especializou com o passar dos anos na cobertura do “poder”, em grande parte devido ao seu longo tempo de residência na cidade<sup>123</sup>. Sobre o seu deslocamento para Brasília, diz:

Eu vim aqui por azar (...). Eu não queria vir morar em Brasília. Vinha a trabalho, ia e voltava (...). Houve uma mudança na sucursal de Brasília da Folha na época (...). A direção do jornal me convidou pra vir à Brasília pra fazer essa coluna. Eu pensei: “Talvez por um ano ou dois. Eu não tenho como dizer não, é uma experiência” (...). E acabei ficando. Brasília acabou se tornando um pólo central, realmente, e vital pra cobertura do poder (...). Eu não queria ter vindo. Eu fui convidado, vim, e vim na hora muito certa, porque foi quando a cidade passou a ser realmente o núcleo central do poder, e a exalar muito poder. E isso, para um jornalista que cobre esse tipo de assunto, é fundamental (Entrevista com José Fernando Rodrigues, concedida em 13 out. 2016).

Seu escritório em Brasília, que se situava no mesmo prédio e corredor da sucursal brasiliense da Folha de S.Paulo, era rodeado de capas de jornais com manchetes suas na parede, além de livros e uma foto junto ao escritor colombiano Gabriel García Márquez, que fez questão de destacar, das mãos de quem recebeu uma das premiações que conquistou ao longo da carreira. O primeiro destes prêmios veio no seu segundo ano em Brasília: ganhou o Esso de 1997, na categoria “Principal”, com a série de reportagens, publicada em maio daquele ano, “Mercado do voto”, realizada graças a gravações onde um deputado federal confessava ter recebido propina para garantir a passagem da emenda da reeleição presidencial no Congresso, envolvendo ainda outros deputados, governadores e um ministro<sup>124</sup>.

Dois anos antes, em 1995, havia recebido o prêmio Jabuti, em coautoria, pelo livro “Os donos do Congresso: a farsa na CPI do Orçamento”, na categoria “Reportagem”.

<sup>123</sup> Rodrigues notabilizou-se ainda por assumir funções de analista e comentarista político em outros veículos além do Grupo Folha, como GloboNews (1997-1998), SBT (2010-2011), Rádio Metrópole FM (2011-2012), Rádio Jovem Pan (2007-2017), Canal Rural (2015). Além disso, é reconhecido no meio jornalístico pelo “pioneirismo” no uso do “jornalismo de dados” em suas reportagens.

<sup>124</sup> “Partindo de boatos que circulavam nos meios políticos, o jornal procurou pessoas com trânsito na Câmara que lhe ajudassem a desvendar os meandros das negociações para aprovação da medida. O informante que se dispôs a realizar gravações de conversas com deputados foi mantido no anonimato e chamado de ‘Sr.X’ pelo jornalista” (BELOCH e FAGUNDES, 2006, p.142).

Receberia ainda outros três prêmios Esso, todos na categoria “Melhor contribuição à imprensa”: o primeiro em 2002, juntamente com a Folha de S.Paulo, pela iniciativa de criação do site “Controle Público”, cujo objetivo era disponibilizar informações de caráter público, mas que se tornavam inacessíveis pela falta de interesse do Estado em atender à demanda pelas mesmas<sup>125</sup>; o segundo no ano seguinte, pela matéria “Mídia do Paraná vende R\$ 6,4 milhões de reportagens”; o terceiro, por fim, em 2006, pelo livro e site “Políticos do Brasil”, que agregavam informações sobre políticos brasileiros<sup>126</sup>.

Assim como Alves, a carreira de Rodrigues é marcada por investimentos acadêmicos internacionais em conjunção à atuação profissional, caracterizando-se, também, como um “prático *savant*” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.32-33). Em 2007, Rodrigues passou por “um processo de seleção longuíssimo” para ir para Harvard – mais especificamente, para a mesma *Nieman Foundation for Journalism* para a qual Rosental Calmon Alves foi 19 anos antes. Rodrigues foi enquadrado como *John S. and James L. Knight Foundation Latin American Nieman Fellow* e, durante o ano letivo 2007-2008, estudou a evolução e as diferentes formas de governos em países da América Latina<sup>127</sup>.

Assim como Rosental Calmon Alves, José Fernando Rodrigues pode ser considerado um “criador de instituições” em nível internacional, no sentido estrito de que participou das atividades iniciais de algumas delas, além da própria ABRAJI, de cujo “grupo dos fundadores” faz parte. É o caso, principalmente, do *International Consortium of Investigative Journalists*<sup>128</sup> (ICIJ), em 1999 (“Sou um dos primeiros a botar o pé lá dentro”), da *Global Investigative Journalism Network* (GIJN), uma “confederação de ABRAJIs do mundo”, em 2014, da qual faz parte do corpo de diretores<sup>129</sup>, e do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, em 2003. Além destas organizações, desde 2016 Fernando Rodrigues é

<sup>125</sup> Por esta mesma iniciativa, Rodrigues recebeu ainda, em 2002, o prêmio Líbero Badaró de Webjornalismo e o “Prêmio para Internet” da *Fundación Nuevo Periodismo Internacional*, presidida pelo escritor colombiano Gabriel García Márquez.

<sup>126</sup> Mais recentemente, em 2018, recebeu a medalha Maria Moors Cabot, a mesma concedida a Rosental Alves dois anos antes.

<sup>127</sup> <https://nieman.harvard.edu/alumni/class-of-2008/>. Acesso em: 07/05/2019.

<sup>128</sup> Como membro mais antigo do ICIJ no Brasil, Fernando Rodrigues participou de “investigações transnacionais” de bastante repercussão, como o “*SwissLeaks*” e “*The Panama Papers*”.

<sup>129</sup> Quando da eleição da diretoria da GIJN, Rodrigues declarou que: “Eu acho que a GIJN tem a missão de espalhar as boas técnicas jornalísticas. Trabalhei em conjunto com a rede desde o início e sinto que este é o momento certo para torná-la mais profissional e capaz de realizar mais em diferentes países ao mesmo tempo. Sou um entusiasta do jornalismo guiado por dados, mas também de um bom jornalismo em um sentido mais amplo (...). Como as mudanças no ambiente do jornalismo são globais, acho que a GIJN tem que desempenhar um papel importante em termos de treinamento de jornalistas, fornecendo uma extensa e confiável *cross-boarder newtwork* para os repórteres se comunicarem uns com os outros” (<https://gijn.org/election-of-board-for-gijn-2014/fernando-rodrigues/>. Acesso em: 07/05/2019).



membro do conselho consultivo do Programa de Governança Fiscal da *Open Society Foundations*.

#### 2.3.4 “O campeão de segurança”

Desde o assassinato do jornalista Tim Lopes, a violência contra jornalistas e a segurança em coberturas de risco ganhou centralidade no espaço profissional. Contudo, o crime não foi o único fator que contribuiu para isso. A questão da segurança dos jornalistas é frequentemente incluída no bojo das manifestações por liberdade de imprensa e de expressão e pela transparência de instituições e governos. Assim como o “combate à corrupção”, a *accountability*, entre outras, a incorporação na agenda do problema da segurança representa um aspecto das reivindicações pela “modernização” do jornalismo brasileiro, alinhando-se a mobilizações que transcorrem em âmbito internacional.

Como atesta a criação do *Committee to Protect Journalists* (CPJ) em 1981, por um grupo de correspondentes norte-americanos, a pauta da segurança é internacionalmente bastante anterior ao crime que vitimou Tim Lopes e à sua consolidação na agenda das entidades jornalísticas do país. O comitê em questão, uma organização sem fins lucrativos, foi criado visando a união de jornalistas por todo o mundo para “defender os direitos de colegas que trabalham em ambientes repressivos e perigosos” de reportarem sem medo de represálias<sup>130</sup>.

Vice-presidente (2010-2011) e presidente da ABRAJI (2012-2013), Marcelo do Nascimento Moreira tem uma “militância profissional” mais voltada para a questão da segurança dos jornalistas, que teria sido a tônica do seu biênio à frente da associação. Nasceu em outubro de 1969 em São João de Meriti, município da Baixada Fluminense, filho de pai tabelião com formação em direito, e mãe dona de casa. Seu avô paterno era administrador de uma represa da CEDAE, por meio do qual seu pai conseguiu seu primeiro emprego como escrevente no mesmo cartório em que atualmente é tabelião concursado. Devido à sua atuação na área, é membro da ANOREG (Associação dos Notários de Registro de Imóveis) e do IRIB (Instituto de Registro Imobiliário do Brasil). “Meu pai sempre foi um cara engajado, e eu acho

---

<sup>130</sup> <https://cpj.org/about/history.php>. Acesso em: 19/06/2019.

que talvez eu tenha herdado um pouco disso dele<sup>131</sup>” (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 mar. 2016).

No ensino fundamental, foi presidente do Centro Cívico da escola e, no ensino médio, participou de encontros de estudantes secundaristas: “Quase me filiei à Juventude Socialista, mas eu desisti. Em 86, eu viajei para um congresso [de estudantes], e aí o congresso tinha muita influência da Juventude Socialista (...). Eu voltei, e acabei deixando pra lá. Minha experiência de socialista não durou muito não” (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 mar. 2016).

Na adolescência, estudou inglês em uma escola de idiomas particular, onde, após concluído o curso, passou a dar aulas do idioma, entre os 18 e os 19 anos. Anos antes, ajudava o seu pai nas atividades do cartório, por meio das quais passou a nutrir interesse pelo direito e pelo ato de escrever na máquina, algo que gostava de ver seu progenitor fazer em relação às escrituras. Sem tanto apreço pela “coisa burocrática” típica desse tipo de texto, guardou consigo o interesse pela escrita a partir desse contato no espaço doméstico. A escolha da faculdade de jornalismo apareceu como uma identificação com o ato de “contar histórias”, de modo semelhante ao que “inconscientemente” fazia ao brincar com a máquina de escrever do pai, durante a infância.

Formou-se em Jornalismo pela Universidade Gama Filho, em 1991<sup>132</sup>, mas sua vida profissional iniciou ainda durante a faculdade, como estagiário, num jornal de projeção nacional voltado para notícias sobre concursos públicos (Folha Dirigida). Conseguiu o estágio por meio de um conhecido da sua mãe, que trabalhava como diagramador do jornal. Ficou dois anos no veículo, até que passou em um seletivo do jornal O Dia, um dos grandes jornais do Rio de Janeiro, com enfoque nos segmentos populares, ainda como estagiário. Após formado, é contratado pelo jornal A Notícia, pertencente ao mesmo grupo de O Dia<sup>133</sup>, como repórter da madrugada, basicamente cobrindo a criminalidade da cidade, durante um ano. Após o editor-chefe do jornal O Dia migrar com sua equipe para o Jornal do Brasil, surge uma

---

<sup>131</sup> Além da ABRAJI, Moreira fez parte de “comissões de apoio” em duas gestões do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e, na época da entrevista, fazia parte da comissão de direitos humanos da ABI.

<sup>132</sup> Em seguida, iniciou graduação em Direito, na mesma faculdade, sem concluir.

<sup>133</sup> “A Notícia era mais popular do que o jornal O Dia, porque o jornal O Dia já tinha um projeto de buscar um público da classe B, classe A. Nunca conseguiu, mas ele queria entrar no segmento do jornal O Globo – e, pra isso, ele precisava abandonar um pouco a C, D, E. Então, eles resolvem recriar esse jornal, A Notícia, que é um jornal que já existia e tinha parado de circular (era bem mais antigo que o jornal O Dia, inclusive). Mas o dono do jornal tinha os dois títulos, então ele resolve republicar A Notícia, um projeto que durou uns 5, 6 anos (...). E esse jornal era popular mesmo!” (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 jan. 2016).

vaga na reportagem deste último, para a qual foi convidado por um colega, então secretário gráfico do jornal, em 1992.

Seguiu na madrugada até 1993, ano em que ocorre a chacina de Vigário Geral e, devido a um rearranjo interno à redação, que deslocou muito repórteres para cobrir o caso, conseguiu sair da madrugada e passar para o turno da manhã. Apesar de seguir cobrindo a temática da violência e da segurança pública, no Jornal do Brasil o tratamento da notícia era um pouco mais contextualizado, uma vez que se voltava para públicos de segmentos mais elevados do que A Notícia. Permaneceu no JB até 1999, onde além de repórter foi editor-assistente e, por fim, repórter especial. Foi neste veículo que Moreira conheceu Marcelo Beraba, que vinha do jornal Folha de S.Paulo para assumir a função de editor-executivo do JB, em 1996.

Pelo jornal, Moreira cobriu a Copa do Mundo de futebol de 1988, e cobriria posteriormente as Copas de 2006, 2010 e 2014, com ênfase nos aspectos “não esportivos” desses eventos. Ainda pelo JB, fez duas matérias “investigativas” relacionadas ao transporte público no estado, sendo premiado por uma delas. No seu último ano no jornal, escreveu uma matéria especial para um suplemento dominical sobre a tentativa de despoluir a baía de Guanabara. A partir dessa matéria, “eu já comecei a ficar visto como um repórter que fazia grandes levantamentos, de períodos longos, por conta da matéria do metrô e a matéria do ônibus” (Entrevista como Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 mar. 2016). Uma vez que a despoluição da baía estava sendo financiada pelo governo japonês, esse trabalho lhe rendeu o convite para passar um mês no Japão conhecendo as tecnologias utilizadas pelo país nesse tipo de operação. Naquele país, aproveitou a temporada para cobrir outros assuntos, como a vida dos brasileiros emigrados.

Seu trabalho no Jornal do Brasil era acompanhado pelo então editor de Cidades do jornal O Globo. Quando este editor migra para a TV Globo, convida Marcelo Moreira para integrar os quadros da emissora, como chefe de produção: “(...) eu nunca fiquei desempregado até hoje, graças a Deus, e nunca pedi emprego: eu sempre fui convidado, e sempre fui promovido espontaneamente (...). Tudo alcançado pelos méritos” (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 mar. 2016). A partir desse momento, sua carreira se desenrola toda dentro do mesmo veículo, particularmente no interior da editoria Rio: seis meses depois, em 2000, vira chefe de reportagem da editoria; em 2001, passa a coordenar a produção de todos os telejornais locais da cidade; em 2009, é promovido a editor-chefe da segunda edição do telejornal local (RJTV), onde fica até 2014. Em 2010, participou da equipe

que cobriu a operação da Secretaria de Segurança no Complexo do Alemão, cobertura pela qual a emissora foi condecorada com o Emmy, “o Oscar do jornalismo”.

Por volta de quatro anos depois, foi deslocado para a coordenação de um núcleo de projetos especiais da TV Globo, voltado para a cobertura dos grandes eventos que o Rio de Janeiro sediaria (Copa do Mundo e Olimpíadas). Em 2015, incrementou sua formação jornalística com uma passagem de um mês pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque, onde fez um curso de jornalismo investigativo, “um curso muito disputado. É um curso que poucos jornalistas conseguem ir pra lá”<sup>134</sup>.

Fiquei um mês em Nova Iorque, estudando lá. Foi uma experiência interessante, porque aquilo que eu te falei: na verdade, o que eu vi lá eu já sabia. É a maior universidade do mundo, super respeitada (...), é uma excelente faculdade (...) E tive aula com vencedor de prêmio Pulitzer, o Steve Coll (...). Claro, é uma super experiência, mas a grade curricular deles é muito semelhante à nossa grade do nosso congresso (de jornalismo de dados, de como escrever, como aprender a apurar, técnicas de como contar bem uma história). Então assim, acho que a vida me ensinou muita coisa (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 mar. 2016).

Moreira era um dos chefes de Tim Lopes na TV Globo. Com a morte do seu colega, em 2002, Moreira passou a se encarregar da parte relativa à segurança dos repórteres, no que foi progressivamente se especializando. Em 2003, a TV Globo torna-se fundadora, junto com veículos de comunicação de outros países, do *International News Safety Institute* (INSI), que se dedica a zelar pela integridade dos jornalistas em coberturas de risco, desenvolvendo treinamentos e etc. Marcelo Moreira faz parte do conselho do INSI desde 2006<sup>135</sup>, e também foi responsável por importar para o Brasil conhecimentos profissionais mais especificamente voltados para a área de segurança. Em 2005, parte em missão para o exterior, em nome da TV Globo, para uma assembleia do INSI. A partir deste momento, começou a atuar de modo mais sistemático na “modernização” das práticas relativas a segurança entre os jornalistas brasileiros, buscando “convencer” patrões e empregados de que era importante promover treinamentos, cursos, etc.

Eu acabo militando nessa área de segurança dos jornalistas (...). Eu ajudo a trazer os treinadores, que vêm da Europa. Durante muitos anos a gente só fez treinamento com os treinadores do INSI, que vinham de fora, e, em 2012, com a ajuda do governo da Inglaterra (...), a gente conseguiu financiar um treinamento pra treinadores do Brasil (...). O Brasil hoje tem três treinadores brasileiros que

<sup>134</sup> <https://journalism.columbia.edu/summer-investigative-reporting-course>. Acesso em: 05/05/2019.

<sup>135</sup> “O Marcelo Moreira (...) virou o campeão de segurança. Eu coloquei o Marcelo em contato como uma organização internacional que eu participava, que é o (...) INSI” (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

continuam esse trabalho do INSI, de multiplicação de treinamentos (...). Eu era amigo e colega do Tim Lopes. A minha militância maior, nesse período da ABRAJI, foi de defesa dos jornalistas em atividade de risco (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 mar. 2016).

Moreira seguidamente ministra *workshops* para profissionais de outros veículos, e mesmo em congressos da ABRAJI. Colabora com a formulação das políticas de segurança do chamado “G5<sup>136</sup>”, e participa de um comitê da empresa que se reúne periodicamente para discutir a temática, além de participar da aquisição de equipamentos de segurança e seguir promovendo treinamentos para jornalistas.

### 2.3.5 A “verdade nos números”

Filho de pais professores da rede estadual de ensino de São Paulo, José Roberto de Toledo Rosário (50 anos em 2016) foi o único dos presidentes da ABRAJI a não seguir da vice-presidência (2006-2007) para a presidência na gestão seguinte, o que só ocorreu anos depois: vice-presidente (2012-2013) e presidente (2014-2015). Embora tenha nascido no interior de São Paulo (Araraquara), residiu a maior parte da vida na capital paulista. Descende, pelo tronco materno, de uma família “quatrocentona”. Pelo seu lado paterno, é neto de um português “dono de um armazém de secos e molhados” em Ribeirão Preto. Sua mãe concluiu o magistério, e dava aulas para alunos do ensino básico. Posteriormente, formou-se em Pedagogia pela Faculdade Piratininga (FAPI). Seu pai, além de professor, chegou a ser diretor regional de ensino no estado de São Paulo e vice-presidente do Centro do Professorado Paulista. Uma vez concluída a sua especialização em Administração Pública pela FGV, começou a dar aulas de administração escolar em algumas faculdades. Define-o como “uma pessoa com uma capacidade intelectual muito acima da média”, que tinha o desejo de ser diplomata. Nesse intento, chegou a se formar em odontologia na cidade de Ribeirão Preto, que seria “o único curso de nível superior que existia” na cidade: “Apesar de eles não ter o menor interesse em ser dentista. Ele só precisava de um diploma pra poder se candidatar à carreira. Só que nunca deu certo, e ele acabou entrando pro magistério também” (Entrevista com José Roberto de Toledo Rosário, concedida em 16 jun. 2016).

Estudou os últimos anos da sua formação escolar (1979-1982) em uma instituição privada e de matriz católica (jesuíta), o Colégio São Luís, “que tinha uma carga horária absurda, tinha aula de manhã, de tarde, sábado...”. Entra em 1983 na Escola de Comunicação

---

<sup>136</sup> Trata-se da denominação interna dada às diferentes cidades onde a TV Globo se encontra instalada (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Brasília e Belo Horizonte), excluindo-se as afiliadas.

e Artes (ECA) da USP, pela qual se formou em Jornalismo em 1986. Tal como muitos jornalistas entrevistados, não atribui um peso determinante à sua passagem pela universidade na sua carreira, destacando a grande defasagem que havia entre a grade curricular do curso de jornalismo, e as demandas do mercado de trabalho à época.

Eu fiquei com uma péssima impressão da academia nos anos que eu passei na USP. Adorava a USP, adorava o CEPEUSP (que é o Centro de Práticas Esportivas da USP), adorava os meus colegas na ECA, mas a faculdade era um lixo (...). Eu aprendi mais com os colegas, com convivência, com um ou outro professor. Mais com a rede social e com o ambiente universitário do que com as aulas em si. Eu fui aprender a ser jornalista trabalhando (Entrevista com José Roberto de Toledo Rosário, concedida em 16 jun. 2016).

Na universidade, chegou a concorrer em uma chapa para o Centro Acadêmico, que foi derrotada. Apesar de não ter se vinculado formalmente a nenhuma organização política, fazia parte da “área de influência” do movimento estudantil. Participou ainda da “Atlética” da USP, que “tinha um quê de política também, porque a gente era visto como despolitizado por gostar de esporte” (Entrevista com José Roberto de Toledo Rosário, concedida em 16 jun. 2016). Se afastou de atividades políticas ao ingressar na profissão, porque considerou que, para ser jornalista, “não podia ter partido”.

Durante a faculdade, afora os chamados “*freelas*”, começou como monitor do Jornal do Campus, em seguida trabalhando como repórter de uma revista de artes plásticas, no último ano de faculdade, e ao longo de boa parte do primeiro ano de formado (1987). Em setembro de 1987, presta um concurso público na Folha de S.Paulo, que à época não dispunha de nenhum programa de *trainee*. O “concurso” consistia basicamente em uma seleção de currículos e, numa segunda etapa, em entrevistas com os selecionados, de onde saía o novo repórter do jornal. Rosário foi o selecionado, aos 21 anos, sendo alocado na extinta editoria de Educação e Ciência. Após alguns meses, solicita a sua transferência para a editoria de Economia (cobrindo sindicatos, FIESP, etc.). Mais ou menos dois meses depois, com a abertura de vagas na sucursal de Brasília do jornal, e com uma promessa de salário melhor, Rosário se muda para a capital federal.

E eu fui nessa... Chegando lá eu descobri porquê [*risos*]. Porque a Folha tinha tido um trauma em Brasília: o diretor da sucursal tinha demitido metade da sucursal – inclusive diretor de sindicato, gente que ele não poderia demitir. Isso criou uma animosidade enorme contra o jornal na cidade, e eles não conseguiam contratar nenhum jornalista em Brasília. Então, eles eram obrigados a exportar os jornalistas de São Paulo pra lá. Então, eu fui nessa exportação dos indesejados. A gente chegava lá e era malvisto por toda a cidade (Entrevista com José Roberto de Toledo Rosário, concedida em 16 jun. 2016).

Ainda lotado na mesma editoria, cobriu Ministério da Fazenda, Banco Central e a Constituinte, até meados de 1989, quando retorna para São Paulo, ainda como repórter de economia. Em seguida, tornou-se editor-assistente da editoria. Participa da equipe comandada por Clóvis Rossi no jornal, destinada a cobrir a eleição presidencial de 1989, particularmente os programas de governo dos candidatos. A ambição deste grupo de jornalistas era produzir grandes reportagens fazendo “diagnósticos” sobre problemas do país e, em seguida, entrevistar os candidatos para saber das políticas que seriam adotadas para resolver este ou aquele problema, caso eleito.

Como vários trabalhos sobre o universo jornalístico destacam, a aprendizagem profissional se dá majoritariamente “na prática”, no convívio com colegas e no cotidiano das redações, este sendo mais um aspecto da pouca codificação dos saberes empregados<sup>137</sup>. No caso de Rosário, a convivência intensiva com um “grande repórter” durante aqueles meses de cobertura da eleição presidencial é vista como central para a sua carreira.

Foi quando eu realmente aprendi a deixar de ser segurador de microfone – que é o que eu fazia basicamente em Brasília, que era cobrir portaria de ministério e essas entrevistas “quebra-queixo” –, pra fazer investigação mesmo, descobrir, pegar um grande tema e ir a fundo, levantar dados, traçar um panorama, fazer um diagnóstico, entrevistar várias pessoas, enfim (Entrevista com José Roberto de Toledo Rosário, concedida em 16 jun. 2016).

Na Folha de S.Paulo, após as eleições de 1989, torna-se editor-assistente da coluna de política “Painel”, virando o seu editor um ano depois: “Eu tinha 25 anos e editava a coluna [de política] mais lida do jornalismo brasileiro [*risos*] (...). Era ridículo, se você pensar bem”. Foi convidado para a coluna pelo seu ex-chefe na sucursal de Brasília, que então assumiria a edição da mesma. Permanece nessa função de editor da coluna de 1991 a 1996. Em 1995, como editor do “Painel”, recebe o Prêmio Fiat Allis de Jornalismo Econômico por um trabalho em parceria com José Fernando Rodrigues. Ainda em conjunto com este jornalista, cabe mencionar uma vez mais o “núcleo” de jornalistas criado por Marcelo Beraba na Folha de S.Paulo nos anos 1990, do qual Rosário também fez parte.

Por ser uma coluna de fontes, a dinâmica do trabalho e a exigência diária do jornal impelia Rosário, e os outros dois jornalistas responsáveis pela apuração dos fatos noticiados diariamente nela, a um contato intenso com vários políticos, o que contribuiu para construir, como jornalista, um vasto *carnet d’adresses* que, como também alguns autores destacam, é

<sup>137</sup> Mesmo assim, é possível identificar a tendência a uma transmissão de saberes e técnicas de modo mais sistematizado, tendo a própria ABRAJI um papel central nesse processo.

central para a profissão jornalística. Nos seus anos à frente do “Painel”, chegou a fazer as vezes de “diplomata” do jornal junto a autoridades políticas, num momento de estremecimento das relações entre seu veículo e o governo federal, fenômeno que remete a períodos anteriores da imprensa nacional<sup>138</sup>.

(...) o período Collor foi um período muito duro, porque a Folha tava completamente rompida com o governo, tava sendo processada pelo Collor (...), a Polícia Federal tinha invadido o jornal logo no começo do governo, porque a Folha tinha sido muito crítica durante a campanha, e ainda mais crítica na cobertura do governo. E a situação chegou num limite que ninguém falava, ninguém do governo falava com ninguém da Folha. Era um absurdo. Aí o Otávio, logo que eu assumi, falou: “Olha, você, como editor do Painel, além de editar a coluna, você tem uma função de diplomata do jornal”, que na prática significava ser o garoto de recados entre o governo e o jornal, entre o jornal e o governo. Então, eu, com 25 anos, representei a Folha em todos os jantares, e almoços, e encontros com o presidente da República, numa puta crise. Então, um período ao mesmo tempo de muito aprendizagem, mas de muita “foquice”, né? Porque não tinha experiência quase nenhuma. De certa maneira, aprendi à força ali, então, também foi um pouco traumático (Entrevista com José Roberto do Toledo Rosário, concedida em 16 jun. 2016).

Em 1996, solicita ao diretor do jornal, Otávio Frias Filho, para sair da coluna, sendo sucedido na mesma pelo jornalista Kennedy Alencar, abandonando esse tipo de cobertura de notas políticas<sup>139</sup>. Durante seu período no “Painel” da Folha, Rosário começou a acompanhar mais de perto e analisar pesquisas eleitorais, usando a seu favor o fato do instituto Datafolha se encontrar no mesmo espaço físico. Passou então a buscar o que chama de “a verdade nos números”, ou seja, analisar desdobramentos de pesquisas eleitorais, montar planilhas e coisas do gênero, o que progressivamente permitiu que ele se familiarizasse com o “universo dos números”: “Fazendo regra de três e sabendo calcular porcentagem, eu fiz uma carreira no jornalismo [*risos*]”.

De 1996 a 2000, ocupa a posição de repórter especial da Folha de S.Paulo, de onde sai para criar sua própria empresa jornalística, a PrimaPagina, voltada para a produção de conteúdo jornalístico *on demand*, montagem e gestão de equipes jornalística. Permaneceu como diretor e sócio da empresa até 2011. Um dos seus clientes era o portal de notícias *online*

<sup>138</sup> Para um apanhado geral das flutuações das relações entre veículos de imprensa e diferentes governos, ver o trabalho de Romancini e Lago (2007). Ver também o trabalho de Lustosa (2000).

<sup>139</sup> “(...) quando chegou meu sucessor, que foi o Kennedy Alencar, eu dei minha caderneta de telefones pra ele. Não dei uma cópia, dei “a” caderneta, e falei: “Nunca mais eu quero”. E nunca mais. Todas as minhas fontes... Era uma coluna de fontes, a gente não tinha notícia em *on*, era tudo em *off*. Então, era realmente uma caderneta valiosa, porque tinha todos os telefones, os números particulares, nome da secretária, data de nascimento, o nome da esposa, todas essas coisas... Subterfúgios que você precisa pra se aproximar das fontes. Eu dei isso aí pro Kennedy (...). E eu me afastei completamente desse tipo de cobertura (...). Ao final de 6 anos, eu achava essa cobertura muito frustrante, porque eu tinha certeza que a gente publicava uma pequena fração do que realmente acontecia, e nem sempre a mais importante. Por que? [Por causa dessa] relação que você depende de alguém te contar alguma coisa” (Entrevista com José Roberto de Toledo Rosário, concedida em 16 jun. 2016).



Terra, e por este veículo Rosário criou e se tornou editor-chefe do “Jornal do Terra”, com três edições diárias, entre os anos de 2002 e 2006. Em 2009, é convidado para integrar os quadros do jornal O Estado de S.Paulo, como colunista de política e blogueiro (Vox Publica e Blog do Estadão Dados). Dentro do jornal, cria, junto com outros profissionais do veículo, o já mencionado “Estadão Dados”, em 2011, uma “unidade pioneira do jornalismo de dados no Brasil<sup>140</sup>”.

Paralelamente às suas atividades profissionais em O Estado de S.Paulo, entre 2010 e 2014 Rosário ainda foi comentarista de política na RedeTV! e apresentador/entrevistador do programa “É Notícia”, na mesma emissora. Foi para este veículo a partir de um convite de Kennedy Alencar, que o havia substituído anos antes na edição da coluna “Painel”: “(...) o mundo dá voltas, né? Então, é sempre assim: essa rede que você monta desde a faculdade, e depois na profissão, é que acaba te levando pros lugares” (Entrevista com José Roberto de Toledo Rosário, concedida em 16 jun. 2016).

Em 2015, José Roberto de Toledo conquista, em equipe, o principal prêmio jornalístico brasileiro, o Exxon Mobil (antigo prêmio Esso) com a série de reportagens intitulada “A ferra do FIES”, baseada em técnicas englobadas sob a denominação mais geral de Reportagem com Auxílio do Computador (RAC), nas quais Rosário se especializou ao longo dos anos. O investimento neste tipo de técnica é visto como uma *expertise* que permite “fazer a diferença” em um mercado profissional cada vez mais restrito e competitivo (TOLEDO, 2011, p.21).

O recurso à matemática, que é crescente no jornalismo brasileiro e internacional, foi iniciado nos Estados Unidos, e pode ser interpretado como uma estratégia profissional de valorização simbólica da atividade e, ao mesmo tempo, como uma garantia de “objetividade” em uma profissão sempre acusada de falta de “neutralidade” ou excesso de enviesamento e subjetividade. O investimento em competências matemáticas cada vez mais sofisticadas é um elemento importante e já verificado no processo de legitimação de outros campos do saber, como a economia (DEZALAY e GARTH, 2002, p.132).

A especialização progressiva em RAC inclusive fez com que Rosário, em 2009, fosse professor da FGV e, entre 2007 e 2010, pela ABRAJI e pelo *Knight Center*, ministrasse treinamentos para jornalistas e estudantes de jornalismo (em cursos presenciais e *online*), em

---

<sup>140</sup> Basicamente, jornalismo de dados refere-se ao tratamento e apresentação de pacotes de dados para produção de notícias (em forma de gráficos, tabelas, infográficos, etc.). Para maiores detalhes, ver: [www.datajournalismhandbook.org/pt/introducao\\_0.html](http://www.datajournalismhandbook.org/pt/introducao_0.html) (Acesso em: 11/04/2016). Para um estudo específico sobre a temática, ver Träsel (2014).

redações brasileiras e de veículos espalhados pela América Latina (Argentina, México, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai).

Meu eixo principal foi esse da capacitação. Toda a minha trajetória na ABRAJI foi em torno desse eixo dos cursos, dos fóruns, dos congressos, das palestras, trazer gente do exterior, treinar o maior número de jornalistas [e] estudantes de jornalismo que a gente pudesse fazer. Então, eu institucionalizei essa área de cursos na ABRAJI, e trouxe um profissional só pra se dedicar a isso lá dentro, pra ter frequência nos cursos (Entrevista com José Roberto de Toledo Rosário, concedida em 16 jun. 2016).

Faz parte do “grupo dos fundadores” da ABRAJI, tendo sido, além de vice-presidente e presidente, diretor do comitê de Reportagem com Auxílio do Computador da entidade<sup>141</sup>. Na associação, assumiu por um período a função de secretário-executivo, com o objetivo de estruturar melhor o seu aspecto financeiro, elaborando projetos e buscando fontes de financiamento. Além da ABRAJI, faz parte do conselho da ONG Transparência Brasil, função para a qual foi convidado. Mais recentemente, Rosário fez parte (junto com o “Estadão Dados”), da investigação transnacional “*The Panama Papers*”, que desvelou redes de empresas *offshore* pelo mundo. Entrou na investigação por meio do convite de Fernando Rodrigues, que era, à época, o membro titular do *Internacional Consortium of Investigative Journalists* (ICIJ) no Brasil, entidade que coordenou o *pool* de jornalistas de vários veículos espalhados pelo mundo.

### 2.3.6 Um “militante do jornalismo”

Tô na ABRAJI porque eu tô na militância no jornalismo, acredito no jornalismo como algo importante pra sociedade (...), [por] querer que a informação circule, que as técnicas do jornalismo, que demandas (...) tenham espaço, sejam fortalecidas na sociedade (Entrevista com Thiago Herdy Lana, concedida em 27 jan. 2016).

A maioria das pessoas que compõem a ABRAJI se envolve na condição de voluntário. Apenas um pequeno número de funcionários recebe salários. São aqueles responsáveis pela manutenção do funcionamento cotidiano da associação. Os presidentes, diretores e conselheiros não são pagos, o que permite que concebam o seu engajamento nas atividades da associação com base no desinteresse ou, mais precisamente, no interesse de “melhorar a profissão”. Essa é uma das formas privilegiadas por Thiago Herdy Lana, presidente no biênio 2016-2017, para explicar a sua aproximação da entidade. Com efeito, Lana é o primeiro dos

<sup>141</sup> <https://www.ABRAJI.org.br/noticias/ABRAJI-promove-seminario-o-computador-uma-ferramenta-de-investigacao-jornalistica>. Acesso em: 06/05/2019.

presidentes da ABRAJI a não fazer parte do “grupo dos fundadores”, aqueles que estiveram envolvidos com a mobilização após o assassinato de Tim Lopes e que promoveram e/ou participaram dos seminários financiados pelo *Knight Center*. Também se distingue dos anteriores pela idade, tendo 33 anos quando assumiu a frente da entidade, e por ser o primeiro a não iniciar sua carreira jornalística no eixo Rio-São Paulo.

Thiago Lana é mineiro, de Belo Horizonte, filho de pai empresário e corretor de seguros, e mãe professora de alfabetização e ensino primário. Ambos sem formação superior. Considera-se um “cara de classe média alta”, que sempre morou em “bairros bons” da capital mineira, a maior parte do tempo em um condomínio fechado, e estudou em escolas particulares. Contudo, ao longo do tempo foi intensificando seu contato com “outras classes sociais”, particularmente ao ingressar na universidade.

Seu pai, nascido no interior de Minas Gerais, com formação “bem tradicional”, teria influenciado em relação a sempre “fazer o que é certo”, a uma espécie de “retidão moral”. Com sua mãe, teria adquirido o interesse pela área de humanas, pela literatura e pela música, bem como uma “sensibilidade” para questões sociais: “Uma ideia de uma opção pelos pobres, olhar pelos mais pobres, olhar pelo oprimido, pelo mais fraco, e também um pouco da indignação (...). Ela sempre foi uma pessoa mais indignada com as sacanagens da vida, com as injustiças, e acho que isso tem muito a ver também com meu trabalho” (Entrevista com Thiago Herdy Lana, concedida em 27 jan. 2016).

É o mais novo de uma família de dois irmãos. Sua irmã, cinco anos mais velha, também seguiu a carreira jornalística, se dedicando mais a assessorias de imprensa com foco em direitos humanos. Formada pela PUC, fez mestrado em teoria e prática em direitos humanos em Londres, na universidade de Sussex. Foi assessora da SDH da presidência da República e gerente de comunicação da Anistia Internacional.

Em 2001, entra nos cursos de Jornalismo, na PUC, e História, na UFMG. Devido à sua dedicação maior às atividades e demandas no primeiro – dado que considerava que jornalismo era sua “vocação” –, abandonou o curso de História, que era noturno, dois anos depois. Formou pela PUC em 2005.

Começou a trabalhar no primeiro ano de faculdade, em um estágio na “Oficina de Imagens”, uma parceira da ANDI, atuando em questões relacionadas à infância: “Minha primeira militância foi direito da infância, e minha militância hoje é o direito à informação”. Foi onde teria começado a ter contato mais de perto com questões “sociais” em geral. Além de um estágio no jornal-laboratório da PUC, Lana estagiou em um veículo comunitário de um

bairro humilde de Belo Horizonte. Nele, sua função era “tá rodando o bairro, vendo quais eram os problemas, o que valia matéria, o que não valia”.

Entra para a cadeia dos Diários Associados em 2006, como estagiário no Diário do Comércio, cobrindo economia. Passados seis meses, é contratado pelo Diário da Tarde, onde trabalha por um ano como repórter de polícia, cobrindo homicídios pela cidade. Com a decisão de fechar o jornal, Lana é transferido para o Estado de Minas, o maior veículo dos DA no estado, onde segue cobrindo polícia, mas também adquire experiência na cobertura de pautas políticas.

Em 2010, um dos seus amigos da PUC, que era correspondente do jornal o Globo em Minas Gerais, estava deixando a função. O jornal então pediu uma indicação de algum nome para substituí-lo. Entre as sugestões, estava o nome de Thiago Lana: “O Globo não ia pegar um recém-formado. Eles queriam alguém que tivesse alguma experiência mínima pra facilitar um pouco (...). E eu tinha essa experiência no Estado de Minas, como repórter de política (...). Não houve entrevista. Me pediram pra mandar alguns textos (...), e eles gostaram” (Entrevista com Thiago Herdy Lana, concedida em 27 jan. 2016). Com um novo convite de O Globo, Lana deixa as funções de correspondente no seu estado natal para se tornar repórter do jornal na sucursal de São Paulo, em 2012, posto que ainda ocupa, junto às atividades como repórter e colunista da revista *Época*, onde se encontra desde o início de 2018.

Ainda estudante de jornalismo, se aproxima da ABRAJI ao se inscrever na lista de e-mails então mantida pelos seus membros. A lista tinha por objetivo a troca de informações sobre jornalismo e produção de reportagens, apuração, etc. Durante uma série de reportagens sobre corrupção na área de saúde, junto com uma equipe de outros jornalistas do Estado de Minas, Lana solicitou auxílio no grupo da associação no tratamento do grande volume de dados obtido. A série recebeu um dos prêmios Esso regionais. Outros trabalhos seus que tiveram algum destaque e repercussão tratavam sobre corrupção na ALMG e, outro, sobre o assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes, em Londres. Para esta última, Lana foi para o Reino Unido e refez a vida dele, trabalhando como imigrante, em 2010. Novamente, recebeu o prêmio Esso regional por esse trabalho. Por fim, em 2012, publicou uma investigação sobre as atividades de consultoria de Fernando Pimentel, à época ministro do governo Dilma Rousseff.

Essa matéria foi muito importante pra mim. Acho que ela que foi a responsável pelo Globo querer investir em mim, me trazer para São Paulo (...). É uma investigação que durou muito tempo, que eu fazia paralelamente ao trabalho (...). A Folha tinha feito uma matéria mostrando as consultorias do Palocci. Ele caiu por causa disso. E ao saber que o Pimentel também tinha uma empresa de consultoria, eu achei que eu

tinha como obrigação de descobrir quanto ele tinha ganhado com essas consultorias e quem eram os seus clientes. E aí eu fui atrás dessa informação (...) com todas as fontes possíveis (no PT, no PSDB, na polícia, no Ministério Público, fogo amigo, fogo inimigo...), até tentar conseguir chegar onde cheguei (...), conseguir fazer uma apuração jornalística que levou às informações sobre isso (Entrevista com Thiago Herdy Lana, concedida em 27 jan. 2016).

Em 2008, a ABRAJI realiza o seu congresso em Belo Horizonte, primeiro do qual o jornalista em questão participou: “Aí eu me apaixonei pela coisa, saí de lá empolgado com o jornalismo (...). O congresso pra mim foi maravilhoso. E aí eu não larguei a ABRAJI”. Se envolvendo cada vez mais com entidade e com as suas “causas”, recebe uma ligação convidando-o para integrar a diretoria de uma chapa que concorreria à presidência, na função de conselheiro fiscal, à qual se seguiram as funções assumidas nos anos posteriores.

### 2.3.7 Da “falta de fontes” ao jornalismo de dados

Destacamos em outras partes do trabalho que a gestão, acúmulo e conversão do capital de relações sociais é um aspecto estruturante de boa parte do que se entende por “atividade jornalística”. Também destacamos que o contato frequente entre o jornalista e suas fontes humanas é elemento decisivo para o sucesso das suas “investigações”, mas também para a percepção de que ele é um “bom profissional”. No caso em pauta, o descolamento das fontes habituais, devido a uma mudança de posto profissional, fez com que toda a sua carreira posterior fosse redirecionada.

Presidente da atual gestão à frente da associação (2018-2019), o gaúcho Daniel Bramatti é, assim como Thiago Lana, um dos jornalistas que não fez parte do “núcleo dos fundadores” (o que pode indicar uma tendência à busca por “renovação” ou “abertura” dentro da entidade). Nascido na “fatídica data do AI-5” (13 de dezembro de 1968), é editor do núcleo “Estadão Dados” desde 2017, em São Paulo. No momento do contato, em 2016, era repórter da editoria de política do mesmo jornal e núcleo, além de um dos diretores da ABRAJI (2016-2017).

A maior parte da vida profissional do seu pai foi em atividades gerenciais, uma vez que é técnico em contabilidade, com escolaridade de nível médio. Durante certo período, foi responsável pela distribuição da revista IstoÉ no estado de Santa Catarina. Sua mãe, com estudos também de nível médio, foi dona de casa durante sua infância, posteriormente trabalhando numa faculdade da capital gaúcha, e auxiliando seu pai na atividade de distribuição no estado vizinho.

Como é frequente entre os jornalistas, Bramatti iniciou sua carreira profissional antes de concluir os estudos superiores. Em 1987, entrou como estagiário no jornal Zero Hora, trabalhando com os teletipos<sup>142</sup>, fazendo a triagem das matérias enviadas pelas agências de notícias para o jornal, e encaminhando-as para as respectivas editorias. Nessa função, diz ter aprendido “como funcionava um jornal por dentro”. Concluiu sua graduação em Jornalismo em 1991, na PUCRS, com crédito educativo.

Nos seus anos de faculdade, atuava politicamente em manifestações contra aumento de mensalidade e similares, embora não de modo orgânico. Com a formação terminada, foi contratado pela Zero Hora, saindo da área dos teletipos e passando para a redação, como redator copidesque na editoria de Geral, função que consistia basicamente em dar formato final aos textos escritos pelos repórteres. Em seguida, torna-se um dos subeditores da editoria de Política do veículo.

Em 1994, a partir de uma indicação de um colega do profissional – e com uma oferta salarial melhor do que o que ganhava em Porto Alegre –, Bramatti segue para Brasília, para ocupar uma vaga de repórter na sucursal da Folha de S.Paulo, seguindo na editoria de Política. Na capital federal, sua cobertura era focada no Congresso Nacional, por onde circulava diariamente atrás de pautas. Como para muitas carreiras, a passagem por Brasília foi um momento marcante do seu trajeto: “(...) foi uma experiência de formação muito boa, porque tudo passa pelo Congresso (todos os assuntos geram audiências públicas, os *lobbies*...). A gente passa a ter uma noção de Brasil muito mais interessante do que lá da ponta (...). Brasília me deu essa visão” (Entrevista com Daniel Bramatti, concedida em 16 jun. 2016).

Ao longo dos anos na sucursal, por breves momentos chegou a sair da reportagem para ser coordenador interino<sup>143</sup> (quando os titulares saíam de férias, por exemplo). Em 2000, após uma mudança na editoria de cotidiano da Folha, em São Paulo, o então editor, com quem Bramatti havia trabalhado brevemente em Brasília, o convida para ser o seu editor-adjunto, encarregado de reportagens especiais para os cadernos de final de semana. Com a mudança para São Paulo, Bramatti volta então a concentrar sua atuação em funções de edição, que marcaram boa parte dos seus anos em Zero Hora.

Depois de cinco anos como editor-adjunto de Cotidiano no jornal, o jornalista migra para a editoria de Brasil, na mesma posição, onde cobre as eleições de 2006. No final deste

---

<sup>142</sup> Máquina de escrever eletromecânica para transmissão de dados, agora obsoleta devido às modernas tecnologias de telecomunicação. Foi utilizado durante o século XX para enviar e receber mensagens mecanografadas, ponto a ponto e ponto a multi pontos, através de um canal de comunicação simples.

<sup>143</sup> Segundo sua descrição, as coordenações na sucursal de Brasília na Folha diferiam da função de editor. Os coordenadores de área (política, economia, cotidiano) eram responsáveis tanto por orientar os respectivos repórteres quanto por fazer a “ponte” com a redação do jornal, em São Paulo.

ano, devido a mudanças na editoria, Bramatti sai da Folha de S.Paulo após 12 anos (contando o tempo na sucursal de Brasília). No início de 2007, vai para o jornalismo *online*, no Terra Magazine (então provedor de conteúdo do portal de notícias Terra), onde permanece até janeiro de 2008. A curta temporada fora da plataforma impressa se deveu em parte à sua “decepção” com o tipo de jornalismo praticado, que seria “sem muita profundidade” ou, em síntese, o “jornalismo do clique”. Em 2008 retorna para as redações, novamente por meio de um convite de um amigo: assume a função de editor-assistente da editoria Nacional do jornal O Estado de S.Paulo, voltando em seguida para a reportagem na área de política, permanecendo no mesmo veículo, editoria e função (repórter). Acresceu estas atividades com aquelas desempenhadas no núcleo do “Estadão Dados” a partir de 2012, quando este é criado, e onde foi repórter e, como mencionado acima, é atualmente editor.

Similarmente a outros presidentes da ABRAJI, Bramatti tornou-se reconhecido no meio profissional pelo exercício do chamado “jornalismo de dados”. No seu caso, esse direcionamento e especialização parecem se dever mais aos longos anos afastado da reportagem, ocupando-se de funções adjuntas em editorias variadas, o que contribuiu para defasar o seu *carnet d’adresses*.

Se especializando em reportagens baseadas em dados quantitativos, um dos trabalhos que o profissional elenca como digno de nota, apesar de “não ter derrubado nenhum governo”, foi uma reportagem que, para ele, representa a “conexão entre o jornalismo e o método científico (que é você levantar uma hipótese, verificar, e relatar)”. Trata-se de um levantamento da distribuição de desempenhos eleitorais de candidatos à prefeitura de São Paulo por bairros, que indicou o Rio Pequeno como um “microcosmo” onde se replica com fieldade os resultados eleitorais do total da cidade<sup>144</sup>. Segundo sua avaliação, “essa é uma matéria que, pra mim, é completamente jornalismo de dados. E é uma das minhas favoritas, não pela relevância, pelo destaque que ela teve (...). Mas ela me deu uma satisfação muito grande de fazer, porque foi uma descoberta quase de detetive” (Entrevista com Daniel Bramatti, concedida em 16 jun. 2016).

Ainda que seu único envolvimento efetivo com ONGs seja a própria ABRAJI, Bramatti declara-se simpatizante de algumas “bandeiras”, como a da “luta contra a corrupção”. Como jornalista, tem contatos frequentes com seus promovedores, e acompanha sistematicamente as agendas de entidades engajadas nesse tipo de causa. Apesar da simpatia, a não vinculação formal se deve a uma busca por “isenção” e “objetividade”, pois “não [se]

---

<sup>144</sup> <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,o-rio-pequeno-e-a-pequena-sao-paulo-imp-977027>. Acesso em: 20/05/2019.

deve confundir militância com profissão (...) – a não ser que seja uma militância por uma bandeira que não seja meramente política (...). Você pode fazer uma militância pela transparência (...). Ninguém pode ser contra a transparência, né?” (Entrevista com Daniel Bramatti, concedida em 16 jun. 2016).

Apesar de não fazer parte do “núcleo dos fundadores”, Bramatti já havia trabalhado e convivido com alguns deles ao longo da sua carreira, a começar por José Fernando Rodrigues, na sucursal brasiliense da Folha de S.Paulo, passando por Marcelo José Beraba (ainda na Folha, mas desta vez na capital paulista) e, finalmente, com José Roberto de Toledo Rosário, em O Estado de S.Paulo (que o convidou para fazer parte do núcleo “Estadão Dados”). O contato prévio com alguns dos que estiveram diretamente envolvidos na criação da ABRAJI, e a “simpatia pelas bandeiras que ela levantava”, fez com que Bramatti sempre participasse dos congressos anuais por ela promovidos. No entanto, apenas em meados de 2012 começou a se aproximar mais, até se tornar diretor em 2016.

### 2.3.8 A “elite” profissional se mobiliza

A partir da exposição e análise das trajetórias, é possível retomar a percepção de que a ABRAJI constitui uma entidade relativamente restrita e composta por “medalhões”, independentemente do grau em que isso possa corresponder à realidade atual ou não. Como se pode observar, considerando apenas os ex-presidentes da associação<sup>145</sup>, aquilo que aqui chamamos de “núcleo dos fundadores” é constituído por profissionais que se notabilizaram pela ocupação de funções de relevo em alguns dos principais veículos de comunicação do país, principalmente no eixo Rio-São Paulo-Brasília, seja em cargos de comando ou não. É possível mesmo remeter aqui ao “dom da ubiquidade social” que é próprio das classes dominantes, tal como destacou Boltanski (1973, p.15), uma vez que esses profissionais se revezaram entre veículos e funções ao longo dos anos. Casos como os de José Fernando Rodrigues e José Roberto de Toledo Rosário agregam ainda a notoriedade adquirida pelos “casos” que “revelaram”, que lhes renderam inclusive a principal premiação jornalística nacional, além de prêmios internacionais<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> Cabe destacar que todos os ex-presidentes – também chamados de “decanos” – fazem parte do “conselho curador” da instituição, que tem por função primordial, além de se posicionar sobre algum tema ou questão quando solicitado pela diretoria, buscar a sobrevivência financeira da instituição, por meio da constituição de um fundo de *endowment* (ele próprio inspirado em experiências internacionais, como do jornal *The Guardian*).

<sup>146</sup> Apesar de os prêmios no jornalismo constituírem um fator residual para aferir a condição profissional – uma vez que a categoria sofre com uma verdadeira “inflação de prêmios” –, considerar as premiações mais importantes da carreira funciona como um bom indicador complementar.



Com a exceção de Rosental Calmon Alves, oriundo de uma família “tradicional” ligada aos meios políticos e jornalísticos do país, as origens sociais remetem com mais frequência a estratos médios da população. A condição de “elite” profissional não está ligada assim à extração social, nem a competências técnicas ou escolares, ou aos diplomas que buscam atestá-las. O peso do capital escolar, enquanto critério de hierarquização formal, é bastante reduzido para o ingresso e ascensão na carreira.

As colocações profissionais são largamente tributárias da acumulação de relações de caráter personalístico, e o reconhecimento como “medalhões do jornalismo” através das “investigações” ou “furos” conseguidos ao longo das carreiras é indissociável das possibilidades de estabelecer uma ampla teia de contatos com fontes atuais ou potenciais. Parte importante daquilo que é designado como trabalho jornalístico consiste, portanto, na gestão e acúmulo de redes de relações sociais.

A atenção à gestão e acúmulo de relações enquanto elemento estruturante do espaço jornalístico contribui para compreender o próprio processo de constituição do “núcleo dos fundadores” da ABRAJI. Trata-se de jornalistas que se (re)conhecem mais ou menos desde o final dos anos 1980 e anos 1990, que inclusive trabalharam juntos, como no caso da equipe de jornalistas montada por Marcelo Beraba na Folha de S.Paulo nos anos 1990, que contava com José Fernando Rodrigues e José Roberto de Toledo Rosário. Marcelo do Nascimento Moreira trabalhou com Beraba quando este migrou da Folha para o Jornal do Brasil. Rosário e Rodrigues trabalharam juntos em reportagens premiadas, não obstante, ainda nos anos 1990. Afora os presidentes, a própria trajetória de Rosental Calmon Alves pela “grande imprensa” e o conhecimento prévio de alguns do ex-presidentes da ABRAJI também é um elemento a ser ressaltado. A antecedência das relações e a concentração em determinadas cidades e veículos em diferentes momentos das carreiras configuram uma densa rede de interconhecimento e interreconhecimento.

Dois aspectos ainda precisam ser mencionados: 1) existe uma tendência, em diferentes momentos dos respectivos trajetos, de envolvimento com a “política” (movimento estudantil, filiação a partidos políticos, participação ativa em sindicatos, grupos de resistência ao regime militar, movimentos religiosos “de base”, e assim por diante). Esse tipo de dado é importante pois pode ajudar a compreender, dentre outras coisas, como estes profissionais atuam e concebem o jornalismo que praticam; 2) são trajetórias marcadas por uma presença relativamente forte de circulação e vinculação com organismos internacionais relativos à profissão e, mais especificamente, instituições ligadas diretamente ao jornalismo investigativo, como o ICIJ ou o CIR, ou a “bandeiras” que são consideradas centrais para a

instituição, como o INSI. Quanto ao segundo ponto, é importante frisar os pertencimentos a conselhos ou diretorias de associações profissionais e fundações filantrópicas por parte de alguns dos presidentes, assim como por Rosental Alves. Tal como Benson (2018, p.9) destaca, existe a tendência a um estreito entrelaçamento de diretorias entre fundações, organizações sem fins lucrativos (tais como a própria ABRAJI, a GIJN, o ICIJ, etc.) e veículos da mídia comercial.

Apesar da mobilização inicial que constituiu a ABRAJI ter tido a pretensão de um alcance nacional, em termos geográficos, boa parte dos esforços mais concretos nesse sentido foram capitaneados por uma parcela da “elite” da imprensa do país, que já nutria densas e constantes relações entre si anteriormente, e que é responsável em certa medida pela importação, para o Brasil, de diferentes debates, experiências, concepções e técnicas que progressivamente passaram a ser incorporadas ao “conceito” *omnibus* de “jornalismo investigativo”.

#### 2.4 O “vácuo” institucional: uma entidade nos moldes norte-americanos

Como dito anteriormente, o estudo da Associação Brasileiro de Jornalismo Investigativo permite compreender a importação, pelo Brasil, de modelos profissionais e institucionais forjados principalmente nos Estados Unidos. A partir dos trajetos dos ex-presidentes e de um importante *courtier*, foi possível observar o relevante trânsito internacional e envolvimento com instituições estrangeiras, diretamente jornalísticas ou não. Esses recursos assim acumulados foram colocados a serviço da criação da associação e, posteriormente, a participação na entidade por parte desses mesmos profissionais permitiu, em retorno, consolidar e ampliar inserções internacionais<sup>147</sup>. Além disso, é uma ocasião privilegiada para se observar os constrangimentos que o seu surgimento faz pesar sobre as crenças, as identidades, as formas de se pensar e de agir (GAÏTI, 2006, p.41).

O advento da ABRAJI é o resultado de um esforço explícito de transposição do modelo e estrutura de uma instituição estrangeira. Neste caso, trata-se particularmente da *Investigative Reporters and Editors* (IRE). Na presente seção do texto, analisa-se as

---

<sup>147</sup> Um efeito dessa circulação dos dirigentes pode ser visto nas parcerias que a associação tem com outras instituições, muitas delas estrangeiras: Jornalismo para o Desenvolvimento Humano, *McCornick Tribune Foundation*, *Article 19*, *Knight Center*, *Instituto Prensa y Sociedad*, Instituto Ayrton Senna, *Investigative Reporters and Editors*, Transparência Brasil, Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, Associação Nacional dos Jornais, Federação Nacional dos Jornalistas, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Oboré Projetos Especiais, PUC-Rio, ECA-USP, Ministério Público Democrático, *Committee to Protect Journalists* (CPJ).

percepções nativas sobre a necessidade de se criar a ABRAJI e como ela se insere nas estratégias internacionais empreendidas por parte dos jornalistas brasileiros.

Como destacado anteriormente, a história da entidade se confunde em parte com a trajetória de Rosental Calmon Alves, caracterizado aqui como um *comprador* que, dos Estados Unidos, foi um dos principais responsáveis por fomentar e difundir na América Latina não apenas o jornalismo investigativo, mas um modelo institucional que, inicialmente, se pretendia semelhante ao da associação de editores de jornais daquele país (ASNE). Anos depois, o contexto do assassinato do jornalista Tim Lopes favoreceu a tentativa de importação do modelo da IRE, num esforço conjunto entre Alves e parte da “elite” da profissão, como também já foi analisado.

Ao assassinato de Tim Lopes, segue-se a vinda de Rosental Alves para o Brasil. No mesmo mês do crime, o professor e jornalista inicia a preparação de um seminário sobre jornalismo investigativo, que viria a ser realizado em agosto de 2002. O seminário, intitulado “Jornalismo investigativo: ética, técnicas e perigos”, foi organizado e financiado pelo *Knight Center for Journalism in the Americas*, em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, reunindo por volta de 140 profissionais na sede do sindicato. O objetivo do evento seria “mostrar que a violência contra jornalistas vem aumentando no mundo e que a união da categoria é o seguro de vida dos profissionais de imprensa” (LIDE, 2002, n.28, p.16).

Participaram do encontro repórteres e editores indicados pelas principais redações da cidade. No dia anterior, foi realizada uma conferência de abertura no auditório do BNDES, voltada para estudantes de jornalismo e profissionais da imprensa. Entre os palestrantes do seminário estavam “jornalistas que se destacam na área do jornalismo investigativo, do Brasil e do exterior, e editores da mídia do Rio – quase todos autores de livros que abordam ética, jornalismo investigativo (técnicas ou reportagens premiadas) e o crime organizado” (LIDE, 2002, n.28, p.16).

Algo que chamou a atenção dos jornalistas que estiveram presentes no local do seminário foi a quebra de um “mito” interno às redações: o de que os ocupantes dos cargos de chefia estão liberados de qualquer compromisso quanto à defesa de interesses categoriais, remetendo à oposição entre “patrões” e “empregados”. No evento, estavam o diretor da Central Globo de Jornalismo, os chefes das sucursais de O Estado de S.Paulo e da Folha de

S.Paulo (tratava-se à época de Marcelo Beraba), professores, articulistas, editorialistas, comentaristas, repórteres especiais, entre outros<sup>148</sup> (SOUZA, 2002, p.223).

Ilustração 2: Abertura do Seminário “Jornalismo Investigativo: ética, técnicas e perigos”, no auditório do BNDES. Na foto, de pé, Rosental Calmon Alves



Fonte: Revista Lide (2002)

Nos seus esforços para tentar criar uma entidade representativa da profissão à semelhança das que tomou contato nos seus anos de Estados Unidos, Alves utiliza o seminário como uma oportunidade para tentar gerar a “tração” para o projeto que não conseguiu obter na época em que tentou criar uma associação de editores nos moldes da ASNE. A ambição de que esse tipo de iniciativa se expandisse por outros países da América Latina pode ser observada pela própria composição dos convidados para o evento. Além de profissionais e representantes de empresas jornalísticas do país, o *Knight Center* patrocinou a vinda para o Brasil de um jornalista peruano, um colombiano e dois norte-americanos: Frank Smyth, então coordenador de treinamento do *Committee to Protect Journalists* (CPJ), e David Kaplan, que à época era subeditor de investigações da revista semanal *US News & World Report* e coordenador de treinamento internacional da IRE (LIDE, 2002, n.28).

<sup>148</sup> Sobre o “clima” daquele momento, Alves afirma que: “(...) o Rio tava traumatizado com a morte do Tim. Na sede do Sindicato dos Jornalistas tava o diretor da ANJ na primeira fila, ficou o dia inteiro, tava o Ali Kamel, que era o segundo da TV Globo, na primeira fila, o dia inteiro no Seminário. Ou seja, era uma coisa que eu tava tentando mostrar pra eles, que era que isso não é uma coisa de patrão ou de empregado, é uma coisa do jornalismo, é uma coisa pra quem sabe o valor... Porque ninguém é jornalista por causa do salário ou por causa do horário de trabalho (...). As pessoas são jornalistas porque elas acham que têm uma missão no mundo, que (...) elas fazem um trabalho social relevante, né? (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

Ilustração 3: Seminário “Jornalismo Investigativo: éticas, técnicas e perigos”, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Na foto, sentado ao centro da mesa, Rosental Calmon Alves



Fonte: Revista Lide (2002)

Rosental Alves, na ocasião, destacou a necessidade de organização dos jornalistas no plano mundial. Foram debatidos os entraves para o exercício da profissão na América Latina, e os profissionais norte-americanos, principalmente David Kaplan, trouxeram relatos das experiências desenvolvidas no seu país natal em relação à proteção dos jornalistas, à organização da IRE e ao jornalismo investigativo, de modo mais geral, bem como o cenário “pós-Watergate” e o subsequente investimento dos veículos em equipes investigativas.

Quadro 4: Programação do segundo dia do seminário “Jornalismo Investigativo: éticas, técnicas e perigos” (31/08/2002)<sup>149</sup>

Horário	Atividade	Apresentadores
8h00-9h00	Inscrições	
9h00-9h15	Abertura	Rosental Calmon Alves (Universidade do Texas e <i>Knight Center</i> ); Beth Costa (presidente da FENAJ); Nacif Elias (presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro).
9h15-10h45	As técnicas	David Kaplan (US News & World Report e IRE); Gerardo Reyes (Miami Herald e El Nuevo Herald); Percival de Souza (repórter investigativo de São Paulo, especialista em cobertura policial); Nacif Elias (presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro).
10h45-11h00	Intervalo	

<sup>149</sup> Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2002-ago-21/profissionais\\_discutir\\_jornalismo\\_investigativo](https://www.conjur.com.br/2002-ago-21/profissionais_discutir_jornalismo_investigativo). Acesso em: 02/05/2019.

11h00-12h30	A ética (moderação: Octavio Costa – Jornal do Brasil).	Francisco Karam (UFSC). Luis Garcia (editor de opinião de O Globo); Mauro Malin (Observatório da Imprensa).
12h30-14h30	Intervalo	
14h30-16h00	Os perigos (moderação: Rosental Calmon Alves – Universidade do Texas e <i>Knight Center</i> ).	Frank Smyth (CPJ). Leão Serva (ex-correspondente de guerra pela Folha de S.Paulo e diretor do jornal Último Segundo); Gustavo Gorriti (repórter investigativo peruano); Albeniza Garcia (O Dia).
16h00-16h15	Intervalo	
16h15-17h45	As conclusões (moderação: Beth Costa – presidente da FENAJ).	Ali Kamel (diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo) Sueli Caldas (diretora da sucursal carioca do jornal O Estado de S.Paulo); Marcelo Beraba (diretor da sucursal carioca do jornal Folha de S.Paulo).

Após o evento, Marcelo Beraba, que posteriormente seria o primeiro presidente da associação, enviou uma mensagem, que seria depois considerada a “certidão de nascimento” da ABRAJI, para uma lista de endereços eletrônicos contendo 45 jornalistas de várias cidades do país aos quais ele conhecia. Neste e-mail, Beraba, inspirado pelo momento crítico representado pela morte de Tim Lopes, convida outros profissionais a pensar uma nova instituição para representação e defesa da “profissão”. No referido e-mail, enviado no dia 4 de setembro de 2002, às 14h28, se lê:

Caríssimos, como devem saber, foi realizado no Rio, no último sábado, o seminário "Jornalismo Investigativo: Ética, Técnicas e Perigos", organizado pelo Knight Center for Journalism in the Americas, que é dirigido pelo nosso Rosental. O seminário foi muito bom e, entre outras considerações, mais uma vez vários de nós que participávamos voltamos a nos perguntar porque não temos ainda no Brasil uma instituição parecida com o IRE (Investigative Reporters & Editors - [www.ire.org](http://www.ire.org)), criado pelos jornalistas dos Estados Unidos, ou o Centro de Periodismo de Investigación (<http://investigacion.org.mx>), de nossos colegas mexicanos. Uma instituição formada e mantida por jornalistas, independente dos jornais e das entidades de classe (sindicatos, Fenaj e ANJ), voltada para a troca de informações entre nós, para a formação e a reciclagem profissional, para o aprofundamento dos conhecimentos e uso de ferramentas na área do jornalismo investigativo, para a formação de uma literatura e banco de dados, para a promoção de seminários, congressos e oficinas de aperfeiçoamento profissional. Uma entidade que pudesse fazer parcerias com os jornais, as TVs e as rádios, as entidades de classe, mas que fosse voltada principalmente para o trabalho de crescimento profissional dos jornalistas. Não seria uma entidade contra nada e nem contra ninguém, mas a favor da melhoria profissional, o que significa um respeito à sociedade que nos cobra um jornalismo de qualidade. É possível que uma entidade desta, a médio ou longo prazo, possa ajudar a criar alternativas de mercado no Brasil, é possível.

Bom, digo isto tudo porque senti uma disposição grande do David Kaplan, coordenador de treinamento internacional do IRE que participou do encontro no Rio, e do Rosental, da Knight, de ajudarem no ponta-pé inicial de uma iniciativa desta natureza. Vários de vocês já participaram de cursos ou congressos do IRE. E vários de nós temos conversado sobre este assunto. Daí esta mensagem.

A minha idéia é a gente jogar um pouco de conversa fora sobre este assunto, agregar mais jornalistas (repórteres e editores que tenham interesse) a esta lista e amadurecer

um projeto que pode sair logo, pode demorar um pouco ou pode nem sair, se a gente não sentir firmeza. Mas acho que o assassinato do Tim Lopes ajuda a criar uma situação favorável.  
É isso. Abraços, Marcelo Beraba<sup>150</sup>.

Nesse primeiro seminário, que representa, segundo um entrevistado, a “pré-história” da ABRAJI, estava em jogo a tentativa de Rosental Alves de trazer para o Brasil “alguns conceitos novos, como a segurança (...) do jornalista (...), que eu tava vendo lá nos Estados Unidos”. O próprio caráter da associação derivava da sua tentativa deliberada de importar para o Brasil o modelo institucional da IRE: “(...) é uma coisa que eu tentei emular dos Estados Unidos, que era a organização, que não era sindical, não era patronal, mas que era profissional, que era de jornalistas trabalhadores” (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016). Percebe-se ainda que o evento representou a primeira articulação no sentido de importar, para o país, um modelo institucional ancorado na experiência norte-americana, via principalmente Rosental Calmon Alves e David Kaplan, num primeiro momento. As relações com a IRE, como se vê, já eram anteriores ao seminário, bem como já se conversava a respeito de modo atomizado. O “clima” criado pelo assassinato de Tim Lopes representava uma oportunidade de dar o “ponta-pé inicial” no projeto.

Em seguida<sup>151</sup>, Alves oferece o servidor da Universidade do Texas para hospedar uma lista de e-mails (que hoje é considerada o “coração da ABRAJI”), onde jornalistas de diferentes partes do país iniciam a discussão de temas diversos. Segundo Souza (2002), num desses debates “falou-se de tudo um pouco”, desde o questionamento da expressão “jornalismo investigativo”, da ética na profissão, da relação com as fontes, e assim por diante. Sintetizando suas impressões, “as conversas em termos profissionais mostravam a amplitude do jornalismo investigativo, em conteúdo e conceito, os parâmetros éticos nem sempre codificados e as dificuldades de riscos e processos” (SOUZA, 2002, p.229).

Rosental Alves procede então a uma pesquisa para saber “qual era a disciplina do jornalismo que os jornalistas do Brasil e no resto da América Latina queriam aprender mais, e era jornalismo investigativo, unanimemente. Apesar do trauma da morte do Tim, havia um grupo de jornalistas super interessados” (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016). Ainda dispendo de muitos recursos financeiros em função do *grant* inicial

---

<sup>150</sup> O conteúdo do e-mail foi cedido pela secretaria da ABRAJI, após autorização de Marcelo Beraba. Mais recentemente, o conteúdo da carta foi tornado público: <https://www.ABRAJI.org.br/noticias/ha-15-anos-marcelo-beraba-convidava-colegas-a-fundar-a-ABRAJI>. Acesso em: 28/04/2019.

<sup>151</sup> A sequência dos acontecimentos e as datas conflitam nos relatos dos entrevistados. Dentro do possível, buscou-se complementar ou corrigir estas informações com o cruzamento com outras fontes. Sobre esse tipo de problema, típico dos relatos orais, é importante consultar Pollak (1990, p.77).

aportado pela *Knight Foundation*, Alves instiga os jornalistas engajados na lista de e-mails a promoverem outro encontro sobre o tema que eles escolhessem, ao qual financiaria. A intenção manifesta de Alves era, segundo sua leitura retrospectiva, fazer com que os jornalistas “aprendessem a se organizar”, tal como nas experiências de entidades que ele observava nos Estados Unidos.

(...) eu disse o seguinte: “Uma das minhas coisas é: eu quero fazer um Seminário onde vocês vão aprender (...) o tema que vocês quiserem. Eu não tenho nenhuma agenda, nem nada (...). Eu só tenho duas coisas: eu acredito em democracia (onde o povo vota e há uma sociedade civil organizada), e em liberdade de imprensa e em liberdade de expressão (...). Mas, além disso, eu não tenho nenhuma agenda, nada. Se você achar que a sua disciplina que você deve aprender é jornalismo econômico, eu ajudo vocês. Eu ajudo no que vocês quiserem fazer, mas desde que vocês também aprendam a se organizar”. Quer dizer, tem uma expressão em inglês que é *organizational capacity building*. Ou seja, eu tinha que criar esse *capacity building* (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016).

É realizado então um novo seminário, na ECA-USP, em 7 de dezembro de 2002, cuja temática escolhida pelos jornalistas foi crime organizado. Novamente, o evento contou com participantes de outros países, custeados pelo *Knight Center*. Ao propor o novo encontro, Alves sugeriu aos jornalistas que, ao final das atividades, fizessem uma assembleia para discutir a viabilidade da nova entidade: “Eu vou trazer o diretor da IRE, para ver se você não querem organizar uma IRE de vocês<sup>152</sup>” (Entrevista com Rosental Calmon Alves, concedida em 25 jun. 2016). Nessa assembleia, da qual Alves não participou como um dos organizadores – alegando que fez questão de se retirar e deixar os jornalistas tomarem a iniciativa, tendo acompanhado a atividade do auditório –, surgiu o nome “ABRAJI” e fundou-se oficialmente a associação. A partir daí, foi criado o CNPJ e a ECA cedeu uma sala para a associação iniciar as suas atividades.

É importante lembrar que a conjuntura criada pelo assassinato de Tim Lopes gerou debates sobre o jornalismo investigativo não apenas entre jornalistas. Nos dias 7 e 8 de outubro de 2002, portanto, entre os dois primeiros seminários financiados pelo *Knight Center*, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal promoveu o seminário internacional “Imprensa investigativa: sensacionalismo e criminalidade”, realizado no auditório do STJ. Se os seminários promovidos pelo *Knight Center*, e voltados para os jornalistas, podem ser interpretados como compondo uma estratégia de valorização da profissão e do seu potencial “investigativo”, o evento contemporâneo organizado pelo CEJ, e

---

<sup>152</sup> Como mencionado anteriormente, os esforços no sentido de emular o modelo da IRE no Brasil não foram os primeiros fora dos Estados Unidos, como se vê no caso da experiência da *Periodistas de Investigación*, que se definia expressamente como a “IRE mexicana”.



majoritariamente voltado para o público jurídico, demarca uma posição, se não oposta, pelo menos concorrente, ao girar em torno basicamente dos problemas e deturpações que a “imprensa investigativa” poderia ocasionar para as atividades do Judiciário e para os indivíduos que são objeto de investigações. Os contrastes que podem ser identificados nas duas ordens de eventos permite visualizar a baixa consonância entre as visões de ambas as categorias profissionais sobre o papel e a atividade da imprensa naquele momento de “crise” desencadeado pelo “caso Tim Lopes”.

É recorrente nos relatos coletados a ideia de que havia um “vácuo de representação profissional” que as outras entidades da profissão que existiam até então não preenchiam, e que havia assim a necessidade de uma instituição que se diferenciasse das demais, que renovasse a organização dos jornalistas e que adequasse o jornalismo brasileiro a um “enfoque que já havia em outros lugares do mundo”. Além da ABRAJI, as principais (e mais antigas) entidades são a Associação Brasileira de Imprensa (criada em 1908), a Federação Nacional dos Jornalistas (criada em 1946), e a Associação Nacional de Jornais (criada em 1979), esta última de representação patronal.

Sendo a mais recente das entidades de representação profissional de projeção nacional, a associação tem adquirido progressiva visibilidade na cena pública, que se pode observar, entre outras indicações, pelas menções frequentes às tomadas de posição da instituição em casos de abusos contra jornalistas nos veículos de comunicação<sup>153</sup>. A ABRAJI, nesse sentido, pode ser encarada como fazendo parte de um processo mais amplo de reordenamento e diferenciação do espaço jornalístico brasileiro, que foi pelo menos parcialmente favorecido pelo momento crítico representado pelo assassinato do jornalista da TV Globo.

A partir da morte do Tim Lopes, houve uma grande comoção por parte de jornalistas, profissionais que estavam em vários veículos, sobre os problemas que se apresentavam pros jornalistas, e que não estavam sendo considerados como deveriam ser pelas associações de classe que representavam os jornalistas à época, quais sejam: os sindicatos dos jornalistas, a Federação Nacional dos Jornalistas, a Associação Brasileira de Imprensa, entre outras possíveis (...). Por conta disso (...), fizemos um grupo, começamos a discutir, e a ABRAJI foi criada nesse contexto, nesse cenário (...). Porque não existe vácuo na natureza, ele logo é preenchido. E demorou pra preencher, esse vácuo tava aberto. A ABRAJI preencheu um vácuo (Entrevista com José Fernando Rodrigues, concedida em 13 out. 2016).

Novamente com recursos do *Knight Center*, Alves renova a proposta de outro seminário, que é realizado desta vez na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em maio

---

<sup>153</sup> Para um estudo que inclui o papel da ABRAJI como porta-voz na “defesa” da liberdade de expressão no jornalismo, ver Melo e Gomes (2014).

de 2003, com a temática “lavagem de dinheiro”. Neste evento foi constituída a primeira diretoria. Por fim, um quarto encontro ainda foi realizado com o aporte financeiro e logístico de Alves e seu centro, em Recife. Logo após a realização do terceiro seminário, em Londrina, a leitura de Marcelo Beraba era de que a recém-criada associação visava trazer “um pouco de luz” para as “boas práticas” profissionais.

A idéia de que precisamos e podemos melhorar nosso trabalho inspirou a formação de uma entidade de jornalistas voltada para o aperfeiçoamento profissional. Era uma idéia antiga. O assassinato do Tim Lopes, em junho do ano passado, foi uma porrada em todos nós. Ali ficou ainda mais claro que, além de melhorar permanentemente o nosso ofício (...), tínhamos de agir no campo da defesa física dos jornalistas. A ABRAJI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, surgiu depois de dois seminários (...). A ABRAJI nasceu com objetivos claros: investir na formação, especialização e reciclagem; promover o intercâmbio de informações e experiências profissionais; estimular o jornalismo investigativo, seus conceitos e técnicas; e defender a democracia, o livre exercício do jornalismo investigativo e a liberdade de expressão (...). A ABRAJI surge em um período difícil para todos nós (...). Com a pretensão de disseminar os conceitos e as técnicas da reportagem investigativa, a ABRAJI espera jogar um pouco de luz neste período sombrio (LIDE, 2003, n.33, p.10).

Portanto, a ABRAJI tem um modelo que segue tendências internacionais, num esforço deliberado para implantar no Brasil o formato institucional da *Investigative Reporters and Editors* (IRE), dos Estados Unidos, e do *Centro de Periodistas de Investigación*, do México, contando inclusive com o auxílio de um coordenador da primeira instituição. Quanto ao jornalismo investigativo, a ABRAJI compõe hoje em dia o conjunto das principais associações com esse caráter ao redor do mundo (considerando a inserção e circulação internacional dos seus dirigentes e a projeção, nacional e internacional, dos eventos que ela promove), juntamente com a *Investigative Reporters and Editors* (IRE), o *International Consortium of Investigative Journalists* (ICIJ), o *Center for Investigative Reporting* (CIR) além da *Global Investigative Journalism Network* (GIJN).

Suas receitas são oriundas, em grande parte, de patrocínios de algumas empresas (Souza Cruz, Twitter, Google, entre outras) e bancos, como o Itaú. Outra parte importante é obtida por meio de alguns projetos, como seminários regionais e o congresso anual. Embora não represente financeiramente uma parcela majoritária, a associação também é mantida pelo pagamento de anuidades exigidas dos sócios que, assim, tem acesso a uma série de benefícios exclusivos, como descontos em eventos, cursos e listas de e-mail restritas. Em relatório recente (ABRAJI, 2015), observa-se que em 2014, considerando-se as anuidades pagas, a ABRAJI contava com 206 sócios, número que se elevou para 321 no ano seguinte.

Anteriormente, outros profissionais e/ou estudantes já foram associados à instituição, o que eleva a um número que gira em torno de mais ou menos 2000 sócios desde a sua criação.

A supracitada falta de consenso quanto ao que é o “jornalismo investigativo” (ou mesmo se ele existe como prática profissional específica ou não) segue em um debate constante no interior da entidade, como deixa transparecer o depoimento de Thiago Herdy Lana, o primeiro dos presidentes a não fazer parte do “núcleo dos fundadores”.

Acabou que o *investigative journalism*, que é um termo que veio dos Estados Unidos, foi agregado por nós, mas meio por falta de opção. Queria de alguma forma dizer que havia um tipo de jornalismo que se acreditava, que é o jornalismo bem apurado, que analisa tudo com cuidado, ouvindo todos os lados, onde a informação é o principal norte daquele texto. Então, esse cuidado com a informação e tudo mais, foi uma coisa que foi conveniente chamar de jornalismo investigativo (Entrevista com Thiago Herdy Lana, concedida em 27 jan. 2016).

Como a “certidão de nascimento” redigida por Marcelo José Beraba evidencia, a ABRAJI “se pretende independente, apartidária, não sindical e não acadêmica, mantida pelos profissionais da imprensa” (FORTES, 2005, p.27), tampouco ligada a organizações patronais, como a ANJ, e entende o jornalismo investigativo como “sinônimo de jornalismo responsável, informações bem apuradas, com todos os lados ouvidos. Em resumo, reportagens que abordem de maneira extensiva um determinado assunto”<sup>154</sup>.

A associação postula como uma de suas prioridades a disseminação de conhecimentos sobre reportagens investigativas, visando “promover a melhoria da qualidade do jornalismo brasileiro por meio do treinamento e capacitação de jornalistas e estudantes de jornalismo” através de cursos. Teria ainda por “missão” a organização de eventos que visam também a promoção do aperfeiçoamento profissional dos jornalistas, além de atuar a favor das “causas” da profissão e pelo direito de acesso a informações públicas, liderando, para este último caso, uma coalizão que reúne outras organizações. Além disso, a associação investiu, em 2013, numa parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-Rio) para oferecer uma pós-graduação em jornalismo investigativo, que conta no corpo docente com uma ex-presidente da instituição, Angelina Silva Nunes. Anos antes, uma especialização em jornalismo investigativo foi promovida pela associação em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O artigo 2º do estatuto social da instituição sintetiza suas “missões” da seguinte forma:

---

<sup>154</sup> <http://www.ABRAJI.org.br/?id=78>. Acesso em: 14/11/2014.

A ABRAJI deverá desenvolver as seguintes atividades: I – Promoção e organização de cursos e seminários de formação, especialização e reciclagem profissional; II – Intercâmbio de informações e experiências profissionais, por intermédio de congressos, encontros, de sítios na Internet, bancos de dados, bibliotecas e publicações; III – Estímulo ao jornalismo investigativo, mediante concessão de bolsas de estudo, financiamento de projetos de investigação e prêmios; IV – Apoio ao uso dos recursos do computador (planilhas, gerenciadores de banco de dados, ferramentas de pesquisa, etc.) na reportagem investigativa e; V – Defesa da democracia, do livre exercício do jornalismo investigativo e da liberdade de expressão. Entre suas prioridades estão a defesa da transparência nos negócios públicos e a garantia de livre acesso às informações dos órgãos públicos<sup>155</sup>.

Boa parte das técnicas empregadas para apurações e investigações jornalísticas no Brasil, e ensinadas pela ABRAJI nos cursos que ela constantemente oferece aos estudantes, são elaboradas e importadas de contextos internacionais. Este é o caso da *Computer-Assisted Reporting* (CAR), que começou a ser utilizada nos Estados Unidos no final da década de 1960. No Brasil, a RAC foi empregada a partir da metade da década de 1990, no jornal Folha de S.Paulo, principalmente por dois dos ex-presidentes da associação, José Roberto de Toledo e José Fernando Rodrigues, como já destacado. Na gestão de José Roberto de Toledo Rosário (2014-2015) à frente da associação, pôde-se observar, inclusive, um aumento nos investimentos da ABRAJI no sentido de promover e ensinar a RAC e, derivado desta técnica, o chamado “jornalismo de dados”.

## 2.5 Uma “lei ABRAJI”: a “luta pela transparência” e a mobilização em torno do “direito de acesso a informações públicas”

O empenho de saberes, competências e relações em busca de formas de participação no Estado é um aspecto já destacado por vários trabalhos, como os de Bonelli (1999), Engelmann (2006) e Petrarca (2007). Em parte, o que está em jogo nesses processos é uma concepção de política enquanto realização de interesses. Nesse sentido, levando em conta o que assinala Coradini (2017a, p.61), é necessário explicitar a constituição social e as dinâmicas e lógicas de ação presentes na conversão de interesses e valores sociais naquilo que seria “politizável” em determinada conjuntura.

É bastante comum o estabelecimento de uma relação entre as noções de “transparência” e *accountability* nas análises normativas sobre a maior ou menor abertura de governos e empresas. Internacionalmente, diversos fóruns e instituições (Transparência Internacional, Banco Mundial, *Carter Center*, *Open Society Institute*, UNESCO, ONU, etc.)

---

<sup>155</sup> <http://www.ABRAJI.org.br/?id=79>. Acesso em: 06/02/2015.

têm buscado, nas últimas décadas, promover a agenda da transparência nos regimes políticos e o debate sobre a necessidade de leis de acesso para atingir esse fim. A observação, feita por alguns analistas, de que vários países sucessivamente têm aprovado a inclusão nos seus respectivos ordenamentos jurídicos de dispositivos que garantem maior transparência vai no sentido de que essas ações em nível internacional têm logrado êxito (ANGÉLICO, 2012, p.13). A expectativa com esse tipo de lei é que os governos e empresas se tornem mais “responsivos”, auxiliando, por exemplo, no “combate à corrupção” e na promoção da “cidadania”. Os jornalistas (ou a “mídia”, entendida de modo geral), seriam uma “variável-chave” da transparência e *accountability*, devido ao seu pretense papel de “corretores de discursos públicos” (ABREU e LATTMAN-WELTMAN, 2001, p.6).

Considerando que a constatação objetiva da existência de um suposto “problema” não basta para explicar as mobilizações que se desencadeiam em torno dele, cumpre se interrogar sobre o trabalho de agrupamento, sobre as condições de sucesso da implantação de “agendas” e sobre as possibilidades, para mobilizações de nível local ou nacional, de se inscreverem em registros que às vezes aglomeram manifestações muito heterogêneas, e que podem ou não ser apoiados por normativas internacionais (SIMÉANT, 2009, p.556-557), como a da própria “transparência”.

O presente tópico tem um sentido estrito: analisar o processo de articulação de entidades e agentes que levou à aprovação da Lei de Acesso a Informações Públicas (LAI) no país. Não entra em pauta, no entanto, o detalhamento do histórico do processo legislativo, desde a redação do primeiro projeto de lei até a sanção presidencial<sup>156</sup>, nem tampouco a avaliação dos impactos, alcance ou efeitos após a sua vigência. Aqui, cumpre destacar as movimentações internacionais e, principalmente, nacionais, que impeliram os poderes Legislativo e Executivo no sentido da aprovação. Em geral, essas movimentações provêm da chamada “sociedade civil”, que, em articulação com especialistas, impulsionou as diversas experiências nacionais com leis de acesso<sup>157</sup> (ANGÉLICO, 2012, p.7). No Brasil,

a primeira grande movimentação da sociedade brasileira em torno do tema da transparência talvez tenha se dado em 2002, ano de fundação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (...). Desde sua fundação (...), a associação tem a defesa de uma lei de acesso entre seus fundamentos (ANGÉLICO, 2012, p.11).

<sup>156</sup> Este histórico pode ser encontrado tanto em Angélico (2012) quanto no endereço: [http://informacaopublica.org.br/?page\\_id=1948](http://informacaopublica.org.br/?page_id=1948). Acesso em: 29/04/2019.

<sup>157</sup> A promulgação lei nº12.527/2011, sancionada em novembro de 2011 pela presidente Dilma Rousseff e com vigência a partir do ano seguinte, fez com que o Brasil fosse o 89º país a contar com um dispositivo deste tipo no mundo. Segundo Angélico (2012, p.16), “apenas entre 2000 e 2005, 34 países sancionaram suas leis de acesso à informação pública”. Sua sanção se deu no mesmo dia da criação da “Comissão da Verdade”.

Dos pontos levantados por esta tese, um deles é o de que o processo de articulação de agentes e instituições em torno da “luta pela transparência” e do “direito de acesso de acesso a informações públicas” pode ser analisado em termos de uma cruzada moral, no sentido dado a este termo por Becker (2008, p.153-168) e já evocado ao longo trabalho. Assim como em um dos casos analisados por este autor, aqui o enfoque recai nos “criadores de regras”, ou seja, aqueles que, identificando algum mal que precisa ser combatido, empreendem campanhas de “conscientização” da sociedade sobre a importância desse tema e sobre a necessidade de uma legislação específica para sancionar os que transgredirem a nova regra assim criada e imposta. Pode-se dizer assim que a luta em questão, em parte protagonizada pela ABRAJI, foi uma “cruzada bem-sucedida” (BECKER, 2008, p.158), uma vez que resultou no estabelecimento de uma nova regra e na criação de mecanismos correspondentes de fiscalização e controle. É importante observar que essa cruzada moral foi fruto majoritariamente das ações de agentes situados em posições superiores na estrutura social, a partir de um conjunto de entidades representantes da “sociedade civil”. Assim, estes indivíduos “acrescentam ao poder que extraem da legitimidade de sua posição moral o poder que extraem de sua posição superior na sociedade” (BECKER, 2008 p.155).

Entre as grandes “bandeiras” levantadas pela ABRAJI, a do acesso à informação é uma delas, juntamente com a da segurança para jornalistas e a do aprimoramento profissional. A partir do boletim “Apuração”<sup>158</sup>, a dimensão da importância em intervir nessa questão por parte da associação pode ser vista a partir da frequência com que o “direito de acesso a informações públicas” aparece nas publicações dos primeiros anos da entidade: das seis publicações do “Apuração” às quais tivemos acesso, cinco traziam notícias ou matérias informando os sócios sobre o andamento dos debates em torno dessa matéria. A intenção era fazer este debate “entrar na pauta da sociedade” (APURAÇÃO, 2005, n.5, p.1).

A mobilização em torno da defesa do direito de acesso se iniciou no Brasil em torno do debate pela abertura dos arquivos da ditadura militar, e levou em conta experiências de aprovação de leis de acesso em outros países para subsidiar as reivindicações em favor de uma lei semelhante no Brasil, principalmente nos Estados Unidos, onde as chamadas “*sunshine laws*” existem desde 1966 (APURAÇÃO, 2004, n.1, p.1).

---

<sup>158</sup> Inicialmente idealizado para ser uma publicação quinzenal, que acabou sendo produzido apenas nos anos de 2004 e 2005, foi uma publicação da ABRAJI voltada para os sócios, para que estes ficassem informados sobre as ações da associação. A publicação é abertamente inspirada em modelos internacionais, referência constantemente mobilizada para garantir “respaldo” e “credibilidade” às ações da entidade. As publicações em questão são o *The IRE Journal* (da IRE), o *Uplink*, do NICAR (que é uma espécie de “braço” institucional da IRE) e, enfim, a revista *La Red*, do *Centro de Periodistas de Investigación*.

O apoio de organizações internacionais para o desenvolvimento da mobilização no Brasil se deu praticamente desde o início da ABRAJI, com é o caso da *Article 19*<sup>159</sup>, uma ONG inglesa criada em 1987, que “busca promover globalmente a liberdade de expressão”, se especializando em fomentar campanhas de direito de acesso. Nos dias 11 e 12 de abril de 2005, foi realizada, na Cidade do México, uma reunião com entidades da América Latina para “desenvolver uma estratégia para a região” e “debater as situações específicas de cada um dos países com relação a uma lei de acesso a informação”. Na reunião, estavam presentes representantes da *Article 19*, da ABRAJI, e das ONGs LIMAC (*Liberdad de Información*), do México, e ADC (*Asociación por Derechos Civiles*), da Argentina. A partir das parceiras firmadas nesse encontro, a ABRAJI passou a “fazer parte de uma rede de ONGs latino-americanas que trocam experiências e informações sobre liberdade de expressão e direito a informação pública no continente”. A parceria envolveu financiamentos para a associação (US\$ 18 mil, no primeiro ano) e assessoria de consultores legislativos da ONG, em Londres, para “analisar leis em vigor e projetos no Congresso” e “redigir uma proposta semelhante a leis internacionais”. Também estava prevista a produção de materiais didáticos – pela *Article 19* e pela ABRAJI – para divulgação no México e na Argentina, e seu conteúdo incluiria informações sobre a “importâncias de uma lei de acesso para a garantia de direitos sociais e econômicos, para o combate à corrupção e para a transparência da gestão pública” (APURAÇÃO, 2005, n.5, p.2).

A ABRAJI hoje em dia faz parte também da IFEX, uma rede global composta por mais de 70 ONGs que milita e advoga em prol do direito à liberdade de expressão. Além desse movimento internacional envolvendo uma série de ONGs, Angélico (2012, p.94-96) vê em outros dois acontecimentos internacionais um peso nestes processos. O primeiro seria a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, em dezembro de 2010, condenou o Brasil pelo desaparecimento de 62 pessoas no período da ditadura militar, alegando que o país violara a Convenção Interamericana de Direitos Humanos devido a “falta de acesso a informações”. O segundo teria sido a Parceria Governo Aberto (OGP): lançada em 2011, paralelamente à 66ª reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, a OGP era capitaneada pelos EUA, que convidaram o Brasil para coliderá-la, em parceria, sua tarefa consistindo em chamar diferentes países para que estes apresentassem planos de ações em prol da causa da “transparência”.

---

<sup>159</sup> Seu nome é uma referência direta ao artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos da ONU: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente das fronteiras”.

Naquele momento, no Congresso Nacional, o então senador Fernando Collor propunha um substitutivo que tentava alterar alguns aspectos do projeto da LAI. Um mês depois da OGP, o substitutivo de Collor foi derrotado, e o texto seguiu para a sanção presidencial. “Pela proximidade das datas e por pressões surgidas à época, é razoável supor que essa iniciativa internacional deu o empurrão que faltava para que a Lei de Acesso à Informação Pública fosse aprovada no Brasil” (ANGÉLICO, 2012, p.96).

A LAI foi promulgada em 2011, portanto, durante a presidência de José Fernando Rodrigues à frente da ABRAJI, que teve como uma das marcas da sua gestão, segundo seus membros avaliam, uma intensa atuação no sentido da aprovação da referida lei. A notícia, publicada no *site* da associação em 26 de outubro de 2011, e cujo título é “Lei de acesso a informações públicas é aprovada pelo Senado”, comemora o avanço da lei, ocorrido no dia anterior à publicação (25 de novembro), para a sanção da presidente da República. Nela, a associação é definida como “pioneira na defesa de uma lei de direito de acesso a informações públicas”.

Um ano após a sua fundação, a ABRAJI toma a frente na iniciativa da criação do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, “que acompanhou todo o debate em torno da aprovação de uma lei ampla para garantir esse direito”. Um levantamento feito em 2016 junto ao site do Fórum<sup>160</sup>, permitiu ter a medida da pluralidade e do caráter multifacetado de organizações e “interesses” que o compõem. Foram identificadas as seguintes entidades pertencentes ao mesmo (além da ABRAJI): ABONG, ABRAT, AJUFE, ALAL, AMARRIBO, ANAMATRA, ANDI, ANJ, ANPR, APJ, Artigo 19, Associação Contas Abertas, FENAJ, Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais, GTNM-RJ, IBASE, INESC, MPD, OAB, Projeto SOS Imprensa, RENOI e Transparência Brasil. Um aspecto a ser destacado quanto às entidades aí reunidas é o caráter mais geral ou mais específico das suas respectivas pautas. Ao mesmo tempo em que conta com coletivos de representação profissional ou ocupacional, como a AJUFE, ANPR e FENAJ, o Fórum é composto por entidades que tem uma articulação estreita com mobilizações em nível internacional, como a ABONG e o IBASE, que fizeram parte de comitês organizadores de edições do Fórum Social Mundial (CORADINI, 2008, p.156).

Dirigido por Fernando Rodrigues, com participação de “organizações da sociedade civil sem vínculos”, o fórum foi criado após uma decisão tomada em 30 de setembro de 2003, ao final do “Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas”,

---

<sup>160</sup> [http://www.informacaopublica.org.br/?page\\_id=8](http://www.informacaopublica.org.br/?page_id=8).



realizado em Brasília e promovido pela ABRAJI. O lançamento oficial do Fórum ocorreu pouco mais de um ano depois, em 25 de novembro de 2004, na sede do Conselho Federal da OAB, e contou com a presença, além de jornalistas, de magistrados, procuradores, familiares de vítimas da ditadura, arquivistas e políticos.

O Fórum é definido como uma “coalizão sem conotação político-partidária e sem fins lucrativos”, e continua a existir mesmo após a aprovação da Lei de Acesso, que é considerada “um passo importante para o país”. Atua em prol da “transparência”, “uma virtude que a democracia deve ter sempre” (APURAÇÃO, 2004, n.2, p.2), e busca “pressionar o governo e a sociedade pela regulamentação do direito de acesso a informação pública, já previsto na Constituição Brasileira”. A partir dessas características e intenções gerais, a coalizão em pauta pode ser definida como uma reunião de “missionários modernos que pregam o novo evangelho internacional da ‘boa governança’” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.23), que defendem o estabelecimento da *rule of law* e a preservação e/ou aprimoramento das instituições democráticas.

O arquivamento correto dos documentos públicos e do acesso a eles é considerado fundamental para o “combate à corrupção” e “um dos princípios republicanos básicos na construção de uma nação”, uma peça da “cidadania”. Levando em conta esses princípios, os objetivos do Fórum seriam os seguintes: 1) promover e incentivar o debate sobre direito de acesso a informações públicas no Brasil (e sobre temas correlatos, como alterações na lei de arquivos públicos); 2) atuar sem conotação político-partidária nem fins lucrativos; 3) defender uma lei que garanta e facilite o acesso do público no Brasil a documentos públicos produzidos pelos Três Poderes da República, bem como aos documentos de governos estaduais e municipais; 4) desenvolver campanhas de divulgação a respeito da necessidade de uma lei de acesso a informações públicas no Brasil; 5) defender que os governos, em todos os seus níveis, tenham a preocupação de corretamente arquivar qualquer documento público de forma a facilitar o seu acesso futuro, bem como de manter sistemas permanentes de gerenciamento e preservação desses documentos, incluindo também a unificação dos critérios de registros em cartórios e juntas comerciais de todo o país; 6) desenvolver iniciativas voltadas para o tratamento, agregação e disseminação de informações em poder do Estado e sobre o Estado (APURAÇÃO, 2004, n.2, p.2).

No início de 2009, o Fórum realizou o “Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas”, após o qual o Executivo enviou à Câmara dos Deputados a proposta que originou o projeto de lei. O acesso a informações públicas é considerado pelo Fórum como um “direito fundamental”, e a aprovação da lei como “uma vitória importante

para a sociedade brasileira, que passa a contar com a regulamentação de um de seus direitos fundamentais”.

Feitas essas considerações mais gerais, é preciso especificar melhor algumas lógicas e processos que operaram na constituição dessa “coalizão”. Em primeiro lugar, apesar da multiplicidade de entidades acima mencionadas nas publicações institucionais, os relatos coletados são unânimes em identificar os dois principais artífices dessa articulação e do trâmite formal e informal do projeto de lei: José Fernando Rodrigues e Claudio Weber Abramo. No caso do primeiro, quando da fundação da ABRAJI, foi-lhe designada a função de, em nome da associação, pesquisar junto ao Congresso Nacional se já havia algum projeto de lei relacionado ao acesso a informações. Por uma “feliz coincidência”, um deputado federal havia apresentado o PL 219/2003 em fevereiro de 2003. Segundo Angélico (2012, p.19): “A apresentação do PL (...) não teve aparentemente influência direta de lobby de setores organizados da sociedade em nível nacional (...). A ABRAJI entrou em contato com o deputado Reginaldo Lopes (...), que se mostrou receptivo e concordou em fazer modificações no texto do PL”.

Na mesma época em que era criado o Fórum, foi instituído, no âmbito da CGU, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, um conselho-consultivo composto por dez membros do poder público federal e dez membros da sociedade civil, que formou um grupo de trabalho que tinha por tarefa aperfeiçar o texto inicial. O Conselho era composto por: Renato Braga da Rocha, assessor jurídico da CGU; Francisco de Assis, representante da ABONG; Maurício Azêvo, representante da ABI; Antônio Bigonha, representante do Ministério Público Federal; Marcos Vinícius Pinta Gama, representante do Itamaraty; e Claudio Weber Abramo, representante da Transparência Brasil. Antes do envio do PL ao Congresso, o texto de autoria do Executivo foi amplamente debatido no âmbito deste conselho.

A “pressão” desse conjunto de agentes e instituições se deu formalmente pelo envio de duas cartas, assinadas pelo conjunto de entidades que compõem o Fórum. A primeira carta foi enviada às vésperas das eleições gerais de 2010 e endereçada a candidatos ao Senado, onde se perguntava a sua posição acerca do projeto de lei elaborado no seio da Comissão da CGU. Em agosto de 2011, outra carta é enviada, mas desta vez à própria presidente da República, onde se manifesta o desejo que o texto seja aprovado no Senado tal qual saiu da Câmara dos Deputados, uma vez que havia uma parcela dos senadores, liderada pelos ex-presidentes Fernando Collor e José Sarney, que obstaculizava o trâmite do projeto de lei na casa, tentando modificá-lo e descaracterizá-lo.

Essas cartas, no entanto, permitem vislumbrar um processo que envolve a ação coordenada que visa direcionar a aprovação do projeto de acordo com o interesse da “coalizão” assim constituída e, em parte significativa, dos jornalistas.

A Lei de Acesso à Informação Pública (...) é uma lei que foi criada com a impressão digital da ABRAJI ali, porque o Fernando Rodrigues, quando era presidente, conseguiu convencer, em Brasília, que se fosse apresentado um projeto pra que o Brasil tivesse uma lei de acesso à informação, que vários países já têm, na América Latina... (...). A gente conseguiu aprovar essa lei – é uma “lei ABRAJI” (Entrevista com Marcelo do Nascimento Moreira, concedida em 15 mar. 2016).

Em geral, em todos os países nos quais há esse debate [sobre o direito de acesso a informações públicas], ele começa dentro do circuito daqueles que precisam mais urgentemente ter acesso a informações. Quem são eles? Os jornalistas (...). Ele é uma ferramenta de cidadania (...). Eu defendi sempre essa idéia [de] que era importante ampliar o debate (...). Eu trabalhei muito pra trazer entidades pra dentro desse Fórum, e pela facilidade até de eu estar em Brasília, e conhecer, por dever de ofício, pessoas que ocupam os cargos no governo e que se relacionam com esse tema, trabalhei bastante a favor da aprovação da lei. (Entrevista com José Fernando Rodrigues, concedida em 13 out. 2016).

A mobilização em torno do acesso a informações públicas visava convencer sobre o “dano” que a ausência de uma lei de acesso causaria à sociedade. Nesse tipo de empresa moral, frequentemente são evocadas tendências internacionais e o imperativo de não seguir no sentido contrário destas, caminho imediatamente associado ao um “retrocesso”. A busca pela arregimentação de apoios para além do “grupo de origem” (no caso, os jornalistas envolvidos na criação da ABRAJI), o uso da imprensa e dos meios de comunicação visando criar uma atitude pública favorável em relação à nova regra proposta, legitimando assim a demanda formulada, são elementos regulares neste tipo de mobilização (BECKER, 2008, p.145).

Como indicam os trechos destacados acima, José Fernando Rodrigues foi, entre os membros das diversas entidades que compõem o Fórum, aquele que, ao lado de Claudio Weber Abramo, empreendeu parte significativa das ações em prol do fomento do debate, mas também junto ao Estado, no sentido de garantir que o trâmite legislativo seguisse tal como a coalizão em questão desejava. Para tanto, fez uso dos contatos que dispunha na capital federal, boa parte deles adquiridos através da sua atuação profissional. O capital de relações sociais e a sua mobilização enquanto um recurso político, assim como a dimensão da política concebida enquanto representação de interesses, permitem inclusive calcar sua atuação num aparente distanciamento da política (CORADINI, 2017a, p.64), no seu sentido mais imediato, uma vez que teria agido em nome de uma causa ao mesmo tempo “profissional” e “social”. As estratégias que permitem legitimar o interesse no “direito de acesso” como uma causa a ser defendida geralmente são proclamadas publicamente em nome de regras e valores morais que

frequentemente remetem a redefinições de questões com origem em grandes burocracias internacionais (CORADINI, 2017a, p.70).

Tal como no caso da defesa do diploma analisado por Petrarca (2007), o “acesso a informações públicas” é apresentado como uma demanda e um interesse de todos, estratégia que é bastante comum na busca por força e legitimidade social para a causa defendida: “(...) lhes será preciso [aos grupos de interesse] necessariamente agrupar demandas e exigências, hierarquizá-las e, sobretudo, formulá-las em termos que minimizem sua dimensão puramente categorial para fazer aparecer sua ligação com o interesse geral” (BRAUD, 2017, p.50). Além disso, estes “cruzados” acreditam na “causa” defendida como um bem não apenas para si ou sua categoria específica, mas como algo bom para a coletividade, o que ajuda a explicar as reivindicações por apoio ao não apenas à “bandeira” pelo direito de acesso a informações públicas, mais ao “jornalismo de qualidade” como um todo, que seria assim um patrimônio de toda sociedade que se pretenda “democrática” e “saudável”.

A existência do Fórum após a aprovação da LAI teria por objetivo “monitorar” o real cumprimento do novo dispositivo legal, um aspecto também apontado por Becker (2008, p.157-158). O monitoramento e as tomadas de posição sobre a aplicação efetiva da lei, sobre o seu descumprimento ou sobre os “ataques” que eventualmente sofre demonstram a necessidade, para os empreendedores morais, de demonstrar para a sociedade que o “problema” que os mobilizou e que levou à criação de uma nova regra ainda existe, e que por isso, em última instância, a perpetuação da sua própria atividade é necessária (BECKER, 2008, p.162). O caso de Cláudio Abramo é o mais claro quanto aos efeitos da mobilização em torno de uma “bandeira” para uma carreira. Este jornalista progressivamente se tornou um “cruzado profissionalizado” (BECKER, 2008, p.158), notabilizando-se ao longo dos anos como alguém que passou a se dedicar exclusivamente às causas da “transparência” e do “combate à corrupção”<sup>161</sup>.

Por fim, encontra-se o problema da multiplicidade de modalidades e condições de politização de “problemas” que, no caso em questão, conjugam interesses organizados e empresas de mobilização que não se reduzem ao jornalismo propriamente dito, envolvendo políticos e instituições públicas, operadores do direito, entidades representantes de “minorias”, entre outros.

---

<sup>161</sup> Sobre as relações entre a função de porta-voz de uma “causa” e empresas morais, ver Freidson (2009, p.280).

## 2.6 Entrando no “mundo dos jornalistas”: o 11º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo

Anualmente, a ABRAJI promove o seu congresso, que reúne profissionais e estudantes de jornalismo do Brasil e de outros países, principalmente da América Latina, mas frequentemente com convidados, palestrantes ou conferencistas norte-americanos e/ou europeus<sup>162</sup>. A organização e modelo dos congressos da entidade inspiram-se também na *Global Investigative Journalism Conference*, que reúne jornalistas “investigativos” de vários países anualmente<sup>163</sup>.

Ainda que seja oficialmente apresentada como uma instituição “sem personalismo” (ABRAJI, 2015, p.4), a análise dos itinerários de alguns dos seus dirigentes permitiu ver que o seu funcionamento evidencia uma dupla dimensão: ao mesmo tempo que exerce funções no sentido de fomentar a “investigação jornalística”, formar novos jornalistas e defender profissionais que sofrem agressões no exercício do seu trabalho, entre outras “causas”, a ABRAJI também se constitui numa instância de acumulação de capital de relações e de consagração de imagens sociais, algo que pode ser observado tanto pelo processo de criação da associação quanto pela dinâmica de funcionamento dos seus congressos anuais, particularmente nas suas “sessões solenes”, nas quais homenageia-se algum profissional de “renome”.

Entre os homenageados, estão os jornalistas: José Hamilton Ribeiro, Joel Silveira, Lúcio Flávio Pinto, Paulo Totti, Dorrit Harazim, Rosental Calmon Alves, Jânio de Freitas, Marcos Sá Corrêa, Tim Lopes, Elio Gaspari, Clóvis Rossi, Carlos Wagner, Elvira Lobato e Miriam Leitão. Nestas “sessões solenes”, a entrada do homenageado é frequentemente precedida por um documentário produzido pela própria associação, com depoimentos de amigos e colegas de profissão do laureado, onde são lembrados momentos vivenciados, além de um depoimento e apresentação por parte de alguma outra personalidade jornalística, como foi o caso da homenagem a Elio Gaspari, cujo discurso de agradecimento foi precedido por uma introdução de Zuenir Ventura.

Na conjuntura em pauta, discursos de celebração e homenagens desse tipo representam ocasiões pelas quais o grupo se celebra por meio da celebração de um dos seus membros. São

---

<sup>162</sup> A ABRAJI conta inclusive com uma parceria com o Consulado dos Estados Unidos em São Paulo, que cede equipamentos de tradução simultânea para os congressos, remunera os intérpretes dos convidados estrangeiros e cobre os custos de viagem de palestrantes americanos.

<sup>163</sup> O 8º congresso internacional da ABRAJI foi realizado conjuntamente com a 8ª *Global Conference of Investigative Journalism* e com a 5ª *Conferencia Latinoamericana de Periodismo de Investigación/Colpin*, em 2013, no Rio de Janeiro.

momentos importantes no trabalho coletivo de explicitação, sistematização e de universalização através do qual um grupo tende a converter seu *ethos* em ética, ou seja, num sistema mais ou menos coerente de normas explícitas com pretensão universal (BOURDIEU, 1989, p.68). Assim, as “qualidades” dos jornalistas homenageados aparecem como modelo para o conjunto do “grupo profissional”. Contudo, aí não se joga somente a pretensão ao universal e a celebração de virtudes profissionais, individuais e coletivas. As homenagens anuais dos congressos da ABRAJI representam uma instância que revela muito sobre a gestão do capital de relações em torno da entidade e sobre as estratégias de inscrição nos “legados” dos “grandes jornalistas” celebrados anualmente.

De modo similar ao analisado por Coradini (1997a, p.461), está em jogo uma concepção da realização profissional baseada em “qualidades humanas”: os documentários produzidos pela entidade para retratar o laureado remetem muito mais à sua “pessoa”. Este tipo de cerimônia então assume o sentido da eternização de “monumentos” ou “vultos” que incarnam as qualidades, ao mesmo tempo profissionais e humanas, consideradas importantes para um jornalista. Por fim, as homenagens representam também um momento numa longa cadeia de troca de dádivas entre “mestres” e “discípulos”. Quanto a este ponto, e para tomar apenas um exemplo recente, quando do falecimento do jornalista Clóvis Rossi, um dos jornalistas da ABRAJI, reconhecendo nele um “modelo”, destacou a “dívida impagável” que tinha para com o “grande jornalista”, devido aos muitos aprendizados obtidos na convivência com ele, na redação da Folha de S.Paulo. Ao homenageá-lo em “sessão solene” em um dos congressos da ABRAJI, o jornalista em questão, então presidente, teria quitado “uma parcela” da dívida.

Além de ser um momento de atualização, gestão e acumulação de relações e consagração de imagens sociais, os congressos da ABRAJI representam ainda uma das formas privilegiadas pelas quais a entidade busca influir ou pautar o “debate público”, sempre convidando para entrevistas ou debates agentes que se encontram com grande visibilidade em determinado momento, por ocasião de algum acontecimento de alcance nacional ou conjuntura de “crise”. O destaque aqui é para as sabatinas com juízes e promotores, entre outras “personalidades” ocasionalmente em evidência em determinado momento, relativamente ao cenário político nacional. Geralmente, estas ocasiões constituem “momentos altos” e ocupam lugar central nas grades dos congressos, contando com horário exclusivo (ou seja, sem atividades paralelas) e no maior espaço disponível no local do evento, visando a maior audiência possível entre os participantes.

Um dos grandes anseios que surgiram na passagem de 2015 para 2016 era o de conseguir tecer relações com membros da ABRAJI tão logo fosse possível. O motivo era claro: tentar conseguir autorização para acompanhar o congresso que a entidade realiza anualmente. Não seria uma grande preocupação se a instituição não restringisse a participação no evento somente a profissionais e estudantes de jornalismo, mesmo procedimento que adota para a admissão de novos sócios.

O congresso de 2016 seria realizado no mês de junho. Pouco meses, então, para iniciar o contato e conquistar confiança para solicitar a autorização, que contrariava o critério básico de participação. Junto às profissionais da Agência Pública de Jornalismo Investigativo, veículo pelo qual se iniciou o trabalho de campo e se deu a “entrada” no universo empírico, foi obtido o contato de e-mail do então secretário-executivo da associação, em novembro de 2015. Em uma das viagens de campo para São Paulo, na segunda quinzena de janeiro de 2016, uma das prioridades era contactar pessoalmente o secretário em questão, visitar a associação e começar o lento trabalho de familiarização com todos os que precisaria lidar dali por diante.

De certo, a pesquisa continuaria mesmo sem a autorização para acompanhar o congresso, que inclusive era considerada remota. Mas seria um evento importante por vários motivos: além de poder acompanhar discussões, debates, e me situar no “estado da arte” da área, poderia fazer observações de campo e novos contatos. Após entrevistar o secretário, foi perguntado se haveria alguma possibilidade de acompanhar o evento. A resposta foi positiva. Seria necessário apenas arcar com o pagamento do valor da inscrição, como qualquer outro participante.

Como nas vésperas de toda nova viagem, tratei de tentar deixar algumas entrevistas agendadas, não focando apenas nos jornalistas que estariam no evento. Imaginava que alguns talvez não tivessem tempo para conversar, pois muitos não participam do congresso em todos os dias, dadas as suas respectivas responsabilidades profissionais nas suas localidades. Mesmo assim, alguns jornalistas anunciados na programação do evento, e dos quais já dispunha do contato, foram convidados a participar da pesquisa, inclusive Rosental Calmon Alves, que considerava ser uma das entrevistas prioritárias. Certamente não teria outra oportunidade de entrevista-lo que não aquela, já que o jornalista e professor passa a maior parte do ano nos Estados Unidos.

No dia de início do evento, devidamente credenciado para circular nas dependências da Universidade Anhembi-Morumbi, onde tradicionalmente se realiza o seu congresso anual, no bairro da Vila Olímpia, Zona Oeste de São Paulo, um dos primeiros registros é o da

surpresa com a presença de tantos profissionais e veículos reunidos, e com as múltiplas rodas de conversa estabelecidas no saguão da faculdade. Em sua grande maioria, eram formadas por jornalistas que aparentavam já se conhecer, dado o tom informal e afetuoso da interação. É razoável supor que sejam profissionais que de fato se conheçam, mas que, trabalhando em cidades diferentes, têm no congresso uma oportunidade de rever amigos e colegas. Em volta dessas rodas de conversa, orbitavam jovens estudantes de jornalismo. Era perceptível a separação dos núcleos dos profissionais em relação ao conjunto dos estudantes que, aparentemente, compunham a maioria do público participante.

A princípio, o evento é realizado com mais frequência na cidade de São Paulo devido principalmente a uma questão logística, por ser uma cidade mais facilmente acessível por via aérea para profissionais do país e do exterior, o que contribui para diminuir o custeio de passagens de convidados, por exemplo. O congresso de 2016 contava com a presença de jornalistas estrangeiros não apenas como palestrantes, mas como congressistas, além de um público majoritariamente jovem e dotado de um nível relativamente importante de capital cultural, aferido grosseiramente pelo fato de, por exemplo, muitos dos participantes dispensarem o uso dos aparelhos de tradução simultânea, no caso de atividades protagonizadas por estrangeiros.

Entre os patrocinadores do evento, figuravam tanto veículos de comunicação nos quais trabalhavam seus membros quanto empresas privadas atuantes em outros ramos: Google, Grupo Globo, O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, Gol Linhas Aéreas, Itaú, Twitter e UOL. Além destas, contava com o apoio de outras entidades e instituições, algumas delas atuantes em âmbito internacional em torno da promoção de “universais” ligados ao jornalismo e à democracia: ABERT, ANJ, Portal Comunique-se, Textual Conspiração, Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, UNESCO, Consulado Geral dos EUA em São Paulo, Oboré, Imprensa Editorial, Jornalistas e Cia, Knight Center, ACE, ICFJ, ANER e FAAP. Entre os palestrantes, em sua maioria jornalistas, encontravam-se membros de entidades da “sociedade civil”, profissionais de ONGs jornalísticas e de grandes veículos nacionais.

Dada à sua intensidade, multiplicidade e simultaneidade, nem todas as atividades do evento puderam ser acompanhadas. Como destacado, a ocasião também foi utilizada como um meio para ter acesso a profissionais e fazer entrevistas com jornalistas que, por residirem fora das cidades consideradas para a realização das viagens de campo, não seria possível entrevistar de outra forma, ou em outra ocasião. Portanto, entrevistas foram realizadas ao longo dos dias do congresso, impossibilitando a presença em determinadas mesas, palestras, etc.



Ilustração 4: Carmen Lúcia (STF) e Miriam Leitão (TV Globo) discutem sobre as relações entre imprensa e Judiciário



Fonte: ABRAJI

Ilustração 5: Jornalistas discutem os bastidores da investigação transnacional “*The Panama Papers*”. Na foto, da esquerda para a direita: José Roberto de Toledo Rosário, José Fernando Rodrigues, Marina Walker Guevara (ICIJ) e Rosental Calmon Alves (*Knight Center*)



Fonte: Autoria própria

O conjunto das discussões travadas naqueles dias contribuiu para dar uma boa medida das questões em jogo: críticas à relação entre jornalismo e militância; mídia como um “quarto poder” e *accountability*; credibilidade da imprensa; relação do jornalismo com o “Estado de Direito” e as liberdades democráticas; fortalecimento da democracia e da liberdade de expressão; novos modos de cooperação entre jornalistas para atuar em “grandes investigações” transnacionais (*network model*); cobertura de pautas com “relevância jornalística” e interesse público; as mudanças estruturais no jornalismo; inovação e

sustentabilidade econômica em face à “crise” do modelo de negócio tradicional e do produto; a necessidade de compreender e traduzir a realidade para o público; jornalismo como prestação de serviço; entre outras. Em particular, discutiu-se em várias atividades diferentes as relações entre jornalistas e membros do Judiciário, desde como “andar lado a lado” na cobertura de operações como a “Lava Jato”, os processos sofridos por jornalistas, até considerações mais gerais sobre o “momento democrático brasileiro”<sup>164</sup>.

Além de novas entrevistas, o evento foi a ocasião de também reencontrar jornalistas já entrevistados, o que já tornava a minha presença conhecida e reconhecida. Retomo aqui o caso em parte relatado na introdução, de um jornalista que pediu sigilo sobre algumas informações de ordem pessoal em função de eventuais usos que poderiam ser feitos delas por assessores de grandes empresas investigadas. A ocasião descrita anteriormente se deu em janeiro de 2016. Meses depois, portanto, no último dia do evento (25/06), um sábado, iniciamos a realização de mais uma entrevista, no auditório da universidade, por volta da hora do almoço, num intervalo das atividades. Na impossibilidade de continuar realizando a entrevista no local em que estávamos (que seria fechado e limpo para os eventos programados para a parte da tarde), nos deslocamos para a mesa de um café, a alguns metros de distância. Na mesa ao lado, se encontravam outros dois jornalistas, um dos quais sendo o jornalista em questão. Ao chegarmos na mesa, ele se aproximou e, em tom bem humorado, se dirige à jornalista que entrevistava no momento: “Cuidado, que esse cara pergunta tudo!”. E continuou: “Eu investiguei você, cara”, e justificou dizendo que o fez por receio de que eu pudesse fazer parte da assessoria de imprensa de uma grande empreiteira nacional, envolvida em muitos escândalos de corrupção. “Essas assessorias de imprensa pegam pesado”, completou, referindo-se a uma espécie de “monitoramento” que determinadas assessorias de imprensa de empresas fazem do trabalho dos jornalistas que publicam matéria que eventualmente contrariam seus interesses. No mesmo dia, em outro momento, encontro-me casualmente com o jornalista, que diz: “Agora que eu te vi no congresso, eu fiquei mais tranquilo”. Em seguida, perguntou o que havia achado do evento e pediu que o indicasse para conhecidos da área. As ressalvas e receios do jornalista em questão possibilitam vislumbrar, uma vez mais, as tensões e ambiguidades que compõem o cotidiano do trabalho dito “investigativo” relativamente às suas relações com outros universos sociais.

---

<sup>164</sup> Ver a programação geral do evento no anexo III.

### 3 “CRISE” DO JORNALISMO, INTERNACIONALIZAÇÃO E ATIVISMO PROFISSIONAL

Neste capítulo, o foco recai sobre dois problemas principais: 1) as associações entre recursos profissionais e militantes na conformação de empreendimentos jornalísticos “alternativos” e sem fins lucrativos, e suas relações com rearranjos no espaço profissional em face à alegada “crise” do jornalismo; 2) as modalidades de internacionalização “por baixo” e as relações com organismos estrangeiros, principalmente grandes fundações filantrópicas. Quanto a este último ponto, são retomados alguns elementos tratados no capítulo anterior, uma vez que a ABRAJI também é uma ONG financiada em parte por *grants*. Ainda que em sua maioria sejam provindos de estratos semelhantes em termos socioeconômicos, o caso da ABRAJI difere sensivelmente do aqui tratado. Os jornalistas que tomaram a frente na criação da associação compõem uma parte da “elite” profissional do país, com posições estabelecidas em veículos “tradicionais”. A “condição de elite” não se assenta tanto no capital cultural baseado em títulos escolares e nas origens sociais, mas no capital de relações sociais acumulado e gerido ao longo das respectivas carreiras. Esta posição se reflete nas modalidades de internacionalização. Entre os presidentes da associação, além de Rosental Calmon Alves, que contam nas suas carreiras com alguma passagem pelo exterior, foi possível observar a recorrência dos Estados Unidos e de universidades prestiosas do país, como Columbia e Harvard, mesmo em se tratando de cursos de curta duração, e de atividades consideradas “nobres”, como a correspondência internacional, para grandes jornais brasileiros. O presente capítulo trata, ao contrário, de jornalistas que têm suas carreiras profissionais marcadas pela passagem por veículos *outsiders* no país, e cuja internacionalização se deu “por baixo” (WAGNER, 2007, p.67-83), ou, pelo menos, por vias não tão consagradas quanto aquelas ligadas diretamente aos Estados Unidos.

Devido aos seus contornos tênues e fronteiras móveis, o jornalismo pode ser considerado como um mundo em “crise perpétua” (LÉVÊQUE, 2010, p.10). Atualmente, é bastante difundida, dentro e fora do Brasil, a constatação da “crise” do modelo de negócios do jornalismo, historicamente calcado nos anunciantes, muito mais do que nos assinantes e na venda avulsa (WEBER, 2002, p.188). Além da crise econômica, que produz efeitos diretos sobre as carreiras profissionais, podendo mesmo interditar a sua continuidade, alega-se com frequência cada vez maior a existência de uma espécie de “crise moral”, que estaria ligada à difusão de práticas consideradas ruins para o jornalismo, com efeitos perversos sobre a sociedade em geral. Os já mencionados “denuncismo”, “sensacionalismo”, os “assassinatos de

reputações”, “julgamentos midiáticos”, a “partidarização”, etc., são tantas formas pelas quais são expressas as críticas que analistas, juristas, entre outros, mas também os próprios jornalistas, lançam sobre o seu ofício. Por vezes, este tipo de crítica, que traz consigo a constatação da “crise”, extrapola a discussão sobre as “boas práticas” profissionais, levando mesmo à constatação de um “problema civil” (ABREU e LATTMAN-WELTMAN, 2001, p.8).

A transformação do jornal em grande empresa, a dependência cada vez maior da publicidade para o equilíbrio das contas, a multiplicação das assessorias de imprensa e a diminuição no tempo para a produção de notícias com as novas tecnologias são fatores constantemente evocados para referendar a ideia de “crise” no jornalismo. Uma das primeiras “vítimas” desse processo seria o jornalismo investigativo, geralmente considerado não ter tanto apelo comercial juntos aos públicos.

Entre o final dos anos 1990 e início da década de 2000, observa-se no Brasil a multiplicação de experiências de jornalismo “independente”, no sentido de jornalismo feito fora da “imprensa tradicional”, como é designada pelos próprios jornalistas, e sem a dependência direta da publicidade para seu financiamento. Essa diversificação do mercado jornalístico estaria diretamente ligada ao enxugamento dos contingentes das grandes redações, com sucessivos e constantes “passaralhos”<sup>165</sup>.

Grande parte dos veículos que têm encampado essa modalidade de atuação profissional são ONGs que com frequência têm entre seus financiadores grandes fundações internacionais. Organizações como Repórter Brasil, Agência Pública de Jornalismo Investigativo, Ponte Jornalismo e Jornalistas Livres são apenas algumas que se reivindicam, e são reconhecidas, como responsáveis por uma parte da produção “investigativa” no jornalismo brasileiro desenvolvido fora das redações de grandes veículos.

O modelo chamado “independente” está diretamente ligado a concepções específicas do *métier* e recruta profissionais cujos perfis revelam um forte engajamento em causas sociais, seja na cobertura frequente desse tipo de pauta, ou mesmo no envolvimento direto em movimentos sociais, ONGs, etc., com particular ênfase na defesa e promoção dos “direitos humanos”. Os trabalhos considerados “investigativos” estão aumentando neste setor, saindo das grandes redações, dadas as limitações atuais de espaço, tempo e custeio para o

---

<sup>165</sup> Um levantamento feito por uma agência de reportagens (Volt Data Lab) sobre as demissões de jornalistas entre 2012 e 2015 no Brasil aponta uma tendência acentuada de diminuição dos efetivos das grandes redações. Os números de jornalistas demitidos são, respectivamente: 119 (2012), 386 (2013), 244 (2014) e, 684 (2015). O grupo empresarial que mais demitiu nesse período no país foi o Grupo Abril, seguido, nesta ordem, pelo Grupo Estado, Grupo Folha, Grupo RBS, pelo portal Terra e pelo jornal Valor Econômico.

desenvolvimento de matérias desse tipo, como alegam os próprios jornalistas<sup>166</sup>. No Brasil, jornalistas que buscam se definir como “independentes” criticam com frequência as práticas da “mídia tradicional”.

Entra em pauta a relativa alteração de padrões de engajamento e concepções profissionais no jornalismo, ligada à afirmação de grupos de jornalistas que têm nas suas trajetórias a marca do investimento sistemático na redefinição da profissão, tanto nas suas formas de financiamento “inovadoras”, quando na primazia ao mesmo tempo política e jornalística dada a temáticas “sociais”. Logo, o estudo de organizações desse tipo também representa uma oportunidade de cotejar os processos de importação-exportação de modelos e tecnologias profissionais, bem como de causas políticas e sua tradução para o espaço jornalístico. Está em jogo, portanto, de um lado, as possibilidades de “politização” da condição profissional e a pluralidade dos engajamentos possíveis, e, de outro, a promoção e cooperação em torno de “causas”, inclusive da própria causa profissional, internacionalmente reconhecidas como legítimas.

Na coleta de dados para a tese, vários jornalistas atuantes em ONGs com esse perfil foram entrevistados. Contudo, para os fins da exposição, e dado o volume de informações relativamente maior, tomamos como caso exemplar o da Agência Pública de Jornalismo Investigativo.

### 3.1 Agência Pública de Jornalismo Investigativo: os direitos humanos como causa profissional

Sendo uma ONG que se define como “a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do país”, a Pública é um caso representativo de uma série de tendências que se sobrepõem no espaço jornalístico brasileiro no período recente e que configuram uma modalidade relativamente nova de atuação no jornalismo<sup>167</sup>. Pretendemos demonstrar como o ativismo profissional e seu enfoque em pautas “sociais” associado ao investimento em ONGs jornalísticas passa a se constituir numa das formas privilegiadas de acesso e relação com

---

<sup>166</sup> A Agência Pública de Jornalismo Investigativo fez um levantamento em 2016, denominado “Mapa do jornalismo independente”. A ideia foi mapear as iniciativas jornalísticas independentes e recentes no Brasil num “momento de ruptura e renascimento que o jornalismo vive”. O critério adotado pela agência foi considerar experiências que “nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas”. No levantamento, foram identificadas, nos termos dos critérios adotados, 92 organizações jornalísticas “independentes” (<http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html#>). Acesso em: 15/04/2016).

<sup>167</sup> Uma primeira sistematização e análise dos dados aqui apresentados pode ser encontrada em Lima (2018).

organismos estrangeiros, e de construção de carreiras internacionais, notadamente por meio da participação em “investigações” transnacionais baseadas em “grandes vazamentos”.

### 3.1.1 O contato com um jornalismo “contra-hegemônico”

Muitos autores que se dedicaram ao estudo da profissão jornalística já salientaram a centralidade das redes de relações estabelecidas dentro das redações para o desenrolar das carreiras, em particular por se tratar de uma profissão pouco institucionalizada, onde os “convites” e “indicações” são estruturantes dos modos de recrutamento profissional (PETRARCA, 2007, p.166; MICK e LIMA, 2013, p.49). Para o caso em pauta, essa importância é ainda maior, tendo em vista o caráter relativamente estreito e a densidade da rede que permite às jornalistas em questão circular pelo espaço profissional. As suas respectivas trajetórias foram marcadas pela passagem, em diferentes momentos de suas carreiras, por um mesmo veículo, a revista Caros Amigos, que guarda algumas especificidades em relação ao conjunto da imprensa brasileira do final dos anos 1990 e primeira década dos anos 2000, as quais cumpre destacar.

Fundada em abril de 1997<sup>168</sup>, em São Paulo, a revista surgiu a partir de discussões travadas por “um grupo de amigos, que incluía jornalistas, publicitários, profissionais liberais, profissionais da comunicação” que desejava “criar um veículo que se contrapusesse ao jornalismo predominante”, tanto em termos de linha editorial quanto nas formas de financiamento e gestão. Buscavam com isso trazer de volta o “texto de qualidade” e incarnar os “valores essenciais do jornalismo”.

“Reunião de inteligências e de talentos” (PEREIRA FILHO, 2004, p.114) que viam o jornalismo como “a coisa mais importante do mundo” (KUCINSKI, 1991, p.177), o grupo de jornalistas envolvido no “projeto” da criação de Caros Amigos já tinha trabalhado junto em outras redações e veículos, com destaque para a revista Realidade e alguns jornais da chamada “imprensa alternativa<sup>169</sup>”, que floresceu e conheceu seu apogeu e ocaso durante o período militar. Em entrevista a Pereira Filho (2004, p.28), Marina Amaral, à época repórter de Caros Amigos, e uma das fundadoras da ONG Pública, considerava que a influência da “imprensa alternativa” na revista teria se dado “de uma maneira muito orgânica, porque pessoas que

---

<sup>168</sup> A revista encerrou suas atividades em 2017, após 20 anos de existência, devido a problemas financeiros. <https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/332323/Revista-Caros-Amigos-chega-ao-fim.htm>. Acesso em: 21/06/2018.

<sup>169</sup> Ferron (2007) alerta para os perigos que uma análise irrefletida com base da categoria de “mídia alternativa” engendram, que envolvem inclusive os possíveis usos das interpretações acadêmicas nas lutas de legitimação que se desenrolam no espaço jornalístico entre “tradicionais” e “alternativos”.

fizeram parte de diversos projetos criaram laços e continuaram juntas. Essas pessoas trouxeram essa bagagem (...). É um jornalismo alternativo, no sentido de contra-hegemônico”.

Buscando captar o “espírito” da revista, o “jeito Caros Amigos de ser”, Pereira Filho (2004, p.26) considera que o veículo “resgata a vertente alternativa e de independência do jornalismo brasileiro, dentro de uma perspectiva criativa, ativa e renovadora”. O autor inscreve explicitamente a experiência e o “legado” de Realidade e da “imprensa alternativa” no “projeto” de Caros Amigos, sendo esta “herança” ela mesma reivindicada, em maior ou menor grau, pelos próprios jornalistas da emergente publicação: “Para Caros Amigos a revista Realidade é uma referência, uma inspiração, um sonho de Ícaro a ser perseguido e, um dia quem sabe, alcançado” (PEREIRA FILHO, 2004, p.103).

Em torno de Realidade, se reuniu um grupo de profissionais sintonizados com as “aspirações democráticas” manifestadas pelas “classes médias urbanas brasileiras”, que tinham consciência das suas responsabilidades enquanto “homens públicos” e “contadores de histórias”, e que “namoravam com a literatura” e “buscavam a inovação e a experimentação”. Era “a vontade pura e simples de fazer jornalismo, que está na essência da atividade e da profissão e que corre como sangue em vermelho bem vivo pela veia de todo verdadeiro repórter” (PEREIRA FILHO, 2004, p.56).

Estes profissionais buscavam em matrizes norte-americanas a legitimidade para se distinguir no contexto nacional. Eram “ratos de publicações estrangeiras”, influenciados particularmente pela corrente do “*New Journalism*”, “que rompia com o padrão de objetividade do jornalismo americano e permitia o exercício da subjetividade, a vivência das situações durante a própria reportagem, assim como a liberdade narrativa e estilística<sup>170</sup>” (KUCISNKI, 1991, p.176), fazendo amplo uso da técnica do perfil ou da descrição realista da vida cotidiana para “deixar inteligíveis os problemas sociais” (NÉVEU, 2006, p.171). Dada essa composição, “a publicação pôde se assumir como (...) porta-voz de um discurso transgressor e libertário, que deixava inundar suas páginas e reportagens com os temas polêmicos e contestadores, vivendo inclusive no limite do embate e do conflito com o regime dos generais e sua censura” (PEREIRA FILHO, 2004, p.52-53).

A radicalização do regime militar e o final da revista Realidade foram fatores que favoreceram a migração de “grandes repórteres” para a imprensa “nanica”, espaço ao mesmo tempo de produção jornalística – inclusive parte daquela considerada “investigativa” – e de luta e resistência política, onde se mesclavam “satisfação ideológica e intelectual”,

---

<sup>170</sup> Pereira Filho (2004, p.54) identifica a influência do “*New Journalism*” sobre a publicação na sua busca para “construir as diversas narrativas da realidade”.

“compromisso com o público” e os “valores primeiros da profissão” (PEREIRA FILHO, 2004, p.66), com críticas ao regime e aos costumes das classes médias e superiores do período. Para um dos fundadores da revista, a proximidade de Caros Amigos com o “fenômeno alternativo” que teve lugar décadas antes aparece “quando procura despertar a discussão abordando a realidade com olhar principalmente crítico, quando elege temas de interesse das maiorias (...), quando expõe a violação dos direitos humanos (...). Enfim, quando prossegue na velha busca do que deu origem à profissão<sup>171</sup>” (PEREIRA FILHO, 2004, p.28).

Outro elemento ainda compõe, por oposição, as intenções da publicação: a “grande imprensa” e seus modos de produção de notícias. A pouca preocupação com o “potencial crítico” do jornalismo, as relações com os poderes constituídos, manipulação, “pasteurização” e homogeneização da informação, a redação como “linha de montagem”, e o “empobrecimento da linguagem e dos recursos narrativos” seriam diferentes aspectos que levariam o jornalismo a um “reducionismo cartesiano” e a uma “mesmice enfadonha e cansativa” (PEREIRA FILHO, 2004, p.19).

Junto das críticas relativas ao fabrico das notícias, estão as críticas à “mercantilização” da atividade, ao caráter empresarial dos grandes veículos, e aos seus “sistemas de valores e interesses”<sup>172</sup>. A mais recorrente das denúncias dessa ordem remete ao fato de que a propriedade dos maiores conglomerados de comunicação do país se encontram nas mãos de grupos familiares. Tentando identificar possíveis explicações para o “conservadorismo” da mídia “tradicional” no Brasil, Grün (2018, p.47) considera que “os meios de comunicação brasileiros relevantes têm sua propriedade muito concentrada em poucas famílias, num cenário que já se prolonga no tempo”. A propriedade dos meios de comunicação por “capitalistas dotados de agendas econômicas, políticas e ideológicas específicas e conservadoras”, faria com que a mídia “vergasse para a defesa de seus interesses e preferências”.

Caros Amigos intentava “furar o bloqueio” que o contexto das “megacorporações da comunicação e de sua agenda neoliberal e pretensas verdades absolutas” (PEREIRA FILHO, 2004, p.105) representava para seus fundadores. A presença da revista no espaço profissional permitiria uma “ampliação enriquecedora da agenda”, já que seria dotada de “critérios distintos de noticiabilidade” (PEREIRA FILHO, 2004, p.149).

---

<sup>171</sup> Para uma discussão sobre a generalidade da estratégia de “retorno às fontes” que se encontra na origem de todas as tentativas de subversões heréticas, ver Bourdieu (2006, p.33).

<sup>172</sup> Sobre a oposição entre veículos “estabelecidos” e *outsiders* no jornalismo, e os condicionantes que se impõem aos segundos na busca por afirmação no espaço jornalístico, ver Néveu (2006, p.67).



Considerada um “exemplo de jornalismo político e cultural” (PEREIRA FILHO, 2004, p.11), Caros Amigos acolhe “vozes críticas do pensamento da esquerda brasileira” e faz um “contraponto ao jornalismo feito pela grande imprensa de massa”. Traria consigo a preocupação em difundir outras ideias, visões de sociedade e projetos para o país. Em síntese, um jornalismo questionador e com “responsabilidade social”, preocupado com o “interesse público”, com as garantias da diversidade e pluralidade, com a cidadania e com a defesa dos direitos humanos (PEREIRA FILHO, 2004 p.24-25).

É possível afirmar que Caros Amigos constituiu-se, no final dos anos 1990 e início dos 2000, como um “polo de atração” para jovens estudantes de jornalismo interessados na cobertura de pautas “sociais” e de “direitos humanos”, juntamente com a revista Carta Capital<sup>173</sup>. Esses dois veículos são frequentemente identificados com posições mais à “esquerda<sup>174</sup>” e, mais especificamente, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e determinados movimentos sociais, como o MST<sup>175</sup>. Segundo Pereira Filho (2004, p.208), Caros Amigos traz no seu “código genético” o intento de “dar vazão e voz à demanda reprimida do pensamento dos que se encontram do ‘lado de cá’ – a esquerda”. Isto não quer dizer que essa identificação “partidária” não tenha sido alvo de críticas e controvérsias internas às próprias publicações. No caso específico de Caros Amigos, a suposta relação com o PT foi contestada internamente e foi um dos principais motivos para rupturas.

Ainda que nenhum jornalista da revista tivesse alguma vinculação formal ao Partido dos Trabalhadores, era reconhecido que “se ouve que a revista tem a cara do PT” (PEREIRA FILHO, 2004, p.158). As dificuldades e soluções financeiras encontradas por Caros Amigos em diferentes períodos estariam mesmo diretamente relacionadas a isso. No início, a revista contava com grandes anúncios. Quando passou a se estabelecer enquanto uma publicação “alternativa e “independente”, “com uma evidente visão de esquerda e progressista”, teria surgido o “conflito de interesses”.

Muitos anunciantes, “cúmplices dos investidores deste país”, evitariam investir em páginas da revista. O “estrangulamento” assim efetuado pelos grandes anunciantes é visto como um “veto político ao projeto editorial da revista”, que responderia ao “desejo das elites dominantes (...) de não ver existir no país uma publicação que afronte esse círculo vicioso da

---

<sup>173</sup> Revista fundada em 1994 por Mino Carta.

<sup>174</sup> Apesar de, ainda no final dos anos 1990, a publicação reivindicar para si o fato de não ser nem de “direita”, nem de “esquerda” (PEREIRA FILHO, 2004, p.26), anos após a sua criação, Caros Amigos adotou o *slogan* “A primeira à esquerda”.

<sup>175</sup> Sobre o engajamento político não só como um complemento, mas como um recurso profissional valorizado, ver Aubret (2010). Para uma análise da porosidade, mas ao mesmo tempo da complexidade e das variações das relações entre veículos jornalísticos e partidos políticos no caso francês, ver Kaciak (2010).

informação controlada pelos conglomerados e seus anunciantes” (PEREIRA FILHO, 2004, p.160-161). Em contrapartida, os jornalistas de Caros Amigos passam a buscar anunciantes junto a “administrações progressistas e de esquerda”, no caso, prefeituras e governos estaduais comandados pelo “bloco de oposição”. Devido a essa “confluência e encontro de interesses” é que teria surgido com força a “marca PT” atribuída à revista (PEREIRA FILHO, 2004, p.164).

Ao mesmo tempo, as avaliações do “mérito jornalístico” eram totalmente perpassadas por uma leitura e avaliação políticas entre tendências de esquerda. Bernardo Kucinski, jornalista da “imprensa alternativa” e autor de obra sobre o período, em depoimento a Pereira Filho (2004, p.170) afirma por exemplo que os jornalistas de Caros Amigos “não são maduros politicamente, porque eles rejeitam a política. Estão mais para o anarquismo, no sentido da rejeição de tudo aquilo que é organizado. Essa turma sempre foi assim, desde a época de Realidade”. Por outro lado, Roberto Freire, um dos fundadores e então editor-executivo da publicação e o “guru” dos jornalistas da ala “combativa” de Realidade (KUCINSKI, 1991, p.177), se afastou da revista por considerar que ela tinha sido “englobada” pelo PT: “Essa não é a revista com que tínhamos sonhado”, concluiu (PEREIRA FILHO, 2004, p.176).

O “projeto” de Caros Amigos era bastante ambivalente. Os jornalistas que integravam a publicação, nos seus esforços para legitimar a posição da revista enquanto um empreendimento “ eminentemente jornalístico”, rechaçavam o rótulo “militante” e a postura de “levantar bandeiras”, embora não se desfizessem da dimensão engajada e politicamente orientada. Segundo um dos seus principais expoentes, “o espírito jornalístico é muito forte aqui dentro. Essa é uma diferença significativa. Outras publicações são feitas por militantes. Aqui, não é assim. São jornalistas que interpretam essa militância. É diferente. É algo semelhante ao que acontece no *Le Monde Diplomatique*” (PEREIRA FILHO, 2004, p.219).

Enquanto um empreendimento que envolve jornalistas que “assumem seus objetivos políticos” e “oferecem alternativas de comunicação a grupos segregados pela grande imprensa” (PEREIRA FILHO, 2004, p.11), este tipo de publicação permite observar as continuidades entre as lógicas de funcionamento de veículos “alternativos” e as que frequentemente caracterizam os movimentos sociais de esquerda em geral. As reuniões de pauta e discussões jornalísticas eram inseparavelmente ocasiões para debates políticos e controvérsias ideológicas, e as rupturas profissionais eram ao mesmo tempo rupturas pessoais, desencadeadas principalmente por divergências políticas. Este registro ao mesmo tempo profissional e político é bastante próximo daquele observado em praticamente todos os jornais da “imprensa alternativa”. O início, continuidade e fechamento das publicações eram

tributários dos muitos “rachas” entre tendências políticas mais “radicais” (como as que defendiam a alternativa da luta armada) e mais “moderadas” (como as que, no final da ditadura militar, vão advogar por uma saída “democrática” para o regime) (KUCINSKI, 1991). Com efeito, a “imprensa alternativa” foi um dos principais lugares onde se replicaram diretamente as disputas internas às organizações de esquerda da época, o que ajuda a explicar a grande quantidade de veículos, assim como a efemeridade de muitos deles, já que “quem perdia a briga e saía acabava fundando uma outra publicação” (PEREIRA FILHO, 2004, p.70).

O principal artífice de Caros Amigos foi o seu editor-chefe, o jornalista Sérgio de Souza, proprietário da editora Casa Amarela que, entre o conjunto das suas publicações, tinha na revista o seu “carro-chefe”. Fundada no início de 1996 no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, a Casa Amarela tinha ao mesmo tempo pretensões “culturais” e “políticas”, como se pode observar a partir das séries de fascículos intituladas “Rebeldes Brasileiros” e “História Imediata”. Alguns dos livros publicados pela editora foram inclusive escritos por colaboradores ou membros regulares de Caros Amigos.

De início, as conversas que dariam origem à revista tinham por objetivo criar um veículo que falasse sobre a Vila Madalena. Com a incorporação de outros jornalistas às discussões, a ideia da publicação ganhou em amplitude. Os contornos de Caros Amigos foram definidos durante uma viagem a Cuba por parte de Souza e outros “grandes jornalistas”. Apesar da sua pretensão “intelectual” e de resgate do aspecto “literário” e “romântico” da atividade jornalística, é a confluência com outras “empresas” e a multiposicionalidade dos seus principais protagonistas que permitem compreender a criação e evolução de uma publicação como Caros Amigos, similarmente ao caso analisado por Coradini (2003, p.129-131).

Sérgio de Souza iniciou sua carreira no jornalismo no final dos anos 1950, na Folha de S.Paulo, migrando para a revista Quadros Rodas, da editora Abril, alguns anos mais tarde. Na editora, participou da equipe que criou a revista Realidade, onde ocupou a função de editor. É reconhecido como um dos “monstros sagrados” da publicação (KUCINSKI, 1991, p.175). Assim como outros que fizeram parte de Realidade, era próximo da organização política de esquerda Ação Popular (KUCINSKI, 1991, p.38), derivada das mobilizações em torno do Movimento de Educação de Base (MEB), lançado em larga escala por correntes engajadas da Igreja Católica, com forte penetração nos meios universitários e estudantis (PÉCAUT, 1990, p.165-173), sendo este um exemplo entre tantos possíveis da conjuntura favorável à intervenção das igrejas no universo associativo e político (CORADINI, 2008a, p.159).

Embora próximo, Souza era um dos que mais resistia a uma vinculação orgânica com a AP. Em 1968, com o endurecimento da ditadura militar, a Ação Popular ordenou que seus militantes caíssem na clandestinidade e se “misturassem ao povo”. Enquanto uma organização “voraz” (AGRIKOLIANSKY, 2017, p.178-179), a AP reclamava assim uma adesão total dos seus membros, buscando impor aos seus militantes formas de renúncia em relação aos outros engagements ou vinculações sociais que pudessem ameaçar a “dedicação à causa”. No mesmo ano, a editora Abril começou a impor certos limites à ala mais “combativa” da redação. Os jornalistas que dela faziam parte constituíam um grupo “temido pelos patrões”, devido ao seu envolvimento maior ou menor junto à AP.

Nos termos de Bernardo Kucinski (1991, p.176), o ambiente constituído até então na redação de Realidade era de “autonomia jornalística”. Diante das pressões da editora, esse grupo decidiu sair do veículo e procurar emprego individualmente. Mesmo assim, “mantiveram-se como um coletivo, oferecendo-se ao mercado, como uma equipe jornalística completa. Era uma novidade”. Assim teria surgido a chamada “equipe revisteira”. Esse grupo formava “uma das mais demarcadas ‘panelas’ do jornalismo brasileiro sob o aspecto do código de comportamento”, devido ao compartilhado “desprezo às convenções e tradições” (KUCINSKI, 1991, p.176).

Entre os quadros egressos da redação de Realidade, houve uma cisão em relação à diretiva da Ação Popular e aos seus destinos na “imprensa alternativa”. Aqueles que a rejeitaram criaram jornais com viés “existencialista” e “antidoutrinário”. Diante da “alternativa sedutora” que representava a participação política direta e o combate clandestino ao governo, estes jornalistas “preferiram ficar no jornalismo”. Os jornalistas que seguiram a orientação da AP e caíram na clandestinidade se ligaram a publicações “de frente política”. Segundo Kucinski (1991, p.176-177), Souza faria parte do primeiro grupo, o dos que recusaram entrar na clandestinidade. A oposição entre “jornalistas” e “revolucionários” não remete, contudo, a uma oposição entre engajamento e desengajamento. Mesmo entre os que fazem a opção por permanecer na vida “regular” e na atividade dita eminentemente jornalística, é a política no seu sentido amplo que orienta o conjunto das tomadas de posição.

No início dos anos 1970, Souza foi proprietário da Arte & Comunicação, uma “empresa jornalística alternativa” que foi responsável pelo lançamento de algumas publicações “existenciais” e “antidoutrinárias” da época, como Bondinho, Jornalivo e Ex. Uma característica dos “nânicos” publicados pela empresa seria o “eterno retorno ao jornalismo da Realidade” (KUCINSKI, 1991, p.182-183). A criação da Arte & Comunicação teria sido “o primeiro grande esforço cooperativo (informal) de jornalistas dos anos 70”

(KUCINSKI, 1991, p.178), e buscava prestar serviços jornalísticos para terceiros para, num segundo momento, tentar publicações próprias. No começo, tratava-se de “ganhar dinheiro”. Para tanto, contou o reconhecimento profissional e o capital social acumulado pelos “expurgados” de Realidade, que ajudaram na venda de cotas da empresa. “A situação difícil despertou na antiga equipe da Realidade um dos seus momentos de maior criatividade” (KUCISNKI, 1991, p.182).

Em novembro de 1971, o grupo Arte & Comunicação lança então Bondinho, inicialmente uma revista de serviços ligada ao grupo de supermercados Pão de Açúcar, em São Paulo. Surgiu como “uma revista convencional para a classe média paulistana”, distribuída nos supermercados da rede, e inspirada na norte-americana *Family Circle*, que era vendida em supermercados daquele país (KUCINSKI, 1991, p.178-179). A revista fazia parte de um conjunto de iniciativas visando aumentar a renda da empresa. Na parceria assim firmada, o Pão de Açúcar pagava por algumas páginas de anúncios, e apoiava a revista na busca de anúncios dos seus fornecedores.

Apesar do perfil dos seus fundadores, Bondinho era inicialmente uma revista “comportada” e “convencional”, que oferecia ao público amenidades em geral. Com o tempo, o grupo de jornalistas que compunha a revista decidiu passar à venda nas bancas, postura que, para Kucinski (1991, p.183-184), refletia tanto a rejeição do sucesso alcançado por Bondinho enquanto empresa comercial quanto “seu código de total desobrigação com compromissos assumidos ou convenções”. A partir daí, a equipe assumiu sua “vocação alternativa”, adotando tom mais provocativo e migrando de uma “cultura de resistência” para uma “contracultura”. Bondinho deixa de ser a revista “bem-comportada da família que vai às compras no Pão de A ugar” e torna-se a “revista da juventude inquieta e contestadora” (KUCINSKI, 1991, p.185).

Em dezembro de 1971, um mês após o lançamento de Bondinho, os jornalistas de Arte & Comunica o criam o Jornalivro que, como o próprio nome sugere, visava a publica o de livros de caráter literário em jornal, “uma das mais inovadoras ideias daquele período, uma proposta ao mesmo tempo defensiva, em termos de estratégia de mercado, e ofensiva, em termos de conteúdo e forma” (KUCINSKI, 1991, p.181). Entretanto, essa empreitada sofreu com algumas dificuldades, como a relutância por parte de alguns autores em entregar originais para serem publicados neste formato, por avaliarem que ele fazia com que o livro perdesse valor “como objeto de arte” (KUCINSKI, 1991, p.182).

Com o final de Bondinho, devido a falta de anunciantes e problemas financeiros, e a dissolu o do grupo que a compunha, os jornalistas partiram para outras iniciativas. Uma

delas foi Ex, que começou a ser distribuída nas bancas de São Paulo pelos próprios jornalistas, em novembro de 1973. Novamente, a influência do jornalismo praticado em Realidade se faz presente, adicionando-se à radicalização política característica do final de Bondinho: “Ex realiza em toda sua plenitude o estilo da equipe da Realidade, o jornalismo de ruptura (...). Ex expressa a ansiedade do grupo em produzir um jornalismo contundente, que vá direito à ferida, sem metáforas, sem compromissos com a censura” (KUCINSKI, 1991, p.186).

Souza passou ainda pela Globo e Bandeirantes, entre outras emissoras. Tinha o sonho de fazer uma “revista de esquerda, de alto nível”. Buscando “servir primeiro ao leitor, e depois à empresa”, Souza encontrou dificuldades nos seus trabalhos na “grande imprensa” (PEREIRA FILHO, 2004, p.110) e a criticava por não olhar para “os de baixo”<sup>176</sup>. A ele é imputada a preocupação com o texto, tendo sido um dos responsáveis, em Realidade, por resgatar o “tratamento literário” na reportagem. Considerado por alguns como um “mártir do jornalismo brasileiro”, faleceu em 2008, “de pobreza”<sup>177</sup>, não sem antes promover, pela Caros Amigos, duas edições do “Anticurso Caros Amigos: como não enriquecer na profissão”.

Essa breve descrição de Sérgio de Souza e a sua centralidade e da sua revista para o caso da ONG analisada, ilustra a chamada concepção carismática da “profissão” e das relações entre os pares (CORADINI, 1997a, p.460), com destaque para as “qualidades humanas” e vínculos entre “discípulos” e “mestres”. A centralidade de Sérgio de Souza para o caso das jornalistas da ONG Pública vai além dos aprendizados que com ele obtiveram. Após o contato com este jornalista, as suas respectivas carreiras foram, em maior ou menor, redirecionadas.

O surgimento da revista Caros Amigos é interpretado como “um dos resultados do próprio processo de conflitos e contradições vivido pelo jornalismo”, e estaria baseado numa “ética da rebeldia”, no sentido de se contrapor às “visões burocráticas e reducionistas do jornalismo” (PEREIRA FILHO, 2004, p.23) e mostrar que “um outro jornalismo é possível”. Este tipo de saída “alternativa” para as práticas e modos de organização econômica da mídia *mainstream* traz consigo alguns impasses, por exemplo quanto à denúncia da notícia enquanto

---

<sup>176</sup> A “defesa da maioria indefesa” é retomada explicitamente em editorial que comemora os quatro anos da publicação (PEREIRA FILHO, 2004, p.115).

<sup>177</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/01/1951712-com-seu-rigor-e-generosidade-sergio-de-souza-foi-um-martir-do-jornalismo.shtml>. Acesso em: 14/08/2018.

“mercadoria”, ao passo que se impõe a necessidade de buscar produzir um jornalismo “sustentável” economicamente<sup>178</sup>.

O enunciado “desprezo” pelo aspecto econômico e pela dimensão burocrática das empresas jornalísticas, com o apego correlato ao aspecto “artesanal” da atividade, também foi uma marca da “imprensa alternativa”, como no caso de O Pasquim, um dos mais famosos e bem-sucedidos entre os “alternativos”. Com o aumento das suas vendas, chegando a mais de 100 mil exemplares por semana, e da margem de lucro, surgiu a oportunidade da compra das gráficas do Grupo Feitler, no Rio de Janeiro, o que permitiria um crescimento importante para a publicação. O cartunista Jaguar, à época à frente do grupo de O Pasquim, recuou, “assustado com a perspectiva de se tornar patrão” (KUCINSKI, 1991, p.XIX).

Em Caros Amigos, a busca seria pela inversão da lógica do lucro. A possibilidade do crescimento empresarial ou da obtenção de rendimentos salariais vantajosos é colocada em segundo plano em nome das “causas” encampadas pela revista e pelo grupo que a criou: “Não se trata de trabalho voluntário, amador ou filantrópico, muito embora, nesse momento, grande parte dos colaboradores ainda estabeleça esse tipo de relação com a editora, exatamente por acreditar em sua proposta e projeto” (PEREIRA FILHO, 2004, p.153-154).

A experiência da Caros Amigos se aproxima em muitos aspectos daquilo que analisa Hubé (2010), para o caso de dois outros veículos “alternativos”. O anticonformismo, a recusa de qualquer forma de autoridade, o desejo de criar uma imprensa de “esquerda” são elementos constitutivos da publicação em pauta. De igual modo, os dilemas relativos à organização e profissionalização das empresas jornalísticas “alternativas” engendraram uma série de dilemas, como a preocupação de “não perder a alma” da publicação ao passo que ela crescia comercialmente, ou as mudanças relativas à centralização do processo decisional, com a instituição de uma direção de redação, que ia de encontro aos princípios políticos de autogestão (HUBÉ, 2010, p.92-93).

No caso de Caros Amigos, é destacado o modo “transgressor” com que funciona a redação da revista, baseado nas críticas aos formatos redacionais mais “tradicionais” da “grande imprensa”. Mesmo que Sérgio de Souza fosse o “centro da redação”, o “coração pulsante do projeto de Caros Amigos” (PEREIRA FILHO, 2004, p.109), essa centralidade não era rígida, tudo se passando como se a redação fosse um espaço informal de “troca de

---

<sup>178</sup> Para discussões sobre a situação de *double-bind* na qual frequentemente se encontram os veículos jornalísticos “alternativos” entre, de um lado, sua vontade de produzir um discurso heterodoxo sobre o mundo social e, de outro, a busca de uma autonomia relativa (tanto material quanto simbólica) na sua produção, ver os trabalhos de Ferron (2007, 2010). Sobre as tensões entre interesses econômicos e “culturais” e sua “união precária” em contextos de frágil institucionalização, ver Coradini (2003, p.130).

ideias”, de “cooperação” entre todos os que dela faziam parte, conformando a representação de um “coletivo” tão paritário quanto possível.

Mesmo que se reconhecesse a necessidade de alguma estruturação do funcionamento interno da redação, isso não deveria representar a criação de “entidades autoritárias” ou de “burocracias partidárias estalinistas”: “O caos é saudável, ainda mais quando estamos tratando de um projeto e produto com a cara e o jeito da Caros Amigos” (PEREIRA FILHO, 2004, p.221). Em suma, o que aí estava em jogo era se dotar de uma estrutura organizacional que estivesse de acordo com os seus princípios políticos (HUBÉ, 2010). Ao mesmo tempo surpreso e encantado com a organização redacional de Caros Amigos, Pereira Filho (2004, p.120-121) destaca que:

(...) Caros Amigos não tem chefias (...). Foge daquilo que se tornou uma espécie de padrão e convenção em termos de estrutura e cotidiano de empresa de jornalismo. Caros Amigos transgride a regra geral. Nela, as funções se misturam, o grande salão único e aberto permite o intercâmbio e troca de funções, as conversas sobre o andamento da edição do mês (...). É um estilo que certamente foi trazido das tantas e tantas experiências cooperativas e coletivas por onde já passou e transitou Sérgio de Souza, em seus diversos anos de carreira e jornada jornalística. Caros Amigos rompe de maneira tão significativa com os padrões conhecidos e difundidos de funcionamento de uma redação jornalística que, muitas vezes, não tem nem reunião de pauta ou fechamento! As matérias vão surgindo, os assuntos aparecem, os colaboradores escrevem, os artigos são produzidos, a entrevista é feita, Serjão dá os títulos, acompanha a revisão, sem que haja uma discussão mais profunda sobre rumos ou diretrizes para tal ou qual número.

Apesar do reconhecimento de que, para adquirir alguma segurança financeira, é preciso se dotar de algum grau de organização burocrática e de divisão de tarefas, é destacada a “horizontalidade” com que isto buscava ser feito na redação, e a articulação dessa dimensão formal com as prioridades avançadas: gerar “informação de qualidade (...), contribuindo com a pluralidade de vozes (...). O projeto editorial da revista pensa, em primeiro lugar, no direito à informação e em sua democratização, resgatando a função social e pública que deveria ser cumprida por todos os meios de comunicação” (PEREIRA FILHO, 2004, p.154).

É a esse meio “politizado”, “intelectualizado”, pretensamente “desinteressado<sup>179</sup>” e “crítico” dos padrões sociais e profissionais, onde reivindicações de engajamento político e excelência jornalística se combinam, que as jornalistas fundadoras da Agência Pública atribuem a aquisição da maior parte das suas concepções profissionais, e mais do que isso: em grande medida, o desenrolar das suas carreiras posteriormente às suas respectivas passagens por Caros Amigos dependeram das relações tecidas no interior da revista, ou, de modo mais

---

<sup>179</sup> No sentido de recusa do lucro econômico. Para uma análise das lutas que opõem produtores de produtos de uma mesma espécie entre posições “comerciais” e “não-comerciais”, ver Bourdieu (2006, p.25-26).



amplo, da rede de profissionais e instituições que orbitavam o “projeto” da publicação, como no caso de colaboradores ocasionais, movimentos sociais diversos, etc. Como será possível observar a partir do exame das trajetórias, as disposições “sociais” e “políticas” adquiridas em diferentes momentos também cumpriram papel importante nas escolhas e destinos profissionais.

### 3.1.2 “Uma agência criada por mulheres”

A ênfase na dimensão do gênero na criação da Agência Pública aproxima este caso daquele que foi analisado por Lévêque (2009). A questão da feminização da profissão jornalística é ambígua e diferenciada, variando segundo as configurações nacionais e tipos de mídia. Sua presença é, por exemplo, muito maior no audiovisual (GUIMARÃES, 2006, p.192). De modo mais geral, a sobrerrepresentação de mulheres é comumente considerada um indicador de desvalorização, marginalização ou “crise” de um domínio de atividade (CHAPOULIE, 1973, p.86; COMBY, 2009, p.164).

Devido a barreiras diversas, como assédio e diferenças salariais, a carreira jornalística das mulheres tende a ser mais curta em relação à dos homens. Sua presença em cargos de direção e chefia também é bem menor. Os contrastes ligados à “condição feminina” podem ser observados ainda em algo que podemos chamar, genericamente, de “divisão sexual das pautas”. É muito mais provável encontrar mulheres cobrindo temas ligados às *soft news* (comportamento, cultura, “social”, etc.) do que aqueles mais corriqueiramente pertencentes às *hard news*, mais centradas na “tensão da atualidade” (NÉVEU, 2006, p.44). Mesmo quando cobrem pautas ligadas ao segundo conjunto de acontecimentos, muitas vezes é para buscar, por exemplo, os impactos “sociais” da não implementação de uma política pública ou algo similar.

No conjunto geral da amostra de profissionais entrevistados, as correspondências entre gênero e tipo de pauta mais frequentemente “investigada” corroboram este tipo de tendência. Inclusive, divisões dessa ordem fazem com que o recrutamento de jornalistas mulheres por veículos de comunicação se dê explicitamente “com base em sua suposta capacidade de produzir um jornalismo mais concreto, mais atento à vida cotidiana dos leitores” (NÉVEU, 2006, p.172). No caso da ONG em pauta, o gênero é avançado como um trunfo profissional e um diferencial em um mercado jornalístico dominado por homens, mesmo que levantamentos recentes apontem a preponderância de mulheres na profissão, em números absolutos (MICK e LIMA, 2013, p.33).

Embora essa dimensão não esteja ausente, não se trata tanto de um jornalismo “feminino”, no sentido de que destaca as qualidades frequentemente atribuídas às mulheres e sua aplicação no fabrico de notícias, como a “sensibilidade” e similares, mas de um jornalismo “feminista”, no sentido atualmente difundido, de uma “politização” das hierarquias de gênero. O jornalismo praticado dentro da agência se identifica com a agenda atribuída ao “movimento feminista” e busca constantemente promovê-la, tanto nos temas tratados quanto no enquadramento que lhes são dados.

A primeira das mulheres que fundaram a agência é Marina Amaral, a jornalista mais velha do conjunto de profissionais que integram a Agência Pública, com 57 anos à época da entrevista. Provém de uma família de “classe média alta” da capital paulista, é filha de pai advogado formado pela USP, em 1957, dono do seu próprio escritório de advocacia na cidade, e de mãe secretária. Estudou em colégios particulares “tradicional” de São Paulo. Nos ensinos primário e fundamental, frequentou o Madre Alix, que classifica como “um colégio católico de freiras pra meninas bem nascidas<sup>180</sup>”. No ensino médio, estudou no Colégio Santa Cruz, “um colégio da elite liberal”.

Participou do movimento estudantil no fim dos anos 1970, entre o final do seu ensino médio e início da sua primeira graduação (em Administração, na FGV, que não chegou a concluir), em São Paulo, sem que tenha exercido nenhuma função de liderança no mesmo. Além disso, foi simpatizante do PT na juventude, sem nunca se filiar ao partido, e participou das manifestações das “Diretas Já”.

Sua família registra uma proximidade relativamente grande com o universo jornalístico, com familiares tendo tido certo protagonismo em algumas funções dentro da profissão, em diferentes períodos. Seu bisavô, Amadeu Amaral, poeta e folclorista, foi diretor de redação do jornal O Estado de São Paulo no início do século XX, tendo ingressado nele em 1910: “Eu tenho certeza absoluta que ele tava lá [no jornal] na semana dos modernistas, porque embora ele fosse um poeta parnasiano, ele defendeu que o jornal cobrisse a Semana de Arte Moderna, e ele era pessoalmente aparentado ao Oswald de Andrade, entendeu?” (Entrevista com Marina Amaral, concedida em 29 jan. 2016). Seu tio-avô, Nabor Caires de Brito, foi um dos fundadores do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e sua mulher, Iolanda Caires de Brito, a primeira mulher a ser sócia deste mesmo sindicato. Mesmo assim, esta jornalista não credita a esse passado familiar a sua escolha pela profissão, pois, segundo ela, a

---

<sup>180</sup> Sobre as relações de frações dominantes com o sistema de ensino, particularmente em relação às mulheres, ver Saint-Martin (1993, p.184-216; 1999).

geração em que cresceu, mais “conservadora”, não considerava o jornalismo uma boa profissão para uma mulher “porque andava pra todo lugar, não tinha horário...”.

Ingressou na faculdade de jornalismo em 1981, se formando apenas em 1992, e requerendo o diploma junto à instituição somente em 2002. Além da graduação em Administração, também chegou a iniciar o curso de letras, na USP. Nas suas palavras: “Só concluí o Jornalismo, e ainda assim porque o sindicato ficava me perseguindo”. Antes de ingressar no curso de Jornalismo e após desistir do curso de Administração, Marina Amaral viajou para a Europa, morando um ano e meio entre a Suíça e a França. Ao regressar do exterior, entra ao mesmo tempo nas faculdades de Jornalismo e Letras em 1980, e alega que escolheu o jornalismo como profissão porque “gostava de escrever” e se “interessava pelas histórias das pessoas”.

Iniciou o exercício da profissão no ano de 1983, portanto, ainda durante os estudos universitários, na Folha de S.Paulo. Era a época do “Projeto Folha”, que contribuiu para introduzir novos profissionais na redação e, em certa medida, para reconfigurar o espaço jornalístico paulistano. Na Folha, Amaral ocupou funções de edição e revisão. No jornal, uma das primeiras relações estabelecidas no meio profissional foi com Renato Ribeiro Pompeu, um primo distante, que foi importante no seu destino profissional posterior à Folha. Saiu desse jornal em meio a questões pessoais e, por indicação de Pompeu, conheceu alguns jornalistas mais velhos, que tinham participado da criação da revista Realidade, entre eles, Sérgio de Souza e Mylton Severiano, ele mesmo um dos “monstros sagrados” de Realidade e um dos fundadores de Caros Amigos. Marina se declara “pupila” desses jornalistas, e considera que, a partir do conhecimento destes profissionais, sua carreira jornalística “decolou”. Foi então trabalhar na TV Record, como repórter de vídeo, a convite de um ex-chefe de reportagem da Folha. Em seguida, trabalhou na revista Globo Rural, que tinha como diretor de redação Sérgio de Souza, e lá afirma ter aprendido, com “Serjão”, que “pode se fazer jornalismo investigativo em todo e qualquer veículo que você tiver”.

Posteriormente, em 1997, Marina Amaral vai trabalhar como repórter da revista Caros Amigos, que havia sido recém-fundada por Sérgio de Souza. Anos depois, assumiu a função de editora na revista. Nela permaneceu até o ano de 2007. Desta publicação, chegou a ser sócia. A editora Casa Amarela, e, conseqüentemente, a revista Caros Amigos, passavam por frequentes problemas financeiros, bastante comuns entre os veículos que pretendem se contrapor à “lógica do mercado”. Durante os 20 anos de existência da revista, foram muitos os arranjos buscados para garantir alguma sobrevivência financeira. No início, um dos fundadores e editor-executivo de Caros Amigos, Roberto Freire cedeu os direitos autorais dos seus livros à

Casa Amarela, no intuito de auxiliar na arredação de fundos (PEREIRA FILHO, 2004, p.171). Numa dessas oscilações financeiras, Marina Amaral entrou como sócia ao investir na empresa parte de uma herança recém-recebida.

Observa-se o peso da passagem por redações jornalísticas nos (re)direcionamentos da carreira, como já destacado. As redações jornalísticas são lugares exemplares da formação de um capital de relações sociais com outros jornalistas, mas também com fontes, que pode possibilitar a ampliação do leque das ocupações profissionais possíveis, algo que também será possível observar em outros trajetos apresentados em seguida. São os contatos e amizades tecidas no meio que são mais frequentemente avançados para justificar a entrada ou saída de um veículo, em comparação com critérios “técnicos”, baseados em algum tipo de competência ou *expertise*.

No caso de Marina Amaral, os contatos com os jornalistas Renato Pompeu e Sérgio de Souza mostraram-se fundamentais, não apenas para o aprendizado de técnicas específicas próprias ao *métier*, mas também para concepções “críticas” em relação aos parâmetros considerados “tradicionais” da prática jornalística, às formas de financiamento e à organização empresarial. Cumpre destacar, entretanto, que as críticas em relação à “grande mídia” não implicam uma ruptura com os veículos que a compõem, como se pode observar pelas constantes parcerias entre veículos “tradicionais” e “independentes” na cobertura de determinados temas.

Natalia Viana Rodrigues é, assim como Marina Amaral, diretora da Agência Pública, e faz parte de uma “geração” mais jovem de profissionais, tendo 36 anos na ocasião da entrevista. Nascida e criada em São Paulo, provém de uma família de classe média, com pai engenheiro sanitarista formado pela USP e mãe vendedora. Estudou em escola pública na educação fundamental, e migrou para o colégio Oswald de Andrade, particular, no ensino médio, juntamente com suas duas irmãs, uma doutora em sociologia pela USP e professora da FGV, e a outra, uma “artista” que reside em Pernambuco.

A passagem pelo colégio Oswald de Andrade foi relevante no seu percurso social e profissional, assim como de suas irmãs. Com pais “tucanos” e imersa em um ambiente familiar onde não se falava muito de “política”, o contato mais sistemático com discussões dessa ordem se deu no Oswald de Andrade, que era um colégio “mais politizado” e “bastante liberal, bastante puxado pras humanidades e pro pensamento crítico”, contribuindo para que a jornalista em questão e suas irmãs acabassem “virando pessoas meio de esquerda, meio malucas”, que não fazem “nada por dinheiro”. Se referindo a si e às irmãs, diz: “sociologia pela sociologia, a arte pela arte, o jornalismo pelo jornalismo”.

Ainda que em um grau de parentesco relativamente distante, Viana tem na família um tio-avô que foi um “grande jornalista” do interior de São Paulo, “amigo do Vladimir Herzog”. Mesmo assim, a descoberta desse familiar se deu posteriormente ao seu ingresso na profissão, não tendo portanto influência sobre a sua escolha profissional. A opção pela faculdade e pela profissão teria se dado porque “sempre quis ser escritora”. Não registra também nenhuma participação política anterior ou posterior ao exercício da profissão. Entretanto, a atuação profissional é perpassada por um sentido de “missão” que se intensificou com o desenvolvimento da carreira: “[Não] queria mudar o mundo (...). Agora é que eu quero, antes eu não queria. Acho que isso é um percurso diferente, né? Eu não queria mudar o mundo, e acabei, tipo, num lugar que tá meio transformando o mundo” (Entrevista com Natalia Viana, concedida em 28 jan. 2016).

Seu primeiro envolvimento com atividades relacionadas ao jornalismo foi no Oswald de Andrade, onde criou um “jornalzinho”. Entrou nos cursos de Jornalismo (na PUC-SP, concluído em 2001) e História (na USP, que não concluiu). Ainda durante a faculdade de jornalismo, trabalhou na assessoria de comunicação da universidade e, em seguida, viajou para Londres, em 2000, para aprender a falar inglês, e voltou para o Brasil fazendo “*freelas*”. Em 2002, foi estagiária de edição no portal Terra, um dos maiores do país. Considerava um “lugar horroroso” para se trabalhar, pois sua atividade no veículo não tinha “a menor relação com a essência do jornalismo, de trazer a verdade”.

Neste período, estava “a um passo de desistir do jornalismo”, porque se sentia “massacrada”. Nesse mesmo ano, entrou como repórter na revista Caros Amigos, onde ficou por quatro anos. Soube da vaga aberta por meio de uma amiga que estagiava no local. Falou com Sérgio de Souza, a quem ainda não conhecia pessoalmente, e entrou na revista, aos 21 anos. Para ela, a revista “mantinha os valores essenciais do jornalismo”. Sua passagem por essa publicação demonstra, uma vez mais, o peso das redações jornalísticas nos trajetos profissionais, em detrimento das cadeiras das universidades e dos aprendizados e conhecimentos nelas obtidos.

(...) o meu grande contato com o jornalismo foi na Caros Amigos, até mais do que na faculdade. Quando eu entrei na Caros Amigos, mudou a minha vida, quando eu conheci a Marina, quando eu conheci o Serjão, quando eu conheci o Renato Pompeu... Ali eu entendi o que era jornalismo, ali eu falei: “nossa, esse é o meu lugar” (...) A Caros Amigos, na época que eu tava na faculdade, era a coisa mais legal que tinha, né? (...). Eu fui lá, implorei, falei: “Serjão, por favor, deixa eu entrar!”. Ele falou: “Não, mas não tenho dinheiro. Aqui, eu não posso pagar o que você ganha”. Eu falei: “Não importa, deixa eu ver o que é” (Entrevista com Natalia Viana, concedida em 28 jan. 2016).

O desejo de trabalhar com formatos ao mesmo tempo “alternativos” e “independentes” por parte de Viana encontrou em Caros Amigos um lugar particularmente propício para se desenvolver. Na sua leitura, o emprego na revista mudou a sua vida, pois passou a conviver com “uma geração que transformou o jornalismo brasileiro (...), e transformou também a realidade brasileira”, que fizeram e faziam “jornalismo bem feito, de impacto”. As posições críticas em relação ao modelo “tradicional” de produção de notícias, que bem podem ser observadas no caso dos profissionais que criaram a Caros Amigos, também fazem parte do repertório de Natalia Viana para defender a “causa” profissional, a “essência” e “nobreza” do jornalismo, em detrimento das “máquinas de moer gente” que seriam as grandes redações.

A última dentre as três jornalistas que participaram da fundação da agência passou pela redação da Caros Amigos após a saída de Marina Amaral e Natalia Viana. Portanto, não dividiu o ambiente desta redação com as duas. Mesmo assim, seu trajeto profissional se desenrola em meio a um conjunto de relações comum. Nascida em São Paulo, Tatiana Merlino Dias de Almeida passou o início da infância em Santos, cidade dos seus pais, retornando para a capital paulista em seguida. Se define como sendo de uma família de “classe média mais conservadora”, com pai delegado de polícia e mãe formada em Letras e artista plástica. Foi educada em colégios particulares bem conceituados, e morava numa região nobre da cidade.

Seu interesse por política, jornalismo e questões de “direitos humanos” iniciou na adolescência, quando começou a tomar contato com a história do seu tio, Luiz Eduardo Merlino, jovem jornalista militante de esquerda que foi capturado, torturado e morto por militares, em 1971<sup>181</sup>. Era o seu “herói da adolescência”. Embora não tenha conhecido pessoalmente o seu tio, já que nasceu em 1976, a jornalista define o contato com esse acontecimento familiar como “absolutamente determinante”, pois a fez “questionar muita coisa”. A partir daí, passou a frequentar reuniões do PT e da Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos, pois queria “resgatar a militância” do seu tio, queria “ver como seria ser uma militante àquela época”. A própria escolha da profissão foi inspirada no seu tio, também jornalista, e no fato de “ter um familiar assassinado”.

Em 1998, após interromper dois cursos universitários, Publicidade e Propaganda (FAAP), e História (USP), decidiu partir para a Inglaterra, onde morou um ano e fez cursos de inglês e literatura. No seu retorno ao Brasil, se torna professora de inglês e discente do curso de jornalismo da Cásper Líbero, que é concluído em 2005. O ambiente universitário, somado

---

<sup>181</sup> Para maiores detalhes sobre o caso, ver: <https://apublica.org/2011/07/merlino-x-ustra-memoria-de-um-tempo-nao-vivido/>. Acesso em: 17/07/2018.

à experiência familiar relacionada ao período militar, condicionou os rumos da carreira. Desejava fazer jornalismo de revista, e, particularmente, trabalhar na Caros Amigos.

Um dos seus professores na Cásper Líbero era José Arbex Jr., então editor da revista Caros Amigos, que anunciou na faculdade que, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, em 2002, alguns movimentos sociais estavam se organizando para produzir um “jornal dos movimentos sociais” e “de esquerda”. O jornal em questão é o Brasil de Fato, que advoga por “uma visão popular do Brasil e do Mundo<sup>182</sup>”, e que foi lançado durante o Fórum Social Mundial de 2003, realizado em Porto Alegre. José Arbex Jr., inclusive resalta a relação e semelhança da Caros Amigos com o FSM. Para ele, a revista seria uma espécie de “versão impressa do Fórum”, devido à “pluralidade” dos colaboradores, sua “preocupação com o Brasil” e com “os destinos da nação”, pela posição contra o “imperialismo” e alinhada a “um novo momento de vigor crítico e organizativo da esquerda internacional” (PEREIRA FILHO, 2004, p.230). Essa percepção se ancora ainda nas relações “de camaradagem, de solidariedade, de respeito às diferenças e franqueza na hora de expor essas divergências” (PEREIRA FILHO, 2004, p.119).

A visão da publicação como uma arena aberta de discussões com base em princípios gerais comuns vai ao encontro das disputas em torno da definição do FSM como um “espaço”, em detrimento da ideia de um “movimento”, que seria percebido como politicamente delimitado e, portanto, mais restrito. A oposição geral à “mundialização”, ao “neoliberalismo”, etc. segue no mesmo sentido (CORADINI, 2008, p.160). A revista exemplificaria, tal qual o FSM, que “um outro jornalismo é possível”, comprometido com os direitos humanos, com as liberdades de expressão e opinião, com a justiça social, a distribuição de renda, com a reforma agrária, com a cidadania e com a fraternidade (PEREIRA FILHO, 2004, p.227).

Arbex Jr. foi o primeiro editor do jornal Brasil de Fato, e buscou recrutar estudantes para a composição inicial do veículo. Dado o seu interesse e envolvimento com questões “sociais” e, de modo mais geral, com a “política”, Tatiana Merlino manifestou sua vontade de trabalhar no jornal recém-criado para o seu então professor. Assim, ingressou no veículo, onde permaneceu por sete anos, como repórter e editora, sempre cobrindo pautas relacionadas majoritariamente aos “direitos humanos”. Lá, estreitou suas relações com movimentos sociais diversos, e, principalmente, com o MST, do qual se tornou uma “apoiadora”.

---

<sup>182</sup> <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: 26/06/2019.

Em 2010, migra para a Caros Amigos como repórter especial e editora, quando Marina Amaral e Natalia Viana já haviam deixado o veículo. No entanto, estas últimas acompanhavam o trabalho de Merlino na revista, e, após uma série de contatos sucessivos, a convidaram para montar o projeto da Pública, onde permaneceu apenas por alguns meses, saindo da ONG por “divergências editoriais”.

Definindo-se como uma “militante do direito à memória e à verdade”, após sua passagem por Caros Amigos trabalhou na Comissão da Verdade do estado de São Paulo, e agora integra a Ponte Jornalismo, veículo “incubado<sup>183</sup>” pela Agência Pública e especializado na cobertura de violações dos direitos humanos e segurança pública.

Cabe ainda destacar que mesmo este último caso, em que a conciliação entre o engajamento político e a atividade jornalística parece bem estabelecida, ainda evidencia o quão delicado é o trabalho de gestão das identidades profissional e militante no jornalismo dito investigativo, uma vez que, em entrevista, observa-se a reticência em professar as “causas” em prol das quais as jornalistas da agência atuam. Geralmente, a afirmação da condição engajada vem acompanhada, sem que essa questão seja colocada pelo pesquisador, de um contraponto: o quanto isso não interfere na atuação jornalística, na “isenção” ou na “objetividade”.

Ainda que não seja uma das fundadoras da ONG, Andrea Di Profio Moretoni participa da mesma praticamente desde o seu início, sendo a primeira repórter a integrar o quadro dos profissionais da agência. Nascida em São Paulo, é filha de um arquiteto e mãe fonoaudióloga graduada pela PUC-SP, com mestrado e doutorado pela USP. Ambos são classificados pela jornalista como “militantes na época da ditadura”, além de fundadores, anos depois, de uma ONG que visava atender meninas grávidas em situação de risco.

A jornalista sempre estudou em escolas particulares, e se formou em jornalismo pela universidade privada Anhembí-Morumbi, em 2004, mas ingressou na profissão no início da graduação, em 2001, quando entrou como estagiária na revista Caros Amigos, onde permaneceu por cinco anos. Trabalhou ainda na Rede Record, e fazendo “*freelas*” para publicações variadas, em sua maioria revistas consideradas comumente como “de comportamento” (Marie Claire, GQ, Trip, etc.).

Sua relação com a Caros Amigos precede à sua entrada na profissão. Nas suas palavras: “Eu queria ser jornalista para trabalhar na Caros Amigos”. O critério dessa escolha de destino profissional, que a jornalista afirma ter feito ainda no ensino médio, se deve ao fato

---

<sup>183</sup> Diz-se do processo de apoio institucional para o começo das atividades de uma empresa, veículo, etc.



de que, na sua avaliação, essa publicação era a única referência em termos de um jornalismo voltado para a questão dos direitos humanos, temática que mais lhe interessava. Nesse sentido, justifica a sua escolha profissional como ligada principalmente a uma espécie de “indignação” e necessidade de “fazer denúncias”, atribuídas à sua participação política, que se deu desde o período escolar, muito embora não registrasse nenhuma participação formal e direta em movimentos sociais.

Moretoni atribui à Caros Amigos boa parte do seu aprendizado profissional, particularmente graças àquele que define como seu “mestre da vida”, o jornalista Sérgio de Souza. Com seu desejo de trabalhar na revista, mas sem dispor de nenhum contato que pudesse lhe indicar, foi por conta própria à sede do veículo, desejando falar com “Serjão”. Na conversa, contou do seu desejo de fazer parte dos quadros da revista, e solicitou um estágio.

Ele falou: “Olha, mas você tem noção de que aqui você não vai aprender o jornalismo lá fora, né? O que a gente vive aqui é uma coisa totalmente diferente das outras redações. Isso não vai te dar uma formação pro mercado de trabalho. Se é isso que você procura, aqui não é um bom lugar”. Eu falei: “Não, não é isso que eu procuro. Eu procuro o que tá aqui” (*risos*) (Entrevista com Andrea Di Profio Moretoni, concedida em 10 nov. 2015).

A reivindicada defasagem do funcionamento da revista em relação à “lógica do mercado” e o caráter de “exceção” que poderia representar Caros Amigos no espaço profissional são aspectos que também aparecem nos aprendizados que Andrea Moretoni afirma ter tido nos anos que ali passou. Ainda como estagiária, sugeriu ao seu chefe uma reportagem sobre educação infantil no MST, para a qual foi autorizada. Após submeter o manuscrito a Sérgio de Souza, o jornalista pediu que ela a reescrevesse, desta vez em primeira pessoa, “dizendo o que você sentiu, o que você viu, o que você pensou...”.

Aí eu falei: “Uau! Como assim?! Quem sou eu pra escrever uma reportagem em primeira pessoa na Caros Amigos?!”. Daí isso foi um *mind-blowing*, né? E acho que foi daí que ele me estragou (...). A gente brinca que o Serjão estragou todo mundo. E aí eu reescrevi em primeira pessoa, e descobri um novo mundo. E desde então peguei esse jeito, essa forma de escrever, acho que foi bem moldada na Caros Amigos mesmo (Entrevista com Andrea Di Profio Moretoni, concedida em 10 nov. 2015).

“Estragar”, no sentido que lhe é assim atribuído por Moretoni, significa incorporar concepções e práticas profissionais pouco convencionais para os padrões da mídia “tradicional”. Na redação de Caros Amigos, a jornalista conheceu Marina Amaral e Natalia Viana, com as quais estabeleceu vínculos profissionais e de amizade, que se traduziram anos depois no convite para compor o corpo de profissionais da Agência Pública. Na agência,

Moretoni se dedica principalmente, mas não exclusivamente, à cobertura de temas relacionados à mulher. Também frequenta eventos nacionais e internacionais de jornalismo representando a ONG.

Mais recentemente, dedicou especial atenção à “ascensão do conservadorismo” no Brasil, em particular por meio da cobertura da dita “bancada evangélica”, a partir de uma matéria publicada em 2015 no veículo. Seguindo na esteira dessa primeira reportagem sobre o tema, adensou suas investigações e publicou seus achados, preocupações e denúncias em livro, intitulado “Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder” (DIP, 2018), publicado pela editora Civilização Brasileira.

O prefácio do livro, chamado “Uma grande reportagem”, remete, ainda que não explicitamente, à “época dourada” do jornalismo representada pela vivência de Sérgio de Souza e parte dos fundadores de Caros Amigos em Realidade e na “imprensa alternativa”. Marina Amaral, redatora do prefácio em questão, apresenta Andrea Di Profio Moretoni como uma “repórter sensível, com valorosa bagagem no jornalismo, em especial no campo dos direitos humanos” (AMARAL, 2018, p.14). Ainda neste mesmo preâmbulo, é apresentada uma das “denúncias” que o livro pretende fazer, e que é um repertório de crítica da profissão recorrentemente acionado pelos fundadores ou egressos de Caros Amigos: as colusões entre a “mídia” e “projetos de poder”. No caso, a “mídia” é apresentada como “braço direito” da penetração das igrejas evangélicas na política, contribuindo para a “mistura explosiva de política e religião na vida nacional” (AMARAL, 2018, p.13).

Além de uma reportagem, o livro representa expressamente uma tomada de posição contra o fenômeno investigado. Enquanto um “relato fresco e quente”, “Em nome de quem?”, publicado pouco antes das eleições gerais de 2018, convida o leitor a uma reflexão e à necessidade de “marcar posição” diante do fato de que “hoje temos nossa liberdade ameaçada por uma estrutura corrompida de poder, por ideias reacionárias, pelo ódio e pela intolerância, por distorções e achatamentos de conceitos” (DIP, 2018, p.21), pela “onda reacionária”, e pelos retrocessos e ataques a direitos de mulheres, negros e minorias em geral.

Os registros que combinam comprometimento profissional e vinculações a causas sociais e/ou políticas favorecem uma série de apropriações tanto da profissão quanto dos engajamentos. Andrea Moretoni, além de cobrir principalmente pautas relacionadas aos direitos das mulheres, participa ativamente de movimentos feministas, embora não milite “oficialmente”. Ao mesmo tempo em que se engaja em prol de uma “causa”, e, de certo modo, a promove nas suas matérias, também utiliza esse tipo de vinculação para o seu trabalho, na medida em que tem acesso a informantes privilegiados, por exemplo. Há uma

“simpatia mútua” entre as organizações feministas e o seu trabalho como jornalista, que suplanta os usos profissionais das relações assim estabelecidas, a sua atuação sendo ao mesmo tempo jornalística e política.

Por exemplo, eu tô fazendo uma reportagem sobre violência contra a mulher, (...) e aí de repente pode aparecer uma história de uma mulher que tá em perigo, né, passando por um perigo, ou que ela tá apanhando em casa ou não sei o quê, e aí eu posso entrar em contato com essas organizações e posso articular alguma coisa específica com essa mulher. Mas isso é uma coisa minha, né? Fora do trabalho (...). Eu faço parte, mais de que uma organização, acho que dessa rede de apoio principalmente a vítimas de violência (Entrevista com Andrea Di Profio Moretoni, concedida em 10 nov. 2015).

Mesmo quando esse tipo de imbricação é constatado, existe uma necessidade de demarcação dos limites da atuação política devido aos princípios de “objetividade” e “isenção” próprios ao “bom jornalismo”, como no caso já mencionado do trabalho de Lemieux (2001b, p.56-57), que afirma que o jornalismo investigativo permite aliar uma “necessidade de justiça de ordem pessoal” a retóricas de distanciamento profissional.

Para as profissionais da Agência Pública, está em jogo a possibilidade de se elevar acima do simples exercício da profissão, agindo em nome e por meio dela para intervir em realidades julgadas injustas ou incorretas. Ainda que a atuação profissional nesses casos possa envolver algum “ato de fé”, as simpatias políticas precisam ser ajustadas às exigências de “objetividade”. Nesse esforço de legitimação, os jornalistas frequentemente buscam apresentar algum distanciamento, ainda que formal, dos domínios cobertos (COMBY, 2009, p.161-163).

### 3.1.3 A “descoberta” do jornalismo *non-profit* e do “mundo das ONGs”

Alguns trabalhos e levantamentos recentes têm tentado dar conta de mapear a extensão e características da “crise” do jornalismo e apontar alternativas. Uma delas gira em torno do desenvolvimento de um modelo que se encontra em expansão em vários países: o jornalismo “sem fins lucrativos”, que em grande parte é encabeçado por veículos de pequeno porte e voltados para temáticas específicas (KAPLAN, 2013; DEMENECK, 2016). Este modelo seria uma resposta aos desafios impostos pela queda das receitas de publicidade dos veículos “tradicionais”, o que estaria levando a demissões em massa de profissionais, e mesmo ao encerramento das atividades de empresas jornalísticas.

No caso específico do jornalismo investigativo, cujos custos de produção são em geral mais elevados, o modelo “sem fins lucrativos” apresenta uma recente e clara tendência de crescimento. Segundo o relatório de Kaplan (2013), a maior parte das organizações de jornalismo investigativo sem fins lucrativos nos EUA surgiram após a crise econômica de 2008, que também afetou a indústria jornalística naquele país. Para o caso brasileiro, esse mesmo relatório, segundo a sua metodologia específica, identifica três organizações sem fins lucrativos voltadas prioritariamente para a produção ou treinamento profissional: Agência Pública, Ponte Jornalismo e ABRAJI.

O contexto histórico do jornalismo nos Estados Unidos é marcado fortemente por tensões constantes entre “comercialismo” e engajamento cívico por parte da “sociedade civil”, em oposição ao Estado, de acordo com os pressupostos do modelo pluralista e com a moral cívica que lhe é correspondente. Diante deste tipo de impasse, dos anos 1960 aos anos 1990, difundiu-se a crença de que seria possível atingir uma situação de “*win-win*”, na qual o lucro poderia ser unido ao serviço público (BENSON, 2018, p.2).

Mais especificamente entre as décadas de 1980 e 1990, os grandes conglomerados de mídia dos Estados Unidos viveram uma “era dourada”. Estavam entre os setores mais lucrativos do país. Durante essas duas décadas, os veículos de comunicação usaram parte das suas volumosas receitas para subsidiar “formas de jornalismo civicamente valiosas, mas menos monetizáveis, tais como o investigativo” (BENSON, 2018, p.3). As crises financeiras de 2001 e 2008 teriam representado a “falência do mercado” para a imprensa, com quedas vertiginosas nas receitas de publicidade e redução dos postos de trabalho no país. Um dos impactos disso foi a suspensão progressiva dos investimentos em jornalismo investigativo, “minando sua capacidade de servir como ‘cão-de-guarda’ da corrupção” (BENSON, 2018, p.3).

O modelo *non-profit*, cuja ascensão no contexto norte-americano data principalmente da metade dos anos 2000, é visto como um meio de transcender o impasse entre comercialismo e compromisso cívico, para focar unicamente no serviço público (BENSON, 2018, p.2), uma vez que esse tipo de organização jornalística não teria entre os seus objetivos a busca do lucro. Não se trataria de uma ruptura com a *mainstream media*, mas de uma complementação e cooperação com ela. Politicamente, o desenvolvimento do jornalismo *non-profit* está ligado, nos Estados Unidos, a uma “modesta agenda reformista liberal de esquerda” (BENSON, 2018, p.11).

Os jornalistas que têm investido neste setor, entre os quais se encontram muitos egressos da mídia “comercial” e “tradicional”, são vistos como “reformadores” que tentam

restaurar a “era de ouro” do *public-minded journalism* norte-americano e sua “missão cívica tradicional”: “Mídias sem fins lucrativos são necessárias, argumentam seus proponentes, porque o sistema de mídia comercial reconfigurado está subproduzindo a quantidade e a qualidade de casos públicos e reportagem investigativa necessários a uma democracia” (BENSON, 2018, p.4)

No modelo em pauta, a base principal dos financiamentos são os *grants* de fundações filantrópicas<sup>184</sup>, que contêm entre seus programas o de difundir e fomentar o jornalismo “investigativo” e “independente”, visando melhorar a “qualidade da democracia” assim como promover os valores da “transparência”, a defesa dos “direitos humanos”, e assim por diante<sup>185</sup>. No caso das fundações norte-americanas, que representam a ampla maioria dos recursos oriundos de filantropia que financiam iniciativas jornalísticas *non-profit*, elas “apóiam uma série de causas, grandes e pequenas, seguindo os caprichos de seus fundadores, o constante monitoramento de suas equipes para o próximo grande sucesso e um compromisso geral com o bem público” (BENSON, 2018, p.9).

A ampliação massiva desse novo nicho de financiamento tende a intensificar a concorrência no meio profissional pelos *grants* das fundações, assim como a difundir concepções “empreendedoras” no jornalismo, o que faz com que passe a se exigir dos profissionais competências voltadas para a gestão e *fundraising*, e não apenas aquelas voltadas para a produção jornalística em si, tais como o cultivo de fontes, a apuração, etc.<sup>186</sup>. Nesse sentido, para Rosental Calmon Alves, “um dos maiores fenômenos da evolução da mídia dos EUA é o jornalismo sem fins de lucro. Toda essa transição de ecossistemas de mídia precisa desta nova disciplina: jornalismo empreendedor” (TOGNOLLI, 2011, p.65).

É com esse modelo *non-profit* e com o “mundo das ONGs” que a jornalista Natalia Viana passa a ter contato na sua segunda ida a Londres, em 2006, logo após a sua saída da Caros Amigos. Desta vez, Viana partiu para fazer uma pós-graduação em Radiojornalismo no *Goldsmith College*, na Universidade de Londres, com bolsa do *British Council*, concluída em 2008. Nesse período, foi correspondente internacional da Bandnews e, além disso, trabalhou em parceria com diversas ONGs internacionais de jornalismo, tais como o *Center for Investigative Journalism*, *Panos London* e *Center for Investigative Reporting*, da Califórnia.

<sup>184</sup> De acordo com os dados apresentados por Benson (2018), entre 2005 e 2012, foram criadas 308 organizações jornalísticas sem fins lucrativos em 25 estados norte-americanos, apoiadas por 279 fundações.

<sup>185</sup> Além das doações de fundações, o *crowdfunding* (ou financiamento coletivo) tem sido uma outra forma, ainda secundária, por meio da qual os veículos “independentes” têm buscado angariar fundos para a produção de reportagens.

<sup>186</sup> Para apontamentos analíticos sobre a dupla dependência (política e econômica) do jornalismo, ver Chupin e Nollet (2006) e Champagne (2016) e, para uma análise sobre a “tendência à heteronomia” do campo jornalístico, consultar Bourdieu (1997).

No CIJ, teve como chefe Gavin Macfayden, jornalista investigativo de Londres, ex-membro do conselho consultivo da Pública.

A profissional credita ao seu segundo período em Londres o conhecimento sobre o modelo de jornalismo *non-profit*, que foi aplicado à experiência da Pública. Além disso, sua passagem pelo exterior lhe rendeu o estabelecimento de uma série de contatos que foram mobilizados para possibilitar a criação e funcionamento da ONG. A partir deste caso, é possível apreender tanto a variedade de rendimentos que a posse e reconversão de um capital internacional permite obter, alguns dos mecanismos através dos quais se realizam as operações de importação-exportação de modelos, concepções e práticas profissionais, assim como os seus usos e significados atribuídos no contexto nacional.

#### 3.1.4 O “furo do ano” e a criação da ONG

Após retornar para o Brasil, Natalia Viana não voltou a trabalhar diretamente para nenhuma empresa jornalística, afirmando ter aprendido, em Londres, a fazer jornalismo “independente”, vendendo suas reportagens para veículos diferentes, dentro e fora do país. Além dos “*freelas*” e reportagens independentes, também se dedicou à produção de livros-reportagem, todos voltados, direta ou indiretamente, para a temática dos “direitos humanos”.

Em 14 de novembro de 2010, estava “em um bangalô à beira do rio Tapajós”, no Pará, onde moraria por um mês para a realização de uma reportagem. Recebeu um telefonema de uma jornalista com quem havia trabalhado no *Center for Investigative Journalism*, afirmando que estava trabalhando junto a “uma organização muito influente” e que tinha um trabalho para oferecer a ela. Foi então convidada a participar de uma das séries de vazamentos de documentos sigilosos das embaixadas americanas promovidos pela organização Wikileaks, ONG criada em 2006 por Julian Assange, sediada na Suécia, especializada em publicar em sua página postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis. Recebeu a ligação 15 dias antes da publicação, pela organização, de aproximadamente 250 mil telegramas das embaixadas norte-americanas.

Apesar de ter sido criado em 2006, foi em 2010 que o Wikileaks ganhou projeção mundial, com a publicação de documentos secretos do governo dos EUA, supostamente vazados por um soldado norte-americano que servia no Iraque. Este teria sido o “mais extenso material restrito a ser vazado na história do jornalismo” (VIANA, 2013, p.11). Os documentos vazados evidenciavam violações de direitos humanos e crimes de guerra

cometidos pelo exército norte-americano no Iraque. No mesmo ano desse vazamento, Assange passou a um regime de confinamento na embaixada do Equador em Londres, para não ser extraditado para a Suécia, onde era acusado de supostos crimes de assédio sexual.

A organização em questão se insere naquilo que se convencionou chamar de “ciberativismo”. O “movimento *cypherpunk*”, mais especificamente, considera a internet como um espaço de disputa política. Para o seu fundador, a rede mundial de computadores é uma “trincheira”, inseparavelmente política e tecnológica, de luta entre “ciberativistas” e governos, grandes empresas, e “poderosos” em geral. Os princípios que guiavam estes ativistas do Wikileaks se encontrariam no cruzamento da “máxima *cypherpunk*” de “privacidade para os fracos e transparência para os poderosos”, e da “filosofia *hacker*”, que advoga que “a informação quer ser livre” (VIANA, 2013, p.11).

Assange teria então unido a sua *expertise* de desenvolvedor de códigos digitais aos “fundamentos básicos do jornalismo”, buscando trazer à tona “histórias de interesse público”, envolvendo “segredos de Estado, violações de direitos humanos por empresas, [e] o rastro documental dos crimes dos poderosos – que sempre foram a base para o jornalismo investigativo” (VIANA, 2013, p.13). Criou um sistema de criptografia que permitia que defensores dos direitos humanos mantivessem sigilo dos dados criptografados mesmo que sofressem tortura por parte de governos autoritários. Esse mecanismo permitiria ainda que *whistleblowers*<sup>187</sup> em geral denunciasses governos e empresas sem medo de represálias. Em resumo, “o Wikileaks significava a libertação da verdade por meio da criptografia” (VIANA, 2013, p.12). O Wikileaks assim visava “abalar a indústria de notícias” e questionar o “controle da informação noticiosa”.

Como se pode observar, os repertórios dos agentes ligados ao Wikileaks, que combinam a busca pela “essência” do jornalismo com variadas formas de ativismo, se assemelham muito ao que almejavam os fundadores de Caros Amigos, sem, é claro, a dimensão da “trincheira tecnológica”. Em todo caso, está em jogo para a organização também produzir jornalismo “inovador” e de “impacto”, um “modo revolucionário de fazer jornalismo” (VIANA, 2013, p.10). As ambições e concepções do Wikileaks eram muito próximas das que Natalia Viana tomara contato principalmente em Caros Amigos. Mas mais do que uma similitude profissional e “ideológica”, o contato com outros jornalistas durante as suas passagens pelo exterior mostrou-se aqui decisivo para o convite que lhe foi feito. O

---

<sup>187</sup> O termo designa indivíduos que conhecem “esquemas” secretos e que os denunciam, em caráter anônimo, ao público, geralmente por meio da imprensa.

jornalismo enquanto um trabalho constante de gestão de relações personalísticas também vale, certamente, para a circulação internacional.

Dadas as dificuldades de comunicação onde se encontrava, em meio à Amazônia, Viana ouviu o recado da jornalista inglesa com o convite apenas horas depois. Diante do caráter vago da mensagem, entra em contato com Gavin Macfayden, seu ex-chefe, para tentar obter maiores detalhes. Macfayden foi um dos diretores do Wikileaks e era amigo próximo de Julian Assange, chegando inclusive a, juntamente com sua esposa, instituir um fundo que visava arrecadar dinheiro para a defesa do ativista contra as várias acusações das quais viria a ser alvo. Para Viana, Macfayden é “um dos mais incríveis jornalistas” que diz ter conhecido na carreira, que “adora as reportagens arriscadas, saboreia os resultados, ri sem parar quando lembra que algum rico corrupto foi pego com a boca na botija. E sempre me dá as melhores dicas<sup>188</sup>”.

A proposta de trabalho implicava que ela estivesse em Londres dentro de poucos dias, em um determinado local indicado, sem saber ainda qual seria o trabalho e para quem trabalharia. Durante a conversa ao telefone com Macfayden, ele apenas lhe adiantou que o trabalho seria com uma pessoa “recentemente famosa”. Viana, tal como “grande parte dos jornalistas investigativos”, já tinha conhecimento e acompanhava com entusiasmo a “cruzada por documentos secretos” empreendida por Julian Assange. Diante da aceitação do convite, volta para Londres.

O endereço para onde foi orientada a ir era um “clube aconchegante que promove o jornalismo independente com debates, exibição de filmes e quartos mais em conta para repórteres e documentaristas que vivem de orçamento apertado. De lá, foi levada para uma residência, onde conheceu o mundialmente famoso ciberativista, “uma das figuras mais controversas do jornalismo mundial”, e outros membros da organização. Saem de Londres no mesmo dia com destino a Norfolk, mais precisamente para a fazenda do dono do clube para jornalistas independentes localizada numa região remota. A diretiva era que ali ficassem confinados durante a análise dos documentos daquele que ficaria conhecido como “*Cablegate*”. Naquele local, Viana expandiu ainda mais o seu capital internacional, já que por ali passaram jornalistas de várias nacionalidades, recrutados para reportar os documentos dos seus respectivos países. Ao perguntar a Assange o porquê da necessidade de uma brasileira na organização, ouviu que ele considerava o Brasil um país “estratégico”, por ser um grande e

---

<sup>188</sup> Além de Viana (2013), o relato da experiência da jornalista junto ao Wikileaks pode ser encontrado em: <https://apublica.org/2011/07/como-conheci-julian-assange-e-como-o-wikileaks-veio-parar-o-brasil/>. Acesso em: 09/02/2016.



independente país, que não podia ser “visto como América Latina”, e que tinha uma língua própria. Para ele, o Brasil deveria ser contemplado logo na primeira leva de publicações do vazamento.

Natalia Viana trabalha durante seis meses, de modo “voluntário”, nos documentos relativos ao governo brasileiro. “Idealismo” e “paixão” são palavras que ela utiliza para definir a atmosfera desse novo e ainda sigiloso trabalho. A principal tarefa atribuída a ela foi a de escrever matérias em português e “conseguir parceiros confiáveis na mídia brasileira”. A organização dos documentos e a elaboração de uma estratégia de publicação faziam parte do desejo de que o material fosse lido, repercutido, abraçado pela mídia e pelos “sem-mídia”.

De início, o Wikileaks estabeleceu uma parceria com os jornais *The Guardian*, *The New York Times*, *Le Monde*, *El Pais* e *Der Spiegel*. Assange considerava que era preciso expandir o material para veículos de outros países, embora não quisesse “fazer o jogo” da mídia “tradicional”. Entre os cinco jornais da parceria inicial, “pouco importava quem furaria quem – esta é uma lógica própria das empresas jornalísticas. Para o Wikileaks, o que importa é espalhar”.

Ilustração 6: Natalia Viana Rodrigues e Julian Assange durante trabalho em conjunto no “Cablegate”



Fonte: Agência Pública

Para a publicação das matérias oriundas das análises dos documentos no país, fez então uma parceria com o jornal Folha de S. Paulo, via Fernando Rodrigues, que já conhecia Gavin Macfayden desde meados de 2003, quando conjuntamente participaram de reuniões para a criação da *Global Investigative Journalism Network* (GIJN). Pouco depois, o jornal O

Globo também integrou o “acordo de exclusividade” para a publicação das matérias relativas aos documentos<sup>189</sup>.

A cooperação do Wikileaks com jornais “tradicionais” ao redor do mundo gerou críticas à organização. Para Viana, que tinha feito boa parte da sua carreira em veículos “alternativos” ou como *freelancer*, a injunção de procurar parceria junto a grandes jornais brasileiros representou uma “dura decisão”, uma vez que os poucos jornais de circulação nacional faziam parte de “conglomerados com interesses que muitas vezes interferem na cobertura de temas nacionais”, o que refletia a “concentração histórica da mídia no Brasil, onde cinco empresas, pertencentes a seis famílias, controlam 70% de todos os meios de comunicação” (VIANA, 2013, p.15). A entrada de O Globo no “*Cablegate*” fez parte de uma estratégia da organização para “dinamizar a cobertura” e “garantir que um jornal serviria de contrapeso ao outro”. Esta colaboração entre jornais brasileiros e uma organização jornalística sem fins lucrativos faz parte atualmente das estratégias de publicação da ONG Pública. Ainda no início da publicação dos documentos relativos ao Brasil, enquanto muitos apostavam sobre o que mais haveria em meio à documentação, “era só eu, jornalista independente – sem veículo, sem patrão – quem tinha a resposta”.

A esta primeira leva de publicações, seguiram-se outras duas. Na segunda, no início de 2011, “estava claro que os jornais não iriam exaurir todos os documentos, por causa de limitações de diários impressos e comerciais” (VIANA, 2013, p.16). Viana inaugurou então um *blog*, onde buscava publicar as “histórias ainda não contadas” contidas nos documentos. Para a empreitada, criou uma “força-tarefa de blogueiros”, apostando que a parceira com veículos “não tradicionais” poderia ser mais frutífera.

Devido à falta de estrutura, pessoal e *expertise* dos blogueiros da “força-tarefa”, pouco habituados ao trabalho exaustivo que é considerado natural para “um tipo específico de jornalista, aquele que se dedica a reportagens investigativas” (VIANA, 2013, p.17), em março de 2011, um ano depois do trabalho no “*Cablegate*”, e ainda com sua figura muito em evidência no espaço jornalístico nacional, Viana decide criar, junto com Marina Amaral, a Agência Pública, em parte aproveitando a publicização do seu trabalho para “catapultar” a agência no meio profissional, “projeto” que já vinha sendo gestado desde o seu período na revista Caros Amigos. O início dos trabalhos da ONG representou a terceira leva de publicações dos documentos do “*Cablegate*”. Sobre o contexto de criação da Pública, Viana diz que:

---

<sup>189</sup> Outros detalhes sobre a cobertura do *Wikileaks* no Brasil podem ser encontrados em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il0602201107.htm>. Acesso em: 15/08/2018.

(...) quando veio o trabalho do *Wikileaks*, eu fiquei muito em evidência, porque eu tava com o furo do ano no meu bolso. Então, todo mundo de todas as redações do mundo, do Brasil, me ligavam. Eu dei milhões de entrevistas, fiquei famosa naquela época. E aí, a gente falou: “Bom, é a hora de lançar. É a hora da gente aproveitar...” (...). Como eu já trabalhava, em Londres, com essas organizações, não foi difícil eu fazer muitas alianças. E eu já era *freela* desse pessoal, entendeu? (...). Eu já conhecia muita gente, já tinha trabalhado com a ABRAJI. Ajudei a ABRAJI a fazer uma parceria com o *Center for Investigative Reporting*, recebi jornalistas aqui... Então foi muito fácil. Eu entrei em contato com outros sites parecidos na América Latina, que rapidamente já viraram nossos parceiros, e nos Estados Unidos (Entrevista com Natalia Viana, concedida em 28 jan. 2016).

Tal como os trabalhos de Wagner (1998, 2007) salientam, a posse de um capital social internacional é um elemento cada vez mais importante na gestão das carreiras. A inserção numa rede de sociabilidade cosmopolita permite adentrar espaços de atuação num primeiro momento pouco acessíveis a jornalistas desprovidos desse tipo de trunfo. A participação de Natalia Viana no “*Cablegate*” do Wikileaks lhe rendeu notoriedade e reconhecimento profissional.

O capital de relações sociais acumulado ao longo das suas sucessivas incursões pelo exterior favoreceu não somente o conhecimento e aprendizado de técnicas jornalística e modelos de organização e financiamento, como a busca por “parceiros” e “aliados” para alavancar o projeto da agência. Por meio do caso em pauta, é possível notar o quanto a internacionalização “por baixo”, por vias “alternativas”, pode servir a parcelas dominadas de meios profissionais para afirmação e legitimação no contexto local (DEZALAY e MADSEN, 2013, p.45-46).

“A primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do país” é criada em 2011, “um pouco a partir do que aprendemos com o WikiLeaks, e olhando também para o que estava acontecendo internacionalmente<sup>190</sup>”. A “missão” declarada da agência é “produzir jornalismo independente, investigativo e inovador”, adentrando a chamada “nova fronteira digital”, na qual “é possível para um grupo de jornalistas independentes produzir e disseminar conteúdo de qualidade – e até prosseguir nas histórias ignoradas pela mídia tradicional” (VIANA, 2013, p.17). Nas palavras de Natalia Viana: “A nossa lógica é uma lógica de ONG: a gente precisa convencer pessoas a nos apoiar. Até hoje, as pessoas que mais nos apoiaram foram grandes fundações”. A busca por distinção em relação aos formatos “tradicionais”,

---

<sup>190</sup> <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-19285-agencia-publica-dissemina-seu-jornalismo-investigativo-pelo-mundo-com-solucoes-criativ>. Acesso em 26/06/2019.

tanto em termos organizacionais quanto em termos jornalísticos, transparece na definição que Viana dá dos membros da agência enquanto “artesãos da notícia<sup>191</sup>”.

Atualmente, a ONG conta com o financiamento de três fundações internacionais, além de projetos de financiamento coletivo: Fundação Ford, que financia a agência desde o seu início, em 2011; *Open Society Foundations*, desde 2015; e *OAK Foundation*, que financia programas de reportagem e fomento. Além destas, está a *Climate and Land Use Alliance* (CLUA<sup>192</sup>), que financia projetos de cobertura da Amazônia. A Pública ainda conta com o financiamento do Instituto Betty e Jacob Lafer, para projetos sobre “justiça” e “congresso”.

Ilustração 7: Material de uma das campanhas de financiamento coletivo da Agência Pública de Jornalismo Investigativo



Fonte: Agência Pública

Atualmente, as fundações e os *think tanks*, principalmente norte-americanos, contribuem decisivamente para a promoção de agendas reformistas e para a internacionalização de variadas formas de engajamento. O financiamento de ONGs por parte desses organismos favorece a estruturação de redes internacionais de ativistas, por exemplo, em direitos humanos (SIMÉANT, 2009, p.562). O apoio financeiro e os usos de alguns consensos que se impuseram em escala internacional, como no caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, permitem a ONGs de países do Sul fazer pressão sobre os governos nacionais geralmente surdos às suas reivindicações, numa estratégia de “bumerangue” (SIMÉANT, 2009, p.559).

<sup>191</sup> <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/57234/somos+artesaos+da+noticia+diz+natalia+viana+sobre+a+agencia+publica>. Acesso em: 26/06/2019.

<sup>192</sup> A CLUA é o resultado de uma aliança de quatro fundações: Fundação Ford, *ClimateWorks Foundation*, *The David and Lucile Packard Foundation* e *Gordon and Betty Moore Foundation*.

Dezalay e Garth (2002, p.207-225) observam que o fortalecimento da agenda dos direitos humanos no Brasil e na América Latina relaciona-se estreitamente com os movimentos políticos de contestação das respectivas ditaduras militares, articulando-se com a exportação do modelo norte-americano de respeito à *rule of law*. A exportação desse esquema de entendimento que coloca os direitos humanos no centro das preocupações dos Estados é inseparável das disputas que se desenrolaram no campo do poder dos Estados Unidos, nas quais as fundações filantrópicas, com destaque para a Fundação Ford, tiveram papel central. Estava em jogo a perda de poder por parte do *Eastern establishment*, que já vinha sendo contestado desde a guerra do Vietnã. Mas ainda nos anos 1960 já se observava o reposicionamento da Ford face ao desenvolvimento de um ativismo de direita que, por oposição, favoreceu a sua aproximação dos movimentos sociais, “na sua nova estratégia de defesa das pessoas desfavorecidas” (DEZALAY e GARTH, 2002, p.208). Suas iniciativas marcaram o início de um movimento de profissionalização do ativismo militante. Somando-se o posicionamento das grandes fundações reformistas, os esforços idealistas de promoção dos direitos humanos como uma disciplina jurídica de pleno direito, e a preocupação de atores políticos em temperar as estratégias de guerra fria com considerações com questões como “desenvolvimento” e “democracia”, tem-se como resultado que os direitos humanos passaram a figurar como um dos objetos explícitos da política estrangeira do país<sup>193</sup>. Consequentemente, a promoção dessa agenda na América Latina contará com o apoio financeiro das fundações norte-americanas.

Como mencionado acima, além do financiamento de organismos internacionais, a Pública conta com recursos do Instituto Betty e Jacob Lafer. A própria criação deste instituto evidencia o peso das fundações internacionais para a consolidação das ações de ONGs diversas no país. Em 2011, a família Lafer decidiu estruturar uma iniciativa de investimento social que “honrasse os valores e o legado” do casal Betty e Jacob, que tomou contornos mais definidos a partir de 2013. A atuação do instituto se dá em dois ramos principais: gestão e inovação em políticas públicas e redução das desigualdades no sistema de justiça. O objetivo geral é que os projetos apoiados permitam elaborar estratégias de *advocacy* que impactem positivamente nos eixos priorizados. A iniciativa dos Lafer é apresentada como uma reação a dois processos. O primeiro refere-se à diminuição dos investimentos de entidades internacionais em ONGs brasileiras, que migraram para Ásia, África e Leste Europeu, mesmo que algumas tenham seguido no sentido contrário, como no caso da *Open Society*, que

---

<sup>193</sup> Sobre o gerenciamento de fundos internacionais que visam a promoção dos “direitos humanos”, ver Guilhot (2003).

instalou no país o seu escritório regional para a América Latina<sup>194</sup>. O segundo é a constatada escassez de investimento social privado nacional exclusivamente em prol de projetos de terceiros (*grantmaking*). “Em um cenário no qual há uma mudança na atuação dos financiadores internacionais e no qual a doação a fundo perdido (sem perspectiva de retorno financeiro) não é a estratégia principal dos investidores sociais, a sustentabilidade financeira do setor sem fins de lucro torna-se então um enorme desafio” (LAFER, 2015, p.2).

Mesmo que os programas do instituto não tenham sido desenhados segundo o “marco teórico dos direitos humanos”, o “incômodo” gerado nos Lafer em relação aos problemas que almejam com seus investimentos minimizar acabou fazendo com que o instituto tivesse “a cara dos direitos humanos” (LAFER, 2015, p.3). Além da preocupação geral com os direitos humanos “ampliar o engajamento cívico e político”, elevar a *accountability* e, em última instância, “aprofundar a democracia”, são objetivos declarados da organização<sup>195</sup>.

As linhas gerais de atuação da ONG Pública são pautadas pelo “fortalecimento do direito à informação”, pela “qualificação do debate democrático” e pela “promoção” e “defesa intransigente” dos direitos humanos<sup>196</sup>. Portanto, desde o início, a ONG se encontra alinhada à agenda dos seus financiadores internacionais, algo que se observa em muitas outras *non-profit* que contam com recursos oriundos da filantropia. Para Benson (2018, p.15), este tipo de ajustamento entre as demandas e exigências das fundações e a atuação jornalística das ONGs pode estimular “uma forma sutil e não transparente de captura da mídia, que coaduna com a suposição sempre presente: o que é bom para os negócios é bom para a América”. A injunção exercida pelas fundações tem como efeito a busca pela afirmação da independência do jornalismo feito pela ONG Pública. As profissionais tendem a enfatizar que os financiadores não têm qualquer influência sobre as pautas e seus direcionamentos, estando garantida assim a “objetividade” do trabalho.

Alguns dos projetos especiais da agência foram direcionados para o desmatamento na Amazônia e para as violações de direitos humanos e impactos de dois “megaeventos” esportivos, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. No entanto, além dos seus

---

<sup>194</sup> Em 2008, a OSF lançou o seu “Programa para a América Latina” e, oito anos depois, inaugurou escritórios regionais no Rio de Janeiro, na Cidade do México e em Bogotá. O intuito dessa “interiorização” da incidência da organização seria assim levar em conta a variedade das “experiências locais”. O seu programa para os países latino-americanos envolve áreas muito diversificadas, tais como: segurança pública, “democracia”, direitos humanos, justiça, saúde pública, entre outros. Sobre a trajetória de George Soros e sua “multinacional filantrópica”, ver Guilhot (2004).

<sup>195</sup> Para maiores detalhes, ver: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/bilionarios-com-causa/>. Acesso em 27/06/2019.

<sup>196</sup> A reivindicação do caráter “intransigente” dessa defesa permite situar as profissionais da ONG no campo de atuação daqueles que Becker (2008) chama de “empreendedores morais”.



propósitos “sociais” e “políticos”, a Pública ainda advoga e milita pela “causa” da própria profissão, aspecto que ficou mais evidente com a criação, em 2016, de um “centro cultural” que busca discutir e apoiar iniciativas jornalísticas “independentes” no Brasil e na América Latina, baseando-se nas “boas práticas” profissionais com as quais as jornalistas tiveram contato tanto em Caros Amigos quanto, especificamente no caso de Natalia Viana, na cooperação com veículos e organizações do exterior.

De modo geral, é possível destacar que: 1) as jornalistas que fundaram e que trabalham na agência representam, em sua maioria, uma “geração” de profissionais mais jovens, que iniciaram suas carreiras em meados dos anos 2000; 2) a passagem por um mesmo veículo, a revista Caros Amigos, e, mais especificamente, o contato com o jornalista Sérgio de Souza, mostrou-se determinante tanto no que diz respeito à aquisição de concepções específicas da “profissão” com o “mestre” quanto na constituição de um círculo de interconhecimento e interreconhecimento que favoreceu o recrutamento das jornalistas que viriam a fundar e compor a ONG; 3) os repertórios “críticos” dos padrões “tradicionais” de produção jornalística, de organização e financiamento, no caso em pauta, se configuram através de uma postura engajada e idealista que busca, ao mesmo tempo, resgatar a “essência” e os “valores nobres” da profissão, e intervir em realidades consideradas injustas ou negligenciadas pela “grande imprensa” e/ou pelos grupos dominantes, com ênfase naquelas relacionadas aos “direitos humanos”; 4) embora não seja um indicador unívoco (WAGNER, 1998, p.102), as viagens para o exterior, o aperfeiçoamento em outros idiomas e as experiências diversas adquiridas na Europa demonstram ter um peso, ainda que bastante variável, na estruturação das carreiras.

A circulação internacional entre estas jornalistas, seja em termos escolares ou profissionais, é relativamente diversa daquela observada para o caso dos jornalistas que participaram da criação e gestões da ABRAJI. Apesar da extração social semelhante, e do fato de que o deslocamento se deu para países europeus, em termos profissionais, o trabalho desenvolvido foi majoritariamente junto a veículos “alternativos” que buscavam “inovar” as formas de reportar os fatos e garantir sustentação financeira, situados portanto em posições dominadas em relação ao *mainstream*.

Em última instância, a Agência Pública compartilha da mesma ambição presente no “projeto” de Caros Amigos: inscrever-se no “legado” da “imprensa alternativa”, com suas pretensões ao mesmo tempo políticas e culturais. Esta ambição se dá mesmo tempo em que seus membros tentam “modernizar” as formas de atuação, gestão e financiamento, com os problemas daí decorrentes. Em função disso, são consideradas “inovadoras” relativamente aos

modos de financiamento e distribuição de suas reportagens. Benson (2018, p.14), por exemplo, destaca que as exigências que as fundações fazem às organizações jornalísticas sem fins lucrativos para que tenham, ao mesmo tempo, “sustentabilidade” e “impacto”, geram para elas um dilema quase insolúvel, e acaba por torná-las, paradoxalmente, ainda mais dependentes dos *grants* dessas mesmas fundações. Diante do impasse gerado pela “crise” da profissão, os jornalistas que trabalham em *non-profits* “podem sentir que lutar para conciliar ‘sustentabilidade’ e ‘impacto’ é um pequeno preço a pagar pela chance de produzir um trabalho significativo” (BENSON, 2018, p.15).

O modelo de jornalismo investigativo sem fins lucrativos remete a concepções específicas da profissão e tende a envolver jornalistas cujos perfis revelam um forte engajamento em “causas” diversas. No entanto, esse engajamento mostra-se muito mediado pela condição profissional, ou seja, o que está em jogo é a promoção e defesa de “causas” via jornalismo, algo que pode ser observado também em ONGs relacionadas ao mundo do direito (ENGELMANN, 2006b).

O desenvolvimento internacional de organizações sem fins lucrativos, com ou sem financiamento de grandes fundações filantrópicas, voltadas para a produção de jornalismo investigativo, assim como do chamado jornalismo *cross-border* (DEMENECK, 2016, p.24), levantam a questão das condições de possibilidade e dos limites da constituição de uma espécie de “internacional dos jornalistas”, ou, mais precisamente, de uma “internacional da denúncia”, isto é, de um espaço transnacional composto, ao mesmo tempo, por relações de cooperação e concorrência entre agentes e instituições diversos, e estruturado em torno de “grandes investigações”, “vazamentos” e/ou “denúncias” em escala pretensamente global – algo próximo do que Dezalay e Garth (2002, p.208) chamam de “redes internacionais de elites profissionais”, inseridas em um “mercado internacional do ativismo”.



#### 4 REPÓRTERES E REPORTAGENS “INVESTIGATIVAS” NO BRASIL

Neste último capítulo, dedicamo-nos à análise de diferentes modalidades de associação entre a atuação e condição profissionais com esferas e recursos sociais variados, entre jornalistas que são reconhecidos e/ou se atribuem o caráter “investigativo” e que, ao longo da sua carreira, eventualmente contribuíram para a revelação de “casos” ou “escândalos” ao longo dos últimos anos. Entra em pauta os usos possíveis e múltiplos da condição “investigativa”. O foco recai particularmente em profissionais que se especializaram na cobertura do mundo político nas últimas décadas. O objetivo é cotejar configurações mais específicas relacionadas direta ou indiretamente ao jornalismo investigativo, por meio de casos exemplares que, do conjunto do material empírico coletado, permitem salientar determinados aspectos em jogo ao longo de diferentes períodos, bem como as ocasiões que favoreceram a ação dos jornalistas considerados, em sentido próximo ao da análise de Roussel (2001).

Apesar de ter sua utilidade muito bem demonstrada por Geertz (2005, p.8), não se trata aqui, no entanto, de uma análise semântica, internalista, ou de uma interrogação mais geral sobre “como escrevem os jornalistas”. Não está em jogo a mensuração ou avaliação das técnicas empregadas, do tipo de narrativa escolhida, dos critérios de hierarquização dos fatos a serem tratados. Tampouco faz parte das preocupações deste capítulo discutir “bastidores” de reportagens. Por outro lado, não se pode também cair na tentação de uma análise externalista, que ignora os condicionantes específicos que constroem os agentes em questão nas suas estratégias e movimentos neste espaço profissional. Aqui, vale a observação que fazem Seidl e Grill (2013, p.9):

O encaminhamento dos trabalhos em direção às análises chamadas sociográficas, por meio de diversidade de variáveis mobilizadas para captar estruturas compósitas e amalgamadas de recursos multidimensionais, não deve ser confundido (...) com reducionismo sociologizante ou sociologismo.

O intento é evitar contemplar os produtos jornalísticos enquanto tais, centrando a atenção nos produtores, seguindo a indicação mais geral contida no programa de pesquisa proposto por Weber (2002, p.191). O potencial heurístico da posição aqui adotada reside na possibilidade de escapar dos falsos problemas gerados pelas discussões sobre o que é o jornalismo investigativo, sobre sua especificidade ou autenticidade, optando por identificar a

variedade de perfis, mas também as estruturas de capitais, as crenças, os trunfos, as reconversões, os modos de enunciação e os múltiplos enquadramentos e arranjos observáveis.

#### 4.1 Da consagração profissional à consagração política

No primeiro capítulo, foi mencionado que a série de reportagens “Assim vivem os nossos superfuncionários”, vencedora do prêmio Esso de jornalismo de 1976, é constantemente evocada como um dos principais dos “marcos” do jornalismo investigativo no país e uma das que “abalaram a ditadura”. As reportagens em questão “foram as primeiras denúncias explícitas de corrupção no governo” (DANTAS, 1998, p.184).

Sob o governo de Ernesto Geisel, foi iniciada a abertura “lenta, gradual e segura”, e uma das dimensões desse processo foi a retirada progressiva da censura prévia aos veículos de comunicação. Em janeiro de 1975, a censura prévia ao jornal O Estado de S.Paulo foi suspensa, em meio a um “acerto” entre os militares e a família Mesquita (BLASS e BERTOL, 2010, p.119), como uma “singela homenagem dos militares ao centenário do *Estadão*”<sup>197</sup> (KOTSCHO, 2006, p.9). Nesse contexto, “a série do *Estadão* foi uma espécie de teste para o jornalismo brasileiro, mostrando que a censura já amansara, e abrindo um precedente para outras matérias mais ousadas” (BELOCH e FAGUNDES, 2006, p.74). Foi ainda durante a “era Geisel” que se tornou comum a divulgação de informações em *off* por parte de membros do governo, contribuindo para gerar novas denúncias no seio da imprensa (ABREU, 2000, p.25). Mas mesmo com a retirada da censura do “Estadão”, continuava em vigência o AI-5, e os jornalistas do veículo acabaram muitas vezes aceitando a autocensura, por receios de represálias do governo e de perderem seus empregos<sup>198</sup>.

Assim como muitas outras referências nacionais, o pontapé inicial da série foi inspirado em uma reportagem norte-americana, contida no jornal *The New York Times*. Era maio de 1976, quando Fernando Pedreira, então diretor de redação de O Estado de S.Paulo, apresentou a Ricardo Kotscho, repórter do jornal, uma longa reportagem do *Times* feita por um correspondente em Moscou, que tratava dos “privilégios” de altos funcionários na União Soviética. Dispondo de “largos conhecimentos sobre as entranhas do poder militar” (KOTSCHO, 2005, p.143), Pedreira delegou a Kotscho a “missão especial” de fazer um levantamento das condições de vida dos “superfuncionários” do país, lhe indicando amigos

---

<sup>197</sup> A censura prévia ao jornal O Estado de S.Paulo havia sido imposta em setembro de 1972. Sobre as variações na relação entre este periódico e os diferentes governos militares, ver Motta (2017).

<sup>198</sup> Especificamente sobre o contexto e algumas das motivações para o AI-5, ver Motta (2018).

em Brasília e no Rio de Janeiro que serviriam como fontes. Desses amigos, Pedreira teria ouvido histórias de “gastos absurdos”, que poderiam servir como ponto de partida. A tese do diretor do “Estadão” era de que “se criara no Brasil, a exemplo do que ocorria na União Soviética, uma casta formada por tecnocratas e militares que, graças à censura imposta aos meios de comunicação, montaram um esquema de poder paralelo fora de todo controle” (KOTSCHO, 2006, p.10). Além destes informantes, Kotscho fez uso da rede de correspondentes do jornal, que durante os dois meses de apuração lhe enviavam relatórios, e coordenou a produção das matérias. Ao todo, foram 40 repórteres envolvidos na cobertura, em vários estados do país. A primeira fonte a lhe indicar pistas para a sua investigação foi o senador de oposição Roberto Saturnino Braga, do MDB, que lhe recomendou procurasse no Diário Oficial tudo que saía publicado sob a rubrica “mordomias”.

A série de três reportagens começou a ser publicada em 1º de agosto de 1976, onde era descrita a “grande festa” de Brasília, “enumerando algumas das extravagâncias cometidas com o dinheiro público” por parte de funcionários do governo federal e de empresas estatais (BELOCH e FAGUNDES, 2006, p.74).

No final de junho, quando terminei de escrever, percebi que tinha um material explosivo nas mãos, que renderia uma série de reportagens e, certamente, muita confusão (...). Pressões do governo vinham de todas as partes e a todo momento eu era chamado pela direção para confirmar alguma informação contida na matéria. Júlio Mesquita Neto, o diretor responsável, foi chamado a Brasília, houve um corte de luz na redação à noite e recebi recados para me cuidar vindos de colegas que cobriam a área militar. As edições do jornal esgotavam rapidamente nas bancas de todo o país e pessoas tiravam cópias (...) para quem não conseguia comprar o Estadão. Não houve desmentidos, ninguém foi processado, mas por muitos dias não se falou de outra coisa no Congresso Nacional e em tudo que era canto do país (...). Mordomia passou a fazer parte do vocabulário do dia-a-dia do brasileiro. A ditadura acabou, o jornal mudou (...), e nunca mais se deixou de denunciar o que havia de privilégio ou abuso na vida dos donos do poder (KOTSCHO, 2005, p.144-145).

Ricardo Kotscho é reconhecido no meio profissional como “um dos mais talentosos repórteres brasileiros colhidos na grande safra dos anos 60, no Brasil pré-AI-5” (DANTAS, 1998, p.184), e um dos expoentes da chamada “grande reportagem”, que atualmente é interpretada como um momento do desenvolvimento do jornalismo investigativo brasileiro. “Autor de uma série de importantes reportagens investigativas” (LOPES e PROENÇA, 2003, p.54), Kotscho tem no conjunto de reportagens que levou ao “escândalo das mordomias” um dos seus trabalhos mais conhecidos<sup>199</sup>. Ainda teve reconhecimento, entre outros trabalhos, pela matéria que abordou o assassinato do operário Manoel Fiel Filho na sede do DOI-CODI,

---

<sup>199</sup> Alguns dos seus trabalhos que tiveram mais visibilidade tratavam de conflitos sociais e “lutas de resistência” em torno de disputas de terra, indígenas, garimpeiros, sindicatos, igrejas e movimentos populares.

que contribuiu para o afastamento do então comandante do II Exército, ainda durante o governo Geisel<sup>200</sup>.

Simbolizando a tendência encontrada entre os jornalistas mais velhos que compõem o conjunto dos entrevistados, Kotscho e os “grandes repórteres” não se reconhecem, ou pelo menos não com a mesma frequência e intensidade, como “jornalistas investigativos”. Geralmente, eles se vêem atribuir esse qualificativo *a posteriori*, por intermédio de empresas diversas de redefinição da história do jornalismo nacional, que passam a inscrevê-los nessa espécie de “panteão”. Como já destacado, é entre os profissionais mais novos que se encontra mais a reivindicação da condição “investigativa” enquanto elemento central da identidade profissional. Isto é ainda mais forte em se tratando dos jornalistas que iniciaram suas carreiras no início dos anos 2000, concomitantemente ou após a criação da ABRAJI: “Eu não sei quando que surgiu esse negócio de jornalismo investigativo. Não faz muito tempo não. Quando eu comecei na profissão não existia isso. Jornalismo era jornalismo (...). Eu não gosto disso. Eu acho que só tem dois tipos de jornalismo (...): o bom e o ruim” (Entrevista com Ricardo Kotscho, concedida em 03 nov. 2016).

O caso do jornalista em questão é ilustrativo de uma das modalidades de conversão dos aprendizados, relações e notoriedade adquiridos por meio da longa atuação profissional em acesso a posições políticas de caráter não eletivo. A prática de um jornalismo “social” ou “cidadão” (LIDE, 2002, n.30, p.7), daquele que “não se conforma com a realidade em que vive” e que “quer fazer do seu ofício um instrumento de mudança” (KOTSCHO, 1998, p.188), o contexto de repressão e cerceamento das liberdades e, anos depois, da consolidação e organização de mobilizações políticas de esquerda durante a “abertura” permitem uma reorientação das suas atividades profissionais, colocando-se cada vez mais à serviço da “causa popular” e da redemocratização do país.

Se tivesse nascido na Europa, de onde vieram meus pais, talvez encarasse a profissão de outra forma e até concordasse com aqueles mais pragmáticos que, ao longo destes anos, quiseram me provar que ser jornalista é a mesma coisa que trabalhar num banco, numa repartição ou numa fábrica de salsichas – o que importa

---

<sup>200</sup> Crime ocorrido em janeiro de 1976, poucos meses após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, que gerou grande comoção nacional, unindo principalmente setores da classe média e da Igreja em protestos contra as violências do regime (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.153). Apesar da saída do coronel Ednardo D’Ávila Melo do comando do II Exército, a morte de Fiel Filho não atingiu a mesma abrangência que teve a de Herzog. Contudo, o assassinato em questão é recorrentemente interpretado como a “gota d’água”, uma vez que as promessas feitas por Geisel de que o tipo de crime praticado contra Herzog não mais aconteceria sob o seu governo não foram cumpridas. Na avaliação de Abreu (2000, p.25), estes dois assassinatos também foram importantes para o jornalismo. Após os crimes, “a censura explícita ou a autocensura dos órgãos de imprensa foi bastante amenizada, e os jornais e revistas passaram a agir com mais desenvoltura em defesa da volta à democracia, da anistia e da liberdade de expressão”.

é o resultado, o faturamento. Aqui, no entanto, onde a injustiça e a corrupção são brutais; as desigualdades sociais, desumanas, e ainda está tudo praticamente por fazer, o buraco é mais embaixo (KOTSCHO, 1998, p.188-189).

Descendente de alemães, tchecos, romenos e russos, as origens familiares de Ricardo Kotscho são profundamente marcadas pelas duas guerras mundiais que devassaram o continente europeu. Sua mãe era tcheca, filha de pais alemães; seu pai, romeno, filho de russos e criado na Iugoslávia. Ambos vieram para o Brasil em 1948, tentando reconstruir suas vidas após os sucessivos bloqueios vividos na Europa. Quatorze anos depois, se naturalizaram brasileiros. Se conheceram ainda na Alemanha, em Straubing, após o final da guerra. Sua mãe era enfermeira da Cruz Vermelha, e seu pai havia lutado nos efetivos de Josep Broz Tito, na resistência contra as forças do Eixo e contra os nazi-fascistas croatas e sérvios. Trabalhavam na *United Nations Relief and Rehabilitation Administration* (UNRRA), entidade criada pela ONU para dar auxílio a refugiados e auxiliá-los no retorno aos países de origem.

“Os altos e baixos da vida sempre fizeram parte da trajetória da minha família (...) Recordo-me apenas vagamente de ter ouvido histórias sobre alguns antepassados muito poderosos (...), que foram perdendo tudo por causa da Primeira e da Segunda Guerra e do comunismo” (KOTSCHO, 2006, p.22-23). Após a morte do seu avô materno, que era engenheiro, sua avó se casou com um ex-oficial-correspondente das tropas alemãs na Primeira Guerra. Tratava-se do jornalista Jacob Heinz, formado em Letras pelas universidades de Berlim e Heidelberg. Após o casamento, Heinz assume o posto de redator de um jornal em Duisburg, que não era bem remunerado, o que o obrigava a trabalhar como pedreiro nas horas vagas. Tempos depois, foi nomeado chefe de redação de uma agência de notícias em Mannheim. Nesta cidade, um pouco maior, a vida da mãe de Ricardo Kotscho era de “classe média meio alta” (KOTSCHO, 2006, p.24), contando com um bom e amplo apartamento, idas frequentes ao teatro e à ópera, etc. Heinz “era muito querido no meio jornalístico, [e] escreveu matérias sobre minorias étnicas e famílias de refugiados que emigraram para os Bálcãs. Minha mãe colaborava com ele datilografando as reportagens” (KOTSCHO, 2006, p.25).

Por parte de pai, seus avós fugiram da Rússia após a revolução e conseqüente ascensão dos comunistas. Seu avô paterno era “médico e um cientista bastante renomado” (KOTSCHO, 2006, p.23), mas foi detido em um campo de concentração e obrigado a trabalhos forçados. Depois, conseguiu fugir para a Alemanha Ocidental. Chegou em pensar a vir para o Brasil junto com seu filho Nikolaus Kotscho, pai do jornalista em questão, mas acabou encaminhado para os Estados Unidos pela Fundação Tolstói, que cuidava dos refugiados russos na Alemanha.

O primeiro membro da família a vir para o Brasil foi o único irmão de Florentine Heinz a sobreviver. Richard Meyer atracou no país após a Primeira Guerra, e “foi um homem muito rico, tanto na Europa como aqui” (KOTSCHO, 2006, p.23). Prosperou em atividades de comércio e depois como industrial do setor de plásticos. Foi dono da fábrica Mueller e dono de várias propriedades. Meyer prestou grande auxílio para a vinda do casal Elisabeth e Nikolaus, ao se responsabilizar por escrito perante o governo brasileiro. Em homenagem, batizaram seu primeiro filho de Ricardo, que nasceu em março de 1948, e o fizeram padrinho de batismo da criança.

Em São Paulo, Nikolaus, “poliglota de sete línguas” (KOTSCHO, 2006, p.21), conseguiu estabelecer um padrão de vida bastante elevado para a família, como engenheiro civil de uma construtora, reconhecido por ter participado da construção da refinaria da Petrobrás, em Cubatão. Além dela, também trabalhou na construção de muitas usinas de açúcar, entre outros empreendimentos pelo país. Desfrutava de posição eminente em determinados círculos da sociedade paulistana: “Fanático (...) pelo São Paulo Futebol Clube, não deixava de ir ao estádio. Acompanhava até os treinos do time, dava palpites na construção do estádio do Morumbi, levava em seu carro jogadores para a concentração” (KOTSCHO, 2006, p.22). A família dispunha de uma fazenda, de carros e de um “belo bangalô” na região do Alto de Pinheiros, “o novo bairro chique da São Paulo da década de 50” (KOTSCHO, 2006, p.19), para onde se mudaram em 1954. Nikolaus ajudava parentes e amigos, bancava viagens e festas. Apesar da condição socioeconômica, Kotscho teria apreendido com seu pai a circular entre os meios populares: “(...) ele se dava bem com o pessoal da obra, com a ‘peãozada’. Ele andava sempre cercado de mestre de obra, de pedreiro, ia pro boteco com os caras... Eu via mais o meu pai nessas situações” (Entrevista com Ricardo Kotscho, concedida em 03 nov. 2016).

A derrocada financeira da família começou quando ele resolveu sair do bom emprego para investir no seu próprio negócio, também no setor de construções, em sociedade com um amigo. Diante de problemas de saúde, decidiu se dedicar à busca da sua cura, deixando a empresa aos encargos do sócio. Acumularam-se dívidas, e seu pai acabou vendendo boa parte dos bens possuídos pela família, restando um automóvel e uma chácara na região de Cotia, interior de São Paulo, onde também sofriam ameaças de despejo, por conta de prestações atrasadas. Sem conseguir reverter o câncer que o acometia, Nikolaus morre aos 37 anos. De “filhinho de papai, com mordomo e motorista”, Kotscho passou a órfão em uma família em decadência e com dívidas, aos 12 anos. Florentine Heinz, que veio para o Brasil um ano após a filha, em 1949, conseguiu que em 1964 fosse paga uma indenização de guerra por parte do

governo alemão<sup>201</sup>, dinheiro que foi utilizado para a compra da primeira casa da família Kotscho em São Paulo, após a morte de Nikolaus.

A recém-viúva, pelo seu domínio do alemão, consegue emprego como tradutora e operadora de telex numa fábrica da DKW-Vomag, associada à montadora alemã Demag e instalada na região do Ipiranga. Quando a empresa foi vendida para a Volkswagen, sua mãe seguiu para esta, onde foi promovida a assistente da presidência, em São Bernardo do Campo, cargo ocupado até a sua aposentadoria. Nesse primeiro momento, Richard Meyer, o bem-sucedido tio-avô e padrinho, auxiliava a família nas despesas e dava mesada aos filhos de Elisabeth Kotscho. Além disso, Meyer assegurou a manutenção da propriedade do sítio de Cotia, por meio de um empréstimo.

Membro da comunidade de imigrantes alemães de São Paulo, Ricardo Kotscho teria aprendido a falar português somente aos seis anos de idade: “(...) em casa, no jardim-de-infância e no clube todo mundo só falava alemão (...). Para aprender português mais depressa, eu lia bastante, principalmente jornais e revistas de adultos, e depois escrevia para mim mesmo” (KOTSCHO, 2006, p.26-27).

Após os primeiros anos de instalação no país, as condições econômicas da família Kotscho melhoraram consideravelmente. Os filhos passaram a estudar em “colégios da elite paulistana”, a começar pelo Externato Nossa Senhora de Lourdes, onde Kotscho fez o seu ensino primário. No ginásio, entrou para o Colégio Santa Cruz, instituição particular localizada na região do Alto de Pinheiros, em São Paulo (portanto, próximo à residência da família). Era considerado o melhor colégio da cidade à época, “uma pequena família” (KOTSCHO, 2006, p.29).

Instituição de caráter religioso, ligada a padres canadenses, o Santa Cruz atribuía a cada aluno um “padre-orientador”, que oferecia “assistência espiritual”. Por meio de um desses padres, Kotscho começou a se envolver com atividades “sociais” e de caráter assistencialista, quando passou a participar de rondas noturnas da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), criada em 1955, para cuidar de moradores de rua: “Incentivar o trabalho voluntário foi a maneira que os padres canadenses encontraram de aproximar os filhos da elite paulistana que frequentavam o Santa Cruz da realidade social exposta nas ruas que visitávamos” (KOTSCHO, 2006, p.29). O Santa Cruz, como é o caso de muitos colégios “de elite”<sup>202</sup>, se configura como um espaço de sociabilidade com o qual o jornalista manteve

---

<sup>201</sup> Jacob Heinz morreu vitimado por uma bomba durante a guerra.

<sup>202</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Canêdo (2002).

contato até o período recente, como por ocasião da celebração dos 40 anos de formatura da sua turma, no final de 2005.

Após a morte do seu pai, recebeu dos padres do Santa Cruz uma bolsa de estudos, para seguir na instituição. No colégio, teve um dos seus primeiros contatos com o jornalismo, ao participar da produção do jornal estudantil, o “Verbâmidas”, onde publicou poemas e outros escritos. Contou com o incentivo de um professor de português, com quem adquiriu o “prazer da leitura” e o “hábito de escrever da forma mais simples possível para me fazer entender – em português” (KOTSCHO, 2006, p.29). No colégio, e por meio do jornal, conviveu com aquele que tinha dado nome à publicação, e que estudava no local: Francisco Buarque de Holanda. Além do protagonismo alcançado por este, e pelo próprio jornalista, “muitos deles [colegas de Santa Cruz] viraram professores, grandes médicos, construtores...” (Entrevista com Ricardo Kotscho, concedida em 03 nov. 2016).

Dentro de casa ouvia dos pais as histórias do seu avô jornalista – era uma espécie de “herói familiar”. A “influência definitiva” teria se dado após a morte do pai. Precisou ajudar nas despesas de casa, e foi trabalhar numa banca de jornais, como ajudante de jornaleiro no bairro Santo Amaro. No primeiro emprego, “além de ganhar uns trocados, tinha direito a ler tudo de graça, o que me tornou um viciado em jornais desde cedo. Gostava até do cheiro deles, que saíam como pão quente em várias edições – de manhã, à tarde e à noite” (KOTSCHO, 2006, p.30).

O “gosto” pela escrita e as atividades na banca de jornal fizeram com que tentasse um emprego de repórter. Enfrentou resistência da mãe, que, devido aos “traumas de família” vividos sob o nazismo, “jamais quis que eu fosse jornalista<sup>203</sup>” (KOTSCHO, 2006, p.20). Aos 16 anos, em 1964, por volta de um mês antes do golpe civil-militar, começou então sua carreira jornalística, como estagiário em um jornal de bairro, a “Folha Santamarense”. Levou ao diretor do jornal seus escritos no “Verbâmidas”, aos quais parece não ter levado em conta para a sua admissão: “Teste naquela época era pegar uma pauta e entregar a matéria pronta. Quando fui ver, já estava na rua entrevistando pessoas, era um repórter (...). De jornaleiro para jornalista foi um pulo” (KOTSCHO, 2006, p.31-32). Logo mudou de veículo, ainda na condição de estagiário, também em 1964. Foi para a “Gazeta de Santo Amaro”, outro jornal de bairro, levado pelo editor que o havia aceito como estagiário antes, e que estava trocando de emprego. Na “Gazetinha”, os rendimentos salariais eram baixos e as condições de

---

<sup>203</sup> Seu único irmão também se tornou jornalista, atuando primeiramente com repórter de esportes, e depois como fotógrafo na imprensa paulista. Participou da fundação da revista Placar. Os irmãos chegaram a fazer alguns trabalhos jornalísticos em conjunto, pelo “Estadão”. Anos mais tarde, sua filha mais velha, Mariana Kotscho, também viraria jornalista, tendo atuado por algum tempo como repórter de vídeo da TV Globo.



publicação limitadas: além de escrever matérias, os repórteres precisam vender anúncios, para garantir a sobrevivência financeira do jornal<sup>204</sup>.

Devido ao seu desejo de fazer alguma faculdade de humanas, precisou mudar de escola. O Santa Cruz só tinha o curso científico. Foi para o Liceu Pasteur, um colégio particular ligado à colônia francesa. No último ano do colegial, devido aos elevados custos do liceu, pela primeira vez frequentou uma instituição pública de ensino: o Instituto de Estadual de Educação Alberto Conte, onde conheceu “um pessoal engajado no movimento estudantil” (KOTSCHO, 2006, p.33-34).

Concluído o ensino médio, deixa a “Gazetinha”. Durante certo período, nessa época, passou a escrever poemas por encomenda. Essa espécie de “pretensão literária” se traduziu ainda, com o passar dos anos, na escrita de algumas peças de teatro<sup>205</sup>. Mesmo não precisando do diploma, por se enquadrar no dispositivo jurídico mencionado, o jornalista em pauta chegou a frequentar os cursos de Comunicação Social e de Ciências Sociais, na USP. Foi um dos discentes da primeira turma da ECA. Ainda foi aprovado no vestibular e matriculado no curso de Economia do Instituto Mackenzie. Em parte devido à influência do padrinho, dono da empresa de plásticos que seguia crescendo, o jornalista fez o vestibular para economia. Richard Meyer insistia para que Kotscho se tornasse economista, para que ele entrasse na fábrica e herdasse futuramente os rumos do negócio, mesmo com as resistências do afilhado: “Eu não conseguia me imaginar no papel de empresário” (KOTSCHO, 2006, p.33). Com a aprovação na ECA, não chegou a iniciar o curso no Mackenzie. Não concluiu nenhuma destas formações, devido às demandas da redação. Décadas depois, registrou em mais de uma oportunidade a sua resistência em relação às “teorias” e formalismos do ensino universitário, incongruentes com a sua concepção “artesanal” do jornalismo.

(...) não me tornei presidente da República, nem economista, nem doutor jornalista, condenado a ser repórter pelo resto da vida (...). Foi a dura realidade brasileira da ditadura, da tortura e da censura dos anos 60 e 70 que formou o caráter da minha geração – e não os livros, os mestres ou as academias” (KOTSCHO, 1998, p.188-189).

---

<sup>204</sup> Naquele período, a profissão de jornalista não dispunha de nenhuma regulamentação, que só veio em 1969, como o Decreto-Lei nº 972. No ano seguinte, o diploma passaria a ser exigido para novos ingressantes no mercado de trabalho. Aos que já eram jornalistas, era facultado o direito a obter registro profissional sem a realização de curso universitário (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.121).

<sup>205</sup> Carolina Kotscho, sua filha mais nova, é atualmente roteirista de cinema, casada com o colega de profissão Bráulio Mantovani, reconhecido por ter feito o roteiro do filme “Cidade de Deus”. Ambos trabalham na TV Globo.

Ricardo Kotscho desenvolveu sua carreira basicamente a partir dos usos de relações pessoais que remetiam a diferentes esferas e momentos biográficos, muitas vezes apresentados sob a forma do “acaso” ou da “sorte” de estar nos lugares e momentos mais propícios. Seu ingresso na grande imprensa se deu em 1967. Foi procurado por um primo, que lhe informou sobre a possibilidade de um novo emprego. Esse familiar era vendedor de enciclopédias, e havia vendido uma coleção, na redação de Realidade, para o jornalista Luiz Fernando Mercadante. Ao comentar que tinha um primo jornalista, Mercadante se dispôs a recebê-lo para conversar. Kotscho recebeu então um bilhete do primo, que levou consigo à sede da revista, indicando-o para a conversa. No local, conseguiu falar com Mylton Severiano. Achando “muita graça em ver um iniciante querendo escrever numa revista que só reunia profissionais experientes” (MELO e SILVA, 1991, p.127), Severiano encaminhou o jovem para uma conversa com um amigo que era um dos chefes de reportagem do jornal O Estado de S.Paulo, considerado na época o mais importante jornal do país. De imediato, dada a demanda por repórter na ocasião, e a indicação do reconhecido jornalista de Realidade, já obteve a chance de iniciar um estágio, sendo deslocado para uma cobertura de rua. A vaga definitiva de repórter do jornal seria disputada com o cunhado do chefe de reportagem naquele momento, Clóvis Rossi, que se tornaria o “mestre” do jornalista (KOTSCHO, 2005, p.145). Ambos teceram uma estreita relação profissional e de amizade ao longo dos anos, com Rossi sendo seu padrinho de casamento, por exemplo. A “disputa” pela vaga não era composta por nenhuma seleção formal.

Kotscho foi então efetivado no jornal, onde permaneceu por 11 anos, a maior parte do tempo na editoria de Geral. Rossi foi o seu primeiro chefe, “quem me ensinou na prática qual o sentido da nossa profissão: garimpar boas histórias e oferecer informações confiáveis à sociedade” (KOTSCHO, 2006, p.14). Diante de boatos internos de que seria um “comunista”, o jornalista é transferido da editoria de Geral para a de Esportes. Retornou às suas antigas pautas algum tempo depois.

À sua atuação “regular” no jornal somavam-se colaborações com periódicos “alternativos”, como Opinião e Movimento. Esse tipo de atividade paralela era relativamente comum entre jornalistas da imprensa “tradicional”, que publicavam na “imprensa alternativa” sob pseudônimos, ou ainda sem assinar os textos. Colaborou também com outras publicações que faziam parte do *establishment* jornalístico da época, como a revista O Cruzeiro, dos Diários Associados.

Apesar de tê-lo tornado um “repórter conhecido”, a publicação no mesmo ano da matéria sobre o assassinato de Fiel Filho e, principalmente, as reportagens sobre as

“mordomias”, teriam colocado-o na “lista negra dos militares” (KOTSCHO, 2006, p.13). Foi aconselhado por um amigo da redação, setorista no II Exército, a “dar um tempo”. Sua mulher era egressa do curso de Ciências Sociais na USP, que atraía os olhos dos agentes da ditadura, e estava grávida da segunda filha do casal. Nesse momento, o “acaso”: uma ex-colega da ECA-USP, que se tornara sua colega de trabalho, lhe informou que uma amiga dela, Dorrit Harazim, então chefe dos correspondentes internacional do Jornal do Brasil, queria falar com ele. Harazim procurava um jornalista que falasse alemão para ser correspondente na Alemanha Ocidental. Era a língua materna do jornalista.

Diante da indicação da colega e do convite de Harazim, Kotscho parte para a cidade de Bonn, onde trabalha como correspondente internacional entre 1977 e 1978. Este trabalho “era ao mesmo tempo a chance de voltar à Europa dos meus antepassados e de escapar do clima pesado que ainda dominava o Brasil”<sup>206</sup> (KOTSCHO, 2006, p.13-14). O trabalho como correspondente é apresentando como uma “guinada” na sua vida. Afora as rumorosas matérias publicadas em 1976, Kotscho era considerado um jornalista de *side*, das histórias paralelas e menos “quentes”, sendo conhecido na redação do “Estadão” como “repórter do pipoqueiro”, por ter entrevistado um vendedor de pipocas que estava à frente do hotel onde estava hospedado o então presidente general Costa e Silva, que se encontrava em visita a São Paulo (KOTSCHO, 1998, p.191). Sem experiência em coberturas internacionais, recebe “de presente” a amizade e o auxílio do jornalista Willian Waack, que já era correspondente em Bonn há mais tempo.

Durante sua temporada na Alemanha, recebe por correspondência uma edição da recém-criada revista IstoÉ<sup>207</sup>, de Mino Carta, que trazia na capa Luís Inácio da Silva, acompanhada de um bilhete: “Presta atenção nesse cara da capa. Você ainda vai ouvir falar muito dele” (KOTSCHO, 2006, p.15). Ricardo Kotscho vai a Paris para uma reunião dos

---

<sup>206</sup> Desde a juventude, manifestava o desejo de conhecer a Europa, particularmente a Alemanha, pela origem da família. Nesse intento, saiu por alguns meses da “Gazeta de Santo Amaro” para um estágio como auxiliar administrativo na multinacional alemã Siemens, ambicionando um estágio na matriz da empresa. Sem ter as pretensões realizadas, retornou para as atividades de repórter na “Gazetinha”.

<sup>207</sup> Publicação fundada em 1976, por Mino Carta. O ítalo-brasileiro havia participado da criação de *Veja*, em 1968. Ao passo que alguns veículos aos poucos experimentavam um abrandamento da censura prévia, *Veja* foi alvo da sua intensificação. Para Abreu (2017, p.213), “a censura à *Veja* refletia a tensão que existia entre o grupo Geisel, favorável a uma liberalização política do regime, e o grupo mais radical, que defendia a manutenção da censura e o controle político”. Em 1976, o governo pressionava para que a revista abandonasse o “jornalismo crítico” e de “humorismo cáustico” e se alinhasse à orientação do regime (ABREU, 2017, p.216). Nesse contexto, o então diretor de redação foi afastado da revista e do grupo Abril, “num momento em que a Abril, de acordo com a versão de Mino, negociava um empréstimo com o governo e acreditava que teria a censura abrandada sem ele na direção da revista” (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.138). Partiu então para outro grupo editorial, o grupo Três, e fundou a nova revista. Na visão de Kucinski (1991, p.139), o projeto de IstoÉ, além de relacionado às pressões sofridas por Carta no grupo Abril, também resultava do que ele chama de “crise do padrão complacente” da imprensa.

correspondentes europeus com sua chefe. Dias depois, ainda na capital francesa, um dos correspondentes mais antigos do “Estadão”, com quem nutria relação de amizade, convida a ele e outros jornalistas para ir à sua casa para um jantar. Tratava-se de uma ocasião combinada “pelos amigos da rota Brasil-Europa” para tentar trazer Kotscho de volta para o Brasil. Ao telefone, Mino Carta faz o convite para se juntar aos jornalistas de IstoÉ, que é aceito: “(...) eu estava louco de vontade de voltar, de trabalhar novamente numa redação cercado de amigos” (KOTSCHO, 2006, p.15).

No seu retorno para o Brasil, vai então para IstoÉ, que abrigava o “pessoal do Estadão<sup>208</sup>”. Parte destes jornalistas, incluindo Clóvis Rossi e Raul Bastos (que coordenava a rede de sucursais e correspondentes do “Estadão” no momento da série sobre as “mordomias”), migrou para a revista após uma ruptura com a direção do jornal, num contexto de crise financeira da empresa, desencadeado principalmente pelos gastos com a mudança da sede do jornal do centro da cidade para a marginal Tietê.

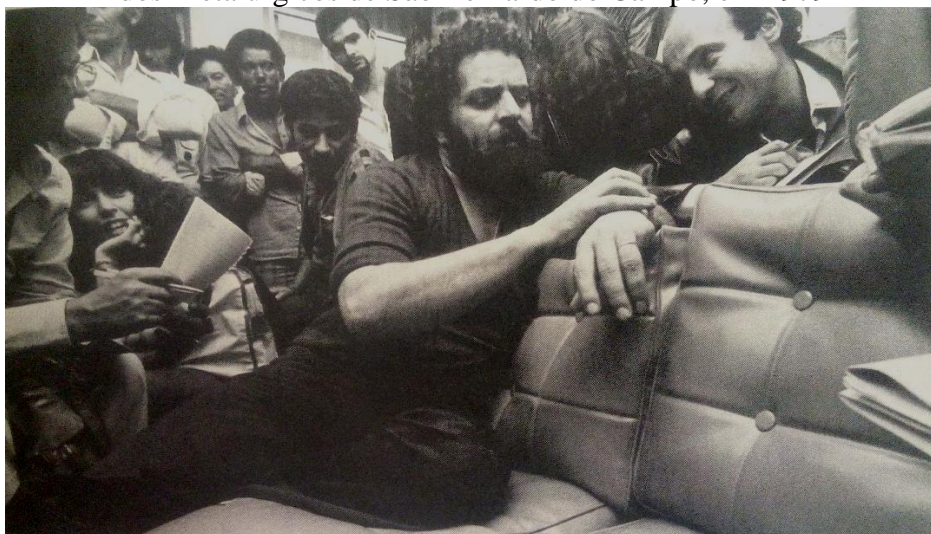
Kotscho reencontra seus ex-colegas de “Estadão” na nova redação, e recebe do novo chefe as primeiras diretivas: “Nem podia imaginar que a missão a mim reservada por Mino Carta na revista iria determinar meus caminhos pelo resto da vida. A ordem que ele me deu foi simples e direta: ‘Você vai para o ABC e gruda no Lula. Quero matéria toda semana’” (KOTSCHO, 2006, p.15).

Começa então a cobrir a “Guerra dos Peões”, nome pelo qual a revista se referia às mobilizações políticas dos metalúrgicos na região do ABC paulista. Na condição de repórter, conhece Lula, que de início não teria recebido muito bem a ideia de “mais um barbudinho da USP” ao seu redor. Relação de início entre jornalista e fonte, o contato entre ambos se transforma em uma relação de amizade com o passar do tempo: “(...) naquela época Lula não queria saber de política nem de políticos. O mundo dele se limitava ao sindicato, e o meu, à revista. Por alguma razão que até hoje desconheço, logo ficaríamos amigos de um frequentar a casa do outro” (KOTSCHO, 2006, p.15). Em comum, os dois teriam essa espécie de “opção pelos pobres”: Lula, por um lado, seria a “voz dos miseráveis” na política; Kotscho, por seu turno, usava “a força da palavra escrita para dar vida aos esquecidos do Brasil” (LIDE, 2002, n.30, p.8).

---

<sup>208</sup> Núcleo de jornalistas contemporâneos da redação de O Estado de S.Paulo entre a segunda metade dos anos 1960 e os anos 1970. No final de 2005, Kotscho participou da celebração dos quarenta anos do “pessoal do Estadão”: “Todos os anos, nós nos reunimos religiosamente nesta época, para celebrar não apenas o Natal, mas a nossa velha amizade, que é o que fica de mais importante para guardar desses tantos tempos passados nas redações da vida” (KOTSCHO, 2006, p.313).

Ilustração 8: Luís Inácio Lula da Silva e Ricardo Kotscho, na sala da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1979



Fonte: Kotscho (2006)

Numa das suas coberturas como setorista das “greves do ABC”, reportou a ofensiva da polícia sobre a sede do Sindicato dos Metalúrgicos, na matéria “Dia de cão no ABC”. Com a intensidade daquele contato, Kotscho passava cada vez mais a se “sensibilizar” com aquele movimento: “Sem ninguém pedir nem mandar, a revista IstoÉ e seus jornalistas tornaram-se porta-vozes dessa nascente sociedade civil – e não faziam nenhuma questão de esconder, ao contrário, orgulhavam-se disso” (KOTSCHO, 2006, p.86).

Mais um menos um ano depois de voltar da Europa e entrar em IstoÉ, Kotscho, Rossi e todos os demais fazem um movimento conjunto para o novo projeto jornalístico de Mino Carta, o Jornal da República, “um jornal de jornalistas, sem patrão e sem capital” (MELO e SILVA, 1991, p.127). Nele, Kotscho segue na cobertura das movimentações no ABC, ficando conhecido como “repórter das greves”. Este jornal, para Kucinski (1991, p.127), representava a “última grande tentativa de jornalismo quase-alternativo”, que atraiu alguns “descontentes da Folha”, como Claudio Abramo. O jornal durou pouco, e o seu fechamento em 1980 marca, para alguns, o fim do “ciclo alternativo” e o fracasso das “tentativas mais importantes de transpor para o âmbito da grande imprensa, se não o complexo de experiência da imprensa alternativa dos anos 70, pelo menos suas propostas principais de conduta editorial” (KUCINSKI, 1991, p.127).

A rápida experiência no Jornal da República foi sucedida por um período mais longo na Folha de S.Paulo. Foi para o jornal com a ajuda de Mino Carta que, encontrando o jornalista e lamentando o final do jornal, lhe disse: “Ricardinho, não deu. Mas não se preocupe. Já conseguimos uma vaga para você na Folha. Cubra-se de glórias” (KOTSCHO,

1998, p.194). Clóvis Rossi e Claudio Abramo fazem a mesma mudança de veículo. Os três vão para a Folha. Novamente, Kotscho estava “no lugar certo, na época certa”: o momento em que passa a fazer parte da Folha é marcado pela “abertura política”, pela volta de exilados, pelos movimentos sociais de esquerda e pelas campanhas em prol de eleições diretas. Parte da imprensa nacional teve papel importante na cobertura do movimento das “Diretas Já”, que se transformou “no ponto de inflexão decisivo que demarca a forma atual, e considerada virtuosa, do jornalismo brasileiro” (GRÜN, 2018, p.103).

A Folha de S.Paulo foi o primeiro e principal jornal a encapar essa cobertura, que contribuiu para o seu exponencial crescimento, passando de um “jornal de média expressão” para um dos maiores do país. Romancini e Lago (2007, p.160-161) consideram que a Folha soube “pressentir a vontade popular”, ao sintonizar a sua linha editorial às “demandas sociais”. A cobertura da Folha impeliu outros veículos a cobrirem o acontecimento e contribuiu para a realização dos grandes comícios que marcariam a mobilização. Trata-se bem de encampar: a atuação do jornal naquele momento, embora considerada pertinente e necessária, é vista pelos próprios protagonistas como “absolutamente panfletária” (BLASS e BERTOL, 2010, p.123-124).

Ricardo Kotscho se torna um dos principais repórteres da Folha a cobrir as “Diretas Já” – de “repórter das greves”, virou o “repórter das Diretas”. Teria sido ele a propor ao jornal a cobertura das ainda incipientes mobilizações que reivindicavam eleições diretas, em 1984. Após conversas com políticos de oposição e “lideranças”, Kotscho tomou conhecimento das demandas que tomavam corpo, e tratou de levá-las à redação da Folha: “Pensando nessas coisas, redigi uma proposta para o jornal: por que a *Folha de S.Paulo* não empunhava de vez a bandeira das eleições diretas, como fazia a imprensa, antigamente, quando se apaixonava por uma causa?” (KOTSCHO, 2006, p.116).

A própria amizade com Lula se intensificou durante as viagens para os comícios (LIDE, 2002, n.30, p.13). O engajamento político por meio do seu trabalho como jornalista encontra na Folha de S.Paulo um veículo particularmente favorável, pois o jornal adotou a campanha das “Diretas” como sua principal “bandeira” naquele momento, chegando mesmo a promover um encontro da “sociedade civil” na sua sede, no qual se encontravam, entre outros, o então governador de São Paulo, Franco Montoro, e líderes religiosos.

Com formação católica desde a infância, a passagem por instituições escolares de caráter religioso e a experiência com atividades de assistencialismo na juventude, o trajeto de Kotscho é profundamente marcado pela religião. Mas não se limita a princípios gerais de conduta. Novamente, seu envolvimento religioso permite o acúmulo de um conjunto amplo de

relações sociais, que em diferentes momentos é mobilizado com objetivos diversos, não necessariamente visados enquanto tais.

Nos anos 1970, Kotscho conhece Frei Betto, em São Bernardo do Campo, durante a cobertura das “greves do ABC”. Quando era correspondente em Bonn, Kotscho recebeu um exemplo do livro “Batismo de sangue”, de autoria de Betto. Quando voltou para o Brasil, quis conhecer o autor (FESTER, 2005, p.129). Desde então, “partilhamos as mesmas esperanças, frustrações, vitórias e derrotas; rimos, choramos e oramos juntos” (KOTSCHO, 2006, p.300). Junto com outros amigos jornalistas, além do próprio Frei Betto, Ricardo Kotscho funda aquele que ficaria conhecido como “Grupo de Oração”, que ainda realiza atividades até os dias atuais. O grupo se expandiu para outras cidades brasileiras, e configura-se enquanto um espaço de atualização de relações e uma arena de debates. De início,

a gente se encontrava pra fazer um almoço, um jantar, pra discutir as coisas da vida, da política e tal. E aí surgiu essa ideia de a gente fazer um grupo de oração que saísse um pouco do dia a dia, né, de você pensar essa coisa mais espiritual e tal, porque todos tinham uma formação também nessa área, né. E aí a gente começou a se reunir, a coisa foi crescendo (...). Uma vez por mês, cada vez na casa de um, e tem dois retiros anuais (...). Tem um jantar que cada um faz, oferece na casa dele, e aí a gente faz uma celebração e discute os problemas que cada um tá enfrentando as coisas da vida (...). Não se fala só de religião, não é um negócio bíblico (Entrevista com Ricardo Kotscho, concedida em 03 nov. 2016).

Mais ou menos no mesmo período, se aproxima de d. Paulo Evaristo Arns, criador da Comissão Justiça e Paz. A relação se estreitou após a volta da correspondência na Alemanha, quando começou a cobrir pautas frequentes junto ao arcebispo de São Paulo. Num desses trabalhos, foi convidado por Arns para trabalhar junto à CJP e colaborar com o jornal da Cúria Metropolitana. Sua atuação consistia basicamente na divulgação das atividades da Comissão e e no trabalho em conjunto com advogados. Mas, para ele, “era uma coisa em duas vias”, pois “além de ser uma honra para qualquer pessoa preocupada com o respeito aos direitos humanos, oferecia-me a oportunidade de recolher informações e denúncias em primeira mão, ou seja, era uma fonte permanente de boas matérias” (KOTSCHO, 2006, p.107).

No final de 1983, Arns convida Kotscho para uma reunião em sua residência, onde apresentou a todos o projeto “Brasil: nunca mais”, que visava contar a história da repressão política no Brasil com base em cópias de documentos encontrados na Justiça Militar, em Brasília. Foi delegada ao jornalista, Frei Betto e Paulo Vanucchi a função de redigir o texto final do livro homônimo, publicado em 1985, pela editora Vozes. Devido à necessidade de sigilo durante a redação do texto, por razões de segurança, “essa foi minha primeira e única

experiência com a clandestinidade” (KOTSCHO, 2006, p.113). Permaneceu como membro da CJP em torno de 20 anos, até a saída de d. Paulo Arns da Cúria Metropolitana.

Ainda nos seus tempos de “Estadão”, Kotscho era um dos que tentava negociar com os censores do jornal a manutenção de partes das matérias a serem publicadas no dia seguinte. Além disso, suas colaborações para jornais da “imprensa alternativa”, suas denúncias contra abusos do regime militar e seu contato cada vez maior com os movimentos sociais de esquerda, particularmente no quadro das mobilizações dos metalúrgicos do ABC, reforçavam de formas variadas os seus contatos com a “política”. Não se trata apenas de um “civismo” ou de uma postura de “democrata”, que seu trabalho permitia realizar sem embaraços, mas do estabelecimento de relações pessoais duráveis com agentes políticos, que muitas vezes foram mobilizadas em seu proveito de modos diversos. A título de exemplo, se tornou amigo de Ulysses Guimarães, que dizia que o jornalista era o “cronista das Diretas”. Ao escrever um livro que se pretendia um diário da campanha – “Explode um novo Brasil” –, convidou Guimarães para fazer o prefácio, “a maior homenagem que recebi na carreira” (KOTSCHO, 2006, p.129).

Como a *Folha* era o único veículo que mandava repórteres da sede em São Paulo para todos os comícios e abria generosamente suas páginas para a cobertura da campanha das Diretas, passei a fazer parte da trupe, dar palpites nos discursos, sugerir caminhos para as etapas seguintes. Viajava com os três líderes da campanha em pequenos aviões fretados, e, em alguns lugares, dr. Ulysses (...) fazia questão de anunciar minha presença no palanque. Eu sabia que, em outras circunstâncias, essas coisas não pegariam bem para um repórter. Àquela altura, no entanto, não me importava mais com o limite entre as funções do profissional de imprensa e as do militante. Ficava até orgulhoso, para falar a verdade (KOTSCHO, 2006, p.120).

No dia em que foi votada a emenda Dante de Oliveira, a *Folha* deslocou vários repórteres para cobrir *in loco*, dentre eles Ricardo Kotscho. Com os discursos em plenário se multiplicando e a sessão se alongando, se aproximava o horário de fechamento do jornal. Os jornalistas da *Folha* lá presentes, sem poder enviar as matérias para a redação sem saber o resultado da votação, decidiram em conjunto só enviá-las quando a sessão terminasse e o resultado estivesse definido: “Poderíamos, claro, ser todos demitidos, mas, àquela altura, quem se preocupava com seu emprego, se estava em jogo algo tão vital como a volta da democracia ao país?” (KOTSCHO, 2006, p.127).

Sua passagem pela *Folha* de S.Paulo se estende até 1986, quando vai novamente para o *Jornal do Brasil*. Ainda no jornal da família Frias, tirou três meses de licença para uma experiência na televisão, no programa “Globo Rural”. Sem se adaptar, retorna aos impressos. Sua esposa, que concluiu o curso de Ciências Sociais na USP em 1976, se especializou em



pesquisas de mercado e de opinião. Quando, numa reunião, o dono do jornal comentou sobre a necessidade de criar um departamento de pesquisa interno, perguntou ao jornalista se ele conhecia alguém. Mencionou então da sua esposa, que se apresentou no jornal. Mara Kotscho foi então a responsável pela criação do instituto Datafolha, em 1983. Foi sua diretora de abril deste ano até outubro de 1985.

A saída de Ricardo Kotscho da Folha se deu em meio ao rearranjo do cenário jornalístico paulistano gerado pela implantação do “Projeto Folha” e *a fortiori* pela mudança no comando da Folha de S.Paulo, que passou das mãos de Otávio Frias de Oliveira para o seu filho, Otávio Frias Filho. Adepto do “jornalismo-arte”, do “jornalismo-emoção” (MELO e SILVA, 1991, p.130), Kotscho não recebeu bem as drásticas mudanças ocorridas no veículo. Considerava que era preciso “liberdade” no trabalho, e que o jornalista não podia ser enquadrado pelas regras que o “Projeto Folha” visava impor: “(...) houve uma mudança de mentalidade, padronizou-se o jornal, criaram o manual de redação, ao estilo americano de agências noticiosas, o que não batia com o jeito de Ricardo trabalhar. Não era só uma questão de estilo, mas de compreensão do jornalismo” (MELO e SILVA, 1991, p.128).

Entre o final dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, no contexto das suas coberturas das “greves do ABC” e das “Diretas Já”, “o repórter e o líder metalúrgico (...) foram se cruzando ao longo do acidentado caminho na luta pela redemocratização do país” (KOTSCHO, 2006, p.16). Atuação profissional e engajamento político tornam-se aspectos indistintos na trajetória do jornalista. Não chegou a se filiar ao PT, mas suas posições políticas eram conhecidas nas redações pelas quais passou. Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, vice-presidente da FENAJ e conselheiro da ABI.

Nunca me filiei [a partidos políticos], e também não participei de nenhum partido clandestino, aqueles movimentos todos. Por isso que as pessoas estranham: “Porra, mas você nunca foi preso? Você nunca foi torturado? (...). Porque muita gente hoje bota isso no currículo (...). Eu não. Eu nunca me interessei por isso. A minha área, como eu te falei, era social, não era a área política. Eu só fui descobrir a política em 68, quando saiu o AI-5 (...). Aí depois, não teve jeito, eu aprendi na marra. Aí me aproximei do sindicato, da igreja... (Entrevista com Ricardo Kotscho, concedida em 03 nov. 2016).

Acreditando em um “sonho coletivo”, “jogou todas as fichas” nas candidaturas de Lula (KOTSCHO, 2006, p.301). Assim, em 1989 é convidado pelo ex-líder metalúrgico para ser seu assessor na campanha para a presidência da República. Nela, viajaram em comitiva por seis países europeus (Itália, França, Alemanha, Suécia, Espanha e Portugal), para que Lula se encontrasse com governantes, líderes de oposição e dirigentes de partidos de esquerda

e centrais sindicais que havia conhecido na época de líder metalúrgico e no processo de criação do PT e da CUT. Lula chamava a comitiva de “Exército de Brancaleone”, composta, além dele próprio, por sua esposa, Francisco Weffort (secretário de relações internacionais do PT e chefe da comitiva), Marco Aurélio Garcia, Aloizio Mercadante, um representante do movimento sindical, um fotógrafo, e o seu mais novo assessor de imprensa.

Kotscho seria assessor ainda na campanha de 1994, pela qual acompanhou Lula pelo país nas “Caravanas da Cidadania”, e na de 2002, quando Lula é eleito. Mas sua primeira função enquanto assessor de imprensa de Lula se deu ainda no contexto das “greves do ABC”, particularmente quando do julgamento do líder sindical. Lula foi julgado à revelia, pois se recusou a ir ao julgamento. Kotscho entrevistou-o durante toda a sessão, na sua residência, onde havia permanecido. Ao final, com a aglomeração de repórteres em frente à casa, Lula pediu ao amigo: “Fala com os seus colegas. Explica tudo porque eu não vou falar mais” (LIDE, 2002, n.30, p.13).

Ilustração 9: Parte do “Exército de Brancaleone” em viagem à Suécia, durante a campanha presidencial de 1989. Na foto, da esquerda para a direita: Francisco Weffort, Aloizio Mercadante, Ricardo Kotscho, Lula e Marco Aurélio Garcia



Fonte: Kotscho (2006)

Ilustração 10: Ricardo Kotscho, Leonardo Boff e Fidel Castro, em viagem de Lula a Cuba, em 1989



Fonte: Kotscho (2006)

Ilustração 11: Ricardo Kotscho e Lula em Alcântara (MA), durante a campanha presidencial de 1994



Fonte: Kotscho (2006)

Entre uma campanha e outra, Kotscho retornava para as redações. Além do Jornal do Brasil, passou pelo SBT, Rede Bandeirantes, revista *Época* e, novamente, pela *Folha de S.Paulo*. Trabalhou ainda como diretor do departamento de jornalismo da CNT-Gazeta. Este foi o segundo momento em que as amizades tecidas nas instituições de ensino pelas quais passou contaram decisivamente para a orientação da sua carreira. No caso, foi convidado pelo empresário José Carlos Martinez, dono da rede, para assumir a função, “com plena independência editorial” (KOTSCHO, 1998, p.196). Foram colegas no ginásio do Colégio Santa Cruz. O convite veio quando o jornalista se encontrava no SBT, momento em que Martinez teria novamente “cruzado” a sua vida. Colabora ainda com *Caros Amigos*, entre

outras publicações mais associadas a posições de esquerda. Publicou, em 1999, o livro “Coitadinhos e malandrões: flagrantes do fim de feira de FHC 1 e 2”, pela editora Casa Amarela, de Sergio de Souza.

Com a vitória de Lula em 2002, Kotscho não retorna para uma redação jornalística, como fizera após as campanhas de 1989 e 1994. A convite do amigo e novo presidente, foi para Brasília assumir a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, cargo que ocupou entre 2003 e 2004. Torna-se assim “uma das pontas da estrela de Lula” (LIDE, 2002, n.30, p.1). Ricardo Kotscho não foi o único profissional dos veículos de imprensa a compor equipes de campanha e a assumir funções no governo após a eleição. Um deles, Sebastião Ferreira, trabalhou com Kotscho em diferentes jornais durante duas décadas, como motorista. Se engajou nas campanhas e, com a eleição, passou a trabalhar no escritório da presidência da República em São Paulo.

Ilustração 12: Ricardo Kotscho na entrada do Palácio do Planalto, em 2004



Fonte: Kotscho (2006)

Decidiu sair da pasta devido a questões de ordem familiar, no final de 2004. Naquele momento, “era como se uma parte importante da minha existência – certamente a mais sofrida e, ao mesmo tempo, a mais rica e gratificante – tivesse ficado para trás (...). Havia cumprido meu destino, estava no lugar certo na hora certa, como aconteceu durante toda a minha vida” (KOTSCHO, 2006, p.17). Ao deixar a secretária de Imprensa e Divulgação, o balanço retrospectivo do jornalista era o de que aquela “era a trajetória bonita e vitoriosa de um punhado de companheiros das mais diferentes gerações, origens e experiências políticas que esses anos todos participaram das lutas pela redemocratização do país e chegaram ao poder pelo voto” (KOTSCHO, 2006, p.299).

Um ano depois, é desencadeado o “escândalo do Mensalão”, que mergulha o governo petista em sua primeira e profunda crise. Embora tenha saído formalmente do governo, ainda ajudava pontualmente o seu substituto no cargo, e ligava quase diariamente para seus amigos, os “companheiros de caminhada até o Planalto”. Mantinha contatos regulares com Gilberto Carvalho, então chefe do gabinete pessoal, por meio de quem encaminhava algumas sugestões ao presidente. Com Lula, falava ao telefone em alguns finais de semana, “mas quase sempre só sobre assuntos pessoais”<sup>209</sup> (KOTSCHO, 2006, p.302).

Assim como em toda a sua trajetória como jornalista, além do “interesse na virtude” (BOURDIEU, 1996, p.219), as suas relações junto ao governo após a sua saída da Secretaria de Imprensa e Divulgação são lidas com base no registro da amizade, dos afetos e do compromisso com aqueles que havia deixado no final de 2004: “Acho que eu era um dos poucos no governo e no PT que mantinham boas relações com todo mundo num momento em que a crise tinha acirrado as divergências, que ficaram latentes enquanto tudo ia bem” (KOTSCHO, 2006, p.308).

Em um desses momentos, atuou decisivamente no sentido de tentar debelar a mais nova atualização da crise. Em agosto de 2005, estava em seu sítio em Porangaba, interior de São Paulo, quando teve acesso aos jornais do dia, que traziam matérias com fontes em *off* citando críticas mútuas entre o presidente e José Dirceu. Com receio da repercussão ao longo da semana, ligou em seguida para Lula, sugerindo um convite a Dirceu para um jantar na Granja do Torto, naquele mesmo dia. Falou ainda com a primeira-dama, reforçando a importância do encontro, solicitando a ela que convencesse o presidente. Ligou depois para José Dirceu, com o mesmo intento, e ainda para Gilberto Carvalho, para auxiliá-lo a promover a conversa. No dia seguinte, Carvalho lhe confirmou que o encontro ocorrera: “Mais não perguntei, nem quis saber o que falaram ou decidiram. O mais importante era que se encontrassem” (KOTSCHO, 2006, p.308).

Além de jantares, ligações e encontros informais com membros do alto escalão do governo, por meio dos quais o jornalista ficava a par dos bastidores da crise, Kotscho voltou a mobilizar esses contatos na esfera política como um trunfo nas suas atividades jornalísticas, que retomou em 2005. Começou a escrever uma coluna no *site* NoMínimo, a convite dos seus editores. Nele, escreviam alguns jornalistas que haviam sido colegas de Kotscho no Jornal do Brasil, nos anos 1980. Incrementava a sua renda ainda com consultorias de comunicação para

---

<sup>209</sup> A manutenção dos vínculos entre o jornalista e o então presidente pode ser exemplificada pela ocasião de uma festa junina anual promovida pelo casal Lula e Marisa. Mesmo fora do governo, e com a crise instalada, o jornalista e sua esposa foram convidados, pelo que Kotscho “ficou muito contente”, pois “os velhos amigos não haviam esquecido de mim, nem eu deles” (KOTSCHO, 2006, p.304).

grandes empresas, além de palestras. Na sua coluna semanal, “eu não tratava de política, mas de assuntos do cotidiano, da vida fora dos palácios e longe do poder” (KOTSCHO, 2006, p.303). Mesmo assim, publicou no *site* uma entrevista exclusiva que fez com José Dirceu, seu amigo de longa data, poucos dias antes da cassação do seu mandato de deputado federal.

No seu retorno para São Paulo, teria sido “salvo” pelo editor da Companhia das Letras, Luiz Schwarcz, que lhe pediu que escrevesse um livro de memórias, sobre o qual já haviam conversado antes. Durante um ano, Schwarcz pagou um “salário bom” para que o jornalista se dedicasse ao livro. Após, seguiu para o portal de notícias IG. Em 2007, Kotscho participa da fundação da revista *Brasileiros*, do seu “velho amigo”, o jornalista Hélio Campos Mello. Dela, se torna repórter especial. No ano seguinte, foi um dos cinco jornalistas brasileiros contemplados com o Troféu Especial de Imprensa da ONU<sup>210</sup>. Por volta de 2010, vai a convite para o portal R7, da Rede Record. Na mesma empresa, passou a ser comentarista de política do canal Record News: “Isso aí é que nem jogador de futebol que para de jogar, as pernas já não aguentam. Aí vira comentarista. Tá cheio aí na televisão” (Entrevista com Ricardo Kotscho, concedida em 03 nov. 2016).

O itinerário de Ricardo Kotscho representa uma modalidade marcada por uma politização generalizada e conversões frequentes das suas bases de recursos sociais. De formas e em momentos bastante variados, o capital de relações sociais contribuiu decisivamente para a ocupação das suas sucessivas posições como jornalista. Mas mais do que isso: favoreceu a sua inserção no espaço político e retribuições materiais e simbólicas substantivas como consequência. A defasagem no tempo entre algumas das trocas de “dádivas” no conjunto dessas relações confere eficácia a muitos dos seus engajamentos, permitindo conciliar os princípios da excelência profissional com mobilizações políticas em nome da “redemocratização” do país, entre outras, assim como uma leitura retrospectiva em termos de “coincidências”, “sorte” ou “acaso”.

#### 4.2 Uma família de jornalistas

O contato com a “profissão” e o aprendizado de elementos referentes à sua prática passam pouco pelos bancos das universidades, como destacado em outras partes do trabalho. O diploma em jornalismo muitas vezes conta apenas como um requisito formal para a entrada numa empresa jornalística ou no “mercado”. Sempre em debate e alvo de controvérsias, a

---

<sup>210</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kotscho-ricardo>. Acesso em: 11/07/2019.



obrigatoriedade do diploma em jornalismo, no momento atual, não é juridicamente requerida<sup>211</sup>. Mesmo assim, por convenção ou formalismo, os maiores veículos de comunicação, ao contratar jovens jornalistas, tendem a estabelecer a formação superior na área como um critério. De igual modo, alguns destes veículos fazem provas ou “concursos” para a seleção de profissionais novos. Contudo, com base no conjunto das entrevistas, entre aqueles que precisaram se submeter a esse tipo de avaliação, sempre o fizeram em início de carreira, e os relatos dão conta de que os “concursos” frequentemente consistem numa avaliação de currículo seguida de uma entrevista, e/ou uma prova de conhecimentos gerais. Ou seja, mesmo quando envolvem algum critério “escolar”, as entrevistas – recurso muito utilizado nesse tipo de seleção – demonstram o peso do conhecimento da “pessoa” para o recrutamento profissional. O mesmo vale para a ocupação de posições de estagiário, geralmente ainda durante os estudos universitários.

Na grande maioria dos casos, e mesmo para os profissionais mais jovens e diplomados, o critério de entrada e *a fortiori* o desenvolvimento da carreira se encontram ancorados no capital de relações sociais. Como já afirmado, a “competência profissional” é majoritariamente avaliada com base no conjunto de relações que o jornalista detém ou é potencialmente capaz de tecer, seja com colegas e superiores ou fontes em geral. A escolha do curso universitário e da profissão, além do “gosto” pelos hábitos de ler e escrever, podem se embasar ainda, com diferentes pesos e variadas formas de combinação, em referências encontradas no seio familiar.

Nesta seção, são apresentados os casos de jornalistas que, do conjunto da “amostra”, contaram mais decisivamente com as relações tecidas e aprendizados obtidos no interior (ou por meio) da família na entrada e no desenrolar de carreiras consideradas “investigativas”. A exposição se centra na figura do jornalista Vladimir de Almeida Leitão Netto, repórter da TV Globo e ex-vice-presidente da ABRAJI, que nasceu em agosto de 1973, em Caratinga, cidade do interior mineiro. Seu nome foi dado em homenagem ao líder da Revolução Russa. Seus pais, Marcelo Amorim Netto e Miriam Azevedo de Almeida Leitão, eram militantes comunistas contra a ditadura militar, à época do seu nascimento.

O perfil de Vladimir Netto conjuga o contato com o jornalismo no ambiente familiar com uma certa ética religiosa e envolvimento com a esfera política. É oriundo de uma família que ascendeu socialmente devido ao reconhecimento do “valor da educação”, aliado a valores e posições de “liderança”. Seu avô materno, Uriel de Almeida Leitão, recifense de

---

<sup>211</sup> <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717&caixaBusca=N>. Acesso em: 29/06/2019.

nascimento, fazia parte de uma família de poucos recursos, filho de pai pedreiro e mãe dona de casa. A mãe de Uriel, “analfabeta, extremamente pobre” (LEITÃO, 2010, p.499), desejava que os filhos estudassem, para que tivessem “outro destino” que não aquele que provavelmente lhes estaria reservado na região Nordeste dos anos 1920. Durante um encontro na escola dominical da Igreja Presbiteriana, ela pediu aos diretores americanos de um “renomado colégio” de Garanhuns, interior de Pernambuco, a concessão de bolsas de estudo para os filhos, ao que lhe responderam que não davam esse tipo de benefício. Decidiu migrar com a família para a cidade, para tentar colocá-los no estabelecimento de ensino em pauta, XV de Novembro, que era um “colégio de estrangeiros para meninos ricos” (LEITÃO, 1992, p.256). Diante da insistência, os diretores aceitaram que seus três filhos estudassem de graça na escola, desde que concordassem em trabalhar na faxina. Era uma espécie de “bolsa-trabalho”. “Eternamente gratos” pela oportunidade recebida, retribuíram “estudando muito”. Foram alunos “brilhantes”.

Devido ao desempenho escolar em Garanhuns, os irmãos foram orientados por diretores e professores do colégio a seguirem os estudos num seminário presbiteriano na cidade de Campinas, no qual Uriel Leitão chegou a fazer parte da diretoria (LEITÃO, 1992, p.224). Lá, estudaram teologia e saíram com “várias licenciaturas, para o trabalho de professor de ensino médio”. Em função dessa formação religiosa, que se iniciou em casa e se intensificou ao longo dos estudos, os irmãos dedicaram suas vidas a “duas frentes de trabalho”: a educação e a igreja. Foram “excelentes professores nas escolas onde ensinaram” e “brilhantes oradores nas igrejas”. Dos três, o que mais se dedicou à “causa da educação” foi Uriel Leitão, que, ainda em Pernambuco, “sonhava dirigir um colégio e, quando estivesse nessa situação de poder, dar bolsa a meninos pobres, como ele, que teriam então a chance que teve” (LEITÃO, 2010, p.500).

Após a formação no seminário, mudou-se para a cidade de Caratinga, “para evangelizar”: “Essa era a missão dele na Igreja Presbiteriana, que é a nossa igreja” (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016). Na cidade, “junto com outros líderes locais”, fundou o “primeiro ginásio da região”. Além do colégio, posteriormente criou ainda cursos superiores e “abriu escolas públicas em outras cidades, a pedido do governo do estado, na época da interiorização do ensino fundamental em Minas Gerais” (LEITÃO, 2010, p.501).

As suas atuações como reverendo, professor e gestor de instituições de ensino na região se converteram na condição de uma liderança local, ganhando o título de “cidadão honorário de Caratinga”. Como diretor de escola, realizava ações de filantropia, como a



concessão de bolsas de estudo. No caso dos alunos mais pobres, oferecia ainda trabalho assalariado no colégio, por oposição ao trabalho não remunerado que precisou desempenhar no XV de Novembro.

A ética religiosa e o “desejo de ajudar os pobres” conformavam uma concepção “marcadamente humanista” e uma visão “nada mercantil” dos empreendimentos educacionais que criou. Uriel Leitão é apresentado como alguém que não via neles “uma forma de acumular riquezas materiais”, sendo esta a “maneira que teve de fabricar homens mais sábios, para uma pátria mais sábia” (LEITÃO, 1992, p.255-256). Anos depois, umas de suas filhas, Miriam Leitão escreveria: “Essa história [do seu pai] sedimentou em mim a confiança na força da educação” (LEITÃO, 2010, p.502). A avó materna do jornalista fazia parte de uma “família tradicional” na região, descendente de italianos e alemães, com “infância na roça, escassez de tudo”. Retomou os estudos, concluiu o segundo grau e formou-se em pedagogia depois de ter alguns dos seus filhos, em 1960. Tal como seu marido, se dedicou à “causa da educação”. Foi uma “excelente professora”, “uma figura tão forte que seu nome vem atravessando as gerações da família” (LEITÃO, 2010, p.496).

Por parte paterna, a família de Vladimir Netto é proveniente da cidade de Vitória. Seu avô chegou a ser vereador da cidade e deputado estadual pelo Espírito Santo, em duas legislaturas: “Ele tem uma praça com o nome dele em Vitória” (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016).

Seus pais, Marcelo Netto e Miriam Leitão, se conheceram “na luta contra a ditadura”, em Vitória. Marcelo Netto era estudante de Medicina, curso que não concluiu devido à expulsão após a edição, em fevereiro de 1969, do Decreto-lei 477, que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados suspeitos de “subversão”. O contexto da segunda metade dos anos 1960 era o de uma “caça às bruxas” nas universidades contra indivíduos com opiniões nacionalistas ou comunistas, processo mais marcado em faculdades como Arquitetura e Medicina do que nas faculdades de Ciências Humanas (PÉCAUT, 1990, p.198-199).

Marcelo era dirigente do PC do B no Espírito Santo, enquanto Miriam era uma “idealista” militante de base do mesmo partido, que pichava e colava panfletos com dizeres contra a ditadura pelas ruas de Vitória. Chegou a ser discente do curso de História da UFES. Ambos foram presos quando saíram juntos para ir à praia. Foram também torturados por agentes do regime militar: Marcelo ficou preso por mais ou menos um ano e meio, parte desse período no Rio de Janeiro; Miriam permaneceu presa durante três meses, entre dezembro de 1972 e fevereiro de 1973, grávida do jornalista da TV Globo, seu filho mais velho. No local

do cárcere de Miriam, o 38º Batalhão de Infantaria do Exército em Vila Velha, ficaram confinados também muitos outros estudantes e professores universitários. Entre estes últimos, se encontrava um dos que anos depois fundaria o PT e que seria eleito prefeito de Vitória, em 1989, e governador do Espírito Santo, em 1994.

Ilustração 13: Fichas de Marcelo Netto e Miriam Leitão após suas prisões

**FICHA DE QUALIFICAÇÃO** 000288

NOME: MARCELO AMORIM NETO  
 CODINOME: "MATEUS"  
 FILIAÇÃO: Wolgano Neto  
 Maria da Natividade Amorim Neto  
 DATA DE NASCIMENTO: 06 de junho de 1950  
 NATURALIDADE: Vitória-ES  
 ESTADO CIVIL: SOLTEIRO  
 PROFISSÃO: Estudante do 4º Ano de Medicina  
 RESIDÊNCIA: Escaçaria da Fiedade, 49 - Vitória-ES  
 OUTROS DADOS: Vive maritalmente com MIRIAM AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO Integrante do CB do FC do B e militante de Base na Faculdade de Medicina.  
 Obs. Usa óculos de grau.

**FICHA DE QUALIFICAÇÃO** 000291

NOME: MIRIAM AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO  
 CODINOME: "AMÉLIA"  
 FILIAÇÃO: Uriel de Almeida Leitão  
 Mariana Azevedo de Almeida Leitão  
 DATA DE NASCIMENTO: 07 de abril de 1953  
 NATURALIDADE: Caratinga- MG  
 ESTADO CIVIL: Solteira  
 PROFISSÃO: Estudante do 1º Ano de Filosofia  
 RESIDÊNCIA: Morro da Fonte Grande, nº - Vitória-ES  
 OUTROS DADOS: Vive maritalmente com MARCELO AMORIM NETO "MATEUS" Integrante do PC do B - Fac. de Filosofia

Fonte: Leitão (2017)

A resistência ativa ao regime militar, a militância político-partidária e as experiências de prisão e tortura são aspectos biográficos que condicionaram as carreiras posteriores de então casal Marcelo Netto e Miriam Leitão. O bloqueio da carreira médica, por parte do primeiro, e do curso de História (apesar de, na sua ficha, constar como estudante de Filosofia), por parte da segunda, podem ser interpretados como favorecendo os investimentos no jornalismo, atividade na qual muitos militantes e ex-militantes de outras profissões de origem se “abrigaram” no caso, por exemplo, da “imprensa alternativa”. Além desse tipo de redirecionamento, a condição de ex-militante e ex-presos político funda uma espécie de “capital moral” (VECHIOLLI, 2008, p.31) que permite legitimar tomadas de posição

políticas, favorece o desenvolvimento de disposições e conhecimentos vinculados a uma postura de “denúncia”, bem como possibilita reconversões diversas.

Apesar de ser uma experiência extrema, a vivência da prisão e, particularmente, das torturas sofridas por ex-opositores políticos aos regimes militares na América Latina é um aspecto muitas vezes enunciado explicitamente, e mesmo avançado como um tipo de trunfo, em momentos posteriores. O mesmo vale, em menor intensidade, para aqueles que, embora não tenham sido presos ou torturados, “lutaram contra a ditadura”, de modo geral. A passagem do silêncio à *parole*, que se situa entre os limites do “possível” e do “dizível”, nestes casos, parece mais recorrente, se comparada à inclinação ao silêncio das vítimas de campos de concentração nazistas analisadas por Pollak (1990, p.141-142). Contudo, cabe destacar o caráter relativamente tardio da revelação de detalhes das violações sofridas por parte de Miriam Leitão. Apenas em 2014 a jornalista expôs o caso, cedendo à insistência de um colega de profissão para que trouxesse os fatos a público<sup>212</sup>.

A isso se soma o fato de que muitos são os ex-militantes de esquerda que, durante ou após a ditadura militar, abriram mão de outras carreiras para se dedicar ao jornalismo, ou escolheram a profissão nos anos de repressão. A experiência da “luta contra a ditadura” em muitos casos torna legítima tomadas de posição feitas por meio da condição de jornalista. Isto é particularmente visível no caso daqueles que abandonaram a militância política após o desenvolvimento da carreira. O jornalismo, para estes, parece constituir uma alternativa ao engajamento político, como uma saída “pelo alto” (AGRIKOLIANSKY, 2017, p.175), ou seja, enquanto uma tribuna que permite se situar acima das divisões político-partidárias, ao mesmo tempo em que se faz uso da autoridade conferida pelo engajamento pregresso pelas “liberdades democráticas”, mas também dos aprendizados e relações estabelecidas naquele momento histórico e biográfico.

No caso de Miriam Leitão, a sexta filha do casal Uriel e Mariana (de um total de 12), a importância dada à educação por parte dos seus pais favoreceu um contato frequente com livros e leituras em geral, bem como seus investimentos escolares. Iniciou no jornalismo um pouco antes de ser presa. Como no relato espontâneo de muitos outros profissionais da imprensa, teria virado jornalista “por acaso<sup>213</sup>”: era aluna do primeiro ano da graduação em História quando conseguiu um emprego como repórter da redação de uma rádio da capital capixaba. Tempos depois da sua soltura e de seu companheiro, o casal se mudou para Brasília,

---

<sup>212</sup> [http://observatoriodaimprensa.com.br/cadernodacidadania/ed812\\_a\\_reporter\\_pergunta\\_o\\_ministro\\_gagueja/](http://observatoriodaimprensa.com.br/cadernodacidadania/ed812_a_reporter_pergunta_o_ministro_gagueja/). Acesso em: 29/06/2019.

<sup>213</sup> <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/miriam-leitao/trajetoria.htm>. Acesso em 29/06/2019.

em 1977. Lá Marcelo Netto iniciou a sua carreira jornalística, cobrindo os tribunais sediados na cidade. Formou-se em Jornalismo pelo CEUB, faculdade privada de Brasília. Miriam Leitão iniciou o curso na UFES, transferindo em seguida para a UnB, onde concluiu.

Nos anos 1970, os jornais passaram a dar destaque ao noticiário econômico, não só porque as notícias sobre política sofriam forte censura, mas também porque a economia se tornou um dos temas centrais do período ditatorial. Parte da legitimação dos governos militares era buscada na retórica do “milagre econômico” e do desenvolvimento do país. O jornalismo econômico era visto como uma forma de difundir este ideário. Para os militares, essas editorias representavam um espaço de menor risco, e, portanto, eram menos visadas pela censura, porque as informações eram basicamente sobre o setor público, e os dados e índices oficiais. Além disso, o tratamento da informação era basicamente técnico, reproduzindo cotações de produtos na bolsa de valores, por exemplo. Nesse contexto, as editorias de economia dos jornais de maior circulação do eixo Rio-São Paulo foram criadas ou reestruturadas e rapidamente conquistaram grande espaço e prestígio. Além destes jornais, outras publicações especializadas em economia surgiram.

Tendo se especializado progressivamente na cobertura da área econômica, Miriam Leitão seria, segundo um entrevistado, uma das “filhas” da “diáspora” que muitos jornalistas fizeram para editorias de Economia durante o período militar. Com muitos jornalistas de perfil engajado ocupando as páginas de economia dos jornais, essa editoria teria se transformado em um espaço de “resistência à ditadura”, de crítica do regime e das políticas por ele adotadas. Por meio dela, os jornalistas podiam então expressar o seu engajamento político. Editorias de economia como a do jornal O Globo tiveram papel importante na articulação entre os interesses empresariais, sindicais e a esfera estatal durante o processo de abertura, na visão de Abreu (2017, p.118).

Com a “profissionalização” dos jornalistas que cobrem a área, que passaram a dominar aspectos da informação econômica que antes eram monopólio dos economistas, a editoria de Economia é considerada atualmente uma das mais nobres da profissão, ao lado da editoria de Política. Pedroso Neto (2015, p.144-147), nas classificações própria ao seu estudo, insere Miriam Leitão no que chama de “geração mais velha” do jornalismo econômico brasileiro, daqueles que iniciaram suas carreiras ainda no período militar, oriundos da classe média e que se caracterizavam também por terem “ampliado a participação na indústria cultural, isto é, reconvertido o reconhecimento acumulado no espaço jornalístico para o mercado editorial, para o espaço empresarial e para o espaço das consultorias”. Notabilizando-se nesse tipo de cobertura e pela função de colunista, que é geralmente ocupada por jornalistas “consagrados”,

Miriam Leitão recebeu diversos prêmios, entre eles o Maria Moors Cabot, patrocinado pela escola de jornalismo da Universidade de Columbia, em 2005, anos antes de Rosental Calmon Alves e José Fernando Rodrigues. Em 2014, foi eleita a “mais admirada jornalista do país”, ao lado de Ricardo Boechat<sup>214</sup>.

O contexto de repressão política marcou portanto parte da infância de Vladimir Netto. Até por volta dos seus quatro anos de idade, morou em casas de parentes, “um pouco escondido, com medo da ditadura, de ter uma nova prisão, um sequestro...”. O contato mais sistemático com a religião se deu nessa conjuntura. Seus pais “eram muito comunistas” na sua infância, e portanto tinha tomado a “decisão política de não (...) nos levar na igreja”. Contudo, devido à perseguição política sofrida pelos pais, conviveu muito com o avô e pastor presbiteriano Uriel Leitão. Tanto nesses momentos quanto nas férias escolares se deslocava para Guarapari, no Espírito Santo, para a casa dos avós: “Meu avô nos levava à igreja todo domingo. Então, quando eu fiquei mais velho, aí eu tomei a decisão de seguir a igreja do meu avô, igreja Presbiteriana” (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016).

Com o desenrolar da carreira jornalística dos pais em Brasília, o jornalismo passou a fazer parte do cotidiano familiar, com a “tradição de ir na banca no domingo”, ou ainda o fato dos almoços em família se transformarem em “reuniões de pauta”, nas quais se discutem matérias e acontecimentos do dia. Aos nove anos, teve seu primeiro emprego como entregador de jornal, atividade que lhe deu “intimidade com o jornal” e com os acontecimentos políticos da época.

Após a separação dos pais, acompanha sua mãe na mudança para São Paulo, entre 1984 e 1985, quando foi chamada para trabalhar na TV Gazeta e, em seguida, na revista Veja. Após a temporada em São Paulo, seguem para o Rio de Janeiro, quando Miriam Leitão “tava começando a despontar na carreira do jornalismo econômico”. Sua mãe foi assumir a editoria de Economia do Jornal do Brasil. Em todos esses momentos, Netto e seu irmão mais novo, que também viria a se tornar jornalista, frequentavam as redações e acompanhavam as rotinas da mãe e de seus colegas, o que contribui para a leitura retrospectiva de uma certa “naturalidade” na relação com a profissão.

(...) a gente convivia muito com o jornalismo, a gente ia no Clube da Imprensa... Eu brinco que eu dou plantão desde criança, entendeu? Porque naquela época eu ia muito pra redação. A redação da Globo [de Brasília], que hoje eu frequento, eu ia

---

<sup>214</sup> <https://www.portaldosjornalistas.com.br/j-cia-maxpress-apresentam-em-os-cem-mais-admirados-jornalistas-brasil/>. Acesso em 29/06/2019.

quando eu era criança. Então, é até uma coisa emocional pra mim (...) Quando eles se separaram, (...) eu fui morar com a minha mãe em São Paulo, depois fomos pro Rio de Janeiro, onde também tive um convívio muito grande com jornalistas (...). A gente ia pra redação do Jornal do Brasil (...). Eu ficava assistindo aos fechamentos da primeira página com grandes nomes do jornalismo (...). Era o bicho vê-los trabalhar, entendeu? Eu brincava ali (...). Jornalistas como [Carlos] Monforte, Eliane Cantanhêde, Heraldo Pereira, Cristiana Lôbo e muitos outros... Me viram criança ali. Até hoje, quando a gente conversa, eles lembram: “Ah, porque você era criança aquela época. Eu te vi”. Ou outra repórter lembra: “Ah, eu te vi criança e hoje tá aqui trabalhando”. Então assim, sempre foi muito nesse meio do jornalismo, né? (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016).

Além dos seus pais e do seu irmão mais novo, outros membros da família também se tornaram jornalistas. Outro irmão, fruto do relacionamento do seu pai com outra jornalista, é jornalista concursado da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Primos(as), madrastas e sua própria esposa são jornalistas. Neste sentido, em comparação ao total dos jornalistas aqui considerados, é possível falar em uma “família de jornalistas”. A sobreposição entre vínculos familiares, de amizade, amorosos e profissionais remetem ao que Agrikoliansky (2017, p.178) menciona como “constituição libidinal” e “economia afetiva do grupo”, que refletem a intensidade dessas relações.

Tanto quanto o “exemplo” de Miriam Leitão e Marcelo Netto, que são os inauguradores desse “clã jornalístico”, e as discussões jornalísticas e políticas travadas dentro de casa cotidianamente, é preciso ter em vista que as entradas no jornalismo das gerações seguintes contaram com o favorecimento do capital de relações sociais acumulado ao longo dos anos em diferentes redações de grandes veículos, além das relações com agentes políticos, informantes, etc. O capital social assentado em vínculos de parentesco é ao mesmo tempo a condição e um efeito de uma gestão bem-sucedida do capital coletivo dos membros da unidade doméstica (BOURDIEU, 1996, p.132-133), e, como tal, não pode ser descartado na análise das carreiras dos membros da família em questão. A própria relação com a ABRAJI demonstra isso: Miriam Leitão participou dos inícios da entidade, seu filho mais velho foi diretor e vice-presidente e uma de suas sobrinhas, jornalista “investigativa” com enfoque no mundo dos esportes, também é atualmente diretora. Em 2019, Leitão foi a homenageada da “sessão solene” do congresso anual.

Todo o percurso escolar de Netto foi realizado em instituições privadas, em Brasília e no Rio de Janeiro. Durante o ensino médio, foi líder estudantil da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES), no Rio, e participou de reuniões da UNE. No período de militante secundarista, conheceu pessoas que posteriormente se tornariam políticos de carreira e cruzariam os corredores do poder de Brasília com o jornalista: “Eu fazia piquete na

porta da escola, greve, passeatas... Na época dos ‘caras pintadas’, eu enchi lá de gente. Até brinco com o Lindbergh [Farias] até hoje. Eu falo assim: ‘Ah, você foi meu comandante e tal’” (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016). Nos últimos dois anos do seu ensino médio foi para um colégio que preparava para instituições militares, como IME e ITA. A escolha teria sido para reforçar seus conhecimentos nas disciplinas de Exatas, visando o vestibular. Devido ao caráter específico do colégio, era proibida a organização política dos estudantes, mas sua mobilização política não foi interrompida: “Quase fui expulso. Fazia piquete, não sei o quê. Eu era da lista negra da diretoria (*risos*)”.

Vladimir Netto decidiu seguir a carreira dos pais apesar dos “alertas” que os mesmos davam, de que “jornalista sofre, jornalista ganha pouco, jornalista dá plantão”. Passou no vestibular e iniciou o curso de Comunicação na UFRJ em 1991, concluindo em 1995. Como é geralmente o caso, os conhecimentos adquiridos nos bancos da faculdade não são mencionados, ao contrário daqueles obtidos por meio de relações pessoais: “(...) a minha formação veio de muito longe e de várias pessoas. E todas elas me passaram conceitos que eu uso até hoje”. Aqui, tem centralidade os conselhos e aprendizagens cotidianas oportunizadas pelo convívio familiar.

Então ela [mãe] falou assim: “Vai ser jornalista? Então, tá bom. Então, você vai ler 5 jornais por dia’. Então, durante a faculdade, eu lia Jornal do Brasil, O Globo, Folha, o Estadão e a Gazeta Mercantil (...). E ela ainda me perguntava: ‘O que você achou dessa matéria? Qual a diferença de uma e outra?’” (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016).

Nos seus primeiros anos de UFRJ, participou da reativação as atividades acadêmicas do CA da Escola de Comunicação, que tinham sido interrompidas anos antes por um grupo de estudantes veteranos. Foi secretário de comunicação do Centro Acadêmico, encarregando-se da promoção de festas e eventos. Ao iniciar o exercício da profissão, em 1994, encerrou sua atuação na política estudantil.

Além das relações e dos *savoir-faire* adquiridos na convivência com os pais, a notoriedade, projeção e visibilidade principalmente da sua mãe produziram efeitos diretos no início da carreira jornalística de Vladimir Netto. Ser “filho da Miriam Leitão” favoreceu o contato com chefes e colegas, bem como o direcionamento para pautas relacionadas à economia, principal foco do trabalho da progenitora. Seu primeiro trabalho foi como estagiário no jornal O Dia, em 1994. Entrou por meio de uma seleção na qual foram

aprovados seis candidatos. Logo no início, a ascendência familiar já efetuou um direcionamento dentro da redação:

(...) eu sempre quis fugir da Economia, por causa da minha mãe. Eu lembro que quando eu cheguei no estágio do jornal O Dia, aquela primeira reunião, primeiro dia (...), eu falei: “Cara, eu quero qualquer lugar, menos Economia”. Aí, nessa hora, a editora de Economia entrou na sala e falou: “Quem que é o filho da Miriam Leitão aí?”. Aí eu falei: “Eu”. “Aí, você, vem pra Economia!”. Então assim, a economia sempre me ajudou, pelo fato de eu saber muito, conhecer por conta lá da convivência com a minha mãe. Então, eu tinha muita facilidade. Quando eu vejo muitos momentos da minha carreira, a economia foi fundamental (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016).

Ser filho de uma “grande jornalista” de economia e adquirir certa facilidade com a temática, as relações herdadas e adquiridas com alguma influência da família e as “reuniões de pauta” domésticas são recursos relativamente raros no universo em análise, e se convertem em contextos e de formas variadas. A primeira matéria de capa de Netto veio a partir de uma “dica” recebida de um familiar durante uma dessas “reuniões”. Referia-se às defasagens entre os reajustes no preço da gasolina e a tabela de preços dos taxistas no período da Unidade Real de Valor (URV), que geravam prejuízos à categoria.

Netto decidiu abrir mão da “crônica da contratação anunciada”, que se refere à sua efetivação quase certa no jornal O Dia, para fazer uma prova para ser estagiário no JB. Tinha o “sonho” de trabalhar no Jornal do Brasil, “naquela Avenida Brasil, n. 500, que era onde eu ia com a minha mãe”. Aprovado, segue estagiando no JB em editorias diversas. Logo após formado, pede transferência para a sucursal de Brasília do jornal, em função do mercado de trabalho. As condições materiais na capital federal também influíam, uma vez que seu pai seguia residindo na cidade, e auxiliou na sua instalação nesse retorno.

Em 1996, com um ano de JB em Brasília, aceita o convite da revista Veja, veículo que para ele era “fiel aos princípios basilares” do jornalismo, com uma “obsessão pela checagem”. Nela, começou a participar da cobertura e desvelamento de “escândalos” na chamada “era FHC”. A sua primeira matéria de repercussão nacional referia-se à “lista do PPB”, documento que trazia nomes de deputados endividados junto ao Banco do Brasil, que era utilizado pelo então secretário-geral da presidência da República para negociar votações a favor do governo. A segunda, que figurou na capa da revista, tratava dos usos de aviões da FAB por parte de ministros de Estado para viagens de férias a Fernando de Noronha. Em Veja, teria começado a “fazer matérias nesse estilo” e se especializar na cobertura do mundo político de Brasília.

Saiu da revista em 2000, quando a redação “desmantelou”, com a saída de muitos jornalistas para outros veículos. Neste ano, foi convidado para ser chefe de reportagem no



portal IG, onde ficou por seis meses, até pedir demissão. Não se adaptou ao emprego, e partiu de férias para o Rio de Janeiro. Nesse ínterim, ligou para a então chefe do jornal O Globo, que já conhecia “da casa do [Jorge Bastos] Moreno” e de outros espaços de sociabilidade: “Ó, tô na área. Se tiver algum emprego aí...”. Queria trabalhar no jornal porque gostava do “perfil” dele, “não só porque minha mãe trabalha lá, mas porque eu acho que é o jornal que parece mais comigo” (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016).

Em O Globo, cobre a pré-candidatura de Anthony Garotinho à presidência da República, entre 2001 e 2002, revelando em conjunto com outros jornalistas uma fraude que envolvia o seu programa de rádio. Com esta matéria, considerava que conseguiria o seu “ticket de volta” para o Rio de Janeiro, após alguns anos de experiência no mercado de Brasília. É o momento em que Ali Kamel, então diretor do jornal, migra para o jornalismo da TV Globo, e convida Vladimir Netto, que até então tinha experiência apenas na imprensa escrita, para ir para as reportagens de vídeo. Com a aceitação do convite, opta por ficar em Brasília em detrimento do retorno para o Rio, “porque eu tinha mais domínio sobre a praça, eu tinha mais fontes aqui”. Desde 2002 na TV Globo, ascendeu como repórter de vídeo na hierarquia dos telejornais da emissora, atualmente se encontrando lotado no principal deles, o Jornal Nacional, eventualmente fechando matérias para os outros, sobretudo quando o volume de informações diárias sobre as pautas que cobre é considerado mais elevado do que o espaço que tem nas edições do JN.

Após a sua entrada nos veículos do Grupo Globo, Netto passou a se identificar mais como um “jornalista investigativo”, com “uma atuação que é totalmente voltada pra essa área”. Em 2013, uma das suas matérias “investigativas” teve impactos mais diretos e imediatos sobre o destino de um agente político. Considera que esta teria sido a matéria mais difícil que fez, porque “tive que usar todas as técnicas que eu conheço de jornalismo investigativo”. Descobriu um esquema de “laranjas” que envolvia um escritório de advocacia no Panamá, que tinha ligação com o dono de um hotel de Brasília no qual José Dirceu, então preso após condenação no ano anterior, trabalharia como gerente ao progredir para o regime semiaberto. Como um dos resultados do trabalho, Dirceu não assumiu o emprego e seguiu cumprindo pena em regime fechado.

No ano de 2014, com o início da chamada “operação Lava Jato<sup>215</sup>”, Vladimir Netto se tornou um dos jornalistas brasileiros que mais acompanhou e noticiou as suas ações e

---

<sup>215</sup> Conjunto de investigações do MPF e PF sobre práticas de corrupção na estatal Petrobrás.

desdobramentos. Em 2016, publicou o livro “Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil”, pela Primeira Pessoa, selo da Editora Sextante, com prefácio de Fernando Gabeira. No livro, o jornalista discorre sobre os inícios e algumas fases da operação.

A crença e ética religiosas e a condição de “filho de ex-militantes políticos” presos e torturados na ditadura militar conformam uma percepção da profissão como uma espécie de “retorno para a sociedade”: “Eu acho, sinceramente, que eu tô aqui porque Deus quis assim (...). Foi ele que me deu essa chance de ter uma vida (...). Eu sei de muitas histórias de filhos de militantes políticos que não sobreviveram, ou que nasceram com problemas” (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016). O ideal de “serviço”, de “retorno”, de “tentar ajudar” ou de “fazer alguma coisa em prol” embasa a leitura que faz da sua atuação na cobertura da operação em questão. Um pouco antes, durante uma série de reportagens para o programa Fantástico, da TV Globo, sobre emergências de hospitais públicos brasileiros, teria visto “histórias de chorar”, conformando a ideia de que a ausência do dinheiro desviado por esquemas de corrupção era a responsável pelos sofrimentos que testemunhara.

Na atual conjuntura, o caso de Vladimir Netto permite explorar um aspecto em desenvolvimento relativamente aos engajamentos dos jornalistas que cobrem a política nacional. Ainda que muitos jornalistas tenham se dedicado ao longo das últimas décadas à cobertura dos desvios da classe política, a sistematicidade e alcance das investigações recentes modifica as dinâmicas profissionais. Como aponta Engelmann (2017, p.306), na segunda metade dos anos 2000 assiste-se à conformação de uma “nova versão de ativismo judicial” ligada ao controle punitivo de agentes políticos e ao “combate à corrupção”. Na esteira desse processo, ocorre a intensificação da cobertura por parte dos jornalistas e, correlativamente, um tipo de ativismo ao mesmo tempo político e jornalístico neste tipo de empresa de moralização da política. Assim, por exemplo, Netto define-se como um “técnico nessa luta contra a corrupção, na cobertura da luta brasileira contra a corrupção”. Para ele, a “luta contra a corrupção” é um consenso da “sociedade brasileira”, “porque chegou um momento que as pessoas estão cansadas disso, e viram [com a “Lava Jato”] uma oportunidade de lutar” (Entrevista com Vladimir de Almeida Leitão Netto, concedida em 13 e 14 out. 2016).

No livro mencionado acima, o jornalista destaca o seu “profundo envolvimento” com os eventos relacionados à “Lava Jato”. O fato de trabalhar no jornalismo da TV Globo, o seu enfoque na produção de “reportagens investigativas” em Brasília e a projeção adquirida pela operação favoreceram a dedicação exclusiva à sua cobertura e da “crise política” por ela

desencadeada. Passou a cobrir a operação mais de perto a partir da sua sétima fase, a que prendeu alguns “empreiteiros” e que “despertou o interesse da opinião pública pelo caso”. Havia ido a Curitiba para reportar a apreensão de obras de arte de uma “doleira” que estavam em exposição no Museu Oscar Niemeyer. No dia seguinte à produção da matéria, se encontrou com algumas fontes, que lhe disseram para permanecer na cidade até o dia seguinte, data em que “estourou” a sétima fase: “Como me senti grato por ter ficado e visto aquele dia em Curitiba com meus próprios olhos” (NETTO, 2016, p.382). Daí em diante, “não houve um dia nesse período em que eu não falasse da Lava Jato”. Esse “esforço de reportagem” foi premiado como “a grande cobertura do ano de 2015” pela TV Globo (NETTO, 2016, p.381).

Devido a esse engajamento e a *expertise* acumulada nesse tipo de cobertura, o jornalista passou a ser “procurado por pessoas que precisavam de especialistas nisso” para produções cinematográficas. A convite de diretores, atuou em duas oportunidades como consultor na elaboração de roteiros em temas que são “a sua praia”, como “corrupção” e “Brasília”. No caso da produção mais recente, uma série para uma plataforma de *streaming*, a base do roteiro é o próprio livro sobre a “Lava Jato” escrito por Netto.

#### 4.3 Um “acerto de contas” com a ditadura

Como mencionado no item anterior, a vivência do período militar influenciou não somente nos percursos posteriores de jornalistas que foram presos e torturados, mas também no caso daqueles que “lutaram contra a ditadura”, de modo geral. Para jornalistas que começaram a sua atividade profissional nos anos 1980 (ou seja, que viveram sua infância e adolescência sob os governos militares), e que posteriormente passaram a ser reconhecidos como “investigativos”, os anos de repressão política apresentam uma centralidade particular, por exemplo em se tratando da conformação de uma “indignação” e na busca por coberturas jornalísticas voltadas para a compreensão de acontecimentos ocorridos naqueles anos. O período militar não tem centralidade apenas na conformação de determinadas carreiras, sob diferentes modalidades e combinações. Indo ao encontro da hipótese de Waisbord (2000), o próprio desenvolvimento do que se entende por jornalismo investigativo se relaciona com o final dos regimes autoritários da América Latina, contribuindo para um clima de “busca pela verdade”.

O carioca Francisco Otávio Archila da Costa se especializou ao longo da sua carreira em investigações e denúncias de práticas de “contravenção” que envolvem antigos agentes da

repressão. Nasceu no Rio de Janeiro em março de 1962, em Botafogo, zona sul da cidade. É filho de pai advogado, formado pela Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, que trabalhou na maior parte da sua carreira como assessor jurídico de uma cooperativa de pesca. Sua mãe é dona de casa, com ensino médio completo. Costa é o filho mais velho entre três irmãos. Todos estudaram em escolas privadas: no caso do jornalista, primeiro no Colégio Santo Inácio, em Botafogo, e depois no Colégio Marista São José, na Tijuca, instituições de ensino consideradas “tradicionais” da capital fluminense.

Aos 17 anos, Costa perdeu o seu pai, no momento em que se preparava para entrar na universidade. Sendo a única fonte de renda da família e profissional liberal, e uma vez que Costa era o filho mais velho, a partida do pai representou “um momento difícil”. Com o desejo de ser publicitário, Costa entra em 1980 no Centro Unificado Profissional (CUP), um centro criado em 1974 a partir de uma “dissidência” da PUC-Rio. Com o final do centro, em 1981, migra para a FACHA, onde conclui sua formação superior, em 1984, “aos trancos e barrancos”. Décadas depois, já nos anos 2000, fez uma especialização em políticas públicas na UFRJ, que “ajudou muito no meu trabalho de repórter”.

Fez parte do movimento estudantil, participando de protestos e atos públicos. Chegou a ser delegado na UNE no segundo congresso de reconstrução da entidade, realizado em Piracicaba (SP), entre os dias 14 a 17 de outubro de 1980, quando Aldo Rebelo foi eleito presidente da entidade. Devido à condição de delegado no congresso, foi “fichado” pelo regime, fato que veio descobrir décadas depois, em pesquisas no Arquivo Nacional, em Brasília. Costa alega sempre ter tido “uma preocupação política”, “gostava desse troço aí”. Começou de modo “desorganizado” ainda no ensino médio, participando do grêmio estudantil do Colégio Marista São José, em um tipo de atividade relativamente frequente entre futuros jornalistas: o “jornalzinho” da escola. No ensino superior, atuou de modo “mais organizado”. Concorreu em chapas do CA e do DCE, sendo derrotado em todas as ocasiões, por fazer parte de uma “corrente minoritária”.

No processo da sua “organização” enquanto militante político e estudantil, se aproximou do Partido Comunista Brasileiro (PCB): “(...) nesses confrontos internos na universidade, eu sempre me alinhei aos grupos que tinham, digamos assim, ligação com o PCB. Era ‘partidão’, sempre fui” (Entrevista com Francisco Otávio Archila da Costa, concedida em 22 mar. 2016). Se afastou do partido no início dos anos 1990, não sem antes de concorrer em uma chapa do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, sendo também derrotado. Ainda compôs uma gestão posterior do sindicato, no início dos anos 2000, sem no entanto o mesmo nível de engajamento da primeira candidatura: “(...) eu já tava num

momento da minha vida que eu já não tinha mais tempo pra sindicato. Foi péssima a minha participação no sindicato. Fui negligente”.

Nesse meio tempo, trabalhou em uma campanha política de uma vereadora da cidade, ex-companheira de militância. Atuava na redação dos textos para rádio e televisão. Não chegou a ocupar nenhuma função junto ao mandato da mesma. Em todo caso, relaciona-se àquele que viria a ser um dos seus “campos de interesse”, já que a vereadora havia sido presidente da escola de samba Unidos de Vila Isabel quando da conquista do carnaval de 1988, enfrentando “o poderio dos bicheiros” e sendo campeã “sem ter ajuda da contravenção”.

Ainda no início dos seus estudos superiores, abriu mão de seguir carreira na publicidade para se dedicar ao jornalismo após a sua experiência como estagiário em um jornal de bairro, por volta de 1980. Foi para o jornal a partir do convite de um colega de turma. No começo, sua função era fazer a arte final e montar anúncios. Por ocasião de um período carnavalesco, um dos sócios do jornal decidiu fazer uma ampla cobertura do carnaval de rua na região de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca. Diante da escassez de efetivo, o sócio em questão convidou Francisco Costa para “quebrar o galho” e reforçar a cobertura, uma vez que também estudava em uma escola de comunicação: “Peguei o bloquinho, e não larguei nunca mais, entendeu? Acabei virando jornalista nesse processo aí” (Entrevista com Francisco Otávio Archila da Costa, concedida em 22 mar. 2016).

Após a experiência no jornal de bairro, Costa parte para estágio na Última Hora onde segue “num pique muito grande de reportagem”, na editoria de Cidades. É contratado automaticamente pela Última Hora ao se formar, onde permanece até 1991. No jornal, era responsável pela cobertura sindical, escrevendo também em uma coluna fixa sobre o tema. Mesmo em Última Hora, em alguns finais de semana fazia “*freelas*” para a sucursal carioca de O Estado de S.Paulo. Depois de uma dessas colaborações para o jornal, foi contratado. Naquele momento, o seu então veículo se encontrava em decadência, tendo falido um ano e meio após a sua saída. Diante de uma reformulação da equipe de O Globo, assumiu a editoria Nacional um jornalista que “tava gostando do meu trabalho no Estadão”, que o convida para assumir uma vaga de repórter na editoria, em 1997, onde se encontra há mais de vinte anos. Fez ainda parte do “núcleo dos fundadores” da ABRAJI, e foi o primeiro vice-presidente da associação. Em 2016, foi desligado das suas funções da editoria Nacional, para fazer parte de um núcleo de repórteres ligados diretamente ao “comando” e dedicados a reportagens especiais. O núcleo destacou repórteres para “bombar as edições dos dias úteis” do jornal, produzindo “matérias dominicais para o resto da semana”.

O reconhecimento como um “grande repórter” tem efeitos diretos sobre a posição ocupada na hierarquia das redações jornalísticas. No seu caso, frequentemente dispõe da possibilidade de se afastar da pauta diária e se dedicar a matérias de maior fôlego, que demandam mais tempo de apuração, de escolher jornalistas da redação para trabalharem com ele em projetos especiais e, principalmente, de ter um acesso mais direto à chefia de redação, também chamada de “Aquário”<sup>216</sup>.

Ainda como estagiário no jornal de bairro, foi credenciado para a cobertura de um show em homenagem ao Dia do Trabalho, no Riocentro, em 30 de abril de 1981. Ao saberem da notícia de uma explosão no estacionamento, Costa e um amigo fotógrafo, deslocado junto com ele para a cobertura do evento, se dirigiram ao local, mas não puderam reportar o acontecimento, pois foram expulsos por agentes da repressão, que alegaram que se tratava de uma “área de segurança nacional”. Essa cobertura “frustrada”, somada ao seu engajamento político à época, contribuíram para sedimentar uma espécie de “dívida”: “(...) ali eu me senti desafiado pela ditadura militar. Aliás, sempre me senti desafiado pela ditadura militar. Eu tenho essa, digamos, aversão... A ditadura foi uma vilã da minha juventude, e aí eu fiquei com uma gana...” (Entrevista com Francisco Otávio Archila da Costa, concedida em 22 mar. 2016).

Em 1999, no jornal O Globo, foi informado de que uma subprocuradora da República, baseada num depoimento à comissão de direitos humanos da Câmara, havia encaminhado peças para a Procuradoria da Justiça Militar, entendendo que existiam novos fatos que justificavam a reabertura do “caso Riocentro”<sup>217</sup>. O Globo montou uma “força-tarefa” de jornalistas, da qual Costa fez parte, responsável por cobrir a reabertura e “desengavetar tudo que dizia respeito àquele caso”.

A partir da cobertura do jornal, foi aberto um novo inquérito policial-militar (IPM), que acabou por rever as conclusões anteriores do caso, que davam conta de que os militares haviam sido vítimas. A “brilhante investigação” de Costa e da equipe, que levou em torno de seis meses, recebeu o prêmio Esso daquele ano, na categoria reportagem<sup>218</sup> (BELOCH e FAGUNDES, 2006, p.89-90): “Daí pra frente, cara, eu virei um interessado, eu passei a cobrir

---

<sup>216</sup> Sobre a disposição física das redações e como elas refletem hierarquias internas, ver Travancas (1992, p.23-28).

<sup>217</sup> Maiores detalhes sobre o atentado do Riocentro podem ser encontrados em Ribeiro (1999).

<sup>218</sup> O jornalista receberia ainda o prêmio Esso em 2001, na mesma categoria reportagem, sobre o “império” constituído pela Legião da Boa Vontade (LBV), em parceria com Rubens Valente Soares, e em 2002, na categoria jornalismo, pela série de reportagens “Sentenças suspeitas”, que denunciava condutas criminosas de juízes que “montaram um verdadeiro mercado de sentenças e liminares” (BELOCH e FAGUNDES, 2006, p.160). Participou também do conjunto de jornalistas brasileiros que, em parceria com o ICIJ, produziram matérias no bojo do chamado “*Swissleaks*”.

muito de perto, com grande interesse, tudo aquilo que pudesse ajudar a lançar luz sobre os crimes da ditadura, particularmente aqueles praticados aqui no Rio de Janeiro”<sup>219</sup> (Entrevista com Francisco Otávio Archila da Costa, concedida em 22 mar. 2016).

Além das suas atividades como repórter, Francisco Costa é também professor universitário, atividade que começou a exercer em 2003, na instituição privada UniverCidade. Dois anos depois, passou a dar aulas de redação no departamento de Comunicação da PUC-Rio, onde chegou a ser professor da sua filha, atualmente jornalista da sucursal carioca de O Estado de S.Paulo. O recrutamento de jornalistas experientes para lecionar em universidades, muitas vezes em detrimento de professores que possuem diplomas de mestrado e/ou doutorado na área, demonstra o peso e autoridade conferidos à aprendizagem *sur le tas* no jornalismo. Estes jornalistas convertem a notoriedade adquirida dentro das redações para as universidades, onde podem, ao mesmo tempo, “passar a sua experiência” para os alunos, e colocá-los em contato com as demandas do “mercado”, que são alegadamente muito diferentes do que os cursos de jornalismo atualmente oferecem em suas grades curriculares. Sintomática desse ponto é a sua própria posição em relação ao diploma e ao lugar da universidade na formação de um jornalista, que para ele deve ser um lugar voltado muito mais para “formar consciência” do que para o aspecto técnico da atividade. Durante os seus estudos superiores, Costa priorizou a atividade nos jornais em que estagiou, pois entendia que, na sua formação, “redação tinha mais peso do que a universidade”. Na conclusão do curso, “eu tava tão enrolado que eu não fui nem em festa de formatura, eu coleí grau na sala do diretor (...). Eu queria era o diploma, eu queria ir pra rua, eu queria era a reportagem. Eu tava na pilha da reportagem, como estou até hoje” (Entrevista com Francisco Otávio Archila da Costa, concedida em 22 mar. 2016).

A “competência jornalística” consiste basicamente no encontro entre um conjunto de saberes em geral pouco codificados, adquiridos na prática diária, e o trabalho constante de acumulação e gestão do capital de relações sociais, especificamente no caso do tratamento com as fontes. Muitos são os esforços despendidos nesses contatos, mesmo que nem sempre renda alguma matéria de modo mais imediato. Ou seja, aquilo que se entende por “alimentar a fonte” muitas vezes consiste em um investimento em possíveis notícias futuras, embora não se reduza a isso. Nesse sentido, Costa considera que, ainda que disponha da prerrogativa de

---

<sup>219</sup> O seu interesse em reportar violações cometidas durante a ditadura militar, a “inimiga da sua juventude”, aliado aos seus trabalhos sobre “contravenção” envolvendo principalmente “jogo do bicho”, o levaram a investigar as relações entre os dois temas, o que resultou no livro “Os porões da contravenção. Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado”, em coautoria com Aloy Jupiara, publicado em 2015 pela editora Record.

poder se dedicar a pautas especiais e apurações mais longas, é para ele importante permanecer “antelado” e “conectado com a realidade”, em contato direto e regular com as fontes: “Só investigação o tempo todo te tira de uma coletiva do Eduardo Paes. É importante você tá ali cara a cara com prefeito, ele te ver (...). O cara tem que te ver (...). [Se] você ficar fora disso o tempo todo, você se desconecta da vida, você se desconecta das fontes que vão ensejar uma reportagem também. Isso é fundamental” (Entrevista com Francisco Otávio Archila da Costa, concedida em 22 mar. 2016).

#### 4.4 Fustigar o poder

Uma das características recorrentemente associadas aos jornalistas considerados como “investigativos” é uma postura geral de “denúncia” que, direta ou indiretamente, se dirige ao mundo político ou, de modo geral, ao “poder”. Essa postura é considerada por alguns como um “desafio” aos poderes constituídos e aos que os representam ou incarnam. Muitos jornalistas brasileiros apresentam de bom grado a sua atividade profissional como uma busca pelo que está “por trás” das práticas oficiais. Essa enunciação mais geral se encontra ancorada num conjunto de aprendizados e *savoir-faire* difusos, mas fortemente embasados numa concepção “carismática” da profissão e das relações entre os pares, que envolvem aquelas de caráter personalístico entre um “mestre” e um “discípulo” ou “aprendiz” (CORADINI, 1997a, p.460). O peso da passagem pelas mãos de um grande “formador”, ou da convivência com este em uma mesma redação ou ambiente de trabalho, mostra-se muitas vezes decisivo para o desenrolar de carreiras jornalísticas e, de modo mais específico, para a conformação da referida postura de “denúncia”.

Em meio às inúmeras indicações de novos informantes que foram fornecidas, uma delas chamou a atenção em particular. Como já exposto, boa parte dessas recomendações estava calcada nos critérios que os próprios jornalistas estabeleciam como relevantes nas suas avaliações da profissão e dos colegas. No caso tratado neste tópico, mais de um jornalista destacou a importância de entrevistar Luiz Alberto Weber, não tanto pelas “grandes reportagens” ou “furos” que eventualmente deu na sua carreira, mas por ter “formado”, enquanto chefe, muitos jornalistas que, em Brasília, são rotulados e se consideram investigativos, e que ocupam posições de destaque em veículos de projeção nacional na capital federal.

Apesar de ser conhecido como um “formador de jornalistas”, Weber é relativamente jovem, com 46 anos à época do contato. Nascido no Rio de Janeiro e filho de um pai militar,



morou em algumas cidades do interior da região Sudeste, e por um momento no exterior, devido aos deslocamentos do seu progenitor. Seu avô materno chegou a exercer as funções de deputado estadual e deputado federal, “antes de 64”, pelo estado do Ceará, onde nasceu e se criou sua mãe. Quanto ao jornalismo, registra em sua família a presença de um tio materno que foi repórter no jornal O Globo, também em Brasília.

Reside em Brasília desde 1985, e lá fez parte dos seus estudos básicos, dois anos destes em colégio militar. Formou em Comunicação pela UnB em 1994, mas, antes disso, chegou a cursar Engenharia Mecânica, na mesma universidade. Ao ser questionado sobre o porquê da mudança para o curso de Comunicação, Weber interpreta-a por meio do registro da “vocação”, calcado na inclinação pela leitura e pela escrita que o acompanhavam desde a juventude.

Começ u sua carreira ainda como estagiário, durante a graduação, trabalhando para o Jornal do Commercio, de Pernambuco, e para uma revista e uma rádio locais, de Brasília. Com carteira assinada, seu primeiro emprego foi na revista Istoé, logo após formado, em 1994, onde ficou por volta de dois anos. Conseguiu entrar na revista pois havia uma vaga aberta na redação. Apresentou seu portfólio de matérias publicadas quando estagiário e foi então contratado, como repórter. Após a sua entrada na profissão, todas as mudanç as de emprego subsequentes foram marcadas pelos “convites”. Assim, foi convidado a migrar para o jornal Correio Braziliense por Ricardo Noblat, que era diretor da Istoé, mas estava de mudanç a para o jornal. Weber, de início, recusou, pois avaliava que precisava de um pouco mais de experiência em revista. Refeito o convite um ano depois, aceitou e a mudanç a de veículo se efetivou, permanecendo no jornal até meados de 2002. A convite de Roberto Fernandes de Souza, então chefe da Carta Capital, volta a integrar uma redação de revista, ainda como repórter. Neste veículo permanece três anos.

Como repórter, Weber destaca como um de seus “feitos profissionais” a “descoberta”, paralela e simultânea a uma operação da Polícia Federal, do paradeiro do piloto do chamado “Morcego Negro”, um avião de propriedade de PC Farias, na Argentina, nos anos 1990. Afirma que conseguiu essa “descoberta” sem o auxílio dos investigadores da Polícia Federal, pois dispunha de fontes e informações seguras. No país vizinho, conseguiu então flagrar a sua prisão.

A carreira de Luiz Weber sofre um redirecionamento quando sai da revista Carta Capital e migra, novamente a convite, para a sucursal brasiliense do jornal O Estado de S.Paulo, pois desta vez é chamado para um cargo de chefia, a coordenação da área de Política Nacional do veículo, aos 36 anos de idade. Desde então, sua carreira se voltou para as funções

de coordenação e direção, uma vez que a sua última mudança de veículo, até a época da entrevista, foi para a revista *Época*, para assumir a direção da sucursal, onde se encontrava naquele momento. Foi por essas atuações profissionais que Luiz Weber se credenciou junto ao meio jornalístico, pelo menos da capital federal, como um “formador” de novos profissionais interessados em praticar investigações.

Na condição de chefe de jornalistas, este profissional participou de investigações consideradas importantes em termos de repercussão, tais como: a série de reportagens que revelou centenas de atos secretos no Senado Federal, e a reportagem sobre a compra da refinaria de Pasadena no governo Dilma Rousseff. Sobre a sua participação nessas reportagens, afirma que foi secundária: “(...) pude participar ali como orientador e colega, né, parceiro. Foram momentos relevantes, menos pra mim, mas acho que mais para o noticiário” (Entrevista com Luiz Alberto Weber, concedida em 10 out. 2016).

Se seguirmos o propósito de revelar o que não gostariam que fosse revelado, eu não tenho nenhuma preferência absoluta por uma área (de saúde ou de uma política clássica...). Desde que seja uma coisa relevante, e que esteja escondida, ou seja, os atores não querem que seja revelada, aí me interessa o assunto. Eu não tenho *partis pris*: “Ah não, eu só quero matéria da Polícia Federal?”. Não. Se você tiver uma excelente matéria de saúde, uma excelente matéria de política pública, mas que envolva a força estatal, os agentes do Estado operando de forma dolosa (ou seja, criminosa), e querendo que isso se mantenha escondido pra produzir um efeito (...), eu não tenho interesse, uma predileção, por A ou B. Será bem vinda toda e qualquer pauta, tá (Entrevista com Luiz Alberto Weber, concedida em 10 out. 2016).

Seu interesse por matérias que revelem malfeitos das autoridades públicas o fez acrescer à sua formação escolar dois cursos suplementares: um mestrado em Ciência Política (pela UnB, concluído em 2006), e uma especialização em Direito Constitucional (pelo Instituto Brasiliense de Direito Público, concluída em 2012). O tema da sua dissertação de mestrado indica bem a sua inclinação para assuntos relativos a condutas desviantes da classe política. Intitulada “Capital social e corrupção política nos municípios brasileiros: o poder do associativismo”, o trabalho visa demonstrar a existência de uma associação positiva entre, de um lado, o que o autor chama de “densidade associativa” nos pequenos e médios municípios brasileiros e, de outro, o nível de corrupção política local. Já nos agradecimentos do trabalho, Luiz Weber chama a atenção para a origem do seu interesse pelo tema como objeto de estudo, ilustrando uma das formas pelas quais a atuação profissional pode contribuir para fomentar, realizar ou consolidar engajamentos e as posturas de “denúncia” correspondentes. O sentimento de “indignação” e de insatisfação com as regras vigentes relativamente a determinado tema (BECKER, 2008, p.153), que se faz presente entre muitos jornalistas

envolvidos com investigações, pode anteceder a entrada no jornalismo, mas a profissão pode, por outro lado, representar a “descoberta” de atividades criminosas até então desconhecidas como tais.

Como jornalista, inúmeras vezes publiquei ou acompanhei reportagens revelando casos de corrupção política, de roubo de dinheiro público. Em muitas dessas ocasiões, as fontes primárias eram associações de moradores, de ambientalistas, de minorias, cidadãos que se mobilizavam contra o poder (...). Espero, sinceramente, que esta dissertação sugira novas pesquisas e ações que ajudem a combater a corrupção no Brasil, um sorvedouro do dinheiro público que afeta mais os excluídos da sociedade (WEBER, 2006, p.2-3).

Em termos de apresentação de si, Weber dá a entender que representa a figura típica que se encontra presente nas representações tanto de profissionais quanto de leigos sobre o trabalho do jornalista, como aquele que “não desliga” e que está sempre atrás de alguma notícia que possa interessar a si e/ou ao público. Não se julga um “missionário”, mas acredita que tem um “papel social” a cumprir, que para ele se resume no propósito de “fustigar o poder” para revelar “coisas relevantes pra vida do leitor”. A partir desse entendimento do seu ofício e da sequência de posições de chefia para as quais foi convidado, Luiz Alberto Weber passou a ser reconhecido como um “formador de jornalistas investigativos” em Brasília, um dos “mestres” que são constantemente mencionados entre os jornalistas que atuam naquela “praça”.

#### 4.5 A “queda” de Antonio Palocci

Ao que tudo indica, a notoriedade adquirida por meio do desvelamento de “casos” no jornalismo, indicada por Marchetti (2001, p.167), é potencializada se for seguida de implicações mais diretas e visíveis no universo que foi alvo de uma “revelação”. Entre estas, se encontra a capacidade de uma matéria “derrubar” um agente do mundo político, empresarial, etc., ou seja, de provocar ou contribuir para a sua demissão, cassação, prisão ou algo semelhante. Não raro, aquilo que se entende por “relevância jornalística” passa por esse tipo de injunção sobre as instituições ou agentes políticos e econômicos. Seguindo as representações dos próprios jornalistas sobre o que qualificaria um repórter “investigativo”, é aqui apresentado o itinerário de uma jornalista que foi indicada, dentre outros fatores, devido ao reconhecimento que lhe foi atribuído por ter desencadeado a “queda” de alguns agentes políticos de proa.

À época da entrevista como editora da “Coluna do Estadão”, na sucursal brasiliense do jornal O Estado de S.Paulo, Andreza Matais se notabilizou na capital federal pelo “poder de fogo” das suas investigações, ou seja, pela capacidade de gerar impactos diretos e abalar o mundo político com os “escândalos” advindos das matérias que escreve. O enfoque neste tipo de trabalho está para ela ligado à sua própria “natureza”, já que se considera “uma pessoa muito indignada com as coisas”, que acha “tudo um absurdo”. Assim, o registro pelo qual lê a sua ascensão profissional é o da naturalidade, da “intuição” e do “faro” para as “notícias quentes”. A recorrência dos efeitos das suas matérias no espaço político nacional contribuiu para difundir, entre os colegas de profissão, a expectativa de que suas coberturas sempre “abalem a República” de alguma forma. Durante boa parte da sua carreira, o aspecto “investigativo” da atividade desempenhada não aparece de modo explícito ou formalizado.

Bastante jovem para o reconhecimento profissional de que detém, com 40 anos em 2016, Matais nasceu na capital paulista, mas se mudou em seguida para Sorocaba e, por fim, Santos, onde terminou seus estudos básicos e fez a sua faculdade em Comunicação. Apesar dos seus avós não disporem de grandes condições econômicas, o seu pai, químico com nível de formação técnica, sempre ocupou cargos de chefia na indústria têxtil, o que permitia à família que desfrutasse de um padrão econômico bastante confortável, de modo que ela, que é a mais nova, e seus dois irmãos sempre estudaram em instituições de ensino privadas, do básico ao superior. A ascensão do padrão econômico e social do seu pai em relação aos avós se deve, na sua opinião, à sua “dedicação ao trabalho”, característica que julga compartilhar com ele: “Meu pai é um cara muito habilidoso no que ele faz, então ele sempre ocupou cargos de chefia, de gerente (...) Nisso eu sou muito parecida (...): a gente é muito do trabalho (...). Acho que dos irmãos ele é o que mais se destacou e tal, mesmo sem ter muito estudo (Entrevista com Andreza Matais, concedida em 16 nov. 2016).

Por volta dos seus 15 anos, decidiu trabalhar. A busca de um emprego é atribuída a essa “ética do trabalho” e a uma espécie de “espírito de liderança” que permeia seu seio familiar, e que teria herdado particularmente do pai. Com essa idade conquistou seu primeiro emprego como vendedora e, em seguida, gerente de uma loja em um shopping de Sorocaba. Começou também a dar aulas para o ensino básico num colégio público municipal, como substituta. Deu aulas até o final da faculdade. Ainda que o desejo do pai fosse que ela fizesse Direito, decidiu fazer Jornalismo, por considerar que escrevia bem. O contato de Matais com o jornalismo antes da faculdade era difuso, já que afirma que não se tinha o hábito de leitura de jornais e as representações do que consistiria efetivamente essa atividade eram vagas, por parte dos seus pais.

Uma vez na faculdade, Matais teria se dado conta da estreiteza do mercado local, com poucos veículos de comunicação e, portanto, poucas opções de conseguir trabalhar na área num futuro imediato após formada. Diante da constatação, teria elegido o jornal da faculdade com a oportunidade que teria de exercer a profissão, e nele buscou conseguir algum destaque.

O jornal da faculdade pra mim era como se eu tivesse no Estadão. Então, eu tinha que dar todas as manchetes, as melhores matérias... E eu – hoje, olhando pra trás – já fazia jornalismo de investigação (...). Não tinha a cadeira de investigação, não era uma coisa que se falava muito na época, mas era uma coisa que eu já fazia. Então, uma das primeiras matérias que eu fiz é porque eu dava aula numa escola em que as crianças do lixão frequentavam essa escola. E aí, nesse lixão, era uma vida muito sofrida, tinha muito tiroteio... Então, eu lembro que eu me infiltrei um pouco nessa favela, pra acompanhar essa rotina dessas pessoas que viviam ali nesse lixão. E acho que tem muito a ver com essa pegada, né. (...). Muito intuitivo mesmo (Entrevista com Andreza Matais, concedida em 16 nov. 2016).

Em determinado momento, nos últimos períodos da faculdade, tentou entrar no jornal O Estado de S.Paulo pelo programa de “focas”, mas não foi aprovada. Seguiu então dando aulas, mesmo após formada. O que a tirou das salas de aula e começou a encaminhá-la para as redações jornalísticas foi o convite de uma amiga de faculdade, que conhecia o coordenador da campanha presidencial de Ciro Gomes, em 1998, para entrar na área de comunicação da campanha. Nesse contexto, conhece em São Paulo aquele que viria a ser o seu marido, que trabalhava para o PPS (então partido do presidencial) à época. Seu marido, que é mais velho, foi militante político do PCB durante a ditadura militar, tendo sido preso e torturado por agentes da repressão.

Em 1998, termina sua faculdade e se casa. Após o término da campanha presidencial, muda-se no ano seguinte para Brasília, acompanhando o marido, onde permanece desde então. Seu cônjuge é funcionário do Banco Central, mas trabalhava cedido para a Câmara dos Deputados. Trabalhava junto à equipe do deputado Roberto Freire, do PPS, mesmo partido do candidato à presidência para o qual trabalhou em 1998. As relações pessoais e políticas do seu marido junto às casas legislativas foram decisivas no início da carreira de Andreza Matais. Uma vez que não conhecia o mercado jornalístico local e não dispunha de relações que pudessem lhe “abrir portas” nos veículos da capital, foi por meio do auxílio dele que ela conseguiu seu primeiro emprego na cidade: uma assessoria de imprensa parlamentar, também para o PPS, na Câmara dos Deputados. Além do primeiro emprego como jornalista, restam duas possibilidades não negligenciáveis, quanto aos usos e rendimentos da aliança matrimonial: 1) parte da sua circulação junto ao mundo político de Brasília e da acumulação de fontes privilegiadas, elemento considerado fundamental enquanto uma “competência”

jornalística, pode ter sido facilitada ou potencializada pela inserções prévias do marido; 2) o próprio interesse ou “atração” pelos temas ligados à política pode ser em parte resultado das atividades do seu cônjuge.

Apesar de representar a sua entrada no mercado profissional local, o trabalho de assessora não contemplava as suas expectativas, o que resultou na sua demissão, por volta de um ano depois. O que, a princípio, se apresentava como um momento delicado na carreira acabou por lhe proporcionar a disponibilidade e oportunidade de trabalhar numa agência de notícias focada na cobertura da região Nordeste do país, que demandava repórteres em Brasília para enviar notícias de interesse da região que lá ocorressem. Foi para lá convidada, e permaneceu neste trabalho alguns anos. Daí em diante, não era mais uma “estrangeira” no mercado jornalístico do Distrito Federal. Começou a conhecer colegas de profissão, tecer contatos com fontes e amizades diversas, estendendo assim as chances de afirmação profissional e, ao mesmo tempo, reduzindo as dificuldades em conseguir novos trabalhos.

Uma dessas amizades inclusive foi responsável pela sua próxima mudança de veículo. Trabalhavam juntos na cobertura do Congresso Nacional, onde se conheceram e se aproximaram. Trata-se de um repórter que trabalhava, à época, na Folha Online<sup>220</sup>, e que quando soube do surgimento de uma vaga no seu veículo, indicou o seu nome para preenchê-la. Mesmo sendo numa agência pequena, seu trabalho atraiu certa visibilidade, o que, somado à indicação feita pelo seu colega, efetivou a sua contratação, em 2007. Sobre a visibilidade que seu trabalho na cobertura política começava a ter, diz:

(...) na agência Nordeste, eu fazia matérias normais, porque eu cobria o Congresso. Eu não falava assim: “Ai, vou fazer isso aqui porque isso é uma reportagem investigativa”. Mas eu sempre fazia coisas que eu achava que “o cara gastou isso...”. E essas matérias é que me davam satisfação. “O deputado foi lá e gastou um milhão pra comprar não sei o quê...”. Então, pra mim, isso era notícia. Talvez pra outros não era, entendeu? (...) Nunca ninguém falou assim pra mim: “Ó, agora você vai fazer só jornalismo investigativo, entendeu?”. Nunca tive essa conversa com ninguém. É porque realmente são os temas que me atraíam, entendeu? (Entrevista com Andreza Matais, concedida em 16 nov. 2016)

Uma vez na plataforma I da Folha de S.Paulo, e ocasionalmente protagonizando coberturas de repercussão, seu trabalho atraiu a atenção daquele que seria o novo diretor da sucursal da Folha em Brasília, Melquíades Filho, jornalista que, assim como Luiz Weber, é reconhecido como um grande “formador” de profissionais na imprensa nacional, um dos “mestres” do “bom jornalismo”. Filho é considerado um profissional que valoriza o

<sup>220</sup> Até determinado momento, a Folha de S.Paulo mantinha uma separação entre os jornais impresso e o *online*.

jornalismo investigativo, e que buscou investir nisso nas redações pelas quais passou. A marca da sua “influência” é perceptível em muitos profissionais entrevistados, que reiteradamente citaram o seu nome como uma “referência” para as respectivas carreiras. O mesmo ocorreu com a jornalista em questão, que trabalhou com os dois “formadores de jornalistas” citados. Segundo a entrevistada, sua “coragem” de se posicionar diante do novo chefe foi o que lhe credenciou a ir para a Folha impressa, que na hierarquia então vigente era vista como a versão mais “nobre” do jornal, comparativamente ao *online*.

Logo na sua primeira semana de jornal impressa, deu um “furo”, o que teria contribuído para o seu reconhecimento interno e externo à nova redação. A hierarquia entre o *online* e o impresso, bem como a entrada no jornal sem ser pela via do programa de “focas”, e já com certo destaque e prestígio, fez com que Matais sentisse uma certa discriminação inicial em meio à competição na qual se encontravam mergulhados os repórteres da sucursal brasileira do jornal. Em todo caso, Matais atribui a essa nova conjuntura redacional, comandada por “Melqui”, o momento em que passou a se considerar como uma “jornalista investigativa”.

O Melqui dividiu a redação assim: “Essa bancada cobre política, essa bancada é de investigação, essa bancada é não sei o quê...”. E eu sentava nessa aqui da política. Então, naquele momento, eu vim pra cá [pra bancada de investigação]. Aquilo me deu um orgulho muito grande, assim, entendeu? Ele tinha muito essa coisa da mesa que você sentava... Era muito legal isso, um reconhecimento do que você tá fazendo, né (...). Aí realmente eu mergulhei nisso, e comecei a falar: “Ah, eu sou jornalista investigativa” (Entrevista com Andreza Matais, concedida em 16 nov. 2016).

A relativa mudança na identidade profissional baseada na reivindicação da condição de “jornalista investigativa” não está ligada à aquisição de certo conhecimento ou ao manejo de técnicas específicas adquiridas por meio de algum aprendizado sistemático ou escolar, mas a um contexto específico de relações ao mesmo tempo profissionais e pessoais que permitiram o seu acesso a dossiês e a participação em equipes visando apurá-los. O momento ao qual a entrevistada se refere, que a fez mudar da “bancada da política” para a “bancada da investigação”, se deu em 2009, com o pedido de uma repórter mais experiente da Folha, Andrea Michael, para que Melquíades Filho liberasse Matais para participar de uma equipe que iria se debruçar sobre um material exclusivo que ela havia obtido: tratava-se de um conjunto de escutas telefônicas da operação “Boi Barrica”, que investigava o filho de José Sarney. Devido ao volume e duração das gravações, era preciso mais de um jornalista para dar conta de selecionar o quê em meio àquele material era digno de notícia.

(...). E ali eu acho que eu entendi: “A partir de agora eu só vou fazer isso”. Eu já tinha feito várias coisas assim, eu já tinha feito uma crise (...) no Senado, de virar o Senado do avesso, de mostrar pagamento de hora extra para 5.000 pessoas no recesso, pagamento de auxílio-moradia pra senador que tinha casa própria, e isso mudar a regra (...). Mas eu ainda não tinha essa coisa [de se considerar “investigativa”], entendeu? Então, a partir do momento que a Andrea me chamou ali, daí eu entendi (Entrevista com Andrea Matais, concedida em 16 nov. 2016).

Convidada a integrar a equipe do jornal O Estado de S.Paulo, também em Brasília, Andrea Matais seguiu cada vez mais sendo reconhecida pelo peso e impacto das suas coberturas. A notoriedade assim acumulada se converte em privilégios ou rendimentos que não se limitam a ganhos salariais. O “renome de qualidade” (BOURDIEU, 2006, p.117) assim atribuído contribui para sedimentar uma espécie de “selo de credibilidade jornalística”.

Isso é reconhecido dentro do jornalismo, né. Eles querem quem traga o diferencial, matérias importantes (...). Não só no seu salário, como você ter acesso a pessoas importantes dentro do jornal, ser ouvida dentro do jornal. Quer dizer, eu sei que quando chega uma matéria minha, as pessoas dão mais atenção para aquela matéria, um espaço (...). As pessoas leem esse tipo de matéria pelo nome, entendeu? “Ah, é uma matéria do Rubens [Valente], então é uma matéria que tá certa. Não vou desconfiar dela”, entendeu? Eu sei quem é o Rubens, o mercado sabe (...). “Ah, essa matéria é da Andrea...” (Entrevista com Andrea Matais, concedida em 16 nov. 2016).

“Fazer um nome” no jornalismo é um aspecto decisivo das carreiras. É muitas vezes intenso o investimento explícito dos jornalistas no sentido de promover ou construir uma “imagem”, o que contribui para consolidar a já mencionada concepção carismática da “profissão”. A importância do reconhecimento do “produtor” mobiliza muitos esforços de instituições diversas, que não se restringem ao universo profissional. Outro indicador disso é a “inflação de prêmios” jornalísticos oferecidos por entidades e empresas: anualmente, por exemplo, o Portal dos Jornalistas<sup>221</sup> faz uma análise dos “mais premiados” e “mais admirados” jornalistas brasileiros, em nível nacional e regional. Apesar de extrapolarem as redações, principalmente no caso dos jornalistas que atuam diante das câmeras, o efeito da assinatura (BOURDIEU, 2006, p.20) e os rendimentos materiais e simbólicos daí advindos se observam mais nas relações interpares, já que “ninguém lê tantos jornais quanto os jornalistas” (BOURDIEU, 1997, p.31), e entre jornalistas e fontes dos universos cobertos.

A atribuição e reconhecimento de um jornalista com perfil “investigativo” pode envolver, além de prestígio e notoriedade, pressões de diferentes ordens, sobretudo quando está em jogo a imagem de terceiros, o que implica que qualquer erro pode não ser desfeito e gerar um “assassinato de reputação” equivocado perante a “opinião pública”. No que tange a

<sup>221</sup> <https://www.portaldosjornalistas.com.br/>. Acesso em: 02/07/2019.



este aspecto, o recurso à ética e formação religiosas têm um peso importante nas representações que Matais tem do seu trabalho. De formação católica, afirma que se apega às suas crenças religiosas para as matérias “darem certo”, por exemplo pedindo a Deus que a tire “do caminho de pautas erradas” e que proteja suas mãos, “para que aquilo que eu escreva esteja sempre certo (...), porque eu sei do impacto que tem uma matéria, né?” (Entrevista com Andreza Matais, concedida em 16 nov. 2016).

As duas pressões sofridas seriam, primeiramente, a responsabilidade pessoal em relação ao conteúdo apurado e noticiado e, em geral, a aceitabilidade jurídica das provas que embasam as “denúncias”, muitas vezes a única garantia que torna realista um “ataque frontal aos poderosos” (LEMIEUX, 2001b, p.56): “Qualquer errinho você destrói a sua carreira. E isso te custa muita ansiedade, muitas noites de sono (...). Todo mundo dá uma surtada. Porque você sabe que você vai abalar a República (...). Você não dorme quando você tem uma matéria dessa (...), você não sabe como vai ser a reação” (Entrevista com Andreza Matais, concedida em 16 nov. 2016). A pressão neste caso está ligada a duas reputações: a do jornalista e a do(s) agente(s) retratado(s), investigado(s) ou denunciado(s). A segunda ordem de pressões seria advinda das expectativas junto aos colegas, fontes e leitores para que as matérias tenham “impacto”: “Você sempre tem que dar o maior furo do ano. Eu derrubei 4 ministros, então toda vez olham pra mim: ‘Ah, você não derrubou ninguém esse ano’. Parece que seu trabalho foi uma merda” (Entrevista com Andreza Matais, concedida em 16 nov. 2016).

Apesar das pressões, a expectativa de que uma determinada matéria “derrube” alguém parece configurar um forte indício para aferir o sucesso daquela matéria ou não, sobretudo em se tratando das altas personalidades políticas do país. Tal como no caso analisado por Marchetti (2010, p.115-137), quanto mais importante se torna uma determinada pauta, mais prestigiados tendem a ser os jornalistas a cobri-la, o que não constitui em si uma obviedade, uma vez que remete a disputas profissionais por prestígio, exclusividade, notoriedade, etc.

No caso dos jornalistas políticos, considerados tratar da rubrica mais “nobre” da profissão, quanto mais uma pauta tende para o “escândalo”, mais estes jornalistas de *establishment* (LEGAVRE, 2005, p.117) tendem a monopolizar ou assumir a frente da cobertura “quente”. Mesmo que as divisões entre editoriais não sejam tão marcadas quanto no jornalismo francês ou norte-americano, é preciso considerar as relações entre a repercussão – ainda que potencial – de determinados assuntos, e a posição nas hierarquias profissionais e de prestígio dos jornalistas que os cobrem. Portanto, a “corrida pelo furo” não responde apenas a

um imperativo de noticiabilidade, de “relevância jornalística” e de “serviço público” ao informar os cidadãos.

Passando de uma “desconhecida” no espaço das redações jornalísticas de Brasília para uma profissional bastante reconhecida em relativamente pouco tempo, uma nova guinada profissional se deu quando ela foi convidada a editar a “Coluna do Estadão”, em 2016. Matais saía assim do lugar em que esteve durante anos, como repórter dedicada a grandes matérias, uma vez que o ritmo do noticiário de uma coluna é muito mais dinâmico e acelerado, não permitindo o mergulho nas pautas ao qual ela estava habituada. Segundo sua visão, houve uma certa celeuma no mercado local com essa mudança, já que ela era considerada uma das principais repórteres de política de Brasília. Segundo ela, parte da concorrência teria mesmo “comemorado” essa mudança, uma vez que seria “uma a menos” na competição pelas grandes matérias num mercado extremamente competitivo, como o é da capital federal<sup>222</sup>.

Apesar dos muitos “casos” que revelou ou contribuiu para revelar, e dos outros ministros que “derrubou”, a série de reportagens intitulada “O patrimônio e as consultorias que derrubaram Palocci”, que fez ainda nos seus tempos de Folha de S. Paulo, em 2011, é o trabalho que ela considera ter sido o que lhe “lançou” para o jornalismo em nível nacional. Nela, Matais denunciou o enriquecimento ilícito e a multiplicação do patrimônio do então ministro-chefe da Casa Civil do governo Dilma Rousseff, ex-prefeito de Ribeirão Preto, ex-deputado federal e ex-ministro da fazenda do governo Lula da Silva. A série de matérias resultou na saída de Antonio Palocci do governo Dilma, e rendeu a Matais o prêmio Esso (regional sudeste) e o prêmio Folha de 2011. Avaliando o impacto da reportagem na sua carreira, diz:

---

<sup>222</sup> Foi notável a diferença sentida no ambiente jornalístico de Brasília em relação a outras cidades visitadas em função da pesquisa. Embora isso pareça evidente para um profissional do meio, para um “estrangeiro” foi fator de surpresa identificar a dinamicidade daquela “praça”. Redações muito estruturadas, a presença de todos os grandes veículos do país, tudo remete a uma concorrência aguda por tudo o que ali se passa (sobretudo, evidentemente, em matéria de política). Nos termos de um entrevistado, trata-se da “Meca do jornalismo político”. O mercado de Brasília parece, se não hierarquizar, pelo menos diferenciar os jornalistas em termos de competências: “(...) acho que é fundamental passar por Brasília. Eu percebo, quando eu viajo... Agora eu não faço mais isso, mas quando eu viajava pra cobrir alguma coisa específica, é diferente o repórter de Brasília e o repórter de fora de Brasília. Aqui você tem o acesso ao poder, então você não tem medo de perguntar. Os repórteres que cobrem o Alckmin, eles têm meio que medo assim, parece uma coisa diferente, do que [para] um repórter que é de Brasília, que, pra ele, governador é... A gente fala com ministro, fala com o presidente da República. Então, é outro estilo assim. Então, eu acho importante essa passagem por Brasília” (Entrevista com Andreza Matais, concedida em 16 nov. 2016). Em consonância com esta percepção, outro jornalista afirma ser melhor trabalhar em Brasília por não haver tantas pressões por parte dos políticos, algo mais forte nas suas respectivas bases eleitorais. Ou seja, a tendência é que os jornalistas que atuam nos contextos locais de origem dos eleitos sejam os que mais sofram com pressões e intimidações, por ser onde estes agentes tem influência direta, e onde seus interesses podem ser afetados mais diretamente por eventuais denúncias: “Aqui (...), Geddel Vieira Lima vem, não tá nem aí pra mim (...). Ele vai pra Bahia, lá na Bahia [o jornalista] que se vire lá (...). Vai fazer [jornalismo investigativo] lá na Bahia (...), denunciar o prédio dele lá...” (Entrevista).

Eu já tinha feito muitas outras matérias, mas a matéria que me alçou mais nacionalmente foi a matéria do Palocci (...), porque ela mudou um governo, né? O Palocci era uma figura central pra Dilma, porque [ela] não tinha experiência. A partir da queda dele, o governo desandou. Muitos analistas políticos acham que se o Palocci não tivesse caído, a Dilma tinha sido completamente diferente, não teria nem sofrido o *impeachment*, teria segurado o governo, né (...). E agora ele foi preso, e tudo se confirmou e tal (Entrevista com Andreza Matais, concedida em 16 nov. 2016).

Matais resume a sua atuação jornalística e “investigativa” evocando a mesma “objetividade” ou “apartidarismo” que muitos faziam sempre questão de pontuar. Ainda que a retórica da objetividade tenha como uma das suas pretensões reivindicar um distanciamento e a condição de “especialistas do jogo político” (LEGAVRE, 2005, p.118), ela não elimina o fato de que estes jornalistas são atores políticos devido os poderosos constrangimentos que pode exercer nas condutas dos agentes políticos e no jogo político mais amplo. Ao mesmo tempo que pode envolver um “sentido cívico” ou “idealismo”, “derrubar” homens de Estado, contribuir para mudar a legislação ou um conjunto de práticas, provocar algum tipo de “reforma” de instituições ou costumes conferem rendimentos materiais e simbólicos não negligenciáveis aos jornalistas que têm lugar nestes processos.

#### 4.6 Do “caso Waldomiro Diniz” aos “furos” na Lava Jato

A presente seção traz perfis de profissionais da imprensa que têm em comum o reconhecimento desfrutado a partir da participação em coberturas de escândalos recentes dos chamados “anos petistas”, que englobam os dois primeiros mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro e segundo mandato (interrompido) da ex-presidente Dilma Vana Rousseff. Na avaliação de Grün (2018, p.9), ainda que os escândalos políticos no Brasil remetam a momentos anteriores da história do país, durante estes governos teria havido uma espécie de “mutação”: antes, os impactos dos escândalos foram, para o autor, mais pontuais. A partir dos governos do PT, os mesmos teriam “determinado o destino da sociedade”. A perenidade e recorrência do que outrora fora intermitente faz o autor inclusive avançar a hipótese da criação de um “campo dos escândalos”, entendido por ele como

um conjunto de engrenagens sociais, cada uma delas representando espaços até então segmentados e dotados de autonomia, como o do judiciário, da política e da imprensa e que passam a funcionar cada vez mais de maneira sincronizada, perdendo a autonomia e convergindo para estigmatizar o governo que destoava, ainda que nem tanto, das habitualidades políticas e culturais dos grupos dominantes na sociedade (GRÜN, 2018, p.9).

Não levamos em consideração a noção de “campo dos escândalos” que Grün (2018) propõe, devido a três fatores que nos parecem importantes: 1) a concepção demasiado funcionalista e etiológica, que postula uma causalidade muito direta entre as causas e os efeitos “nefastos” dos produtos do dito “campo”; 2) os usos das ciências sociais para a conformação de uma tomada de posição política e normativa, uma vez que visa ajudar a sociedade a “controlar melhor os efeitos dos escândalos nos seus espaços diversos” (GRÜN, 2018, p.8); 3) o elevado grau de generalidade da demonstração empírica. Isto não implica desconsiderar outros achados de pesquisa e hipóteses levantadas no trabalho em questão.

Considerando jornalistas que se destacaram na cobertura ou desvelamento de escândalos nos últimos pouco mais de 15 anos, pretendemos de modo mais restrito indicar outros aspectos relacionados à atuação “investigativa”, que não aqueles relacionados à “queda” de personalidades políticas, objetivo do item anterior. Especial atenção é dada aos esforços empreendidos pelos jornalistas para “caminhar lado a lado” com as grandes “operações” encampadas por órgãos de fiscalização e controle, que se intensificaram ao longo dos últimos anos, com a conseqüente disputa pelo “protagonismo investigativo” ou, pelo menos, pela “exclusividade” em alguma pauta mais pontual.

De todos os profissionais aos quais tivemos acesso, Diego Escosteguy Zero se destaca pela precocidade da sua ascensão profissional, relacionada pelo menos em parte à sua participação em seguidos “casos” revelados envolvendo políticos ao longo dos anos 2000. Ainda se destaca de parte da população por compor a parcela dos que falam com mais desembaraço das suas relações com o mundo político e da influência deste na sua vida e na carreira, algo que se deu desde a sua infância. Alguns dos jornalistas que se consideram ou são considerados como “investigativos” demonstram um certo receito em relatar suas experiências ligadas à “política”, entendida de modo amplo. Trata-se aqui de um perfil no qual as relações com a política operam ao mesmo tempo como um condicionante e como um trunfo profissional.

Apesar do seu avô paterno ser graduado em Direito e diplomata, cresceu numa conjuntura familiar de poucos recursos, uma vez que não conviveu muito com seus ascendentes do tronco paterno. Seu pai, sociólogo, migrou para o exterior quando ele ainda era criança, aos dois anos. Atribui a essa relativa escassez de recursos parte da sua “visão de mundo”. Nascido em Brasília, filho único de mãe atriz e assessora parlamentar na Câmara dos Deputados, foi criado por ela e sua avó, ambas envolvidas ativamente com a política na capital federal, sua avó sendo ex-filiada ao PT e sua mãe sendo ainda filiada ao mesmo

partido. Segundo relata, sua avó participou informalmente da fundação do PT em Brasília. Além de deputados do PT, sua mãe trabalhou ainda para outros políticos do PDT<sup>223</sup>, na Câmara. Somando-se a elas, um dos seus tios é funcionário concursado do Senado Federal, sem vinculação partidária. Desde muito jovem, conviveu portanto com a “cena artística” e política de Brasília. Devido a esses vínculos, cresceu “já na capital e já perto da política”: “Enquanto alguns brincavam na rua, eu brincava no Congresso quando era criança, literalmente” (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 nov. 2016).

O meio que a gente cresceu era muito próximo realmente do PT, lá em Brasília, que é um movimento de classe média muito forte (...). Eu cresci nesse meio, eu conhecia todo mundo que tinha fundado o PT, que participava da construção do partido lá. Então, essa foi uma influência muito forte (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 nov. 2016).

Cresceu no Plano Piloto, e estudou em escolas públicas e privadas, com bolsas de estudos parciais. A pouca renda global da família era compensada, por outro lado, com um investimento em capital cultural, tendo crescido num “ambiente que tinha muitos livros, que tinha jornal todo dia”. Se formou em jornalismo pela UnB, em 2003. Antes disso, afirma que já havia um interesse por jornalismo e política, com leituras autodidatas a respeito das duas temáticas.

Aliado às “qualidades” muitas vezes avançadas pelos jornalistas para justificar suas escolhas profissionais, Zero coloca a sua “indignação moral”, o “sentimento de corrigir malfeitos”, e a postura “crítica” de “peitar os poderosos” como elementos que o fizeram se interessar por jornalismo investigativo ainda durante a graduação<sup>224</sup>. Nela, criou uma revista digital ainda no seu primeiro semestre, e registra o “feito profissional” que teria sido entrevistar o político Cristovam Buarque para o primeiro número do periódico.

Foi “estagiário especial<sup>225</sup>”, repórter e editor-adjunto do Jornal do Brasil, em Brasília, onde, com 19 anos, já estava “cobrindo, de terno e gravata, política, Congresso... Já fazendo investigação”. Durante os um ano e sete meses que permaneceu no JB, produziu “matérias sobre corrupção” e “investigou escândalos da administração tucana”. Depois de curta

<sup>223</sup> Os períodos desses trabalhos não foram precisados pelo entrevistado.

<sup>224</sup> Ao se referir a esses “traços”, o jornalista faz alusão à figura de Dom Quixote, apontando para uma imagem do mesmo que possuía em sua sala, na redação da revista Época.

<sup>225</sup> “(...) uma anedota: me botaram para cobrir o Palácio do Planalto, ser setorista lá. Era um trabalho muito burocrático, na verdade, você ficar esperando o *briefing* e ficar parado lá no comitê de imprensa. Era um trabalho muito boçal, ao meu ver. E lá eu comecei a fuçar, fuçar, fuçar, e em duas ou três semanas eu tinha já uma denúncia contra o restaurante, que era subsidiado numa época de arrocho. E logo me tiraram de lá. Então, eu brincava – eu e meu chefe – que eu era estagiário especial [*risos*]. Aí, depois disso é que eu fui atrás de matérias investigativas (via o Diário Oficial...). Fui tomando gosto por isso” (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 out. 2016).

passagem por um veículo *online*, no qual foi autor de “reportagens especiais sobre o poder em Brasília”, inicia a sua primeira passagem pela revista *Época*, no começo de 2004. No veículo, “fazia vários tipos de matéria, mas tendia sempre pra investigação, pra temas mais difíceis e de interesse público, matérias factuais, duras, né?” (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 out. 2016).

Recebeu o seu diploma de curso superior pouco depois de entrar na revista, em fevereiro de 2004. No mesmo dia da sua colação de grau, colaborou com os repórteres Andrei Meireles de Almeida e Gustavo Krieger no fechamento da primeira reportagem daquele que ficaria conhecido como o “caso Waldomiro Diniz”, o primeiro escândalo da “era petista<sup>226</sup>”: “O caso Waldomiro pra mim foi muito interessante, porque eu era muito novo, e conseguia estar numa equipe e fazer matérias muito pesadas. É muito difícil isso, né?” (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 out. 2016).

Sinteticamente, o caso teve início com uma gravação em vídeo feita no ano de 2002, em que Waldomiro Diniz, assessor da Casa Civil e “homem de confiança” do então ministro José Dirceu, é flagrado pedindo a Carlos Augusto Ramos, o “Carlinhos Cachoeira”, dinheiro para campanhas do PT e propina para si próprio em troca de favorecimentos em negócios das loterias oficiais (em 2002, Diniz presidia a LOTERJ). Antes mesmo da publicação da primeira matéria sobre o escândalo, Diniz pediu demissão do cargo que ocupava na Casa Civil. Além da sua “queda”, outros efeitos do caso foram “um certo esvaziamento político” de José Dirceu<sup>227</sup> e “um arranhão inicial no patrimônio ético petista” (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.233). Na visão de Camarotti e Peña (2005, p.15-16), o início do primeiro governo Lula “ia bem na área política até que poucos dias depois da reforma ministerial, no início de fevereiro, uma reportagem do jornalista Andrei Meireles, publicada pela revista *Época*, colocou a primeira pedra no caminho do governo, que havia sido eleito com a bandeira da ética em punho”. O presente caso desencadeou então um conjunto de acusações contra o governo federal, e está na origem normalmente compartilhada na “memória da esfera pública” como o “começo da encrência na esfera política” do início dos anos 2000 em diante (GRÜN, 2018, p.69).

No seu quadro de análise, Grün (2018, p.69-70) contemporiza a ascendência do “caso Waldomiro” na sucessão de escândalos que marcaria os governos do Partido dos Trabalhadores. Para o autor, a “relação de forças simbólicas” entre o novo governo oriundo da

---

<sup>226</sup> <https://epoca.globo.com/especiais/EPOCA-1000/noticia/2017/08/o-primeiro-escandalo.html>. Acesso em 22/05/2019.

<sup>227</sup> [https://www.conjur.com.br/2005-fev-12/waldomiro\\_diniz\\_completa\\_ano\\_esclarecimentos](https://www.conjur.com.br/2005-fev-12/waldomiro_diniz_completa_ano_esclarecimentos). Acesso em: 22/05/2019.

esquerda e as “elites tradicionais” havia sido testada um pouco antes, quando da votação da PEC do sistema financeiro, a “primeira grande iniciativa legislativa do novo governo”. Com a derrota de boa parte das proposições do governo na matéria, “firmou-se a convicção da fragilidade da sustentação de qualquer ‘ousadia’ heterodoxa na esfera econômica e, conseqüentemente, do espaço para a diferenciação do novo grupo político no campo do poder”.

Nos meses que se seguiram ao caso, Diego Zero seguiu participando de equipes jornalísticas que produziram matérias que apontavam o envolvimento de Diniz em atos ilícitos na Caixa Econômica Federal. Pela primeira matéria do caso, Almeida, Krieger e Zero foram reconhecidos, em 2005, no prêmio de investigações de casos de corrupção na América Latina e no Caribe, concedido pela Transparência Internacional e pelo *Instituto Prensa y Sociedad* (IPYS)<sup>228</sup>.

O ingresso no jornalismo e a sua atuação profissional supostamente “crítica” alteraram simpatias políticas anteriores, sobretudo aquelas ligadas ao seu seio familiar, que, como destacado acima, estava ligado ao Partido dos Trabalhadores. O exercício profissional ainda provocou ruídos em suas relações pessoais. O jornalismo “investigativo” aparece como uma forma de atuar politicamente, mas não no sentido de uma continuidade de um engajamento anterior, como no caso de ex-militantes políticos ou estudantis.

Conforme eu fui crescendo na profissão, coincidiu com o governo Lula, em que eu acabei estando do lado da fiscalização desse governo. Então, acabei também me afastando um pouco de boa parte das pessoas (...). Eu gostava do partido [quando] criança, adolescente. Em Brasília, era muito claro que você tinha dois lados: o lado do PT, e o lado do Roriz, que era um coronel local. Era muito fácil encontrar moralmente o lado certo das coisas. Mas aí, conforme entrei na profissão, isso deixou de ter essa clareza, né? (...). Minha participação política, por assim dizer, sempre se deu por intermédio do jornalismo (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 out. 2016).

Após a sequência de publicações do “caso Waldomiro Diniz”, Zero publica algumas “reportagens investigativas exclusivas”, como por exemplo no âmbito da “operação Vampiro<sup>229</sup>”. Em 2005, uma investigação sua sobre “o homem da mala do PP” sai como

<sup>228</sup> Na ocasião, um dos jurados, o jornalista peruano Gustavo Gorriti (que participou do primeiro seminário internacional promovido pelo *Knight Center*, no Rio de Janeiro, em 2002), afirmou, com base nas reportagens premiadas naquele ano: “Assistimos a um fenômeno de renascimento do jornalismo investigativo na América Latina” ([https://www.transparency.org/news/feature/best\\_investigative\\_journalism\\_report\\_on\\_corruption\\_in\\_latin\\_america\\_and\\_car](https://www.transparency.org/news/feature/best_investigative_journalism_report_on_corruption_in_latin_america_and_car). Acesso em: 22/05/2019).

<sup>229</sup> Operação da Polícia Federal deflagrada em 19 de maio de 2004, com o objetivo de “desmantelar” uma quadrilha que atuava em fraudes contra o Ministério da Saúde na compra de medicamentos. Um dos impactos da operação no mundo político foi a indicação do envolvimento do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, em atos de arrecadação junto a fornecedores do governo federal.

reportagem de capa da revista. Nela, são antecipados nomes de políticos que viriam a ser citados em casos subsequentes. Em junho, vai para a sucursal do jornal O Estado de S.Paulo, onde afirma ter tido “muita exposição, porque eu consegui produzir muito durante a época do Mensalão (...), e era muito prazeroso isso. Aprendi a fazer matérias com rapidez e a refinar minhas técnicas de investigação” (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 out. 2016).

Quando é instaurada a “CPI dos Correios”, Zero publica reportagens que lhe dão notoriedade no meio jornalístico nacional, sobretudo pelo fato da CPI compor o conjunto do enredo do escândalo do “Mensalão”, a “mais grave crise parlamentar desde a redemocratização nos idos da década de 80 do século 20” (CAMAROTTI e PEÑA, 2005, p.257), que “mistura caixa-dois de campanha de políticos governistas e de oposição, casos antigos e recentes de corrupção em órgãos públicos, venda de mandatos, votos e passes partidários, maracutaias de agências de publicidade, fundos de pensão e contas no exterior” (CHAGAS, 2005, p.10).

A “CPI dos Correios” foi aberta pelo Congresso Nacional após denúncias de que um ex-funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos estava negociando propina com um empresário interessado em participar de uma licitação, tendo na tratativa mencionado ter a anuência do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB). A primeira da série de reportagens contra o então presidente do PTB se baseava numa gravação em vídeo “descoberta pelo repórter Policarpo Júnior, da revista Veja, e reproduzida pelo Jornal Nacional” (CAMAROTTI e PEÑA, 2005, p.17). “As ondas de choque produzidas pela sequência fizeram surgir a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista dos Correios em 2005-6” (GRÜN, 2018, p.70).

Criada originalmente para investigar o “escândalo dos Correios”, o escopo da CPI foi ampliado e passou a investigar o chamado “Mensalão”. Com o passar do tempo, esta CPI concentrou-se mais no “Mensalão” do que na corrupção na estatal, tornando-se bastante conhecida do grande público. Segundo Romancini e Lago (2007, p.237), “o talento histriônico de Roberto Jefferson muito colaborou para esse fato, e as longas transmissões ao vivo interessaram bastante a população, no auge do processo”. Outras duas CPIs se somaram a esta no bojo das mesmas investigações: a “CPI do Mensalão” e a “CPI dos Bingos”<sup>230</sup>.

Na cronologia evocada pro Grün (2018), o “Mensalão” figura como o segundo grande escândalo dos governos petistas, na sequência do “caso Waldomiro Diniz”. Embora este

---

<sup>230</sup> “Bastidores” das CPIs podem ser encontrados no livro de Camarotti e Peña (2005).



mesmo autor afirma que “etimologicamente, nosso Mensalão foi o termo cunhado por Roberto Jefferson na famosa denúncia que centralizou a agenda política brasileira entre 2004 e 2006” (GRÜN, 2018, p.155-156), o termo “Mensalão”, que se popularizou no ideário nacional na última década e meia, apareceu na imprensa pela primeira vez no Jornal do Brasil, em 24 de setembro de 2004. Um mês depois, o JB teve que cumprir uma decisão judicial, dando ao presidente da Câmara dos Deputados na época, João Paulo Cunha (PT), um direito de resposta. Não houve, neste momento, maior sequência do desenrolar dos fatos. Foi em 2005 que a situação tomou ares de “escândalo”, abalando um cenário político relativamente pacificado e com boas projeções econômicas (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.234), quando começaram a surgir denúncias de corrupção nos Correios.

Após a mencionada denúncia efetuada por Veja de que um funcionário da estatal estava recebendo propina em nome de Roberto Jefferson, este deputado, que também era presidente do seu partido, passou a ser alvo de outras acusações pela imprensa. Em seguida, o jornal O Globo mostrou que Jefferson comandava cargos em estatais e no Executivo responsáveis pelo controle de fatias generosas do orçamento. Época se juntou à “onda de denúncias”, ao publicar uma matéria sobre as atividades de um “laranja” do político. Então, nas palavras de Chagas (2005, p.10), “vendo fantasmas e apontando uma imaginária interferência do Planalto naquilo que era, pura e simplesmente, jornalismo, Jefferson achou que iria explodir junto com o quartirão”. O deputado acreditava que os ataques desferidos pela mídia se alimentavam de fontes de dentro do Palácio do Planalto, o que o levou a buscar se defender das denúncias de participação em “esquemas” de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Ao mesmo tempo, “contra-atacou”, numa entrevista exclusiva dada à jornalista Renata Lo Prete, editora da seção “Painel Político” do jornal Folha de S.Paulo. Nela, afirmou que o PT subornava deputados federais para aprovar matérias de interesse do governo na Câmara, com o aval do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. A “entrevista-bomba” foi publicada em 6 de junho de 2005, com o título “Denúncia do Mensalão”. Pela matéria, Lo Prete recebeu o prêmio Esso de Jornalismo daquele ano.

No final de semana seguinte, em 12 de junho, Jefferson voltou às páginas da Folha com nova entrevista, onde afirmou o desconhecimento da prática por parte do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Revelou ainda a centralidade do nome de Marcos Valério Fernandes de Souza, um publicitário mineiro, na prática ilícita. Valério seria o responsável por ordenar os depósitos em dinheiro vivo nas contas dos beneficiados. Outro nome citado foi o de Delúbio Soares. Valério e Soares teriam se tornado amigos no ano de 2002, por intermédio do deputado federal mineiro Virgílio Guimarães. A partir dessa amizade, Valério

então “passou a ajudar o PT, que vinha de uma campanha eleitoral vitoriosa – porém deficitária – com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de três governadores e de bancadas de 13 senadores e 91 deputados” (CAMAROTTI e PEÑA, 2005, p.23).

Entre as consequências mais diretas do “escândalo”, está a saída de José Genuíno da presidência do PT, a renúncia de alguns deputados (entre eles o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti) e a cassação dos mandatos de José Dirceu e do próprio Roberto Jefferson. Beloch e Fagundes (2006, p.176) sintetizam o abalo da revelação do “Mensalão” da seguinte forma: “O Brasil não é mais o mesmo. Ou talvez seja. Mas, hoje, se conhece melhor”.

Na interpretação de Azevedo (2010, p.17), com o escândalo “ocorreu um processo de retroalimentação entre o campo político (os partidos de oposição) e o campo jornalístico (a mídia) que terminou formatando e definindo a *agenda-setting* da campanha presidencial”. Grün (2018, p.93), por sua vez, considera que o “Mensalão” e seus desdobramentos iniciaram um processo de “progressiva crise da doxa”, com alterações dos panoramas cultural, econômico e político no país. No terreno político, para além dos efeitos mais imediatos sobre o pleito de 2006, Camarotti e Peña (2005, p.254-263) afirmam que o “Mensalão” revelou a força do “conchavo” e do poder presidencial no Brasil, criou um “novo Lula”, mudou as “formas de fazer política”, e fez com que o Partido dos Trabalhadores perdesse o “monopólio da ética”. No terreno econômico, Grün (2011, p.163) afirma que o “Mensalão” alterou o ambiente econômico e reconfigurou a cultura econômica. No terreno “cultural”, uma das marcas, pelo menos na “primeira fase” do escândalo, teria sido o “silêncio dos intelectuais”, que revelava a sua suposta incapacidade de “conduzir o debate público” (GRÜN, 2018, p.38), nisso muito próximos da posição dos “intelectuais” brasileiros no processo de abertura política (PÉCAUT, 1990, p.194):

As evidências de corrupção reveladas a partir do episódio do “flagrante” dos Correios revelada nos telejornais, fizeram calar os intelectuais que apoiavam o governo (...). De súbito, começa a espiral da associação do governo petista com a corrupção, invertendo o entendimento anterior aos governos petistas, segundo o qual esses atores seriam os principais inimigos da nossa praga ancestral. Os intelectuais ligados ao PT ou simplesmente envolvidos na sustentação do governo realmente silenciaram. Por um lapso de tempo, não houve voz audível desfazendo a espiral (GRÜN, 2018, p.248).

Ao surgimento do neologismo “Mensalão” enquanto categoria reificada, surgiu um artefato oposto, o “PiG” (Partido da Imprensa Golpista), constituindo assim uma oposição simbólica “que se consolidou porque tem capacidade de estruturar a percepção da esfera

política do Brasil contemporâneo, apesar do conteúdo fantasmagórico que os dois movimentos, ou entidades, podem conter quando os examinamos com lentes objetivistas” (GRÜN, 2018, p.148). A expressão “PiG”, que foi popularizada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, surgiu como uma reação da “militância petista e adjacentes à ofensiva que visava assegurar a hegemonia cultural de seus adversários e suas consequências na esfera política”, dando provas assim de “uma imensa acumulação de capital cultural e simbólico” (GRÜN, 2018, p.158-159). O “PiG” retomaria a oposição “imprensa a serviço das elites tradicionais” x “governo comprometido com as aspirações populares”, que marcou boa parte do segundo governo de Getúlio Vargas (GRÜN, 2018, p.173-174).

Na sequência do “Mensalão”, estaria o chamado “dossiê-gate”, que se estabeleceu a partir de uma apreensão de dinheiro líquido por parte da Polícia Federal, que comprovaria que integrantes da campanha de Lula à reeleição teriam tentado comprar um dossiê que incriminaria José Serra, na época o principal candidato ao governo de São Paulo pelo bloco de oposição ao governo federal. Em resumo, “a sucessão de episódios considerados espúrios era acompanhada e tornada pública com toda intensidade tanto pela mídia quanto pela oposição política, passando também por setores do judiciário” (GRÜN, 2018, p.101).

No ano seguinte ao da eclosão do escândalo do “Mensalão”, a partir de um convite, Zero inicia aquela que seria uma das suas passagens mais longevas por um veículo, quando vai para a Veja. Ao todo, permaneceu na revista por quase cinco anos. Nela seguiu produzindo reportagens sobre a política nacional e de cunho “investigativo”, com destaque para a autoria da matéria de capa, publicada em 11 de setembro de 2010, que desencadeou o “caso Erenice Guerra<sup>231</sup>”, “um caso surpreendente de aparelhamento do estado<sup>232</sup>”. Em Veja, se dedicou ainda a coberturas de “interesse humano”, como a do terremoto do Haiti, no início de 2010. Com esta cobertura, “foi o primeiro repórter na história de VEJA a assinar uma reportagem na capa, na qual narrava as histórias dos sobreviventes da tragédia haitiana<sup>233</sup>”.

No ano de 2011, inicia a sua segunda passagem pela revista Época, novamente a partir de um convite. Esta foi a primeira ocasião em que assumiu a função de editor. No caso, tratava-se da editoria de política do veículo, em São Paulo. Em abril e junho do ano em questão publicou reportagens que repercutiram nacionalmente, a primeira tratando do

<sup>231</sup> Escândalo político envolvendo a então ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, que teve lugar entre os meses de setembro e outubro de 2010. A denúncia contida na reportagem dava conta de que ela era responsável por práticas de corrupção e tráfico de influência. O escândalo culminou com o seu pedido de demissão do cargo dias depois, com a publicação de uma sequência de matérias reforçando o teor das acusações (<https://veja.abril.com.br/brasil/fui-extorquido-na-casa-civil/>. Acesso em 22/05/2019).

<sup>232</sup> <https://veja.abril.com.br/politica/filho-de-erenice-guerra-comanda-esquema-de-lobby-no-planalto/>. Acesso em: 22/05/2019.

<sup>233</sup> <https://diegoescosteguy.com/trajetoria/>. Acesso em: 22/05/2019.

relatório final da Polícia Federal do escândalo do “Mensalão”, e a segunda trazendo denúncias de corrupção na Agência Nacional do Petróleo (ANP). Em agosto, se deslocou para a Líbia, onde “tornou-se o primeiro e único jornalista do mundo a cobrir a guerra em Trípoli, no quartel-general do ditador líbio. Deixou a capital da Líbia quando as forças rebeldes invadiam a cidade<sup>234</sup>”.

Zero passou certo período se preparando para um mestrado na França, mas recebeu a indicação para uma vaga na primeira edição de um programa de bolsas do Instituto Ling<sup>235</sup>, denominada “Jornalista de Visão”. Foi aprovado no processo seletivo da instituição e obteve a bolsa. Partiu então para o seu mestrado em Jornalismo na “principal faculdade de jornalismo do mundo”, em Nova Iorque (Columbia). Da universidade, recebeu uma bolsa adicional (*Timerman Scholarship*). Lá, seus estudos foram voltados para os impactos de tecnologias digitais no jornalismo e para o “uso de técnicas sociológicas, antropológicas e científicas na produção de reportagens<sup>236</sup>”. Seu trabalho de conclusão do mestrado foi uma reportagem sobre as origens e repercussões da corrupção nos governos do ex-presidente Lula da Silva.

Ao aceitar o convite para a editoria de política da *Época*, Zero já havia acertado como condição a sua saída para o mestrado em Columbia. No seu retorno ao país, em julho de 2012, volta para o veículo, desta vez como diretor da sucursal de Brasília da revista, onde coordenou a cobertura do julgamento do “Mensalão” no STF<sup>237</sup> e o primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff. Afirma que essa nova posição profissional teve relevância na sua carreira porque foi quando “aprendeu a ser chefe” e pôde “começar a tentar multiplicar o que já sabia”, ao “montar uma equipe com foco muito grande em reportagem investigativa” (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 out. 2019).

Como diretor da equipe de repórteres da sucursal, “investigou e publicou as primeiras reportagens da imprensa brasileira sobre corrupção na Petrobras<sup>238</sup>”, como a do “caso João Augusto Rezende<sup>239</sup>”, em que teria antecipado parte dos desdobramentos da “operação Lava Jato”, em agosto de 2013. Essas reportagens geraram condenações nas esferas cível e criminal

<sup>234</sup> <https://diegoescosteguy.com/trajetoria/>. Acesso em: 22/05/2019.

<sup>235</sup> Uma das “missões” do instituto é conceder bolsas de estudo a jovens com destacada atuação acadêmica, perfil de liderança e capacidade para atuar em benefício da sociedade (<https://institutoling.org.br/sobre>. Acesso em: 22/05/2019). Zero é associado ao Instituto Ling e participa anualmente da seleção que visa indicar jovens jornalistas para estudar fora do país. Participou ainda das primeiras reuniões que criaram a ABRAJI, tendo sido associado a ela no início.

<sup>236</sup> <https://diegoescosteguy.com/trajetoria/>. Acesso em: 22/05/2019.

<sup>237</sup> Para Grün (2018, p.157), o julgamento do STF pode ser encarado como uma tentativa de estabilização da “verdade do Mensalão”: “As veemências cruzadas, as contestações candentes e demais manifestações revelam a evidente importância que os setores da sociedade que frequentam o espaço público conferiram ao evento”.

<sup>238</sup> <https://diegoescosteguy.com/trajetoria/>. Acesso em: 22/05/2019.

<sup>239</sup> <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/08/denuncias-do-boperador-do-pmdbb-na-petrobras.html>. Acesso em: 22/05/2019.

contra agentes políticos, funcionários da estatal e executivos da empreiteira Odebrecht. A partir do início da “Lava Jato”, no ano de 2014, Zero passa a cobrir os seus desdobramentos, num momento da carreira em que se considerava “um jornalista um pouco mais completo para o que o momento exige”, pois teria mais “condições intelectuais, entedimento jurídico (...), capacidade de análise, e fontes” (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 out. 2016).

Em janeiro de 2015, retorna para São Paulo, agora como editor-chefe da revista, aos 34 anos. A relativa precocidade da ascensão na hierarquia das funções ocupadas pode ser relacionada tanto ao capital social composto majoritariamente por relações nos espaços político e jornalístico quanto à participação sucessiva na cobertura de “casos” de repercussão nacional<sup>240</sup>. A notoriedade daí decorrente representa um “ativo” importante para a conformação de uma carreira bem-sucedida em grandes veículos.

(...) queira ou não, eu sempre fui muito qualificado como um repórter investigativo, mais do que qualquer outra coisa. E realmente há um prestígio, há uma certa nobreza nessa parte da profissão. E isso pesou, sem dúvida, em quase todos os momentos (...). Eu acho que onde eu tô hoje, e novo (...), [se deve], em grande função, por esse caminho que eu escolhi. Se eu tivesse escolhido outro caminho de menos prestígio dentro de jornalismo, talvez eu não tivesse aqui, não tivesse essa oportunidade (Entrevista com Diego Escosteguy Zero, concedida em 14 out. 2019).

O caso de Zero contrasta em muitos aspectos com o do então repórter do Correio Braziliense em 2016, Eduardo Nunes Militão, que tem como a principal marca da sua atuação profissional aquilo que prefere chamar de “jornalismo de denúncia”, acompanhando as investigações conduzidas pelo Ministério Público e Polícia Federal há muitos anos, em Brasília. Seu itinerário também tem a marca de um engajamento nas “causas” da profissão, associado a uma espécie de socialização “contra”, no sentido destacado por Agrikoliansky (2017, p.174).

Com 38 anos, é oriundo de uma família com origens sociais relativamente modestas, com três dos seus quatro avós sendo provenientes do Nordeste do país. Por parte paterna, seu avô era analfabeto e sua avó dona de casa. Ambos saíram de Alagoas e “desceram” juntos em um “pau de arara<sup>241</sup>” em buscas de melhores condições nas regiões Sudeste e Sul. Era lavrador, e dentre as muitas atividades desempenhadas pelo seu avô, uma delas foi na colheita

<sup>240</sup> Além do reconhecimento e visibilidade adquiridos assim adquiridos, Zero mais recentemente teve projeção pela realização de duas “entrevistas de impacto”, ambas em 2017: a primeira, em junho, com o empresário Joesley Batista, e a segunda, em setembro, com o ex-deputado federal Eduardo Cunha.

<sup>241</sup> Meio de transporte que consiste numa adaptação da carroceria de caminhões para acomodar passageiros, de modo rudimentar. Frequentemente é utilizado nas regiões mais pobres e/ou isoladas do país como substituto para o transporte convencional, quase sempre mais caro ou mesmo inexistente.

de café no norte do estado do Paraná. Com a manifesta predileção pela escrita, Militão tinha o projeto de escrever um livro sobre seu avô paterno, pois o considerava “um personagem extraordinário, tem muita influência em minha vida” (Entrevista com Eduardo Nunes Militão, concedida em 21 out. 2016). Além dos estados do Paraná e de São Paulo, seu ascendente ainda “tentou a vida” na região Norte, em Rondônia. Do seu lado materno, seu avô, que era baiano, se casou com uma descendente de italianos de São Paulo. Também trabalhou em lavoura, e sua avó materna, tal qual a paterna, era dona de casa.

Assim como no caso dos avós, seus pais não avançaram muito nos estudos. Seu pai não chegou a concluir o ensino médio, e sua mãe finalizou o ensino fundamental. Embora esta última quisesse seguir estudando, foi impedida pelo seu pai, que “tinha uma concepção conservadora”, que dava conta de que “mulher não tinha que trabalhar, mulher tinha que casar”. Além de dona de casa, trabalhou como doméstica e vendedora autônoma de cosméticos. Já o seu pai é torneiro mecânico, atividade que exerceu durante toda a sua vida profissional, “trabalhando em fábrica de alimentos... Sempre em área de manutenção” (Entrevista com Eduardo Nunes Militão, concedida em 21 out. 2016), ofício aprendido e praticado por um dos seus irmãos. Trabalhou em São Paulo na época das “grandes greves”, quando acabou tendo contato pessoal com Lula.

Embora tenha se mobilizado em prol da candidatura de Fernando Collor em 1989, seu pai “sempre foi um cara de esquerda”. O contato com o universo da política, por parte de Eduardo Militão, se deu então por meio do pai, que envolveu os filhos na eleição daquele ano: “(...) ele convenceu todo mundo a votar do Collor, metia camiseta na gente... A política tava no sangue, né? (...). Pega um cara que, em 89, pega o filho de 11 anos (...), bota a camisa do Collor e fica pedindo voto pros irmãos, entendeu? Esse é o estilo do meu pai” (Entrevista com Eduardo Nunes Militão, concedida em 21 out. 2016). Ainda com 14 anos, teve interesse de partir numa carreta para Curitiba quando das manifestações contra o então presidente Fernando Collor. No entanto, seu pai proibiu, dada a pouca idade.

Devido ao trabalho de seu progenitor, Eduardo Militão e família se deslocaram muitas vezes (interior de São Paulo, Goiânia, Bahia e Paraná). O jornalista afirma ter herdado essa “inquietação” do pai, tendo sido muito influenciado por ele, que era “fanático” por notícias relacionadas a política. Seu pai seria “o grande culpado” pela sua entrada no jornalismo. O acompanhamento das notícias em casa, a atenção aos comentários políticos do pai, um certo “idealismo” baseado em um ímpeto de “mudar o mundo” são elementos importantes da sua socialização familiar. Apesar do “gosto” por notícias, seu pai tinha o desejo de que seu filho

mais velho fizesse o curso superior em Engenharia Mecânica, “pra fazer a profissão que ele não conseguiu”.

Com a preponderância da passagem por escolas públicas no seu trajeto escolar, se diz agradecido a alguns professores da cidade de Cianorte (PR), que o ajudaram e incentivaram nos estudos e na posterior carreira jornalística. Ainda antes dos estudos universitários, ganhou uma bolsa de um curso de informática, e estudou programação de computadores. Começou a trabalhar na área, em seguida tendo descoberto que “isso não é pra mim”. Desistiu “na última hora” de prestar vestibular para processamento de dados. A facilidade com a escrita, a influência do pai, o “ambiente político” do início dos anos 1990 e a alegada frustração com a área de informática podem ser identificados como condicionantes para a sua escolha profissional. Anos depois, foi então aprovado para Comunicação Social na UFPR, em Curitiba, em 1996. Com a conclusão da formação superior em 1999, Militão tornou-se o primeiro membro de toda a sua família a ter um diploma universitário. Durante os seus anos na capital do Paraná, empreendeu a atuação política difusa que desejava na pré-adolescência: “Na faculdade a gente ia pra passeata, pros ‘fora FCH’, não sei o quê (...). Eu frequentava o Centro Acadêmico socialmente, como todo mundo, mas não participei (...). Participei daquele movimento de empresas juniores, né? É um movimento meio coxinha, vai [risos]” (Entrevista com Eduardo Nunes Militão, concedida em 21 out. 2016).

Além dos já citados, outro condicionante importante que pode ser correlacionado tanto à sua opção pelo jornalismo quanto à sua atuação “crítica” e “de denúncia” é a sua formação religiosa. Desde os seus 12 anos, começou a se envolver em atividades sociais da igreja católica. Essa “militância na igreja” se intensificou na sua vida adulta, dando “aula voluntária aos domingos”, ajudando em “ações de evangelismo” e no financiamento de “gente que vai pra fora do país atender refugiado”: “Vamos dizer assim: eu era [na juventude] beneficiário do trabalho que os outros estavam fazendo, né? Agora não, eu ajudo” (Entrevista com Eduardo Nunes Militão, concedida em 21 out. 2016). As ações de filantropia e a ética religiosa contribuem para conformar uma concepção específica da profissão, baseada num ideal de “serviço” e mesmo de “justiça social”. O interesse e participação na promoção de causas “sociais” por meio da igreja fez inclusive com que buscasse estudos nessa linha. Entre 2000 e 2001, chegou a fazer uma cadeira “que tinha a ver com jornalismo e engajamento social”, na UnB, como aluno especial. Não seguiu a formação devido a conflitos de horário com a redação do jornal no qual trabalhava.

Sua carreira profissional se inicia já no seu primeiro ano de faculdade, em 1996. Foi um período curto, de apenas duas semanas, como estagiário do jornal Folha Popular, de

Curitiba. Não recebeu remuneração por essa experiência, mas aceitou a vaga porque “queria trabalhar em jornal”. Sua primeira cobertura foi a de uma greve de servidores públicos federais, na qual foi acompanhando um repórter mais experiente, recomendado pela redação, para aprender “na prática”: “(...) aí ele entrou comigo numa papelaria, e falou: “Me dá um bloco de anotações aí”. Aí me deu [risos]. É piada, mas é verdade. Ele mandou eu comprar um bloco de anotação, porque eu não tinha (...). Falou: “Pô, tu tem que ter um bloco” (Entrevista com Eduardo Nunes Militão, concedida em 21 out. 2016). Em 1997, volta a trabalhar na Folha Popular, onde permaneceu por um ano. Lá, uma das suas “grandes histórias” foi uma reportagem “de denúncia” sobre erros cometidos por um médico. Para apurá-la, chegou a marcar uma consulta e se passar por paciente para, na hora do atendimento, revelar-se um repórter que estava apurando acusações de ex-pacientes contra o mesmo.

Foi visitar os seus pais, que não moravam mais no Paraná e haviam se mudado para a região Centro-Oeste. Tinha a promessa, no seu retorno ao estado, de um emprego na Folha do Paraná, feita por uma ex-professora. Contudo, nesta viagem conheceu a sua esposa, e resolveu permanecer. Daí em diante, toda a sua carreira profissional se deu em Brasília, a “Disneylândia da política”, nas suas palavras, se deslocando para outras cidades apenas em coberturas eventuais. Entre 2000 e 2004, trabalha na sucursal de projeção nacional.

Após o seu casamento e a saída deste último veículo, vai para o Jornal do Brasil, após tomar conhecimento da abertura de uma vaga. Foram apenas 4 meses no jornal, mas o jornalista atribui importância a essa passagem por ter sido a época em que o JB “descobriu o Mensalão”: “Pra mim foi um momento histórico, porque o JB dá a notícia primeiro. A imprensa come mosca e ninguém fala nada, por causa de uma ameaça de processo. Aí a Renata Lo Prete entrevista o Jefferson, e o Jefferson fala o que tava no jornal há nove meses” (Entrevista com Eduardo Nunes Militão, concedida em 21 out. 2016). No mesmo ano, vai como repórter para a edição *online* do Correio Braziliense, após indicação de um colega. No Correio, com 5 anos de formado, era o profissional mais velho da redação, que era constituída basicamente por “molecada nova”. Mesmo no *online*, também manda matérias para o impresso. Cobre as eleições de 2006, e é efetivado na edição impressa, onde se “tem uma possibilidade de fazer coisas mais legais”.

O seu enfoque no jornalismo “de denúncia” não teria sido imediato. De início, queria ser repórter de meio-ambiente e de direito do consumidor. No primeiro caso, porque gostava “dessa pegada ambiental”; no segundo, porque “gostava de número”. Com o intento de se aperfeiçoar, chegou a fazer um curso sobre desenvolvimento sustentável, na UnB. Em Brasília, começou então a cobrir “invasão de rico” e os crimes ambientais eventualmente



cometidos por essas instalações: “Aí do crime ambiental pra política é um pulo. Você passa na polícia, passa no Ministério Público... Começa a pegar político, né? Sempre tem um político que legaliza (...). Aí eu enverguei pra política”. Com esse redirecionamento, passou a fazer “política direto (denúncia, polícia, Ministério Público)” (Entrevista com Eduardo Nunes Militão, concedida em 21 out. 2016). Após três anos de Correio Braziliense, segue para outros oito anos no Congresso em Foco, como repórter especial, a partir de 2007. Em 2014, aceita voltar para o Correio Braziliense, desta vez na condição de “repórter sênior”.

Pelo Congresso em Foco, Militão produziu a maior parte das suas matérias “de impacto”, pelas quais adquiriu certo reconhecimento nos meios jornalístico e jurídico. Mas ainda no Correio, em 2007, recebeu o Prêmio Embratel (regional Centro-Oeste) pela série de reportagens (escrita em colaboração com os jornalistas Amaury Ribeiro Jr. e Fernanda Odilla) “Instituto Candango de Solidariedade e dos rombos no Governo do Distrito Federal<sup>242</sup>”. Dois anos depois, já no Congresso em Foco, foi agraciado com o Prêmio Embratel de Jornalismo Investigativo pela série “Farra das passagens aéreas” (juntamente com Lúcio Lambranco e Edson Sardinha)<sup>243</sup>.

Uma série de matérias em específico, publicada em 2010, teve efeitos mais pontuais, mas, na sua perspectiva de contribuir para “melhorar o mundo”, foi das que lhe renderam certa retribuição simbólica. A série denunciava um “esquema” de venda de vagas de cargos de servidores terceirizados, copeiros e garçons na Câmara dos Deputados (que remuneravam melhor em relação às mesmas funções exercidas em outros locais)<sup>244</sup>, no qual “pobres oprimiam pobres”. A partir das suas matérias, as vendas de vagas teriam acabado e a vida dos servidores teria “melhorado”.

Em 2012, revelou, com base em auditorias nas folhas de pagamento da Câmara e do Senado feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a existência de “supersalários” nas duas casas, ou seja, servidores que recebiam acima do teto constitucional<sup>245</sup>. Em 2015, recebeu um prêmio da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), na categoria webjornalismo, por uma série de reportagens publicada entre 19 de maio e 19 de julho do ano anterior, que revelou detalhes sobre empréstimos até então sigilosos do BNDES para financiamento no exterior, particularmente para o porto de Mariel, em Cuba. Com base

<sup>242</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/eduardo-militao-recebe-premio-imprensa-embratel/>. Acesso em: 24/05/2019.

<sup>243</sup> Por esta série, o Congresso em Foco recebeu o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa, também em 2009 (<https://eduardomilitao.wordpress.com/>). Acesso em: 24/05/2019).

<sup>244</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/camara-apura-esquema-de-venda-de-vaga-de-garcom/>. Acesso em: 24/05/2019.

<sup>245</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/quase-25-do-congresso-tem-salario-acima-do-teto/>. Acesso em: 24/05/2019.

na série de Militão, a Procuradoria da República do Distrito Federal abriu uma investigação cível e criminal<sup>246</sup>.

No ano de 2016, Militão participou ainda da cobertura dos desdobramentos do “caso Erenice Guerra”, revelando a compra de uma casa no valor de R\$ 4 milhões pela ex-ministra. Esta revelação foi utilizada pelos investigadores da “Operação Zelotes<sup>247</sup>” reconstituírem o “caminho do dinheiro” que teria sido utilizado para cobrir serviços de tráfico de influência por decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)<sup>248</sup>: “uma pauta pontual, muito divertida”.

Em 2017, recebeu novamente premiação da ANPR, desta vez o “Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal”. Na ocasião, o prêmio foi por uma série de reportagens publicada em equipe com outros jornalistas, no Correio Braziliense, a partir de outubro de 2016. A série, cujo título era “#XôPrivilegio: hora de tirar os políticos da redoma”, tratava do chamado “foro privilegiado” e dos benefícios da regra para políticos envolvidos em ilícitos. A publicação da série começou após o impedimento, em função do “foro privilegiado”, da continuidade da “operação Métis”, que investigava as tentativas de entrave às investigações da “Lava Jato” por parte de policiais legislativos. A iniciativa das reportagens teria por objetivo “contribuir para um país menos desigual, onde todos sejam vistos com os mesmos olhos pela lei”, ampliando “o debate sobre os efeitos do foro sobre a democracia” e atuando em prol do “avanço institucional do país”. As matérias alardeavam o fato de que o “foro privilegiado” poderia significar impunidade, tendo em vista a duração dos processos nos tribunais superiores. Como um dos efeitos, “a continuidade das reportagens fez com que o Senado desengavetasse um projeto de mudança na Constituição para acabar com o benefício<sup>249</sup>”.

É difundida no meio profissional a percepção de que a “operação Lava Jato” impõe limitações aos jornalistas, sobretudo quando se trata da lógica da “exclusividade” e do “furo”, indicando que ainda existe uma concorrência entre as esferas jurídica e jornalística pela capacidade de produzir julgamentos sobre a política. Dada magnitude e longevidade da operação, os poucos casos de jornalistas que têm matérias sobre o escândalo que são

---

<sup>246</sup><https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/congresso-em-foco-ganha-premio-por-serie-sobre-emprestimos-do-bndes/>. Acesso em: 24/05/2019.

<sup>247</sup> Operação deflagrada pela Polícia Federal em 26 de março de 2015, visando práticas de corrupção no CARF, órgão colegiado do Ministério da Fazenda, responsável por julgar os recursos administrativos de autuações contra empresas e pessoas físicas por sonegação fiscal e previdenciária.

<sup>248</sup> [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/06/06/interna\\_politica,535067/investigacao-da-operacao-zelotes-mira-na-casa-de-erenice-guerra.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/06/06/interna_politica,535067/investigacao-da-operacao-zelotes-mira-na-casa-de-erenice-guerra.shtml). Acesso em: 24/05/2019.

<sup>249</sup> [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2017/05/09/interna\\_politica,593938/correio-braziliense-vence-premio-pela-serie-xoprivilegio.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2017/05/09/interna_politica,593938/correio-braziliense-vence-premio-pela-serie-xoprivilegio.shtml). Acesso em: 24/05/2019.

consideradas relativamente independentes em relação às peças e/ou relatórios do Ministério Público, Polícia Federal, etc., se tornam dignas de nota no meio jornalístico.

O “Petrolão”, como o caso ficou amplamente conhecido com o desenrolar dos acontecimentos, é para Grün (2018, p.181), um escândalo decalcado culturalmente do “Mensalão”, e seria uma espécie de “metástase” deste escândalo anterior: “(...) o escândalo do Mensalão e, sobretudo, o ‘Petrolão’ que o sucedeu, deflagram e carregam evidentemente uma mnemônica que faz lembrar o descalabro econômico” (GRÜN, 2018, p.169). O “Petrolão” evidenciaria assim “a construção, manutenção e mesmo expansão do quadro cognitivo que nos faz apreender as relações entre nossos políticos do baixo clero e quaisquer segmentos das elites tradicionais como altamente suscetíveis a tentações de corrupção” (GRÜN, 2018, p.181). O mesmo autor ainda faz um paralelo entre o “imaginário” que permeia este escândalo e aquele que teve lugar no chamado “mar de lama”, que se estabeleceu no final do último governo Vargas (GRÜN, 2018, p.173-174).

O terceiro caso incluído nesta seção também remete a notabilidades profissionais sedimentadas em escândalos recentes desencadeados por investigações judiciais, particularmente no caso da “operação Lava Jato”, considerado por alguns “o maior escândalo de corrupção de corrupção já investigado no Brasil<sup>250</sup>”. O repórter em pauta, entre os muitos que cobrem a operação e seus desdobramentos no país, se destacou no meio jornalístico por produzir matérias a partir de “apurações autônomas” em relação às investigações empreendidas pelos órgãos oficiais. Teria assim trazido “elementos novos à narrativa da operação” e permitido ao jornalismo sair da “agenda oficial<sup>251</sup>”.

Remetendo à oposição entre o “verdadeiro” jornalismo investigativo e ao “jornalismo sobre investigações”, o mérito do profissional residiria na capacidade de “fugir do lugar-comum”, mostrando assim “como o jornalismo conseguiu andar lado a lado com a Lava Jato”. Este foi o título da mesa organizada para debater o tema e os feitos dos jornalistas no 11º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da ABRAJI<sup>252</sup>, que contou com a participação do terceiro jornalista em questão, que fazia parte da sucursal brasileira da revista *Época* naquele momento. Na mesa, foram apresentados os modos de produção das respectivas reportagens e algumas de suas repercussões.

---

<sup>250</sup> <http://congressoABRAJI.blogspot.com/2016/06/>. Acesso em: 20/05/2019.

<sup>251</sup> [www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1785276-para-reporteres-da-lava-jato-trabalho-de-campo-permite-sair-de-agenda-oficial.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1785276-para-reporteres-da-lava-jato-trabalho-de-campo-permite-sair-de-agenda-oficial.shtml). Acesso em: 20/05/2019.

<sup>252</sup> Ver anexo III.

O jovem jornalista Filipe Thadeu Coutinho Lázaro Furtado, de 29 anos, apresentou na ocasião a matéria que ficou conhecida como “as 111 viagens do Lula<sup>253</sup>”, realizada a partir de um levantamento feito junto ao Portal da Transparência das diárias recebidas pelos sete seguranças do ex-presidente, que comprovariam a frequência dele e familiares ao chamado “sítio de Atibaia”, cuja propriedade é imputada a Lula pelas investigações do Ministério Público e da Polícia Federal, como forma de propina oferecida pela empreiteira Odebrecht, entre os anos de 2012 e 2016.

Ilustração 14: Jornalistas apresentam e discutem os “furos” na Lava Jato em congresso da ABRAJI, em 2016. Na foto, da esquerda para a direita: Thiago Afonso (Veja), Maria Aguiar (O Globo), Flávio Ferreira (Folha de S.Paulo) e Filipe Furtado (Época)



Fonte: ABRAJI

A reportagem visa confrontar a versão apresentada pelo ex-presidente, de que iria ao local apenas em dias de descanso. O repórter chegou à pauta e conseguiu “furar” a “Lava Jato” a partir de uma dica dada por uma fonte sobre o uso de um sistema eletrônico para o mapeamento das diárias. A partir daí, empreendeu uma “apuração própria, que foi contra o que todo mundo fala de PF, de MPF e tal” (Entrevista com Filipe Coutinho Lázaro Furtado, concedida em 06 out. 2016). A reportagem em questão foi citada pelo juiz no seu mandado de busca e apreensão no “sítio de Atibaia”, no âmbito da “operação Aletheia<sup>254</sup>”.

Pertencente a uma família de classe média alta, Furtado nasceu na cidade de Londrina, mas se mudou com poucos anos de idade para Brasília, juntamente com sua mãe e avó. Sua

<sup>253</sup> <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/02/exclusivo-documentos-revelam-que-lula-e-familia-viajaram-111-vezes-sitio-de-atibaia.html>. Acesso em: 20/05/2019.

<sup>254</sup> Operação da Polícia Federal, deflagrada em 4 de março de 2016, representando a 24ª fase da “operação Lava Jato”.

família fixou residência no Plano Piloto<sup>255</sup>. Seu pai seguiu no interior do Paraná, onde é empresário (sem curso superior), e sua mãe é nutricionista formada pela UnB no início dos anos 1990. Sempre estudou em Brasília, a maior parte do tempo em instituições privadas, e, como jornalista, “nunca trabalhou em outra praça”, circulando pelas redações da cidade. Fez seis meses do seu *high school* no estado de Iowa, nos Estados Unidos, no final do ensino médio, em 2004.

Em 2009, forma-se em jornalismo pelo IESB, conceituada faculdade particular da capital federal. Seu contato com a profissão que viria a ser exercer se deu ainda no ensino médio, onde teve aulas de jornalismo com Nunzio Briguglio, um dos jornalistas fundadores da revista IstoÉ, que mais recentemente foi assessor e secretário e comunicação na gestão do ex-prefeito de São Paulo e candidato à presidência da República Fernando Haddad. A essas aulas, atribui parte da sua inclinação pela postura de “questionamento”: “Eu lembro que, nesse exercício no colégio, o professor passou um político qualquer (...), e a tarefa do dia era fazer as perguntas mais constrangedoras e duras possíveis para aquele cara. E eu achei isso maneiríssimo, achei interessante” (Entrevista com Filipe Thadeu Coutinho Lázaro Furtado, concedida em 06 out. 2016).

Como mostra Becker (2008, p.55-67), o desenvolvimento de uma carreira bem-sucedida em um determinado domínio de práticas passa por aprender técnicas, perceber seus efeitos (no caso, sobre os universos “investigados”), e adquirir “gosto” pelos mesmos. Furtado associa o aprendizado desse tipo de postura ao seu perfil “investigativo”, que considera uma “marca pessoal” desde a sua entrada no jornalismo.

[Sobre a prática do jornalismo investigativo] É uma questão de afinidade e facilidade (...) Tem gente que olha um político e quer saber dele o bastidor de alguma coisa; tem gente que olha o político e quer saber qual é a próxima medida oficial do governo; e tem gente que olha pro político, e fala assim: “Aonde que esse cara tá ganhando dinheiro?”. E sempre que eu olhava uma situação, eu pensava nisso: “Pô, mas o quê que tá acontecendo por trás?”. Essa veia mais do que é escondido. Então, pra mim, foi natural (Entrevista com Filipe Thadeu Coutinho Lázaro Furtado, concedida em 06 out. 2016).

Neste período, afirma que decidiu pela área das Humanidades, sem ter ainda definido qual curso específico seguir. Posteriormente, decidiu pelo vestibular para Jornalismo, uma vez que considerou outros cursos “mais abstratos”, denotando assim o seu interesse em enveredar por uma atuação menos acadêmica, mais dinâmica e de efeitos mais diretos e imediatos.

---

<sup>255</sup> Em alguns casos, a residência no interior do “Plano” pode ser tomada como indicativo de um poder aquisitivo relevante, comparativamente à população que reside nas cidades satélites, mas desempenha suas atividades na capital.

Na maior parte dos casos anteriormente tratados, a primeira atividade jornalística se deu por estágios ainda durante os estudos superiores, conseguidos mediante provas nos respectivos veículos. Após a entrada, praticamente desaparece esse tipo modalidade de recrutamento, contando muito mais o capital de relações possível de ser acumulado, possibilitando “indicações” e “convites”. No caso em pauta, seu começo na profissão já foi por meio de um contato pessoal, propiciado pelo espaço da faculdade. Começou sua carreira jornalística a partir de um estágio na revista Carta Capital, em 2008. Chegou a esta posição por meio de um professor da faculdade, Leandro Fortes, autor de um livro sobre jornalismo investigativo, que era repórter do veículo naquele momento. No ano seguinte, no último semestre de faculdade, passou a ser repórter do site Consultor Jurídico. Ainda em 2009, sai do site e se dedica a fazer “*freelas*”, antes de entrar, em novembro, como repórter, na sucursal da Folha de S.Paulo, aos 22 anos.

A sua reportagem “paralela” à Lava Jato não foi o primeiro trabalho envolvendo operações do Ministério Público e Polícia Federal da carreira de Furtado. No início da sua atuação na Folha de S.Paulo, cobriu a operação “Caixa de Pandora<sup>256</sup>”, e passou alguns meses dedicado às suas repercussões no âmbito do Distrito Federal. No ano seguinte, participou da equipe de jornalistas que recebeu o prêmio Folha de jornalismo pela cobertura do “caso Erenice Guerra”.

Como pontuado acima, com frequência o significado atribuído à “relevância jornalística” está diretamente vinculado aos impactos objetivos que uma matéria pode ou não ter. Os jornalistas, quando interpelados a respeito das suas reportagens prediletas, quase sempre utilizavam como justificativa para a escolha as repercussões que as mesmas tiveram. Furtado se enquadra nessa tendência, ao destacar que uma matéria sua, ainda na Folha de S.Paulo, sobre um risco de desabastecimento de combustíveis no país devido a problemas de importação pela Petrobrás, “alterou a Bolsa” e fez o mercado financeiro “parar”.

Na Folha, Furtado passa a investir na cobertura dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, com enfoque nos aspectos “não esportivos” do evento. Nesse intento, chegou a iniciar, em 2012, uma especialização em Marketing Esportivo, no mesmo IESB, que não concluiu. Nesse mesmo ano, recebeu, em conjunto com outros profissionais, o prêmio Esso de jornalismo pela série de reportagens “O jogo suspeito e a queda de Ricardo Teixeira”, que totalizou 20 reportagens publicadas no jornal entre os dias 15 de fevereiro e 5 de junho de

---

<sup>256</sup> Operação da Polícia Federal deflagrada em 27 de novembro de 2009, que resultou na prisão de José Roberto Arruda (então governador do DF) e revelou o chamado “mensalão do DEM”. Para Azevedo (2010, p.18), este acontecimento indica que “a mídia também não tem poupado os escândalos políticos nascidos nos governos de centro-direita”.

2012. Resultado de uma apuração de quatro meses, a série, que trazia denúncias de corrupção contra Teixeira, resultou na “queda” do cartola, com a sua renúncia à presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Em 2013, a mesma série rendeu a Furtado e equipe o prêmio Embratel, na categoria Esportes.

Filipe Furtado foi um dos muitos repórteres que foi chefiado por Melquíades Filho, quando este assumiu a sucursal da Folha em Brasília. Com ele, teria aprendido que fazer jornalismo é “incomodar o poder”.

Existem outros jornalismo, tão relevantes quanto, mas o jornalismo que eu faço, que eu sempre quis, que eu vejo como mais relevante pra sociedade, é o de incomodar o poder. Incomodar o poder não é só fazer denúncia: às vezes é questionando, perguntando porque é que foi medida provisória a reforma do ensino médio... Tudo isso é incomodar o poder. É fazer perguntas que não seriam feitas por pessoas que não são jornalistas (Entrevista com Filipe Thadeu Coutinho Lázaro Furtado, concedida em 06 out. 2016).

Em 2014, passa a integrar os quadros da revista *Época*, onde também produziu matérias de impacto, além daquela referente ao “sítio de Atibaia”. Uma das suas investigações na revista, também em coautoria, refere-se ao caso de um professor francês que veio para o Brasil com bolsa do CNPq e lecionava na UFRJ, que foi condenado por práticas terroristas no seu país natal<sup>257</sup>. Meses depois, em julho, o professor e terrorista foi deportado para a França.

As socializações iniciais são um momento importante na conformação de uma certa “indignação” ou disposição “crítica” e de “denúncia”, bem como de uma relação com a “política”, com seus agentes e instituições. Contudo, mais do que a socialização inicial, que em muitos trabalhos aparece como um momento que determina de modo direto toda a sequência posterior do trajeto social, é importante ter em vista as sequências intermediárias que conduzem os jornalistas a uma atuação considerada “investigativa”.

Nesse sentido, em meio à variedade de combinação de recursos observáveis nos casos tratados neste capítulo, o capital de relações sociais aparece como o elemento central de conformação das carreiras, tanto no sentido da conquista de postos de trabalho quanto dos *savoir-faire* – “investigativos” ou não – adquiridos ao longo do tempo. Mesmo que muitos tenham formação superior na área de atuação, o curso de Jornalismo na maioria das vezes só adquire relevância enquanto um “banco de capital social”, no sentido de Marchetti (2003, p.86), em detrimento dos conhecimentos escolares nele obtidos.

---

<sup>257</sup> <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/01/exclusivo-um-terrorista-no-brasil.html>. Acesso em: 20/05/2019.

Junto ao capital de relações sociais, é preciso considerar a existência de diferentes formas e em graus variados de um certo “idealismo” na conformação desse tipo de carreira, o que aproxima estes casos de lógicas observáveis no universo do militantismo. A atuação no sentido do desvelamento de “casos” pode ser considerada como um aspecto do engajamento profissional. De igual modo, não se pode esquecer dos lucros, materiais e simbólicos, que a conformação a regras ou crenças procuram àqueles que assim procedem. Ou seja, se apresentar enquanto “jornalista investigativo” e professar a defesa dos valores “nobres” da profissão, os seus “poderes” ou “virtudes”, que são associados a princípios universais identificados à democracia, como a “transferência”, a “proibidade” e assim por diante, é uma posição que faz parte dos esforços mais gerais para a legitimação de si e para a adequação à “verdade ideal do grupo” (BOURDIEU, 1996, p.218).



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho centrou-se no estudo das relações entre os mecanismos de importação-exportação de esquemas de entendimento relativos ao jornalismo e princípios de legitimação e hierarquização em espaços “profissionais”. O objetivo geral foi apreender, por meio da análise de disputas em torno dos critérios de excelência que progressivamente situam o jornalismo investigativo como sinônimo de “bom jornalismo”, as apropriações e usos da “profissão”, assim como as recomposições que ocorreram no espaço jornalístico brasileiro sobretudo a partir do início dos anos 2000, em paralelo a transformações observáveis nos universos político, jurídico e econômico. A hipótese avançada foi a de que as disputas pela redefinição dos cânones de excelência profissional que se dão em torno das significações variadas do “jornalismo investigativo” se encontram diretamente relacionadas com a relegitimação dos jornalistas no espaço do poder, que acompanha o processo de redemocratização do país.

No primeiro capítulo, a apresentação das “genealogias consagradas” permitiu traçar aspectos gerais da atividade jornalística considerada “investigativa”, principalmente em relação aos seus supostos efeitos, como a deposição de presidentes, mudanças de legislação, condutas ou costumes, e assim por diante. Ainda foi possível mostrar que as correlações entre transformações sociais e mudanças nos critérios de notabilidade jornalística não são uma exclusividade do contexto brasileiro, nem do período recente. A participação de jornalistas “investigativos” em “empresas de denúncia” que envolvem agentes dos espaços jurídico e político também não é uma especificidade do Brasil. Este tipo de configuração na qual um determinado indivíduo pode legitimamente ter a sua vida “devassada” tem sido crescentemente observado em análises de “escândalos políticos” na França, por exemplo. Contudo, este não é um movimento linear, tampouco inexorável, como a análise de uma conjuntura anterior em que a imprensa era vista como um grande entrave ao funcionamento do Judiciário brasileiro possibilitou visualizar. Esses “profissionais do desvelamento” encontram homólogos entre operadores do direito que, ancorados nas “evoluções” próprias às instituições judiciais, passam a se engajar em formas de ativismo profissional que envolvem a “reforma” de instituições e o controle punitivo de agentes políticos e econômicos e, de modo geral, a “luta contra a corrupção”.

A importação do jornalismo investigativo *à la américaine* trouxe consigo as oposições entre representações “originais” e “deturpações” da prática, que se impuseram como o ponto central de muitas controvérsias que envolvem jornalistas, entidades de representação

profissional, “teóricos” da comunicação e professores universitários. Os esforços pela adequação do jornalismo brasileiro aos *standards* norte-americanos, no bojo da chamada “modernização da imprensa”, passaram pela incorporação desses debates e, principalmente, pela atividade de jornalistas-universitários com passagens pelos Estados Unidos, que ao longo dos anos empreendem sucessivas tentativas de “emular” estruturas organizacionais e *savoir-faire* profissionais para o contexto local.

Os trânsitos desses “agentes do internacional” e os movimentos operados por uma parte da “elite” profissional foram objeto do segundo capítulo. O assassinato de um jornalista “investigativo” do maior conglomerado de comunicações da América Latina representou um “momento crítico” que favoreceu a composição de um núcleo de profissionais em prol da criação de uma nova entidade, e que se pretende “moderna” e alinhada a padrões de excelência reconhecidos internacionalmente, que viria preencher o “vácuo” deixado por aquelas até então existentes, consideradas “obsoletas”, vistas como “politizadas” ou demasiado “categoriais”. Uma entidade que ambicionava se situar acima das divisões políticas e “melhorar a qualidade” da profissão assentando a sua legitimidade nas posições e reconhecimento acumulados pelos que compuseram esse momento inicial. Nesse sentido, a associação ocupa atualmente lugar importante nas estratégias de consagração de imagens sociais e de gestão de relações multifacetadas. A conservação dessa posição de “elite” se encontra assentada basicamente nos capitais social, cultural e simbólico. Como foi possível identificar, ela é composta majoritariamente por jornalistas oriundos de estratos médios em termos sociais e econômicos, com forte concentração no eixo Rio-São Paulo e nos mais veículos mais bem posicionados na hierarquia jornalística, com itinerários frequentemente marcados por algum grau de engajamento político anterior em organizações ou tendências de esquerda.

Alguns dos que compuseram esse “núcleo” já empreendiam iniciativas pontuais de difusão nas empresas jornalísticas do Brasil e da América Latina de concepções e modelos organizacionais consolidados nos EUA desde pelo menos o final da primeira metade dos anos 1990. As relações estabelecidas naquele país contaram de modo decisivo na criação da ABRAJI, o que pôde ser observado tanto pelo papel desempenhado pela IRE quanto pelos *grants* recebidos pelo *Knight Center* de Rosental Calmon Alves, “cosmopolita enraizado” que se estabeleceu ao longo dos anos como um “criador de instituições” de jornalistas “investigativos” em países do Sul. O capital de relações sociais acumulado por meio da condição profissional não apenas oportunizou a fundação da nova associação como influencia nas suas relações com as instituições políticas e com o Estado, como foi demonstrado através

da análise da formação de uma “coalizão” de entidades em torno da “luta pela transparência” e do processo que levou à promulgação da Lei de Acesso a Informações Públicas.

O engajamento profissional na revelação de “casos” combinado ao ativismo em causas como a dos direitos humanos se insere num contexto mais amplo de “crise” do mercado jornalístico, que envolve o investimento de grandes fundações filantrópicas em empreendimentos jornalísticos “independentes” e sem “fins lucrativos” como uma das “saídas” para o impasse criado pela queda das receitas de publicidade dos grandes veículos e pelos “passaralhos”. Levando isso em conta, no terceiro capítulo examinamos então os mecanismos pelos quais as fundações estrangeiras atuam junto a ONGs jornalísticas no país, e como os recursos obtidos por meio de uma internacionalização “por baixo”, operada por jornalistas com carreiras marcadas pela passagem por veículos *outsiders* e “alternativos”, puderam ser convertidos na consolidação de posições e carreiras nacionais. A alegada “crise do jornalismo” favoreceu um processo de diversificação do espaço profissional, na medida em que permitiu a ascensão na carreira de “jornalistas marginais”, que se arvoram nos princípios da “independência” em termos financeiros para se opor ao “monopólio” exercido pelas famílias que são donas das grandes empresas jornalísticas. Assim, buscam empreender um “retorno às origens” das “nobrezas” da profissão, entre as quais se encontraria o jornalismo investigativo.

O caráter multifacetado das combinações entre recursos sociais na conformação de carreiras “investigativas” entre jornalistas especializados na cobertura política foi o objeto do quarto e último capítulo. A análise permitiu indicar de modo complementar que as empresas de “modernização” do jornalismo brasileiro e a importação do *investigative journalism* enquanto modelo de prática profissional “autêntica” ou “nobre”, embora possam ter modificado o perfil das carreiras, não se traduziram num confronto com concepções e critérios de recrutamento vigentes. Estes são baseados sobretudo na acumulação e gestão do capital de relações sociais, em detrimento dos aprendizados obtidos nas formações superiores e atestados por diplomas, e em amálgamas diversos com a “política”.

O diploma em jornalismo, que teve sua obrigatoriedade revogada, segue como uma exigência de convenção por parte das grandes empresas, e em muitas delas existem provas e seleções para novos estagiários e profissionais. Entretanto, mesmo com a expansão universitária dos cursos de comunicação social e jornalismo, a formação superior conta muito pouco para o desenvolvimento das carreiras, o que é interpretado como uma defasagem entre os ensinamentos dispensados nas universidades e as competências que o “mercado” exige. A apreensão da pluralidade das inscrições sociais e políticas dos jornalistas indicou então que o

diploma, em geral, conta apenas na entrada, o mesmo valendo para as seleções. A sequência da atividade profissional, as mudanças de emprego, o acesso a conhecimentos diversos, a fontes, etc., são determinados majoritariamente pelo capital de relações sociais. Isto foi observado, por exemplo, ao se analisar a composição social dos quadros da ABRAJI e da ONG Pública. Neste último caso, a revista *Caros Amigos* foi um *milieux* por meio do qual as jornalistas tiveram acesso não somente a “grandes repórteres”, que condicionaram os rumos posteriores das suas carreiras, mas a concepções “alternativas” do jornalismo. São os “convites” e “indicações” os modos privilegiados de inserção profissional. A própria difusão de saberes se encontra muitas vezes condicionada pela inserção em redes de relações pessoais, mesmo quando se trata do crescente uso da matemática e da estatística, para os casos do *data-driven journalism* e da *computer-assisted reporting*.

A tendência recente ao desenvolvimento de colaborações entre ONGs jornalísticas financiadas por fundações e situadas em várias localidades do globo em torno de extensos bancos de dados vazados – os chamados “-leaks” – indica a configuração de um padrão de internacionalização baseado em formas de ativismo que sobrepõem princípios de excelência profissional e “empresas morais” variadas. A ampliação dos financiamentos oriundos da filantropia indica também a tendência à intensificação da concorrência no meio profissional pelos *grants* das fundações, contribuindo para difundir concepções “empreendedoras” entre os jornalistas. Ou seja, a saída das “grandes redações” e o investimento no jornalismo *non-profit* faz com que se passe a exigir dos profissionais competências voltadas para a gestão e a captação de recursos, e não apenas aquelas voltadas para a produção jornalística *strictu sensu*.

Em último lugar, cumpre ainda destacar que as apropriações e usos do jornalismo investigativo no Brasil são inseparáveis da inserção dos seus agentes e instituições em redes internacionais de promoção de “causas” variadas, como a da defesa dos direitos humanos, da transparência, da “luta contra a corrupção” e do respeito à doutrina do *rule of law*. Todas elas se articulam em torno da exportação do ideário democrático. Nesse sentido, é possível considerar que a importação do jornalismo investigativo se insere no bojo de um movimento mais amplo de busca pelo “aprimoramento” ou “reforma” das instituições e dos Estados latino-americanos, que envolve agentes e domínios sociais variados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 48, 2005, p. 53-65.

\_\_\_\_\_. **Desafios da notícia: o jornalismo brasileiro ontem e hoje**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009.

\_\_\_\_\_; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Controles midiáticos: investigação e denunciamento na construção da visibilidade pública democrática. **XXV Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú-MG, 2001, p. 1-21.

ADELKHAH, Fariba. Le maire, le ministre, le clerc et le juge. Le judiciaire et la formation du politique en République islamique d'Iran. In: BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 123-137.

AGRIKOLIANSKY, Éric. Les “carrières militantes”: portée et limites d'un concept narratif. In: FILLIEULE, Olivier *et al.* **Sociologie plurielle des comportements politiques**. Paris: Presses de Sciences Po. 2017, p. 167-192.

ALBUQUERQUE, Afonso de. As três faces do Quarto Poder. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 92-104.

ALVES, Rosental Calmon. From lapdog to watchdog: the role of the press in Latin America's democratization. In: DE BURGH, Hugo. **Making journalists**. Abingdon: Routledge, 2005, p. 181-202.

AMARAL, Marina. Prefácio. In: DIP, Andrea. **Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 13-15.

ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de Acesso à Informação Pública e seus possíveis desdobramentos à accountability democrática no Brasil**. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre o escândalo político em Cabo Verde. **Lusotopie**, n. XVI, p. 25-43.

ASSIS, Evandro de; CAMASÃO, Leonel; SILVA, Mariana Rosa; CHRISTOFOLETI, Rogério. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. **Revista Pauta Geral**, v. 4, n. 1, 2017, p. 3-20.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, **Boletim Apuração**, n. 1, nov./2004.

\_\_\_\_\_. **Boletim Apuração**, n. 2, dez./2004. Disponível em: <http://www.ABRAJI.org.br/?id=74>. Acesso em: 14/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Boletim Apuração**, n. 3, fev./2005. Disponível em: <http://www.ABRAJI.org.br/?id=74>. Acesso em: 14/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Boletim Apuração**, n. 3/1, fev./2005. Disponível em: <http://www.ABRAJI.org.br/?id=74>. Acesso em: 14/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Boletim Apuração**, n. 5/, jun./2005. Disponível em: <http://www.ABRAJI.org.br/?id=74>. Acesso em: 14/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Boletim Apuração**, n. 6, jul./2005. Disponível em: <http://www.ABRAJI.org.br/?id=74>. Acesso em: 14/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades (biênio 2014-2015)**, 2015. Disponível em: [http://www.ABRAJI.org.br/?id=90&id\\_noticia=3317](http://www.ABRAJI.org.br/?id=90&id_noticia=3317). Acesso em: 11/04/2016.

AUBRET, Camille. Les journalistes politiques libanais, entre engagements professionnels et militants. Quelques usages des convictions politiques chez les journalistes de presse au Liban. In: LÉVÊQUE, Sandrine; RUELLAN, Denis (orgs.). **Journalistes engagés**. Rennes: PUR, 2010, p. 127-143.

AZEVEDO, Fernando. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em debate**, v. 2, n. 3, 2010, p. 14-19.

BADIE, Bertrand. **Le développement politique**. Paris: Economica, 1994.

\_\_\_\_\_; HERMET, Guy. Las dinámicas huérfanas. In: \_\_\_\_\_. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 180-212.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **BIB**, n. 36, 1993, p. 3-30.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**. Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BELOCH, Israel; FAGUNDES, Laura Reis (Orgs.). **Uma história escrita por vencedores: 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo**. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006.

BENSON, Rodney. Can foundations solve the journalism crisis? **Journalism**. v. 19, n. 8, 2018, p. 1-19.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. **Todos os homens do presidente**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.

BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio. Elite transformation and modes of representation since the mid-nineteenth century: some theoretical considerations. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Parliamentary representatives in Europe 1848-2000**. Legislative recruitment and careers in eleven european countries. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 1-28.

BLASS, Suzana; BERTOL, Rachel. **Memória de repórter**: casos e outras histórias de jornalistas brasileiros (décadas de 1950 a 1980). Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2010.

BOIGEOL, Anne; DEZALAY, Yves. De l'agent d'affaires au barreau: les conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, n. 27, 1997, p. 49-68.

BOLTANSKI, Luc. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue Française de Sociologie**, 14-1, 1973, p. 3-26.

\_\_\_\_\_. **Les cadres**. La formation d'un groupe social. Paris: Minuit, 1982.

BONELLI, Maria da Glória. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, 1999, p. 61-81.

BOSCHETTI, Anna. Les transferts théoriques comme *ars inveniendi*. "Science des oeuvres" et science de la politique. In: COHEN, Antonin; LACROIX, Bernard; RIUTORT, Philipp (Dirs.). **Les formes de l'activité politique**. Éléments d'analyse sociologique, du XVIIIe siècle à nos jours. Paris: PUF, 2006, p. 485-507.

BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**. vol. 2, n. 2-3, 1976, p. 88-104.

\_\_\_\_\_. **Leçon sur la leçon**. Paris: Minuit, 1982.

\_\_\_\_\_. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 1984.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Marco Zero. Rio de Janeiro: 1983.

\_\_\_\_\_. **La noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação, Campinas: SP: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

\_\_\_\_\_. **Propos sur le champ politique**. PUL, 2000.

\_\_\_\_\_. Da regra às estratégias. In: \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 77-95.

\_\_\_\_\_. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2006.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo. Companhia das Letras, 2010a.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010b.

\_\_\_\_\_. Comprender. In: \_\_\_\_\_ (Dir.). **La miseria del mundo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010c, p. 527-543.

\_\_\_\_\_; BOLTANSKI, Luc. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 127-144.

\_\_\_\_\_; WACQUANT, Loïc. **Réponses**. Pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 17-32.

BOUISSOU, Jean-Marie. Les politiciens, acteurs de la dénonciation. Le cas du Japon. In: BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 243-261.

BRAUD, Philippe. Du pouvoir en général au pouvoir politique. In: GRAWITZ, Madeleine; LECA, Jean (Orgs.). **Traité de science politique** (Tome 1: La science politique, science sociale, l'ordre politique), Paris: PUF, 1985, p. 335-393.

\_\_\_\_\_. **La science politique**. Paris: PUF, 2017.

BRIQUET, Jean-Louis. Une histoire de famille. La gestion d'un patrimoine politique. Le cas d'une famille de notables corses: les Gavini (1850-1962). In: PATRIAT, Claude; PARODI, Jean-Luc. **L'héritage en politique**. Paris: Economica, 1992, p. 155-169.

\_\_\_\_\_. La "guerre des justes". La magistrature antimafia dans la crise italienne. In: \_\_\_\_\_. GARRAUD, Philippe (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 103-121.

\_\_\_\_\_; GARRAUD, Philippe. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 13-21.



BURGH, Hugo de. **Jornalismo investigativo: contexto e prática**. São Paulo: Roca, 2008.

CAMAROTTI, Gerson; PEÑA, Bernardo de la. **Memorial do escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política. **Educação e Sociedade**. n. 39, 1991, p. 221-245.

\_\_\_\_\_. Gestão familiar da escola e aprendizagem das habilidades para o ofício da política. In: ALMEIDA, Ana Maria F. & NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). **A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 76-100.

CHAGAS, Helena. Prefácio. In: CAMAROTTI, Gerson; PEÑA, Bernardo de la. **Memorial do escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula**. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 9-11.

CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em Perspectiva**, n. 15, 2001, p. 62-75.

CHALABY, Jean. O jornalismo como uma invenção anglo-americana: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). **Media & Jornalismo**, n. 3, 2003, p. 29-50.

CHAMPAGNE, Patrick. La construction médiatique des “malaises sociaux”. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 90, 1991, p. 64-76.

\_\_\_\_\_. La double dépendance. Quelques remarques sur les rapports entre les champs politique, économique et journalistique. **Hermès**, n. 17-18, 1995, p. 215-229.

\_\_\_\_\_. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. L'étude des médias e l'apport de la notion de champ. In: PINTO, Éveline (Dir.). **Pour une analyse critique des médias**. Le débat public en danger. Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant, 2007, p. 39-53.

\_\_\_\_\_. La visión mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **La miséria del mundo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 51-63.

\_\_\_\_\_. **La double dépendance**. Sur le journalisme. Paris: Raisons d'agir, 2016.

\_\_\_\_\_; MARCHETTI, Dominique. L'information médicale sous contrainte. À propos du “scandale du sang contaminé”. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 101-102, 1994, p. 40-62.

CHAMPY, Florent; ISRAËL, Liora. Professions et engagement public. **Sociétés Contemporaines**, n. 73, 2009, p. 7-19.

CHANTAL, François Vergniolle de. Moralité privée, morale publique. L'exception américaine. In: BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 287-301.

CHAPOULIE, Jean-Michel. Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels. **Revue Française de Sociologie**, n. 14-1, 1973, p. 86-114.

CHARLE, Christophe. **Le siècle de la presse (1830-1939)**. Paris: Seuil, 2004.

CHARON, Jean-Marie. Le journalisme d'investigation et la recherche d'une nouvelle légitimité. **Hermès**, n. 35, 2003, p. 137-144.

CHAUVEL, Louis; SCHULTHEIS, Franz. Le sens d'une dénegation: l'oubli des classes sociales en Allemagne et en France. **Mouvements**, n. 26, 2003, p. 17-26.

CHUPIN, Ivan; NOLLET, Jérémie. Jalons pour une sociologie historique des interdépendances du journalisme à d'autres univers sociaux. In: \_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_ (Dir.). **Journalisme et dépendances**. Paris: L'Harmattan, 2006, p. 15-36.

COEURDRAY, Murielle. Le double jeu de l'import-export symbolique. La construction internationale d'un nouveau discours sur la corruption. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 151-152, 2004, p. 81-90.

COLLOVALD, Annie; NEVEU, Erik. La critique politique du "néo-polar". In: BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 193-216.

COMBY, Jean-Baptiste. Quand l'environnement devient "médiatique". Conditions et effets de l'institutionnalisation d'une spécialité journalistique. **Réseaux**, n. 157-158, 2009, p. 157-190.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite "profissional" na Medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 1997a, p. 425-466.

\_\_\_\_\_. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a "crise da medicina" no Rio Grande do Sul. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 1997b, p. 265-286.

\_\_\_\_\_. **Elites culturais e concepções de política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta**. Relatório de pesquisa para o CNPq. Porto Alegre, 1998a.

\_\_\_\_\_. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998b, p. 209-235.

\_\_\_\_\_. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

\_\_\_\_\_. Escolarização, militância e mecanismos de "participação" política. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys. (Orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil: estudos antropológicos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p.103-153.

\_\_\_\_\_. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144.

\_\_\_\_\_. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Estudos Históricos**, n. 35, 2005, p. 3-22.

\_\_\_\_\_. Relações profissionais e disputas eleitorais. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 267-297.

\_\_\_\_\_. Les participants et les organisateurs du Forum Social Mondial: la diversité du militantisme. **Cultures & Conflits**, n. 70, 2008a, p. 153-175.

\_\_\_\_\_. As elites como objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b, p. 7-18.

\_\_\_\_\_. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, 2010a, p. 45-69.

\_\_\_\_\_. The divergences between Bourdieu’s and Coleman’s notions of social capital and their epistemological limits. **Social Science Information**, v. 49, n. 4, 2010b, p. 563-583.

\_\_\_\_\_. A condição em falso: sobre um trajeto de professor e pesquisador em Ciências Sociais no Brasil. **Espacios en Blanco**, n. 20, 2010c, p.129-161.

\_\_\_\_\_. Titulação escolar, mercado e capital social na hierarquização escolar: as relações entre a obtenção do título de doutor em sociologia e o ingresso na carreira. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, 2011, p. 39-53.

\_\_\_\_\_. Posfácio. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 319-329.

\_\_\_\_\_. A politização em condições politicistas: alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos. **Política & Sociedade**, vol. 16, n. 37, set./dez. 2017a, p. 36-75.

\_\_\_\_\_. **Misery of concepts: foundations of controversies relating to the conceptualization of social capital**. Saarbrücken: LAP, 2017b.

CRUZ, Sebastião Velasco e MARTINS, Carlos E. “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da Abertura” In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia T. (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 13-61.

DANTAS, Audálio (Org.) **Repórteres**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

DÉLOYE, Yves. **Sociologia histórica do político**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DEMENECK, Ben-Hur. **Jornalismo transnacional: prática, método e conceito**. 2016. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DEZALAY, Yves. Les courtiers de l'international. Héritiers cosmopolites, mercenaires de l'imperialisme et missionnaires de l'universel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 151-152, 2004, p. 4-35.

\_\_\_\_\_; GARTH, Bryant G. **La mondialisation des guerres de palais**. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique latine, entre notables du droit et "Chicago Boys". Paris: Seuil, 2002.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. L'imperialisme moral: les juristes et l'imperialisme américain (Philippines, Indonésie). **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 171-172, 2008, p. 40-55.

\_\_\_\_\_; MADSEN, Mikael Rask. Espaços de poderes nacionais, espaços de poderes internacionais: estratégias cosmopolitas e reprodução das hierarquias sociais. In: CANÊDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA Jr., Afrânio Raul (Orgs.). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2013, p. 23-52.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DOBRY, Michel. Valeurs, croyances et transactions collusives: notes pour une réorientation de l'analyse de la légitimation des systèmes démocratiques. In: SANTISO, Javier. **À la recherche de la démocratie**. Paris: Karthala, 2009, p. 103-120.

DOGAN, Mattei. Les professions propices à la carrière politique: osmose, filières et viviers. In: OFFERLÉ, Michel (org.). **La profession politique. XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999, p. 171-199.

DUBAR, Claude; NICOURD, Sandrine. **Les biographies en sociologie**. Paris: La Découverte, 2017.

DULONG, Delphine. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République. **Politix**, vol. 9, n. 35, 1996, p. 109-130.

ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2006a.

\_\_\_\_\_. Internacionalização e ativismo judicial: as causas coletivas. **Lua Nova**, n. 69, 2006b, p. 123-146.

\_\_\_\_\_. Questões para o estudo de "elites de Estado": o caso representativo dos juristas. In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 61-83.

\_\_\_\_\_. Associativismo e engajamento político dos juristas após a Constituição de 1988. **Revista Política Hoje**, vol. 18, n. 2, 2009, p. 184-205.

\_\_\_\_\_. “Em torno do poder”: ciência e instituições políticas. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 75-101.

\_\_\_\_\_. Julgar a política, condenar a democracia? Justiça e crise no Brasil. **Conjuntura Austral**, v. 7, n. 37, 2016, p. 09-16.

\_\_\_\_\_. Da “crítica do direito” ao “combate à corrupção”: deslocamentos do ativismo político-judicial. **Contemporânea**, v. 7, n. 2, 2017, p. 297-312.

ETTEMA, James S.; GLASSER, Theodore L. **Custodians of conscience**: investigative journalism and public virtue. New York: Columbia University Press, 1998.

EYMERI, Jean-Michel. Frontière ou marchés? De la contribution de la haute administration à la production du politique. In: LAGROYE, Jacques. **La politisation**. Paris: Belin, 2003, p. 47-77.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERRON, Benjamin. Les médias alternatifs entre luttes de définition et luttes de (dé)légitimation. **Les enjeux de l’information et de la communication**, 8e Colloque France-Brazil, Grenoble, 2006, p. 1-11.

\_\_\_\_\_. Le journalisme alternative entre engagement et distanciation. Les strategies médiatiques des mouvements sociaux dans la “bataille de Cancún” contre l’OMC (2003). In: LÉVÊQUE, Sandrine; RUELLAN, Denis (orgs.). **Journalistes engagés**. Rennes: PUR, 2010, p. 109-126.

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz**: memórias da comissão de São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FREIDSON, Eliot. **A profissão médica**: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado. São Paulo: Editora UNESP; Porto Alegre, Sindicato dos Médicos, 2009.

FRISQUE, Cégolène. Des militants du journalisme? Les journalistes “critiques” comme militants de l’autonomie professionnelle. In: LÉVÊQUE, Sandrine; RUELLAN, Denis (orgs.). **Journalistes engagés**. Rennes: PUR, 2010, p. 145-164.

GAÏTI, Brigitte. Entre les faits e les choses. La double face de la sociologie politique des institutions. In : COHEN, Antonin ; LACROIX, Bernard ; RIUTORT, Philippe (Dir.). **Les formes de l’activité politique**. Éléments d’analyse sociologique, du XVIIIe siècle à nos jours. Paris: PUF, 2006, p. 39-64.

GARRAUD, Philippe. Les nouveaux juges du politique en France. **Critique internationale**, n. 3, 1999, p. 125-139.

\_\_\_\_\_. La politique à l'épreuve du jugement judiciaire. La pénalisation croissante du politique comme "effet induit" du processus d'autonomisation de l'institution judiciaire. In: BRIQUET, Jean-Louis; \_\_\_\_\_. (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 25-43.

GAXIE, Daniel. Les critiques profanes de la politique. Enchantements, désenchantements, réenchantements. In: BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 217-240.

\_\_\_\_\_. **La démocratie représentative**. Paris: Montchrestien, 2003.

\_\_\_\_\_. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, n. 11, 2005, p. 157-188.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GEERTZ, Clifford. "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico. In: \_\_\_\_\_. **O saber local: ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 85-107.

GRAMACHO, Wladimir. Jornalismo investigativo. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (Orgs.). **Jornalismo político: teoria, história e técnica**. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 251-270.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 86-102.

GRILL, Igor Gastal. "Família", direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do *métier*. **Tomo**, v. 10, 2007, p. 85-111.

\_\_\_\_\_. Heranças políticas, bases sociais e especialização política no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008a, p. 129-148.

\_\_\_\_\_. **"Heranças políticas" no Rio Grande do Sul**. São Luís, EDUFMA, 2008b.

\_\_\_\_\_. Efeitos da "redescoberta das instituições" na sociologia política francesa. **Política & Sociedade**. Vol.13, n. 27, 2014, p. 237-242.

\_\_\_\_\_; REIS, Eliana Tavares dos. Entre Togados e Votados: as "batalhas jurídicas" nas disputas eleitorais. **7º Encontro da ABCP**. Recife: PE, 2010, p. 1-36.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 9, n. 17, 2012a, p. 101-121.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Disputas faccionais e imprensa escrita no Maranhão. In: MARENCO DOS SANTOS, André; GRILL, Igor Gastal; SEIDL, Ernesto; SOUZA, Carlos Augusto da Silva (orgs.). **Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil**. São Leopoldo: Oikos; São Luís: EDUFMA, 2012b, p. 169-193.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

GRÜN, Roberto. Escândalos, tsunamis e marolas: apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, n. 77, 2011, p. 151-173.

\_\_\_\_\_. **Da pizza ao impeachment**: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda, 2018.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, 1990, p. 1-10.

\_\_\_\_\_. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, 1996, p. 35-83.

\_\_\_\_\_; GRILL, Igor Gastal. Elites: recursos e legitimação. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15. São Luís: EDUFMA, 2011, p. 9-14.

GUILHOT, Nicolas. Os profissionais da democracia em ação. In: LINS, Daniel; WACQUANT, Loïc (Orgs.). **Repensar os Estados Unidos**: por uma sociologia do superpoder. Campinas, SP: Papyrus, 2003, p. 209-238.

\_\_\_\_\_. Une vocation philanthropique: George Soros, les sciences sociales et la régulation du marché mondial. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 151-152, 2004, p. 36-48.

GUIMARÃES, Manoel Marcos. Sociologia do jornalismo: o caso Brasil. In: NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 185-193.

HUBÉ, Nicolas. La “professionnalisation” sous contrainte de la presse alternative. L’introduction d’une hiérarchie à *Libération* et à la *Tageszeitung*. In: LÉVÊQUE, Sandrine; RUELLAN, Denis (orgs.). **Journalistes engagés**. Rennes: PUR, 2010, p. 91-107.

HUNTER, Mark. **Le journalisme d’investigation**. Paris: PUF, 1997.

ISRAËL, Liora. Usages militants du droit dans l’arène judiciaire: le *cause lawyering*. **Droit et Société**, 2001, p. 793-824.

\_\_\_\_\_. Resistir pelo direito? Advogados e magistrados na Resistência francesa (1940-1944). **Prisma Jurídico**, v. 10, n. 1, 2011, p. 61-92.

JAKOBSKIND, Mário Augusto. **Dossiê Tim Lopes: Fantástico/Ibope**. Petrópolis – RJ: Editora Europa, 2003.

KACIAF, Nicolas. Engagement journalistique et bipolarization de l'espace partisan. Le cas des services *Politique* de la presse écrite française (1968-1981). In: LÉVÊQUE, Sandrine; RUELLAN, Denis (orgs.). **Journalistes engagés**. Rennes: PUR, 2010, p. 55-71.

KAPLAN, David E. **Global Investigative Journalism: Strategies for Support**. A Report to the Center for International Media Assistance (CIMA), 2013.

KLEIN, Dario. El papel del periodismo de investigación en la sociedad democrática (I). **Sala de Prensa**, n. 29, 2001a.

\_\_\_\_\_. El papel del periodismo de investigación en la sociedad democrática (II). **Sala de Prensa**, n. 30, 2001b.

KOTSCHO, Ricardo. O pipoqueiro e os filhos da pauta. In: DANTAS, Audálio (Org.) **Repórteres**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998, p. 182-197.

\_\_\_\_\_. A denúncia da mordomia. In: MOLICA, Fernando (Org.). **Dez reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 143-145.

\_\_\_\_\_. **Do golpe ao Planalto: uma vida de repórter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

\_\_\_\_\_. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LACROIX, Bernard. Ordre politique et ordre social: objectivisme, objectivation et analyse politique. In: GRAWITZ, Madeleine; LECA, Jean. **Traité de Science Politique** (Tome 1: La science politique, science sociale, l'ordre politique). Paris: PUF, 1985, p. 469-565.

LAFARGE, Géraud; MARCHETTI, Dominique. Enquête sur la provenance des étudiants en journalisme. **Médiamorphoses**. n. 24, 2008, p. 66-70.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Les portes fermées du journalisme: l'espace social des étudiants des formations "reconnues". **Actes de la recherche en sciences sociales**. n. 189, 2011, p. 72-99.

LAFER, Inês Mindlin. Filantropia familiar no Brasil. **Revista Sur**, v. 12, n. 21, 2015, p. 1-6.

LAGROYE, Jacques. Avant-propos. Les processus de politisation. In: \_\_\_\_\_ (org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003, p. 359-372.



\_\_\_\_\_; FRANÇOIS, Bastien; SAWICKI, Frédéric. **Sociologie politique**. Paris: Dalloz, Presses de Sciences Po, 2012.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

\_\_\_\_\_. Mídia, denunciismo e política: nova espiral da velha novela moral brasileira. **Democracia viva**, n. 32, 2006, p. 8-14.

LE BART, Christian. L’héritage dans la compétition. In: PATRIAT, C. & PARODI, J.-L. (Orgs.). **L’Hérité en politique**. Paris: Economica, 1992, p. 187-198.

LEBARON, Frédéric. O campo dos economistas franceses no fim dos anos 90: lutas de fronteira, autonomia e estrutura. **Mana**. vol. 7, n. 1, 2001, p. 09-29.

LEITÃO, Matheus. **Em nome dos pais**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

LEITÃO, Miriam. **Convém sonhar**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LEITÃO, Uriel de Almeida. **Testemunho de fé**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1992.

LEMIEUX, Cyril. Heurs et malheurs du journalisme d’investigation en France. In: DELPORTE, Christian; PALMER, Michael; RUELLAN, Denis (Eds.). **Presse à scandale, scandale de presse**. Paris: L’Harmattan, 2001a, p. 85-96.

\_\_\_\_\_. Les formats de l’égalitarisme: transformations et limites de la figure du journalisme-justicier dans la France contemporaine. **Quaderni**, n. 45, 2001, p. 53-68.

LÉVÊQUE, Sandrine. L’entrée en politique: bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la “réussite” politique en France. **Politix**, n. 35, 1996, p. 171-187.

\_\_\_\_\_. **Les journalistes sociaux**. Histoire et sociologie d’une spécialité journalistique. Rennes: PUR, 2000.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: \_\_\_\_\_. RUELLAN, Denis (orgs.). **Journalistes engagés**. Rennes: PUR, 2010, p. 9-16.

\_\_\_\_\_. RUELLAN, Denis (Orgs.). **Journalistes engagés**. Rennes: PUR, 2010.

\_\_\_\_\_. Femmes, féministes et journalistes: les rédactrices de La Fronde à l’épreuve de la professionnalisation journalistique. **Le temps des médias**, n. 12, 2009, p. 41-53.

LIMA, João Gilberto do Nascimento. **Diversificação de papéis e divisão do trabalho político especializado: análise a partir de uma “família de políticos” do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 270 p., 2012.

\_\_\_\_\_. Agir pelo jornalismo: do engajamento profissional à “defesa intransigente dos direitos humanos”. **Revista Debates**, v. 12, n. 3, 2018, p.87-106.

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCHETTI, Dominique. Le “journalisme d’investigation”. Genèse et consécration d’une spécialité journalistique. In: BRIQUET, Jean-Louis ; GARRAUD, Philippe (orgs.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 167-191.

\_\_\_\_\_. Les sous-champs spécialisés du journalisme. **Réseaux**, n. 111, 2002, p. 21-55.

\_\_\_\_\_. Les ajustements du marché scolaire au marché du travail journalistique. **Hermès**, n. 35, 2003, p. 81-89.

\_\_\_\_\_. **Quand la santé devient médiatique: les logiques de production de l’information dans la presse**. Grenoble: PUG, 2010.

MATHIEU, Lilian. Repères pour une sociologie des croisades morales. **Déviance et Société**, vol.29, n. 1, 2005, p. 3-12.

\_\_\_\_\_. Croisades morales. In: FILLIEULE, Olivier. **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Paris: Presses de Sciences Po., 2009, p. 167-173.

MATONTI, Frédéric; POUPEAU, Franck. O capital militante. Uma tentativa de definição. **Plural**, n. 13, 2006, p. 127-133.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008.

MEDVETZ, Thomas. Les think tanks aux États-Unis. L’emergence d’un sous-espace de production des savoirs. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 176-177, 2009, p. 82-93.

MELO, José Marques de; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Perfis de jornalistas**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo/FTD, 1991.

MELO, Seane Alves. **Jornalismo investigativo: um jornalismo independente? 7º Congresso dos Estudantes de Pós-Graduação em Comunicação**. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_; GOMES, Mayra Rodrigues. Atentados à liberdade de expressão? Uma análise dos casos de violência contra jornalistas no Brasil. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 11, n. 1, 2014, p. 89-103.

\_\_\_\_\_. **Discursos e práticas: um estudo do jornalismo investigativo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_; MONTEIRO, Lieli Loures Malard. Os mitos sobreviventes de Watergate e suas implicações no jornalismo investigativo atual. **Leituras do Jornalismo**, ano 2, n. 03, 2015, p. 125-140.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MIGUEL, Luís Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, n. 19, 2008, p. 250-273.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, 2017, p. 367-379.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 79, 2018, p. 195-216.

MORENO, Rosangela Carrilo; ALMEIDA, Ana Maria F. “Isso é política, meu!” Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), 2009, 59-76.

MUSELLA, Luigi. La classe politique en jugement. Tangentopoli et la critique de la politique en Italie. In: BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 89-101.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

NASSER, David. **João sem medo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

NAVES, Nilson. Imprensa investigativa: sensacionalismo e criminalidade. **Revista CEJ**, n. 20, 2003, p.6-8.

NETTO, Vladimir. **Lava Jato**: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NUNES, Angelina Silva. Jornalismo, o prazer o ofício. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (Orgs.). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica**: fronteiras. Florianópolis: Insular, 2011, p. 23-39.

\_\_\_\_\_. **O dilema do boneco cidadão**: o papel da imprensa popular é ser fiscal ou aliada da prefeitura do Rio? Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 127 f., 2015.

OFFERLÉ, Michel. Usages et usure de l'héritage en politique. **Revue Française de Science Politique**. n. 5, 1993, p. 850-856.

\_\_\_\_\_. Entrées en politique. **Politix**, vol. 9, n. 35, 1996, p. 3-5.

\_\_\_\_\_. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris: Montchrestien, 1998.

\_\_\_\_\_. Professions et profession politique. In: \_\_\_\_\_. (org.). **La profession politique. XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999, p. 7-35.

\_\_\_\_\_. Groupes d'intérêt(s). In: FILLIEULE, Olivier *et al.* **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Paris: Presses de Sciences Po, 2009, p. 279-286.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 102-128.

\_\_\_\_\_. “A arte de resistir às palavras”: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 141-178.

PADIOLEAU, Jean-G. Système d'interaction et rhétoriques journalistiques. **Sociologie du travail**, n. 18, 1976, p. 256-282.

PAULINO, Fernando Oliveira; XAVIER, Aline Cristina Rodrigues. Jornalismo sem fins lucrativos: transição, sustentabilidade e independência. **Revista Comunicação Midiática**. Bauru-SP, v. 10, n. 1, p. 154-168, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/575>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEDROSO NETO, Antonio José. O espaço dos jornalistas da economia brasileiros: gerações, origem social e dinâmica profissional. **Repocs**, v. 12, n. 23, 2015, p. 133-152.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. **Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.

PETRARCA, Fernanda Rios. “**O jornalismo como profissão**”: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**. n. 13, 2008a, p. 311-329.

\_\_\_\_\_. Atuação profissional, recursos militantes e lógicas de engajamento no jornalismo ambiental no Rio Grande do Sul. **Comunicação & Política**, v. 26, n. 3, 2008b, p. 27-54.

\_\_\_\_\_. Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. **Tomo**, n. 13, 2008c, p. 169-200.

\_\_\_\_\_. Construção do Estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia e Política**, v. 18, 2010, p. 81-94.

\_\_\_\_\_. Esfera política e processos de consolidação dos saberes profissionais. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 103-140.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Voyage en grande bourgeoisie**. Journal d'enquête. Paris: PUF, 1997.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**. 2007, n. 18, p. 22-37.

POLLAK, Michael. **L'expérience concentrationnaire**. Essai sur le maintien de l'identité sociale. Paris: Métailié, 1990.

\_\_\_\_\_. Paul F. Lazarsfeld: fundador de uma multinacional científica. **Política & Sociedade**, vol. 17, n. 38, 2018, p. 94-134.

PRECHT, Anna Liza de Freitas e. **Para conhecer o mundo além das notícias**: um breve estudo sobre o jornalismo investigativo no Brasil. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

PRÊMIO JABUTI: 50 anos. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

PROTESS, David L. *et al.* **The journalism of outrage**: investigative reporting in America. New York: The Guilford Press, 1991.

QUEIROZ, Rachel de. Prefácio. In: NASSER, David. **João sem medo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, p.7-11.

REIS, Eliana Tavares dos. A “arte” da intervenção política: carreiras e destinos de protagonistas que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 61-83.

\_\_\_\_\_. Saberes em movimento: transações entre “intelectuais”, definições de ciências sociais e a “política”. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 21-74.

\_\_\_\_\_; GRILL, Igor Gastal. Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. **Tomo**. n. 13, 2008, p. 127-168.

\_\_\_\_\_; PETRARCA, Fernanda Rios. Profissões e espaços da política: as potencialidades de uma agenda de pesquisa. **Repocs**, v. 12, n. 23, 2015, p. 11-18.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, n. 31, 2003, p. 147-160.

RIBEIRO, Belisa. **Bomba no Riocentro**. Rio de Janeiro: Sisal, 1999.

RIEFFEL, Rémy. **L'élite des journalistes**. Les hérauts de l'information. Paris: PUF, 1984.

RIUTORT, Philippe. **Compêndio de sociologia**. São Paulo: Paulus, 2008.

ROCHA, Cesar Asfor. Editorial. **Revista CEJ**, n.20, 2003, p. 5.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROUSSEL, Violaine. Les magistrats dans les scandales politiques en France. Logiques d'action et jeux judiciaires locaux. In: BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe (Dir.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 69-86.

\_\_\_\_\_. **Affaires de juges**: les magistrats dans les scandales politiques en France. Paris: La Découverte, 2002.

\_\_\_\_\_. Scandale. In: FILLIEULE, Olivier *et al.* **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Paris: Presses de Sciences Po, 2009, p. 484-489.

SABATO, Larry J. **Feeding frenzy**: how attack journalism has transformed American politics. New York: The Free Press, 1993.

SAINT MARTIN, Monique de. A nobreza em França: a tradição como crença. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 20, 1992, p. 148-162.

\_\_\_\_\_. **L'espace de la noblesse**. Paris: Métailié, 1993.

\_\_\_\_\_. Uma "boa" educação. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº66, 1999, p. 104-122.

SAWICKI, Frédéric. Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique. In: OFFERLÉ, Michel. **La profession politique**. XIXe-XXe siècles. Paris: Belin, 1999, p.135-163.

\_\_\_\_\_. Les temps de l'engagement. A propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. In: LAGROYE, Jacques (Dir.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003, p. 123-146.

\_\_\_\_\_; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 200-255.

SEIDL, Ernesto. Entrando no mundo da Igreja: o estudo de elites eclesiásticas. In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 19-42.

\_\_\_\_\_. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pró-posições**, v. 20, n. 2, 2009, p. 21-39.

\_\_\_\_\_. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: \_\_\_\_\_; GRILL, Igor Gastal (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 179-226.

\_\_\_\_\_; GRILL, Igor Gastal. A política como objeto de estudo das ciências sociais. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 7-20.

SCHUDSON, Michael. **Watergate in american memory: how we remember, forget and reconstruct the past**. New York: Basic Books, 1993.

\_\_\_\_\_. Watergate and the press. In: \_\_\_\_\_. **The power of news**. Cambridge: Harvard University Press, 1995, p. 142-165.

\_\_\_\_\_. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Notes on scandal and the Watergate legacy. **American Behavioral Scientist**, vol.47, n. 9, 2004, p. 1231-1238.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. Jornalismo investigativo, novos desafios. **Revista Imes**, 2004.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SILVA, Eduardo Gomes. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1990.

\_\_\_\_\_. **Correspondente internacional**. São Paulo: Contexto, 2011.

SIMÃO, Guilherme de Oliveira. Como financiar o jornalismo investigativo: o caso das organizações sem fins lucrativos. Um estudo de caso sobre a Agência Pública. **II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo**, 2015.

SIMÉANT, Johanna. Transnationalisation/internationalisation. In: FILLIEULE, Olivier *et al.* **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Paris: Presses de Sciences Po, 2009, p. 554-564.

SOURP-TAILLARDAS, Marie-Laure. Un travail de conversion au journalisme. Désengagement militant des journalistes politiques de presse écrite généraliste: le cas des *rubricards* Front National. In: LÉVÊQUE, Sandrine; RUELLAN, Denis (orgs.). **Journalistes engagés**. Rennes: PUR, 2010, p. 73-90.

SOUZA, Candice Vidal e. **Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SOUZA, Percival de. **Narcoditadura: o caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil.** São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOGNOLLI, Claudio Julio. Rosental e o novo modelo midiático. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (Orgs.). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica: fronteiras.** Florianópolis: Insular, 2011, p. 61-70.

TOLEDO, José Roberto de. Reportagem Assistida por Computador (RAC) e jornalismo investigativo. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (Orgs.). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica: fronteiras.** Florianópolis: Insular, 2011, p. 15-22.

TRÄSEL, Marcelo. **Entrevistando planilhas: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil.** Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas.** São Paulo: Summus Editorial, 1992.

VAUCHEZ, Antoine. Parler d'expérience(s). La formation d'un nouveau modèle d'excellence judiciaire dans la lutte contre la criminalité organisée en Italie. In: BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe (Dir.). **Juger la politique.** Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 45-67.

VECHIOLLI, Virginia. Redes transnacionales y profesionalización de los abogados de derechos humanos en la Argentina. In: SANTAMARÍA, Angela; \_\_\_\_\_ (Eds.). **Derechos humanos en América Latina: mundialización y circulación internacional del conocimiento experto jurídico.** Bogotá: Editorial, Universidad del Rosario, 2008, p. 31-62.

VIANA, Natalia. O Wikileaks e as batalhas digitais de Julian Assange. In: ASSANGE, Julian (et al.). **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet.** São Paulo: Boitempo, 2013, p. 9-18.

WACQUANT, Loïc. J.D.; CALHOUN, Craig J. Interesse, racionalidade e cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 15, 1991, p. 76-100.

WAGNER, Anne-Catherine. Point de vue local, point de vue international. Une enquête auprès de la bourgeoisie d'affaires étrangère en France. **Journal des anthropologues**, n. 53-54-55, 1994, p. 49-58.

\_\_\_\_\_. **Les nouvelles élites de la mondialisation.** Une immigration dorée en France. Paris: PUF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Les classes sociales dans la mondialisation.** Paris: La Découverte, 2007.



\_\_\_\_\_ ; RÉAU, Bertrand. Le capital international: un outil d'analyse de la reconfiguration des rapports de domination. In: SIMÉANT, Johanna (Dir.). **Guide de l'enquête globale en sciences sociales**. Paris: CNRS Éditions, 2015, p. 33-46.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog journalism in South America: news, accountability, and democracy**. New York: Columbia University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Por qué la democracia necesita del periodismo de investigación. **Sala de Prensa**, n. 32, 2001.

WEBER, Luiz Alberto. **Capital social e corrupção política nos municípios brasileiros: o poder do associativismo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2006.

WEBER, Max. Le métier et la vocation d'homme politique. In: \_\_\_\_\_. **Le savant et le politique**. Paris: Plon, 1959, p. 109-201.

\_\_\_\_\_. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Lua Nova**, n. 55-56, 2002, p. 185-194.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: **Antropologia e poder: contribuições de Eric. R. Wolf**. RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman (Orgs.). Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 93-114.

## ANEXOS

### I Roteiro básico de entrevistas

#### 1) Identificação

- Nome;
- Data de nascimento;
- Locais de nascimento e de residência;
- Estado civil;

#### 2) Origens sociais

- Você poderia descrever as suas origens familiares por parte paterna e materna (atividades as quais se dedicavam, suas principais características, município em que habitavam, etc.)?
- Qual a formação escolar do seu pai e da sua mãe (1º grau e 2º grau)? Em que período? Em qual município? Com que idade se formaram?
- Qual a formação universitária do seu pai e da sua mãe (graduação, pós-graduação)? Em que período? Em qual município? Com que idade se formaram?
- Em que instituições concluíram as formações escolar e universitária? Eram públicas ou privadas? Se privadas, os estudos foram realizados com recursos próprios ou com bolsa? Precisaram trabalhar para concluir a formação?
- Qual a profissão do seu pai?
- Qual a profissão da sua mãe?
- Qual a profissão do seu cônjuge?
- Você tem irmãos? Quantos e quais são suas formações? Em que instituições fizeram tal formação? Em instituições públicas ou privadas?
- Algum membro da sua família exerce ou exerceu o jornalismo? Em caso de resposta positiva, você poderia informar o nome dos parentes e o grau de parentesco?
- Algum membro da sua família participou ou participa de alguma entidade, associação ou grupo (seja de ordem religiosa, social, política, etc.)? Se sim, de que forma (como simpatizante, militante, etc.)?
- Algum membro da sua família exerce ou exerceu funções políticas ou de liderança? Em caso de resposta positiva, você poderia informar o nome dos parentes e o grau de parentesco?
- Você se identifica com alguma religião? Em caso da resposta positiva: Com que periodicidade frequenta os cultos, rituais, etc.?

#### 3) Trajeto escolar

- Qual é o seu grau de escolarização?
- Em quais instituições de ensino o Sr.(a) estudou (ensino fundamental, médio e superior)? As instituições eram públicas ou privadas? Se privadas, os estudos foram realizados com recursos próprios ou com bolsa? Em que município? Em que ano terminou o curso superior?
- Você possui pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)? Se sim, em que área e em qual instituição? Quando concluiu essa formação complementar?
- Você fez vestibular para outro curso? Se sim, qual?
- Você ingressou e/ou concluiu algum outro curso de graduação? Se sim, qual?
- Você precisou trabalhar para concluir a formação escolar e universitária? Se sim, em que trabalhou?

#### 4) Trajeto profissional

- Que ocupações você já teve ou tem (seja dentro ou fora do jornalismo)?
- O que levou você a escolher o jornalismo como profissão?
- Em que ano você ingressou na profissão?
- Você exerceu ou exerce alguma outra atividade (remunerada ou não) paralela ao exercício do jornalismo? Ou se dedica integralmente à profissão?
- Que funções já desempenhou no jornalismo?
- Que atividades jornalísticas exerce atualmente?
- Você participa ou participou de alguma entidade (sindicato, associação, etc.) ligada ao jornalismo? Se sim, você ocupa ou ocupou algum cargo ou função? Se não participa, por quê?
- Você já conquistou ou concorreu a algum prêmio em função da sua atuação profissional? Se sim, quais?

#### 5) Trajeto político

- Você participa ou participou de movimento estudantil (grêmio, centro acadêmico, diretório de estudantes)? Se sim, como ocorreu tal participação? O que o levou a essa participação? Você se enquadrava como simpatizante ou militante?
- Você participa ou participou de movimentos sociais, ONGs ou grupos destinados a resolução de problemas sociais (direitos humanos, meio-ambiente, movimento negro, entre outros)? Em caso de resposta positiva, quando e como ocorreu tal participação? O que o levou até esses movimentos ou grupos? É uma participação anterior, posterior, ou simultânea ao período de entrada e exercício do jornalismo? Como se enquadra, como simpatizante ou militante?
- Você já exerceu algum tipo de função política e/ou de liderança (seja dentro ou fora da profissão)?
- Você participa ou participou de grupos religiosos ou filosóficos? Se sim, como era essa participação? Que atividades desempenhava nesses grupos?
- Você participa ou participou de partidos políticos? Se sim, quais partidos e períodos? O que o levou a essa participação? Como se enquadrava nessas agremiações, como simpatizante ou militante?

#### 6) Concepções sobre a atividade profissional

- O que é ser jornalista? O que implica o trabalho jornalístico?
- Para você, qual a função do jornalismo na sociedade?
- Como você vê o momento atual do jornalismo (os principais debates, os principais desafios, os confrontos...)?
- Na sua opinião, quais critérios definem um bom jornalista, de modo geral?
- Você considera necessária a formação acadêmica em jornalismo para exercer essa atividade (obrigatoriedade do diploma...)?
- Você acredita que o seu exercício profissional possui uma dimensão ou papel social e/ou político?
- Na sua opinião, o que define o jornalismo investigativo e quais as suas especificidades em relação a outros modos de fazer jornalismo?
- Você faz alguma leitura do jornalismo investigativo no Brasil?
- De modo mais específico, quais qualidades ou atributos um jornalista investigativo deve possuir?
- Na sua opinião, existe alguma relação entre jornalismo investigativo e democracia?

- Como você pensa e trabalha a questão da relação do jornalista com as fontes?
- Como você vê os efeitos das pressões econômicas/comerciais e/ou políticas sobre o trabalho jornalístico?

#### 7) Questões para os membros da ABRAJI

- Em que contexto surgiu a ABRAJI? Quais as intenções com a criação dessa associação profissional? Como se deu a sua participação nesse processo?
- Como você chegou à ABRAJI?
- Como foi a sua gestão à frente da ABRAJI? Que tipo de trabalho foi feito ou priorizado? (ex-presidentes)
- Você faz parte atualmente do conselho curador da ABRAJI. Em que consiste esse conselho? Quais as atribuições dos seus membros? (Ex-presidentes)
- Você faz parte atualmente da diretoria da ABRAJI. Qual a sua função na instituição, mais especificamente? (Diretores)

#### 8) Questões para os membros da Agência Pública

- Como se deu o processo de criação da Agência Pública? Quais as intenções desse projeto?
- Como você chegou à Agência Pública?
- Por que a ênfase da Agência em questões como “a defesa intransigente dos direitos humanos”, como diz a apresentação da Agência Pública no *site*?
- Ainda na apresentação da Agência no *site*, consta a ideia de que a Pública produz “reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público”. O que define o interesse público, para você, que um fato merece uma reportagem ou não?
- O que significa falar em jornalismo independente (ou alternativo) e em renovação do jornalismo?
- Você poderia falar um pouco sobre as formas de financiamento da Agência?
- Quais as eventuais parcerias que a Pública possui com outros veículos jornalísticos? Como elas se dão?
- Como se opera a divisão das pautas entre os repórteres da Agência? Existem profissionais especializados em determinados tipos de assuntos? Se sim, por quê?
- Como se formaram os vínculos com os membros do conselho consultivo da Agência?

## II Total de entrevistas realizadas<sup>258</sup>

1. Alana Roriz Rizzo Lobo (repórter da revista *Época*, na sucursal de Brasília, e diretora da ABRAJI), realizada em um shopping (Brasília, em 14/10/2016).
2. Ana Aranha (repórter e coordenadora da área de jornalismo da ONG Repórter Brasil), realizada na sede da ONG (São Paulo, em 22/01/2016).
3. Ana Laura Diniz de Souza (repórter e sócia-fundadora do JOTA, vice-presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, e ex-gerente da ABRAJI), realizada na sede do JOTA (São Paulo, em 09/11/2016).
4. Andrea Di Profio Moretoni (repórter da Agência Pública de Jornalismo Investigativo), realizada na sede da agência (São Paulo, em 10/11/2015).
5. Andrei Meireles de Almeida (repórter de política do portal Os Divergentes), realizada em sua residência (Brasília, em 25/11/2016).
6. Andreza Matais (editora da “Coluna do Estadão”, do jornal O Estado de S.Paulo, na sucursal de Brasília), realizada em um café (Brasília, em 16/11/2016).
7. Angelina Nunes (docente da ESPM-Rio e ex-presidente da ABRAJI), realizada na ESPM-Rio (Rio de Janeiro, em 14/03/2016).
8. Antonio Correia de Melo Gois (colunista de educação do jornal O Globo), realizada em um café (Rio de Janeiro, em 07/12/2016).
9. Audálio Ferreira Dantas (ex-presidente da FENAJ, ex-deputado federal, e ex-repórter da revista Realidade), realizada em sua residência (São Paulo, em 28/06/2016).
10. Bruno Lupion Gonçalves (repórter do Nexo), realizada em um café (Brasília, em 05/10/2016).
11. Bruno Paes Manso (jornalista da Ponte Jornalismo), realizada na sua residência (São Paulo, em 22/06/2016).
12. Carlos Alberto de Azevedo (jornalista *freelancer* e um dos fundadores da Revista Realidade e do jornal Movimento), realizada em sua residência (São Paulo, em 26/01/2016).
13. Carlos Juliano Barros (repórter e documentarista da ONG Repórter Brasil), realizada em um café (São Paulo, em 04/11/2016).
14. Carlos Wagner (ex-repórter especial do jornal Zero Hora e blogueiro), realizada em sua residência (Porto Alegre, em 16/02/2016).
15. Ciro Santos Faria de Barros (repórter da Agência Pública de Jornalismo Investigativo), realizada na sede da agência (São Paulo, em 29/01/2016).

---

<sup>258</sup> As colocações profissionais apresentadas referem-se àquelas ocupadas no momento de realização das entrevistas.

16. Clarinha Glock (jornalista *freelancer* e ex-membro da Sociedade Interamericana de Imprensa), realizada em um café (Porto Alegre, em 24/03/2016).
17. Claudia Antunes (assessora de imprensa da ONG Médicos Sem Fronteiras), realizada em um café (Rio de Janeiro, em 21/03/2016).
18. Claudia Granja Belfort (jornalista da Ponte Jornalismo e documentarista), realizada em um café e um parque (São Paulo, em 26/10/2016).
19. Cláudio Weber Abramo (vice-presidente da ONG Transparência Brasil), realizada em sua residência (São Paulo, em 28/10/2016).
20. Cristina Tardáguila Ferreira (diretora da Agência Lupa), realizada na sede da agência (Rio de Janeiro, em 21/03/2016).
21. Daniel Bramatti (repórter do jornal O Estado de S.Paulo e diretor da ABRAJI), realizada na sede do jornal (São Paulo, em 16/06/2016).
22. Daniela Fernandes José Arbex Soares (repórter especial do jornal Tribuna de Minas e ex-diretora da ABRAJI), realizada na universidade Anhembi-Morumbi (São Paulo, em 25/06/2016).
23. Diego Escosteguy Zero (editor-chefe da revista Época), realizada na redação da revista (São Paulo, em 14/11/2016).
24. Dimmi Barbosa Amora (repórter do jornal Folha de S.Paulo, na sucursal de Brasília, e diretor da ABRAJI), realizada em um café (Brasília, em 07/10/2016).
25. Domingos João Meirelles (presidente da Associação Brasileira de Imprensa), realizada na sede da ABI (Rio de Janeiro, em 07/12/2016).
26. Edson Sardinha de Souza (editor-executivo e repórter do site Congresso em Foco), realizada na redação do veículo (Brasília, em 24/11/2016).
27. Eduardo Nunes Militão (repórter do jornal Correio Braziliense), realizada em um café (Brasília, em 21/11/2016).
28. Elvira Lobato de Araújo (ex-repórter especial do jornal Folha de S.Paulo), realizada em sua residência (Rio de Janeiro, em 18/03/2016).
29. Eumano Silva (ex-repórter e ex-editor-chefe da revista IstoÉ, ex-editor-chefe do jornal Correio Braziliense, da revista Veja Brasília e ex-reporter especial da revista Época), realizada em um café (Brasília, em 28/11/2016).
30. Evandro Guimaro Spinelli (diretor da FSB Comunicação, fundador e ex-diretor da ABRAJI), realizada em um café (São Paulo, em 08/11/2016).
31. Fabiana Moraes (professora da UFPE e diretora da ABRAJI), realizada em um hotel (São Paulo, em 23/06/2016).

32. Fábio França de Gusmão (editor do jornal Extra Online), realizada na redação do jornal (Rio de Janeiro, em 03/12/2016).
33. Fábio Moreira Fabrini (repórter do jornal O Estado de S.Paulo, na sucursal de Brasília), realizada em um restaurante (Brasília, em 15/10/2016).
34. Fausto Salvadori Filho (jornalista da Câmara Municipal de São Paulo e da Ponte Jornalismo), realizada em sua residência (São Paulo, em 29/10/2016).
35. Felipe Recondo Freire (repórter e sócio-fundador do JOTA), realizada em um café (Brasília, em 22/11/2016).
36. Felipe Aníbal (repórter do jornal Gazeta do Povo), realizada na redação do jornal (Curitiba, em 12/12/2016).
37. Fernando Molica (colunista do jornal O Dia e diretor da ABRAJI), realizada na redação do jornal (Rio de Janeiro, em 16/03/2016).
38. Filipe Thadeu Coutinho Lázaro Furtado (repórter da revista Época, na sucursal de Brasília), realizada em um café (Brasília, em 06/10/2016).
39. Francisco Otávio Archila da Costa (repórter do jornal O Globo e ex-vice-presidente da ABRAJI), realizada em um café (Rio de Janeiro, em 22/03/2016).
40. Guilherme Alpendre (secretário-executivo da ABRAJI), realizada na sede da associação (São Paulo, em 27/01/2016).
41. Guilherme Jardim Duarte (“cientista de dados” do Estadão Dados), realizada em um café (São Paulo, em 01/11/2016).
42. Humberto Trezzi (repórter especial do jornal Zero Hora), realizada na redação do jornal (Porto Alegre, em 08/02/2016).
43. Jéssica Campos da Mota (repórter da Agência Pública de Jornalismo Investigativo), realizada na sede da agência (São Paulo, em 11/11/2015).
44. João Antonio Barros (assessor de imprensa da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro), realizada na sede da secretaria (Rio de Janeiro, em 18/03/2016).
45. João Paulo Charleaux Roque (repórter do Nexo), realizada na sua residência (São Paulo, em 13/06/2016).
46. Jorge Antonio Barros (assessor de imprensa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), realizada no TJ-RJ (Rio de Janeiro, em 06/12/2016).
47. José Carlos Amaral Kfourri (blogueiro do portal UOL e comentarista da rádio CBN e da ESPN Brasil), realizada em sua residência (São Paulo, em 14/06/2016).
48. José Cícero da Silva (fotógrafo e *videomaker* da Agência Pública de Jornalismo Investigativo), realizada na sede da agência (São Paulo, em 13/11/2015).

49. José Fernando Rodrigues (colunista e blogueiro de política no portal UOL, membro do ICIJ, do GIJN, e ex-presidente da ABRAJI), realizada em seu escritório (Brasília, em 13/10/2016).
50. José Roberto de Toledo Rosário (colunista e blogueiro do jornal O Estado de S.Paulo, coordenador do Estadão Dados e ex-presidente da ABRAJI), realizada na sede do jornal (São Paulo, em 16/06/2016).
51. Josmar Jozino da Silva (jornalista colaborador da Ponte Jornalismo e autor de livros-reportagem), realizada em um café (São Paulo, em 08/11/2016).
52. Juliana Schwartz Dal Piva (repórter da Agência Lupa), realizada na Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, em 16/03/2016).
53. Kátia Cilene Brembatti (repórter e editora do jornal Gazeta do Povo e professora da Universidade Positivo), realizada na sede do jornal (Curitiba, em 09/12/2016).
54. Leonardo Mancini (coordenador acadêmico do curso de jornalismo investigativo da ESPM-Rio), realizada na ESPM-Rio (Rio de Janeiro, em 14/03/16).
55. Leonel Figueiredo Rocha (repórter e editor da revista Congresso em Foco), realizada na redação do Congresso em Foco (Brasília, em 13/10/2016).
56. Leonencio Nossa Júnior (repórter do jornal O Estado de S.Paulo, na sucursal de Brasília), realizada na sua residência (Brasília, em 08/10/2016).
57. Leonor Consuelo Sperotto Dieguez (repórter especial da revista Piauí), realizada na redação da revista (Rio de Janeiro, em 05/12/2016).
58. Leslie de Melo Barreira Leitão (repórter da revista Veja, na sucursal do Rio de Janeiro), realizada em um café (Rio de Janeiro, em 05/12/2016).
59. Letícia Boff Duarte (repórter especial do jornal Zero Hora e diretora da ABRAJI), realizada na redação do jornal (Porto Alegre, em 24/03/2016).
60. Lucas Freitas Ferraz Araújo (jornalista *freelancer* e ex-repórter do jornal Folha de S.Paulo), realizada em um café (São Paulo, em 28/10/2016).
61. Luciana Kraemer da Silva (professora da Unisinos e ex-diretora da ABRAJI), realizada em um café (Porto Alegre, em 24/10/2016).
62. Lucio Flávio Pereira Vaz (repórter *freelancer* e ex-repórter especial das sucursais em Brasília dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo e do jornal Correio Braziliense), realizada em um café (Brasília, em 10/10/2016).
63. Luís Antônio Aguiar da Costa Pinto (consultor e vice-presidente do grupo PPG), realizada em sua residência (Brasília, em 25/11/2016).
64. Luiz Alberto Weber (diretor da sucursal de Brasília da revista Época), realizada na redação da sucursal (Brasília, em 10/10/2016).



65. Luiz Alcides Teixeira Martins (repórter da Rádio Gaúcha), realizada na sede da rádio (Porto Alegre, em 25/10/2016).
66. Luiz Cláudio Fontoura da Cunha (secretário de comunicação do CNJ), realizada na sede do CNJ (Brasília, em 17/11/2016)
67. Marcelo Beraba (diretor das sucursais do jornal O Estado de S.Paulo no Rio de Janeiro e em Brasília e ex-presidente da ABRAJI), realizada na redação da sucursal (Rio de Janeiro, em 15/03/2016).
68. Marcelo Damato (ex-repórter especial da Folha de S.Paulo e ex-editor do jornal Lance!), realizada em um café (São Paulo, em 19/06/2016).
69. Marcelo Moreira (editor da TV Globo e ex-presidente da ABRAJI), realizada na TV Globo (Rio de Janeiro, em 15/03/2016).
70. Marcelo Ruschel Träsel (professor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS e diretor da ABRAJI), realizada em um café (Porto Alegre, em 24/10/2016).
71. Marcelo Soares da Silva (ex-repórter da Folha de S.Paulo, membro do ICIJ e um dos fundadores da ABRAJI), realizada em um café (São Paulo, em 27/06/2016).
72. Maria Águida Menezes Aguiar (editora-adjunta de política do jornal O Globo), realizada na redação do jornal (Rio de Janeiro, em 06/12/2016).
73. Maria Carolina Trevisan (repórter e fundadora do Jornalistas Livres), realizada em um café (São Paulo, em 29/01/2016).
74. Maria Rosa Costa (ex-repórter do Correio Braziliense e das sucursais em Brasília dos jornais O Globo e O Estado de S.Paulo), realizada em um café (Brasília, em 12/10/2016).
75. Mário Magalhães (ex-repórter especial e ex-ombudsman do jornal Folha de S.Paulo e blogueiro do portal UOL), realizada em seu escritório (Rio de Janeiro, em 07/12/2016).
76. Marina Amaral (diretora da Agência Pública de Jornalismo Investigativo), realizada na sede da agência (São Paulo, em 29/01/2016).
77. Marina Dias (coordenadora de comunicação da Agência Pública de Jornalismo Investigativo), realizada na sede da agência (São Paulo, em 10/11/2015).
78. Marina Iemini Atoji (gerente-executiva da ABRAJI e secretária-executiva do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas), realizada na sede da associação (São Paulo, em 17/06/2016).
79. Mateus Marcel Netzel (repórter e editor-assistente do portal Poder360), realizada em um café (Brasília, em 24/11/2016).
80. Matheus Leitão Netto (blogueiro de política do portal de notícias G1), realizada em um café (Brasília, em 18/11/2016).

81. Mauri König (ex-repórter do jornal Gazeta do Povo e professor da Uninter), realizada na Uninter (Curitiba, em 08/12/2016).
82. Maurício Bozzi Tonetto (ex-repórter do jornal Zero Hora e repórter investigativo do jornal Pioneiro), realizada na PUC-RS (Porto Alegre, em 05/07/2016).
83. Mauricio Moraes e Silva (editor da Agência Pública de Jornalismo Investigativo), realizada na sede da agência (São Paulo, em 28/01/2016).
84. Natalia Viana Rodrigues (diretora da Agência Pública de Jornalismo Investigativo), realizada na sede da agência (São Paulo, em 28/01/2016).
85. Palmério Dória (jornalista “independente” e autor de livros-reportagem), realizada em sua residência (São Paulo, em 26/01/2016).
86. Paulo Henrique Ignácio Saldaña (repórter de educação do jornal Folha de S.Paulo), realizada em um bar (São Paulo, em 07/11/2016).
87. Paulo Totti (coordenador de imprensa do CNJ), realizada na sede do CNJ (Brasília, em 24/11/2016).
88. Raimundo Rodrigues Pereira (diretor da Manifesto Editora e das revistas Reportagem e Retratos do Brasil), realizada em sua residência (Brasília, em 21/11/2016).
89. Ricardo Kotscho (comentarista de política da Record News e repórter especial da revista Brasileiros), realizada em sua residência (São Paulo, em 03/11/2016).
90. Roberto Fernandes de Souza (comentarista de política da TV Gazeta), realizada em sua residência (São Paulo, em 21/06/2016 e 22/06/2016).
91. Rodrigo de Luiz Brito Vianna (repórter da Rede Record e autor do blog Escrevinhador), realizada na sede da emissora (São Paulo, em 14/11/2016).
92. Rodrigo Miranda Burgarelli (repórter do Estadão Dados), realizada em um café (São Paulo, em 31/10/2016).
93. Rosental Calmon Alves (diretor do Knight Center for the Journalism in the Americas e professor da Universidade do Texas), realizada na universidade Anhembi-Morumbi e em um hotel (São Paulo, em 25/06/2016).
94. Rubens Valente Soares (repórter do jornal Folha de S.Paulo, na sucursal de Brasília), realizada em um café (Rio de Janeiro, em 18/03/2016).
95. Solano dos Santos Nascimento (professor-adjunto da Universidade de Brasília), realizada na Faculdade de Comunicação da UnB (Brasília, em 11/10/2016).
96. Tainã Nalon Xavier (sócia-fundadora e editora-executiva do Aos Fatos), realizada em um café (Rio de Janeiro, em 01/12/2016).

97. Tatiana Merlino Dias de Almeida (repórter da Ponte Jornalismo), realizada em um café (São Paulo, em 09/11/2016).
98. Thiago do Prado Afonso (editor de política da revista Veja, na sucursal do Rio de Janeiro), realizada na redação da sucursal (Rio de Janeiro, em 02/12/2016).
99. Thiago Herdy Lana (repórter do jornal O Globo e atual presidente da ABRAJI), realizada em um café (São Paulo, em 27/01/2016).
100. Tiago Aguiar (estagiário e gerenciador de redes sociais da Agência Pública de Jornalismo Investigativo), realizada na sede da agência (São Paulo, em 11/11/2015).
101. Tiago Vicentini Mali (coordenador de cursos da ABRAJI), realizada em uma padaria (São Paulo, em 27/06/2016).
102. Vera Araújo (repórter do jornal O Globo), realizada na redação do jornal (Rio de Janeiro, em 17/03/2016).
103. Vladimir de Almeida Leitão Netto (repórter da TV Globo), realizada em um café (Brasília, em 13/10/2016 e 14/10/2016).

### III Programação do 11º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo (Universidade Anhembi-Morumbi – São Paulo, 23 a 25 de junho de 2016)

#### Quinta-feira (23/06)

09h00-10h30

Local	Título	Participantes
Auditório	Livro-reportagem: alternativa para publicação de grandes investigações	Rubens Valente (Folha de S.Paulo), Vladimir Netto (TV Globo/ABRAJI), Thiago Herdy (O Globo/ABRAJI – moderador)
Sala 611	(Curso) Como cobrir crises humanitárias	Alessandra Vilas Boas (Médicos Sem Fronteiras), Claudia Antunes (Médicos Sem Fronteiras)
Sala 721	TCCs de jornalismo: a produção multimídia dos recém-formados	Brenno Souza, Melissa Lima e Natália Blanco (Metodista), Bruna de Faria (Universidade Federal de São João Del-Rei), Felipe Neves (PUC-SP), Letícia Duarte (Zero Hora/ABRAJI – moderadora)
Sala 723	O cérebro e a notícia: fatos, versões e interpretações	André Martins (EACH-USP), André Palmira (PUCRS), Marcelo Träsel (PUCRS/ABRAJI – moderador)
Sala 723-A	O uso de jornalismo de dados na cobertura criminal	Alexandre Hisayasu, Bruno Ribeiro e Felipe Resk (Estadão), Amanda Rossi (TV Globo), Clayton Pascarelli (Rede Amazônica/ABRAJI – moderador)
Sala 724	(Curso) Introdução à criminalística para jornalistas	Jesus Antonio Velho (Polícia Federal/FFLCRP-USP), Márcia Aiko Tsunoda (Polícia Federal)
Sala 726	Jornalismo e questões raciais	Cinthia Gomes (CBN/Cojira-SP), Fabiana Moraes (UFPE/ABRAJI), Juliana César Nunes (EBC/Cojira-DF)
Sala 727	Novas tecnologias de apuração e difusão	Bernardo Brandão (DGBB), Fábio Gusmão (Extra), Luís Fernando Bovo (Estadão), Angelina Nunes (ABRAJI)
Laboratório 730	(Curso) Ferramentas de big data para fazer reportagem	Andrey Tariki (HP)
Laboratório 733	(Curso) Raspagem de dados sem usar programação	Marco Túlio Pires (Escola de Dados)
Laboratório 734	(Curso) Investigação de gastos públicos (parte 1)	Gil Vastello Branco (Contas Abertas), Carlos Blener (Contas Abertas)

11h00-12h30

Local	Título	Participantes
Auditório	Profissão Repórter: 10 anos	Caco Barcellos (TV Globo), Caio Cavechini (TV Globo)

12h30-13h30

Local	Título	Participantes
Hall	(Lançamento) Lava Jato – O juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil	Vladimir Netto (TV Globo/ABRAJI)
Hall	(Sessão de autógrafos) Profissão Repórter 10 anos – Grandes aventuras, grandes coberturas	Caco Barcellos (TV Globo), Caio Cavechini (TV Globo)

14h00-15h30

Local	Título	Participantes
Auditório	Novas e melhores formas de cobrir educação: lançamento da Jeduca	Alejandra Meraz Velasco (Todos Pela Educação), Antonio Gois (O Globo/Jeduca), Daniel Cara (Campanha Nacional pelo Direito à Educação), Rodrigo Ratier (Nova Escola),

		Renata Cafardo (TV Globo/Jeduca – moderadora)
Sala 611	Inovação em TV: novas linguagens	Renee Castelo Branco (Globo News), Diógenes Muniz (Trip TV), Marcelo Moreira (TV Globo/ABRAJI – moderador)
Sala 721	TCCs de jornalismo: livros-reportagem dos recém-formados	Isadora Stentzler (Unasp), Jennifer Rodrigues (FIAM FAAM), Luiz Guilherme de Almeida (UFMG), Fabiana Moraes (UFPE/ABRAJI – moderadora)
Sala 723	(Curso) Etiqueta da entrevista: como agir diante da fonte	Gabriela Moreira (ESPN), Vladimir Netto (TV Globo/ABRAJI)
Sala 723-A	Nova mídia e mídia tradicional: um debate franco sobre a credibilidade da imprensa	Bruno Torturra (Fluxo), Dimmi Amora (Folha de S.Paulo), Fernando Lattman-Weltman (UERJ)
Sala 724	Relações do Brasil na África: a realidade em Angola	Eliza Capai, Natália Viana (Pública) e Raúl Mandela, Tatiana Farah (BuzzFeed)
Sala 726	Investigação em esporte com documentos públicos	Lúcio de Castro (Freelance), Rodrigo Mattos (UOL), Martín Fernandez (Globoesporte.com – moderador)
Sala 727	Como lidar com a cobertura política em clima de flá-flu: a experiência da Argentina e do Brasil	Daniel Santoro (Clarín), Fernando Rodrigues (UOL/ABRAJI), Alana Rizzo (Época/ABRAJI – moderadora)
Laboratório 730	(Curso) Conheça os hábitos de seu público: como medir audiência na web	Guilherme Paes (Google)
Laboratório 733	(Curso) Como usar mecanismos avançados de busca para pesquisar sobre políticos	Juliana Sakai (Transparência Brasil), Tiago Mali (ABRAJI)
Laboratório 734	(Curso) Investigação de gastos públicos (parte 2)	Gil Castello Branco (Contas Abertas), Carlos Blener (Contas Abertas)

16h30-18h00

Local	Título	Participantes
Auditório	(Sessão solene) Homenagem a Elvira Lobato e entrega do Prêmio ABRAJI a Alberto Dines	

**Sexta-feira (24/06)**

09h00-10h30

Local	Título	Participantes
Auditório	O jornalismo que queremos financiar	Graciela Selaimen (Ford Foundation), Maria Teresa Ronderos (Open Society Foundations), Sérgio Lüdtke (Interatores.com – moderador)
Sala 611	Como o jornalismo conseguiu andar lado a lado com a Lava Jato	Filipe Coutinho (Época), Flávio Ferreira (Folha de S.Paulo), Thiago Prado (Veja), Maiá Menezes (O Globo/ABRAJI – moderadora)
Sala 721	III Seminário de pesquisa em Jornalismo Investigativo	Priscila Cristina Ferreira e Karina Gomes Barbosa (UnB), Rose Mara Vidal de Souza e Fábio Josgrilberg, Verônica Rufino, Sandra Moura e Pedro Benevides, Rodrigo Daniel Silva, Marcelo Träsel (PUCRS/ABRAJI – moderador)
Sala 723	Negócios de políticos no Rio	André Caramante (TV Record/Ponte.org), Chico Otávio (O Globo), Angelina Nunes (ABRAJI – moderadora)
Sala 723-A	Checagem: como um fundamento da reportagem ganhou protagonismo	Cristina Tardáguila (Agência Lupa), Matías di Santi (Chequeado), Tai Nalon (Aos Fatos), Guilherme Amado (O Globo - moderador)
Sala 724	Jornalismo em quadrinhos	André Conti (Cia. Das Letras), Robson Vilalba (Gazeta do Povo), Piero Locatelli (Repórter Brasil - moderador)
Sala 724-A	Brasil, potência olímpica?	Andrew Parsons (Comitê Paralímpico Brasileiro),

		Juca Kfourri (CBN/ESPN/Folha de S.Paulo/UOL), Clayton Pascarelli (Rede Amazônica/ABRAJI - moderador)
Sala 726	Como as grandes empresas da internet veem o futuro do jornalismo	Jonas Oliveira (Twitter), Rodrigo Flores (UOL), Leandro Demori (Medium/ABRAJI - moderador)
Sala 727	Cobertura de desastres ambientais e as lições de Mariana	Avener Prado (Folha de S.Paulo), Fábio Almeida (RBSTV), Lucas Ferraz (Freelance), Fábio Oliva (Blog do Fábio Oliva/ABRAJI – moderador)
Laboratório 730	(Curso) SQL 1: como mexer em grandes bases de dados	Rodrigo Burgarelli (Estadão)
Laboratório 734	(Curso) RAC Básico 1: investigue usando bases de dados públicos	Tiago Mali (ABRAJI)

## 11h00-12h30

Local	Título	Participantes
Auditório	Liberdade de imprensa e expressão no Judiciário	Cármen Lúcia (Supremo Tribunal Federal), Miriam Leitão (CBN/Globo News/TV Globo)

## 14h00-15h30

Local	Título	Participantes
Auditório	Por trás do Panama Papers	Fernando Rodrigues (UOL/ABRAJI), José Roberto de Toledo (Estadão/ABRAJI), Marina W. Guevara (ICIJ), Rosental Calmon Alves (Knight Center)
Sala 611	Cobertura extrema: como escrever sobre terrorismo	Adriana Carranca (Estadão), Patrícia Campos Mello (Folha de S.Paulo), Germano Assad (Freelance)
Sala 721	III Seminário de pesquisa em Jornalismo Investigativo	Fábio Vasconcellos e Leonardo Mancini (ESPM-Rio), Criselli Montipó e Suzana Rozendo Bortoli (USP), Diana Fernandes Silva Antonelli e Solano Nascimento (UnB), Edgard Patrício (UFC), Marcelo Träsel (PUCRS/ABRAJI – moderador)
Sala 723	Mulheres no poder	Silvia Fonseca (O Globo), Raquel Balarin (Valor Econômico), Letícia Duarte (Zero Hora/ABRAJI – moderadora)
Sala 723-A	Como usar redes sociais para alcançar a audiência	Iago Bolívar (JOTA), Roberto Dias (Folha de S.Paulo), Fernando Molica (ABRAJI – moderador)
Sala 724	Bastidores da Lava Jato: uso da tecnologia e desafios da perícia no combate à corrupção	Fábio Salvador (Polícia Federal)
Sala 724-A	Por que investir em reportagem para sobreviver à crise?	Ascânio Seleme (O Globo), João Caminoto (Estadão), Sérgio Dávila (Folha de S.Paulo - moderador), Fernando Barros e Silva (Piauí - moderador)
Sala 726	Como ler pesquisas eleitorais	Alessandro Janoni (Datafolha), Márcia Cavallari (Ibope), Daniel Bramatti (Estadão/ABRAJI – moderador)
Laboratório 730	(Curso) SQL 2: como mexer em grandes bases de dados	Rodrigo Burgarelli (Estadão)
Laboratório 734	(Curso) RAC Básico 2: investigue gastos de parlamentares	Tiago Mali (ABRAJI)

## 16h00-17h30

Local	Título	Participantes
Auditório	ABRAJI Talks: inovação e sustentabilidade nas novas empresas jornalísticas	Conrado Corsalette (Nexo), Laura Diniz (JOTA), Leandro Demori (Medium/ABRAJI), Mariana Castro (F451)

**Sábado (25/06)**

09h00-10h30

<b>Local</b>	<b>Título</b>	<b>Participantes</b>
Auditório	Cobertura das Olimpíadas: causos e dicas	Dorrit Harazim (O Globo), Renato Ribeiro (TV Globo), Fernando Molica (ABRAJI – moderador)
Sala 611	Como interpretar o que sua fonte diz (e não diz)	Sírio Possenti (Unicamp)
Sala 721	III Seminário de pesquisa em Jornalismo Investigativo	Caroline Ferrari Farah (Metodista-SP), Gustavo Panacioni e Paula Melani Rocha (UEPG), Gabriele Rumor Koster e Felipe Simão Pontes (UEPG), Soraya Venegas (Estácio), Marcelo Träsel (PUCRS/ABRAJI – moderador)
Sala 723	Como conquistar o leitor da geração Milênio	Manuela Barem (BuzzFeed), Sergio Gwercman (Abril), Vinicius Mota (Folha de S.Paulo), Alana Rizzo (Época/ABRAJI – moderadora)
Sala 723-A	Cobertura da América Latina: narrativa e investigação	Ana Magalhães (Calle2), Carlos Eduardo Huertas (CONNECTAS), Fábio Oliva (Blog do Fábio Oliva/ABRAJI – moderador)
Sala 724	Bastidores de uma investigação sobre TVs na Amazônia	Elvira Lobato (Freelancer), Natália Viana (Pública)
Sala 724-A	O non-profit tem futuro no Brasil?	Bruno Torturra (Fluxo), Leonardo Sakamoto (Repórter Brasil), Ana Valéria Araújo (Fundo Brasil de Direitos Humanos – moderadora)
Laboratório 730	(Curso) Reportagem em vídeo: o básico para não fazer feio	Raphael Erichsen (3FilmGroup)
Laboratório 734	(Curso) Como fazer visualizações de dados com Tableau	Daniel Lima (O Globo)

11h00-12h30

<b>Local</b>	<b>Título</b>	<b>Participantes</b>
Auditório	Busca avançada na internet: Facebook e além	Paul Myers (BBC)

14h00-15h30

<b>Local</b>	<b>Título</b>	<b>Participantes</b>
Auditório	O papel do jornalista na defesa dos direitos humanos	Caio Cavechini (TV Globo/cineasta), Leonardo Sakamoto (Repórter Brasil), Miriam Leitão (CBN/Globo News/O Globo/TV Globo – moderadora)
Sala 611	Oooooops! O que grandes jornalistas aprenderam com seus grandes erros	José Roberto Burnier (TV Globo), Roberto Gazzi (Consultor), João Paulo Charleaux (Nexo – moderador)
Sala 721	III Seminário de pesquisa em Jornalismo Investigativo	Siumara de Freitas Gonçalves e José Carlos Correa (UFES), Marcelo Marques Araújo E Timoteo Batista dos Santos Júnior (UFSCar), Marília Gehrke, Francisco Amorim e Luciana Mielniczuk (UFRGS), Marcelo Träsel (PUCRS/ABRAJI – moderador)
Sala 722	Prêmio Jovem Jornalista: os vencedores de 2015	Joyce Heurich (Unisinos), Ana Luisa Gomes (Oboré/Instituto Vladimir Herzog – moderador)
Sala 723	Cobertura de crises humanitárias: experiências	Leandro Colon (Folha de S.Paulo), Letícia Duarte (Zero Hora/ABRAJI), Germando Assad (Freelance – moderador)
Sala 723-A	A mídia e o impeachment: erros e acertos da cobertura da crise política	Carla Jiménez (El País), Paulo Celso Pereira (O Globo), Marcelo Beraba (Estadão/ABRAJI – moderador)

Sala 724	(Curso) Fotojornalismo básico	Felipe Laroza (VICE)
Sala 724-A	Quais são os limites para a transparência na Lava Jato?	Diego Escosteguy (Época), Flávia Rahal (IDDD), Thiago Herdy (O Globo/ABRAJI – moderador)
Sala 726	Lei de Acesso a Informações nas capitais: mapa do acesso 2016	Ivana Moreira (ABRAJI), Fernando Rodrigues (UOL/ABRAJI), Marina Atoji (ABRAJI)
Laboratório 730	(Curso) Uso de mapas em reportagens	Daniel Bramatti (Estadão/ABRAJI)
Laboratório 733	(Curso) Limpeza de dados com Open Refine	Tiago Mali (ABRAJI)
Laboratório 734	(Curso) Como investigar patrimônios de pessoas públicas	Flávio Ferreira (Folha de S.Paulo)

16h00-17h30

<b>Local</b>	<b>Título</b>	<b>Participantes</b>
Auditório	Imprensa: o que vem depois da crise?	Bob Garfield (NPR), Fernando Rodrigues (UOL/ABRAJI – moderador)